

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 33, n. 3

DOSSIÊ – LEGITIMAÇÃO E LEGITIMIDADES

Apresentação: legitimidades, conhecimento e dominação política Bruna Gisi e Sérgio Adorno	5
Desigualdade e legitimidade: problematizando a produção de conhecimento social Teresa Pires do Rio Caldeira	21
Três lugares para a crise de legitimidade da ciência Renan Springer de Freitas	47
A busca por legitimação na cultura homeopática Lenin Bicudo Bárbara	71
Garantias externas e fundamentos internos: dimensões da legitimidade em Max Weber Carlos Eduardo Sell	95
Legitimidade, confiança e cinismo jurídico: uma revisão de conceitos Thiago R. Oliveira and Jonathan Jackson	113
Legitimidade e obediência: diálogos da criminologia com a teoria sociológica Ariadne Natal, Frederico Castelo Branco e Marcos César Alvarez	147

ARTIGOS

Julgamentos de pessoas comuns sobre o governo Allende: resultados de uma pesquisa de painel aplicada em 1972 e 1973 Oscar Mac-Clure, Silvia Lamadrid e José Daniel Conejeros	167
--	-----

A sociologia católica de Alceu Amoroso Lima contra a sociologia durkheimiana no Brasil	201
Juarez Lopes de Carvalho Filho	
A crise do tripartismo europeu: o caso da igualdade de gênero na concertação social em Portugal	231
Raquel Rego, Tatiana Pita e Cristina Nunes	
De Maurice Halbwachs à Filosofia da Mente: repensando a memória a partir de abordagens externalistas	255
Veridiana Domingos Cordeiro	
Lutas negras no largo da Banana	281
Renata Monteiro Siqueira	

ENTREVISTAS

Revisitando a noção de autoritarismo socialmente implantado: entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro	301
Por Marcos César Alvarez, Pedro Rolo Bennett, Gustavo Lucas Higa, Roberta Heleno Novello e Gabriel Funari	
Observando os observadores na teoria dos sistemas sociais: entrevista com Hans-Georg Moeller	333
Por Laurindo Dias Minhoto, Lucas Fucci Amato e Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros	

RESENHAS

Rossi Sebag e Jean-Pierre Durand, <i>La sociologie filmique: théories et pratiques</i>	355
Por Rafael Fermino Beverari	
Theodor Adorno, <i>Aspectos do novo radicalismo de direita</i>	359
Por Francisco Rüdiger	



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 33, n. 3

DOSSIER – LEGITIMATION AND LEGITIMACY

Presentation: legitimacies, knowledge and political domination Bruna Gisi and Sérgio Adorno	5
Inequality and legitimacy: problematizing the production of social knowledge Teresa Pires do Rio Caldeira	21
Three places for “science’s legitimacy” crisis Renan Springer de Freitas	47
The quest for legitimacy in homeopathic culture Lenin Bicudo Bárbara	71
External guarantees and internal fundamentals: dimensions of legitimacy in Max Weber Carlos Eduardo Sell	95
Legitimacy, trust and legal cynicism: a review of concepts Thiago R. Oliveira and Jonathan Jackson	113
Legitimacy and obedience: dialogues between Criminology and Social Theory Ariadne Natal, Frederico Castelo Branco and Marcos César Alvarez	147

ARTICLES

Judgments of the common people about the Allende government: results of a panel survey applied in 1972 and 1973 Oscar Mac-Clure, Silvia Lamadrid and José Daniel Conejeros	167
--	-----

Alceu Amoroso's catholic sociology opposed to Durkheim's sociology in Brazil Juarez Lopes de Carvalho Filho	201
The crisis of European tripartism: The case of gender equality on social concertation in Portugal Raquel Rego, Tatiana Pita and Cristina Nunes	231
From Maurice Halbwachs to the Philosophy of Mind: rethinking memory from externalist approaches Veridiana Domingos Cordeiro	255
Black struggles in largo da Banana Renata Monteiro Siqueira	281
 INTERVIEWS	
Interview with Paulo Sérgio Pinheiro By Marcos César Alvarez, Pedro Rolo Benett, Gustavo Lucas Higa, Roberta Heleno Novello and Gabriel Funari	301
Observing observers in social systems theory: an interview with Hans-Georg Moeller By Laurindo Dias Minhoto, Lucas Fucci Amato and Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros	333
 REVIEWS	
Rossi Sebag e Jean-Pierre Durand, <i>La sociologie filmique: théories et pratiques</i> By Rafael Fermينو Beverari	355
Theodor Adorno, <i>Aspectos do novo radicalismo de direita</i> By Francisco Rüdiger	359



Apresentação

Legitimidades, conhecimento e dominação política

Bruna Gisi*

<https://orcid.org/0000-0003-1150-5808>

Sergio Adorno*

<https://orcid.org/0000-0002-5358-1289>

A legitimidade das instituições sociais e políticas, de autoridades públicas e civis, bem como dos sistemas de crenças e valores, é questão presente na história do pensamento ocidental desde a antiguidade. Essa preocupação intelectual com suas implicações políticas firmou-se com a emergência da modernidade, no último quartel do século XVIII, em grande medida devido ao desafio de pensar a natureza mesma das organizações sociais internamente diferenciadas, cada vez mais complexas, dotadas de subsistemas que se articulam entre si na composição da cosmologia social. Objeto de interesse da filosofia política, converteu-se em matéria de investigação teórica, conceitual e empírica nas nascentes ciências sociais.

Desde o nascimento da sociologia, em meados do século XIX, já se perguntava como uma sociedade – a moderna – fundada na divisão social do trabalho e no individualismo lograva manter um projeto de vida em comum. Conhecemos as respostas da sociologia clássica e de seus desdobramentos na sociologia pós 1920, ano da morte de Max Weber. Certamente, falar em legitimidade na sociologia clássica significa falar em processos de integração social, sedimentados por diferentes universos simbólicos, como também em processos de dominação social e política.

A partir dessas perspectivas introdutórias, diferentes tendências da sociologia contemporânea procuraram criticar o alcance das teorias clássicas e sua pertinência para explicar as dinâmicas de legitimidade e legitimação, sobretudo nas primeiras

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

décadas do século XX, em face das profundas transformações impulsionadas pela industrialização, pela urbanização, pela incorporação da ciência e tecnologia à produção, pelas inovações introduzidas nos processos de comunicação social e política. Ao mesmo tempo, as discussões contemporâneas sobre legitimidade permanecem motivadas pelo problema clássico do reconhecimento das diferentes formas de autoridade e das condições sociais que tornam justificável a distribuição desigual de poder entre grupos e indivíduos.

A reflexão sobre legitimidade continua extremamente atual e ajuda a compreender muitos dos desafios e problemas públicos enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Debates recentes sobre a possível crise da democracia em diferentes contextos nacionais analisam os efeitos do acirramento do conflito público entre múltiplas ordens valorativas e do processo de polarização política para a legitimidade das instituições democráticas. De maneira semelhante, as atuais disputas entre diferentes sistemas de conhecimento na esfera pública podem ser relacionadas a possíveis crises de legitimidade que incidem na razão e na ciência. Especificamente no caso brasileiro, o problema permanente de controle da violência interpessoal e estatal na administração de conflitos sociais tem sido vinculado por muitos pesquisadores à falta de confiança e legitimidade das instituições do sistema de justiça (Adorno, 2002; Adorno & Pasinato, 2007; Adorno & Dias, 2014; Sinhoretto, 2010, 2014).

A organização do dossiê *Legitimação e legitimidades*, publicado na presente edição da *Tempo Social*, teve como objetivo contribuir para os debates contemporâneos sobre legitimidade e para a reflexão sobre os problemas teórico-metodológicos e empíricos que permanecem em debate no estudo desse tema. O dossiê é composto por seis artigos e uma entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro, que se organizam em torno de duas questões fundamentais: (i) a legitimidade do conhecimento científico e acadêmico na contemporaneidade; e (ii) as relações entre legitimidade, dominação e obediência. São questões que permitem fazer avançar a compreensão de aspectos fundamentais dos estudos da legitimidade: os conflitos e as disputas de legitimidade e a dinâmica entre consentimento e coerção nas relações de dominação. O objetivo do dossiê é também aprofundar a reflexão sobre as questões centrais do programa de pesquisa que vem sendo desenvolvido desde 2013 pelo Núcleo de Estudos da Violência no âmbito do projeto Cepid-Fapesp “Construindo a democracia no cotidiano: direitos humanos, violência e confiança institucional”¹. Apresentamos a seguir um

1. Trata-se de um projeto amplo e interdisciplinar que tem produzido uma grande quantidade de dados obtidos por meio de *surveys*, entrevistas qualitativas e análises de discurso com resultados que apontam a relevância do modo de exercício da autoridade para o funcionamento das instituições democráticas. O projeto investiga o tema da legitimidade a partir das relações que os cidadãos estabelecem com as autoridades policiais e judiciárias e contempla diferentes perspectivas: o processo de formação de jovens

breve panorama de algumas das principais formulações sociológicas do problema da legitimidade e, em seguida, discutiremos os artigos do dossiê.

Reflexões sociológicas sobre legitimidade

A sociologia, em suas diferentes vertentes, manteve-se interessada pela questão da legitimidade ao longo de sua história. Esse interesse permanente parece indicar que a legitimidade tem sido formulada como um aspecto fundamental das diferentes formas de organização social. De maneira muito geral, podemos dizer que esse termo se refere ao processo coletivo de apoio e aceitação de algum aspecto da vida social como válido por uma audiência (Johnson *et al.*, 2006). Max Weber (2015, pp. 19-20), em suas formulações clássicas a respeito da ordem legítima, remete o conceito à ideia de obrigatoriedade, ao sentimento de dever ou ao caráter modelar das ordens na orientação das ações. Em sua sociologia geral da ação social, a vigência de uma ordem legítima descreveria a situação em que a ação social não é exclusivamente condicionada pelo costume ou por interesses, mas também pelo “sentimento de dever”. A vigência de uma ordem não significaria que todas as ações serão o resultado da obediência às máximas daquela ordem, mas somente que existe a probabilidade de que a ação efetivamente se oriente por ela. Em Weber, portanto, a legitimidade descreveria não somente a aceitação dos sentidos de uma ordem, mas também a orientação efetiva da ação por esses sentidos, ainda que as ações não precisem ser exclusivamente orientadas por uma única ordem e assumindo que a orientação da ação pelos sentidos de uma ordem não significa necessariamente obediência.

A centralidade que a legitimidade assume na sociologia weberiana se deve ao seu interesse nos fatores de estabilização e persistência das relações sociais e formas de ordenação social (Cohn, 2003, p. 90). Para Weber, a ordenação da conduta é mais estável quando os princípios de uma ordem são tomados como obrigatórios pelos atores submetidos a ela. De maneira semelhante, a legitimidade garantiria formas mais estáveis e persistentes de dominação. A subsistência da dominação, afirma Weber (p. 197), depende da “autojustificação” do poder a partir dos princípios últimos em que se apoia a validade dessa dominação, a sua legitimidade.

no que tange às figuras de autoridade e ao respeito às leis e regras; a percepção dos cidadãos sobre as leis e autoridades às quais estão submetidos; e a percepção daqueles que atuam na aplicação da lei (como policiais e juízes), a respeito de seu papel e autoridade. Nessas pesquisas, tem-se argumentado a respeito da importância que a confiança nas autoridades e o reconhecimento de sua legitimidade desempenham no sentido de obter e garantir a adesão voluntária dos cidadãos e promover o sentimento de dever de obedecer a despeito de possíveis ganhos pessoais. As pesquisas contemplam ainda o processo de formação da legitimidade das instituições a partir de análises da construção da opinião pública e dos discursos sobre punição e direitos humanos. Processo Fapesp n. 2013/07923-7.

As noções de legitimidade ou de *legitimação* permaneceram sendo mobilizadas na sociologia para explicar os processos de preservação e persistência de ordens sociais ao longo do século XX. Autores como Talcott Parsons (2005) e Peter Berger e Thomas Luckmann (2008) mobilizam a noção como fator fundamental da integração e estabilidade social. Ainda que Parsons não tenha desenvolvido uma formulação teórica própria para o conceito de legitimidade, na solução que o autor constrói para o chamado “problema hobbesiano da ordem”, a legitimidade desempenha um papel central. Um dos fatores que garantiriam a existência da ordem social e a coordenação da ação seria a existência de valores compartilhados que legitimam certos objetivos e os meios aceitáveis para atingi-los (Parsons, 2005, p. 80). O sistema cultural formado por esses valores compartilhados seria ancorado nos sistemas de ação, por um lado, pelo processo de internalização no sistema de personalidade e, por outro, pelo processo de institucionalização no sistema social. Nesse sentido, para Parsons, a legitimidade seria um aspecto importante da integração dos elementos motivacionais e culturais/normativos da ação.

O papel do processo de legitimação para a manutenção e transmissão de uma ordem social será desenvolvido de maneira específica na sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2008). Na formulação dos autores, a legitimação faria parte dos processos fundamentais de construção social da sociedade como realidade objetiva. Ligada ao processo de institucionalização em que ações habituais se encontram reciprocamente tipificadas, a legitimação permitiria justificar e explicar o mundo institucionalizado transmitido como tradição entre as gerações. As novas gerações, que não participaram da construção do significado original das instituições, aderem à ordem institucional mediante “fórmulas legitimadoras” (Berger & Luckmann, 2008, p. 88). A legitimação seria, assim, um processo de “objetivação de segunda ordem”, já que consiste em tornar “objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis as objetivações de primeira ordem que foram institucionalizadas” (Berger & Luckmann, 2008, p. 127). A legitimação teria tanto um componente cognitivo ao atribuir validade aos significados da ordem institucional, quanto um componente normativo, pois justifica essa ordem e seus imperativos práticos.

Outro autor que também desenvolveu a questão da preservação e persistência da ordem social a partir do problema da legitimidade é Pierre Bourdieu (2001; 2012). Bourdieu, no entanto, segue a proposta weberiana de pensar a legitimidade como fator de manutenção da dominação social. Para o autor, a dominação, mesmo quando repousa sobre a força, sempre possui uma dimensão simbólica e, portanto, os atos de submissão e obediência são sempre atos de *reconhecimento*. Bourdieu (2001, p. 229) analisa o processo de legitimação como um dos mecanismos fundamentais de manutenção da ordem estabelecida ao proporcionar a adesão dos dominados

ao mundo “tal como ele é”. Na sua reflexão sobre a dominação, Bourdieu elabora a centralidade das formas de *reconhecimento* como fator fundamental da naturalização e apagamento da arbitrariedade que funda a fronteira mágica entre dominantes e dominados e sustenta o ponto de vista dominante como universal. Com o conceito de violência simbólica, o autor (2012, p. 49) se propõe a oferecer uma alternativa à oposição entre pressão e consentimento como fundamentos da dominação. Argumenta que para pensar a dominação é preciso superar as alternativas da pressão (pela força) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada ou até mesmo calculada. Isso porque a dominação simbólica exerce seu efeito não pela lógica da consciência, mas dos esquemas de percepção, avaliação e ação que constituem o *habitus*.

Para além da discussão sobre os processos mais amplos de preservação e reprodução social, a discussão sobre a legitimidade da dominação social de Weber foi retomada por autores que, em diálogo com diferentes tradições da teoria política, buscam refletir normativamente sobre a legitimidade como mecanismo que limita internamente o exercício do poder. A noção weberiana de que a dominação legítima é aquela em que a obediência do dominado se motiva pelo sentimento de dever e pela crença na validade da dominação é vinculada por esses autores à discussão sobre as condições que tornam as diferenças de poder justificáveis e aceitáveis. De acordo com Jean-Marc Coicaud (2004, p. 10), “legitimidade é o reconhecimento do direito de governar. Nesse sentido, a noção oferece uma solução para o problema político fundamental, que consiste em justificar simultaneamente o poder e a obediência”. O autor defende que, para o direito de governar ser reconhecido, é fundamental que o comando político seja exercido dentro dos limites dados pelos elementos que justificam a distribuição desigual de poder.

Em direção semelhante, David Beetham (1991) também argumenta que o poder legítimo é aquele que é limitado pelos princípios e regras nos quais está fundamentado. Para o autor, o poder legítimo seria aquele adquirido e exercido de acordo com regras justificáveis por crenças compartilhadas. A manutenção da legitimidade dependeria, assim, de os poderosos respeitarem os limites intrínsecos estabelecidos pelos princípios nos quais o poder se sustenta. O autor busca definir os fatores que tornam um poder legítimo e fornecem o fundamento da obrigação de obedecer aos que detêm o poder: I) validade legal da aquisição e exercício do poder; II) as regras podem ser justificadas com referência às crenças compartilhadas por dominantes e dominados; III) evidência de consentimento dos subordinados àquela relação de poder específica. Esses fatores podem ser pensados como critérios de legitimidade, permitindo avaliar e definir o que configura relações de poder não legítimas e considerar formas de expressão de deslegitimação por parte dos subordinados.

Ainda no que diz respeito às reflexões sobre as relações entre legitimidade e relações de poder, Niklas Luhmann (1980; 1987) propõe que o processo de diferenciação funcional que caracteriza as sociedades modernas teria transformado profundamente o problema da legitimidade do poder político, relacionado com a questão de quem está autorizado a falar em nome da sociedade, de quem pode, como parte do todo, representar o todo. Quando ocorre a diferenciação funcional de um sistema, este continua operando como uma unidade em relação ao seu ambiente, mas os subsistemas em seu interior não podem representar a unidade do sistema como um todo. Assim, sob condições modernas, em sociedades funcionalmente diferenciadas, não existe legitimação “de cima”, “de fora” ou a partir de valores básicos ou consenso racional. Nesse contexto a legitimidade seria sempre autolegitimação.

Em outro texto, Luhmann (1980) propõe que, em contextos de grande diferenciação social, como o moderno, o procedimento seria a única fonte viável de legitimidade do poder político. Outras fontes, como a coerção e o consenso, não permitiriam explicar a legitimidade em tais contextos. Luhmann define legitimidade como “uma disposição generalizada para aceitar decisões de conteúdo ainda não definido, dentro de certos limites de tolerância” (Luhmann, 1980, p. 30), e o problema sociológico relevante para a sua análise é como é possível que a legitimidade seja generalizada a ponto de fazer com que decisões sejam aceitas mesmo na ausência de um motivo particular, que vá além do próprio procedimento. Luhmann argumenta que, em um sistema social complexo, a legitimação do poder político não pode derivar de uma moral particular; é preciso garantir que as decisões obrigatórias se tornem premissas do comportamento, sem que seja necessário especificar quais decisões serão efetivamente tomadas. Nesse contexto, isso só se torna viável graças à legitimação pelo procedimento, que independe do mérito das decisões particulares e de convicções baseadas em motivos individuais.

Cabe mencionar também as reflexões desenvolvidas por Jürgen Habermas (1996) sobre direito e democracia e seus desdobramentos para o conceito de legitimidade. Assim como Luhmann, Habermas discute a impossibilidade de basear a legitimidade da lei em consensos morais anteriores ao discurso público em sociedades complexas e pluralistas. A lei em contextos modernos sempre seria constituída por uma tensão entre facticidade e validade, entre a sua administração e aplicação concreta e a reivindicação do seu reconhecimento. Diferente da validade *de facto*, a legitimidade remeteria à validade normativa da lei, ao processo legislativo racional que lhe deu origem. Habermas propõe ancorar a legitimidade da lei no princípio do discurso. Para o autor, a única fonte possível de legitimidade seria o procedimento democrático de produção das leis que assegura a autonomia, pública e privada, dos sujeitos legais. Os procedimentos democráticos seriam dotados de força legitimadora, uma

vez que “tornam possível que questões e contribuições, informações e razões fluam livremente; garantem o caráter discursivo da formação da vontade política e, assim, sustentam a premissa falibilista de que os resultados de procedimentos adequados são mais ou menos razoáveis” (Habermas, 1996, p. 448, tradução nossa).

As discussões desenvolvidas por Luhmann e por Habermas levantam uma questão fundamental na compreensão da legitimidade como atributo ou processo constitutivo das diferentes formas de organização social. Se, por um lado, podemos dizer que a legitimidade opera como fator de estabilização e permanência das formas de ordenação social, em contextos marcados pela convivência entre diferentes ordens valorativas e pela racionalização e especialização das esferas de valor (Cf. Weber, 1982), torna-se necessário considerar as dinâmicas de legitimação internas e externas às diferentes esferas e as possíveis disputas entre ordens valorativas. Esse é o tema do primeiro bloco de artigos que compõe este dossiê. Sob diferentes pontos de vista, os autores analisam a questão da legitimidade do conhecimento científico e acadêmico no contexto contemporâneo.

O segundo grande tema abordado pelos artigos do dossiê é a dinâmica entre consentimento e coerção nas relações de dominação legítima. Conforme demonstrado no panorama das construções sociológicas do problema da legitimidade, a obediência consentida é um dos elementos centrais dos debates sobre o conceito. Em especial no caso dos autores que analisam a legitimidade como fator que limita o exercício do poder, estabelece-se uma oposição entre as relações de poder pautadas na força e na coerção e aquelas pautadas no consentimento e na obediência motivada. De diferentes maneiras, os três artigos do segundo bloco do dossiê problematizam e complexificam essa oposição.

A entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro sobre a atualidade do conceito de “autoritarismo socialmente implantado” também contribui para o debate sobre coerção e legitimidade. Esse conceito, construído durante o processo de transição democrática e em diálogo com o debate acadêmico da Ciência Política da época, foi central para introduzir nas Ciências Sociais brasileiras a discussão sobre violência e democracia. Na entrevista, Paulo Sérgio Pinheiro discute como a democracia brasileira é, até hoje, marcada por uma continuidade autoritária sustentada socialmente.

Com essa breve revisão e com o dossiê, não pretendemos dar conta de todas as questões implicadas no tema da legitimidade e de todos os desenvolvimentos teóricos do conceito. Como não se pode falar de uma legitimidade geral, mas de legitimidades (que possuem ciclos, temporalidades e crises singulares dependendo dos subsistemas sociais, por exemplo), optamos por focalizar duas “ordens” de legitimidades com suas questões próprias: a legitimidade da ciência contemporânea e os problemas de legitimidade do sistema de justiça criminal.

Legitimidade e conhecimento científico

No artigo “Três lugares para a crise de legitimidade da ciência”, Renan Springer de Freitas analisa a questão da crise de legitimidade da ciência ao longo da história e propõe parâmetros que poderiam ser utilizados para a identificação de tal fenômeno. De acordo com o autor, haveria três versões dessa crise, mas somente no caso da situação identificada durante a República de Weimar seria possível afirmar que existiu concretamente um cenário em que a legitimidade da ciência entrou em crise. Na construção desse argumento, há a proposta de que um conjunto de condições particulares precisam estar presentes para que o diagnóstico a respeito da crise de legitimidade faça sentido. Seria preciso existir um ambiente de hostilidade aberta e generalizada à ciência e que mobilize a comunidade científica a reformular e rever seus fundamentos.

As três versões analisadas no artigo envolveriam dois “lugares imaginários” criados por filósofos que formulam críticas e insatisfações com o funcionamento da ciência a partir de seus sistemas filosóficos. A terceira versão, o caso da situação histórica vivenciada pelos cientistas durante a República de Weimar, seria o único caso real em que é possível dizer que houve uma crise de legitimidade, pois a comunidade científica da época teria se sentido obrigada a rever e reformular os fundamentos do conhecimento diante de um clima de hostilidade amplo e generalizado na sociedade.

É interessante observar que, na discussão desenvolvida por Renan Springer, as possíveis tensões entre os parâmetros internos e externos de validação e reconhecimento do conhecimento científico ficam evidentes. Conforme o autor elabora no início do artigo, o desenvolvimento da ciência contemporânea torna os seus achados cada vez mais complexos e “difíceis”, impossibilitando a sua aproximação do conhecimento comum. Não é possível que o conhecimento especializado da ciência seja reconhecido pelo público externo pelo acesso direto aos seus parâmetros internos de validação. Ainda que, como o artigo busca argumentar, só seja possível falar em crise de legitimidade da ciência quando os próprios cientistas passam a rever e questionar as bases e os fundamentos da produção de conhecimento, o modo como a ciência é recebida externamente ou ao menos o modo como se relaciona com o ambiente externo (no caso da República de Weimar, a “crise” generalizada) é decisivo para a sustentação de seu funcionamento interno. Um clima social de hostilidade generalizada faz a ciência perder o crédito e o reconhecimento de sua autoridade, ou ao menos, para falar nos termos de Luhmann, a disposição geral em aceitar decisões baseadas no conhecimento científico. Essa falta de reconhecimento impede que a ciência continue se desenvolvendo a partir de seus parâmetros internos, especializados.

O artigo de Teresa Caldeira, “Desigualdade e legitimidade: Problematizando a produção de conhecimento social”, a respeito das condições de produção do co-

nhecimento nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Antropologia, desenha um cenário que, observado do ponto de vista proposto no artigo de Renan Springer, poderia ser entendido como uma crise de legitimidade. O artigo analisa dilemas e conflitos contemporâneos envolvidos na produção de pesquisas em ciências sociais em contextos de extrema desigualdade. Partindo de uma discussão sobre o papel das relações de poder na produção de conhecimento, a autora analisa os processos recentes de transformação da reflexão antropológica.

O artigo recupera o debate desenvolvido na antropologia de maneira mais acentuada a partir dos anos 1980 sobre a questão da autoria e da construção da autoridade etnográfica e, com base em relatos de suas experiências de pesquisa ao longo de mais de quarenta anos, demonstra os impactos das mudanças atuais nas dinâmicas de poder que informam a circulação de discursos para a construção e sustentação da legitimidade do saber antropológico. A autora demonstra que, apesar dos debates teórico-metodológicos sobre o trabalho de campo e sobre as estratégias capazes de tornar mais igualitária a produção de conhecimento, os desafios permanecem. Especialmente na reflexão final sobre um caso recente vivenciado pela autora com um conjunto de pesquisadores em que os conflitos sobre a autoria se tornaram proeminentes na dinâmica de trabalho, Teresa Caldeira propõe que as questões de poder e autoria, os limites e possibilidades da pesquisa, não podem ser resolvidas de antemão e precisam ser negociadas e acordadas entre os participantes da pesquisa.

Caldeira descreve um cenário em que a Antropologia tem buscado reinventar seus modos de fazer em resposta a uma possível crise de legitimidade ou ao menos à intensificação dos questionamentos da legitimidade do conhecimento antropológico. Esse processo, no entanto, não é resultado de um clima externo de hostilidade generalizada e aberta à antropologia, mas também (e talvez principalmente) de debates e críticas internas ao campo que, por sua vez, ajudam a formar as críticas externas. Os debates a respeito do lugar de poder como fundamento da autoridade do antropólogo se combinam com os processos crescentes de reivindicação do direito de fala e de recusa à fala por grupos subalternizados que ocuparam historicamente o lugar de objetos de conhecimento, tornando mais frequentes e significativos os questionamentos da legitimidade do saber antropológico. Como sustenta Caldeira, o antropólogo ainda desfruta em grande medida da posição privilegiada de fala, mas a problematização interna e externa da existência de critérios que legitimam a separação entre o saber especializado, antropológico e as formas locais do saber prático coloca problemas e desafios.

O terceiro artigo que compõe esse bloco do dossiê é “A busca por legitimação na cultura homeopática”, de Lenin Bicudo Bárbara. Diferente dos artigos de Freitas e Caldeira, esse texto não trata propriamente da legitimidade *da* ciência ou *do* saber

acadêmico, mas sim do processo de legitimação de um saber *como* ciência. A partir de uma pesquisa documental em periódicos de homeopatia brasileiros, o autor discute diferentes estratégias de legitimação adotadas por representantes da homeopatia para proteger a doutrina das críticas da comunidade científica, deflagradas, por exemplo, no artigo da *The Lancet*. De acordo com o autor, as estratégias analisadas – a cientificista e a culturalista – refletem disputas internas à comunidade da homeopatia. Esse conflito entre estratégias antagônicas de adeptos das abordagens cientificista e culturalista seria, na verdade, um efeito secundário da luta pelo reconhecimento acadêmico da doutrina homeopática. Ao diversificar os argumentos e linguagens conceituais, esse processo teria permitido a criação de alianças da homeopatia com diferentes círculos sociais e, com isso, a preservação da legitimidade pública da doutrina apesar da falta de reconhecimento interno à comunidade científica.

Retomando a questão da dinâmica entre “dentro” e “fora” na legitimação de campos especializados de saber, o caso analisado por Lenin Bárbara traz questões interessantes para a reflexão. Novamente fica evidente a relação entre o reconhecimento público e o reconhecimento especializado. Neste caso, as estratégias adotadas pelos representantes das diferentes abordagens da homeopatia buscam o reconhecimento pelo público externo de seu *status* científico ou, ao menos, como especialidade médica válida como meio de resistir contra a ausência de reconhecimento a partir de critérios internos ao campo. De alguma maneira, a ciência é colocada como fator de legitimação, como critério de validade da homeopatia enquanto especialidade médica, e, com isso, a homeopatia reafirma a legitimidade da ciência como tipo de saber que possui crédito.

Legitimidade, dominação e obediência

O segundo bloco de artigos que compõem o dossiê aborda, de diferentes maneiras, a questão da dinâmica entre coerção e consentimento em relações de dominação legítima. Na análise das relações e da distribuição desigual de poder na sociedade, a legitimidade é mobilizada para compreender a situação em que a obediência não é resultado do medo da coerção, mas motivada por um sentimento de dever. Em sua tipologia das formas de dominação social, Weber (1999, 2015) descreve os tipos de “razões internas que justificam a dominação”, ou “princípios últimos” em que se apoia a validade de uma dominação.

Essa especificidade das relações de dominação mediadas pela legitimidade é o que autores como Beetham e Coicaud utilizam para sustentar a oposição entre relações de poder que se exercem pelo uso da violência e da coerção e o poder que é exercido a partir de um conjunto de valores compartilhados que o justificam. Essa oposição será

também formulada por Tom Tyler (1990, 2004), autor que influenciou fortemente a formação do campo de estudos sobre legitimidade na criminologia, discutido em dois dos artigos do dossiê. Em oposição à perspectiva instrumental de controle social – que afirma que o comportamento de respeito às leis das pessoas é determinado principalmente pela certeza e severidade da punição –, o autor argumenta que o respeito às leis pode ser influenciado pelo compromisso normativo das pessoas com a obediência. Independente do risco de punição, se obedecer à lei é visto como o comportamento que as pessoas devem ter, o respeito às leis seria voluntário. De acordo com Tyler, uma forma de atingir esse compromisso normativo seria através da legitimidade, definida por ele como o sentimento de que a autoridade aplicando a lei tem o direito de ditar o comportamento.

Os três artigos que compõem esse bloco discutem e complexificam essa associação entre obediência voluntária e legitimidade. Em “Garantias externas e fundamentos internos: dimensões da legitimidade em Max Weber”, Carlos Eduardo Sell reconstrói o conceito weberiano de legitimidade. A partir das diferentes dimensões analíticas do conceito de legitimidade na obra de Weber, o autor demonstra de que maneira esse conceito permite estabelecer ligações entre o aspecto estrutural e o aspecto simbólico da dominação.

Em diálogo com outras interpretações da sociologia política weberiana, Carlos Sell sustenta que as dimensões simbólicas e estrutural sempre foram tratadas como aspectos codeterminantes da legitimidade, ou seja, possuem o mesmo peso analítico na definição das formas de dominação. Já para a análise da relação entre essas duas dimensões, o autor recorre à sociologia geral de Weber, mais especificamente, à diferença entre garantias externas e fundamentos internos da legitimidade. Primeiramente, Sell demonstra que a ordem legítima se distinguiria de outras ordens sociais vigentes pelo componente normativo e, em seguida, analisa as justificativas internas em que se apoiam ordens legítimas e os tipos de garantias externas desenvolvidas por Weber (a convenção e o direito). A vigência empírica é, assim, diferenciada da validade normativa. Sell sustenta que onexo entre a dimensão estrutural e a dimensão simbólica das formas de dominação pode ser compreendido pela distinção entre reprodução e constituição das ordens sociais. Os tipos de fundamentos da legitimidade desenvolvidos por Weber estariam relacionados com a constituição das ordens sociais, enquanto que as garantias externas seriam aquilo que permite a reprodução dessas mesmas ordens.

Além da importância destacada das estruturas organizacionais na definição da dominação legítima, a discussão do artigo de Carlos Sell possibilita também observar que a relação entre coerção e consentimento é mais complexa na formulação teórica weberiana. Em Weber, não há oposição entre coerção e legitimidade. A legitimidade

de uma ordem pode estar garantida tanto internamente por motivações subjetivas, quanto externamente pela expectativa de consequências externas como a reprovação social ou a coação.

No artigo “Legitimidade e obediência: diálogos da criminologia com a teoria sociológica”, Ariadne Natal, Frederico Castelo Branco Teixeira e Marcos César Alvarez discutem diretamente a relação entre obediência voluntária e legitimidade. O artigo traz uma revisão crítica da abordagem teórico-metodológica adotada nos estudos empíricos sobre legitimidade desenvolvidos recentemente no campo da criminologia a partir da reconstrução dos desenvolvimentos do conceito de legitimidade na teoria social. Mais especificamente, os autores recuperam as formulações teóricas clássicas de Weber e os desenvolvimentos críticos formulados por autores como Coicaud, Beetham, Tyler e Bottoms e Tankebe e problematizam o modo como o conceito de legitimidade tem sido operacionalizado nas pesquisas empíricas sobre a legitimidade de instituições do sistema de justiça criminal.

A problematização proposta no artigo dos modos de mensuração empírica da legitimidade de autoridades policiais e judiciais parte justamente da discussão sobre a oposição entre obediência voluntária e obediência por coerção. A discussão é feita pela recuperação da formulação weberiana. Para Weber, nos casos particulares, a obediência pode ser motivada por oportunidade, interesse próprio ou somente aceita como inevitável pelo indivíduo. A legitimidade de uma dominação se refere somente à probabilidade de que a obediência seja motivada também (entre outros motivos possíveis) pela crença em sua legitimidade. O decisivo é que a pretensão à legitimidade seja considerada válida.

O artigo de Thiago Oliveira e Jonathan Jackson, “Legitimacy, trust and legal cynicism: A review of concepts”, também desenvolvido em diálogo com a literatura criminológica recente sobre legitimidade das instituições do sistema de justiça criminal, traz elementos que permitem complexificar a mensuração da legitimidade. O texto desenvolve uma discussão teórica sobre os conceitos de legitimidade, confiança e cinismo legal. O ponto de partida é a chamada *procedural justice theory* (teoria da justiça procedimental), de acordo com a qual a qualidade do tratamento e da tomada de decisões nas interações entre cidadãos e os agentes públicos responsáveis pela aplicação da lei é relevante para as avaliações de legitimidade pela população. Essa teoria é relacionada pelos autores com as discussões desenvolvidas na sociologia e criminologia sobre cinismo legal que tratam das atitudes negativas de indivíduos diante das leis e instituições de controle associadas aos atributos dos bairros e às interações com a polícia. O artigo conecta essas propostas com as noções de confiança e confiabilidade (*trustworthiness*) que traduziriam as expectativas (positivas ou negativas) que pessoas têm sobre a conduta da polícia. Os autores propõem que a confiabilidade

pode ser associada ao processo de legitimação e a justiça procedimental pode ser considerada uma das dimensões da confiabilidade. Com essa abordagem, seria possível avaliar outros aspectos da conduta policial que podem estar vinculados às atitudes da população em relação à polícia e à lei, como os limites da autoridade policial e a justiça distributiva do policiamento. Esse desdobramento teórico permite considerar a formação de atitudes da população diante da polícia em contextos de desigualdade.

A proposta desenvolvida no artigo complexifica, assim, a operacionalização empírica do fenômeno da legitimidade ao incluir no esquema teórico os diversos tipos de fatores de legitimação que traduzem diferentes expectativas normativas sobre a polícia. O que a perspectiva da teoria da justiça procedimental ajuda a formular é um dos mecanismos fundamentais da formação dessas expectativas: a forma de tratamento concedido pelas autoridades públicas veicula mensagens a respeito da identidade, *status* e valor dos indivíduos na sociedade. A experiência contínua da desigualdade, o pertencimento a grupos que são excessivamente policiados e, ao mesmo tempo, insuficientemente protegidos pela polícia, forma de maneira importante as expectativas com relação ao comportamento da polícia.

Além dos seis artigos, o dossiê conta também com uma entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro, realizada por Marcos Alvarez, Pedro Benetti, Gustavo Higa e Roberta Novelo, sobre a atualidade do conceito de *autoritarismo socialmente implantado*, desenvolvido pelo autor há trinta anos, em um artigo de 1991. O artigo “Autoritarismo e transição” foi publicado no número 9 da *Revista USP*. O conceito “autoritarismo socialmente implantado” é uma das contribuições pioneiras de Paulo Sérgio Pinheiro para as reflexões sobre violência e democracia. Além de sua longa e importante atuação na defesa dos direitos humanos no Brasil e internacionalmente, o autor foi um dos principais responsáveis por introduzir a discussão sobre a violência e sobre as agências de controle do crime nas Ciências Sociais brasileiras. Na entrevista, Paulo Sérgio Pinheiro retoma os acontecimentos que marcaram a sua trajetória acadêmica no Brasil e na França e sua atuação na defesa dos Direitos Humanos ao longo dos anos. Comenta o processo de fundação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), da Comissão Teotônio Vilella (CTV) e seu longo trabalho na Comissão de Direitos Humanos e no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

A entrevista inclui também a história de construção do conceito de autoritarismo socialmente implantado e o debate acadêmico sobre a transição democrática no Brasil. Paulo Sérgio Pinheiro comenta como a discussão sobre a violência de maneira geral e sobre os aparelhos repressivos do estado, em particular, não era considerada nos debates acadêmicos sobre a transição. O conceito, construído em diálogo com Guilherme O’Donell, propunha considerar uma continuidade autoritária do ponto

de vista da sociedade. A proposta de Paulo Sérgio Pinheiro envolvia direcionar o olhar não só para as instituições políticas, mas também para o social, e levar em conta a sustentação do autoritarismo fora dos períodos dos regimes autoritários. O autor destaca que, durante os períodos de governança democrática, permanece havendo um regime de exceção para as classes populares. Para Paulo Sérgio Pinheiro, o autoritarismo socialmente implantado continua sendo atualizado na realidade brasileira contemporânea, sustentado pelo racismo, pela desigualdade de renda e pela violência de Estado, e perdurando no machismo e na homofobia.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (2002), “Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileira*. São Paulo, Anpocs, Editora Sumaré; Brasília, Capes.
- ADORNO, Sérgio & DIAS, Camila. (2014), “Monopólio estatal da violência”. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- ADORNO, Sérgio & PASINATO, Wânia. (2007), “A justiça no tempo, o tempo da justiça”. *Tempo Social*, 19: 131-155. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WRwjTwQngzPSjSmn-cpk3PdR/abstract/?lang=pt>, consultado em 01/12/2021.
- BEETHAM, David. (1991), *The legitimation of power*. Nova York, Macmillan.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (2008), *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 28 ed. Petrópolis, Vozes.
- BOTTOMS, A. & TANKEBE, J. (2012), “Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice”. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 102 (1): 119-170.
- BOURDIEU, Pierre. (2001), *As meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. (2012), *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- COICAUD, Jean-Marc. (2004), *Legitimacy and politics: a contribution to the study of political right and political responsibility*. Cambridge, Cambridge University Press.
- COHN, Gabriel. (2003), *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social*. São Paulo, Martins Fontes.
- JOHNSON, Cathryn; DOWD, Timothy J. & RIDGEWAY, Cecilia L. (2006), “Legitimacy as a social process”. *Annual Review of Sociology*, 32 (1): 53-78.
- HABERMAS, Jürgen. (1996), *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, The MIT Press.
- LUHMANN, Niklas. (1987), “The representation of society within society”. *Current Sociology*, 35 (2): 101-108.

- LUHMANN, Niklas. (1980), *Legitimação pelo procedimento*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- PARSONS, Talcott. ([1991] 2005), *The social system*. Londres, Routledge.
- SINHORETTO, Jacqueline. (2010), “Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça”. *Anuário Antropológico*, 35 (2): 109-123. Disponível em <https://journals.openedition.org/aa/930>, consultado em 01/12/2021.
- SINHORETTO, Jacqueline. (2014), “Seletividade penal e acesso à justiça”. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- TYLER, Tom. (May 2004), “Enhancing police legitimacy”. *Annals AAPSS*, 593: 84-99.
- TYLER Tom R. (1990), *Why people obey the law: Procedural justice, legitimacy, and compliance*. New Haven, CT, Yale University.
- WEBER, Max. (2015), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, Editora Universidade de Brasília, vol. I.
- WEBER, Max. (1999), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, Editora Universidade de Brasília, vol. II.
- WEBER, Max. ([1970] 1982), *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenber e Octany Silveira Mota. São Paulo, Cultrix.

Resumo

Legitimidades, conhecimento e dominação política

O texto apresenta o dossiê “Legitimação e legitimidades”, que teve como objetivo contribuir para os debates contemporâneos sobre legitimidade e para a reflexão sobre os problemas teórico-metodológicos e empíricos que permanecem em debate no estudo desse tema. A partir de um panorama das principais formulações sociológicas da questão da legitimidade, discutem-se os textos que compõem o dossiê, organizados a partir de dois temas principais: (i) a legitimidade do conhecimento científico e acadêmico na contemporaneidade; e (ii) as relações entre legitimidade, dominação e obediência.

Palavras-chave: Legitimidade; Legitimação; Dominação; Obediência.

Abstract

Legitimacies, knowledge and political domination

The text presents the special edition “Legitimation and legitimacies” which aimed to contribute to the contemporary debates on legitimacy and to the theoretical, methodological and empirical issues still under debate in the study of this topic. From an overview of the main sociological

developments of the discussion on legitimacy, we discuss the articles of the special edition, organized around two main themes: (i) the legitimacy of scientific and academic knowledge in contemporary society; and (ii) the relationships between legitimacy, domination and obedience. Keywords: Legitimacy; Legitimation; Domination; Obedience.

Texto recebido em 30/11/2021 e aprovado em 01/12/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.193038

BRUNA GISI é professora doutora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: brunagisi@usp.br.

SÉRGIO ADORNO é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP. E-mail: sadorno@usp.br.



Desigualdade e legitimidade

Problematizando a produção de conhecimento social

Teresa Pires do Rio Caldeira*

<https://orcid.org/0000-0002-7737-7522>

It seems to me curious, not to say obscene and thoroughly terrifying, that it could occur to an association of human beings drawn together through need and chance and for profit into a company, an organ of journalism, to pry intimately into the lives of an undefended and appallingly damaged group of human beings, an ignorant and hopeless rural family, for the purpose of parading the nakedness, disadvantage and humiliation of these lives before another group of human beings, in the name of science, of "honest journalism" (whatever that paradox may mean), of humanity, of fearlessness, for money, and for a reputation.

James Agee & Walker Evans, [1941] 1969, p. 7.

Em 1936, em plena grande depressão, James Agee e Walker Evans foram enviados pela revista *Fortune* ao Alabama, no sul dos Estados Unidos, para documentar as condições de vida dos pequenos agricultores produtores de algodão. As imagens produzidas pelo fotógrafo Walker Evans são das mais icônicas representações de extrema pobreza que conhecemos. Em *Let us now praise famous men*, quarenta dessas fotos aparecem antes mesmo do título do livro e servem como contexto à poderosa abertura do *Livro um*, que se inicia com a citação acima. As fotos não devem ser tomadas como ilustração, advertem os autores, mas elas e o texto devem ser considerados como "coequal, mutually independent, and fully collaborative" (xv)¹. Tanto o texto quanto as fotos acabaram sendo vetados pela revista e só foram publicados sob a forma de livro anos mais tarde. *Let us now praise famous men*

* Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos.

1. "Co-iguais, mutuamente independentes e completamente colaborativos."

continua sendo um dos mais poderosos experimentos de jornalismo/etnografia produzidos no século XX. Eram muitas as dúvidas de James Agee sobre seu papel como jornalista e investigador da vida dos pobres camponeses desprovidos de quase tudo. Suas reflexões, escritas para serem lidas em voz alta e numa prosa modernista que parece ter alienado muitos, se estendem por inúmeras páginas e nunca falham em fazer os leitores se sentirem desconfortáveis ao lerem esse livro, que apesar de tudo ele escreveu e nós temos em nossas mãos. Leitores-cúmplices dos dilemas éticos do autor e consumidores da pobreza estetizada tanto pelas fotos quanto pelo texto, malgrado os esforços de distanciamento crítico dos autores. As dúvidas agudas são seguidas por quase quatrocentas páginas de uma etnografia minuciosa de três famílias camponesas em que as mais diversas dimensões de suas vidas, especialmente suas casas, seus parques objetos e seu mais do que precário cotidiano, são descritos e fotografados em detalhe. O objetivo não é tanto documentar a pobreza extrema, mas tentar resgatar em cada detalhe a humanidade dessas famílias e a intensa existência de cada elemento, humano ou material².

Esse poderoso livro – as reflexões desconcertantes de Agee, as imagens de Evans, o experimento de sua associação e a delicadeza da análise do cotidiano têm me acompanhado por mais de quarenta anos. Usei essa mesma epígrafe num dos primeiros artigos que publiquei, “Uma incursão pelo lado ‘não respeitável’ da pesquisa de campo”, em 1981. Volto a ela porque acho que muitas das questões e dos dilemas levantados por Agee, refletidos por mim desde meu primeiro trabalho de campo, e por muitos antropólogos especialmente desde a publicação de *Writing culture* em 1986, continuam não resolvidos e exigindo nossa reflexão, sobretudo dadas as inúmeras mudanças que ocorreram na prática da pesquisa em ciências sociais nesse período (Clifford & Marcus, 1986). Essas questões e dilemas dizem respeito à maneira pela qual se produzem pesquisas sociais, sobretudo em situações marcadas por grandes desigualdades. Dizem também respeito à questão de como conceber as representações dos achados dessas pesquisas e a autoria. Finalmente, concernem às possibilidades de circulação dos discursos. Essas questões constituem, portanto, um espaço de problematização, no sentido que Foucault e Rabinow conferem a essa noção:

O traço definidor da problematização não é a conexão de opostos (fora ou dentro, livre ou constrangido), mas sim o tipo de relação forjada entre observador e situação problematizada. A especificidade dessa relação implica tomar a situação simultaneamente como problemática e como algo sobre o qual se é obrigado a pensar (Rabinow 2002, p. 139)³.

2. Nesse sentido, ver o ensaio de Denby (2006) sobre a obra de Agee.

3. “The defining trait of problematization does not turn on the couplings of opposites (outside or inside,

Para além da autoridade etnográfica

Imagino que possa tomar como consensual que a noção de neutralidade na produção de conhecimentos em ciências sociais (e não só nelas) já foi suficientemente questionada e desconstruída, e que a ideia de que verdades são efeitos de poder, inicialmente articulada por Foucault (1979, 1980), também já seja bastante conhecida e aceita. Além disso, os mecanismos discursivos e institucionais que sustentaram a legitimidade dessas noções expressas na ênfase na objetividade científica são bem conhecidos⁴. Na antropologia, esses mecanismos criaram uma configuração do que seria o procedimento objetivo e científico: o cientista seria o pesquisador de campo (em contraste com o pesquisador de gabinete); seu método, a observação participante; seu objeto, culturas entendidas como totalidades discretas; o modo de representação, o realismo etnográfico escrito sincronicamente no tempo presente e pretendendo expressar o “ponto de vista nativo”.

A antropologia sempre ocupou uma posição ambígua nas discussões sobre cientificidade, mas nem por isso deixou de legitimar a ênfase na neutralidade e na objetividade⁵. A ambiguidade da antropologia vem do fato de que, ao contrário do que acontece em outras ciências e mesmo nas outras ciências sociais, em que o analista e pesquisador procura o mais possível estar ausente da análise e da exposição dos dados, como meio de garantir uma posição neutra e objetiva legitimadora da cientificidade, o antropólogo nunca esteve ausente de seu texto e da exposição de seus dados. Ao contrário: produtor ele mesmo de seus dados, instrumento privilegiado de pesquisa, a presença do antropólogo profissional tanto no trabalho de campo quanto no texto etnográfico foi essencial para a constituição do conhecimento antropológico. Baseando a sua produção de conhecimento na experiência pessoal de uma outra cultura, a antropologia legitimou seus enunciados na fórmula: “eu estive lá, vi e, portanto, posso falar sobre o outro”. Nessa fórmula se assentou a construção da autoridade etnográfica (Clifford, 1983).

Mas que tipo de presença é essa? Seguramente não é o mesmo tipo de presença do escritor que cria textos literários de ficção. A ficção antropológica (Geertz, 1973, cap. 1) teve algumas características peculiares: ela pretende, de uma maneira objetiva

free or constrained), but rather on the type of relationship forged between observer and problematized situation. The specificity of that relationship entails taking up the situation simultaneously as problematic and as something about which one is required to think”.

4. Ver Poovey (1998, especialmente cap. 2) para uma análise brilhante da origem do que ela chama de fato social e sobretudo dos argumentos que afirmam a neutralidade científica nas ciências sociais.
5. Analisei a questão da objetividade na antropologia e a ambiguidade de suas produções textuais em “A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia” (Caldeira, 1988). Os próximos parágrafos desta seção, com algumas atualizações, vêm diretamente desse texto.

(científica, diriam alguns), fazer a ponte entre dois mundos culturais, revelando para um deles uma outra realidade que só o antropólogo, este sujeito que experimenta e traduz, conhece. Presença ambígua, portanto, que precisa, ao mesmo tempo, mostrar-se (revelando a experiência pessoal) e esconder-se (garantindo a objetividade). Essa ambiguidade foi por muito tempo a marca da presença de antropólogos nos seus textos.

Nos anos 1980, essas noções foram agudamente criticadas por uma geração de antropólogos que acabou sendo identificada com a publicação do livro *Writing culture* (Clifford & Marcus, 1986), embora a elaboração da crítica tenha sido bem mais ampla do que o que aparece nesse volume. Essa crítica colocou uma grande ênfase na produção de textos e nas práticas de autoria, e articulou alguns pontos básicos. Primeiro, argumentou que a presença do autor nos textos etnográficos era excessiva. Na verdade, seria a única presença real nos textos, ainda que ocultada. Ela apagaria as vozes, as interpretações, os enunciados daqueles sobre quem fala. Na melhor das hipóteses, seria uma presença que subsume tudo à sua própria voz. O outro só existiria pela voz do antropólogo que esteve lá, viu e reconstruiu a cultura nativa enquanto totalidade em seu texto. Essa ideia bastante pretensiosa é emblematicamente expressa por Malinowski em seu diário:

Sentimento de propriedade: sou eu que vou descrevê-los ou cria-los [...] Esta ilha, apesar de não ter sido “descoberta” por mim, é pela primeira vez experimentada artisticamente e dominada intelectualmente (Bronislaw Malinowski, 1917, citado por Stocking 1983, p. 101)⁶.

Assim, a presença excessiva dos antropólogos corresponderia a uma ausência: a do questionamento sobre a sua inserção no campo, no texto e no contexto em que escrevem. Por isso, a mesma crítica vai acrescentar: presença insuficiente. Na verdade, presença insuficientemente crítica a respeito de si mesma, a respeito de seu papel na produção de representações; presença que tende a ignorar que o conhecimento antropológico se produz, de um lado, em um processo de comunicação, marcado por relações de desigualdade e poder, e, de outro, em relação a um campo de forças que define os tipos de enunciados que podem ser aceitos como verdadeiros. As desconcertantes dúvidas de Agee nunca figuraram nas discussões da antropologia clássica, apesar das patentes desigualdades que moldaram a produção de conhecimento cultural no contexto colonial.

Os efeitos das várias versões dessa crítica à antropologia elaborada desde o final dos anos 1970 foram significativos. Entre eles, está um deslocamento do papel do

6. “Feeling of ownership: it is I who will describe them or create them [...]. This island, though not ‘discovered’ by me, is for the first time experienced artistically and mastered intellectually”.

autor e da autoridade etnográfica (ver Caldeira, 1988): o antropólogo não se encontra mais numa situação privilegiada para a produção de conhecimento cultural. É um entre outros produtores de significado. O texto não deve articular a sua voz (mesmo que dissimulada), mas deve “dar preeminência à intersubjetividade de toda fala e ao seu contexto performativo imediato” (Clifford, 1983, p. 133). O modelo que se propõe para o texto é o da polifonia. Foram muitos os experimentos textuais que se seguiram tentando explorar essa intuição e sobre os quais não poderei comentar aqui, mas já analisei em outra ocasião (Caldeira, 1988).

Foram muitas também as reflexões sobre como conceber a produção do conhecimento no trabalho de campo. Uma de suas primeiras versões foi o livro *Reflections on fieldwork in Morocco*, de Paul Rabinow, publicado em 1977. Como era a norma na época, ele tinha ido ao Marrocos em 1968 para “se transformar num antropólogo” (p. 1). Suas reflexões mantinham a separação clara entre culturas e ainda tratavam a pesquisa sobre a cultura marroquina como um encontro com o “outro”. Mas esse encontro é bastante problematizado. O principal problema que interessava a Rabinow ao refletir sobre seu trabalho no Marrocos era: quais são as maneiras pelas quais um antropólogo e seus interlocutores constroem significado e dados em interações contextualizadas por grandes desigualdades e diferenças sociais? Sua resposta é construtivista e põe de lado qualquer perspectiva positivista que supusesse que a realidade já estivesse lá pronta para ser captada. Essa construção é difícil e parcial, mas possível. Ela requer a intenção de escutar e um trabalho árduo de ambos os lados, mas gera entendimento e processos mútuos de transformação. Ela definitivamente requer atenção constante – especialmente no processo da escrita – às maneiras pelas quais essa comunicação foi moldada e, portanto, configurou o que acabaram sendo os dados⁷.

Apesar das muitas mudanças cruciais na prática da pesquisa antropológica, provocadas por *Writing Culture* e as discussões que gerou, ainda há muitas questões que não foram tocadas, especialmente no que diz respeito ao trabalho de campo. Como argumentou Rabinow no prefácio de 2007 para a edição celebrando o trigésimo aniversário da publicação de *Reflections on fieldwork in Morocco*:

A mim parecia que o fetiche da etnografia e do trabalho de campo tinha permanecido mais ou menos em vigor. A questão de quem era autorizado a falar e quais formas aquela fala (e sua transformação escrita) deveria ter poderia ter movido a discussão em direções poten-

7. Em Caldeira, 2021, discuto as análises de Rabinow sobre o trabalho de campo no Marrocos e apresento alguns argumentos sobre as mudanças nas condições do trabalho etnográfico nos últimos trinta anos. Algumas dessas questões já tinham sido tratadas em Caldeira, 1981.

cialmente importantes. Mas, infelizmente, ela tendeu a fornecer uma plausibilidade naïve à subjetividade e ao final não gerou os dividendos transformadores que tinham sido antecipados e anunciados. De uma maneira bem americana, a atenção ao sujeito do conhecimento virou uma série de debates confessionais sobre o “self”, precisamente no momento em que parecia que o desafio era inventar modos de pensamento e de pesquisa que, apesar de não serem positivistas, buscassem maneiras de criar um processo de ir além do (dado) self⁸ (Rabinow, 2007, pp. xviii-xix).

Em suma, esses experimentos textuais e os questionamentos sobre o trabalho de campo acabaram se voltando para questões de subjetividade e não contemplando as questões de Agee, que focalizavam antes de mais nada grandes desigualdades sociais e de poder que moldam o processo de produção de conhecimento. Ensaiei uma consideração sobre essas questões no artigo de 1981 em que, influenciada por Agee e recorrendo a Foucault, refleti sobre meu trabalho de campo nas periferias de São Paulo⁹.

As questões principais e persistentes que têm requerido minha atenção desde o final dos anos 1970 até o presente são diferentes daquelas enfrentadas por antropólogos que fazem pesquisa em sociedades que não são as suas próprias. Central entre elas é o fato de que a pesquisa nas periferias urbanas da minha cidade é estruturada por inevitáveis diferenças de classe, além de hierarquias de gênero e raça. Num país altamente desigual como o Brasil, a pesquisa nas periferias tem significado até muito recentemente¹⁰ o encontro entre pesquisadores das classes médias e altas e moradores pobres. Trabalho de campo para mim foi – e continua sendo – marcado e constituído por essa desigualdade social, que também se traduz em hierarquias raciais e de gênero. Não existiam culturas diferentes. O contexto que cria nossas diferenças é

8. “It seemed to me that the fetish of ethnography and fieldwork remained more or less in place. The question of who was authorized to speak and what forms that speech (and its written transformation) should take could well have moved the discussion in potentially important directions. Unfortunately, it tended to provide a naïve credence to subjectivity and ultimately did not pay the transformational dividends that had been anticipated and heralded. In very American fashion, the attention to the subject of knowledge was turned into confessional debates about the “self,” precisely at the moment when it seemed that the challenge was to invent modes of thinking and research that while not being positivist nonetheless sought ways to undertake a process of going beyond the (given) self”.
9. Esse artigo foi escrito antes que eu conhecesse o livro de Rabinow sobre o trabalho de campo e as críticas à antropologia clássica que já estavam sendo formuladas na época por James Clifford, George Marcus, Michael Fisher, e George Stocking, entre outros. Seguiu, contudo, as discussões que se desenvolviam na USP ao redor das reflexões de Ruth Cardoso, Eunice Durham e seus alunos. Ver sobretudo: Cardoso, 1986.
10. Discuto adiante as mudanças recentes.

apenas um: aquele que produz a nós todos como desiguais. Não existe nada exterior a esse contexto. No meu caso, o trabalho de campo também significou as iniciativas de uma mulher (jovem nos anos 1980) em contextos marcados pelo desprezo por mulheres independentes e profissionais e, até recentemente, pela crença corrente nas periferias de que o homem era o chefe e a voz da família. Em outros termos, no campo como eu o encontrei, uma pesquisadora e seus colaboradores já são sempre co-constituídos como desiguais. Isso não significa que relações de colaboração e de aprendizado sejam impossíveis, apenas que elas são configuradas de uma certa maneira. De fato, as relações estabelecidas no campo são bastante complexas e envolvem não apenas desigualdade, mas também respeito e esforços genuínos de escutar e entender através das diferenças.

As análises de Foucault (1979, 1980) sobre as dinâmicas de poder envolvidas na produção de conhecimento permitiram que eu encontrasse maneiras de considerar os mecanismos de produção de discursos de verdade e da autoridade que mesmo uma mulher jovem – mas educada e que se apresentava como pesquisadora e estudante universitária – exercia nas periferias. Minha questão central no artigo de 1981 era: quais são os mecanismos que levam as pessoas nesses bairros periféricos a falarem comigo, fornecerem informações, produzirem discursos verdadeiros em resposta às minhas perguntas, a me receberem em suas casas e se tornarem minhas amigas? Minhas credenciais da universidade e a minha classe social certamente estão no cerne da equação, mas também estão lá meu claro interesse em escutar e aprender, minha humildade, meu reconhecimento de sua dignidade, que não poderia ser eclipsada pela sua pobreza, e o respeito que sempre demonstrei em relação a todas as pessoas acostumadas a só encontrarem desrespeito em seus encontros com pessoas das classes mais altas. Nos anos 1980 e até os anos 2000, não encontrei ninguém que clara e diretamente mostrasse antagonismo à minha presença, que se recusasse a falar comigo, a responder às minhas perguntas, a fazer um esforço para produzir informações que elas julgavam ser verdadeiras. Recentemente, as coisas mudaram significativamente, tornando as dinâmicas de poder presentes no trabalho de campo palpáveis.

Novos contextos, novas referências

Desde o final dos anos 1980 até agora, os tipos de pesquisas conduzidas por antropólogos mudaram substancialmente, exigindo novas referências e exacerbando as questões não resolvidas sobre produção de conhecimento que já vinham sendo articuladas pelas críticas dos anos 1980-1990. As principais mudanças ocorreram nas seguintes áreas: *studying up*; estudando a contemporaneidade, sobretudo em

idades; e estudando processos globais¹¹. Primeiro, houve mudanças nos objetos de investigação, com uma significativa proliferação de *studying up*, para usar uma expressão famosa de Laura Nader (1969), ou seja, estudos em que o trabalho de campo é feito em laboratórios, firmas de tecnologia digital, corporações, tribunais etc., e em diálogo com jornalistas, burocratas, planejadores, arquitetos, advogados etc. Essa tendência é especialmente evidente nos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS, Science and Technology Studies). Segundo, houve um aumento dos estudos urbanos, não apenas aqueles feitos em cidades, mas sobretudo aqueles que tomaram formações urbanas, arquitetura, planejamento e sistemas de regulação como seus objetos de investigação. Os estudos sobre/em periferias urbanas que são importantes no Brasil fazem parte dessa tendência e geraram muitas reflexões sobre a prática antropológica. Terceiro, houve uma questão significativa de escala, na medida em que antropólogos passaram a tentar entender processos globais e a indagar como poderiam adaptar seus métodos e teorias a estudos nessa escala. As discussões sobre *multi-sited ethnographies* (Marcus, 1995) são exemplares dessa tendência. Em todos esses casos, o trabalho de campo transformou-se em algo totalmente novo, bem diferente do tipo de experiência que Rabinow tinha tido numa vila no interior do Marrocos, e ele mesmo fez parte dessa transformação ao iniciar suas pesquisas de campo em laboratórios de biotecnologia. O trabalho de campo descolou-se do estudo de culturas e passou a ser mais experimental, fragmentado, interdisciplinar e negociado em novos termos. O estudo da contemporaneidade requer novos parâmetros e novas reflexões. A articulação de representações e as concepções de autoria mudam. Em boa medida isso acontece porque os tipos de interlocutores mudam radicalmente, primeiro devido aos estudos com *experts*, cientistas, profissionais etc., depois por causa do foco nas sociedades e nos contextos em que vivem os antropólogos. Referências aos “outros” perderam o sentido, do mesmo modo que muitas das exigências de distanciamento ainda mantidas na etnografia tradicional.

Mas o que essas mudanças significam em termos da concepção dos encontros que acontecem no trabalho de campo? O que elas significam em termos da construção de significados produzidos por antropólogos e seus interlocutores através de todos os tipos de desigualdades e diferenças sociais? O que elas significam em termos de autoria? É claro que formações de desigualdade e poder sempre foram a moldura inevitável que constitui essas relações, mas elas agora adquirem outros contornos e não podem mais ser deixadas de lado ou ignoradas. Pesquisadores não são mais

11. Certamente está além do escopo deste artigo caracterizar em detalhes essas novas áreas e perspectivas de pesquisa. Assim, não vou me referir a autores específicos que são importantes na formulação dessas novas perspectivas e na produção de trabalhos definitivamente inovadores. Uma lista curta seria seguramente arbitrária, e é impossível fornecer aqui uma lista completa.

os agentes mais poderosos nas relações de produção de conhecimento. Pense, por exemplo, na descrição de Kaushik Sunder Rajan das suas negociações com corporações de biotecnologia para tornar seu trabalho de campo viável (2006, cap. 6). Elas envolveram vários ciclos de autorizações, seu projeto ser analisado por advogados, o controle de entrevistados pelos seus supervisores, acordos escritos determinando o escopo das conversas, limites à publicação dos resultados e, obviamente, muitas recusas diretas em participar. Todas elas constituem novos enquadramentos para o trabalho de campo. Nessas condições, não apenas a autoridade e o poder do antropólogo são deslocados, mas também fica difícil conceber as relações no campo em termos de interação pessoal e *rapport*, como os antropólogos costumavam fazer. As novas condições não tornam a pesquisa impossível, mas com certeza a estruturam de maneiras novas. Sunder Rajan teve que contratar advogados e assinar um contrato legal com seus entrevistados para viabilizar sua pesquisa. Acho que há muito a ser dito acerca da ideia de contratos e vou retornar a ela mais tarde no texto.

Não é sempre que antropólogos estão nessa posição em que sua legitimidade e seu poder estão diretamente em xeque. Na maioria das situações, quem sabe, eles continuam a ter bastante poder e capacidade de moldar as relações que se estabelecem na pesquisa. Mas isso não os impede de serem críticos em relação às situações em que se encontram e de buscarem alternativas que minimizem desigualdades e desequilíbrio de poder. Mesmo em situações de estudo em relações de grande desigualdade, similares às de Agee, passam a conceber suas relações no campo não como a do poderoso extrator de informações, mas como de alguém que entra em diálogos e intercâmbios. O contrato é uma forma de reger as relações entre pesquisadores e pesquisados, mas não é a única nem a mais frequente. Muitos antropólogos passaram a investir na ideia de colaboração, sobretudo em pesquisas em contextos transnacionais. As novas relações de pesquisa exigiam novas referências e um novo vocabulário. A noção do informante foi assim pouco a pouco posta de lado.

Repensando colaborações

Ideias de colaboração na produção do trabalho antropológico já tiveram várias formulações no contexto da onda crítica que se iniciou ao redor de *Writing culture* e continuam a ser reformuladas. Um ponto de partida de toda discussão é a rejeição da noção positivista de que existe uma realidade exterior a ser captada e representada por quem a vive, e a aceitação da ideia de que o que acabamos chamando de dados em pesquisa social qualitativa é o resultado de encontros, trocas, diálogos, elaborações em conjunto, em que pesem as desigualdades entre as partes. Não existe produção de conhecimento no campo sem colaboração. Não existe significado, dado, que

esteja pronto lá fora à espera de ser coletado. Qualquer sentido ou dado que possa existir nas ciências sociais é criado em contextos de diálogo e colaboração. Ou seja, não há dado sem colaboração, embora ela possa ser pensada de várias maneiras. Uma delas é a que aparece nas reflexões de Rabinow (1977), para quem antropólogo e marroquinos colaboram, uns aprendem com os outros, ampliam seus horizontes. No entanto, para Rabinow, parte do papel do antropólogo era o de treinar os informantes em como colaborar, uma ideia não muito frequente em anos mais recentes e ainda próxima à da etnografia clássica. O antropólogo tinha que conduzir seus informantes a produzirem discursos e informações que pudessem ser importantes para o projeto dele – um processo obviamente sempre precário e sujeito a surpresas.

No Brasil, mais ou menos a partir da mesma época – final dos anos 1970 – e no contexto da consolidação da antropologia urbana e do que Eunice Durham uma vez chamou de “uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos” (1986, p. 17), formularam-se reconsiderações sobre essa coprodução de dados no campo. Em 1979, num artigo sobre a interpretação da fala em pesquisa antropológica, Ruth Cardoso ([1979] 2011) argumentou que, para se entender o que seria a interpretação, era necessário ter clareza sobre aquilo que se interpretava¹². Alguns anos mais tarde, no mesmo ano em que se publicou *Writing culture*, Ruth Cardoso (1986) organizou o volume *A aventura antropológica*, que reuniu várias reflexões sobre a antropologia urbana que se fazia no Brasil a partir dos anos 1970 e os desafios metodológicos que ela representava, reflexões que se haviam produzido de maneira paralela às discussões americanas e não necessariamente em diálogo com ela. Em sua contribuição para esse volume, Ruth Cardoso volta à questão da natureza dos dados qualitativos. Discursos captados por entrevistas não podem ser tratados como simples evidência, argumenta. Dados qualitativos resultam de uma interação comunicativa específica entre pesquisador e entrevistado e são, portanto, uma coprodução resultante de circunstâncias específicas. A relação que gera os dados é, em geral, uma relação entre pessoas que são estranhas entre si e colaboram para a produção de conhecimento.

A relação intersubjectiva não é o encontro de indivíduos autônomos e autossuficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e grupos. É nesse encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se podem desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas (Cardoso, 1986, p. 103).

12. Ver também meus comentários sobre os textos de Ruth Cardoso a respeito do método. Caldeira, 2011, especialmente pp. 24-31.

Essas ideias vinham se articulando há anos entre os antropólogos urbanos brasileiros. Em “Uma incursão pelo lado ‘não respeitável’ da pesquisa de campo”, e como parte dessas elaborações, afirmei essa coprodução dos dados num processo colaborativo e tentei refletir sobre as desigualdades que moldavam essa coprodução. A questão que me forçava a refletir sobre o tipo de colaboração que produzia os dados era o que, em nossa sociedade, legítima, sustenta e naturaliza a prática da pesquisa de campo. Recorrendo a Foucault, argumentei:

Creio, em suma, que é a associação entre poder e saber científico que possibilita e sustenta a relação que se estabelece entre o pesquisador e o informante, que dá a um condições de exercer seu trabalho (seu poder) e a outro a ideia da obrigatoriedade e da necessidade de se sujeitar. Isso implica ver, portanto, que a relação que se estabelece no campo entre pesquisador e seu informante é uma relação de poder: relação em que um requer um depoimento e o outro se vê na contingência de responder; em que um pede que tudo seja dito nos mínimos detalhes, e o outro se esforça por dizer a verdade que, no entanto, só o primeiro poderá revelar (Caldeira, 1981, p. 334).

O resultado não é a impossibilidade da relação nem da produção de dados, mas a peculiaridade dessa produção, constituída por relações de força e marcada por ambiguidade, resistência, subterfúgios, mas também por desabafos, pedidos de ajuda, trocas e esforço por produzir discursos verdadeiros. Mas é claro que dispositivos de saber-poder têm várias dimensões e vão bem além da academia. Relações de classe, de gênero e de raça também são estruturantes. Comecei a explorar alguns desses aspectos nesse artigo, mas sigo me sentindo impelida a tomá-los em consideração e a avaliar as maneiras pelas quais mudaram nesse período em que trabalhei como uma pesquisadora de campo. Volto a isso num momento.

Mas não foi apenas no Brasil e no campo da antropologia urbana que se pensou sobre questões de colaboração, coprodução e desigualdade. Muitos antropólogos têm pensado sobre isso. George Marcus (2008, 2018) refletiu em várias ocasiões sobre colaboração e sugeriu vários experimentos e interpretações. Suas reflexões são referências para muitas das discussões sobre colaboração. Marcus cunhou nos anos 2000 uma expressão que passou a ser importante em toda a discussão sobre colaboração. Para ele, antropólogos e seus colaboradores no contexto das novas pesquisas seriam *epistemic partners* (parceiros epistêmicos).

Uma vez que o sujeito “reflexivo” é agora o único tipo de sujeito que o antropólogo encontra, e onde a reflexividade do sujeito existe ou se sobrepõe ao mesmo universo intelectual que informa o pesquisador (necessariamente tornando o sujeito seu *parceiro epistêmico*, a modo

de dizer, na condução da pesquisa), então “colaboração” substitui o tropo de “aprendizado” (ou suas alternativas) como definidora da “cena” do encontro do trabalho de campo (Marcus, 2008, p. 7, ênfase minha)¹³.

As mudanças contextuais que fizeram Marcus sugerir a noção da parceria epistêmica foram basicamente duas. Primeiro, a imersão de antropólogos nos STS, em que seus parceiros eram cientistas, advogados, jornalistas etc., agentes envolvidos eles mesmos na produção de alguma forma de conhecimento etnográfico. Não era exatamente o mesmo contexto vivido por Sunder Rajan, por exemplo, em que os informantes eram quase antagonistas à pesquisa, mas ainda assim era um contexto de *studying up*. Segundo, a imersão de antropólogos em projetos de pesquisa formulados na base de identificação política e ativismo envolvendo pesquisadores e seus colaboradores. Nesse contexto, o projeto político transformaria todos em parceiros. Esses projetos proliferaram a partir dos anos 1980, nos Estados Unidos, no Brasil (sobretudo no contexto da transição democrática e do auge dos movimentos sociais urbanos), e em vários outros lugares. Como observa Marcus (2008, p. 7), esse era também o contexto em que as formas neoliberais se disseminam e em que a possibilidade de financiamento muitas vezes conduzia à formação de parcerias, por exemplo, entre ONGs e pesquisadores.

Em suma, já temos aqui várias versões de colaboração, o termo que passa a ser preferido para pensar a relação entre pesquisadores e seus parceiros de pesquisa. Elas incluem: a coprodução de dados no contexto mais clássico em que o antropólogo treina seus colaboradores para que ajudem a produzir os dados que precisa; a parceria na formulação de todo o projeto de pesquisa, como no caso dos STS; e a produção de conhecimento no contexto de parcerias políticas e de ativismo. Entre essas opções, a mais igualitária seria a segunda, mas esses parceiros epistêmicos seriam em geral quase sempre acadêmicos e não existiria grande diferença social estruturando as relações, embora pudesse haver grandes diferenças de poder, como no caso do estudo de Sunder Rajan.

Tomás Sánchez Criado e Adolfo Estalella (2018) recentemente adicionaram uma nova possibilidade, que eles denominam colaboração experimental e que em muitos sentidos é uma elaboração da noção de parcerias no caso de interdisciplinaridade (como no contexto dos STS):

13. “[...]once the ‘reflexive’ subject is now the only kind of subject the anthropologist encounters, and where the reflexivity of the subject exists in, or overlaps with, the same intellectual universe that informs the researcher (necessarily making the subject his epistemic partner, so to speak, in the conduct of research), then ‘collaboration’ replaces the trope of ‘apprenticeship’ (or its alternatives) as defining the ‘scene’ of fieldwork encounter”.

[...] ao invés de noções de solidariedade e equidade, para nós colaboração teria o formato de situações tentativas nas quais os antropólogos seriam levados a reciclar suas técnicas tradicionais (notas e entrevistas) ou seriam envolvidos em intervenções intensas no campo, às vezes trabalhando de maneira harmoniosa com seus parceiros, ou às vezes se chocando com eles. Nessas situações, o método etnográfico é re-equipado com novas infraestruturas, espaços de produção de conhecimento, formas de relações e modos de representação. Vista dessa maneira, a colaboração não seria a tradicional condição constitutiva de qualquer trabalho de campo caracterizada por uma relação assimétrica [...], nem uma estratégia deliberativa irrigada por compromissos políticos e éticos [...]. Ao contrário, seria uma forma de engajamento em explorações epistêmicas com aqueles anteriormente descritos como informantes, e agora reconfigurados como parceiros epistêmicos. Chegamos à concepção desse processo como algo que abala o primado da observação na etnografia e revela outras práticas epistêmicas no trabalho de campo (2018, p. 10)¹⁴.

Os exemplos que eles exploram são, por exemplo, os de etnógrafos desenhando páginas na internet para facilitar o trabalho de projeto e ativismo de um grupo de colaboradores, num processo de coformulação e resolução de problemas práticos (como a construção de uma rampa móvel para o uso de pessoas em cadeiras de rodas).

A substituição da noção de informantes pela de colaboradores e depois pela de parceiros epistêmicos é certamente significativa e reduz o papel dos etnógrafos de campo a uma dimensão bem menos pretensiosa do que a dos antropólogos clássicos dando voz aos outros e desvendando suas culturas. Mas não resolve todas as desigualdades sociais e disparidades de poder ainda envolvidas na pesquisa de campo. Na verdade, a prática dessas parcerias acaba criando outras questões importantes, que tanto Marcus quanto Sánchez Criado e Estalella não consideraram. São questões que nos remetem outra vez às reflexões de Agee sobre desigualdade e poder.

Não foram muitos os antropólogos que refletiram abertamente sobre as relações com seus parceiros, sobretudo quando elas envolvem diferenças sociais significativas.

14. “[...] rather than notions of solidarity and equity, for us collaboration takes the form of tentative situations in which anthropologists appear to be prompted to repurpose their traditional techniques (taking notes and interviewing) or are drawn into intense interventions in the field, at times working smoothly with counterparts, at other times clashing with them. In these situations, the ethnographic method is re-equipped with new infrastructures, spaces of knowledge production, relationship forms and modes of representation. Taken this way, collaboration would not be the traditional constitutive condition of any fieldwork characterized by an asymmetric relationship [...], nor a deliberate strategy infused by political and ethical commitments [...]. Rather, it would be a form of engaging in joint epistemic explorations with those formerly described as informants, now reconfigured as epistemic partners. We have come to think of this process as one that unsettles the observational convention of ethnography and reveals other epistemic practices in fieldwork”.

Uma das autoras que refletiram sobre isso e levaram a discussão a novas direções foi Richa Nagar¹⁵. Ao fazer isso, ela voltou à questão de autoria. Tanto Marcus (2008, 2018) e Sánchez Criado e Estalella (2018) quanto Dattatreyan e Marrero-Guillamón (2019, p. 222), ao discutirem alternativas para a prática antropológica, mencionam a coautoria e a coprodução de dados e de eventos como alternativas para modos mais igualitários de produção de conhecimento, pelo menos na sua publicação – ideia essa que já era cara à geração de *Writing culture*. Em um artigo de 2003, Richa Nagar já tinha argumentado que suas colaboradoras, que aparecem no artigo não como coautoras, mas como consultoras, não estavam interessadas em coautoria. Nagar sugere que uma concepção mais radical e complexa de colaboração tem que necessariamente problematizar noções de que colaboração pode ser traduzida em termos de coautoria; de que falar para audiências acadêmicas é uma prioridade; e de que todos os envolvidos em um processo de pesquisa estariam interessados em garantir direitos de propriedade intelectual e reconhecimento de audiências acadêmicas (p. 378)¹⁶. Segundo Nagar, os produtos de uma colaboração podem às vezes ser escritos juntos, mas isso não é algo necessário.

O desafio para geógrafas pós-coloniais e feministas, então, é conceber cruzamentos de fronteiras que estejam comprometidos em formar novas parcerias colaborativas com atores acadêmicos e não acadêmicos em “outros” universos, em todos os sentidos do termo – parcerias nas quais questões sobre como poder e autoridade seriam compartilhados não podem ser respondidas de antemão, mas são imaginadas, disputadas e resolvidas através do próprio processo colaborativo (2003, p. 379)¹⁷.

15. Agradeço a Malini Ranganathan pelo diálogo acerca dos nossos dilemas com trabalho de campo e por indicar as referências das discussões de Richa Nagar.
16. Num artigo em coautoria, Koni Benson e Richa Nagar, ambas feministas, refletem sobre a questão da colaboração e indagam se ela poderia ser uma prática de resistência tanto na antropologia quanto na história oral no contexto de pesquisas com ONGs. Elas argumentam que é imperativo que feministas criem “novas metodologias colaborativas que possam simultaneamente resistir à ‘de-radicalização da política feminista’ tanto na academia crescentemente corporatizada, quanto no setor das ONGs cada vez voltado às agências fundadoras, profissionalizado e identificado com o estado (2006, p. 581)” (“new collaborative methodologies that can simultaneously resist the ‘deradicalization of feminist politics’ in the increasingly corporatized academy as well as in the increasingly donor-driven, professionalized, and state-identified NGO sector”).
17. “The challenge for postcolonial and feminist geographers, then, is to conceptualise bordercrossings that are committed to forming collaborative partnerships with academic and non-academic actors in “other” worlds, in every sense of the term – partnerships in which the questions around how power and authority would be shared cannot be answered beforehand, but are imagined, struggled over and resolved through the collaborative process itself”.

Em suma, as reflexões de Nagar são especialmente provocativas porque ela separa colaboração de coautoria e separa autoria de textos e representações do processo de produção de conhecimento, o que no caso da pesquisa etnográfica envolve não só pesquisadores e colaboradores, mas várias outras pessoas. Além disso, ela insiste que a colaboração pode resultar em vários produtos em diferentes formatos e que cada um deles pode ter diferentes formas de autoria. Finalmente, e a meu ver crucialmente, ela insiste que questões de poder e de autoridade não podem ser resolvidas de antemão, mas têm que ser enfrentadas e resolvidas durante o próprio processo colaborativo.

Novas referências para a produção de conhecimento em contextos de desigualdade

Questões de poder e de autoridade na produção de pesquisa mudam constantemente e, portanto, precisam sempre ser renegociadas. Nos últimos anos, algumas transformações em cidades e nas relações socioespaciais que elas abrigam, bem como em modos de circulação de informação, alteraram as condições de produção de conhecimento social especialmente a partir de periferias urbanas. Gostaria de mencionar três dessas mudanças e refletir sobre suas consequências.

A primeira mudança refere-se à proliferação de tecnologias digitais para a circulação de informação. Essa é uma mudança estrutural, sobre a qual não vou poder me estender muito, já que exigiria em si mesma um estudo separado. É amplamente sabido como a normatização da internet provoca mudanças nos mais diferentes aspectos da vida social. Um desses aspectos é o deslocamento do monopólio de circulação e regulação da informação acadêmica. Se no passado instituições acadêmicas e revistas científicas e editoras tinham em grande medida o poder de regular o que circulava como produção científica, hoje isso já não é mais o caso. Artigos podem ser publicados na internet em formato de pdf sem nenhuma forma de controle por autoridades acadêmicas. Qualquer artigo recusado por revistas científicas pode alcançar significativa audiência e obter respeitável número de citações ao ser publicado em páginas da internet não reguladas por autoridades científicas. Quando a revista *Fortune* se negou a publicar o ensaio de James Agee, foram necessários cinco anos para que ele aparecesse sob o formato de livro – e Agee e Walker eram ambos profissionais reconhecidos. Hoje, o pdf poderia estar disponível numa questão de horas, e as mídias sociais poderiam ser acionadas para chamar atenção para o texto e sua rejeição. Informações circulando sob o formato de *blogs* alcançam audiências muito mais amplas do que aquelas divulgadas em revistas acadêmicas. Ou seja, se para carreiras acadêmicas a regulação de publicações e o controle sobre o que é publicado podem ser ainda relevantes, para a circulação de resultados de pesquisa, de interpretações, de opiniões e de colaborações, essa regulação está se tornando cada

vez menos relevante. Basicamente, qualquer texto pode circular sob a forma de pdf na internet. O volume do que circula também mudou radicalmente, e manter critérios de relevância está cada vez mais difícil. Se no passado alguns centros de poder e de regulação podiam controlar quase toda a circulação de informações, hoje isso não é mais possível. Conseqüentemente, questões de autoria e de legitimidade mudam.

Num ensaio de 1970 intitulado “O que é um autor?”, Michel Foucault argumentou que nas sociedades modernas o autor é basicamente um regulador de significado¹⁸.

O autor não é uma fonte indefinida de significações que preenchem uma obra; o autor não precede as obras; ele é um certo princípio funcional graças ao qual, na nossa cultura, se delimita, se exclui, e se seleciona; em suma, graças ao qual se impede a livre circulação, a livre manipulação, e a livre composição, decomposição, e recomposição da ficção [...]. O autor é, portanto, a figura ideológica graças à qual se marca a maneira pela qual nós tememos a proliferação de sentido ([1970] 1984, pp. 118-119)¹⁹.

Nesse texto, que obviamente não considerava a proliferação da circulação de discursos em plataformas digitais, Foucault já antevia a mudança do que ele chamou de “função do autor” e dos modos de existência dos discursos. Nas sociedades modernas, essa função seria basicamente a de fazer circular a verdade e conferir legitimidade a discursos. Foucault admitia nesse texto que essa configuração poderia estar mudando, que a função do autor poderia desaparecer, e que os discursos passariam a funcionar de acordo com um outro modo, ainda dentro de um sistema de contenção, mas um sistema a ser determinado.

Todos os discursos, não importa seu status, forma, valor, e qualquer que seja o tratamento a que serão submetidos, iriam então se desenvolver *no anonimato de um murmúrio* (119, minha ênfase)²⁰.

18. Estou trabalhando com o texto de Foucault publicado no *Foucault Reader* e que segue uma versão apresentada na Universidade de Buffalo em 1970. Esta é uma versão condensada da conferência que ele proferiu em 1969 e que foi publicada anteriormente no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Para uma análise mais aprofundada sobre a maneira pela qual Foucault concebe o autor, ver: Adorno, 2012.
19. “[...] the author is not an indefinite source of significations which fill a work; the author does not precede the works; he is a certain functional principle by which, in our culture, one limits, excludes, and chooses; in short, by which one impedes the free circulation, the free manipulation, the free composition, decomposition, and recomposition of fiction [...] The author is therefore the ideological figure by which one marks the manner in which we fear the proliferation of meaning”.
20. “All discourses, whatever their status, form, value, and whatever the treatment to which they will be subjected, would then develop in the anonymity of a murmur”.

Com a proliferação das plataformas digitais e a possibilidade de circulação infinita de discursos desafiando o controle do sentido, poderíamos estar chegando então ao cenário imaginado por Foucault em que não faria mais diferença saber quem é o autor, e em que não mais tememos a proliferação de significado. Todos produzimos murmúrios. Nas plataformas digitais – mas não só nelas –, como os discursos são largamente não regulados e mesmo não reguláveis (a não ser pelas grandes corporações proprietárias das plataformas digitais e seus algoritmos), e como existem cada vez menos posições de autoridade a partir das quais se podem ancorar discursos que tenham legitimidade, não só todos os tipos de discurso podem circular sem regulação, mas sobretudo as *fake news* proliferam e circulam amplamente, sem que se possa com certeza distinguir o que é *fake* e o que não é. Qualquer coisa e tudo vira informação. Todos os discursos praticamente se equivalem.

Mas é claro que esse é apenas um lado das transformações na circulação e regulação de discursos. Há ainda muitos espaços em que a produção de discursos e de conhecimento se insere claramente em disputas de poder e de legitimidade, em tentativas de estabelecer o que deve ser tomado como crível, mas não como no passado. Vivemos em contextos em que se podem desestabilizar modos existentes de organização do público e seus significados e em que debates sobre o lugar da fala denotam tentativas de reinventar a regulação de discursos.

Duas importantes mudanças sociais permitem articular algumas reflexões sobre regulação/circulação de discursos e retornar às questões do trabalho de campo, da colaboração e da autoria. Haveria outras mudanças a considerar, mas vou me deter nestas uma vez que meu trabalho de campo tentou investigá-las e, assim, elas me permitem retornar às reflexões acima. Elas são a importante produção cultural originada nas periferias de São Paulo e o acesso de jovens desses espaços às universidades, sobretudo aos cursos de ciências sociais.

Desde os anos 1990, as periferias de São Paulo têm promovido uma intensa produção cultural, que se iniciou no hip-hop e teve as mais diversas expressões, como o rap, o grafite, a *pixação*²¹, os saraus e a literatura marginal, o vídeo periférico etc. A história dessa imensa e intensa produção cultural não tem como ser contada/contida neste texto. Correndo o risco de simplificar muito, diria que em seu conjunto essa produção conseguiu afetar a circulação e a produção de discursos a partir das periferias e sobre elas e deslocar sua presença tanto no espaço público da cidade quanto no da produção acadêmica. Toda essa produção criou formas alternativas de produção e circulação de discursos que ganharam legitimidade e visibilidade, apesar de acontecerem em circuitos não regulados pelas instituições que até então

21. Adoto a grafia de *pixação* com “x”, seguindo o uso de seus produtores.

conseguiam estabelecer o que deveria ser entendido como arte, literatura, música, vídeo etc. Talvez a forma mais radical desse deslocamento seja a *pixação*, que usurpa o espaço público da cidade, transformando-o em espaço de articulação de discursos daqueles que até então não tinham um discurso público. É especialmente significativo que os discursos produzidos pela *pixação* sejam simultaneamente onipresentes na cidade, extremamente visíveis e em grande parte ilegíveis. Daí sua transgressão: a *pixação* constituiu o espaço público da cidade sem permitir que sua intervenção seja regulada; ela continua a ser não assimilável e transgressiva²².

Desde o início dos anos 2000, tenho realizado pesquisas sobre a nova produção cultural articulada a partir das periferias. As relações estabelecidas no campo e as condições de pesquisa foram substancialmente diferentes daquelas que eu havia conhecido até então e discutido em trabalhos anteriores e sobretudo em “A incursão pelo lado ‘não respeitável’ da pesquisa de campo”. Se anteriormente eu não tinha encontrado resistência e recusas, agora elas ficavam claras. As condições que moldam as possibilidades do trabalho de campo estavam mudando, pois as condições sociais nas periferias estavam se transformando, e o grupo que eu estava interessada em estudar fazia parte da vanguarda dessas mudanças. Desde o início dessa pesquisa, interpretei as recusas e as condições impostas às minhas interações com os produtores culturais como sinais da profundidade das mudanças. Eles não mais precisavam se submeter às minhas solicitações de entrevistas: podiam simplesmente me ignorar, se quisessem. Aos poucos, fui mudando minha concepção sobre o campo. Se nas pesquisas anteriores partia do pressuposto de que as interações e as entrevistas iriam ocorrer na casa dos entrevistados ou nos seus espaços de moradia, nas pesquisas com os produtores culturais entendi que nossa interação, se possível, iria ocorrer em espaços públicos e seria moldada por várias restrições. Abandonei completamente o dogma da observação participante e o imperativo de tentar viver a experiência cotidiana dos grupos estudados, que se tinham embutido na minha mente como sinônimo de pesquisa etnográfica. Não frequentaria suas casas, não conheceria suas famílias, muitas vezes não saberia suas histórias de vida nem mesmo seus nomes completos: não compartilharia seu cotidiano e não tentaria viver a experiência de sua vida e o dia a dia de sua produção: o que eu estudava era sua intervenção no espaço público, e isso não requeria nenhuma vivência de suas vidas privadas. Eu só me relacionaria com suas *personas* públicas. Tentei aprender o máximo possível sobre sua produção cultural e, para isso, ouvi muito rap e fui a muito show de rap, assisti muitos saraus e tentei ler o mais que pude as suas publicações, percorri a cidade documentando grafites e *pixações* e tentei aprender sua linguagem. Mas nunca tentei participar do processo

22. Em Caldeira, 2012, analiso a *pixação*, o grafite e novas formas de circulação em São Paulo.

de criação de suas intervenções – nem pensar em ir grafitar e *pixar*! Uma vez que os limites foram ficando claros tanto para mim quanto para os produtores culturais que estabeleceram vários deles, as entrevistas foram sendo possíveis. Todas aconteceram em espaços públicos – bares, centros culturais, galerias –, sempre escolhidos por eles. E todas com o entendimento de que o foco seria a produção cultural e sua circulação no espaço público. Foram trocas interessantes, entre pessoas que conversavam de modo mais igualitário. Eu entrava como autora, presenteava uma cópia do meu livro *Cidade de muros*, e os entrevistados também entravam como autores, mostravam seus raps, seus livros, seus grafites, suas pichações, suas coleções de imagens, sua presença na internet, e discutíamos sobre a cidade e suas desigualdades e sobre suas visões como produtores culturais e criadores de poderosas intervenções no espaço público. Os produtores culturais falavam com paixão sobre seu trabalho e queriam que eu entendesse como era produzido e o que significava para eles. Senti que eles tinham interesse em que eu os ouvisse e entendesse o que faziam. Tinham também interesse em saber sobre o que eu pensava sobre seu trabalho.

Essa pesquisa sobre produção cultural das periferias estendeu-se por mais de uma década, e durante esse período as mudanças tanto nas dinâmicas sociais da cidade quanto nas possibilidades de trabalho de campo foram ficando cada vez mais claras. Mais de duas décadas depois de eu ter iniciado minhas pesquisas nas periferias, experimentava uma mudança na dinâmica de poder no trabalho de campo. Foi um alívio deixar que os produtores culturais estabelecessem a agenda da pesquisa e parte das regras do jogo, ao invés de simplesmente se sujeitarem às minhas. Essas mudanças eram uma clara indicação de quanto a cidade e a sociedade tinham mudado e de como um grupo de rapazes jovens (sim, a maioria dos produtores culturais, sobretudo no grafite e na *pixação*, são homens) estavam transgressivamente tornando essas mudanças palpáveis no espaço da cidade. Havia uma significativa transformação tanto na maneira pela qual os espaços do centro eram ocupados por pessoas de diferentes classes sociais, quanto na cultura de subserviência que havia contribuído para manter as camadas de trabalhadores silenciadas e distantes quando interagindo com pessoas das elites. Poder realizar a pesquisa de campo em termos que não envolviam essa subserviência e podiam incluir a marcação de distância e rejeição foi uma experiência reveladora das mudanças dos tempos.

Outra mudança muito significativa que ocorreu nas últimas décadas e que afetou as condições do trabalho de campo nas periferias foi a entrada da primeira geração de jovens nascidos e vivendo nas periferias na universidade (uma condição compartilhada por muitos dos produtores culturais). Como é sabido, o acesso à educação no Brasil mudou muito nas últimas décadas. A porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos sem educação básica caiu de 58% para 16% no período 1995-2014. Ao

mesmo tempo, a porcentagem daqueles com educação secundária subiu de 12 para 33%²³. O acesso à educação superior subiu entre todos os grupos sociais, embora ainda seja muito limitado entre os grupos de renda mais baixa. Apesar disso, os efeitos desse acesso, mesmo que ainda limitados, são significativos. No Jardim das Camélias, bairro em que faço pesquisas de campo desde 1978, a porcentagem de moradores com educação universitária subiu de zero a 6% entre 1980 e 2013. Isso foi possível graças a uma série de programas de ação afirmativa e cotas e à expansão de universidades federais.

É inegável que esse acesso à universidade significa uma abertura de possibilidades. Mas muitas vezes, ao contrário do que se pensa, essas não são possibilidades profissionais. Há um claro descompasso entre o curso universitário e a vida profissional. As pessoas sempre estudam e trabalham, mas em geral essas coisas não se complementam. Mesmo as pessoas formadas na USP, acabam se vendo sem alternativas no mercado de trabalho e aceitando trabalhos de *telemarketing* ou outras formas de trabalho uberizado, ou seja, temporário, superexplorado e sem vínculo (ver Abílio, 2020). Essa é uma das maiores fontes de frustração e indignação desses jovens que fazem enormes esforços para se formarem – junto com as muitas histórias de humilhação que eles têm a contar sobre sua experiência de frequentar salas de aula em companhia de jovens das classes médias. Então, o que a universidade acaba oferecendo de mais poderoso é exatamente a possibilidade de acesso a novos modos de pensar e sobretudo de se organizar. É a possibilidade de formar redes, de se engajar em coletivos, de fazer parte da criação e do consumo de uma cena supervibrante de produção cultural e ativismo.

Quando iniciei minha última pesquisa sobre transformações no que chamei de formações de vida coletiva nas periferias, decidi que o principal grupo com o qual gostaria de conversar era o dos jovens nascidos nas periferias e que estavam protagonizando essas mudanças: entrando nas universidades, criando outros tipos de famílias, redefinindo papéis de gênero, formando coletivos e denunciando o racismo estrutural que sempre os tinha vitimado. Quando comecei a formar uma equipe de pesquisadores em 2018, decidi que queria que meus colaboradores fossem parte dessa primeira geração de jovens moradores das periferias que tinham chegado às universidades e se formado em ciências sociais. Ao final, a equipe de seis membros tinha cinco com esse perfil e foi formada por Katia Ramalho Gomes, Danielle Regina de Oliveira, Luiz Paulo Ferreira Santiago, Artur Santoro, Mayara Amaral dos Santos e Renata Adriana de Souza. Todos

23. Todos os dados de Balbachevsky *et al.*, 2019. “A porcentagem dos jovens dos dois quintis inferiores alcançando o [ensino superior] subiu de 2% em 1995 para 12% em 2014”. Enquanto isso, entre os jovens do quintil superior, a porcentagem frequentando o ensino superior subiu de 21% para 61% (p. 13).

eles tinham experiência anterior em participação em coletivos. Durante vários meses, nós nos reunimos semanalmente para discutir o andamento da pesquisa. Essas reuniões aconteciam na Fundação Getulio Vargas, após as aulas de um curso sobre pesquisa qualitativa do qual eles também participavam junto com outros alunos da FGV, da USP e do Mackenzie²⁴. Tanto o curso quanto as reuniões de pesquisa foram marcados por tensões significativas. Essa primeira geração de intelectuais e acadêmicos das periferias está disposta a problematizar a produção de conhecimento social e, como acontece com estudantes sul-africanos, pretende descolonizar a universidade e o trabalho de campo. Eles estavam interessados tanto em problematizar a relação com seus colegas de outros grupos sociais, quanto em transformar os modos pelos quais se produz conhecimento sobre os espaços em que vivem, desequilibrando hierarquias há muito estabelecidas e abrindo novas perspectivas de crítica, análise e conceptualização. Esse processo emergente e em formação é sem dúvida tenso e ainda longe de estar totalmente delineado mas, a meu ver, é um dos aspectos mais significativos desta pesquisa.

Questões sobre o significado da produção de conhecimento sobre as periferias feitas por seus próprios moradores, indagações sobre a relação dessa produção com outras formas de conhecimento sobre as periferias e problematização da relação dos pesquisadores comigo, a coordenadora do projeto, foram constantes nas reuniões semanais de pesquisa. Questionamentos sobre a posicionalidade dos pesquisadores em relação, de um lado, a pessoas das periferias que se disponibilizaram a participar da pesquisa ou se recusaram a fazê-lo e, de outro, em relação à coordenadora foram recorrentes e nem sempre de fácil solução. Foi no contexto dessas discussões que forjamos relações de colaboração e tomamos decisões que permitiram o andamento da pesquisa. Formulamos um contrato escrito, assinado por todos, em que concordamos que os dados que estávamos produzindo coletivamente durante a pesquisa seriam compartilhados e poderiam ser utilizados individualmente por cada um de nós em nossos escritos e trabalhos futuros, claro que com o devido crédito. Éramos definitivamente parceiros epistêmicos, embora estivesse claro que essa parceria não era harmônica. Decidimos conjuntamente que a pesquisa seria um espaço para os pesquisadores desenvolverem sua própria voz e autoria. Essa autoria teria que ser problematizada para revelar nossas tensões e perspectivas diferentes. Este artigo é parte do meu esforço de enfrentar algumas das tensões e das questões sobre as quais me sinto obrigada a pensar. Escrevemos um relatório final em que cada um se encarregou de um capítulo tratando do tema em que havia centrado seu interesse de

24. Durante o primeiro semestre de 2018, fui pesquisadora visitante com apoio da Fapesp junto à FGV e ao NEV-USP. A pesquisa de campo para esse projeto de pesquisa teve apoio da Fundação Tide Setubal, e todos os colaboradores foram pagos.

pesquisa. Também concordamos que seria importante explorar espaços e modos de publicação que fossem além da academia e acessíveis às pessoas que haviam colaborado nas entrevistas. Assim, publicamos uma série de textos de autoria individual no *Le Monde Diplomatique* e produzimos uma série de *podcasts* para a divulgação dos resultados entre as redes de coletivos e moradores das periferias. Os *podcasts* foram feitos sob a forma de um diálogo entre dois pesquisadores²⁵. Nessas plataformas, nossas autorias e vozes são equivalentes.

Nenhuma dessas decisões poderia ter sido prevista *a priori*. De fato, questões de poder, de desigualdade, de autoridade e de autoria não podem ser resolvidas de antemão, mas têm que ser negociadas durante o próprio processo da pesquisa, como sugeriu Richa Nagar (2003). A ideia do contrato pareceu ser bastante produtiva, pois permitiu uma certa garantia de que ninguém era de fato “dono” da pesquisa e que todos os dados eram compartilhados e acessíveis a todos numa plataforma virtual. Não é certamente o mesmo tipo de contrato que Sundar Rajan teve que formular com seus entrevistados, mas a meu ver teve a função de tornar possível a continuidade da pesquisa em um contexto de bastante questionamento. O contrato deu alguma clareza sobre as bases nas quais as trocas estavam sendo realizadas e sobre o que se espera da colaboração. Também separamos a produção dos dados, que foi sobretudo coletiva e compartilhada, da autoria dos produtos da pesquisa, que decidimos que seria individual. O que foi compartilhado pode não ter correspondido à totalidade do que foi produzido, pois alguns pesquisadores foram claros sobre o fato de que não estavam compartilhando tudo. Mas o que foi compartilhado tornou-se acessível a todos. Não consideramos a questão de coautorias, a não ser nos diálogos dos *podcasts*. Preferimos privilegiar a elaboração de autorias individuais.

Essas decisões obviamente não resolveram todas as questões. Mas acho que elas tiveram um importante papel: chamam atenção para os problemas que estruturam a produção do conhecimento em condições marcadas por desigualdades, tornando-os visíveis, evidentes, acessíveis e, espera-se, mais tratáveis. As desigualdades – de classe, de raça, de gênero, de poder – continuam a ser estruturantes na pesquisa, porque são basicamente estruturais na sociedade e não podem ser resolvidas apenas no contexto de um projeto. Contudo, elas podem ser deslocadas, enfrentadas. Elas não foram resolvidas, mas não impediram a produção da pesquisa. Ao serem problematizadas de forma direta, recriam e reformulam as condições de produção do conhecimento e, portanto, a qualidade dos dados produzidos. A autoria precisa ser

25. Os artigos foram publicados na edição brasileira do *Le Monde Diplomatique* e os *podcasts* na sua plataforma *Guilhotina*. Todos os artigos e *podcasts* podem ser acessados em: <https://diplomatique.org.br/especial/periferiasp/>.

trabalhada para representar as tensões e desigualdades encontradas no campo. Ela precisa ser crítica e humilde.

O processo de pesquisa não apenas é aberto, como incerto. O que se tem que aceitar é a incerteza e a fragilidade dos discursos, a indeterminação dos lugares, apesar de todos seus determinantes. Partir dessa indeterminação e dessa fragilidade é o que abre possibilidades para experimentos, transgressões, e invenções que deslocam questões e podem produzir novo conhecimento, mesmo que sempre contestável. Afirmar a fixidez dos lugares, impor explicações já prontas para as muitas desigualdades, enquadrar as relações em moldes predeterminados significa fechar possibilidades. A questão é deixar existirem as possibilidades de disputas de narrativas, de superposição de narrativas, de embate de discursos, de incerteza na produção do conhecimento. Essas são possibilidades que costumamos atribuir a um espaço público democrático.

Referências bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. (2020), “Uberização e juventude periférica”. *Novos Estudos*, 39 (3): 579-597.
- ADORNO, Sérgio. (2012), “O autor nos escritos de Foucault: entre o discurso e a morte”. *Jornal de Psicanálise*, 45 (82): 113-128.
- AGEE, James & EVANS, Walker. ([1941] 1969), *Let us now praise famous men*. Boston, Houghton Mifflin Co.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; SAMPAIO, Helena & ANDRADE, Cibele Yahn de. (2019), “Expanding access to higher education and its (limited) consequences for social inclusion: The Brazilian experience”. *Social Inclusion* 7 (1): 7-17.
- BENSON, Koni & NAGAR, Richa. (2006), “Collaboration as resistance? Reconsidering the processes, products, and possibilities of feminist oral history and ethnography”. *Gender, Place and Culture*, 13 (5): 581-592.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1981), “Uma incursão pelo lado ‘não respeitável’ da pesquisa de campo”. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1 (*Trabalho e Cultura no Brasil*). Recife/Brasília, ANPOCS/CNPq, pp. 332-54.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1988), “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia”. *Novos Estudos Cebrap*, 21: 133-157.
- CALDEIRA, Teresa P. R. (2011), “Apresentação: Ruth Corrêa Leite Cardoso: a intelectual e seu tempo”. In: *Ruth Cardoso – Obra Reunida*. São Paulo, Mameluco, pp. 8-38.
- CALDEIRA, Teresa P. R. (2012), “Imprinting and moving around: New visibilities and configurations of public space in São Paulo”. *Public Culture* 24 (2): 385-419.
- CALDEIRA, Teresa P. R. (2021). “Fieldwork: problems we are still required to think”. *HAU: Journal on Ethnographic Theory*, 11 (2): 720-725.

- CARDOSO, Ruth C. L. ([1979] 2011), "Notas para discussão". In: *Ruth Cardoso – Obra Reunida*, org. de Teresa P. R. Caldeira. São Paulo, Mameluco, pp. 197-202.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1986), (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CLIFFORD, James. (1983), "On ethnographic authority". *Representations*, 2: 132-143.
- CLIFFORD, James & MARCUS, George. (eds.). (1986), *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley, University of California Press.
- DATTATREYAN, Ethiraj Gabriel e Isaac Marrero-Guillamón. (2019), "Introduction: Multimodal anthropology and the politics of invention". *American Anthropologist*, 121 (1): 220-228.
- DENBY, David. (2006), "A famous man. The collected works of James Agee". *The New Yorker*, January 9th, <https://www.newyorker.com/magazine/2006/01/09/a-famous-man>.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. (1986), "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1980), *Power/Knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Colin Gordon, editor. Nova York, Pantheon Books.
- FOUCAULT, Michel. ([1970] 1984), "What is an author?". In: RABINOW, Paul, editor. *Foucault reader*. Nova York, Pantheon Books, pp. 101-121.
- GEERTZ, Clifford. (1973), *The interpretation of cultures*. Nova York, Basic Books.
- MARCUS, George. (1995), "Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography". *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117.
- MARCUS, George. (2008), "The end(s) of ethnography: social/cultural anthropology's signature form of producing knowledge in transition". *Cultural Anthropology*. 23 (1): 1-14.
- MARCUS, George. (2018), "Foreword. Collaboration mode 3: a found condition of anthropological field research today... and what might be made of it". In: ESTALELLA, A. & SÁNCHEZ CRIADO, T. (eds.). *Experimental collaborations*. Nova York, Berghahn Books, pp xi-xvi.
- NADER, Laura. (1969), "Up the anthropologist: perspectives gained for studying up". In: HYMES, Dell, editor. *Reinventing anthropology*. Nova York, Pantheon, pp. 284-311.
- NAGAR, Richa. (2003), "Collaboration across borders: moving beyond positionality". In consultation with Farah Ali and *Sangatin* women's collective. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24 (3): 356-372.
- POOVEY, Mary. (1998), *A history of the modern fact: problems of knowledge in the sciences of wealth and society*. Chicago, University of Chicago Press.
- RABINOW, Paul. (1977), *Reflections on fieldwork in Morocco*. Berkeley, University of California Press.
- RABINOW, Paul. (2002), "Midst anthropology's problems". *Cultural Anthropology*, 17 (2): 135-49.
- RABINOW, Paul. (2007), *Reflections on fieldwork in Morocco*. 30th anniversary edition. Berkeley, University of California Press.

- SÁNCHEZ CRIADO, Tomás & ESTALELLA, Adolfo. (2018), "Introduction. Experimental collaborations". In: ESTALELLA, Adolfo & SÁNCHEZ CRIADO, Tomás, editors. *Experimental Collaborations*. Nova York, Berghahn Books, pp. 1-30.
- STOCKING JR., George, W. (1983), "The ethnographer's magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski". In: STOCKING JR., George W., ed., *Observers observed: Essays on ethnographic fieldwork*. Madison, University of Wisconsin Press.
- SUNDER RAJAN, Kaushik. (2006), *Biocapital: The constitution of postgenomic life*. Durham, NC: Duke University Press.

Resumo

Desigualdade e legitimidade: problematizando a produção de conhecimento social

Nos últimos quarenta anos, as ciências sociais e sobretudo a antropologia passaram por mudanças significativas. Neste artigo, reflito sobre questões e dilemas que dizem respeito à maneira pela qual se produzem pesquisas sociais, sobretudo ao trabalho de campo em situações marcadas por grandes desigualdades. Dizem também respeito à questão de como conceber as representações dos achados dessas pesquisas e a autoria. E, finalmente, concernem às possibilidades de circulação dos discursos.

Palavras-chave: Pesquisa social e desigualdade; Trabalho de campo; Autoria; Regulação de discursos.

Abstract

Inequality and legitimacy: problematizing the production of social knowledge

In the last 40 years, the social sciences and especially anthropology have gone through substantial changes. In this article, I reflect on questions and dilemmas related to the way of producing social research, especially through fieldwork in situations marked by large inequalities. These questions also relate to how to conceive of the representation of the findings and to authorship. Finally, they relate to the possibilities of the circulation of discourses.

Keywords: Social research and inequality; Fieldwork; Authorship; Regulation of discourses.

Texto recebido em 02/10/2021 e aprovado em 22/10/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.191135

TERESA PIRES DO RIO CALDEIRA é antropóloga e professora no Departamento de Planejamento Urbano e Regional na Universidade da Califórnia, Berkeley. E-mail: tcaldeira@berkeley.edu.



Três lugares para a crise de legitimidade da ciência

Renan Springer de Freitas*

<https://orcid.org/0000-0001-6109-6841>

Todos sabem que Einstein fez algo surpreendente, mas são poucos os que conhecem o que ele realmente fez. É geralmente reconhecido que ele revolucionou a nossa concepção do mundo físico, mas os novos conceitos estão envoltos no tecnicismo da matemática. Sem dúvida, há incontáveis explicações populares da teoria da relatividade, mas essas geralmente deixam de ser inteligíveis justamente quando começam a revelar o que é importante. Dificilmente se poderiam culpar os seus autores. Muitas das novas ideias podem ser expressas em linguagem não matemática, mas nem assim deixam de ser difíceis (Russell, 1974, p. 3).

Ao escrever essas linhas, em 1925, Bertrand Russell imaginou estar se referindo a uma dificuldade que deixaria de existir com o passar dos anos. Por essa razão, procurou atenuar o pessimismo que deixou transparecer em seu relato acrescentando o seguinte comentário: “As ideias de Einstein parecerão mais fáceis para as gerações que crescerem com elas” (Russell, 1974, p. 4). Os anos se passaram e isso não aconteceu. O futuro não repetiu o passado. As ideias de Copérnico, Galileu e Newton puderam parecer mais fáceis para as gerações que cresceram com elas, mas não as de Einstein, Max Planck, Erwin Schrödinger e dezenas de outros. Estas pareceram difíceis para as gerações que as viram surgir, para as que cresceram com elas e para as subsequentes; permanecem difíceis aos olhos das gerações do nosso próprio tempo e, ao que tudo indica, assim permanecerão por tempo indeterminado. Se no passado a ciência

* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

pareceu difícil, agora ela é difícil, *difficil em si*, como o asseverou Gaston Bachelard em sua obra *Le matérialisme rationnel*, de 1953. Consideremos, por exemplo, esses dois enunciados que coloco entre parênteses para facilitar a visualização: $(_{13}^{27}\text{Al} + _2^4\alpha \rightarrow _{15}^{30}\text{P} + _0^1\text{n})$ e $(_{15}^{30}\text{P} \rightarrow _{14}^{30}\text{Si} + _{+1}^0\beta)$. Trata-se de duas equações de reação nuclear que, combinadas, enunciam a radioatividade induzida artificialmente, uma descoberta que, em 1934, convulsionou parte do conhecimento até então produzido pela chamada “ciência da matéria” (Bachelard, 1990, p. 245). Um feito de tal natureza ilustra particularmente bem o que eu ousaria chamar de “a sina da ciência contemporânea”: ver-se frequentemente convulsionada por enunciados que contrariam o bom senso. Como pode um conhecimento marcado por essa “sina” ser assimilado pelo conhecimento comum? Muito fácil responder: não pode. Conclusão: se outrora havia como aproximar o conhecimento científico do conhecimento comum, agora já não há mais como fazê-lo.

No início da década de 1960, o historiador da ciência Thomas Kuhn (Kuhn, 1962) chegou a esta mesma conclusão por um caminho diferente: não o das descobertas contraintuitivas que subitamente revolvem todo um conhecimento já sedimentado, mas o do próprio processo por meio do qual um novo conhecimento vem a se sedimentar após o anterior ter sido revolido. Em linhas gerais, esse processo pode ser descrito da seguinte maneira: para que exista ciência é necessário que alguma área de estudos seja capaz de produzir uma obra paradigmática que abra, de forma exemplar, todo um campo para a investigação empírica. Uma vez aberto esse campo, o próprio ato de explorá-lo gera “quebra-cabeças” que sempre se renovam. A atividade rotineira de buscar soluções para esses quebra-cabeças requer o domínio de um vocabulário próprio, hermético, esotérico, crescentemente especializado, concebido no rastro do vocabulário peculiar à obra paradigmática que abriu o campo de investigação a ser explorado. Visto que o conhecimento que resulta dessa atividade não é outro senão o conhecimento científico, segue-se, por um lado, que este tende a tornar-se cada vez mais impermeável ao conhecimento comum e, por outro, que seu desenvolvimento depende muito mais do treinamento especializado requerido para a solução dos referidos “quebra-cabeças” do que de uma supostamente desejável “abertura” para o acolhimento de novas ideias. Lamentável? Não, responderia Kuhn. Apenas um sinal de que a ciência está evoluindo. Somente em “protociências” nada disso acontece.

Entretanto, em um passado nem tão distante houve quem visse nesse quadro que acabo de descrever um motivo para desolação. Refiro-me, especialmente, a José Ortega y Gasset. Em seu célebre *La rebelión de las masas*, obra publicada em 1929 reunindo artigos escritos desde 1926, ele afirmou: “convém repisar a extravagância deste fato inegável: a ciência experimental progrediu em boa parte mercê do tra-

balho de homens fabulosamente medíocres e menos que medíocres. Isto significa que a ciência moderna, raiz e símbolo da civilização atual, deu guarida dentro de si ao homem intelectualmente médio e lhe permite operar com bom êxito” (Ortega y Gasset, 2001, p. 61). O “homem intelectualmente médio” ao qual é permitido “operar com bom êxito” a que Ortega y Gasset se refere com nítido desdém por volta de 1930 não é outro senão esse homem especialmente bem treinado para solucionar “quebra-cabeças” que posteriormente Kuhn viria a chamar de “cientista normal”. Mas Ortega y Gasset não estava sozinho em seu desalento. Em 1931, foi a vez de Karl Jaspers exprimir sua desilusão com a ciência do seu tempo ao publicar *Die geistige Situation der Zeit*, traduzido para o inglês, em 1935, sob o título *Man in the Modern Age*. Nessa mesma época, Johan Huizinga e Edmund Husserl fizeram o mesmo ao publicarem, respectivamente, em 1935 e em 1936, as obras hoje disponíveis em português sob os títulos *Nas sombras do amanhã: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo* e *A crise das ciências europeias e a filosofia transcendental*.

Essas breves considerações remetem diretamente ao tema que me foi proposto abordar no presente dossiê: a “crise de legitimidade da ciência”. Na presente contribuição defendo a tese de que “crise de legitimidade da ciência” é um fenômeno para o qual há três “lugares”, dois dos quais imaginários: o mundo celestial a que somos conduzidos pelas páginas de livros tais como os quatro que acabo de citar, e, em diametral oposição, o mundo dantesco a que somos levados por escritos libertários bem-intencionados tais como, por exemplo, os do filósofo da ciência Paul Feyerabend, a quem oportunamente retorno. O terceiro lugar é aquele a que somos conduzidos pelos escritos dos grandes intelectuais e cientistas da Alemanha da República de Weimar. Conforme pretendo mostrar, este é o único lugar que existe de fato, e não apenas na imaginação de determinados pensadores e nas páginas dos livros por eles escritos.

1

No mundo a que me referi como “celestial”, a ciência não teria os atributos que tem e, exatamente por tê-los, sua legitimidade estaria permanentemente em questão. Já vimos o caso de Ortega y Gasset. Vejamos rapidamente os outros. Karl Jaspers lamentava o fato de viver em um mundo no qual a objetividade do conhecimento científico era incompatível com as verdades profundas e duradouras contidas nos mitos e nas reflexões mais bem sedimentadas do conhecimento comum (Jaspers, 1951; Everett, 1937, p. 360). Johan Huizinga, da mesma forma, lamentava o fato de as teorias científicas, principalmente no campo das ciências exatas, terem se afastado de tudo o que pode ser representado e compreendido de modo intuitivo nos termos

do pensamento cotidiano (Huizinga, 2017; Trizio, 2016, p. 193). Husserl é um caso à parte, ao qual retorno no próximo parágrafo com a ajuda de um especialista. Todos os três (por ora estou excluindo Husserl) estavam corretos ao caracterizar a ciência do seu tempo da forma como o fizeram, mas que lição há para ser extraída dessa correta caracterização? A de que a ciência estava atravessando uma “crise de legitimidade”? A de que a ciência contemporânea desfruta de uma autoridade que não merece? Essa parece ter sido a lição tirada por eles. Em que a ciência descrita pelos três nas décadas de 1920 e 1930 difere da descrita por Bachelard e Kuhn nas décadas de 1950 e 1960? Receio que em nada. Então, por que os mesmos atributos da ciência que eram antes vistos como um sinal de degeneração passaram a ser vistos como um sinal natural de evolução? Minha resposta é: porque a ciência que Ortega y Gasset, Jaspers e Huizinga deploravam era simplesmente a ciência tal como veio a se afigurar no século XX; era a ciência que havia se tornado intrinsecamente difícil e, ao mesmo tempo, cada vez mais dependente da atuação dos especialistas. Para o bem ou para o mal, não existia outra. Não, pelo menos, nesse mundo sublunar em que vivemos.

No que se refere a Husserl, a desilusão com a ciência era de outra natureza. Conforme esclarece Emiliano Trizio, de acordo com Husserl, a crise das ciências europeias

[...] consistia no fato de o domínio específico do ser que elas tomavam como objeto ter se tornado enigmático. Em termos fenomenológicos, consistia na falta de clareza no que se refere ao sentido da sua verdade e ao sentido do ser que elas investigam. Sem a elucidação desse sentido, elas deixam de ser episteme, isto é, o conhecimento científico do que é em si (Trizio, 2016, p. 205, ênfases no original).

Trata-se, como se pode notar, de uma “crise da ciência” que só pode existir nos termos do sistema filosófico que Husserl concebeu. Ela só pode ser visível para quem previamente concede que existem um “sentido da verdade” da ciência e um “sentido do ser” que a ciência investiga, ambos à espera de uma “elucidação” que só estará ao alcance de quem já fez a referida concessão prévia. A linha de raciocínio exposta na citação acima foi aplicada para postular a existência de uma crise da física. Em que consistia essa crise? Respondo valendo-me, mais uma vez, da ajuda especializada de Emiliano Trizio:

A cegueira de Galileu para o verdadeiro sentido (“*real sense*”) da matematização como uma objetivação metódica da natureza pré-científica esculpida no mundo da vida tornou impossível, durante séculos, compreender o sentido do ser (“*sense of the being*”) que é determinado

pela teoria física e, assim, o sentido de verdade (“*truth-sense*”) desta última. É esta a crise da física¹ (Trizio, 2016, pp. 208-209).

De acordo com esse excerto, a “crise da física” postulada por Husserl só pode ser visível para quem admite de antemão que: 1) existe mesmo um “verdadeiro sentido” da matematização que estava na base da astronomia de Galileu; 2) esse “verdadeiro sentido” é a “objetivação metódica da natureza pré-científica esculpida no mundo da vida” (o que quer que isso possa significar); 3) existe um “sentido do ser”, investigado pela “teoria física”, a ser devidamente “elucidado”; 4) a teoria física tem um “sentido de verdade” também a ser elucidado; e 5) tanto o “sentido do ser” que a física investiga, quanto o seu “sentido de verdade” tiveram que esperar pelo advento do pensamento filosófico de Husserl para que pudessem ser devidamente elucidados. Uma vez concedido tudo isso, a conclusão a ser extraída é a de que a física esteve “em crise” durante todo o período (que durou quatro séculos, de Galileu a Husserl, se estou compreendendo bem) em que a “cegueira de Galileu” para o “verdadeiro sentido” da matematização que estava na base da sua própria astronomia nos privou de compreender tanto o “sentido do ser” que a “teoria física” investiga quanto o “sentido de verdade” desta última. Não consegui compreender como foi sanada a tripla incompreensão a que Trizio se refere (a do “verdadeiro sentido”, a do “sentido do ser” e a do “sentido de verdade”), mas entendi que, de todos os itens listados acima, o único que pode ser discutido sem que se aceitem de antemão as idiosincrasias do sistema filosófico de Husserl é o item 2 e, por essa razão, este é o único item sobre o qual vou me manifestar. Eu teria duas perguntas. Primeira: concedendo-se que a “objetivação metódica” a que esse item se refere é de fato o “verdadeiro sentido” da matematização que estava na base da astronomia de Galileu, trata-se de um “verdadeiro sentido” feito sob medida, ou de um “verdadeiro sentido” *prêt-à-porter*; isto é, a referida “objetivação metódica”, seja lá o que isso possa significar, é o “verdadeiro sentido” apenas da matematização que se encontra na base da astronomia de Galileu (como o postula Husserl), ou é *um* “verdadeiro sentido” que pode ser prontamente atribuído à matematização que se encontra na base de qualquer ciência que não tenha perdido seu vínculo com a “natureza pré-científica esculpida no mundo da vida”, o que incluiria não só a astronomia de Galileu, mas também a astronomia de Kepler²,

1. Penso que é recomendável reproduzir o texto original neste caso: “Galileo’s blindness to the real sense of mathematization as a methodic objectivation of the prescientific nature carved out of the life-world has made it impossible, for centuries, to understand the sense of the being that is determined by physical theory, and, thus, the truth-sense of the latter. This is the crisis of physics”.
2. Para uma discussão a respeito da matematização que se encontra na base da astronomia de Kepler, ver o trabalho de Anastasia G. Itokazu (Itokazu, 2008).

a física de Newton³ e muitas outras ciências? Segunda pergunta: visto que a física relativística, a mecânica quântica moderna e a química contemporânea contrariam o bom senso, a intuição imediata e, por isso mesmo, não têm qualquer vínculo com a “natureza pré-científica esculpida no mundo da vida” (sendo, a propósito, intrinsecamente difíceis exatamente por essa razão), devemos concluir que todas essas ciências estão em crise e assim permanecerão enquanto não forem devidamente “esclarecidos” o “verdadeiro sentido” da matematização que as sustenta e o “sentido do ser” que cada uma delas investiga? Se a resposta for “sim” (na verdade, não vejo como poderia ser “não”), receio que as ciências contemporâneas precisarão esperar por um novo Husserl para que possam deixar de estar em crise.

É o bastante para o lugar celestial da “crise da ciência”, este em que a legitimidade da ciência estará permanentemente em questão enquanto a ciência for esta que conhecemos (a única, a propósito, que existe no mundo sublunar em que vivemos); esta que não tem “clareza” a respeito do “sentido da sua verdade” nem do “sentido do ser” que investiga; que se mantém afastada de tudo o que só pode ser expresso e compreendido de modo intuitivo e nos termos do pensamento cotidiano e, como cereja da torta, que “dá abrigo” a especialistas “formidavelmente medíocres”. Passemos, então, aos lugares não celestiais.

Na seção 3, detenho-me na “crise de legitimidade da ciência” que existe no mundo dos sonhos de Feyerabend, um mundo no qual a ciência não desfrutaria dos privilégios de que desfruta no mundo em que vivemos; e, na seção 4, na “crise” que existe nos escritos de cientistas que se viram forçados a se adaptar a um meio que subitamente se tornou abertamente hostil à ciência. Na medida em que a “crise” que existe nesses escritos não exprime uma desilusão pessoal com a ciência (como nos casos de Ortega y Gasset, Jaspers e Huizinga), nem as idiossincrasias de um sistema filosófico (como no caso de Husserl), nem as consequências funestas de uma bem-intencionada utopia libertária (como no caso de Feyerabend), mas um esforço no sentido de melhorar a imagem pública da ciência em um contexto social determinado, é possível dizer que a “crise” que “existe” nos referidos escritos existia, também, no lugar em que estes foram produzidos: a Alemanha da República de Weimar.

Antes de prosseguir, uma palavra sobre as seções 2 e 5. Na seção 2 ocupo-me de fenômenos que se fazem passar por “crise de legitimidade da ciência” sem sê-lo. Sem esse prévio esclarecimento poderia soar excêntrica a minha tese de que só existem três lugares para a crise de legitimidade da ciência, dois dos quais imaginários e, portanto, de que existe um lugar só: a Alemanha da República de Weimar. Na seção 5, concluo.

3. Para uma discussão sobre a matematização que se está na base da física de Newton, ver o trabalho de Peter Kroes (Kroes, 1998).

“Crise de legitimidade da ciência” é um fenômeno que não deve ser confundido com dois outros que, embora possam estar circunstancialmente relacionados com a ciência, não têm qualquer conexão necessária com ela. Por falta de melhor nome, vou chamar o primeiro de “a predisposição humana para conceber e acolher teorias conspiratórias e histórias mirabolantes”. Ferreira Gullar disse uma vez que a arte existe porque a vida não basta. Penso que não só a arte, mas teorias conspiratórias e histórias mirabolantes também. Ilustro com um exemplo. Em 20 de julho de 1969, o mundo parou para ver, pela televisão, um astronauta pisar no solo lunar. Eu era ainda criança, mas lembro-me bem do ceticismo generalizado em relação ao acontecimento na pequenina cidade do interior de Minas Gerais onde eu estava naquele dia. Houve quem dissesse que aquela “lua” era, na verdade, a vizinha cidade de São Gonçalo do Rio Preto. Como explicar isso? Baixa escolaridade? Tenho uma hipótese alternativa: muito mais empolgante do que ver, pela televisão, um homem descendo de uma nave e pisando no solo lunar é imaginar uma trama fantástica que culmina com a imagem televisiva de um homem descendo de uma nave cenográfica em um lugar misterioso que a um incauto pudesse parecer ser a lua. Se, naquela época, existissem as facilidades que a internet proporciona hoje, incontáveis grupos virtuais se formariam no mundo inteiro para negar o acontecimento. “Crise da ciência”? Não. Simplesmente o anseio por uma vida recheada de mistérios e bizarrices que somente as teorias conspiratórias e as histórias mirabolantes podem proporcionar. Não importa, nesse caso, o que vem a ser negado por essas “teorias” e histórias. Relatei um caso no qual se negou a ocorrência de um feito extraordinário da ciência e da tecnologia, mas qualquer fato sem qualquer conexão com a ciência pode ser igualmente negado. Um exemplo pitoresco: a morte do cantor Michael Jackson. Não faltaram histórias mirabolantes para negar esse acontecimento.

Isso dito, devo mencionar que o ato de negar o que não há como ser negado, por meio de teorias conspiratórias e histórias mirabolantes, faz muito mais do que meramente satisfazer o anseio por uma vida mais recheada de mistérios e bizarrices. Esse ato pode estabelecer laços sociais duradouros com uma eficiência que as afirmações cujas validades estão acima de qualquer dúvida razoável jamais seriam capazes de estabelecer. Isso não é difícil de ser demonstrado. Basta que se compare a eficiência de afirmações razoáveis e a de afirmações estapafúrdias no que se refere às suas respectivas capacidades de criar laços sociais. Tomemos, por exemplo, as seguintes afirmações: “A Terra é esférica mas achatada nos polos” e “A Terra é plana”. Qual delas pode criar laços sociais e mantê-los estreitos? Evidentemente a segunda. Quem acredita que a Terra é plana faz parte de um grupo especial, de uma verdadeira “comunidade”,

mantida por meio da reafirmação periódica da crença no formato plano do planeta; mas quem acredita que a Terra é geoide (isto é, esférica mas achatada nos polos) não faz parte de comunidade alguma. Existem bilhões de pessoas no mundo – entre as quais estou incluído e, suponho, também o leitor – que compartilham a crença de que nosso planeta tem o formato de uma esfera, sem que exista um único “esferista”. Em contrapartida, quem quer que compartilhe a crença no formato plano do planeta é um “terraplanista”. Da mesma forma, existem bilhões de pessoas que afirmam que estamos vivendo uma pandemia, que aglomerações provocam contágio e que vacinas imunizam, sem que exista um único “afirmacionista”. Para aqueles que negam tudo isso, em contrapartida, existe um nome bastante conhecido: “negacionistas”. O fato de existirem “negacionistas” da ciência, por mais numerosos e ruidosos que possam ser, não é, entretanto, um indicador da existência de alguma “crise da ciência”, por razões que se mostrarão claras na seção 4. Por ora é suficiente mencionar que, para que se possa falar propriamente de crise de legitimidade da ciência nesse caso, seria necessário que os negacionistas se mostrassem capazes de criar um ambiente de hostilidade à ciência ao qual os cientistas tivessem que reagir de alguma forma para se acomodar a esse ambiente.

Um segundo fenômeno que pode parecer característico de uma “crise da ciência” sem sê-lo é a busca de solução, fora da ciência, para problemas que supostamente deveriam ser resolvidos apenas com a ajuda da ciência. Esse fenômeno exprime um desacordo entre aquilo que o conhecimento científico postula ser a verdade e aquilo que certos grupos ou pessoas gostariam que, em determinadas circunstâncias, fosse a verdade. Se, por exemplo, os químicos postularem que um determinado componente químico é prejudicial aos lençóis freáticos, aqueles que fabricam e utilizam os produtos que contêm esse componente tenderão a protestar. Suponhamos que o protesto seja bem-sucedido e, em razão desse sucesso, não haja restrição legal ao uso de produtos que contenham o referido componente. Suponhamos, também, que desacordos com desfechos dessa natureza se generalizem. Isso configuraria uma “crise de legitimidade da ciência”? Se alguém quiser responder que sim, não vou brigar por causa disso, mas, conforme pretendo deixar claro na seção 4, para que ocorra, a rigor, uma crise de legitimidade da ciência é necessário existir um ambiente hostil à atividade científica ao qual os cientistas que atuam nesse ambiente precisam reagir de alguma forma. No caso hipotético relatado acima não há hostilidade à ciência; esta só existiria se as alegações de conhecimento dos nossos hipotéticos químicos pudessem ser rechaçadas, com alguma chance de êxito, não sob o argumento de que há erros na cadeia de raciocínio ou na investigação que os conduziu à conclusão a que chegaram, como usualmente acontece, mas sob o argumento de que nada há de especial em relação ao conhecimento científico para que uma alegação de conhecimento vinda de um quí-

mico mereça alguma atenção especial. Nesse caso, só seria apropriado falar em crise de legitimidade da ciência, com ou sem aspas, se o ambiente social em que atuam nossos hipotéticos químicos fosse de tal forma hostil à ciência que os fabricantes dos referidos produtos pudessem, com chance de êxito, aduzir em favor de si o argumento de que a ciência é apenas uma forma de conhecimento entre outras possíveis, a começar pelo “saber tradicional” daqueles que lidam cotidianamente com produtos químicos e, por conseguinte, que não há razão para conceder algum crédito especial a um parecer formulado com base na química. Presumo que no mundo em que vivemos não há chance de uma alegação de tal natureza receber algum acolhimento institucional e, não havendo essa chance, os químicos não precisam redefinir os rumos que a química precisa tomar para que esta não fique vulnerável à alegação de que a química não é um corpo de conhecimento particularmente qualificado para emitir juízo sobre os impactos ambientais de um determinado composto químico. Mas, no mundo em que Feyerabend gostaria de ter vivido, uma alegação de tal natureza teria plenas chances de êxito. Por essa razão, esse mundo é um lugar em que uma crise de legitimidade de ciência, sem aspas, poderia ter uma vida longa e próspera.

3

No capítulo final de *Contra o método*, cuja primeira edição em inglês data de 1975, Feyerabend descreve o mundo dos seus sonhos: “uma sociedade livre, onde cada qual deve ter a possibilidade de decidir por si próprio e *de viver de acordo com as crenças sociais que tenha por mais aceitáveis*” (Feyerabend, 1985, p. 454, ênfases acrescentadas). Nota-se que a frase está incompleta. Feyerabend gostaria de viver em uma sociedade onde cada qual pudesse “decidir por si próprio”. Decidir, por si próprio, sobre o quê? A resposta está nesta passagem:

Quase todos os assuntos científicos são matérias obrigatórias em nossas escolas. Se os pais de uma criança de seis anos podem decidir se ela receberá rudimentos de protestantismo ou de judaísmo ou se não terá instrução religiosa alguma, não gozam esses pais da mesma liberdade no que respeita à ciência. Física, Astronomia, História devem ser estudadas. Não podem ser substituídas por mágica, astrologia ou por um estudo das lendas (Feyerabend, 1985, p. 456).

No mundo em que Feyerabend gostaria de ter vivido, seria uma incumbência sobretudo dos pais das crianças decidirem sobre o conteúdo a ser ensinado a elas nas escolas, e a decisão deveria ser tomada com base nas “crenças sociais” que considerassem as “mais aceitáveis”. Uma proposta de tal natureza só faz sentido na medida em que se presume a validade de dois pressupostos. O primeiro é o de que a ciência

é apenas uma “crença social” entre tantas outras que a ela equivalem de um ponto de vista epistemológico. O segundo diz respeito a um problema de ordem operacional. Suponhamos que uma determinada escola tenha trezentos alunos, todos com os pais vivos. Suponhamos também, para simplificar, que não há divergência de opinião entre o pai e a mãe (ou entre os dois pais ou as duas mães, no caso de casais homoafetivos) de cada aluno, de modo a podermos considerar cada casal uma única pessoa. Seriam, assim, cento e cinquenta pessoas, todas pretendendo que seja ensinado ao filho aquilo que cada uma tem na conta de “crença social mais aceitável”. Como viabilizar uma demanda de tal natureza? Há duas possibilidades: ou as cento e cinquenta pessoas convergem no que se refere às “crenças sociais” que têm por mais “aceitáveis”, ou a escola é “pluralista” a ponto de poder acolher crianças cujos pais têm as mais diferentes posições a respeito de quais “crenças sociais” são as “mais aceitáveis”. No primeiro caso, rege o pressuposto de que a sociedade precisa ser segmentada em grupos formados por pessoas que tenham por “mais aceitável” o mesmo conjunto de “crenças sociais”. Visto que “crenças sociais” tais como a de que dois mais dois são quatro, a terra é geoide, fornos crematórios existiram e vacinas imunizam não são eficientes para a criação de laços sociais, os grupos se formariam a partir do compartilhamento de “crenças sociais” de outra natureza. Que grupos se formariam nessas circunstâncias? Eis algumas possibilidades: negacionistas de toda sorte, criacionistas, supremacistas raciais e “masculinistas”⁴. Na “sociedade livre” em que Feyerabend gostaria de ter vivido, os pais que fizessem parte de grupos como esses teriam que ser livres para decidir sobre o que deveria ser ensinado aos seus filhos. Quanto ao segundo caso, aquele que diz respeito à criação de escolas suficientemente “pluralistas”, neste rege o pressuposto de que não há limites para a cognição humana. Com efeito, se uma determinada escola admite o ingresso de um aluno cujos pais têm “por mais aceitável” a crença em, digamos, orixás, todas as crianças teriam que aprender sobre o conhecimento embutido nessa crença, o mesmo se aplicando se a crença em alta conta for em vodu ou no que mais possa ser. Feyerabend menciona que nos Estados Unidos houve progresso nessa direção, não obstante:

[...] *a ciência continua a reinar soberana*. Reina soberana porque seus praticantes são incapazes de compreender e não se dispõem a tolerar ideologias diferentes, porque têm *força* para impor seus desejos e porque *usam* essa força como seus ancestrais usaram a força de que dispunham para impor o cristianismo aos povos que iam encontrando em suas conquistas. Assim, embora um norte-americano possa, agora, abraçar a religião do seu gosto, não lhe é

4. O “masculinismo” foi um tema tratado por Lenin Bicudo Bárbara em sua tese de doutorado (Bárbara, 2018).

permitted to demand that, in school, their children learn magic and not science (Feyerabend, 1985, p. 453, *ênfases no original*).

Segundo Feyerabend, só há um meio de superar esse deplorável estado de coisas: manter o Estado separado da ciência da mesma forma que já se acha separado da Igreja. Afinal, não há razão alguma para que se conceda algum crédito especial à ciência:

[...] a ciência não tem autoridade maior que a de qualquer outra forma de vida. Seus objetivos não são, por certo, mais importantes que os propósitos orientadores de uma comunidade religiosa ou de uma tribo que se mantém unida graças a um mito. De qualquer modo, não há por que esses objetivos possam restringir as vidas, os pensamentos, a educação dos integrantes de uma sociedade livre, onde cada qual deve ter a possibilidade de decidir por si próprio e de viver de acordo com as crenças sociais que tenha por mais aceitáveis. A separação entre Estado e Igreja deve, portanto, ser complementada pela separação entre Estado e ciência (Feyerabend, 1985, p. 454).

Uma vez efetuada essa separação, o Estado não teria mais por que “gastar somas imensas” no “desenvolvimento de ideias científicas” (Feyerabend, 1985, p. 455). Feyerabend arremata essa linha de raciocínio argumentando que a ciência não precisa do Estado, porque “sempre haverá pessoas que preferirão ser cientistas a ser donos de seus destinos e que se submeterão alegremente à mais desprezível forma de escravidão (intelectual e institucional) contanto que se vejam bem pagas e que tenham em torno de si quem lhes examine o trabalho e lhes cante louvores” (Feyerabend, 1985, p. 454).

Há uma dose considerável de verdade não trivial na afirmação de que dedicar-se à ciência é submeter-se alegremente a imposições tirânicas de ordem intelectual e institucional em troca de “ter em torno de si” quem possa examinar o trabalho feito e, se possível, elogiá-lo. Mas, na sociedade livre em que Feyerabend gostaria de ter vivido, não pode existir lugar para imposições tirânicas de natureza alguma (embora, conforme veremos, acaba havendo, sim, uma imposição bastante tirânica). A ciência não pode ser uma exceção. Ao explicar por que não, Feyerabend nos provê a descrição de um quadro hipotético de hostilidade à ciência:

A maneira como aceitamos ou rejeitamos ideias científicas é radicalmente diversa dos processos de decisão democrática. Aceitamos leis científicas e fatos científicos, ensinamo-los nas escolas, tornamo-los a base de importantes decisões políticas, sem, contudo, havê-los submetido à votação. Os cientistas não os submetem a votação – ou, pelo menos, assim dizem proceder – e os leigos por certo não os submetem a voto. Propostas concretas [nos parlamentos] são, por

vezes, objeto de debate e sugere-se votação. Todavia, o processo não se aplica a teorias gerais e a fatos científicos. A sociedade moderna é “copernicana”, mas não porque a doutrina de Copérnico haja sido posta em prática, submetida a um debate democrático e então aprovada por maioria simples; é “copernicana” porque lhe aceitamos a cosmologia tão acriticamente quanto, no passado, se aceitou a cosmologia de bispos e cardeais (Feyerabend, 1985, p. 456).

Quando os cientistas exercem suas atividades em ambientes nos quais objeções dessa natureza seriam apenas um alvo fácil de galhofas, não há crise da ciência. Mas, se não é este o caso; se o exercício da atividade científica se dá em um ambiente em que objeções como essas precisam ser levadas a sério pelos próprios cientistas; em um ambiente hostil à ciência a ponto de requerer dos cientistas uma reconstrução a partir do zero de suas respectivas disciplinas ou especialidades para confrontar alegações como as acima, aí, sim, estaríamos diante de uma crise da ciência. E à imaginação de Feyerabend não faltaram alegações que pudessem concorrer para o agravamento do quadro hipotético de hostilidade à ciência contido na citação acima. Vejamos, por exemplo, esta alegação: “enquanto uma democracia faz algum esforço para *esclarecer* o processo, de sorte que todos o entendam, a ciência ou o esconde ou o distorce, para que se amolde a seus sectários interesses” (Feyerabend, p. 457, ênfase no original).

Certamente Feyerabend não está se referindo à ciência do seu próprio tempo, mas à ciência de um tempo em que o conhecimento comum podia assimilar de forma gradativa o conhecimento científico a ponto de, por exemplo, o conhecimento de física que o próprio Newton tinha não ser superior ao de um professor de física de ensino médio do nosso tempo. A ciência do próprio tempo de Feyerabend não é esta, mas é aquela que, conforme foi dito no primeiro parágrafo do presente ensaio, tornou-se *difícil em si*, impermeável ao conhecimento comum e, por isso mesmo, mais do que nunca na mira do escrutínio crítico especializado, como mostra esplendidamente esta passagem do já citado livro de Bachelard, publicado em 1953:

Ao ler um livro como o de Gamov e Critchfield sobre a física nuclear, *vê-se até que ponto os cientistas têm consciência da imperfeição dos seus métodos*. “*Não satisfaz*”, eis uma locução repetida em quase todos os parágrafos [ênfases acrescentadas]. Nunca este *racionalismo experimentado* [ênfase no original], que os métodos novos representam, foi mais variado, mais móvel, mais vigiado (Bachelard, 1990, p. 247).

Trata-se, conforme se vê, de um quadro bem distinto daquele que foi descrito por Feyerabend cerca de vinte anos mais tarde. Neste último, os cientistas podem ter tamanha segurança a respeito da pertinência de suas conclusões e tamanho domínio do “processo” que os conduz a elas que até se dão ao luxo de “distorcer” ou

“esconder” o que fazem. Por exemplo, eles podem estar tão seguros de que a teoria heliocêntrica não é intrinsecamente melhor do que a geocêntrica que podem até se dar ao luxo de apresentar a primeira como se o fosse, recorrendo, para tanto, ao expediente de “esconder” ou “deturpar” o conhecimento absolutamente seguro que, nesse caso, teriam a respeito dos méritos e deméritos intrínsecos de cada uma dessas teorias. Na ciência contemporânea simplesmente não é possível existir uma segurança de tal natureza porque não há como ter domínio do processo que poderia conduzir a conclusões inequívocas, conforme transparece na citação de Bachelard acima, especialmente no trecho em que se lê: “*Não satisfaz*”, *eis uma locução repetida em quase todos os parágrafos*”. Isso nos traz de volta à velha tecla: não existe mais a continuidade entre o conhecimento científico e o conhecimento comum que Feyerabend obstinadamente insistia em afirmar que existe. Bachelard registrou essa descontinuidade nos seguintes termos:

E eis aqui uma *descontinuidade* que não será fácil de apagar invocando um simples relativismo: de fácil, a química torna-se, subitamente, *difícil*. Torna-se difícil não só para nós próprios, difícil não só para o filósofo, mas verdadeiramente *difícil* em si. Os historiadores da ciência não aceitarão que se caracterize a cultura científica do nosso tempo como especificamente difícil. Objetação que, ao longo da história, todos os progressos foram difíceis, e os filósofos repetirão que os nossos filhos aprendem hoje na escola com facilidade aquilo que exigiu um esforço extraordinário aos gênios solitários dos tempos passados. Mas este relativismo, que é real, que é evidente, mais não faz do que salientar melhor o caráter absoluto da *dificuldade* das ciências físicas e químicas contemporâneas, a partir do momento em que se sai do reino da elementaridade (Bachelard, 1990, pp. 247-248, ênfases no original).

Mencionei anteriormente que a “sociedade livre” em que Feyerabend gostaria de ter vivido não está a salvo de imposições tirânicas. Pois é chegado o momento de dizer de que imposição tirânica se trata: aos membros dessa sociedade não é facultada a permissão para transpor os limites do “reino da elementaridade”. Eles são forçados a se manterem confinados aos limites desse reino. Se Bertrand Russell tivesse sido um membro dessa sociedade, de lá teria sido banido em 1925, ano em que transpôs esses limites ao advertir que a teoria da relatividade só se presta a uma compreensão bastante superficial para quem não é um estudioso do assunto. Bachelard teria sido banido em 1934, ano em que transpôs completamente os limites do reino da elementaridade ao publicar *O novo espírito científico*. Kuhn teria sido banido em 1962, ao publicar *A estrutura das revoluções científicas*. Mas, em pleno ano de 1975, Feyerabend insistia em se manter nos limites desse reino porque, se não o fizesse, a sociedade dos seus sonhos poderia esfumar-se. Ele precisou, então, caracterizar o

espírito científico como “um espírito canalizado no dogmatismo de uma verdade indiscutida” (valho-me, aqui, de uma expressão bastante feliz de Bachelard [1990, p. 247]) para ter sua *bête noire*. Essa besta precisaria ser domada a todo custo, e o modo de fazê-lo seria mantê-la apartada do Estado. Sem a tutela do Estado, ela perderia seus dois privilégios: a obrigatoriedade de sua presença nos currículos escolares e o financiamento público. Eis, então, o que seria da ciência no mundo dos sonhos de Feyerabend: uma “crença social” que precisaria permanentemente redefinir seus rumos para poder ajustar-se a um ambiente que pressupõe a existência de inúmeros grupos, articulados em torno das mais diferentes “crenças sociais”, em permanente disputa por espaço institucional! É possível imaginar um quadro de “crise da ciência” mais inequívoco do que este? Pois é este o quadro a que seríamos conduzidos em uma sociedade na qual se é livre para tudo desde que não se transponham os limites do “reino da elementaridade”. Entretanto, também é possível existir um quadro de crise de legitimidade da ciência na vida real, isto é, em sociedades nas quais não há esse tipo de restrição. É o caso da Alemanha da República de Weimar. Se há mais algum, desconheço.

4

Entre 1918 e 1933, mais de 370 livros foram publicados na Alemanha tendo o termo “crise” no título. A incidência desse termo permaneceu constante nos dez primeiros anos, deu um salto em 1928 e outro no biênio 1931-32 (Graf, 2010, p. 592). O salto não foi apenas no que diz respeito ao número de livros, mas, sobretudo, ao leque de adjetivos que passaram a qualificar o substantivo “crise”. Assim, em 1920 só havia “crise econômica”, porém, em 1930, havia crise “econômica”, “política”, “moral”, “religiosa”, “cultural”, “revolucionária”, “financeira”, “industrial”, “da agricultura”, “do capitalismo”, “da Alemanha” e, para coroar tudo isso, a “crise mundial” (Graf, 2010, pp. 592-593). Nota-se que, nessa lista, falta a “crise da ciência”. É possível que essa expressão só tenha aparecido no título de um livro em 1936, com a publicação de *A crise das ciências europeias e a filosofia transcendental*, mas, muito antes de Husserl ter publicado esse livro, os mais destacados matemáticos e físicos alemães do período do entreguerras jamais se descuidaram da “crise da ciência”. Assim, logo nos primeiros anos que se seguiram à humilhante derrota, 1919 ou 1920, o matemático Hermann Weyl proclamou, quase que do nada, a existência de uma crise nos fundamentos da matemática (Forman, 1971, p. 62).⁵ Com extraordinária rapidez,

5. Em 1921 esse matemático publicou um livro hoje disponível, em inglês, sob o título *On the new foundational crisis of mathematics*.

relata Forman, a comunidade matemática alemã começou a sentir o quanto eram inseguros os fundamentos sobre os quais se erguia toda a estrutura da análise matemática e quão duvidosos eram os métodos utilizados para construir o edifício do conhecimento matemático (Forman, 1971, p. 60). Forman enfatiza que um número considerável de matemáticos alemães exigiu, com um “entusiasmo quase-religioso”, uma reconstrução completa da matemática; uma redefinição radical dos caminhos a serem tomados, a qual, muito apropriadamente, era chamada de “intuicionismo” (Forman, 1971, p. 60). No que se refere à física, o quadro era o mesmo. Nesse caso, o tema era a “crise da velha teoria quântica” que atingira os físicos atômicos (principalmente os alemães) nos anos anteriores à introdução da mecânica quântica, em 1925/26. Considerando apenas os casos em que o termo “crise” aparece nos títulos dos trabalhos nesse período, cabe mencionar a conferência de Richard von Mises, “On the present crisis in Mechanics”, proferida em setembro de 1921, e a brochura de Johannes Stark “The present crisis in German Physics”, publicada em junho de 1922, seguida dos comentários de Joseph Petzoldt “Concerning the crisis of the causality concept”, em julho de 1922; e, em agosto desse mesmo ano, Albert Einstein, isso mesmo, Albert Einstein, publicou um artigo popular intitulado “On the present crisis in Theoretical Physics” (Forman, 1971, p. 60). Nenhuma dessas publicações exprimia alguma desilusão com o modo como o conhecimento científico havia se desenvolvido até então, nem, muito menos, prenunciava o advento de tempos sombrios para a ciência, como o fariam, poucos anos mais tarde, Ortega y Gasset, Jaspers e Huizinga. Tratava-se, antes, do oposto:

Grosseiramente falando, cada um desses físicos está apontando na mesma direção – a teoria quântica. Mas, aqui, o acordo termina, pois cada um está colocando o dedo sobre um “problema” completamente diferente. Contudo, essa mesma circunstância, a aplicação generalizada mas, ao mesmo tempo, muito mal focada da palavra e noção de crise sugere que a crise da velha teoria quântica, longe de ser um fardo para os físicos alemães, era mais do que bem-vinda para eles (Forman, 1971, pp. 62-63).

Eis, então, o quadro que Forman nos oferece: uma aplicação generalizada, mas, ao mesmo tempo, muito mal focada da noção de “crise da ciência”. Na verdade, nada há de surpreendente nisso (e Forman bem o sabia), se tivermos em conta este quadro mais geral, descrito por Fritz Ringer:

Ao longo do período de Weimar era dito frequentemente nos círculos acadêmicos que uma crise estava acontecendo. Ninguém sentia a necessidade de definir exatamente qual era a natureza da crise, de perguntar de onde ela veio e o que a sua existência implicava.

“Algumas vezes [escreveu o educador Aloys Fischer, em 1924] a situação presente era representada como uma crise do [...] sistema econômico apenas, algumas vezes como uma crise política e da própria ideia de estado ou da ordem social. Em outros, era concebida de forma mais profunda como uma crise de toda a cultura intelectual e espiritual, uma crise da consciência religiosa [...] do Ocidente”. De qualquer forma, a crise existia, nem que fosse pelo simples fato de quase todos os alemães escolarizados acreditarem em sua existência (Ringer, 1969, p. 245).

Na verdade, na Alemanha desse período havia mais do que a disseminação generalizada de uma ideia de crise sem que se soubesse exatamente o que essa palavra significava. Havia, como bem o disse o historiador Rüdiger Graf, uma “quase-competição” entre as mais eminentes vozes que então se posicionavam ideologicamente para determinar quem seria capaz de descrever a crise em termos os mais abrangentes e fundamentais possíveis (Graf, 2010, p. 608). Hans von Henting, um dos mais importantes psicólogos criminais do seu tempo, e o filósofo Arthur Liebert, autor de uma vastíssima e influente obra, saíram na frente; Henting, ao publicar, em 1920, o livro *Über den Zusammenhan von kosmischen, biologischen und sozialen Krisen* [*Sobre a conexão entre as crises cósmica, biológica e social*], e Liebert, ao publicar, em 1921, *Die geistige Crisis der Gegenwart* [*A crise espiritual do presente*]. Nos escritos do primeiro, a crise aparecia como um fenômeno que tinha afetado toda a vida política, social e econômica, não apenas na Alemanha, mas, também, no Ocidente e em todo o mundo (Graf, 2010, p. 608). Liebert, por sua vez, tentou encontrar “a crise” do seu tempo que pairava além de todas as crises particulares e servia como a fonte espiritual e metafísica de todas elas (Graf, 2010, p. 608). Richard N. Coudenhove-Kalergi, a quem se credita a primeira formulação de um projeto moderno de unificação da Europa, não podia ficar de fora dessa disputa. Em 1923, publicou um livro intitulado *Krise der Weltanschauung*, no qual retomava a tese, defendida por Henting, de que de tempos em tempos todo o mundo se defronta com uma crise sem precedentes. De acordo com ele, aquele era um momento em que ocorria uma dupla crise, política e ética, jamais vista desde os tempos primevos. Em 1926, era a vez de a feminista liberal Gertrud Bäumer postular a existência de uma conexão entre as crises ocupacional, sexual e espiritual ao publicar o livro *Die Frau in der Krisis der Kultur* [*A mulher na crise da cultura*]. Nesse mesmo espírito, em 1928, o político Edgard Julius Jung, líder de um movimento revolucionário conservador que se opunha tanto à República de Weimar quanto ao então nascente movimento nazista, e cujos escritos eram publicados em *Die Deutsche Rundschau*, o mais importante periódico político e literário na época, buscava estabelecer a conexão entre as “crises religiosa, cultural, judicial e do estado” (Graf, 2010, p. 608).

Do exposto transparece o quanto a Alemanha da República de Weimar era uma sociedade “ávida por crises”, para falar como Paul Forman (Forman, 1971, p. 58). Nessas circunstâncias, uma atividade social que não estivesse “em crise”, ou que pelo menos não pudesse apresentar-se dessa forma, seria um alvo em potencial de hostilidades. Foi o que aconteceu às ciências exatas na Alemanha. Estas se tornaram um alvo aberto de hostilidades da noite para o dia, ou, para ser literal, do verão de 1918 para o outono desse mesmo ano. No verão, havia um sentimento generalizado de que a Alemanha estava a caminho da vitória e, no rastro desse otimismo, os cientistas alemães chamavam a atenção para a grande importância prática que a física, a química e a matemática estavam tendo durante a guerra e a conveniência e inevitabilidade de uma colaboração ainda mais estreita com a tecnologia no futuro (Forman, 1971, p. 8). Sentiam-se, nessa ocasião, seguros de que teriam pela frente institutos de pesquisa ainda maiores, mais bem equipados e em maior número, como também um aumento substancial de estima pública e prestígio acadêmico. No outono, esse castelo de cartas ruiu. Com a derrota alemã, uma escala de valores radicalmente nova se colocou diante dos homens de ciência que no verão anterior ainda podiam desfrutar da mais elevada estima. Nos marcos dessa nova escala, as ciências exatas passaram a ocupar uma posição muito baixa (Forman, 1971, p. 9). Assim é que, em 1927, o periódico *Süddeutsche Monatshefte*, um dos mais bem conceituados veículos de divulgação cultural e científica daquela época, atendeu aos apelos feitos por Feyerabend em 1975 e se permitiu dedicar um número especial à astrologia. Dentre os cientistas convidados a contribuir, destacava-se um nome: Arnold Sommerfeld, um dos maiores físicos teóricos do seu tempo. Sommerfeld aceitou o convite, mas não escondeu sua indignação: “Não parece um anacronismo monstruoso que no século XX um periódico respeitado se vê obrigado a solicitar uma discussão sobre astrologia? Que círculos mais amplos do público instruído ou meio instruído são mais atraídos pela astrologia do que pela astronomia?” (Forman, 1971, p. 13). Esse ato de elevar a astrologia à condição de ciência era, para Sommerfeld, um claro indicador de que a Alemanha estava “mais uma vez mergulhada em uma onda de irracionalidade e romantismo como aquela que há cem anos se espalhou pela Europa como uma reação ao racionalismo do século XVIII e sua tendência a tornar a solução do enigma do universo demasiadamente fácil” (Forman, 1971, p. 13). São muitos os contemporâneos de Sommerfeld que apontaram para a existência dessa “onda de irracionalidade”, mas, para os propósitos da presente discussão, é suficiente reproduzir o depoimento do sociólogo e pedagogo Alfred Vierkandt, que, ao discutir, em 1920, as exigências sociopedagógicas que eram impostas em seu país naquela época, escreveu:

[...] de modo geral experimentamos, hoje, uma rejeição completa do positivismo; estamos experimentando uma nova necessidade de unidade, uma tendência sintética em todo o mundo do conhecimento (*Wissenschaft*) – um modo de pensar (*Eindenken*) que enfatiza primariamente o orgânico em vez do mecânico, o vivo em vez do morto, os conceitos de valor, propósito e finalidade em vez do conceito de causalidade⁶.

Esse “modo de pensar” que “enfatiza primariamente” o “orgânico em vez do mecânico, o vivo em vez do morto, os conceitos de valor, propósito e finalidade em vez do conceito de causalidade” tem nome: *Lebensphilosophie* (filosofia da vida). Trata-se, digamos assim, de uma variante tardia do romantismo alemão, surgida na Alemanha no fim do século XIX. Essa variante dominou o meio intelectual alemão durante toda a República de Weimar imprimindo-lhe a sua marca: a rejeição da razão como via de acesso ao conhecimento sob o argumento de que esta é indissociável de uma visão materialista e mecanicista do conhecimento. A razão, diziam, concentra-se na análise de nexos causais e ignora todo o conhecimento a que não se pode ter acesso sem a mediação dessa análise; é uma faculdade que desintegra, em vez de integrar, pois é incapaz de satisfazer a “fome pela unidade” (*hunger for wholeness*). Sob o seu domínio, estamos impedidos de glorificar a “vida”, a intuição e toda experiência que, a exemplo do arrebatamento instantâneo que uma obra de arte pode causar, não se presta prontamente à reflexão. Em um país arruinado por uma guerra, ideias como essas podem ter um apelo irresistível. E tiveram. Após a derrota alemã, ensina-nos Forman, toda a literatura sobre a *Weltanschauung* burguesa amplamente lida era alinhada a elas; era tributária da *Lebensphilosophie* (Forman, 1971, p. 16).

Um mundo como este deixava aos homens de ciência três opções: abandoná-lo (fosse mudando de país ou de profissão), tentar transformá-lo ou tentar adaptar-se a ele. A terceira opção foi a escolhida. No verão de 1923, o físico Max Born, que posteriormente viria a ser laureado com o Prêmio Nobel de Física por sua atuação no desenvolvimento da teoria quântica, exprimiu o sentimento que dominava os físicos alemães dessa época ao declarar que “todo o sistema de conceitos da física precisava ser reconstruído a partir do zero” (Forman, 1971, p. 61-62). A expressão “a partir do zero”, nesse contexto, tinha um significado muito preciso: “a começar pela renúncia ao conceito de causalidade”. Em um mundo onde tudo estava em crise, até mesmo a sexualidade, que chance de sobrevivência poderia ter uma ciência que também não o estivesse? Pois a renúncia ao conceito de causalidade, o grande vilão aos olhos da

6. Alfred Vierkantdt, *Die Sozial Paedagogische Forderung der Gegenwart*, Berlin, 1920, tal como citado por Forman (1971, pp. 16-17), que, por sua vez, reproduziu a citação da tese de doutorado de Fritz Ringer, defendida na Universidade de Harvard, em 1960, sob o título *The German universities and the crisis of learning, 1918-1932*, p. 145.

Lebensphilosophie, indicava que agora até mesmo a física estava em crise. Nessa nova condição, ela estaria apta a ganhar posições na escala de valores que passou a vigorar na Alemanha após a derrota na guerra e a subsequente submissão da elite intelectual alemã ao domínio intelectual da *Lebensphilosophie*.

Anteriormente reproduzi uma passagem dos escritos de Fritz Ringer na qual se lê: “De qualquer forma, a crise existia, nem que fosse pelo simples fato de quase todos os alemães escolarizados acreditarem em sua existência” (Ringer, 1969, p. 245). Presumo que Ringer estivesse sendo irônico. Seja como for, uma “crise da ciência” não existe pelo fato de um número considerável de pessoas acreditar em sua existência nem, tampouco, pelo fato de a ciência vir circunstancialmente a se encontrar em uma situação desoladora, quer por lhe faltarem recursos financeiros, quer por lhe faltar uma boa imagem pública. Para que se possa falar com propriedade em crise da ciência, é necessário que a atividade científica seja conduzida em um ambiente que lhe seja hostil a ponto de lhe impor uma mudança drástica de rumos, tal como, por exemplo, a que consistiu na renúncia, acima mencionada, ao conceito de causalidade. Valho-me da preciosa ajuda do historiador Rüdiger Graf para me fazer entender melhor:

Por mais desoladores, desordenados ou turbulentos que sejam os eventos e processos em um determinado momento, eles só constituem uma crise se algum observador os relaciona com um desenvolvimento passado e projeta dois caminhos alternativos no futuro, definindo, dessa forma, o presente como um momento crítico de decisão. Entendida dessa forma, a constituição de uma crise pressupõe um observador, seja um contemporâneo com seus interesses particulares, seja o historiador tentando descrever um ponto de inflexão em sua narrativa (Graf, 2010, pp. 599-600).

Em sintonia com o que está dito acima, receio que só seja apropriado falar em “crise de legitimidade da ciência” quando é possível documentar o modo como aqueles que se veem em um ambiente de aberta hostilidade à ciência definem o presente como um momento crítico de decisão e projetam dois caminhos possíveis de serem percorridos, um que conduzirá à adaptação ao ambiente hostil, e outro que não o fará. Nesse sentido, “crise” é uma ideia intrinsecamente conectada à expectativa de algum desenvolvimento futuro (Graf, 2010, p. 600). Ao caracterizar o momento em que viviam como um momento “de crise”, os cientistas, intelectuais e políticos da República de Weimar não estavam necessariamente exprimindo um sentimento de mal-estar, mesmo porque, na maior parte das vezes, sequer existia esse sentimento; nem tampouco fazendo um diagnóstico sombrio do próprio tempo, como o fizeram Henting, Liebert e todos aqueles humanistas influentes que, por assim dizer, “competiam” para mostrar qual era a verdadeira “extensão” e “profundidade” da crise em

que supostamente estavam imersos; eles estavam, sobretudo, definindo o presente como um momento de decisão entre duas alternativas existenciais mutuamente excludentes, de modo a exortar outras pessoas a tomarem a decisão certa (Graf, 2010, p. 614). Nesse sentido, tanto quanto a expectativa de um desenvolvimento futuro, ou, para ser mais preciso, exatamente em razão de pressupor essa expectativa, uma crise pressupõe alguma forma de projeção de alternativas existenciais mutuamente excludentes. Temo que o leitor não terá ideia do que estou falando se eu não exemplificar. Pois o melhor exemplo que encontrei de “projeção de alternativas existenciais mutuamente excludentes” está em uma citação dos escritos de Edmund Husserl. A escolha pode não parecer muito feliz porque Husserl, conforme argumentei anteriormente, diagnosticou uma crise da ciência que só pode “aparecer” para quem já aceita de antemão as idiossincrasias de seu sistema filosófico. Não obstante isso, Husserl revelou-se imbatível no que se refere à tarefa de “projetar alternativas existenciais mutuamente excludentes”:

Há duas saídas para a crise da existência europeia: a ruína da Europa ao afastar-se do sentido racional da vida que lhe é próprio; sua queda na barbárie e no ato de hostilizar o espírito, ou o renascimento da Europa a partir do espírito da filosofia através de um heroísmo da razão que supera o naturalismo de uma vez por todas (Husserl, 1970, p. 298, *apud* Trizio, 2016, p. 193).

Esse tom quase apocalíptico, do tipo “isto ou aquilo”, a luz ou as trevas, o renascimento ou a ruína, exemplificado na passagem acima, era bastante disseminado nos escritos da Alemanha da República de Weimar e consistia, por assim dizer, o arremate de todo esforço no sentido de definir o momento presente como um momento crítico de decisão. Na medida em que essa definição convertia o momento presente em uma encruzilhada que apontava para a existência de dois caminhos alternativos, um dos quais conduziria à luz e o outro às trevas, e em que os cientistas se viam impelidos a escolher um deles sem qualquer garantia de que fariam a escolha certa, é possível dizer que a crise não existia apenas nos escritos que declaravam sua existência, mas no próprio lugar em que esses escritos foram produzidos, a Alemanha da República de Weimar.

5

Presumo que meus estimados colegas que me alegraram e me honraram com o convite para contribuir com a realização deste dossiê têm a expectativa de que eu possa oferecer uma resposta razoável para a seguinte pergunta: existe no momento uma crise de legitimidade da ciência? Desconheço a resposta, mas tenho um palpite

sobre onde ela pode ser encontrada. Vamos admitir, por hipótese, que vivemos um clima de aberta hostilidade à ciência (pessoalmente não penso que isso seja verdade, mas vamos admitir que seja). Uma vez admitida essa hipótese, há de se indagar: essa hostilidade se manifesta de forma segmentada, episódica, ou de forma sistemática, com a ajuda de concepções filosóficas razoavelmente bem sedimentadas e bem aceitas por setores influentes da sociedade, como era o caso das concepções que de alguma forma davam corpo à *Lebensphilosophie*? Admitindo-se que a hostilidade se manifesta de forma sistemática, por meio de que concepções (filosóficas ou de qualquer outra natureza) ela se manifesta? Existe alguma ciência redefinindo seus rumos para tentar de alguma forma se ajustar a essas concepções? Revendo seus fundamentos? Abandonando certas concepções basilares em favor de outras? Apresentando o presente como um momento crítico de decisão e projetando as alternativas existenciais mutuamente excludentes que se colocam para quem importa decidir? Se a resposta para todas essas perguntas for “sim”, há de se admitir que há no momento uma crise de legitimidade da ciência. No caso da Alemanha da República de Weimar, ponho minhas duas mãos no fogo. Em qualquer outro caso, não me arrisco. De qualquer forma, parece-me muito temerário postular a existência de uma “crise de legitimidade da ciência” sem que se tenha uma resposta bem fundamentada para todas essas perguntas. Temo que sem essas respostas o termo “crise de legitimidade da ciência” exprima tão somente o registro de um sentimento generalizado de mal-estar diante de uma situação circunstancialmente desoladora ou, como muitas vezes acontece, meramente um desalento pessoal, ainda que perfeitamente justificável.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. (1990), *O materialismo racional*. Tradução de João Gama. Lisboa, Edições 70.
- BÁRBARA, Lenin Bicudo. (2018), *Investigações sobre a ignorância humana*. São Paulo, 861p., tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- EVERETT, Mary. (jul. 1937), “Man in the modern age”. *The Sewanee Review*, 45 (3): 358-370.
- FEYERABEND, Paul. (1985), *Contra o método*. 2 ed. Tradução de Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- FORMAN, Paul. (1971), “Weimar culture, causality, and quantum theory, 1918-1927, Adaptation by German Physicists and mathematicians to a hostile intellectual environment”. *Historical Studies in the Physical Sciences*, 3: 1-115.

- GRAF, Rüdiger. (dez. 2010), "Either-or: the narrative of crisis in Weimar Germany and in historiography". *Central European History*, 43 (4): 592-615.
- HUIZINGA, Johan. (2017), *Nas sombras do amanhã: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo*. Tradução de Sérgio Marinho. Goiânia, Editora e Livraria Caminhos.
- HUSSERL, Edmund. (1970) *The crisis of European sciences and transcendental phenomenology*. Evanston, Northwestern University Press.
- ITOKAZU, Anastasia Guidi. (2008), "A natureza matemática: da alma da Terra como potência geometrizante no opúsculo *Da neve hexagonal* de Johannes Kepler". *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31 (1): 73-86.
- JASPERS, Karl. (1951), *Man in the modern age*. Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd.
- KROES, Peter A. (1988), "Newton's mathematization of physics in retrospect". In: SCHEURER, P. B. & DEBROCK, G. (eds.). *Newton's scientific and philosophical legacy*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, pp. 253-267.
- KUHN, Thomas. (1962), *The structure of scientific revolutions*. Chicago, The University of Chicago Press.
- ORTEGA y GASSET, José. (2001), *A rebelião das massas*. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Tradução de Herrera Filho. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000060.pdf>.
- RINGER, Fritz K. (1969), *The decline of the German mandarins: The German Academic Community, 1890-1933*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- RUSSELL, Bertrand. (1974), *ABC da relatividade*. 4 ed. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar.
- TRIZIO, Emiliano. (maio 2016), "What is the crisis of western sciences?". *Husserl Studies*, 32 (3), 191-211.

Resumo

Três lugares para a crise de legitimidade da ciência

Neste ensaio defende-se a tese de que a "crise de legitimidade" da ciência é um fenômeno para o qual podem existir três lugares: o mundo celestial a que nos conduzem os escritos de autores como José Ortega y Gasset, Karl Jaspers, Johan Huizinga e Edmund Husserl; o mundo dantesco a que nos levam os escritos do filósofo da ciência Paul Feyerabend; e o mundo da realidade terrena a que nos conduzem os escritos de cientistas que reagem a uma situação de aberta hostilidade à ciência. Neste último caso, o termo "crise" não exprime uma desilusão pessoal com a ciência (como nos casos de Ortega y Gasset, Jaspers e Huizinga), nem as idiosincrasias de um sistema filosófico (como no caso de Husserl), nem as consequências funestas de uma bem-intencionada utopia libertária (como no caso de Feyerabend), mas uma redefinição dos caminhos a serem

tomados por diferentes disciplinas científicas. Isso aconteceu na Alemanha da República de Weimar, a rigor o único lugar em que já existiu o que pode ser apropriadamente chamado de crise de legitimidade da ciência.

Palavras-chave: Crise da ciência; Utopia libertária; República de Weimar; História da ciência.

Abstract

Three places for “science’s legitimacy” crisis

In this essay it is argued that there may be three places for science’s “legitimacy crisis”: the celestial world to which the writings of such authors as José Ortega y Gasset, Karl Jaspers, Johan Huizinga and Edmund Husserl lead us, the Dantesque world to which the writings of science philosopher Paul Feyerabend lead us, and the world of earthly reality to which the writings of scientists who react to a situation of open hostility to science lead us. In the latter, the term “crisis” does not express a personal disillusionment with science (as in the case of Ortega y Gasset, Jaspers, and Huizinga), nor the idiosyncrasies of a philosophical system (as in the case of Husserl), nor the dreadful consequences of a well-intentioned libertarian utopia (as in the case of Feyerabend), but a redefinition of the paths to be taken by different scientific disciplines, something that happened only once, in the Germany of the Weimar Republic, strictly speaking, the only place where what could properly be called “crisis of the legitimacy of science” has already existed.

Keywords: Crisis of science; Libertarian utopia; Weimar republic; History of science.

Texto recebido em 21/06/2021 e aprovado em 20/09/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.187549

RENAN SPRINGER DE FREITAS é professor titular de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu livro mais recente é *Ciladas no caminho do conhecimento sociológico* (2020, Ed. UFRJ). Membro do Conselho Editorial do periódico *Philosophy of the Social Sciences*. E-mail: renanweil@gmail.com.



A busca por legitimação na cultura homeopática¹

Lenin Bicudo Bárbara*

<https://orcid.org/0000-0002-3002-8800>

Introdução

O debate recente sobre o uso da cloroquina no tratamento da Covid-19 reacendeu a velha questão: o que fazer quando uma prática médica não reconhecida pela comunidade científica é legitimada por representantes do poder público?

Não é fácil saber se um medicamento funciona ou não. A experiência pessoal leva com frequência a erros: melhorar *após* tomar um medicamento não implica melhorar *por causa* dele. A crença na eficácia das sangrias, que perdurou por séculos, baseava-se, em parte, nesse tipo de erro de atribuição causal. Hoje, graças a ensaios clínicos controlados e randomizados, e a metanálises, podemos chegar a conclusões mais confiáveis acerca da eficácia dos recursos terapêuticos de que dispomos. Mas tais ensaios podem ser custosos e demorados; e entender o resultado de uma metanálise exige conhecimento especializado de estatística, que está fora do alcance do leitor leigo, e mesmo de muitos médicos.

Esperamos, porém, que ao menos as políticas públicas na área de saúde levem em conta a melhor evidência científica disponível; que tenhamos bons motivos para crer

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Este artigo é um desdobramento de minha pesquisa de doutorado, realizada com apoio da Fapesp (número 2013/23766-9); e a reelaboração do material da pesquisa foi possível graças à bolsa de pós-doutorado da Capes (n. 88887.363825/2019-00). Agradeço à Fapesp e à Capes por financiarem a pesquisa; e aos pareceristas anônimos da *Tempo Social*, pelas sugestões de melhoria do artigo.

que os recursos terapêuticos bancados com dinheiro público são seguros e eficazes. O caso da cloroquina mostra que tal expectativa é, na prática, muitas vezes frustrada.

Mas essa não é a primeira, nem será a última iteração da tensão entre a legitimação científica e a pública do conhecimento médico. Neste artigo, trato de um caso especial da mesma tensão básica: o da homeopatia.

Recorte: a vida intelectual da homeopatia

Breve histórico

A homeopatia é uma doutrina médica criada na virada do século XVIII para o XIX, pelo médico alemão Samuel Hahnemann (1755-1843). A doutrina gira em torno da “lei dos semelhantes”, segundo a qual uma substância capaz de produzir um conjunto de sintomas *x* em uma pessoa saudável seria capaz de curar uma pessoa doente, caso (1) seus sintomas sejam semelhantes a *x*, e caso (2) tal substância seja submetida à farmacotécnica homeopática, que envolve sua agitação e diluição em série.

Hoje, estamos em condições de saber que os preparados homeopáticos, se prescritos e produzidos conforme as regras da homeopatia, não possuem nenhum efeito terapêutico específico, ao contrário do que alegam os homeopatas. Vários caminhos diferentes levam a tal conclusão. Sabemos que o preparado homeopático que chega ao paciente via de regra não contém princípio ativo; é puro excipiente inerte, sendo o excipiente mais comum a lactose, ou açúcar de leite. Como reconhecem os farmacêuticos homeopatas, nenhuma análise química conhecida é capaz de distinguir dois preparados homeopáticos feitos a partir de substâncias diferentes, como é o caso, digamos, da *arnica montana* 30 CH e do *aurum metallicum* 30 CH – feitos este a partir do ouro, e aquele, da arnica. Isso porque a farmacotécnica homeopática dilui a substância inicial a ponto de não deixar nenhum traço dela no produto final, ingerido pelo paciente. Por isso, não é de surpreender que a mais criteriosa metanálise que investigou a eficácia clínica da homeopatia conclua que ela não tem efeitos terapêuticos além do placebo (Shang *et al.*, 2005).

Ao contrário de outras doutrinas médicas que fizeram moda na Europa na virada do século XVIII para o XIX – como o mesmerismo e o brownismo –, a homeopatia segue sendo praticada. Enquanto, nesse ínterim, a medicina convencional mudou drasticamente, a homeopatia permanece essencialmente a mesma. Sua legitimidade como prática médica é, por isso, amiúde objeto de controvérsias públicas acaloradas.

Particularmente controversa é sua oferta no sistema público de saúde. Nos últimos anos, vários países passaram a restringir gastos públicos com homeopatia. No Reino Unido, o serviço de saúde britânico (NHS) anunciou, em novembro de 2017, que

deixaria de financiar o tratamento com homeopatia. Na França, em julho de 2019, as autoridades sanitárias anunciaram decisão similar, implementada aos poucos, e em pleno vigor desde janeiro de 2021.

O Brasil é uma exceção notável. Desde 1980, o Conselho Federal de Medicina (CFM) reconhece a homeopatia como “especialidade médica” – a mesma categoria que abarca especialidades incontroversas como pediatria, cardiologia e medicina do trabalho. Tal reconhecimento foi consagrado pela Resolução 1000 do CFM. Ele resulta, em parte, do *lobby* dos “generais da homeopatia” – médicos homeopatas com formação militar e de alta patente – durante a ditadura; e, em parte, da popularidade que a doutrina desfrutou na sociedade civil nos anos 1970, na esteira do movimento contracultural (Luz, 1996, pp. 290 *et seq.*). Portanto, quando o SUS é criado, a homeopatia já é classificada como especialidade médica. Hoje, várias cidades do Brasil oferecem atendimento homeopático pelo SUS, apesar das críticas da comunidade científica.

A história da homeopatia no Brasil e no mundo é marcada por altos e baixos. No Brasil, aonde chega em 1840, seus anos de ouro foram as três primeiras décadas do século XX, época em que foram criados um hospital e uma faculdade de homeopatia, no Rio de Janeiro. A partir dos anos 1930, ela perde novamente espaço, para renascer nos anos 1970. Por isso, os homeopatas sabem que seu reconhecimento por parte da comunidade médica é sempre precário.

Criticados pela comunidade científica e também por parte da comunidade médica, os homeopatas hoje se veem o tempo todo instados a provar, para a sociedade, que o reconhecimento da doutrina como atividade médica é legítimo. Examinaremos a seguir algumas das principais estratégias de legitimação usadas para resguardar a doutrina de críticas, e, assim, evitar que se perca o reconhecimento obtido em 1980.

Materiais e enfoque analítico

A discussão a seguir se apoia em pesquisa documental realizada junto às principais revistas de homeopatia em circulação no Brasil, no período de 2002 a 2015. São elas: *Revista de Homeopatia*; *Cultura Homeopática*; e *International Journal of High Dilution Research*². No período indicado, foram publicados 278 artigos completos

2. Os próprios homeopatas, em geral, reconhecem que essas são as principais publicações de homeopatia no país, como pude confirmar nas entrevistas que realizei como parte da pesquisa, com membros da diretoria das principais associações brasileiras de médicos e farmacêuticos homeopatas (a AMHB e a ABFH). Decidi por esse recorte temporal porque cobre o período que vai da criação da revista *Cultura Homeopática* até o ano em que o *International Journal of High Dilution Research* – revista que sucede a *Cultura Homeopática*, como veremos – deixa de ter um brasileiro como editor-chefe.

nessas revistas; esses artigos foram lidos, classificados e fichados de maneira sistemática como parte da pesquisa. Exponho em detalhe a metodologia e os resultados do levantamento em outro trabalho (Bárbara, 2018, pp. 645-713).

Tal pesquisa documental permitiu caracterizar não só as estratégias de legitimação adotadas por homeopatas, como também as controvérsias internas que os dividem. Como argumento a seguir, essas estratégias e controvérsias estão intersticialmente ligadas umas às outras.

Os proponentes da doutrina concebem as intermináveis controvérsias estabelecidas dentro dos círculos de homeopatas como um dos maiores obstáculos para sua propagação e consolidação. A ideia subjacente é que, se os homeopatas parassem, por um momento, de lutar entre si e se unissem para promover a doutrina, ela iria muito mais longe do que foi até aqui.

Mas o conflito, ao mesmo tempo que divide, vincula; ou, para ser mais exato: a divisão que se configura numa situação de conflito é também uma forma de socialização, que enlaça, de maneira específica, diferentes indivíduos e grupos³. Assim, a imaginação sociológica permite intuir que as controvérsias que se instituem no interior dos círculos de homeopatas, para além de limitarem o alcance da doutrina, estão relacionadas de maneira mais positiva à sua conservação – de modo que, no momento em que os homeopatas parassem de lutar entre si, algo indispensável à sobrevivência da doutrina teria se perdido. É essa intuição que desenrolo a seguir.

Há, para ser mais exato, muitas controvérsias que dividem os homeopatas. A seguir, veremos só uma delas: a controvérsia entre a corrente *culturalista* e a *cientificista* – que refletem as principais estratégias recentes de legitimação pública da doutrina no país.

Dissidência e unidade nos círculos de homeopatas

Visão geral da controvérsia

Ao folhear as revistas de homeopatia, encontramos registros só de uma parte da vida intelectual da doutrina: aquela cultivada por profissionais que trabalham com homeopatia e têm alguma inserção no sistema universitário brasileiro. Não está bem representada nessas revistas a perspectiva do paciente da homeopatia; nem as ideias

3. Uso o termo “socialização” no sentido visado por Simmel, isto é, como processo que resulta na emergência de entidades sociais. Simmel dedica um capítulo de sua *Soziologie*, de 1908, para discutir o conflito como forma de socialização (Simmel, 1992, pp. 284-382). Minha análise a seguir é inspirada pela sociologia simmeliana do conflito.

de profissionais que trabalham com a doutrina, mas não contribuem para tais veículos, quer por já estarem satisfeitos em praticá-la no consultório, quer por serem praticantes leigos, sem filiação acadêmica.

Em todo caso, há uma razão para analisar em separado a contribuição intelectual dos profissionais que registraram suas ideias nas revistas de homeopatia: eles estão em posição vantajosa para promover a doutrina na esfera pública. Vários deles têm condições de influenciar a opinião pública e o poder público, justamente por sua inserção acadêmica. O ensejo para tal foi a Resolução 1000 do CFM: se a homeopatia é classificada como especialidade médica, é de se esperar que homeopatas consigam trabalhar onde também trabalham outros profissionais da mesma categoria – as universidades. Assim, as estratégias de legitimação que examinaremos têm um público específico: o acadêmico. Quando buscam convencer o cliente, ou o gestor público, do valor da doutrina, os homeopatas muitas vezes recorrem a outras estratégias de legitimação, adaptadas a tais públicos. Estas não são o tema principal deste artigo, e por isso só serão discutidas aqui marginalmente.

Em minha pesquisa documental, identifiquei duas correntes doutrinárias diferentes, que promovem, cada qual, uma estratégia específica de legitimação da homeopatia diante do público acadêmico. Chamo uma delas de *corrente culturalista*; ela é caracterizada, do ponto de vista doutrinário, pela instrumentalização dos referenciais teóricos das ciências humanas, e do ponto de vista sociológico, pela busca de alianças com intelectuais que dominam tais referenciais. A outra, que chamo de *corrente cientificista*, distingue-se da anterior pelo esforço de provar a validade da doutrina com base nos critérios das ciências naturais, e por alianças com pesquisadores dessas áreas.

Há uma revista que, em sua breve história, concentrou as duas tendências, uma em sucessão à outra. Ela nasce em 2002, sob o nome *Cultura Homeopática* – iniciativa de um pequeno círculo de médicos homeopatas da Escola Paulista de Homeopatia (EPH), como então era chamada. A EPH estava localizada na Vila Clementino, nos arredores da Associação Paulista de Homeopatia (APH) e de outras instituições médicas. Estava: hoje, não existe mais, e a *Cultura Homeopática* passou a se chamar *International Journal of High Dilution Research* (IJHDR), revista ligada a um grupo internacional de pesquisa.

A mudança de nome simboliza uma guinada em sua linha editorial e substrato social. A *Cultura Homeopática* nasce como uma revista de divulgação da EPH. Seus primeiros números têm menos de vinte páginas, recheadas de anúncios – a maioria de farmácias homeopáticas, que bancavam o periódico. Seu primeiro editor-chefe é um médico homeopata, um praticante da doutrina dotado de prestígio nos círculos de homeopatas, e além disso um erudito, versado em vários autores com os quais os intelectuais das ciências humanas estão familiarizados.

A revista passa a ter ISSN e Conselho Editorial desde a quinta edição, publicada como volume especial, com mais de cem páginas e nove artigos originais. A partir daí, os anúncios perdem espaço; ela começa a publicar artigos em inglês; integra um número crescente de homeopatas estrangeiros em sua Comissão Editorial – enfim, apresenta-se cada vez mais como periódico científico, em vez de revista de divulgação.

A partir do número 16, a *Cultura Homeopática* passa a publicar, com regularidade, resumos de trabalhos apresentados nos simpósios do *Groupe International de Recherche sur l'Infinitésimal* (Giri). Trata-se aí de um grupo de pesquisa fundado em 1985 por dois pesquisadores franceses interessados em homeopatia, e cujo comitê executivo conta com seis membros; em 2017, três eram brasileiros. A parceria com o Giri anuncia a mudança na linha editorial que se consolidaria no número 22, com a alteração do nome.

Com a mudança, a revista deixa de ter como editor-chefe um médico homeopata, alinhado à corrente culturalista. Em seu lugar, entra um físico que pesquisa homeopatia em laboratório, sem praticá-la – alinhado à corrente científicista. A revista então deixa de ser iniciativa de uma escola que ensina a homeopatia “na prática” para se tornar iniciativa de um grupo multidisciplinar de pesquisa – ficando sob controle de um círculo diferente de homeopatas. A partir daí, a IJHDR é indexada em várias bases de periódicos, e passa a receber um volume cada vez maior de contribuições internacionais, sobretudo da Índia – outro país onde a doutrina obteve considerável reconhecimento institucional.

Passemos agora à caracterização de cada corrente.

A corrente culturalista

Programa: a tese da racionalidade homeopática

Começemos examinando como um homeopata alinhado à corrente culturalista imagina a situação atual da doutrina:

É mais do que evidente que temos duas grandes ações homeopáticas em curso: uma que baseia sua interlocução com o *hardcore* do pragmatismo biomédico, através de concessões epistemológicas exageradas, e a outra, que se move com lentidão, dispensa diálogos, e referencia sua posição no mundo como irretocável (Rosenbaum, 2002, p. 5).

A passagem consta do editorial da primeira edição da *Cultura Homeopática*. O editor da revista delinea aí duas posições distintas da sua. Em sua visão, nenhuma dessas duas posições levaria a homeopatia adiante. A primeira posição criticada

corresponde à corrente cientificista; a segunda, a homeopatas ortodoxos, que, contentes com sua atuação clínica e com a palavra de Hahnemann, não se engajariam na reprodução da vida intelectual da doutrina. A posição culturalista, defendida pelo editor, é imaginada como uma terceira via, que evitaria o empedernimento da ortodoxia, sem precisar fazer as “concessões epistemológicas exageradas” feitas pelos cientificistas.

Essa é uma imagem negativa da corrente culturalista, que capta o que ela não almeja ser e as posições com as quais concorre nos círculos de homeopatas. Mas o que ela é em termos positivos?

Para termos uma ideia disso, vejamos como o mesmo autor reapresenta sua posição em um momento crítico da história recente da homeopatia: a publicação de uma metanálise no prestigioso periódico médico *The Lancet*, em 2005 (Shang *et al.*, 2005). A metanálise, com resultado desfavorável para a homeopatia, saiu no *The Lancet* junto a um editorial, cujo título já diz tudo: “The end of homoeopathy”. O augúrio do fim da homeopatia – que repercutiu em veículos da imprensa ao redor do globo – foi interpretado pelos homeopatas como ameaça, exigindo, destes, intensa mobilização para rebatê-lo, ou seja, para provar ao público o valor da doutrina em face de críticas contundentes da comunidade científica internacional.

Nas páginas da *Cultura Homeopática*, vemos que a resposta culturalista à ameaça envolve a intensificação da polêmica interna, em especial com a corrente cientificista. Se, no primeiro volume da revista, a posição cientificista é criticada em chave comedida – por seus exageros –, em texto escrito em resposta ao *The Lancet*, ela é caracterizada pelo mesmo autor como um “enfoque risível” e castigada por sua insistência em “afirmar uma precisão não possuída” (Rosenbaum, 2005, p. 4). A busca por legitimação da doutrina nos termos das ciências naturais estaria fadada ao fracasso. Em vez disso, a homeopatia devia buscar “outro tipo de precisão, outro tipo de resolutividade, um outro gênero de efetividade” (*Idem*). Que tipo? Vejamos:

A professora titular do Instituto de Medicina Social da Uerj, Madel Luz, vem colocando há muito que um modelo de pesquisa baseada no sujeito, nos moldes propostos pelas ciências humanas [...], ainda estava por ser montado pelos homeopatas. Destarte, a solução já está em processo de maturação: ao usar procedimentos interpretativo-compreensivos, típicos das ciências humanas, tendo a linguagem como referência fundamental de avaliação, poder-se-á ajudar a validar o saber médico da homeopatia sem usar a referência nosográfica como norte absoluto de seu sucesso terapêutico. (*Idem*).

O cerne do argumento de Madel Luz, a quem o autor aí se refere, é que os critérios usados para avaliar a eficácia dos recursos terapêuticos convencionais não

se aplicariam à homeopatia. Essa prática se basearia em uma “racionalidade” não só diferente, mas incomparável com a da medicina convencional (Luz, 1988, pp. 141-5; Luz, 2003, p. 6). Por isso, afirmações como “os preparados homeopáticos não são eficazes” só fariam sentido se complementadas por algo como: “com base na racionalidade médica convencional”. Para Luz, a escolha pela racionalidade homeopática ou pela “biomédica” seria, em última análise, uma questão de fé (Luz, 1996, p. 164)⁴.

Vou me referir a essa ideia como a *tese da racionalidade homeopática*. Essa tese não é defendida só em revistas de homeopatia. A expressão “racionalidade homeopática” consta, por exemplo, do relatório do Projeto Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, que promove a oferta dessas práticas no SUS (Ministério da Saúde, 2015, p. 45). E variantes dessa tese aparecem em outros trabalhos de sociologia da saúde e história da medicina, ainda que, em alguns casos, o argumento seja formulado não com base na ideia de “racionalidade”, mas com base em conceitos como o “paradigma” (tirado de Kuhn), “episteme” (de Foucault) e “universos simbólicos” (de Berger & Luckmann)⁵. Se temos, nesses casos, usos exegeticamente corretos desses conceitos é uma questão que deixo em aberto neste artigo; o que interessa é observar que, na prática, há homeopatas que usam esses conceitos como *instrumentos de salvação da doutrina*. Ou seja: como recursos intelectuais por meio dos quais visam, a um só tempo, (a) a defender a doutrina das críticas da comunidade científica, e (b) a promover uma via específica de salvação dentre as ofertadas nos círculos de homeopatas, de maneira a disputar prestígio no interior desses círculos. O apelo especial da tese de Luz para os homeopatas é claro: caso seja verdadeiro que a doutrina opera com base em uma “racionalidade” própria, críticas da comunidade científica, como as do *The Lancet*, seriam inócuas, e formuladores de políticas públicas teriam motivo para ignorá-las. E os homeopatas da linha culturalista usam a tese para tentar convencer não homeopatas da legitimidade da doutrina.

Homeopatas bem-sucedidos em convencer tal público externo ganham prestígio dentro de sua própria comunidade – e, a não ser que uma liderança intelectual consiga se impor sobre as demais (o que não é o caso nos círculos de homeopatas no Brasil), é de se esperar que a aquisição de prestígio por esse meio leve ao acirramento do conflito interno. Dois fatores são decisivos para esse resultado:

4. Faço a crítica detalhada desse argumento e de suas variantes – que considero falhos em inúmeros pontos – em Bárbara, 2018, pp. 193-200; 326-332. Não é, porém, objetivo deste artigo discutir o mérito do argumento, pois o enfoque é sua instrumentalização por parte dos homeopatas.
5. O editor da *Cultura Homeopática*, por exemplo, emprega o termo “episteme” no editorial acima citado. Para dois exemplos de trabalhos publicados no âmbito das humanidades, cf. Monteiro & Iriart, 2007; e Fiore, 2015.

(1) O imperativo de explorar novos horizontes conceituais para legitimar a doutrina diante do público externo, determinado pela ameaça do fim da homeopatia, exige engajar o maior número possível de adeptos *dentro* dos círculos de homeopatas, mas tal exigência encontra oposição nas facções doutrinárias já estabelecidas, ou que buscam se estabelecer por meio da exploração de outros horizontes conceituais. No caso, vemos que a promoção da estratégia culturalista envolve a *negação* da estratégia cientificista, além da crítica à ortodoxia – o que, é claro, gera atrito entre os homeopatas que apostam suas fichas nessas outras estratégias. O que está aí em jogo é a disputa interna aos círculos de homeopatas pela definição de qual homeopatia é a “verdadeira” homeopatia.

(2) A exploração de certo repertório conceitual a princípio alheio à doutrina – como conceitos desenvolvidos por sociólogos e historiadores, com os quais homeopatas da linha culturalista acreditam ser possível salvá-la – exige um grau considerável de empenho intelectual. O mesmo vale para homeopatas que optam pela outra via, a cientificista: a familiarização com a forma e o conteúdo próprios de uma ou de outra tradição intelectual requer tempo e dedicação. O corolário disso é que a familiarização com qualquer uma dessas duas tradições dificulta o domínio da outra. Embora haja um ou outro homeopata que se esforce em unir as duas correntes – em unir as correntes culturalista e cientificista –, na maioria dos casos tal dificuldade se resolve por meio da familiarização com apenas uma dessas tradições intelectuais.

E esse segundo ponto tem um desdobramento importante: uma vez familiarizado com esse ou aquele repertório conceitual, este se torna, ao menos para esse subconjunto de homeopatas, algo além de um escudo retórico usado só em ocasiões excepcionais – influenciando a forma como a doutrina é *imaginada* e *comunicada* pelos adeptos de uma ou outra corrente, e mesmo *praticada* na clínica. É o que veremos a seguir.

Desdobramentos formais do programa culturalista

A tese da racionalidade homeopática é só um exemplo de uma tendência estilística geral, própria da corrente culturalista. Os artigos publicados nas revistas de homeopatia por autores alinhados a tal corrente amiúde trazem trechos que parecem extraídos de uma tese defendida em algum departamento de ciências humanas, se considerados só quanto à sua temática e ao padrão estilístico⁶.

6. Isto é, sem levar em conta a qualidade desses trabalhos. Diga-se que, com poucas exceções, o uso dos referenciais das ciências humanas que encontramos nas revistas de homeopatia é pouco criterioso.

Assim, homeopatas alinhados à corrente culturalista escrevem sobre processos de atribuição de sentido (Moraes, 2005, pp. 6-7), dialética (Triana, 2004, p. 29), subjetividade e cuidado de si (Rosenbaum & Priven, 2006, p. 8), o caráter histórico do conhecimento (Solon, 2002, p. 47), a relação de forma e conteúdo na arte (Stiefelmann, 2011, p. 46) etc. – o tipo de assunto que se esperaria encontrar em publicações de filosofia, história, sociologia, teoria da comunicação ou antropologia, mas não em artigos escritos por médicos homeopatas e publicados em uma revista voltada a profissionais da medicina. Reproduzo aqui uma dessas citações, só para ilustrar o ponto:

Adota-se aqui o modelo interacionista ou ativista do conhecimento [...]: o médico homeopata é o sujeito do conhecimento; o doente, o objeto do conhecimento; a homeopatia, o produto do conhecimento. [...] O doente é, dialeticamente, o sujeito histórico de sua doença e, ao mesmo tempo, o objeto de conhecimento do médico homeopata. O médico homeopata é o sujeito de conhecimento de outro sujeito: o doente, contudo o homeopata é igualmente, sujeito de seu próprio sofrimento. Na instabilidade dessas circunstâncias, a verdade será sempre relativa, misteriosamente arquivada nos processos naturais e sociais (Solon, 2002, p. 47).

Em linha com isso, encontramos, ao folhear as páginas das revistas de homeopatia, referências a vários autores canônicos nas humanidades, como: Adorno & Horkheimer, Aristóteles, Bachelard, Barthes, Berger & Luckmann, Canguilhem, Cassirer, Durkheim, Eco, Foucault, Gadamer, Ginzburg, Goffman, Habermas, Hegel, Heráclito, Husserl, Kant, Kierkegaard, Kuhn, Lévi-Strauss, Marx, Merleau-Ponty, Peirce, Ricœur, Saussure, Vygotsky, Warburg e Weber.

Em termos de estilo, vemos que os homeopatas alinhados à corrente culturalista dão grande valor às *demonstrações de erudição* – mostras de que leram autores de ótima reputação intelectual e de que dominam suas ideias, a ponto de conseguirem relacioná-las com as do criador da homeopatia. Isso não só aproxima tais trabalhos do que às vezes fazemos nas humanidades, como ainda os afasta dos textos da corrente científicista, cujo modelo são os artigos científicos publicados nos periódicos das ciências naturais, que em geral não abrem espaço para demonstrações de erudição e têm estilo puramente técnico.

Como parte do levantamento que conduzi, classifiquei o teor dos artigos publicados no período de referência, nas três revistas investigadas. A Tabela 1 resume tais achados. Ela mostra que a *Cultura Homeopática* e a *Revista de Homeopatia* – outra revista cujo editor-chefe é um médico homeopata – concentram mais exposições temáticas do que o IJHDR. Trata-se aí de textos dissertativos e argumentativos, mais compatíveis com demonstrações de erudição e exercícios exegéticos. Essas revistas,

e em especial a *Revista de Homeopatia*, também abrem mais espaço para relatos de experiência clínica – e várias das referências aos autores que mencionei são mobilizadas como parte desses relatos, conforme veremos a seguir.

TABELA 1
Artigos por teor e revista publicada

RUBRICA GERAL	TEOR DO ARTIGO OU PESQUISA	TOTAL DE ARTIGOS	CH (%)	IJHDR (%)	RH (%)	TOTAL (%)
Teoria homeopática: diálogos com a literatura	Revisão bibliográfica (metodologia)	12	7%	5%	1%	4,3%
	Revisão bibliográfica (outros)	33	16%	8%	12%	11,9%
	Revisão bibliográfica (sistemática)	5	1%	3%	1%	1,8%
	Exposição de projeto	18	6%	6%	8%	6,5%
	Exposição temática ou conceitual	48	22%	8%	23%	17,3%
Relatos e ensaios de conduta clínica	Relato clínico (um caso)	23	8%	2%	16%	8,3%
	Relato clínico (vários casos)	20	8%	4%	10%	7,2%
	Estudo clínico	10	0%	5%	6%	3,6%
Técnica homeopática aplicada fora da clínica	Pesquisa patogenética	12	3%	2%	8%	4,3%
	Experimento botânico	13	1%	10%	2%	4,7%
	Experimento farmacotécnico	4	3%	0%	1%	1,4%
	Experimento <i>in vitro</i>	13	1%	10%	2%	4,7%
	Análise físico-química	4	0%	4%	0%	1,4%
	Teste com animais	32	10%	23%	0%	11,5%
Pesquisa em aspectos não clínicos e não técnicos	Análise demográfica	4	2%	0%	2%	1,4%
	Pesquisa de percepção	17	8%	5%	6%	6,1%
	Pesquisa historiográfica	10	3%	5%	2%	3,6%

Desdobramentos práticos do programa culturalista

Vimos como o programa culturalista impacta a forma como alguns homeopatas se comunicam entre si; nesta seção, examinaremos como isso se articula na prática,

ou seja, seus desdobramentos clínicos. Apresento aqui dois deles⁷: a prescrição de homeopatia visando a tratar “patologias sociais”; e o apoio em ideias da semiótica para ampliar o escopo do diagnóstico homeopático.

Ao folharmos as revistas de homeopatia, aprendemos que vários homeopatas atribuem poderes extraordinários à doutrina: acreditam que, se o homeopata indicar o símile certo ao paciente, será capaz de curar não só sua saúde física e mental, como também remediar sua vida como um todo. Esse “todo” inclui, para alguns homeopatas, a dimensão social da vida. Esse é o mundo dos homeopatas que prescrevem beladona, mercúrio, veneno de surucucu e de tarântula, carbonato de cálcio, *nux vomica*, fósforo, enxofre, potássio etc. – sempre preparados homeopaticamente –, sob a promessa de que teriam o poder de tratar “patologias sociais” como a predisposição ao crime (Barollo *et al.*, 2007); o abandono da família (Ikegami, 2005); e o comprometimento das capacidades de interação de crianças neuroatípicas (Solon, 2004)⁸.

Hahnemann, o criador da homeopatia, já concebia a doutrina como uma medicina que ia além do plano fisiológico; mas a analogia com a patologia social lhe era estranha. Tal novidade é própria dos homeopatas da corrente culturalista. Eles partem da ideia de que “tornar as pessoas saudáveis” exige um esforço concomitante de tratar as “patologias sociais” que impactam a saúde física e mental dessas pessoas – ideia que, se reproduzida de maneira isolada e em chave genérica, faz todo sentido. Sabemos bem, desde Durkheim, com seu trabalho sobre o suicídio (ou desde Engels, com sua obra sobre as condições da classe trabalhadora da Inglaterra), que certas “patologias sociais” impactam a saúde individual.

A questão é que, cultivada no solo da homeopatia, a ideia dá frutos que Durkheim e Engels não imaginariam – como é o caso da aposta de que o símile homeopático seria um bom remédio para tais males. Na prática, isso significa prescrever, para uma criança com diagnóstico de hiperatividade que mora na periferia de uma cidade grande, veneno de tarântula agitado e diluído duzentas vezes na proporção de 1 para 100, em parte porque tal criança já teve pesadelos “de perseguição por fantasmas, pela morte, pelo lobisomem” – sintoma considerado, segundo os cânones da homeopatia, similar ao provocado pelo veneno de tarântula em pessoas saudáveis (Barollo *et al.*, 2007, pp. 8-9)⁹.

7. Identifiquei, em minha pesquisa, outros desdobramentos. Limito-me a dois por questão de espaço.

8. As substâncias do arsenal homeopático que mencionei foram tiradas dos artigos citados, e usadas com tal propósito.

9. Para a sorte do paciente pediátrico que recebeu a prescrição, depois de diluído duzentas vezes na proporção de 1 para 100, não resta mais nenhum traço de veneno de tarântula nos glóbulos que ele ingere. Na prática, *para o paciente*, todos os preparados homeopáticos são iguais – a não ser que erros no processo de confecção acarretem em contaminação, como já aconteceu. Apesar disso, *para o homeopata*, prescrever o símile certo é muito importante: ele acredita que o tratamento só funciona caso o símile

O segundo exemplo está relacionado com o uso da semiótica para fins de diagnóstico. Esse é o mundo dos homeopatas que, para chegarem ao *símile* considerado certo, levam em conta desenhos de seus pacientes (Stiefelmann, 2011), ou sua indumentária e ornamentos (Priven & Jurj, 2009).

Para ilustrar o ponto, consideremos o segundo artigo. Seus autores partem de uma crítica a um aspecto do roteiro de diagnóstico homeopático, a saber: seu “logocentrismo”. Trata-se aí da centralidade da anamnese para o diagnóstico homeopático. Para chegar ao *símile* correto, os homeopatas comparam os sintomas do paciente com textos canônicos da homeopatia (e em especial, com os textos escritos por Hahnemann há dois séculos); e a maior parte dos homeopatas dá ênfase especial ao sintoma *tal como verbalizado* pelo paciente na anamnese (para uma discussão pormenorizada desse roteiro de diagnóstico, cf. Bárbara, 2018, pp. 399-454). Os autores do artigo em questão concebem isso como uma limitação, e se apoiam em ideias tiradas da semiótica para propor algo novo: que o homeopata aprenda a interpretar signos *não verbais* de comunicação – por meio dos quais o paciente “diz” algo sobre seu estado, sem usar palavras – e se valha disso na seleção do *símile* homeopático.

Para ilustrar como a ideia pode ser posta em prática, os autores convidam seus colegas homeopatas a responderem a questão: “O que as mãos, por exemplo, podem revelar?” – e então apresentam a fotografia de um par de mãos. São mãos femininas, e têm aspecto inchado; estão ornadas com anéis dourados (uns com brilhantes, outros sem) em quase todos os dedos, e com uma pulseira também dourada; as unhas estão pintadas com esmalte brilhante, em tom de azul (Priven & Jurj, 2009, p. 13). Eis então como os autores respondem à questão antes formulada:

Do ponto de vista mental: extravagância; desejo de usar joias; excentricidade; a paciente esbanja dinheiro e é ostentosa. A coerência mútua destes signos pode ser demonstrada através de uma análise repertorial (*Idem*).

A “análise repertorial” é o passo do roteiro de diagnóstico homeopático no qual se traduzem os sintomas obtidos na consulta para o jargão próprio dos homeopatas, a linguagem repertorial, para com isso determinar qual seria o *símile* correto para essa paciente. Nesse caso, a análise repertorial – que inclui, mas não se limita aos dois sintomas mencionados na citação: “extravagância” e “excentricidade” – mostra que o *símile* correto seria a *beladona*. E o que os autores defendem é que as lições

escolhido esteja certo. Sabemos disso não só pelo testemunho de muitos homeopatas, como também por meios mais indiretos. Por exemplo: as provas exigidas para a obtenção do título de especialista em homeopatia cobram do médico aspirante a homeopata que prove sua proficiência em escolher o *símile* certo, conforme o cânone da doutrina (Bárbara, 2018, pp. 406 *et seq.*).

da semiótica ajudam o homeopata a chegar à prescrição adequada à individualidade do paciente.

* * *

O que temos, nos dois casos que apresentei, são diferentes exercícios de *costura* entre ideias cultivadas no âmbito das humanidades e ideias cultivadas só nos círculos de homeopatas. Deve ficar claro que se, de um lado, os casos que apresentei não representam a regra do atendimento homeopático, de outro não são casos isolados. Dentre os artigos citados, temos alguns assinados por homeopatas com bastante prestígio em seu meio. Mas o mais decisivo é que, embora seja pequeno o número de homeopatas que aderem a esta ou àquela inflexão particular do culturalismo – como tratar “predisposição ao crime” com homeopatia, ou levar em conta signos não verbais de comunicação para fins de prescrição –, há uma linha que conecta essas “particularidades” em uma só corrente: o programa culturalista. Tais “particularidades” são a consequência previsível da estratégia de buscar alianças com intelectuais das humanidades e explorar tal repertório conceitual à procura de meios para blindar a doutrina das críticas da comunidade científica. O contato e a familiarização com as ideias gestadas nos círculos acadêmicos das humanidades fazem com que seja só uma questão de tempo até que algum homeopata tome a iniciativa de usá-las em outros contextos de atuação – como na interação com os pacientes, mas também na disputa, travada com outros homeopatas, pela definição de qual é a “verdadeira homeopatia”.

Por isso, devemos agora retomar a controvérsia com a corrente cientificista. Até o momento, examinamos esta sobretudo da perspectiva que se opõe a ela: vimos como é imaginada pelos homeopatas de persuasão culturalista. Vejamos, agora, como os autores alinhados a tal corrente a imaginam.

A corrente cientificista

Programa: a produção de evidências científicas da homeopatia

Começemos pelo elemento que o cientificismo tem em comum com o culturalismo: a crítica à ortodoxia. Vejamos como ela é formulada pelo farmacêutico que assume, na condição provisória de editor convidado, a *Cultura Homeopática*:

[...] enquanto o método experimental de Bernard foi se atualizando com o enorme progresso das ciências, os homeopatas – entendendo que sua prática continha princípios imutáveis – não se preocuparam com as questões em jogo no domínio das ciências (Fontes, 2007, p. 8).

O médico e o farmacêutico, portanto, concordam nisto: a homeopatia precisa mudar, atualizar-se. A diferença emerge quando perguntamos: mas mudar como? Em que direção? Nas palavras do mesmo editor:

A ciência clássica vem cedendo espaços cada vez mais significativos à nova racionalidade científica [...]. Nessa perspectiva, sem abrir mão de seus principais fundamentos, cabe à homeopatia dedicar-se cada vez mais à produção do conhecimento científico, à revisão de suas terminologias, à atualização de seus conceitos e à extinção de feudos do conhecimento homeopático, a fim de ser aceita no mundo acadêmico. Com isso, as agências de fomento e as Instituições de Ensino Superior poderão abrir mais francamente espaços formais para o ensino e o desenvolvimento da produção científica na área da homeopatia (Fontes, 2007, p. 8).

Aqui também temos menção à “racionalidade científica”. Mas, embora a palavra seja a mesma usada por Luz, o sentido é outro, em um aspecto importante. Aqui desponta a ideia de que há *duas racionalidades científicas*: uma antiga, positivista, que seria, esta sim, incompatível com a homeopatia; e outra nova, compatível com a homeopatia. Essa nuance no uso do termo tem a função de “autorizar” o homeopata a explorar o horizonte conceitual das ciências naturais, e a fazer experimentos nos moldes dos publicados em periódicos de medicina, biologia, física e química – o que homeopatas alinhados à corrente culturalista consideram um beco sem saída, como vimos.

Para pôr em perspectiva o programa cientificista, cabe mencionar que muitos homeopatas apresentam a doutrina para o público como uma “medicina do sujeito”, que valoriza acima de tudo a relação médico-paciente. O seguinte bordão captura bem a ideia: “a homeopatia trata o doente, e não a doença”. Nesse ponto, ela seria distinta da medicina convencional. Com efeito, a consulta com o homeopata é, muitas vezes, mais demorada e atenciosa do que a convencional; e muitos pacientes que se tratam com homeopatia valorizam a escuta atenciosa que lhes é dispensada na interação com o médico¹⁰. Esse é um traço importante do apelo da doutrina para os pacientes, em particular dos insatisfeitos com o atendimento convencional. Mas também há um bom grau de idealização nesse bordão. De um lado, esse não é um traço *distintivo* da homeopatia, pois também há médicos convencionais que valorizam a relação com o paciente. De outro lado, tal idealização falha em capturar uma parte muito importante da atividade dos profissionais que trabalham com homeopatia – como a do farmacêutico que confecciona os preparados homeopáticos prescritos pelo médico. Ao contrário da escuta atenciosa, a farmacotécnica

10. Para um levantamento qualitativo cuidadoso de algumas das representações de pacientes, cf. Monteiro & Iriart, 2007; sobre a valorização da escuta atenciosa, ver em especial as pp. 1909-1910.

homeopática é um traço *distintivo* da doutrina, isto é: uma atividade desempenhada só por quem se identifica com a homeopatia.

Ao folhear as páginas do IJHDR, temos uma ideia bastante concreta dessa parte da homeopatia que não cabe na ideia da “medicina do sujeito” – parte essa que é representada e acolhida pela corrente cientificista.

Como mencionei, a metamorfose da *Cultura Homeopática* no *International Journal of High Dilution Research* envolve uma mudança na linha editorial e no substrato social da revista. Quem assume o posto de editor-chefe, pouco antes da mudança de nome, não é um médico homeopata, e sim, primeiro, um farmacêutico, e, em seguida, o que chamo de pesquisador puro de homeopatia – no caso um físico que pesquisa, em laboratório, as propriedades das “ultradiluições” (*high dilutions*, em inglês). Trata-se aí, portanto, de profissionais que trabalham em diferentes círculos da comunidade homeopática.

Uma “ultradiluição” é uma substância submetida à farmacotécnica concebida por Hahnemann – com a diferença de que já não importa se ela é ou não, depois de ser assim produzida, prescrita segundo a lei dos semelhantes. Com a mudança de nome, fica claro que o enfoque principal da revista deixa de ser as atividades realizadas no consultório, em contato com o paciente, e passa a ser as desenvolvidas longe dele, no laboratório onde os glóbulos homeopáticos são confeccionados. Nas palavras do editor-chefe que assume a revista:

Existem diferenças entre a arte e a ciência de curar. A arte é exercida amplamente nos consultórios, clínicas e hospitais. Mas o exercício da ciência exige outros tipos de raciocínios, vícios e metodologias, para os quais um homeopata tradicional não é treinado. Com isso, existe uma parte da comunidade científica aberta a pesquisar o fenômeno homeopático, porém, carente de informações sobre o mesmo (Zacharias, 2007, p. 4).

Vemos aí com clareza que o ponto de partida do programa cientificista é a separação entre a “arte” e a “ciência” homeopáticas, de modo que a proposta da revista é dedicar-se a esta última. Isso implica abordar a doutrina de uma perspectiva multidisciplinar – que inclui as ciências sociais, mas põe no primeiro plano a farmacologia, a física, a química e a biologia. E é sobretudo a esse público que os homeopatas da corrente cientificista voltam seus esforços de persuasão: para eles, a via de salvação da doutrina está na produção de evidências científicas “duras” de que a homeopatia funciona.

Isso basta para caracterizar o programa cientificista. Vamos agora à sua articulação.

Desdobramentos formais do programa cientificista

Nos artigos alinhados à corrente cientificista, o que vemos com mais frequência são relatos de experimentos, cujo modelo são artigos publicados em periódicos científicos das “ciências duras”.

A Tabela 1 permite identificar isso rapidamente. Mais da metade (53 de 100) dos artigos publicados no IJHDR reportam experimentos. Na *Cultura Homeopática*, esses são 17 dos 88 artigos publicados no período (pouco menos de 20%), sendo que 3 deles saíram nos números 20 e 21 (fase de transição da revista, que já contava com novo editor, mas não havia mudado de nome). Na *Revista de Homeopatia*, a proporção é ainda menor: só 12 dos 90 artigos publicados no período (13%) reportam resultados experimentais.

Trata-se aí também de artigos assinados por múltiplos autores: ao todo, 146 dos 278 artigos completos que fizei (quase 53%) foram assinados por mais de um autor, e 113 (pouco mais de 41% sobre o total), por três ou mais autores. Há uma forte concentração desses artigos no IJHDR: 71% dos artigos ali publicados são assinados por mais de um autor, e 62%, por três ou mais; o percentual cai para 38% e 24% na *Revista de Homeopatia* (ou 34 e 22 artigos, num total de 90), e 47% e 33% na *Cultura Homeopática* (ou 41 e 29 artigos, num total de 88). Em vários casos, trata-se de equipes multidisciplinares – outra tendência da produção científica contemporânea.

Além disso, no lugar do culto à erudição, temos o culto ao número: mais importante do que demonstrar a capacidade de estabelecer relações entre as ideias de intelectuais de reputação consolidada, é dialogar com a literatura científica mais atual e dar mostras de domínio de métodos de análise estatística e ferramentas de teste de hipóteses. Se, para um homeopata da linha culturalista, é crucial atentar ao que os filósofos, sociólogos, teóricos da comunicação etc. revelariam sobre o mundo à nossa volta – pois aí poderia estar a chave para salvar a doutrina –, para um homeopata de persuasão cientificista, é preciso ter o olhar atento para o que se passa no contexto controlado do laboratório: para o que valores-p, ratos Wistar e placas de Petri revelariam sobre esse mesmo mundo.

Boa parte desses trabalhos é de baixa qualidade metodológica¹¹; uma das principais razões pelas quais tais artigos são publicados em revistas de homeopatia é porque tendem a ser rejeitados, se submetidos a outros periódicos. Apesar disso, tais trabalhos encontram acolhida no sistema universitário – os experimentos ali

11. Algo análogo ao que vemos nos textos da corrente culturalista: as referências a intelectuais canônicos das humanidades estão lá, mas em geral são manejadas de maneira questionável. Temos a forma, mas, via de regra, o conteúdo correspondente não é de qualidade.

relatados são não raro conduzidos em programas de pós-graduação em áreas como farmacologia e veterinária.

Desdobramentos práticos do programa cientificista

Do ponto de vista da doutrina, a corrente cientificista tende a isolar um dos princípios que distinguem a homeopatia (sua farmacotécnica), e a desconsiderar o outro (a lei dos semelhantes). Isso abre espaço para o que chamo de homeopatia sem sujeito. A doutrina, hoje, não é praticada no Brasil só por médicos registrados no CFM, mas também por dentistas, veterinários, engenheiros agrônomos e praticantes leigos (nesse último caso, de maneira irregular). E é tal abertura que permite a identificação da atividade de veterinários (em especial, dos que aplicam homeopatia a animais de produção) e agrônomos como homeopática. Esse é o mundo dos homeopatas que usam homeopatia para fins de engorda de porcos (Coelho *et al.*, 2014) e galinhas (Lemos *et al.*, 2011), ou para aumentar a taxa de crescimento de mudas de alface (Rossi *et al.*, 2006).

Grande parte dos experimentos veiculados nas revistas de homeopatia investigadas – concentrados, na sua maioria, no IJHDR – se encaixa na categoria: o que engloba desde experimentos como os mencionados acima, até ensaios pré-clínicos com camundongos (Alecú *et al.*, 2007). Nesse último artigo, o objetivo é avaliar o potencial da arnica preparada homeopaticamente na recuperação de fraturas em camundongos. A escolha da arnica não se baseia no roteiro de diagnóstico da homeopatia, que exigiria reconstruir o conjunto dos sintomas de cada camundongo; antes, baseia-se em um sintoma isolado (a pata quebrada), que os próprios experimentadores produziram no animal. Já em Lemos *et al.*, 2011, temos um exemplo – entre outros achados na pesquisa – de experimento *in vitro*. No primeiro caso, temos paciente (os camundongos), mas não um conjunto de sintomas, e o paciente não é tratado como se esperaria de uma “medicina do sujeito”; no segundo, não temos nem paciente, nem sintoma. Daí me referir a tais casos como “homeopatia sem sujeito”.

O segundo caso, em particular, envolve a confecção do que os homeopatas chamam ora de “nosódio”, ora de “bioterápico”: um preparado homeopático que toma como base não uma planta ou um mineral (as bases mais comuns do arsenal homeopático), mas sim patógenos e excreções patológicas (por exemplo: pedaços de tumor extraído por biópsia, muco nasal de uma pessoa doente etc.). Em Lemos *et al.*, 2011, temos um bioterápico preparado com o patógeno responsável pela micropiasmose aviária – doença respiratória que os avicultores conhecem bem, já que pode prejudicar o crescimento das aves e, assim, afetar seus negócios. O experimento relatado não busca avaliar a eficácia do bioterápico, e sim sua segurança; mas o que

confere sentido ao artigo é a proposta de usar o preparado como um tipo de “vacina”, vendida para avicultores¹².

A maior parte dos desdobramentos práticos da corrente cientificista, dos registrados nas páginas das revistas de homeopatia, se atém ou ao âmbito da pesquisa, ou ao âmbito do uso clínico em pacientes não humanos – o que está ligado à circunstância de que os principais representantes de tais correntes não são médicos homeopatas, e sim farmacêuticos ou profissionais das carreiras secundárias da homeopatia.

Mas várias dessas substâncias chegam ao mercado. Esse foi o caso do *coroninum 30 CH*, bioterápico à base de secreção e muco nasal de pessoas contaminadas com Covid-19, e que pode ser comprado em algumas farmácias homeopáticas. O *coroninum 30 CH*, embora não seja endossado pela Associação Médica Brasileira de Homeopatia (a mais importante associação de médicos homeopatas no país), é iniciativa de homeopatas, e em especial dos alinhados à corrente cientificista. Uma edição recente do IJHDR traz, inclusive, os resumos do encontro extraordinário do Giri em 2020, realizado em parceria com a UFRJ, e dedicado a discutir “as diferentes abordagens homeopáticas no tratamento de Covid-19, como o uso de nosódios (preparados a partir de partículas de vírus)” (Holandino & Kokornaczyk, 2021, p. 1; tradução minha).

Conclusão

A controvérsia entre culturalismo e cientificismo divide os homeopatas. Nem todo homeopata defende o uso de bioterápicos ou acredita que as ultradiluições funcionam se utilizadas sem levar em conta a lei dos semelhantes, como propõem os cientificistas. Mas só os homeopatas creem que ela funciona: a crença não é compartilhada pela comunidade científica.

Por isso mesmo, quando médicos e farmacêuticos homeopatas querem provar o valor da doutrina diante da opinião pública, não há divergência doutrinária que os impeça de usar os instrumentos de salvação forjados por seus colegas cientificistas para tentar legitimar a doutrina diante do público acadêmico. O dossiê “Evidências

12. O que temos aqui é uma pseudovacina: pois as vacinas convencionais contêm algo como um princípio ativo – o patógeno atenuado, as proteínas de sua membrana celular, seu RNA etc. –, que são detectáveis por meio de análise microbiológica. O que não é o caso das “vacinas” homeopáticas: a diluição em série própria da farmacotécnica homeopática não deixa traço da substância original. Isso é ilustrado até mesmo pelo artigo que mencionei, em que os autores relatam que a análise das diluições homeopáticas que eles mesmo conduziram revelou não haver ali mais nenhum traço do patógeno (Lemos *et al.*, 2011, pp. 365-366). Os autores, porém, não extraem daí um questionamento da doutrina, e sim a conclusão positiva de que, uma vez que o preparado não contém traços do patógeno, é seguro para ser usado em aves.

Científicas da Homeopatia”, publicado em 2017 pela *Revista de Homeopatia*, com apoio da AMHB, traz artigos de revisão de literatura sobre os efeitos dos preparados em plantas e *in vitro*. Na comunicação com o público amplo, a homeopatia sem sujeito é acolhida mesmo por homeopatas que, em outras ocasiões, repetem o bordão de que a homeopatia é a medicina do sujeito – que convenceu alguns sociólogos e gestores públicos a apostar nela, apesar de dois séculos de crítica bem fundamentada da comunidade científica.

Com isso em vista, reexaminemos a intuição central de que partimos: que o conflito interno aos círculos de homeopatas não é só um obstáculo à difusão da doutrina, mas está relacionado com sua conservação.

O que está aqui em jogo é a especialização de diferentes círculos de homeopatas na busca por legitimar, cada qual, um dos principais componentes doutrinários distintivos da homeopatia: seu roteiro de diagnóstico peculiar, que gira em torno da lei dos semelhantes; e sua farmacotécnica. Os atritos que emergem entre diferentes homeopatas – que eles enxergam como obstáculo à promoção da doutrina – podem, com isso, ser postos sob nova perspectiva: são um subproduto dessa especialização, que otimiza os esforços dos vários indivíduos implicados na reprodução da doutrina, na medida em que permite prospectar o maior número possível de linguagens conceituais com as quais se espera legitimá-la publicamente, além de forjar alianças em diferentes círculos sociais. As controvérsias que dividem os homeopatas são, em resumo, um efeito secundário da luta simbólica pelo reconhecimento da doutrina no circuito universitário brasileiro.

Tais controvérsias não são sinal da ruína da doutrina, e sim resultados da estratégia de diversificação simbólica que possibilita sua sobrevivência no contexto moderno – feito raro, se considerarmos que tantos outros recursos terapêuticos que perderam legitimidade científica também perderam, junto com ela, legitimidade pública. Tal feito ainda sinaliza um ponto importante: que o negacionismo científico, que teve na onda da cloroquina uma de suas manifestações mais agudas na nossa história recente, tem raízes profundas. Temos uma longa tradição de negação da ciência, e ao menos parte dessa tradição se reproduz não em gabinetes políticos, mas lá onde seria de se esperar que a legitimação científica importasse mais: no nosso sistema acadêmico.

Referências bibliográficas

- ALECU, Adian *et al.* (2007), “Efeito do medicamento homeopático Arnica montana 7CH no traumatismo mecânico em camundongos”. *Cultura Homeopática*, 20 (3): 16-18.
- BÁRBARA, Lenin. (2018), *Investigações sobre a ignorância humana: uma introdução aos estudos da ignorância, acompanhada de um exame sociológico sobre a persistência da homeopatia e a consolidação do masculinismo ontem e hoje*. São Paulo, 861 p., tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BAROLLO, Célia *et al.* (2007), “Efeito da homeopatia no tratamento de crianças e adolescentes em situação de violência”. *Cultura Homeopática*, 21 (4): 5-10.
- COELHO, Cideli *et al.* (2014), “Pilot study: evaluation of homeopathic treatment of Escherichia coli infected swine with identification of virulence factors involved”. *International Journal of High Dilution Research*, 49 (4): 197-206.
- FIGLIARO, Juliano. (2015), *A guerra dos mundos ou as relações institucionais entre a homeopatia e a medicina científica*. São Paulo, 323 p., tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FONTE, Olney. (2007), “Janelas para o conhecimento homeopático”. *Cultura Homeopática*, 19 (2): 7-8.
- HOLANDINO, Carla & KOKORNACZYK, Maria. (2021), “Editorial: Homeopathy in the treatment of Covid-19”. *International Journal of High Dilution Research*, 20 (1): 1.
- KEGAMI, Andréa. (2005), “Abordagem temática de caso clínico”. *Cultura Homeopática*, 11 (2): 13-15.
- LEMOES, Mósar *et al.* (2011), “In vitro behavior of Mycoplasma genitalium live-type nosode”. *International Journal of High Dilution Research*, 10 (4): 362-368.
- LUZ, Madel. (1996), *A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo, Dynamis Editorial.
- LUZ, Madel. (1988), *Natural racional social: Razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- LUZ, Madel. (2003), “Entrevista: Dra. Madel Luz, uma visão sociológica da saúde”. *Cultura Homeopática*, 4 (2): 6-7.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2015), *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – 2ª edição*. Brasília, Ministério da Saúde.
- MONTEIRO, Dalva & IRIART, Jorge. (ago. 2007), “Homeopatia no Sistema Único de Saúde: representações dos usuários sobre o tratamento homeopático”. *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (8): 1903-1912.
- MORAES, Adélia (2005), “A clínica da palavra”. *Cultura Homeopática*, 11 (2): 6-9.
- PRIVEN, Silvia & JURJ, Gheorghie. (2009). “Signos visuais em homeopatia: Semiótica e cognição”. *Revista de Homeopatia*, 72 (3-4): 9-14.

- ROSENBAUM, Paulo. (2002), “Apresentando a cultura homeopática”. In: *Cultura Homeopática*, 1 (1): 5.
- ROSENBAUM, Paulo. (2005), “Ainda a homeopatia ou O que será do fim? (a respeito do editorial do *The Lancet*)”. *Cultura Homeopática*, 12 (3): 4-5.
- ROSENBAUM, Paulo & PRIVEN, Silvia. (2006), “Contribuições à promoção do cuidado”. *Cultura Homeopática*, 15 (2): 6-10.
- ROSSI, Fabrício *et al.* (2006), “Aplicação do medicamento homeopático *Carbo vegetabilis* e desenvolvimento das mudas de alface”. *Cultura Homeopática*, 17 (4): 14-17.
- SHANG, Aijing *et al.* (2005), “Are the clinical effects of homoeopathy placebo effects? Comparative study of placebo-controlled trials of homoeopathy and allopathy”. *The Lancet*, 366 (9.487): 726-732, 27 de agosto a 2 de setembro.
- SIMMEL, Georg. (1992), *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung (Georg Simmel Gesamtausgabe, vol. 11)*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- SOLON, Luiz. (2002), “Contradições sociais da homeopatia: desafios para os homeopatas enquanto sujeitos históricos”. *Revista de Homeopatia*, 67 (1-4): 47-54.
- SOLON, Luiz. (2004), “Saúde e sofrimento (pesquisa qualitativa sobre as implicações do tratamento homeopático na saúde de uma criança com retardo mental)”. *Revista de Homeopatia*, 69 (1-4): 11-20.
- STIEFELMANN, Henrique. (2011), “Arte homeopática”. *Revista de Homeopatia*, 74 (4): 31-48.
- TRIANA, Amarilys. (2004), “Semiótica biomédica e seus limites: criando atalhos entre o sutil e o evidente”. *Cultura Homeopática*, 9 (3): 28-38.
- ZACHARIAS, Carlos. (2007), “Cultura em transição”. *Cultura Homeopática*, 20 (3): 4-5.

Resumo

A busca por legitimação na cultura homeopática

Este artigo se baseia em uma pesquisa documental sistemática dos principais periódicos de homeopatia em circulação no Brasil entre 2002 a 2015. Embora estejamos em condições de saber que os preparados homeopáticos não passam de placebos, a doutrina homeopática goza de um grau considerável de reconhecimento social e institucional no Brasil. Neste artigo, descrevo e analiso as principais estratégias de legitimação usadas por homeopatas para resguardar a doutrina de críticas da comunidade científica. Identifico e discuto duas estratégias antagônicas, que refletem um conflito interno à cultura homeopática: a abordagem *cientificista* e a *culturalista*, esta última de especial interesse, por envolver a instrumentalização dos referenciais teóricos das ciências humanas.

Palavras-chave: Sociologia das ideias; Homeopatia; Medicina complementar e alternativa; Legitimação; Agnotologia.

Abstract*The quest for legitimacy in homeopathic culture*

This paper is based upon systematic documentary research on two homeopathic journals circulating in Brazil between 2002 and 2015. Even though we are in a position to know that homeopathic preparations are but placebo pills, the homeopathic doctrine enjoys a considerable degree of social and institutional recognition in Brazil. This paper describes and analyzes the main legitimation strategies homeopaths deploy in order to shield the doctrine from criticisms coming from the scientific community. As a result, I identify and discuss two opposing strategies which reflect a conflict within the homeopathic culture. These are labeled the *scientificist* and the *culturalist* approaches, the latter being of particular interest since it entails an instrumentalization of the theoretical framework from the social sciences.

Keywords: Sociology of ideas; Homeopathy; Complementary and alternative medicine; Legitimation; Agnotology.

Texto recebido em 21/06/2021 e aprovado em 24/09/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.187575

LENIN BICUDO BÁRBARA é pesquisador de pós-doutorado vinculado ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, com bolsa PNPd/Capes. Formou-se desde a graduação na mesma instituição. No momento, desenvolve pesquisa no âmbito dos estudos da ignorância, com ênfase na circulação da desinformação sobre temas ligados à saúde. Já desenvolveu trabalhos em diálogo com a teoria social, teoria cognitiva, epistemologia, pensamento social alemão, filosofia e história da ciência – especialmente da medicina –; e estudos de gênero. Também atua como tradutor, tendo vertido para o português textos do filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel, e do historiador da arte Aby Warburg, entre outros, ainda no prelo. E-mail: leninbicudo@gmail.com.



Garantias externas e fundamentos internos

Dimensões da legitimidade em Max Weber

Carlos Eduardo Sell*

<https://orcid.org/0000-0002-3281-7045>

O conceito de legitimidade constitui uma das principais heranças de Max Weber na teoria social e política contemporânea. Visando a recuperar seu significado, este artigo propõe uma reconstrução histórico-sistemática do conceito em dois âmbitos diferentes de *Economia e sociedade*, a saber: aquele que trata da sociologia compreensiva em geral e aquele que trata especificamente da sociologia política da dominação. Com efeito, existem diferenças substanciais no modo como a questão da legitimidade é tratada em cada um destes âmbitos. Ocorre que, em seus *Conceitos sociológicos fundamentais* [capítulo 1], Weber apresenta diferentes listagens que parecem não combinar: ele começa com os *quatro* tipos de ação social; elenca depois *cinco* tipos de garantias de legitimidade; e, ao final, discorre sobre *quatro* motivos internos que fundamentam a legitimidade. Como esse complexo quadro de conceitos sociológicos está relacionado com os *três* tipos puros de dominação legítima [Capítulo 3 – Os tipos de dominação]?

Tais discrepâncias vão muito além do aspecto redacional, e suas implicações teóricas suscitaram diversas tentativas de análise, mas não se encontrou consenso na literatura especializada a esse respeito (Speer, 1978; Prewo, 1979; Schluchter, 1988; Bader, 1989; Lübbe, 1991). Diante de tamanha confusão, Breuer (2006) entende que se deva abandonar a tentativa de forjar uma coerência rígida entre as listagens

* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

acima, como se houvesse uma conexão direta entre os tipos de ação social, os tipos de dominação, os motivos internos e os fundamentos externos da legitimidade. Dessa forma, fica aberto o caminho para que, mais do que nexos histórico-textuais, possamos nos concentrar na análise do vínculo analítico-sistemático entre esses capítulos e seus múltiplos conceitos. Mais especificamente, ao invés de nos concentrarmos na análise exegética, podemos voltar nossa atenção para os problemas hermenêuticos que estão implicados nessa diferença.

Seguindo essa pista, este artigo discute o entrelaçamento entre o aspecto estrutural e o aspecto simbólico da dominação. O que se pretende é uma aproximação ao conceito de legitimidade isento de sua redução unilateral-idealista ao aspecto da crença (Merquior, 1990). Mostra-se, assim, que, embora a legitimidade diga respeito especificamente à dimensão normativa das instituições, o conjunto da dominação não se limita apenas a um conjunto de crenças compartilhadas, dado que tais representações necessitam de sua institucionalização em estruturas organizacionais específicas, além de estarem radicadas na esfera da atribuição subjetiva de sentido.

Em função deste objetivo, o artigo será organizado na seguinte forma. Na primeira parte (histórica), examina-se o conceito de legitimidade no contexto da sociologia *política* de Weber. Com base na história de redação dos dois capítulos sobre a dominação existentes em *Economia e sociedade*, retoma-se o debate entre os intérpretes sobre como Weber avaliou o peso causal da dimensão estrutural e da dimensão simbólica da dominação no processo de redação de seus escritos. Recusando a hipótese de uma ruptura interpretativa, segundo a qual Weber transita de uma visão estruturalista para uma visão idealista, defende-se que ambos os fatores sempre foram concebidos por ele como elementos codeterminantes, representando aspectos distintos e complementares da dominação.

Após examinar o *peso* analítico das dimensões organização/representação na sociologia da dominação de Weber, passaremos, em âmbito mais restrito, a considerar o *modo* de relação entre essas duas dimensões. Partindo do primeiro capítulo de *Economia e sociedade* (*Conceitos sociológicos fundamentais*), examinaremos, inicialmente, o núcleo teórico do conceito de legitimidade, diferenciando entre a vigência empírico-factual e a validade normativo-ideal das instituições. Tal passo nos permitirá, a seguir, diferenciar entre as garantias externas (dimensão macro) e os fundamentos internos da legitimidade (dimensão micro).

A conclusão é que a dupla conceitual “forma/garantias” e “espírito/fundamentos” aponta para diferentes *dimensões* da legitimidade. Portanto, ao propor um conceito de legitimação que entrelaça a dimensão interna à dimensão externa da dominação, Weber plantou os alicerces de um conceito multidimensional de legitimidade cujos parâmetros ainda permanecem válidos no cenário teórico contemporâneo.

A Legitimidade na sociologia política

A sociologia da dominação de Weber não nasceu *ex abrupto* e exigiu dele um longo processo de reflexão e amadurecimento. À luz da republicação dos escritos weberianos (o projeto editorial *Max Weber Gesamtausgabe* – doravante MWG) e da densa exegese que a acompanha, sabemos atualmente que o pensador apresentou sua tríade da dominação em vários textos, que cobrem sua última década de vida. Podemos documentar pelo menos oito momentos diferentes em que Weber se reporta, em maior ou menor grau, a essa tipologia (conforme exposto em MWG I/24)¹.

No entanto, os textos mais importantes para acompanhar o processo reflexivo de Weber são os *dois capítulos* sobre a sociologia da dominação que estão localizados na primeira e na segunda partes daquela publicação mundialmente famosa e bem-sucedida que passou à história com o nome – provavelmente equivocado – de *Economia e sociedade*. Essa imensa massa de escritos, como hoje está demonstrado [MWG I/24], não é nenhum “livro” coerente e sistemático, dividido em duas partes, como estamos acostumados a imaginar, mas um “projeto” complexo, descontínuo e multifacetado de investigação que pode ser dividido, *grosso modo*, em duas grandes etapas, separadas pela Primeira Guerra Mundial. No bojo deste processo, Weber escreveu duas versões da sociologia da dominação: o capítulo 3 (“Os tipos de dominação”) da quinta edição de *Economia e sociedade* é mais recente e foi redigido por Weber depois da guerra; enquanto o capítulo 9 da segunda parte (“Sociologia da dominação”), muito mais extenso e histórico-descritivo, foi produzido por ele ainda no início de suas pesquisas sobre o assunto (em torno de 1909).

1. A trilogia das formas da dominação ainda não aparece no primeiro plano de redação de *Economia e sociedade*, concebido em 1910 no “Plano de distribuição material” (*Stoffverteilungsplan* – MWG I/24, p. 75), mas apenas em 1914, na assim chamada “Divisão do conjunto da obra” (*Einteilung des Gesamtwerkes* – MWG I/24, p. 169). Também podemos encontrar o assunto nas anotações de aula (MWG III/7) preparadas por Weber para seus alunos, em Munique, em 1920. Mas essas são menções muito breves e, além de ambos os capítulos de *Economia e sociedade*, a primeira exposição sistemática só aparece em um escrito de 1915 dedicado à religião e que recebe o título de *Introdução* (1915) (MWG I/19, pp. 119-125). Existe também um manuscrito póstumo, publicado em 1922, e cuja data de redação é incerta (“Os tipos de dominação”). Não podemos esquecer ainda as descrições que Weber faz em *Política como profissão* (MWG I/17), além de uma conferência datada de 1918 (*Problemas de sociologia do Estado*), na qual o tema volta a ser tratado com a inclusão (depois abandonada) de um quarto tipo de dominação: a forma democrática.

O problema histórico-interpretativo: duas sociologias políticas?

Dois capítulos sobre a dominação em *Economia e sociedade*? Na verdade, *duas versões*, e² nesse processo de amadurecimento são notáveis as correções, inovações, acréscimos e supressões, que podemos identificar entre as diferentes versões da sociologia da dominação, não apenas em pequenos detalhes, mas em elementos centrais do seu esquema teórico, tema que, infelizmente, não poderemos abordar aqui (maiores detalhes em Hanke, 2001).

Em que medida essas transformações gerais afetaram, em particular, o conceito de legitimidade? Quanto a este ponto, Edith Hanke (2001), que é nada menos que a organizadora do número da MWG dedicado à fase antiga da sociologia da dominação, é da opinião de que a legitimidade modifica seu lugar e sua importância no esquema geral de Weber. Segundo a intérprete, o Weber da primeira fase parece revelar uma compreensão estrutural-objetivista da dominação. É somente no período pós-guerra que o elemento cultural-simbólico da legitimidade adquire um lugar central.

Examinando os textos escritos por Weber ainda antes da grande guerra, Hanke salienta o fato de que Weber pretende, como ele mesmo diz, examinar “a dominação por meio da ‘organização’” (MWG I/22-4, p. 6). Em função dessa preocupação, ele entende que “a *estrutura* de uma dominação recebe seu caráter sociológico da natureza geral da relação entre o governante ou os governantes e seu aparato administrativo, e entre estes dois e os dominados, e, além disso, de seus princípios específicos de dominação” (MWG I/22-4, p. 10). É somente em trecho posterior que ele faz referência “aos princípios últimos em que pode apoiar-se a ‘validade’ de uma dominação” (MWG I/22-4, p. 10). Portanto, é somente em segundo lugar que ele se remete ao problema da legitimidade propriamente dito. As justificativas da dominação seriam aquelas responsáveis pela “subsistência de toda dominação” e, dentre elas, Weber nomeia 1) um sistema de regras racionais estatuídas, bem como 2) a autoridade pessoal, seja ela baseada na tradição ou na crença no carisma. Segue, enfim, uma lista dos tipos de dominação; mas, longe de resultarem dos princípios de legitimidade, eles parecem ser definidos muito mais em termos estruturais do que simbólicos:

Quando a ação social de uma formação de dominação se baseia numa relação associativa racional, encontra seu tipo específico na “burocracia”. A ação social, numa situação vinculada a relações de autoridade tradicionais, está tipicamente representada pelo “patriarcalismo”. A

2. Em 16 de maio de 1916, Weber escreve ao editor: “Minha Sociologia. Deus do céu! Eu já ficaria contente se durante esta guerra eu conseguir terminar os artigos sobre ‘A ética econômica das religiões mundiais’ para que você possa publicá-las juntamente com a ‘Ética protestante’” (MWG II/9, p. 411).

formação de dominação carismática apoia-se na autoridade não racionalmente nem tradicionalmente fundamentada de personalidades concretas (MWG I/22-4, p. 11).

Esta trilogia estrutural (burocracia/patriarcalismo/dominação carismática) contrasta com a terminologia bem mais uniforme que vamos encontrar no texto pós-guerra de Weber. Nesta fase, como sabemos, Weber afirma que “existem três tipos puros de dominação legítima”, e isso a depender da “validade da legitimidade” (MWG I/23, p. 154), que pode ser: 1) de caráter racional (dominação legal), 2) de caráter tradicional (dominação tradicional) ou de caráter carismático (dominação carismática). Logo, em sua segunda fase, Weber parece inverter o peso dos fatores determinantes de sua tipologia, pois “dependendo da *natureza* da legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação”. Ele conclui, portanto, que “é conveniente distinguir as classes de dominação segundo suas *pretensões* típicas à *legitimidade*” (MWG I/23, p. 152).

Estamos, pois, diante de um Weber estruturalista na primeira fase e cultural-idealista na segunda? Essa não é a opinião de Stefan Breuer (2006 e 2011), que, mesmo admitindo duas “fases” distintas na sociologia de Weber, entende que ele chegou a uma versão definitiva sobre os tipos dominação ainda antes da Primeira Guerra. Mesmo que no escrito *Sobre algumas categorias da sociologia* compreensiva, de 1913 (MWG I/18), Weber se referisse apenas às ordens que repousam sobre uma legitimidade consensual [*Einverständnishafteln*], na primeira versão da sociologia da dominação (pré-guerra) ele já tem definitivamente elaborada sua tipologia das estruturas de dominação. Na fase seguinte (pós-guerra), os fundamentos do esquema da dominação já estavam plenamente estabelecidos. O problema é que Breuer não se coloca o problema do peso causal e não chega a discutir o modo de relação entre as variáveis estrutura/cultura na sociologia da dominação de Weber.

Tal questão não ficou fora do radar de Wolfgang Schluchter, que sustenta a opinião de que é apenas na segunda versão de seu texto que Weber “alinha, de modo consequente, os princípios de legitimação com as formas de administração” (Schluchter, 2016, p. 277). Ele acrescenta ainda que “estes dois aspectos, ambos determinantes para a estrutura da dominação, não são novidade em sua obra, embora a utilização consequente de ambos para a distinção dos tipos puros de dominação o seja” (Schluchter, 2016, p. 278). Resta saber o que Schluchter quer dizer quando afirma que foi apenas tardiamente que Weber foi realmente “consequente” no balanço entre princípios de legitimação e formas de administração.

O problema analítico: a questão da correspondência

A controvérsia interpretativa acima esboçada não constitui apenas uma filigrana de pesquisadores hiperespecializados. Ela vai bem além do caráter histórico e nos traz à tona um problema analítico da maior importância. Ele diz respeito à natureza global do esquema analítico de Weber e nos remete à questão teórica da relação entre a dimensão estrutural e a dimensão simbólica da dominação. Mesmo admitindo-se que estrutura (Organização) e legitimidade (Representação) são ambos elementos constitutivos da ordem política, resta que definir os tipos de dominação a partir da legitimidade sugere a predominância causal do fator simbólico sobre o fator estrutural. A impressão que surge é que as estruturas são unilateralmente derivadas de representações simbólicas, o que deixaria Weber exposto à crítica de que seu esquema resvala na direção de reducionismo idealista, como já sustentava, por exemplo, José Guilherme Merquior (1990).

Para refutar esse tipo de leitura, recorro à celebre conferência proferida por Weber em 28 de janeiro de 1919: *Política como profissão* [MWG I/17]. Apesar de seu caráter mais passional – visto que alocução pública e não um escrito técnico-acadêmico –, aqui Weber parece ter achado uma expressão do problema da relação estrutura/representação menos exposto às ambiguidades de redação que ainda encontramos nas duas versões de *Economia e sociedade*.

Em sua alocução, Weber parte da premissa de que todas as associações políticas (incluído o Estado) constituem formas de dominação dos seres humanos sobre humanos, levando-nos à seguinte questão: “em que justificativas internas e em que meios externos está apoiada a dominação?” (MWG I/17, p. 36). A formulação, segundo se pode ver, não apenas elide qualquer prioridade causal entre esses dois elementos, como também deixa transparecer qual o critério de distinção entre a dominação concebida enquanto organização e a dominação entendida enquanto legitimidade, a saber: a diferenciação entre interno *versus* externo, ou, ainda, entre justificativas *versus* recursos. Na sequência do texto, ao examinar ambos os fatores, Weber evita qualquer tipo de reducionismo e analisa o papel causal de cada um deles sem qualquer forma de subordinação.

Em relação às “justificativas internas”, ele retoma a tríade que já conhecemos, desta feita enumeradas pela ordem de dominação tradicional, dominação carismática e dominação em virtude da legalidade. Trata-se de “três fundamentos que dão legitimidade a uma dominação” ou, em outra formulação, eles constituem as “razões da legitimidade da obediência” (MWG I/17, p. 37).

Contudo, a dominação depende também “da natureza dos recursos de que se dispõem” (MWG I/17, p. 38). De fato, para impor sua obediência, os governantes

necessitam “dispor daqueles bens materiais que eventualmente possam ser necessários para se impor pela força física” (MWG I/17, p. 38). Weber é bastante preciso na enumeração desses meios que são “um quadro administrativo pessoal e meios de administração objetivos” (*Idem*). O quadro administrativo está vinculado ao governante muito mais por interesses (remuneração material e honra social) do que pelas concepções de legitimidade. Ademais, não se pode esquecer que para “a manutenção de qualquer dominação coercitiva são necessários certos bens materiais palpáveis, dentre os quais Weber elenca o “dinheiro, edifícios, material bélico, lotes de veículos, cavalos etc.” (MWG I/17, p. 39).

Com base nesses elementos estruturais, Weber nos oferece uma nova tipologia afirmando que todas as ordens estatais podem ser classificadas segundo dois princípios básicos. A existência de uma tipologia estrutural independente do fator da representação é, aqui, de importância decisiva: é ela que nos indica que o aspecto estrutural/organizacional da dominação não é uma espécie de emanção que deriva de suas justificativas simbólicas. Na primeira categoria apresentada por Weber, o quadro administrativo “é ele mesmo o proprietário dos meios administrativos”, enquanto na segunda categoria “o quadro administrativo está separado dos meios materiais de produção” (*Idem*). Resulta daí que na primeira categoria encontramos as associações estamentalmente estruturadas, em particular o feudalismo; enquanto na segunda categoria estão incluídos a dominação patriarcal e patrimonial, o despotismo sultânico e a ordem estatal burocrática.

Embora a exposição de *Política como profissão* deixe mais clara a independência causal dos fatores estrutural e simbólico na configuração dos tipos de dominação, evitando assim a armadilha da subordinação de um elemento a outro (idealismo), o escrito não chega a esclarecer com maior exatidão *como* Weber concebe, efetivamente, a relação entre essas duas dimensões. Embora os âmbitos de cada uma das variáveis estejam bem delimitados, não se chega a aprofundar o *modus operandi* de suas conexões.

A legitimidade na sociologia geral

Para avançar no entendimento do tema da legitimidade, temos que deixar este âmbito geral para um âmbito mais específico que nos possibilite discutir o conteúdo do conceito em si mesmo. Para tanto, deslocaremos nossa discussão para o primeiro capítulo de *Economia e sociedade*, no qual o tema da legitimidade é retomado no contexto de sua teoria das ordens ou estruturas sociais. Isso nos permitirá determinar, com maior exatidão, o núcleo teórico do conceito de legitimidade: a saber, o conceito de validade [*Geltung*]. A seguir passaremos ao tratamento das *garantias externas* e

dos *fundamentos internos* da legitimidade, distinção que nos fornecerá a chave para entender o nexos intrínseco entre a dimensão organizacional e a dimensão simbólica da legitimidade em Weber.

Ordem social e ordem legítima

Weber criticou asperamente o jurista Rudolf Stammler por confundir a vigência empírica e a validade normativa da ordem social (MWG I/23, cap. I, §5, nota 3). Curioso é que o próprio Weber não parece distinguir com absoluta clareza a ideia da ordem social (em si) da ideia de ordem legítima (Bader, 1989, pp. 296-334). A questão central em jogo é a seguinte: toda ordem social já é legítima ou podem existir ordens sociais desprovidas desse atributo? Essa suposta confusão é agravada pelo fato de Weber não utilizar o termo *Geltung* com total rigor, acenando ora para a sua dimensão normativa, ora para a sua dimensão empírica. Fazendo uma alusão a Habermas (1992), Weber parece oscilar entre o entendimento de vigência como “facticidade” ou como “validade” [*Geltung*].

Ele começa suas explicações no parágrafo 5 do primeiro capítulo afirmando que “a validade [*Gelten*] de uma *ordem* significa para nós mais do que a regularidade do desenvolvimento da ação social condicionada pelo costume ou pela situação de interesses” (MWG I/23, cap. I, §5, nota 1). Esse elemento “a mais” que explica a regularidade, exemplificado por um funcionário público que comparece pontualmente a sua repartição, seria exatamente a “validade”, entendida no sentido de que esse comportamento é visto como um “mandamento” [*Gebot*] que é vivido como um “sentimento de dever” [*Pflichtsgefühl*].

A ideia de que *Geltung* é sinônimo de validade normativa parece ainda mais explícita quando, na nota explicativa seguinte, Weber destaca que a vigência das ordens ocorre quando a orientação por máximas tem como motivo *também*, pelos menos para uma parte dos agentes sociais, o fato de que elas “valem para a ação” [*für das Handeln gelten*] enquanto “modelos” [*verbindlich*] ou “obrigações” [*vorbildlich*]. Weber explica ainda que uma ordem social observada pelo hábito ou pelo interesse é muito mais instável do que uma ordem que aparece com o prestígio de ser modelar/exemplar [*Verbindlichkeit*] ou obrigatória [*Vorbildlichkeit*]. Neste trecho, ele faz ainda o seguinte acréscimo: “ou conforme dizemos, a legitimidade”. Em todas estas passagens a validade da ordem pertence sempre ao campo do “geltendsollen” (MWG I/23, cap. I, §5) e deve ser entendida no sentido de “norma obrigatória” [*verbindliche Norm*] (MWG I/23, cap. I, §5, nota 3).

No entanto, em outras passagens do parágrafo 5 o termo *validade* parece indicar apenas a existência factual ou mera vigência da ordem social. Por este ângulo, *Gel-*

tung significa apenas que a ação social é uma função da “chance” (MWG I/23, cap. I, §5, nota 1) de que o indivíduo se oriente efetivamente por uma ordem social dada. Podemos dizer também que nesta acepção *Geltung* assinala o fato de que uma determinada ordem social só existe (ou possui o atributo do ser) enquanto ocorrem ações sociais de determinados tipos. Partindo desta sentença, *Geltung* deve ser entendida na sua acepção empírico-factual como a efetividade ou a existência concreta da ordem social através de ações ou relações sociais. Nesta direção, Weber dirá, por exemplo, que “interpretações do sentido da ordem [...] possuem ‘validade’ [*gelten*] na medida em que realmente determinam as ações” (MWG I/23, cap. I, §5, nota 3). É importante enfatizar aqui o nexos entre *Geltung* = efetividade, ou, como diz o próprio Weber, uma ordem social “vigora” na medida em que há a chance de que a ação realmente se oriente por ela” (MWG I/23, cap. I, §5, nota 3). Nesta última sentença, a correlação [*Geltung* = efetividade/facticidade] volta a ser enfatizada, ainda que não de forma automática, evidentemente, mas como chance³.

Apesar dessas oscilações terminológicas, o raciocínio de Weber só faz sentido caso o aspecto da validade normativa, por um lado, e da validade ou vigência factual, por outro, sejam claramente demarcados. Qualquer ordem social só existe enquanto persiste de forma real e efetiva a chance de que as ações sociais se orientem por um conteúdo de sentido que lhes serve de referência. Desaparecendo essa base micro-sociológica, desaparece também a ordem social: trata-se, pois, da vigência (factual) da ordem. Mas se toda ordem social possui o atributo da vigência empírico-factual, nem toda ordem social pode ser considerada uma ordem legítima, ou seja, nem todas as regras/máximas que a constituem orientam os indivíduos enquanto máximas exemplares ou obrigatórias. Em sentido inverso, vale dizer também que ordens sociais podem até possuir vigência em função da legitimidade, mas este nem sempre é o caso, o que nos leva à necessidade de distinguir entre tipos diferentes de ordens sociais.

Nessa linha, Greshoff (2006, p. 279) destaca que Weber diferencia entre ordens sociais observadas “apenas” em função de costumes ou interesses, por um lado, e ordens sociais que supõem a crença na legitimidade, o que nos permite distinguir *ordens sociais simples* de *ordens sociais legítimas*. No primeiro caso, os portadores das ações sociais orientam-se pelas máximas constitutivas da ordem de modo livre. Já no segundo caso, a orientação é sentida como “devendo ser válida” [*geltendsollend*]. Wolfgang Schluchter (2015, p. 251) também opta por uma classificação dual dos tipos de ordem, apondo a *ordem social de fato* à *ordem legítima*. Ordens sociais motivadas

3. Essa mesma ambivalência também pode ser identificada no capítulo da sociologia da dominação do pós-guerra, na qual ele afirma que “a legitimidade de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma *chance* de, em grau relevante, ser reconhecida e tratada praticamente como tal” (MWG I/23, p. 153, nota 1).

por costumes constituem apenas regularidades factuais *da* ação e são diferentes das ações orientadas por regras ou máximas *para* a ação.

Diferenças à parte, resulta que agora já estamos em condições de identificar com precisão quais são os elementos que definem o núcleo do conceito de legitimidade em Weber. A legitimidade nos remete para o “dever-ser válido” [*Geltensollend*] na medida em que nos fornece referências modelares [*Vorbindlichkeit*] e obrigatórias [*Verbindlichkeit*] (MWG I/23, cap. I, §5, nota 2) de ação social. Em função desse componente normativo, a legitimidade é um fator fundamental do processo de institucionalização das estruturas sociais [Stachura, 2008]. Como diz Weber, “uma ordem observada somente por motivos racionais com referência a um fim é em geral muito mais frágil [*labil*] do que a orientação por essa ordem unicamente em virtude dos costumes”. E arremata: “esta, por sua vez, é ainda mais frágil [*labil*] do que uma ordem que aparece com o prestígio de ser modelar ou obrigatória ou, conforme dizemos, ‘legítima’” (MWG I/23, cap.I, §5, nota 2). De uma ordem fundada no interesse, passando pela ordem tradicional, até chegar a uma ordem legítima, o que temos é um processo crescente de estabilidade cujo ponto culminante é o atributo da normatividade.

A “forma” externa e o “espírito” interno da legitimidade

Feita a distinção entre ordens sociais em sentido geral e ordens legítimas [em sentido específico], passemos aos dois parágrafos seguintes (§6 e §7) nos quais Weber examina os aspectos das “garantias da legitimidade” [*Legitimitätgarantien*] e dos “fundamentos da legitimidade” [*Legitimitätsgründen*]. Para dar maior inteligibilidade a essa distinção, sigo a proposta de Schwinn (2014, pp. 98-100), que procura aproximá-la da conhecida tipologia utilizada por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Conforme tal entendimento, as garantias externas correspondem aos princípios estruturais (forma) da dominação, enquanto os princípios simbólicos (espírito) resultam de um processo de atribuição que tem sua base no plano dos agentes sociais. Essa releitura tem a vantagem adicional de nos permitir demarcar com maior precisão a dimensão macro e a dimensão micro da ordem legítima (Schwinn, 1993). Mais especificamente, enquanto as garantias dizem respeito ao aspecto macroestrutural propriamente dito, a questão da atribuição [*Zuschreibung*] nos coloca na perspectiva dos agentes sociais, pois, como diz Weber, “a vigência *legítima* [é] atribuída pelos agentes a uma ordem” (MWG I/23, Cap. I, §7).

Garantias da legitimidade

Elucidar as garantias “externas” da legitimidade significa voltar nossa atenção para “expectativas de determinadas consequências externas” (MWG I/23, cap. I, §6, *caput*) que advêm sobre nosso agir. No centro da análise está a tentativa de entender quais são os mecanismos institucionais que, operando externamente, condicionam o agir e, desta forma, atuam como garantias da legitimidade. Segundo Weber, tais consequências variam a depender do tipo de ordem em questão, ou seja, importa observar se estamos em (a) uma situação de interesses [*Interessenlage*], (b) da convenção (c) ou do direito. Isso significa que os efeitos estruturais variam conforme estivermos tratando da ordem econômica, da ordem convencional ou da ordem jurídica.

A *ordem econômica*, fundada no interesse, em especial o livre mercado (MWG I/23, cap. I, §4, nota 3), implica sempre uma “adaptação externa” ou “adaptação planejada” [*planmässige Anpassung*]. As condições impostas por quem se encontra na situação objetiva do mercado, ao estimular a adoção de uma estrita “racionalidade referente a fins nas ações”, possuem um potencial de homogeneização [*Gleichartigkeiten*], regularidade [*Regelmässigkeiten*] e continuidade [*Kontinuitäten*] “que, em determinados casos, é até mais estável que ordens sociais munidas dos atributos das normas [*Norm*] e dos deveres [*Pflicht*]: “a orientação exclusiva pela orientação de interesses crus, sejam próprios ou alheios, produz efeitos análogos ao que se procura impor – muitas vezes em vão – pela sua normatização” (MWG I/23, cap. I, §4, nota 3).

No entanto, ao falar de “normatização” já estamos tratando de outros tipos de estruturas sociais, quer dizer, das ordens convencionais e das ordens jurídicas. Como ambas nos remetem às normas e deveres, elas exercem seus efeitos macroestruturais de modo completamente diferente da ordem econômica. No caso da convenção, “a validade está garantida externamente pela chance de que um comportamento desviante no interior de um círculo determinado de pessoas acabará por esbarrar com uma *reprovação* (relativamente) geral e que pode ser sentida na prática” (MWG I/23, I, §6). Já no direito, a legitimidade “está garantida externamente pela probabilidade de *coação* (física e psíquica) exercida por determinado *quadro* de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (MWG I/23, I, §6).

A sociologia da *ordem convencional* de Weber inclui diversos exemplos, como modos estabelecidos de saudação, formas de vestir-se, de preparar os alimentos, costumes estamentais ou mesmo um boicote organizado (MWG I/23, I, §6, nota 1): todas elas são formas de ação cujo desvio implica como consequência a reprovação social. No entanto, dada a ausência de um grupo de pessoas destinado a garantir formalmente a observância das convenções, a iniciativa de constranger os indivíduos

à conformidade é descentralizada e informal, podendo partir de qualquer indivíduo (ou de coletivo relativamente organizado, como no caso do boicote) pertencente a um círculo específico no qual aquelas convenções são vigentes.

Essa situação se modifica no caso da *ordem jurídica*, pois o que define esse fenômeno é “a existência de um quadro coativo” (MWG I/23, I, §6, nota 2, ênfase do original) cuja função é a “imposição das regras jurídicas” (MWG I/23, I, §6, nota 2, ênfase do original). Em épocas posteriores da história, esse aparato pode ser, por exemplo, o clã, os estatutos de uma associação, a autoridade do patriarca, uniões ou comunidades de companheiros. O que importa, na perspectiva da sociologia, é simplesmente a existência do aparato coativo, independente de quais sejam os meios empregados para a imposição das regras: “os meios de coação não vêm ao caso” (MWG I/23, I, §6, nota 2, ênfase do original).

A conclusão a que Weber quer chegar é que, do ponto de vista estrutural, ordens sociais legítimas podem assumir a forma social da convenção e do direito, ambos entendidos como dois mecanismos das garantias externas das estruturas sociais.

Fundamentos da legitimidade

Enquanto o conceito de “garantias” de legitimidade nos colocava na perspectiva externa, quer dizer, aquela que privilegia os efeitos das estruturas sobre os indivíduos (direção macro-micro), com o conceito de “fundamentos” de legitimidade somos jogados em outra perspectiva, a saber, aquela que perfaz o movimento que vai do nível micro dos agentes até o nível macro das estruturas sociais. Não sem motivo, é o próprio Weber que afirma: “aqueles que atuam socialmente podem atribuir [*Zuschreibung*] validade legítima a uma ordem determinada” (MWG I/23, I, §7).

Esse processo de atribuição por parte dos agentes pode ocorrer por quatro vias diferentes: 1) em virtude da tradição; 2) em virtude da *crença* afetiva; 3) em virtude de uma *crença* racional referente a valores; ou 4) em virtude de um estatuto existente em cuja legalidade se acredita. Vale notar que o termo “crença” aparece apenas duas vezes e apenas no que diz respeito à crença afetiva e à crença em valores. Nas notas explicativas desse parágrafo, contudo, ao invés de explorar cada uma dessas quatro vias, Weber simplesmente retoma sua conhecida trilogia dos tipos de dominação. Ele não oferece qualquer justificativa sobre por que os *quatro* tipos de atribuição e os *três* tipos de dominação não correspondem entre si, ou, pelo menos, qual seria a relação entre eles.

Embora não aponte para nenhuma inovação ou diferença decisiva na exposição dos três tipos de dominação (em relação ao que está posto em seus demais textos), chama a atenção o fato de que Weber inicie sua exposição pela dominação tradicio-

nal, passando muito brevemente pela dominação carismática, até chegar à fórmula contemporânea da dominação legal. Conforme essa sequência, “a crença no caráter sagrado da tradição é a forma mais universal e primitiva de legitimidade” (MWG I/23, I, §7, nota 1). A tradição possui um caráter eminentemente conservador, pois o medo de danos de origem mágica fortalece a inibição psíquica diante de todas as formas habituais e inveteradas de comportamento (MWG I/23, I, §7, nota 1). Quebrar o poder da ordem estabelecida através da “criação *consciente* de novas ordens apresentou-se quase sempre na forma de oráculos proféticos” (MWG I/23, I, §7, nota 2), praticamente a única referência que ele nos oferece da dominação carismática. Por fim, ele nos lembra que “a forma de legitimidade hoje predominante é a crença na *legalidade*” (MWG I/23, I, §7, nota 4), que ele define como “obediência a preceitos jurídicos positivos estatuídos através de procedimento habitual e *formalmente* correto” (MWG I/23, I, §7, nota 4).

Mas como explicar o fato de que, apesar da existência de quatro mecanismos subjetivos atributivos de crença, tenhamos concretamente apenas três tipos de dominação? Para explicar essa aparente discrepância, Breuer (2006) lembra que esse tópico de *Economia e sociedade* trata do conjunto das ordens sociais legítimas: ele é, pois, um tópico de sociologia geral [que trata das estruturas sociais em sentido amplo] e não de sociologia política [que trata apenas das estruturas políticas em particular]. A ordem política é um tipo de ordem social legítima, mas não é a única desse gênero. Por essa razão a descrição dos tipos de dominação deve ser entendida como uma exemplificação, quer dizer, como ilustração concreta de uma ordem social legitimada normativamente. Mas como as formas de dominação são apenas um caso em particular, não há razão para postular uma relação de correspondência exata entre os quatro motivos de atribuição (que dizem respeito às ordens sociais no sentido amplo) e os três tipos de dominação.

Apesar do valor dessa observação, podemos também ir além do sentido imediato do texto para explorar esta questão em perspectiva teórico-sistemática. É o que realiza Andrea Maurer (1999) quando propõe separar o (1) problema da “constituição” do (2) problema da “reprodução” das estruturas políticas. Dessa feita, enquanto o tópico das *garantias* da legitimidade, ao mostrar que a dominação assume a forma estrutural da convenção ou do direito, trata do problema da *reprodução* das ordens legítimas na esfera macro; o tópico dos *fundamentos* da legitimidade coloca a questão da gênese ou *constituição* da ordem legítima na sua dimensão microssocial. Do *ponto de vista constitutivo*, estruturas políticas (no nível macro) emergem de um problema cuja raiz deve ser localizada na esfera dos agentes sociais e no modo como eles atribuem validade às estruturas políticas. As crenças simbólicas que conferem legitimidade às ordens sociais legítimas, em particular aquelas de tipo político, não

existem enquanto entidades que subsistem por si mesmas, pois residem em um sentido que precisa encontrar seu ancoradouro último nas relações sociais: “a disposição de uma ou várias pessoas de se submeter à imposição de uma ordem [...] pressupõe a crença na autoridade em algum sentido legítima daquele ou daqueles que impõem essa ordem” (MWG I/23, I, §7, nota 5).

Considerações finais

A sociologia weberiana da dominação é profundamente devedora da tradição kantiana e da famosa distinção entre ser [*Sein*] e dever-ser [*Sollen*]. Com efeito, a dimensão externo-coercitiva do direito e interno-imperativa das normas morais corta transversalmente toda a arquitetura da reflexão weberiana sobre o poder legítimo (Treiber, 1988). Por essa razão, essa dicotomia pode nos servir como um excelente guia para sintetizar os resultados da presente investigação. Podemos reconhecer a distinção interno/externo como operador analítico tanto na sociologia política [em sentido específico] quanto na sociologia compreensiva [em sentido geral] de Max Weber.

No âmbito da sociologia política, formas estáveis de poder político requerem tanto *justificativas internas* quanto *meios* externos: ambos são fatores co-constitutivos, com igual peso causal, na estruturação das formas de dominação. Em sua sociologia geral, Weber acrescenta a esse dado a conotação de que a legitimidade, enquanto elemento simbólico, é um fator vital do processo de institucionalização das estruturas sociais em geral e das estruturas políticas em particular. A legitimidade, seja entendida como “justificativa” (conforme sua sociologia política), seja como algo que “deve ser válido” (ou *Geltensollen* – conforme sua sociologia geral), diz respeito à validade normativa das estruturas sociais e políticas na medida em que elas são consideradas modelares e obrigatórias para o agir social. Uma vez dotadas desse caráter prescritivo, estruturas e organizações políticas são reforçadas normativamente.

Não obstante, Weber nunca utiliza essa dicotomia de forma estanque. Ao abordar a diferença entre as *garantias externas* e os *fundamentos internos* da legitimidade, ele nos mostra que a legitimidade possui suas raízes na dimensão microssimbólica do sentido, pois são os agentes sociais que atribuem validade legítima à ordem política. Ao mesmo tempo, tais representações necessitam revestir-se de formas estruturais específicas, seja enquanto ordens *convencionais*, seja enquanto ordens *jurídicas*: ambas são modos diferenciados de institucionalização normativa das estruturas sociais. Pode-se concluir, portanto, que existe um nexos intrínseco entre o elemento simbólico e o elemento organizacional da dominação.

A distinção conceitual entre as justificativas internas e os fundamentos externos nos permite avançar no entendimento de como, concretamente, representações

simbólicas, por um lado, e estruturas organizacionais, por outro, estão mutuamente articuladas nas formas da dominação. No modelo de Weber, a legitimidade [representações simbólicas] deve ser compreendida em suas várias dimensões que incluem, além do próprio (i) conteúdo simbólico das crenças coletivas, sua (ii) ancoragem interna nos processos atributivos da esfera microssocial [*Fundamentos* da legitimidade], bem como sua (ii) formalização externa [*Garantias* da legitimidade] na esfera macrossocial (Lepsius, 2009). Max Weber nos apresenta, pois, um modelo multidimensional para entender sociologicamente o complexo processo de legitimação das instituições políticas contemporâneas.

Referências bibliográficas

- BADER, Veit-Michael. (1989), “Max Webers Begriff der Legitimität. Versuch einer systematisch-kritischen Rekonstruktion”. In: WEISS, Johannes (org.). *Max Weber heute: Erträge und Probleme der Forschung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, pp. 296-334.
- BREUER, Stefan. (2006), Legitime Herrschaft. In: BREUER, Stefan. *Max Webers tragische Soziologie: Aspekte und Perspektiven*. Tübingen, Mohr Siebeck, 2006.
- BREUER, Stefan. (2011), *Herrschaft in der Soziologie Max Webers*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.
- GRESHOFF, Rainer. (2006), “‘Soziales Handeln’ und ‘Ordnung’ als operative und strukturelle Komponente sozialer Beziehungen”. In: LICHTBLAU, Klaus (org.). *Max Webers Grundbegriffe: Kategorie der Kultur und sozialwissenschaftlichen Forschung*. Wiesbaden, vs, pp. 243-257.
- HABERMAS, Jürgen. (1992), *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- HANKE, Edith. (2001), *Max Webers Herrschaftssoziologie: Studien zu Entstehung und Wirkung*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- HANKE, Edith. (2013), “Nachwort der Herausgeberin”. In: [MWG 1/23] WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Soziologie. Unvollendet 1919-1920 [*Economia e sociedade*. Sociologia. Inacabados 1919-1920]. Organização de K. Borchardt, E. Hanke e W. Schluchter. Tübingen, Mohr Siebeck, pp. 230-278.
- LEPSIUS, Mario Rainer. (2009), *Interessen, Ideen und Institutionen*. Wiesbaden, vs Verl. für Sozialwiss.
- LÜBBE, Weyma. (1991), *Legitimität kraft Legalität: Sinnverstehen und Institutionenanalyse bei Max Weber und seinen Kritikern*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- MAURER, Andrea. (1999), *Herrschaft und soziale Ordnung: kritische Rekonstruktion und Weiterführung der individualistischen Theorietradition*. Opladen, Westdt.
- MERQUITOR, José Guilherme. (1990), *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro, Guanabara.

- PREWO, Rainer. (1979), *Max Webers Wissenschaftsprogramm: Versuch einer methodischen Neuerschließung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (1998), *Religion und Lebensführung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (2015), *Grundlegungen der Soziologie: eine Theoriegeschichte in systematischer Absicht*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (2016), *Max Webers späte Soziologie*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- SCHWINN, Thomas. (1993), "Max Webers Konzeption des Mikro-Makro Problems". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 45: 220-237.
- SCHWINN, Thomas. (2014), "Ordnung". In: MÜLLER, Hans-Peter & SIGMUND, Steffen (orgs.). *Max-Weber-Handbuch*, Stuttgart, J. B. Metzler, pp. 98-100.
- STACHURA, Mateusz. (2008), "Einleitung der Standort weberianischer Institutionentheorie im Raum konkurrierender Forschungsprogramme". In: STACHURA, Mateusz; BIENFAIT, Agathe; ALBERT, Gert; SIGMUND, Steffen (orgs.). *Der Sinn der Institutionen*. vs Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 8-39.
- TREIBER, Hubert. (1988), "Im 'Schatten' des Neukantianismus. Norm und Geltung bei Max Weber". In: BRANDT, Jürgen & STREMPER, Dieter (orgs.). *Soziologie des Rechts*. Festschrift für Erhard Blankenburg zum 60. Baden-Baden, Nomos.
- [MWG I/17] WEBER, Max. (1992), *Wissenschaft als Beruf 1917/1919 – Politik als Beruf 1919* [Ciência como profissão 1917/1919 – Política como profissão 1919]. Organização de W. Schluchter, com colaboração de B. Morgenbrod. Tübingen, Mohr Siebeck.
- [MWG I/18] WEBER, Max. (2018), *Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit: Schriften und Reden 1908-1917*. Organizado por Johannes Weiss em conjunto com Sabine Frommer. Tübingen, Mohr Siebeck.
- [MWG I/23] WEBER, Max. (2013), *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet 1919-1920* [Economia e sociedade. Sociologia. Inacabados 1919-1920]. Organização de K. Borchardt, E. Hanke e W. Schluchter. Tübingen, Mohr Siebeck, pp. 230-278.
- [MWG I/24] WEBER, Max. (2009), *Wirtschaft und Gesellschaft. Entstehungsgeschichte und Dokumente*. Editado por Wolfgang Schluchter. Tübingen, Mohr Siebeck.
- [MWG II/9] WEBER, Max. (2008), *Briefe 1915-1917*. Editado por Gerd Krumeich e M. Rainer Lepsius, em conjunto com Birgit Rudhard e Manfred Schön. Tübingen, Mohr Siebeck, p. XXXI.

Resumo

Garantias externas e fundamentos internos: dimensões da legitimidade em Max Weber

O artigo propõe uma reconstrução histórico-sistemática do conceito de legitimidade no âmbito do pensamento *político e sociológico* de Max Weber. Na primeira parte (histórica), contrapondo-se à tese de que haveria uma ruptura no pensamento de Weber, argumenta-se que a dimensão estrutural e a dimensão simbólica são variáveis que possuem o mesmo peso analítico na determinação

teórica das formas de dominação. Na segunda parte (sistemática), após demonstrar o conteúdo prescritivo e normativo inerente ao conceito de legitimidade, ele será examinado ainda na sua dimensão macrosocial, enquanto “garantia de legitimidade”, e na sua dimensão microssocial, enquanto “fundamento da legitimidade”. Ao separar analiticamente cada um desses aspectos, Weber nos legou os alicerces de um conceito multidimensional de legitimidade que estabelece um elo intrínseco entre as estruturas políticas e seus fundamentos normativos.

Palavras-chave: Max Weber; Legitimidade; Crenças; Instituições; Validade.

Abstract

External guarantees and internal fundamentals: dimensions of legitimacy in Max Weber

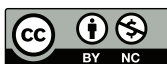
The article proposes a historical-systematic reconstruction of the concept of legitimacy in Max Weber’s political and sociological thought. In the first (historical) part, opposing the thesis that there would be a rupture in Weber’s thought, it is argued that the structural dimension and the symbolic dimension are variables that have the same analytical weight in the theoretical determination of forms of domination. In the second (systematic) part, after demonstrating the prescriptive and normative content inherent in the concept of legitimacy, it will also be examined in its macro-social dimension, as a “guarantee of legitimacy”, and in its micro-social dimension, as “the foundation of legitimacy”. By analytically separating each of these aspects, Weber bequeathed us the foundations of a multi-dimensional concept of legitimacy that establishes an intrinsic link between political structures and their normative foundations.

Keywords: Max Weber; Legitimacy; Beliefs; Institutions; Validity.

Texto recebido em 23/06/2021 e aprovado em 21/09/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.187639

CARLOS EDUARDO SELL é doutor em Sociologia Política e professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Realizou dois estágios de pós-doutorado em Heidelberg em 2011-2012 e 2017-2018. E-mail: carlos.sell@ufsc.br.



Legitimacy, trust and legal cynicism

A review of concepts

Thiago R. Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0002-3235-8686>

Jonathan Jackson**

<https://orcid.org/0000-0003-2426-2219>

Introduction

In this paper we review the concepts of legitimacy, legal cynicism, and trust in the context of the debate about the meaning and measurement of police legitimacy (Tyler, 2006a, 2006b; Bottoms & Tankebe, 2012; Tyler & Jackson, 2013; Hamm *et al.*, 2017; Jackson & Bradford, 2019; Trinkner, 2019; Jackson *et al.*, forthcoming), an increasingly international evidence on the applicability of procedural justice theory (PJT) across the world (e.g. Sunshine & Tyler, 2003; Tankebe, 2009; Mazerolle *et al.*, 2013; Jackson *et al.*, 2014; Bradford *et al.*, 2014; Sun *et al.*, 2018; Jackson & Bradford, 2019; Trinkner, 2019), and Tyler's relational account of authority-subordinate relations (Tyler & Lind, 1992; Lind & Tyler, 1998; Tyler & Blader, 2000; Sunshine & Tyler, 2003; Tyler & Jackson, 2014).

We begin with an overview of PJT. Tyler (2006a, 2006b) defines popular legitimacy as the twin popular beliefs that the police, courts and law are (a) morally appropriate (acknowledging rightful power) and (b) have the authority to expect citizens to bring their behaviour in line with what is expected (recognising moral authority). To gain and maintain legitimacy, it is important that authority figures act in ways that accord with legitimating norms that have distinctive relational content.

* University of Oxford, Oxford, United Kingdom.

** London School of Economics, London, United Kingdom.

In particular, PJT predicts that when police officers exercise their power and authority in ways that indicate fair interpersonal treatment and decision-making, they signal positive identity-related messages to individuals of their status, value, respect and standing within the group that those authority figures represent.

After reviewing PJT, we then discuss legal legitimacy and socialisation. Following this, we consider the somewhat parallel literatures on legal cynicism and trust in the police – drawing out some points of connection and integration, we discuss what constitutes ‘good policing’ (i.e., judgements about police trustworthiness), what constitutes the legitimating use of power, and how negative relational messages of control, neglect and stigma may play out in legal authority-citizen relations. Following Tyler and colleagues’ work on the group value model and the group engagement model (Lind & Tyler, 1998; Tyler & Lind, 1992; Tyler & Blader, 2000, 2003), we underline the importance of identity-relevant normative police behaviour.

Beyond reviewing key concepts, our contribution in this paper is to offer some early, speculative thoughts on a how relational model of legitimacy can extend beyond procedural justice. We consider how other aspects of police behaviour can send relational messages not only about people’s status and value within group (via procedural justice), but also positive messages of agency and autonomy (via bounded authority; see Trinkner *et al.*, 2018) and negative messages of denigration, suspicion, control and lack of protection (via overpolicing and underpolicing; see Oliveira, 2021). These negative messages speak, potentially, to existing issues of social inequality – because of the location of groups in social hierarchies that tend to feel controlled, over-policed and denigrated – and are redolent of what Mackenzie (2020, p. 200) says when she writes:

To count as legitimate, institutions and command hierarchies must first abide to principles of non-domination. What this entails is that state institutions have obligations to ensure that the differential power, authority and status attached to office holders in these kinds of command hierarchies do not enable them to wield arbitrary power and dominate those who are subject to their commands.

Building on Mackenzie’s (2020, p. 197) point that signals of oppression, marginalisation and neglect have special moral significance – not least because they may shape people’s “self-identities, autonomy, and sense of self-respect”¹ – we argue that

1. Mackenzie’s (2020) goal is to develop a normative account of procedural justice and legitimacy that considers exactly why procedurally just treatment is a precondition for the justifiable exercise of legal power. Drawing on theories of relational equality (e.g., Anderson, 1999; and Scheffler, 2003) and Ceva’s (2016) interactive theory of procedural justice, her focus on issues of social inequalities, oppression,

perceiving that officers over-step their rightful authority, do not adequately protect themselves and/or certain social groups, and over-policing themselves and/or certain groups can be important to legitimacy because these actions, like procedural injustice, can send the important negative identity-related messages.

Procedural justice theory

From an empirical perspective – for a summary of the distinction between empirical and normative legitimacy in political philosophy, see Hinsch (2008, 2010) and Applbäum (2019) – it is those who are subject to an institution’s power who judge the legitimacy of the moral claim to power and authority (Tyler, 2006b). Empirical judgements about the legitimacy of an authority figure refer to the normative justification of power in the eyes of those who are asked to abide by that power structure (Jackson & Bradford, 2019).

To be seen as legitimate, institutional actors need to show to citizens that they share and respect key normative expectations about the proper exercise of power: the acceptance of an authority’s claim to rightfully hold power is conditional upon background normative expectations regarding the appropriate use of power conforming with how people believe the power-holder actually behaves. Shared values refer to perceived appropriateness of power, generating the basis on which subordinates accept their *rightful authority to rule*. Viewed in this way, legitimacy is the belief that legal authorities exercise their power in normatively appropriate ways, and when institutions show that they are ruling over people *on behalf of people*, they generate consent and obligation among the governed. People internalise a normatively grounded sense of duty and obligation to obey the power-holder’s directives and rules, irrespective of the content (Tyler & Jackson, 2013; Trinkner, 2019).

At the core of PJT (Tyler, 2006a, 2006b; Tyler & Fagan, 2008) is the idea that the legitimacy of legal institutions relies in large part on legal agents exercising their

marginalisation and disrespect is in the service of deepening the argument that procedural justice has strong normative significance (this is how legal officials *should be behaving* if their legal power is to be viewed from the outside as morally justified). From an empirical standpoint, we are not denying that procedural justice could send a broad set of messages, that include respect, inclusion, recognition and reciprocity. Nor are we denying that procedural *injustice* could send a broad set of messages, that include disrespect, exclusion, powerlessness, and inequality, e.g. “[...] being silenced, ignored, or regarded as not credible in discursive and testimonial contexts, [and] being required to act towards one’s social superiors in ways that one finds demeaning, servile and shameful, and being vulnerable to violence” (Mackenzie, 2020, p. 198). The tentative point we are trying to make is that, beyond procedurally just policing, officers not respecting the limits of their rightful authority and over- and under-policing certain communities may also send important negative relational messages that might, because of their identity-laden nature, delegitimize the police, above and beyond the role of procedural (in)justice.

authority in ways that are fair in terms of interpersonal treatment (e.g., treating them with respect, dignity, and politeness, and allowing them a sense of voice in the interaction) and decision-making (e.g., making decisions in open, transparent and neutral ways, and taking citizens' concerns into account). A key element of procedural justice policing is that *process* is often more important than *outcome* when authority is exercised; the theory posits that people value *how* they were treated by police officers to a greater extent than they value the conclusions of whatever prompted an encounter with law enforcement agents (Tyler & Huo, 2002). For instance, using longitudinal survey data from New York City, Tyler and Fagan (2008) found that even when police officers delivered negative outcomes (e.g., administering a fine), judgements about the procedural fairness of the encounters were still associated with higher levels of police legitimacy.

Why is procedural justice so central to legitimacy? On the one hand, procedural justice is a fundamental normative expectation in many social, political and legal contexts about how police officers should exercise their authority (for a review and discussion of the international literature, see Jackson, 2018). Being seen to respect a key legitimating norm (that has strong relational content) helps to persuade people that the police have the moral right to power. On the other hand, fair process communicates status and value (Lind & Tyler, 1988; Tyler & Lind, 1992; Tyler & Blader, 2000, 2003). Procedural justice helps to affirm people's dignity and moral status as an agent (Ceva, 2020, p. 188) and embodies what Mackenzie (2020, p. 201) calls "[...] citizens' expectations of normative entitlement to be treated as social and moral equals".

It is this combination of (a) respecting normative expectations about the appropriate use of power and (b) signalling normative status and group standing, equality and inclusion that helps police to communicate to citizens that the power of the institution is being used on behalf of the collective good, thereby strengthening the social bonds between individuals, authority figures and the superordinate group that the legal institutions they represent (Tyler & Huo, 2002; Sunshine & Tyler, 2003; Tyler & Jackson, 2014). Legitimacy is about authority figures showing that they rightfully rule over the group, and this to some degree involves showing people that they are a valued part of that group. This echoes Applbaum's (2019) normative account of legitimacy, which has been pithily summarised by Brinkmann (2020, p. 1203) in his review of the book as: "[...] *we are ruling over you, but you are part of this we*".

How is this achieved? PJT is premised on the idea that police-citizen encounters are "teachable moments", whereby how officers act – and how they are seen to act – conveys messages about the nature of the power and authority of law enforcement, as well as the levels of respect, control, protection and so forth that the police accord

to individuals and social groups (Tyler *et al.*, 2014; Trinkner & Tyler, 2016; Tyler & Trinkner, 2017). Encounters can involve not just direct experience (e.g., police contact), but also indirect experience (e.g., witnessing an interaction or seeing something on social media). They can be citizen- or police-initiated – and even involuntary regulatory encounters based on proactive policing strategies could, theoretically, enhance or undermine legitimacy judgements, depending on the extent to which officers communicate procedural justice (Tyler *et al.*, 2015; Bradford, 2017). Even in what might generally be rather tense regulatory interactions, the experience of fair treatment can validate people's sense of self-worth and self-identity.

Why does legitimacy matter? From a policy perspective, PJT makes a sharp distinction between consensual and coercive policing strategies. A strong deterrence standpoint holds that legal institutions could manage to enforce the law even without public support – after all they have plenty of coercive powers to apprehend, prosecute, and punish those who do not behave appropriately. As long as they convince people that the risks of criminal behaviour (e.g., certainty and severity of punishment; see Nagin, 2013) outweigh potential benefits, most people might be deterred from engaging in rule-violating behaviour.

Yet, policing works best when it is not needed. Relying on coercive crime-control strategies based on extensive police surveillance and severe punishment is a costly and ineffective way of ensuring acquiescent public behaviour (see Waddington, 1999; Reiner, 2010; Skogan & Hartnett, 1999; see also Kirk & Wakefield, 2018). Policies that promote self-regulation are the most effective crime-control strategy that law enforcement agencies can implement. Consensual crime-control strategies seek to enhance legitimacy judgements (Sunshine & Tyler, 2003), thereby motivating people to comply with the law and cooperate with the legal authorities (Tyler, 2006). When people believe that the power exercised by legal institutions is morally appropriate, they have (and act upon) a normatively grounded sense of duty to obey the law and the police. They voluntarily behave in ways that are socially desirable for the functioning and maintenance of power (Meares, 2017). This includes not only normatively-grounded compliance with the law (e.g., Walters & Bolger, 2019; Jackson *et al.*, 2012; Papachristos *et al.*, 2012; Hough *et al.*, 2013) but also proactive willingness to cooperate with the police and criminal courts (e.g., Jackson *et al.*, 2021b; Bolger & Walters, 2019; Murphy *et al.*, 2008).

Crime-control strategies that seek to enhance legitimacy judgements make the jobs of legal agents easier because consensual modes of social control encourage a cooperative and mutually promotive relationship (Tyler, 2004). Legitimacy helps to solve social coordination problems that involve the need for willing commitment on the part of diverse groups (with different values and conflicting interests) who

are nevertheless acting within – and subject to – the same structures of authority, rights and obligations. By promoting legitimacy beliefs, legal institutions foster self-regulation without the costs of communicating negative incentives that could deter people from breaking the law; people will comply simply because they think it is the *right thing to do*. Similarly, people will voluntarily cooperate with legal authorities because they believe that it is morally right. This is crucial as legal institutions need public support to function properly – only with widespread cooperative behaviour can law enforcement agencies effectively collect information on what is going on the streets and start criminal investigations accordingly.

Another downstream potential effect of police and legal legitimacy suggested by Jackson *et al.* (2013b) is “the belief that it is morally unacceptable to use violence to protect oneself, violence to take revenge and resolve disputes, and violence to achieve political objectives” (p. 481). Those authors argue that legitimacy may have a “crowding out” effect – to believe that legal institutions have the rightful monopoly of the use of force in society may also be to believe that it is morally wrong to use violence privately for purposes of social control and/or social change. In the context of eight neighbourhoods in São Paulo, Brazil, Oliveira (2021) also suggests that shifts in judgements about the legitimacy of the police could be related to changes in attitudes towards the acceptability of violence – he found that people who tended to reject the authority of the legal institutions also tended to have more tolerant views about the private use of violence (cf. Bradford *et al.*, 2017; Gerber & Jackson, 2017; Gerber *et al.*, 2018).

Legal legitimacy and legal socialisation

We now turn to legal legitimacy and legal socialisation. Judgements about the legitimacy of legal authority refer to perceptions of normative appropriateness and authority to govern of both the law *and* the legal institutions that enforce the law, such as the police. Perceptions of the law and perceptions of legal institutions that enforce the law (e.g., the police) are not interchangeable – it is possible, for instance, that some people have positive views of the content of the law but also antagonistic attitudes towards law enforcement agents (Kirk & Papachristos, 2011). Yet, law enforcement is likely to be tied to people’s orientations toward the law (Trinkner *et al.*, 2018), with legal legitimacy possibly flowing partly from police legitimacy (see Jackson *et al.*, 2012).

When people accept the law as a rightful authority in society, they feel that it is their obligation to obey the law (Tyler & Trinkner, 2017). There is a baked-in tension here: the perceived appropriateness of the law can be operationalised as the

degree to which values represented by the content of the law converge with people's expectations about the content of the law, while perceptions that the law has authority to govern is usually measured by the degree to which people have a normatively grounded sense of duty to obey, irrespective of its content (Trinkner *et al.*, 2018). Similarly, judgements about the legitimacy of law enforcement agencies are related to the degree to which people judge the power exercised by police officers to be normatively justifiable and develop a sense of duty to obey police officers' directives even if they disagree or do not understand the reasons for the order (Hough *et al.*, 2013; Jackson *et al.*, 2015).

But how do people, most notably children and adolescents, come to develop and understand their relationship with the law in the process of *legal socialisation* (Tyler & Trinkner, 2017)? As a subset of larger socialisation pressures, legal socialisation is concerned with the long-term development of legal values inscribed in society that instil in people a moral responsibility to obey the law and accept legal authority. It focuses on how people come to learn the nature of law, rights, responsibilities, and law enforcement over the life-course. Traditionally, research in this field has been dominated by a cognitive developmental approach and focused on assessing how individuals develop increasingly more complex abilities such as legal reasoning as they get older (see, e.g., Cohn & White, 1990). Tapp and Levine (1974) suggest two important processes that characterise legal socialisation. First, the internalisation of social norms and legal values that connect to one's sense of right and wrong and influence behaviour, including compliance with the law. Second, the development of positive orientations towards legal authority (Trinkner & Cohn, 2014). This process occurs through the life course, but by the time people become adults, most of their law-related attitudes are already formed and stable; it is during childhood and adolescence that legal socialisation occurs more predominantly (Tyler & Trinkner, 2017).

More recently, researchers have argued that legal socialisation is primarily driven by interactions with authority figures (Fagan & Tyler, 2005; Trinkner & Cohn, 2014; Piquero *et al.*, 2005; Trinkner & Tyler, 2016; Tyler & Trinkner, 2017; Geller & Fagan, 2019). The procedural justice model of legal socialisation premises that individuals learn about values important to legal authority based on how power is exercised in social interactions. When power is exercised appropriately – e.g., interactions occur with fairness and respect, decisions are made in neutral and transparent ways, and power is exercised within certain normative boundaries (Trinkner *et al.*, 2018) – individuals internalise a sense of duty to obey the authority because it is proper and right. Essentially, interactions with authority figures (e.g., parents, teachers, legal actors) are socialising moments that contribute to the process of legal socialisation

(Trinkner & Cohn, 2014; Tyler & Trinkner, 2017). The goal of this research agenda is to investigate the socialising moments that influence the development of legitimacy judgements – both police and the law.

Essentially, one key point of legal socialisation is to create a binding to the law whereby people accept its directives – either through consent or through coercion (Trinkner & Tyler, 2016). Tyler and Trinkner (2017) argue that the development of beliefs that the authority is appropriate and entitled to be obeyed occurs as a function of continuous experiences, predominantly during childhood and adolescence, of fairness in the interactions with authority figures. The procedural justice model of legal socialisation would then lead to the development of a consensual relationship with the authorities. On the other hand, when children and adolescents cumulatively experience harsh, aggressive, and unfair treatment from their parents, teachers, and any legal agents – i.e., when legal socialisation occurs through coercion – they tend to develop a relationship with legal authority based on fear (Geller & Fagan, 2019). Recent research on legal socialisation has emphasised the importance of police-citizen interactions to the development of legitimacy judgements, including among former youth offenders in the United States (Augustyn, 2016; Fine & Cauffman, 2015; Fine *et al.*, 2016; 2017; Schubert *et al.*, 2016; McLean *et al.*, 2019), a general sample of adolescents in Zurich, Switzerland (Eisner *et al.*, 2011; Nivette *et al.*, 2015; 2019), and a general sample of adolescents in São Paulo, Brazil (Trinkner *et al.*, 2019; Piccirillo *et al.*, 2021; Komatsu *et al.*, 2020).

Legal cynicism

Another framework to study attitudes towards legal authority comes from the sociological tradition of anomie, neighbourhood culture, and neighbourhood effects. Similarly to work on procedural justice, studies on *legal cynicism* focus on the causes and consequences of public judgements about the legitimacy of the law and the legal institutions, but legal cynicism is defined and measured in different ways, and there is greater emphasis placed on neighbourhood structural conditions and aggregate levels of public opinion.

There are two main approaches to conceptualisation and measurement. Sampson and Bartusch (1998) draw on the Durkheimian concept of “anomie” and define legal cynicism as a state of “normlessness” in which the law is not psychologically binding, while Kirk and Papachristos (2011) define it as a cultural frame through which the law and legal institutions (albeit primarily the police) are viewed as unresponsive and ill-equipped to ensure public safety.

Legal cynicism as a state of normlessness

Based on Durkheim's notion of anomie and Merton's concept of normlessness, Sampson and Bartusch (1998, p. 782) define legal cynicism as a state "in which the rules of the dominant society (and hence the legal system) are no longer binding in a community or for a population subgroup". When individuals feel like the law does not apply to them (Nivette *et al.*, 2015) – i.e. that acting in ways that are outside the community norms of appropriate conduct is appropriate (Fagan & Tyler, 2005) – they are in a state of cynicism towards the law and the legal institutions. Normlessness is a state wherein people do not recognise the law's authority to dictate the norms of appropriate public behaviour.

Crucially, Sampson and Bartusch (1998) argue that legal cynicism is part of a social system and not merely a property of the individual. As such, it is conceived as *both* a community *and* an individual attribute. Someone can be highly intolerant of crime and violence and yet feel like they live in a structurally disadvantaged context wherein legal norms are not binding or too weak to warrant social trust. As a neighbourhood-level attribute, legal cynicism is contextual in origin, emerging as a network of individuals who collectively perceive injustice in the application of legal norms and express cynicism about the ability of the legal institutions to do their job in an effective and non-discriminatory manner (pp. 784-785).

In order to empirically measure legal cynicism, Sampson and Bartusch rely on survey research and use measures adapted from Srole's (1956) anomie scale. Survey indicators measure the level of agreement with the following statements: "laws are meant to be broken," "it is okay to do anything you want as long as you don't hurt anyone", "to make money, there are no right and wrong ways anymore, only easy ways and hard ways," "fighting between friends or within families is nobody else's business", and "nowadays a person has to live pretty much for today and let tomorrow take care of itself." The measures thus tackle the unbinding aspect of social norms, reflecting a belief that the law lacks the authority to govern in one's present, everyday life.

Over the past two decades, legal cynicism as defined by Sampson and Bartusch has been extensively studied. Aggregate scores of cynicism about the legitimacy of the law have been shown, for instance, to correlate with neighbourhood-level properties such as crime rates, structural deprivations, and prisoner reentry (Sampson, 2012; Kirk, 2016). Yet, despite the emphasis that Sampson and Bartusch put on the contextual nature of the state of anomie and normlessness, most previous work has measured legal cynicism as an individual-level attribute. Research on legal socialisation usually finds that the individual development of cynical views about the law

during adolescence is associated with greater willingness to engage in rule-violating behaviour (Fagan & Tyler, 2005; Piquero *et al.*, 2005; Trinkner & Cohn, 2014; Fine & Cauffman, 2015; Schubert *et al.*, 2016; Kaiser & Reisig, 2019); some studies have also drawn on Sampson and Bartusch's measure and shown that individual attributes such as low self-control and other personality traits are linked to higher levels of legal cynicism (Reisig *et al.*, 2011; Nivette *et al.*, 2015; 2019); similarly, research on police-citizen relations usually shows that unfair interactions with police officers tend to breed legal cynicism, which in turn is associated with greater willingness to cooperate with the police (Carr *et al.*, 2007; Gau, 2015; Bell, 2016; Moule Jr *et al.*, 2019; Geller & Fagan, 2019).

Legal cynicism as a cultural frame

Kirk and colleagues offer an alternative approach to conceptualise and measure legal cynicism (Kirk & Papachristos, 2011; Kirk & Matsuda, 2011). Drawing on the fact that Sampson and Bartusch's definition does not involve people's perceptions of legal institutions, the authors sustain that the original concept does not handle a relatively common paradox: some individuals might have law-abiding beliefs but at the same time hold negative views towards legal agents. Conceiving of it more narrowly, and emphasising the *legal* aspect of the state of anomie, they think of legal cynicism as a cultural frame through which people view the law *and the legal institutions* as illegitimate, unresponsive, and ill equipped to ensure public safety (Kirk & Matsuda, 2011, p. 447; Kirk & Papachristos, 2011; p. 1191; Kirk *et al.*, 2012, p. 83).

The authors rely on Goffman's (1974) frame analysis, and build on the premise that people's perceptions of the law and the legal institutions are filtered through a particular cultural frame which shapes their views on social norms and their choices of action. Through this frame, individuals interpret the functioning and viability of the law and the police, especially in terms of their ability to provide protection and ensure public safety (Hagan *et al.*, 2016). They argue – as did Sampson and Bartusch (1998) – that cynicism becomes cultural through social interaction; it becomes part of the social fabric of neighbourhoods as individuals develop a shared (though not identical) meaning of the substance and the agents of the law. But unlike Sampson and Bartusch's emphasis on social norms, Kirk and colleagues' definition of legal cynicism is grounded on the idea that there is sometimes a gap between some people's beliefs in the substance of the law and their antagonistic views of legal officials, which “may propel [them] toward violence simply because they cannot rely upon the police to help them resolve grievances” (Kirk & Papachristos, 2011, p. 1191).

This approach on legal cynicism is typically measured by survey responses tapping into attitudes towards both the law and the police, such as “laws are meant to be broken,” “the police are not doing a good job in preventing crime in this neighbourhood,” and “the police are not able to maintain order on the streets and sidewalks in the neighbourhood”. There is, therefore, an emphasis on public assessments of the ability of legal institutions to protect people in the neighbourhood. Building on this assumption, Kirk and Papachristos (2011) showed that aggregate scores of legal cynicism are associated with neighbourhood-level crime rates (e.g., homicide) and Kirk and Matsuda (2011) reported the spatial association between legal cynicism and arrest rates, both in Chicago using data from the Project on Human Development in Chicago Neighborhoods (PHDCN, see Sampson, 2012). Additionally, this conception of legal cynicism has been associated with Sunni insurgent attacks in post-invasion Iraq (Hagan *et al.*, 2016) and less cooperation with the police in New York City (Kirk *et al.*, 2012), Chicago (Hagan *et al.*, 2018) and Milwaukee (Desmond *et al.*, 2016).

Antecedents of legal cynicism: structural features, violence, and police misconduct

Legal cynicism is produced by structural features of neighbourhoods – this is the core of the concept both in its original formulation as a state of normlessness and in its reformulation as a cultural frame. Studies suggest that economic disadvantage and violence are key drivers in the production of a state of anomie towards legal norms and values. Sampson and Bartusch (1998) showed that communities characterised by neighbourhood concentration of resource disadvantage – e.g., high levels of poverty, unemployment, and public assistance – were associated with cynicism toward societal institutions. Similarly, Kirk and Papachristos (2011) found that concentrated poverty, residential stability, and higher proportion of youth in a neighbourhood all predicted higher levels of legal cynicism. Kirk (2016) demonstrated that neighbourhoods where former prisoners tended to cluster also tended to concentrate cynical views of the law and the legal institutions. In violent neighbourhoods, people often need to adapt to their surroundings and behave differently than they would otherwise (e.g., staying close to home, refraining from leaving after dark, avoiding interactions with specific groups of people; see Harding, 2009; Carr *et al.*, 2007; Haldipur, 2019; Rios, 2011) – sometimes this adaptation involves scepticism about the interest of legal institutions in ensuring public safety (Kirk & Papachristos, 2011).

The idea is that cultural tools (e.g., legal cynicism) originate as an adaptation to neighbourhood structural conditions (see Sampson & Wilson, 1995). People interpret the viability of the law and the legal systems based on the structural condi-

tions around which they are surrounded (and behave accordingly); cynical attitudes towards legal institutions emerge in conditions of social and economic disadvantage and violence. Individual interpretation and adaptation to neighbourhood conditions is then transmitted and collectively shaped through social interaction (Kirk & Papachristos, 2011), with exposure to a violent environment possibly playing an especially important role in the transmission of cultural tools (Harding, 2009).

A second source of legal cynicism is public-police interactions, particularly harassing police behaviour (Kirk & Papachristos, 2011; Desmond *et al.*, 2016). Police misconduct can breed cynicism towards the law and the legal institutions because personal experiences of encounters with officers are communicated via social interaction and create a shared belief about how law enforcement agents usually behave. Policing is also a product of neighbourhood structural conditions (Kirk & Matsuda, 2011; see also Sampson, 2012; Terrill & Reisig, 2003). When interactions with legal officials foster a perception that the behaviour of the law excludes and mistreats neighbourhood residents, what emerges is a common understanding that the legal institutions are unable and disinterested in ensuring public safety (Hagan *et al.*, 2020).

Legal estrangement

Bell (2017) develops the concept of *legal estrangement*, which seeks to capture and expand the state of legal cynicism. The concept includes both the subjective cultural orientation through which the law and its agents are viewed as illegitimate, unresponsive, and ill equipped and the objective structural conditions that breed this cultural frame. Essentially, Bell's concept implies public detachment and alienation from the law – it reflects the perception that law enforcement agents operate to exclude disadvantaged groups, including poor communities of colour, from society. At both an interactional and structural level, legal institutions function to effectively banish whole communities from the body politic (Bell, 2017, p. 2067).

Bell introduced the concept of legal estrangement in the context of the discussion on police reform in the United States. By opposing legal estrangement and legitimacy theories, she argued that the main goal of reformed legal institutions should be ensuring social inclusion, not just fostering voluntary compliance with the law. This distinction traces back to different theoretical roots: while the legitimacy approach is analytically focused on the individual and is based on Weber's remarks about dominance, the legal estrangement approach emphasises cultural and collective processes and draws on Durkheim's remarks about anomie, collective alienation, and social cohesion. According to Bell, police reforms focused only on

implementing procedurally just policing² would not solve the main problem related to systemic racism in policing, as it would just seek more effectiveness at the work of crime deterrence (p. 2080). Only by acknowledging that some disadvantaged communities are estranged from legal authority and promoting structural inclusion would it be possible to reform legal institutions so as to ensure social inclusion for all groups and communities.

Legal estrangement, like legal cynicism, is founded on the idea of anomie about the law. This is more than distrust of the law: anomie is a broken social order in which some people are structurally unable to act in accordance with the cultural norms and goals, and therefore are not fully included in society. Bell sustains that while the concept “legal cynicism” as defined by Sampson and Bartusch (1998) or Kirk and Papachristos (2011) focuses on how communities relate to the law, legal estrangement theory emphasises the structural process that leads to a cultural orientation of distrust. Legal estrangement is a systemic mechanism that is partly representative of a state of anomie, and partly interactive with structural conditions that produce segregation (e.g., poverty and racism; p. 2086).

Understanding this crisis of estrangement described by Bell (2017) is important. The emphasis she puts on collective processes and structural conditions that produce a state of public detachment from the law and the legal institutions is crucial to comprehend the relationship between members of the public and legal authority. It is reasonable to assume that policing strategies that operate effectively excluding groups of people from society produce a state wherein a large number of people develop some type of alienation from the law. We argue below that judgements about the legitimacy of legal authority and legal cynicism can be studied together under a unified framework of legal attitudes; but this framework only makes sense taking into account the legal estrangement approach and structural conditions that give birth to a collective sense of distrust of the law.

Trust, legitimation and cynicism

We now consider a parallel criminological literature on trust in the police that sometimes connects to PJT, legal socialization and legal cynicism, but sometimes does not. Our goal in this section is to offer some thoughts on how we think people’s perceptions of the trustworthiness of the police might relate to both trust and le-

2. Although she mostly focuses on one aspect of procedural justice – namely, fairness and dignity in treatment – and neglects transparent and neutral decisions and the exercise of power within normatively appropriate boundaries (see Huq *et al.*, 2017; Trinkner *et al.*, 2018).

gitimacy. We then discuss the idea that it is not just procedural (in)justice that sends strong relational messages to individuals – over-policing and under-policing may also convey separate messages of protection and neglect, and equality and dominance.

Hamm *et al.* (2017) drew on Mayer *et al.* (1995) to distinguish between the ascribed quality that enables trust (willingness to be vulnerable regarding police action) and trustworthiness (subjective judgments that citizens make about the likelihood that officers will follow through with an expected and valued action under conditions of uncertainty). From this perspective, perceived trustworthiness references positive or negative expectations about the behaviour of the police as a collective actor – the intentions and capabilities of officers *and* organization in a general sense, i.e., the extent to which police are seen to behave in ways that enable trust (willingness to be vulnerable). People cannot know for sure whether police officers always act fairly, effectively, lawfully and so forth – but to believe that they do is to overcome uncertainty despite imperfect knowledge (Möllering, 2001). Trustor's positive expectations of the trustee (trustworthiness) then creates willingness to be vulnerable (trust) – see PytlikZillig and Kimbrough (2016), Schoorman (2005), Rousseau *et al.* (1998), Mayer *et al.* (1995).

For trust to occur, the trustor must either disregard or voluntarily submit to the risk inherent in the situation (McEvily & Tortoriello, 2011). And as Mayer *et al.* (1995, p. 729) say: “The question ‘Do you trust them?’ must be qualified: ‘trust them to do what?’”. So what do people trust the police to do? There is a trustor (officers), a trustee (citizens), and some uncertain behaviour/intention that the trustor wishes from the trustee. But what are the bases of perceived trustworthiness? To answer this question, one typically starts by asking oneself about (a) the sorts of tasks that police do in a given social, political and legal context and (b) the principles underpin the popular definition of ‘good policing’ in that local context? To take the example of Canada – although the same assumptions may reasonably apply to other contexts, e.g. US, UK, Australia, Israel and Brazil, for general discussion see Jackson & Gau (2016, pp. 53-56) – Jackson *et al.* (2021a) defined perceived police trustworthiness along five dimensions, which together overlap considerably with Mayer *et al.*'s (1995) general definition of trustworthiness as ability, benevolence and integrity.

The first was procedural justice. The second was community engagement, which refers to the extent to which people believe police listen to, understand and act on the concerns of the communities they serve. The third was distributive justice, which relates primarily to the fair allocation of scarce resources across aggregate social groups: are the benefits and impositions of policing distributed in ways matched to underlying needs (e.g. victimisation) and behaviours (e.g. offending), or in ways premised on bias and/or discrimination? The fourth was bounded authority, i.e.

whether police power is exercised within certain boundaries and limits (Huq *et al.*, 2017; Trinkner *et al.*, 2018). There are places and situations where they wish police not to intrude, for example, and tools and tactics they think inappropriate (like the over-use of aggressive stop-and-frisk tactics in certain minority communities). The fifth was effectiveness, which references among other things some outcome-related aspects of trust – the success of the police in securing the ends they are mandated to achieve, like for instance catching criminals, deterring crime, and turning up promptly in an emergency.

Having measured trustworthiness judgements, one can then examine which component(s) are most important to the willingness to assume risk (i.e. trust, see: Mayer *et al.*, 1995, p. 724). Hamm *et al.*'s (2017) application of Mayer *et al.*'s (1995) model measured willingness to be vulnerable to the police using the following three measures: “I am generally comfortable being vulnerable to the judgment of police in my community”, “I would be comfortable letting the police in my community handle a specific situation that was important to me”. Willingness to be vulnerable only makes sense if there is risk-taking involved. As Mayer *et al.* (1995, p. 711) put it: “The need for trust only arises in a risky situation.” When describing what this might risky situations might mean in the context of the police, Hamm *et al.* (2017, p. 6) say:

[...] vulnerability most obviously includes the potential for justified personal harms ranging from getting a ticket or being arrested, to more serious and unjustifiable harms such as experiencing excessive violence, bias, or disrespect at the hands of the police. In addition, however, vulnerability in this context would go so far as to include more amorphous/abstract harms such as violations of beliefs regarding the appropriate role of the police in society. Consider, for example, an ethnic majority member who believes that the police consistently respond disparately to minorities. For this individual, the salient vulnerability is not likely to be that she would personally be mistreated by the police. Instead, the salient harm may be a belief that the police are violating notions about their appropriate role as protectors of a fair and just society.

When testing the extent to which different, task-specific forms of good conduct predict willingness to be vulnerable, one is essentially testing which positive expectations of policing are most important in people's willingness to take a risk, to open themselves up to the possibility of negative treatment from the police. Let us say that the procedural justice component of trustworthiness is the strongest predictor of willingness to be vulnerable – having positive expectations about the degree to which officers will treat them with respect and dignity, make neutral and accountable decisions, and so forth may then be a key reason why people may be willing to accept the potential for harm.

One could also test the extent to which different trustworthiness components explain variation in legitimacy. The results can be interpreted as identifying which specific normative expectations of proper use of power define the legitimacy relationship between police and citizens. Hypothetically, legal institutions could gain legitimacy when people believe they effectively enforce the law, behave lawfully, fairly distribute their resources, and protect citizens and ensure public safety, among other common tasks police forces are usually expected to perform. Empirically, social science research seeks to identify to which task-specific assessments of police conduct that citizens give most importance to when forming legitimacy judgements (Trinkner, 2019; Jackson & Bradford, 2019; Tyler, 2006). While legitimacy judgements refer to perceived right to rule and moral authority to govern, *legitimation* refers to the normative criteria subordinates apply to judge whether an authority's claim of power is right and proper (Tyler, 2006). The sources of legitimacy can vary across social, political and legal contexts; the exact criteria citizens use to judge legal institutions' appropriateness of power – i.e., what citizens consider appropriate and expect from law enforcement agents – is an empirical question (Jackson, 2018; Jackson & Bradford, 2019; Trinkner, 2019).

If, for example, empirical work shows that procedural justice is the strongest (positive) predictor of legitimacy, then one can infer that procedural justice is an important dimension of appropriate (legitimate) police conduct, i.e. that procedural justice is a defining feature of what “appropriate use of power” means in that specific setting. In the context of Canada, for example, Jackson *et al.* (2021a) found that procedural justice, community engagement, and bounded authority (in descending order of importance) explained variation in legitimacy (distributive justice and effectiveness were not significant predictors). The authors inferred from this that Canadian respondents judged the rightful exercise of police power and authority along three dimensions: (1) procedural fairness, (2) engagement (understanding and dealing with the issues that matter most to people in community, can be relied upon to be there when people need them, and being sensitive to the needs of different cultures), and (3) bounded authority (exceeding their authority). By contrast, other aspects of police trustworthiness have been shown to play a role in contexts outside of the ‘usual suspects’ of US, UK and Australia. For instance, in places in the Global South such as São Paulo (Brazil), Lahore (Pakistan), and Accra (Ghana), where the state's ability to control crime is low, trust in police effectiveness has also been found to predict police and legal legitimacy (Oliveira *et al.*, 2020; Jackson *et al.*, 2014; Tankebe, 2009).

Legitimation and expanding the range of relational norms

The basic idea beyond the relational model of legitimacy is that how citizens are treated by powerful institutions that they interact with reveals to those citizens the ways in which those institutions view them, whether as individuals or as members of a particular social group in society, and that acting in ways that respect key relational norms is central to police legitimation. By communicating value, status and esteem within hierarchical group settings, procedural justice encourages inclusion and identification within the group that the authority figure represents (Tyler & Lind, 1992; Tyler & Blader, 2000). Procedural justice helps institutions send the message that they view citizens as equal social, moral and political agents.

But there are reasons to suggest that identity-issues could extend beyond status, value and standing (procedural justice) to include agency, equality and the lack of domination. This may bring in aspects of police behaviour that extend beyond procedural justice. For instance, there is emerging work on bounded authority, which is the idea that people are sensitive to whether authority figures (e.g., police officers) overstep their rightful authority, getting into spaces that they have no right to be in (Tyler & Trinkner, 2017; Trinkner *et al.*, 2018; Huq *et al.*, 2017). Appropriate police conduct is not only about *how* police officers exercise their authority during an encounter, but also about *what* power they exercise, *when* and *where*. In addition to involving concerns about treatment and the decision-making process, legitimacy may be shaped by people's assessment of the extent to which law enforcement agents do not overstep their authority in resident-police interactions, thereby showing a respect for people's autonomy, dignity and agency.

For instance, intrusive police stops could be delegitimising, above and beyond unfair treatment and unfair decisions. Tyler *et al.* show that, in the context of pedestrian stops by the police in New York City, and separate to the statistical effects of procedural justice, "more police intrusion of any type in the lives of people in the neighbourhood was linked to lower legitimacy" (2014, p. 766). This intrusion could be delegitimising because it signals to communities that power is being used to dominate, stigmatise and control in a way that transcends concerns about fair process. If legitimacy is partly the belief that the police are moral, just and appropriate because they wield their power and authority in ways that align with people's sense of right and wrong (that respect the dignity and autonomy of group members), then procedural justice *and* bounded authority may be important bases on which legitimacy judgments are based, because of their relational, identity-relevant content: they collectively signal that citizens are not a valued part of the group (policing is not being done for them, it is being done against them).

Recent research has also examined perceptions of over-policing and under-policing in Brazil (Oliveira, 2021). In political philosophy, theories of distributive justice typically coalesce around the fairness of who gets what and why, at which scale (see, for example, Von Platz, 2020). How should social and economic institutions be designed to maximise the benefits and burdens of social cooperation, especially when people have competing needs or claims? Should deserving people/social groups be rewarded in accordance with their merits? Should distributive justice be about putting in place principles that regulating the balance of individual interest and claims to the wide range of social cooperation benefits? What about the different objects of distributive justice (e.g. economic, racial justice, education)? Should 'goods' and 'bads' be differentially distributed across different groups, in the context of social welfare, criminal justice etc.? Applied to the police, distributive justice can thus be viewed as the fair allocation of the finite resources of the 'goods' and 'bads' of policing across aggregate social groups. Distributive justice could be measured using items that tap into the sense that different groups are being given an appropriate amount of the burdens and benefits of policing.

By contrast, perceptions of over-policing and under-policing in one's neighbourhood tap into people's perceptions of whether the goods and bad of policing are fairly distributed in one's own neighbourhood, as opposed to beliefs about whether they are distributed fairly across aggregate social groups in society more generally. Using longitudinal survey data from São Paulo, Oliveira (2021) measured perceived over-policing as the extent to which police officers were expected to repeatedly intrude upon the lives of neighbourhood residents and perceived under-policing as the extent to which police officers were expected to fail to ensure public safety. He showed that perceptions of over-policing and under-policing mutually reproduce each other over time, in a type of vicious cycle, and are produced by similar social forces, such as aggressive police interactions and structural disadvantages. Crucially, he also showed that perceptions of both over-policing and under-policing undermine judgements about the legitimacy of the police, which indicates the delegitimizing nature of negative messages of denigration, suspicion, control and lack of protection.

Most prior research on over-policing and under-policing has focused on structural racism in policing in cities in the United States such as Oakland, Philadelphia, Cleveland, Chicago, Milwaukee, Baltimore, and Los Angeles, showing that racism is experienced by communities of colour not simply as a matter of police excesses nor police deficits but as a damaging complex of the two (Prowse *et al.*, 2019; Rios, 2011; Rios *et al.*, 2020). The well-documented over-regulation to which such communities are subject overlaps with an acute sense of police absence when it comes to protecting residents from harm – as one participant in the cross-city Portals

project told another, looking to police for help is “just like callin’ a phone with nobody on the other end” (Prowse *et al.*, 2019, p. 1436). An 18-year-old girl from Philadelphia interviewed by Carr *et al.* summarizes it this way: “I see cops so often in my neighbourhood, but when I see something bad going on, I look around and say, ‘Where are the cops?’” (2007, pp. 458-459). Individuals arrested in Cleveland describe feeling neglected by law enforcement “precisely when they are most in need of police response” (2020, p. 9).

Members of race-class subjugated communities may experience the disturbing contradictions of over-policing and under-policing as relational messages of both domination (over-policing) and neglect (under-policing). Ethnographer Victor Rios describes this racialized complex of law enforcement over-attention and neglect as an over-policing-under-policing paradox. The Black and Latino boys in California with whom Rios conducted his fieldwork witness and were subjected to high-contact, zero-tolerance policing targeted at relatively trivial forms of behaviour alongside a negligent lack of police responsiveness to harm. For them, the state was deeply and invasively present in their everyday lives for purposes of surveillance and punishment, but absent from the task of protecting their safety. Prowse and colleagues, drawing on data from the 10-site Portals study, dub this phenomenon “distorted responsiveness”: law enforcement in poor communities of colour is “everywhere when surveilling people’s everyday activity and nowhere if called upon to respond to serious harm” (Prowse *et al.*, 2019, p. 1423). Rather than understanding, acknowledging and addressing people’s concerns (communicating reassurance), the police attack and punish (communicating threat) (Fratello *et al.*, 2013; Stoudt *et al.*, 2011, 2012). This policing dynamic and its message about civic belonging may be especially potent in moments of collective pain and protest. Another Portals project participant, describing militarized police responses to protest in her community, explains that “When black people are hurt and we feel like we have to uplift our voice – instead of [the government response] being empathetic and compassionate... it’s almost like we’re invaders” (Weaver, 2018, p. 9651).

Policing seemed to be a ubiquitous part of the lives of many of these marginalized young people; however, the law was rarely there to protect (Rios 2011, pp. 64-65).

While excesses of policing are undeniably salient in communities of colour, qualitative research with such communities also highlights serious deficiencies of law enforcement. Previous research suggest that such perceptions of widespread incapacity of safety provision, in addition to being culturally transmitted (Anderson, 1999; Elliott & Reid, 2019; Cooper *et al.*, 2020), are grounded in an accumulated

abundance of direct observations of police non-response and ineffectiveness made by individuals in race-class subjugated communities (Brunson & Gau, 2015; Taylor *et al.*, 2009; Kirk & Papachristos, 2011; Kirk & Matsuda, 2011). Linking the discussion on the over-policing-under-policing paradox to Kirk and colleagues' approach to legal cynicism, one can view the construct being measured as combining the rejection of the binding nature of the law in somebody's everyday life with the sense of being under-protected by the police (see Oliveira, 2021). From this perspective, baked into the idea of legal cynicism as a cultural frame is the identity-relevant sense that the police are sending respondents messages of neglect and lack of care and protection.

Final words

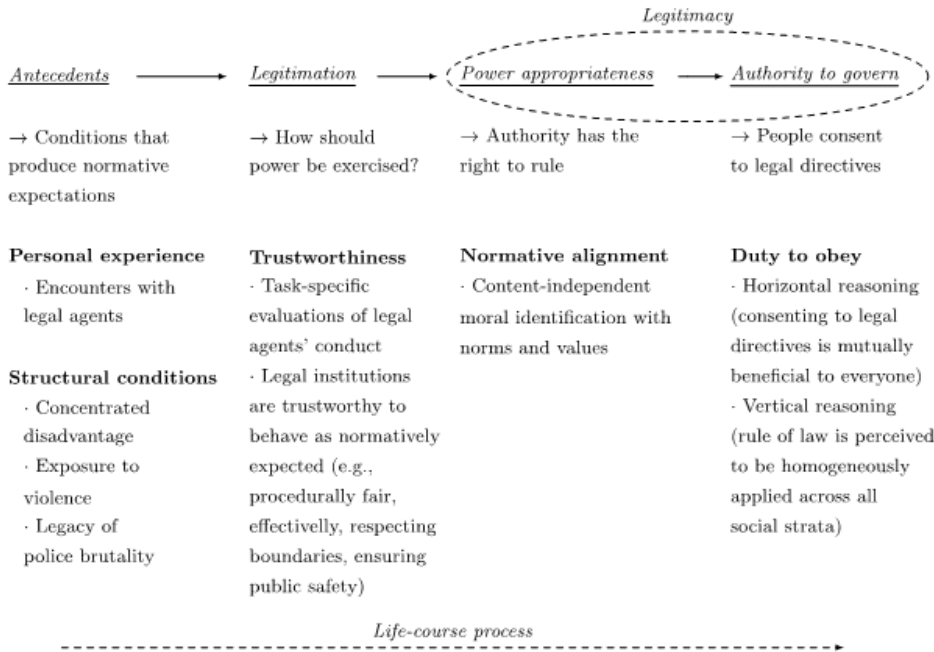
Concepts such as legitimacy, cynicism, and trust are sometimes loosely employed by studies on public attitudes towards legal authority, so the extent to which these constructs are distinct and/or overlap is often not that clear. We finish with some thoughts on the conceptual clarification and theoretical framing outlined so far in this paper on police legitimacy, drawing primarily on procedural justice theory, especially the importance of relational norms, but also relying on insights from the legal socialisation and legal cynicism approaches.

First, it is important to emphasise the distinction between legitimacy and legitimation, and in particular the distinction between the law and legal institutions' *authority to govern* (consent), perceptions of *power appropriateness* (assent) among members of the public (both of which constitute beliefs about the legitimacy of legal authority), the extent to which legal institutions are *trustworthy* to behave as normatively expected, and the *antecedents* and conditions that produce people's normative expectations about the exercise of power. These four aspects are depicted by Figure 1. We now explore each of them separately.

A legitimate claim of power essentially means that the law and the legal institutions have authority to govern. Members of the public recognise the right of legal authority to dictate and enforce appropriate behaviour and internalise a sense of duty to behave accordingly. Authority to govern implies that people consent to the directives of the law and its agents. The recognition of the ruling power of the law is horizontally and vertically motivated – i.e., people believe they should obey the law both because it mutually benefits everyone in society if everyone does so and because they perceive rule of law to be homogeneously applied across all social strata.

We frame what Sampson and Bartusch (1998) characterise as a state of normlessness as perceptions that the law and the legal institutions lack the authority to govern. The fact that law-related values and norms might not be binding in a community or

FIGURE 1
A conceptual diagram of legitimacy and legitimation.



for a population subgroup (i.e., normlessness according to Sampson and Bartusch) implies that some people do not recognise the ruling power of the law and do not consent to its directives; i.e., they do not internalise a normative sense of duty to obey the rules and norms of the dominant society. As Sampson and Bartusch emphasise, this usually happens when people perceive the law not to be the same for everyone, in what Gifford and Reisig (2019, p. 388) describe as the “legal corruption” aspect of legal cynicism: views that the law-making process has been corrupted by individuals who enact laws solely based on their own self-interest. Some people might not consent to legal directives because of vertical discrepancies in the behaviour of the law and the legal institutions³.

We assume that public recognition that the law and the legal institutions have authority to govern flows from perceptions that they have the right to rule, when members of the public perceive the ruling power that legal authority exercises as appropriate. Perceptions of power appropriateness refer to content-independent moral

3. This is not to say that the whole concept of legal cynicism as defined by Sampson and Bartusch is simply the other side of the coin of a normatively grounded sense of duty to obey the law. Legal cynicism is both an individual and a collective attribute that emerges as part of the social fabric of neighbourhoods, whereas we are exclusively assessing individual attitudes towards legal authority. But the specific individual perception of normlessness can be framed as a state in which legal institutions lack the authority to govern.

identification with norms and values represented by the law: law-related values are in line with people's moral expectations about what those values should be. This is a key aspect of beliefs that legal authority holds a legitimate claim of power.

What exactly are people's expectations about how power should be exercised is a different matter. The criteria that people use to judge whether legal authority is exercising its ruling power in normatively appropriate ways is an empirical question about *legitimation*. People evaluate specific tasks inscribed in the exercise of power, each of which can be a legitimising factor or not. For instance, members of the public might normatively expect legal institutions to control crime effectively; legal institutions therefore, in this hypothetical scenario, gain legitimacy when people evaluate and expect them to be effective at fighting crime. As discussed above, we frame task-specific evaluations of conduct as *trustworthiness*; in this case, that would mean that the police are trustworthy to act effectively. Encounters between members of the public and representatives of legal agents (e.g., police officers) are therefore crucial moments in the legitimation process, as they can be teachable moments about how legal authority usually exercises its power and the values it represents (Tyler *et al.*, 2014; Oliveira *et al.*, 2020). When people experience, during a direct interaction, power being exercised as they morally expect, this interaction can contribute to the process of legitimation of legal authority.

Legitimation is therefore about trustworthiness. When legal authority is judged to be trustworthy to act as normatively expected, people's beliefs of legitimacy are enhanced. One interesting research agenda is therefore investigating what makes power morally justifiable across people from different contexts and social groups (see, e.g., Bottoms & Tankebe, 2012) – i.e., investigating which aspects of perceived trustworthiness in legal authority enhance legitimacy judgements. PJT posits identity-relevant normative police behaviour communicates people's status and send messages that individuals are valued members of society (e.g., via procedural justice). But other aspects of police conduct could send relational messages of inclusion and exclusion. For instance, police conduct could send positive messages of agency and autonomy depending on officers' respect for the boundaries of their authority. Crucially, negative messages of denigration, suspicion, intrusion, and lack of protection (e.g., via overpolicing and underpolicing) could communicate otherness and social exclusion (Mackenzie, 2020; Oliveira, 2021).

Linking this discussion to what Kirk and Papachristos (2011) frame as “legal cynicism”, a cultural orientation through which people perceive the law and the legal institutions as unfit and disinterested in ensuring public safety can also be framed as another aspect of (lack of) police trustworthiness – with a potential impact on public legitimacy judgements. If people's normative expectations about the exercise

of legal power involve the provision of protection to a community, their beliefs that legal authority is a legitimate force will be undermined when they evaluate and expect agents of the law to fail in the task of ensuring public safety⁴.

That said, it is important to build on some of the insights offered by studies on legal cynicism and neighbourhood effects to understand the antecedents of trust in legal authority. People can only judge the behaviour of the law in the context in which they are inscribed, so structural conditions play an important role (Sampson & Wilson, 1995). Residents of disadvantaged communities, where poverty and cases of violence are concentrated, might have distinct expectations about the exercise of legal power. Single encounters with agents of the law might do little to alter pre-existing perceptions among people who feel socially excluded by the legal institutions and who have been socialised to think that the police are racist and abusive – the historical legacy of police mistreatment in over-policed neighbourhoods could therefore influence the degree to which every encounter with the law is a teachable moment (Nagin & Telep, 2020).

Relatedly, it is important to take the matter of time seriously and consider the dynamics of public attitudes towards legal authority as a process that occurs during the life course, as emphasised by studies on legal socialisation. People's experiences with the law during their life course build on; perceptions that the law has the authority to govern and the right to rule, as well as task-specific evaluations of legal agents, are a reflection of all those cumulative experiences Tyler and Trinkner (2017). While encounters with the law can be teachable moments during which people update their beliefs about how legal agents tend to behave, they can also do little to alter judgements about legal authority when the specific experience contradict a lifetime of opposite expectations about the behaviour of the law. Understanding how people develop their normative expectations about the exercise of legal power and their legitimacy judgements is therefore crucial to comprehend the dynamics of legal attitudes.

In this context, some studies suggested that it is naïve to consider that single interactions with law enforcement agents are sufficient to alter historically built attitudes towards legal authority, regardless of the procedural fairness communicated during the encounter (see Epp *et al.*, 2014; Bell, 2017; Rios *et al.*, 2020; Nagin & Telep, 2017; 2020). Such scepticism is reasonable, as discussed above, considering the influence of the structural context in which people are inscribed and their life-

4. As before, we do not claim that the whole concept of legal cynicism as defined by Kirk and Papachristos can be captured by the umbrella definition of (dis)trust in the police. But the specific individual assessment that legal institutions fail to provide protection to community residents can be framed as one possible aspect of police trustworthiness with a potential undermining effect on legitimacy judgements (Oliveira, 2021).

course process of legal socialisation. However, most of these studies incur some type of misrepresentation of procedural justice theory. First, because they usually emphasise only one aspect of appropriate police behaviour – namely, respectful and fair treatment, even though making transparent and neutral decisions and respecting authority boundaries are equally important (Trinkner *et al.*, 2018). Second, procedural justice theory posits that the experience and expectation of procedural fairness in the exercise of police power *during the life course* and *taking into account contextual characteristics* boosts legitimacy judgements.

For instance, Rios *et al.*'s (2020) descriptions of police officers starting interactions with procedural fairness but then engaging in punitive practices in the context of police stop-and-frisk powers should not be treated as evidence against procedural justice claims, but rather as evidence *for* procedural justice claims. Despite those police officers' first attempt to treat citizens with dignity and respect, they clearly did not communicate procedural justice throughout the interaction, as they did not make open and impartial decisions and overstepped their authority during such punitive practices. Citizens who have received this type of treatment from police officers throughout their life course and who have seen fellow neighbourhood residents receiving this type of treatment would therefore question the appropriateness of the power exercised by legal institutions, thus questioning the legitimacy of legal authority. Evidence brought by Rios *et al.* (2020) therefore *backs* some of the theoretical claims made by procedural justice theory.

This also relates to Bell's (2017) juxtaposition of legitimacy and legal estrangement approaches. According to Bell, the final goal of procedural justice policing is simply fostering voluntary compliance with the law, whereas legal estrangement theory emphasises structurally ensuring social inclusion. However, group inclusion has always been at the heart of procedural justice theory (Lind & Tyler, 1998). Fostering legitimacy judgements across members of the public implies fostering social inclusion – and even though the procedural justice approach does not emphasise collective processes and structural conditions that produce normative expectations about the exercise of legal power, this is by no means contradictory to its theoretical claims. Procedural justice policing is not about punctual fairness on top of punitive and aggressive practices, but about an alternative policing strategy that focuses on officers throughout the life course treating citizens with dignity and respect, making high-quality, impartial, and transparent decisions, and never overstepping their authority; and the point is not short-term changes after a few interactions, but the cumulative effect of several demonstrations of procedural fairness during people's lifetime – which could even lead to structural changes, in the sense of different perceptions of the context.

References

- APPLBAUM, Arthur Isak. (2019), *Legitimacy: The right to rule in a wanton world*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- AUGUSTYN, Megan Bears. (2016), "Updating perceptions of (in)justice". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52 (2): 255-286.
- ANDERSON, Elijah. (1999), *Code of the street: decency, violence, and the moral life of the inner city*. New York, NY, W. W. Norton.
- BELL, Monica. (2016), "Situational trust: how disadvantaged mothers reconceive of legal cynicism". *Law & Society Review*, 50 (2): 314-347.
- BELL, Monica. (2017), "Police reform and the dismantling of legal estrangement". *The Yale Law Journal*, 2014-2150.
- BOLGER, P. Colin & WALTERS, Glenn D. (2019), "The relationship between police procedural justice, police legitimacy, and people's willingness to cooperate with law enforcement: a meta-analysis". *Journal of Criminal Justice*, 60: 93-99.
- BOTTOMS, Anthony & TANKEBE, Justice. (2012), "Beyond procedural justice: a dialogic approach to legitimacy in criminal justice". *Journal of Criminal Law and Criminology*, 102 (1): 119-170.
- BRADFORD, Ben. (2017), *Stop and search and police legitimacy*. London, UK, Routledge.
- BRADFORD, Ben; HUQ, Azis; JACKSON, Jonathan & ROBERTS, Benjamin. (2014), "What price fairness when security is at stake? Police legitimacy in South Africa". *Regulation and Governance*, 8: 246-267.
- BRADFORD, Ben; MILANI, Jenna & JACKSON, Jonathan. (2017), "Identity, legitimacy and 'making sense' of police use of force". *Policing: An International Journal*, 40 (3): 614-627.
- BRINKMANN, Matthias. (2020), "Legitimacy: the right to rule in a wanton world. By Arthur Isak Applbaum". *Perspectives on Politics*, 18 (4): 1203-1204.
- BRUNSON, Rod & GAU, Jacinta. (2015), "Officer race versus macro-level context: a test of competing hypotheses about black citizens' experiences with and perceptions of black police officers". *Crime & Delinquency*, 61 (2): 213-242.
- CARR, Patrick; NAPOLITANO, Laura & KEATING, Jessica. (2007), "We never call the cops and here is why: a qualitative examination of legal cynicism in three Philadelphia neighborhoods". *Criminology*, 45 (2): 445-480.
- CEVA, Emanuela. (2016), *Interactive justice: a proceduralist approach to value conflict in politics*. New York, Routledge.
- COHN, Ellen & WHITE, S. (1990), "Comparing theories of legal socialization". In: *Legal socialization: A study of norms and rules*. New York, Springer.
- COOPER, Shauna *et al.* (2020). "That is why we raise children': African American fathers' race-related concerns for their adolescents and parenting strategies". *Journal of Adolescence*, 82: 67-81.

- DESMOND, Mathew; PAPACHRISTOS, Andrew V. & KIRK, David S. (2016), "Police violence and citizen crime reporting in the black community". *American Sociological Review*, 81 (5): 857-876.
- EISNER, Manuel, *et al.* (2011), "Large-scale criminological field experiments: the Zurich Project on the social development of children". In: GADD, David; KARSTEDT, Susanne & MESSNER, Steven F. (eds.). *The Sage handbook of criminological research methods*. London, Sage Publications, pp. 410-424.
- ELLIOT, Sinikka & REID, Mega. (2019), "Low-income black mothers parenting adolescents in the mass incarceration era: the long reach of criminalization". *American Sociological Review*, 84 (2): 197-219.
- EPP, Charles, *et al.* (2014), *Pulled over: how police stops define race and citizenship*. Chicago, IL, The University of Chicago Press.
- FAGAN, Jeffrey & TYLER, Tom. (2005), "Legal socialization of children and adolescents". *Social Justice Research*, 18 (3): 217-241.
- FINE, Adam & CAUFFMAN, Elizabeth. (2015), "Race and justice system attitude formation during the transition to adulthood". *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 1 (4): 325-349.
- FINE, Adam *et al.* (2016), "The role of peer arrests on the development of youth's attitudes towards the justice system". *Law and Human Behavior*, 40 (2): 211-218.
- FINE, Adam *et al.* (2017), "Is the effect of justice system attitudes on recidivism stable after youth's first arrest? Race and legal socialization among first-time youth offenders". *Law and Human Behavior*, 41 (2): 146-158.
- FRATELLO, Jennifer *et al.* (2013), "Coming of age with stop and frisk: experiences, self-perceptions, and public safety implications". *New York: Vera Institute of Justice*.
- GAU, Jacinta. (2015), "Procedural justice, police legitimacy, and legal cynicism: a test for mediation effects". *Police Practice and Research*, 16 (5): 402-415.
- GELLER, Amanda & FAGAN, Jeffrey. (2019), "Police contact and the legal socialization of urban teens". *RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, 5 (1): 26-49.
- GERBER, Monica & JACKSON, Jonathan. (2017), "Justifying violence: legitimacy, ideology and public support for police use of force". *Psychology, Crime & Law*, 23 (1): 79-95.
- GERBER, Monica *et al.* (2018), "On the justification of intergroup violence: The roles of procedural justice, police legitimacy, and group identity in attitudes toward violence among indigenous people". *Psychology of Violence*, 8 (3): 379-400.
- GIFFORD, Faith & REISIG, Michael. (2019), "A multidimensional model of legal cynicism". *Law and Human Behavior*, 43 (4): 383-396.
- GOFFMAN, Erving. (1974), *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HAGAN, John; KAISER, Joshua & HANSON, Anna. (2016), "The theory of legal cynicism and Sunni insurgent violence in post-invasion Iraq". *American Sociological Review*, 81 (2): 316-346.

- HAGAN, John *et al.* (2018), "Dual-process theory of racial isolation, legal cynicism, and reported crime". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115 (28): 7190-7199.
- HAGAN, John *et al.* (2020), "What the study of legal cynicism and crime can tell us about reliability, validity, and versatility in law and social science research". *Annual Review of Law and Social Science*, 16: 1-20.
- HALDIPUR, Jan. (2019), *No place on the corner: the costs of aggressive policing*. New York, NY, NYU Press.
- HAMM, Joseph; TRINKNER, Rick & CARR, James. (2017), "Fair process, trust, and cooperation: moving toward an integrated framework of police legitimacy". *Criminal Justice and Behavior*, 44 (9): 1183-1212.
- HARDING, David. (2009), "Violence, older peers, and the socialization of adolescent boys in disadvantaged neighborhoods." *American Sociological Review*, 74 (3): 445-464.
- HINSCH, Wilfried. (2008), "Legitimacy and justice: a conceptual and functional clarification". In: Kühnelt, J. (org.). *Political legitimization without morality?*. Springer.
- HINSCH, Wilfried. (2010), "Justice, legitimacy, and constitutional rights". *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 13 (1): 39-54.
- HOUGH, Mike; JACKSON, Jonathan & BRADFORD, Ben. (2013), "Legitimacy, trust and compliance: an empirical test of procedural justice theory using the European Social Survey". In: TANKEBE, Justice & LIEBLING, A. *Legitimacy and criminal justice: An international exploration*. Oxford, Oxford University Press.
- HUQ, Aziz; JACKSON, Jonathan & TRINKNER, Rick. (2017), "Legitimizing practices: revisiting the predicates of police legitimacy". *The British Journal of Criminology*, 54: 1101-1122.
- JACKSON, Jonathan. (2018), "Norms, normativity, and the legitimacy of justice institutions: international perspectives". *Annual Review of Law and Social Science*, 14 (1): 145-165.
- JACKSON, Jonathan & BRADFORD, Ben. (2019), "Blurring the distinction between empirical and normative legitimacy? A methodological commentary on 'Police legitimacy and citizen cooperation in China'". *Asian Journal of Criminology*, 14 (4): 265-289.
- JACKSON, Jonathan & GAU, Jacinta. (2015), "Carving up concepts? Differentiating between trust and legitimacy in public attitudes towards legal authority". In: SHOCKLEY E.; NEAL T.; PYTLIKZILLIG L. & BORNSTEIN B. *Interdisciplinary perspectives on trust: towards theoretical and methodological integration*. New York, Springer.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2012), "Why do people comply with the law? Legitimacy and the influence of legal institutions". *The British Journal of Criminology*, 52 (6): 1051-1071.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2013a), *Just authority? Trust in the police in England and Wales*. London, UK, Willan.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2013b), "Monopolizing force? Police legitimacy and public attitudes toward the acceptability of violence". *Psychology, Public Policy, and Law*, 19 (4): 479-497.

- JACKSON, Jonathan *et al.* (2014), "Corruption and police legitimacy in Lahore, Pakistan". *The British Journal of Criminology*, 54 (6): 1067-1088.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2021a), "Developing core national indicators of public attitudes towards the police in Canada". *Policing and Society*.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2021b), "Police legitimacy and the norm to cooperate: using a mixed effects location-scale model to estimate the strength of social norms at a small spatial scale". *Journal of Quantitative Criminology*, 37: 547-572.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (forthcoming), "Fear and legitimacy in São Paulo, Brazil: police-citizen relations in a high violence, high fear city. *Law & Society Review*.
- KAISER, Kimberley & REISIG, Michael. (2019), "Legal socialization and self-reported criminal offending: the role of procedural justice and legal orientations". *Journal of Quantitative Criminology*, 35: 135-154.
- KIRK, David S. (2016), "Prisoner reentry and the reproduction of legal cynicism". *Social Problems*, 63 (2): 222-243.
- KIRK, David S. & PAPACHRISTOS, Andrew V. (2011), "Cultural mechanisms and the persistence of neighborhood violence". *American Journal of Sociology*, 116 (4): 1190-1233.
- KIRK, David S. & MATSUDA, Mauri. (2011), "Legal cynicism, collective efficacy, and the ecology of arrest". *Criminology*, 49 (2): 443-472.
- KIRK, David S. & WAKEFIELD, Sara. (2018), "Collateral consequences of punishment: a critical review and path forward". *Annual Review of Criminology* 1: 171-194.
- KIRK, David S. *et al.* (2012), "The paradox of law enforcement in immigrant communities: does tough immigration enforcement undermine public safety?". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 641 (1): 79-98.
- KOMATSU, André *et al.* (2020), "Contacts with police officers and changes in police legitimacy perceptions among Brazilian adolescents over time". *International Annals of Criminology*, 58 (2): 237-252.
- LIND, Edgar & TYLER, Tom. (1998), *The social psychology of procedural justice*. Springer Science and Business Media.
- MACKENZIE, Catriona. (2020), "Procedural justice, relational equality, and self-respect". In: MEYERSON, Denise *et al.* *Procedural justice and relational theory: empirical, philosophical, and legal perspectives*. London, Routledge.
- MAYER, Roger *et al.* (1995), "An integrative model of organizational trust". *The Academy of Management Review*, 20: 709-734.
- MAZEROLLE, Lorraine *et al.* (2013), "Procedural justice and police legitimacy: A systematic review of the research evidence". *Journal of Experimental Criminology*, 9 (3): 245-274.
- McLEAN, Kyle *et al.* (2019), "Legitimacy and the life course: An age-graded examination of changes in legitimacy attitudes over time". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 56 (1): 42-83.

- MCEVILY, Bill & TORTORIELLO, Marco. (2011), "Measuring trust in organizational research: review and recommendations". *Journal of Trust Research*, 1: 23-63
- MEARES, Tracy. (2017), "Policing and procedural justice: shaping citizens' identities to increase democratic participation". *Northwestern University Law Review*, 111 (6): 1525-1535.
- MÖLLERING, Guido. (2001). "The nature of trust: from Georg Simmel to a theory of expectation, interpretation and suspension". *Sociology*, 35: 403-420.
- MOULE JR., Richard *et al.* (2019), "The long shadow of Ferguson: legitimacy, legal cynicism, and public perceptions of police militarization". *Crime & Delinquency*, 65 (2): 151-182.
- MURPHY, Kristina *et al.* (2008), "Encouraging public cooperation and support for police". *Policing and Society*, 18 (2): 136-155.
- NAGIN, Daniel. (2013), "Deterrence: A review of the evidence by a criminologist for economists". *Annual Review of Economics*, 5 (1): 83-105.
- NAGIN, Daniel & TELEP, Cody. (2017), "Procedural justice and legal compliance". *Annual Review of Law and Social Science*, 13: 5-28.
- NAGIN, Daniel & TELEP, Cody. (2020), "Procedural justice and legal compliance: A revisionist perspective". *Criminology & Public Policy*, 19 (3): 761-786.
- NIVETTE, Amy *et al.* (2015), "The social and developmental antecedents of legal cynicism". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52 (2): 270-298.
- NIVETTE, Amy *et al.* (2019), "Evaluating the shared and unique predictors of legal cynicism and police legitimacy from adolescence into early adulthood". *Criminology*, 58 (1): 70-100.
- OLIVEIRA, Thiago R. (2021), "Violence and coercive policing: dynamics and consequences of the overpolicing-underpolicing paradox in Brazil's largest city". *Working paper*. Available at <https://doi.org/10.31235/osf.io/89jkv>.
- OLIVEIRA, Thiago R. *et al.* (2020), "Are trustworthiness and legitimacy 'hard to win, easy to lose'? A longitudinal test of the asymmetry thesis of police-citizen contact". *Journal of Quantitative Criminology*, 1-43.
- PAPACHRISTOS, Andrew V.; MEARES, Tracy & FAGAN, Jeffrey. (2012), "Why do criminals obey the law? The influence of legitimacy and social networks on active gun offenders". *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 102 (2): 397-440.
- PICCIRILLO, Debora *et al.* (2021), "The role of police contact and neighborhood experiences on legal socialization: Longitudinal evidence from adolescents in Brazil". *Journal of Social Issues*.
- PIQUERO, Alex *et al.* (2005), "Developmental trajectories of legal socialization among serious adolescent offenders". *Journal of Criminal Law and Criminology*, 96 (1): 267-298.
- PROWSE, Gwen; WEAVER, Vesla & MEARES, Tracy. (2019), "The state from below: distorted responsiveness in policed communities". *Urban Affairs Review*, 56 (5): 1423-1471.
- PYTLIKZILLIG, Lisa & KIMBROUGH, Christopher. (2016), "Consensus on conceptualizations and definitions of trust: Are we there yet?". In: SHOCKLEY E.; NEAL T.; PYTLIKZILLIG L. &

- BORNSTEIN B. *Interdisciplinary perspectives on trust: towards theoretical and methodological integration*. New York, Springer.
- REINER, Robert. (2010), *The politics of the police*. Oxford, UK, Oxford University Press.
- REISIG, Michael *et al.* (2011), "Legal cynicism, legitimacy, and criminal offending: The non-confounding effect of low self-control". *Criminal Justice and Behavior*, 38 (12): 1265-1279.
- RIOS, Victor. (2011), *Punished: Policing the lives of Black and Latino boys*. New York, NY: NYU Press.
- RIOS, Victor *et al.* (2020), "Mano suave-mano dura: Legitimacy policing and latino stop-and-frisk". *American Sociological Review*, 85 (1): 58-75.
- ROUSSEAU, Denise *et al.* (1998), "Introduction to special topics forum: Not so different after all: A cross-discipline view of trust". *The Academy of Management Review*, 23: 393-404.
- SAMPSON, Robert J. (2012), *Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect*. Chicago, IL, University of Chicago Press.
- SAMPSON, Robert J. & BARTUSCH, Dawn J. (1998), "Legal cynicism and (subcultural) tolerance of deviance: the neighborhood context of racial difference". *Law & Society Review*, 32 (4): 777-804.
- SAMPSON, Robert J. & WILSON, William J. (1995), "Toward a theory of race, crime, and urban inequality". In: HAGAN, John & PETERSON, Ruth D. *Crime and inequality*. Stanford, CA, Stanford University Press.
- SCHEFFLER, Samuel. (2003), "What is egalitarianism?". *Philosophy and Public Affairs*, 31 (1): 5-39.
- SCHUBERT, Carol *et al.* (2016), "Differentiating serious adolescent offenders who exit the justice system from those who do not". *Criminology*, 54 (1): 56-85.
- SKOGAN, Wesley & HARTNETT, Susan. (1999), *Community policing, Chicago style*. Oxford, UK, Oxford University Press.
- SROLE, Leo. (1956), "Social integration and certain corollaries: An exploratory study". *American Sociological Review*, 21 (6): 709-716.
- STOUDT, Brett *et al.* (2011), "Growing up policed in the age of aggressive policing policies". *New York Law School Law Review*, 56: 1331-1371.
- STOUDT, Brett *et al.* (2012), "Contesting privilege with critical participatory action research". *Journal of Social Issues*, 68 (1): 178-193.
- SUN, Ivan *et al.* (2018), "Police legitimacy and citizen cooperation in China: testing an alternative model". *Asian Journal of Criminology*, 13: 275-291.
- SUNSHINE, Jason & TYLER, Tom. (2003), "The role of procedural justice and legitimacy in public support for policing". *Law and Society Review*, 37 (3): 513-548.
- TANKEBE, Justice. (2009), "Public cooperation with the police in Ghana: Does procedural fairness matter?". *Criminology*, 47 (4): 1265-1293.
- TAP, June Louin & LEVINE, Felice J. (1974), "Legal socialization: strategies for an ethical legality". *Stanford Law Review*, 27 (1).

- TAYLOR, Terrance J. *et al.* (2009), "Racial bias in case processing: does victim race affect police clearance of violent crime incidents?". *Justice Quarterly*, 26 (3): 562-59.
- TERRILL, William, & REISIG, Michael. (2003) "Neighborhood context and police use of force". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40 (3): 291-321.
- TRINKNER, Rick. (2019), "Clarifying the contours of the police legitimacy measurement debate: a response to Cao and Graham". *Asian Journal of Criminology*, 14 (4): 309-335.
- TRINKNER, Rick & COHN, Ellen. (2014) "Putting the "social" back in legal socialization: procedural justice, legitimacy, and cynicism in legal and nonlegal authorities". *Law and Human Behavior*, 38 (6): 602-617.
- TRINKNER, Rick & TYLER, Tom R. (2016), "Legal socialization: coercion versus consent in an era of mistrust". *Annual Review of Law and Social Science*, 12: 417-439.
- TRINKNER, Rick; JACKSON, Jonathan & TYLER, Tom. (2018), "Bounded authority: Expanding 'appropriate' police behavior beyond procedural justice". *Law and Human Behavior*, 42 (3): 280-293.
- TRINKNER, Rick *et al.* (2019), "Legal socialisation in Brazil: examining the generalisability of the procedural justice model". *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 44 (1): 7-27.
- TYLER, Tom R. (2004), "Enhancing police legitimacy". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 593 (1): 84-99.
- TYLER, Tom R. (2006a), *Why people obey the law*. Princeton, Princeton University Press.
- TYLER, Tom R. (2006b), "Psychological perspectives on legitimacy and legitimation". *Annual Review of Psychology*, 57: 375-400.
- TYLER, Tom R. & BLADER, Steven. (2000), *Cooperation in groups: Procedural justice, social identity, and behavioral engagement*. Philadelphia, Psychology Press.
- TYLER, Tom R. & BLADER, Steven. (2003), "The group engagement model: procedural justice, social identity, and cooperative behavior". *Personality and Social Psychology Review*, 7 (4): 349-361.
- TYLER, Tom R. & FAGAN, Jeffrey. (2008), "Legitimacy and cooperation: why do people help the police fight crime in their communities?". *Ohio State Journal of Criminal Law*, 6 (1): 231-275.
- TYLER, Tom R. & HUO, Yuen. (2002), *Trust in the law: Encouraging Public cooperation with the police and the courts*. New York, Russell Sage Foundation.
- TYLER, Tom R. & JACKSON, Jonathan. (2013), "Future challenges in the study of legitimacy and criminal justice". In: TANKEBE, Justice & LIEBLING, Alison (orgs.). *Legitimacy and criminal justice: an international exploration*. Oxford, Oxford University Press, pp. 83-104.
- TYLER, Tom R. & JACKSON, Jonathan. (2014), "Popular legitimacy and the exercise of legal authority: motivating compliance, cooperation, and engagement". *Psychology, Public Policy, and Law*, 20 (1): 78-95.

- TYLER, Tom R. & LIND, E. Allan. (1992), "A relational model of authority in groups". *Advances in Experimental Social Psychology*, 25: 115-191.
- TYLER, Tom R. & TRINKNER, Rick. (2017), *Why children follow rules: legal socialization and the development of legitimacy*. New York, Oxford University Press.
- TYLER, Tom R.; FAGAN, Jeffrey & GELLER, Amanda. (2014), "Street stops and police legitimacy: teachable moments in young urban men's legal socialization". *Journal of Empirical Legal Studies* 11 (4): 751-785.
- TYLER, Tom R.; JACKSON, Jonathan & MENTOVICH, Avital. (2015), "The consequences of being an object of suspicion: potential pitfalls of proactive police contact". *Journal of Empirical Legal Studies* 12 (4): 602-636.
- VON PLATZ, Jeppe. (2020), *Theories of distributive justice: who gets what and why*. London, UK, Routledge.
- WADDINGTON, P. A. J. (1999), *Policing citizens: authority and rights*. Philadelphia, Psychology Press.
- WALTERS, Glenn & BOLGER, Collin. (2019), "Procedural justice perceptions, legitimacy beliefs, and compliance with the law: a meta-analysis". *Journal of Experimental Criminology*, 15 (3): 341-372.
- WEAVER, Vesla. (2018), "More security may actually make us feel less secure". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115 (39): 9649-9651.

Abstract

Legitimacy, trust and legal cynicism: a review of concepts

We review the concepts of legitimacy, trust, and legal cynicism in the context the debate about police legitimacy, discuss the extent to which these concepts relate to each other, and offer some early, speculative thoughts on a how relational model of legitimacy can extend beyond procedural justice concerns. Relying upon procedural justice theory, we emphasise the distinction between police legitimacy and legitimation: popular legitimacy is defined as public beliefs that legal authority has the right to rule (people acknowledge the moral appropriateness of legal authority) and the authority to govern (people recognise legal authority as the rightful authority), whereas legitimation is related to the criteria people use to judge the normative appropriateness of legal agents' exercise of power (e.g., the extent to which police officers are trustworthy to behave in accordance with people's normative expectations). Building on studies on legal cynicism and legal socialisation, we consider how other aspects of police conduct can send negative relational messages about people's value within society and undermine their judgements about the legitimacy of legal authority – messages of oppression, marginalisation, and neglect over the life course. We conclude suggesting avenues for future research on public-police relations.

Keywords: Legitimacy of the law; Legitimation; Duty to obey; Trustworthiness; Legal cynicism.

Resumo

Legitimidade, confiança e cinismo jurídico: uma revisão de conceitos

Revisamos os conceitos de legitimidade, confiança e cinismo jurídico no contexto do debate sobre a legitimidade policial, discutimos até que ponto esses conceitos se relacionam e oferecemos algumas reflexões especulativas sobre como o modelo relacional de legitimidade pode ir além de questões de justiça processual. Com base na teoria da justiça processual, enfatizamos a distinção entre legitimidade policial e legitimação: legitimidade popular é definida como crenças públicas de que a autoridade legal tem o direito de governar (as pessoas reconhecem a adequação moral da autoridade legal) e a autoridade de governar (as pessoas reconhecem a autoridade legal como autoridade legítima), enquanto a legitimação está relacionada aos critérios que as pessoas usam para julgar a adequação normativa do exercício do poder dos agentes legais (por exemplo, até que ponto os policiais são confiáveis para se comportar de acordo com as expectativas normativas das pessoas). Baseando-nos em estudos sobre cinismo jurídico e socialização jurídica, consideramos como outros aspectos da conduta policial podem enviar mensagens negativas sobre o valor das pessoas na sociedade e minar seus julgamentos sobre a legitimidade da autoridade legal – mensagens de opressão, marginalização e negligência pela vida. Concluímos sugerindo caminhos para pesquisas futuras sobre relações público-polícia.

Palavras-chave: Legitimidade da lei; Legitimação; Dever de obediência; Confiabilidade; Cinismo jurídico.

Texto recebido em 13/10/2021 e aprovado em 02/11/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.191381

THIAGO R. OLIVEIRA is a Postdoctoral Researcher at the Centre for Social Investigation and a Research Fellow at Nuffield College, University of Oxford. He received his PhD in Social Research Methods from the London School of Economics and Political Science. He studies topics related to the legitimacy of the law and the consequences of police misconduct. E-mail: thiago.oliveira@nuffield.ox.ac.uk.

JONATHAN JACKSON is Professor of Social Research Methodology at the London School of Economics and Political Science. He is an Honorary Professor of Criminology at the University of Sydney Law School and an Affiliated Scholar in the Justice Collaboratory of Yale Law School. His research focuses on procedural justice theory in the context of the criminal justice system. E-mail: j.p.jackson@lse.ac.uk.



Legitimidade e obediência

Diálogos da criminologia com a teoria sociológica¹

Ariadne Natal*

<https://orcid.org/0000-0002-5925-043X>

Frederico Castelo Branco**

<https://orcid.org/0000-0001-8655-5792>

Marcos César Alvarez**

<https://orcid.org/0000-0001-5984-9082>

A construção e a manutenção da legitimidade das instituições encarregadas de aplicação da lei são o mote de uma literatura que se tem desenvolvido nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1990. Apesar de tal produção se situar majoritariamente no âmbito da Criminologia, o interesse pelo impacto da relação entre cidadãos e autoridades no funcionamento das agências encarregadas de aplicar as leis tem sido objeto da atenção de pesquisadores que se localizam em campos diversos, como a Psicologia Social, a Sociologia, a Ciência Política e o Direito.

A conceitualização e a operacionalização empírica da ideia de legitimidade seguem em debate até os dias atuais. O entendimento mais difundido é que a legitimidade pode ser observada principalmente por meio do compartilhamento entre cidadão e autoridades de um senso valorativo, moral e ético (alinhamento normativo) e de um senso de dever/obediência por parte daqueles a quem as ordens são direcionadas.

* Peace Research Institute Frankfurt, Alemanha.

** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Este texto é produto das discussões dos seminários “A questão da legitimidade na teoria social”, organizado entre 2017 e 2018 pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), em parceria com o Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (Laps-USP), sob coordenação do Prof. Dr. Marcos César Alvarez. Tais seminários integraram o Projeto “Building Democracy Daily: Human Rights, Violence, and Institutional Trust” na condição de Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Cepid-Fapesp 2013-07923-7). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Embora os estudos tenham foco principalmente na legitimidade de instituições como a polícia e a justiça, permanece a referência a uma questão que é central para a teoria sociológica e para as ciências sociais em geral: “Por que as pessoas obedecem às autoridades, às instituições e aos governos?”.

Do ponto de vista dos governantes, é conhecida a concepção de que aqueles em posição de submissão obedecem ao poder dos dominantes por medo das consequências da desobediência (Maquiavel, [1532] 2010; Hobbes, [1651] 1974). No entanto, para além do medo, o processo de socialização e a estrutura do poder são fundamentais para viabilizar a dominação (La Boétie ([1542] 1982). Mais do que somente por medo, as autoridades devem contar com uma expectativa razoável de que seus comandos sejam acatados com base em certo reconhecimento do direito de exercer o poder.

E é em um quadro de intensas transformações sociais – que implicaram a perda de hegemonia das formas tradicionais de autoridade e o surgimento de formas mais impessoais e rotinizadas de exercício de poder nas sociedades ocidentais – que a reflexão sobre tal expectativa de reconhecimento do direito de exercer poder é desenvolvida de maneira seminal por Max Weber em *Economia e sociedade* ([1922] 1999). Preocupado com a reflexão acerca da estabilidade das relações de poder, o autor recorre ao conceito de legitimidade para pensar a preservação da autoridade em relações de dominação, ao apresentar uma reflexão ainda bastante influente nas Ciências Sociais acerca da compreensão das formas de exercício de poder e as condições em que as pessoas estariam dispostas a reconhecer uma autoridade e a obedecer a ela.

O presente artigo procura traçar as linhas gerais que articulam a leitura de Weber por autores que influenciaram diversas abordagens da noção da legitimidade no campo da Criminologia, incluindo debates a respeito de sua operacionalização e mensuração empírica. Para tal, na primeira parte do texto é apresentada, em linhas gerais, a proposta weberiana sobre a crença na legitimidade da autoridade. A seguir, a segunda parte traz discussões sobre os contornos e limites da concepção weberiana para pensar a legitimidade na contemporaneidade, assim como as proposições de Beetham (1991a) e Coicaud (2002) que apresentam uma concepção multidimensional da legitimidade e apontam elementos constitutivos que podem permitir sua operacionalização empírica. Na terceira parte, busca-se caracterizar o desenvolvimento da linha de estudos sobre legitimidade no campo da criminologia, sobretudo por meio dos estudos de Tom Tyler (2003, 2004, 2006a, 2006b), que se vale do conceito de legitimidade para investigar a disposição para a obediência de determinações das leis, autoridades judiciárias e policiais. Em seguida, conduzimos a discussão para o debate a respeito das possibilidades, obstáculos e limitações da mensuração empírica

da legitimidade. Por fim, apresentamos uma solução de mensuração da legitimidade discutida e aplicada no contexto brasileiro.

Legitimidade na sociologia weberiana

O tema da legitimidade está presente tanto nas suas discussões sobre ordens sociais legítimas, quanto nas passagens sobre dominação. No entanto, para Spencer (1970) a ausência de uma discussão entre a abordagem da legitimidade na perspectiva da dominação/autoridade² e a abordagem das ordens legítimas é uma das dificuldades para entender como o tema é tratado por Weber. Uma possível explicação para essa ausência advém da natureza póstuma da obra e da trajetória editorial adotada por Marianne Weber, o que enseja até os dias de hoje um debate sobre a pertinência ou não de se tratar *Economia e sociedade* como uma obra coerentemente unitária (Pierucci, 2008).

Quanto à ordem legítima, essa diz respeito a um sistema normativo que orienta as condutas dos indivíduos³, tanto por meio de mecanismos internos aos atores – quando movidos por orientações subjetivas –, quanto por mecanismos externos a eles – que operam por meio de orientações extrínsecas, limitando as escolhas e alternativas dos indivíduos. Destarte, as bases de sustentação de uma ordem legítima não podem estar ancoradas apenas em razões utilitárias, assentadas em fatores externos aos indivíduos. Assim, a vigência legítima de uma ordem repousa principalmente em um sentimento de dever e de submissão, cujos fundamentos podem estar calcados no costume, no afeto (e inclinações pessoais), na legalidade das leis ou ainda ser motivada por razões valorativas, normativas e ideais (Weber, 1999a).

Nesse sentido, uma ordem legítima vigente é aquela que orienta condutas e ações sociais dos atores por meio de normas cuja violação provocaria não só possíveis sanções, mas, principalmente, a violação de um sentimento de dever. Desse modo, quando uma determinada ordem social é vista como legítima e mandatória, aumentam as chances de os atores regularem suas condutas de acordo com ela. Destarte, as ordens legítimas seriam meios mais estáveis para regular condutas (Weber, 1999a; Spencer, 1970).

2. O termo original *Herrschaft* foi traduzido nas versões brasileiras das obras de Weber como dominação. Entretanto, como é um termo polissêmico, há um debate a respeito de qual o sentido mais adequado para seu uso. A ideia de dominação parece adequada quando se trata das formas tradicionais, mas, ao pensarmos na burocracia moderna, a palavra *autoridade* parece fazer mais sentido (Beetham, 1991b e Kalberg, 2005). Por isso, não é raro que a tradução de *Herrschaft* oscile entre dominação e autoridade.
3. Importante destacar que, para Weber, não há necessariamente uma única ordem operando. Na realidade, não raras vezes, múltiplas ordens paralelas e contraditórias podem orientar as ações dos sujeitos ao mesmo tempo. Assim, cada ordem social é válida na medida em que efetivamente tem a capacidade de orientar as ações dos envolvidos.

Quanto à dominação, Weber entende que todas as esferas de ação social são influenciadas por estruturas de dominação caracterizadas por vínculos que envolvem os indivíduos em relações de mando e de obediência. No caso, a legitimidade é acionada como estratégia para diferenciar a dominação e as formas de dominação legítima do mero exercício de poder. Especificamente sobre o poder, Weber entende ser essa uma categoria muito abrangente e de difícil exploração analítica⁴, uma vez que há muitas situações em que uma pessoa pode estar em posição de exercer poder sobre outra (ou seja, em posição de impor a própria vontade ao comportamento de terceiros, mesmo diante de resistências). No entanto a dominação legítima denotaria um caso especial de poder, pois não se trata de impor a própria vontade, mas de um mandato que é obedecido voluntariamente (Weber, 1999a).

Assim como o poder, a dominação pode ocorrer de diversas formas nas relações sociais. De maneira geral, para Weber existiriam dois tipos diferentes de dominação: em virtude de interesses e em virtude da autoridade. Quando repousa apenas em mecanismos externos, baseados em motivações instrumentais, a dominação seria menos estável. Ainda que uma relação de dominação possa se manter por meio de mecanismos de submissão externos aos sujeitos, como por meio do recurso à coerção, a relação daí decorrente tende a ser mais instável e custosa.

Para garantir que o sentido não se perca e que o conceito seja analiticamente relevante, Weber delimita sua definição sociológica optando, metodologicamente, por não se estender sobre a dominação que ocorre por razões instrumentais. Assim, centra a atenção na dominação em virtude da legitimidade, como aquela que envolve sempre uma consideração da obediência voluntária.

Se “todas as formas de dominação procuram ‘despertar e cultivar a crença em sua legitimidade’” (Weber, 1999, v. 1, p. 139), essa última seria fruto de um processo dinâmico que precisaria ser cultivado continuamente na relação entre dominantes e dominados. Nesse sentido, as formas mais estáveis de dominação são aquelas em que as condutas são orientadas por razões valorativas, ou seja, fundadas em uma crença na legitimidade daqueles que detêm o poder. Assim, a legitimidade diz respeito à crença na validade da dominação e ao reconhecimento da reivindicação do direito de exercer poder, o que significa que tanto a justificativa para o poder, quanto a estrutura de dominação precisam ser consideradas socialmente válidas por aqueles que estão submetidos (Beetham, 1991b; Netelenbos, 2016).

A partir de uma perspectiva empírica – com base naquilo que é aceito como relevante pelos agentes dentro de seu próprio contexto –, Weber ressalta que todo exercício de dominação carece de justificção. Mesmo em situações mais corriqueiras

4. Weber (1999b) entende que a categoria *poder* seria sociologicamente amorfa.

da vida social, quando há contrastes muito acentuados entre as partes envolvidas em uma relação de poder, aquele que se encontra em posição favorável sente a necessidade de justificar seu privilégio como legítimo e sua situação como merecida. No processo de justificação, as autoridades procuram se convencer de seu direito ao poder e fomentar nos subordinados a percepção de que esse direito é merecido e não arbitrário. Quando bem-sucedidas, as autoridades poderão contar com a disposição a obedecer, o que assegura a posição de maneira muito mais eficaz do que o emprego da coerção (Kalberg, 2005).

Para a dominação no sentido weberiano, não basta que a ordem seja acatada. É preciso que ela seja recebida pelos dominados como uma norma válida, quer dizer, ser crível em sua validade. A recepção do conteúdo do mandato por parte do dominado é o que distingue poder e dominação, pois não se trata apenas de impor a própria vontade e garantir obediência, mas sim de um mandato a ser obedecido em razão do reconhecimento, em alguma medida, de sua validade.

Com base nisso, Weber analisa diversos processos de legitimação investigando como os sentimentos de dever dos subordinados surgem e são cultivados⁵. E a partir daí estabelece sua conhecida tipologia de dominação, na qual os princípios de legitimação estão calcados nas crenças a respeito da validade de três tipos de dominação: a) dominação legal, que envolve a crença em um sistema de leis, regras e normas; b) dominação carismática, com a crença na revelação e nas qualidades extraordinárias da autoridade; e c) dominação tradicional, sobre a crença nos costumes e na santidade das tradições (Weber, 1999a).

Mas afinal de contas, como a legitimidade das ordens e a da dominação se conectam em Weber? Spencer (1970) entende que ambas lidam com diferentes aspectos de um mesmo fenômeno: as formas que fundamentam todas as instâncias de interação humana ordenada. A interação humana ocorre quando, em um determinado contexto, há uma probabilidade de que um significativo número de atores orientará suas ações de acordo com as mesmas normas. A partir disso, Spencer entende que Weber diferencia ordens (sistemas normativos) e dominação (autoridade) da seguinte maneira: enquanto a norma se refere às regras de conduta diante das quais os indivíduos orientam seus comportamentos, a autoridade trata da relação de comando e obediência que se estabelece entre dominantes e dominados, quando comandos de uns são recebidos como mandatórios/obrigatórios por outros. Para Spencer, normas e autoridade indicam princípios polares da organização social: as normas orientam para uma regra ou um princípio; a autoridade indica a conformidade aos comandos.

5. Aqui, cumpre marcar a distinção entre legitimação, isto é, ações e processos que conferem legitimidade; e a legitimidade em si, crença subjetiva no direito de exercício de poder (Netelenbos, 2016).

Perspectiva contemporânea

O tema da legitimidade torna-se mais premente no contexto de ascensão de regimes democráticos, quando a manutenção do poder pelas justificativas que remetem à tradição ou ao direito divino fica em segundo plano. A ampliação do direito de cidadania e o advento de novos modelos representativos implicam alterações no processo de legitimação das lideranças políticas e nas diretrizes de organização e funcionamento do Estado. Trata-se de sistemas que requerem consentimento expresso daqueles que se submetem, o que envolve a necessidade de um consenso básico dos cidadãos (Faria, 1978).

Se, por um lado, a garantia da ordem, proteção, segurança e condições para a cooperação são os elementos que dão ensejo à fundação do Estado e justificam a concentração de poder nas mãos de algumas pessoas com a prerrogativa de exercerem poder sobre outras, por outro lado, é preciso garantir que a solução não se torne também um problema, ou seja, evitar que o Estado avance além de seus limites e, ao invés de promover segurança, passe a promover o terror. A existência de legitimidade seria uma expressão de equilíbrio ante esse dilema, uma vez que o poder legítimo é aquele que é explicado, justificado e expressamente aceito (Williams, 2005).

Em sociedades democráticas contemporâneas, a necessidade de legitimidade se torna um imperativo justamente quando o “outro”, aquele que é submetido à relação de poder, passa a ser considerado como um fator importante na equação. É justamente quando os submetidos se convertem em agentes de direitos que a reciprocidade nas relações de poder é reforçada e seus interesses passam a ser considerados, maximizando as cobranças sobre como o poder é exercido (Coicaud, 2002). Por essa razão, é preciso garantir não só mecanismos capazes de manter a crença no ordenamento jurídico e nas instituições políticas, como também satisfazer, ao menos em parte, as necessidades e expectativas por meio de um alinhamento mínimo de valores acordados entre os grupos sociais envolvidos e as estruturas institucionais de autoridade existentes (Faria, 1978).

Como já mencionado, mesmo para Weber, as bases da legitimação e os fundamentos que justificam o exercício do poder devem ser considerados a partir do ponto de vista empírico, levando em conta o que é tido como válido pelos agentes envolvidos na relação. Williams (2005) afirma que as justificativas para a legitimidade não são universais, mas sim contextuais e variam muito no tempo e no espaço. Aquilo que é considerado legítimo precisa fazer sentido como justificativa tanto para os que exercem a autoridade, quanto para os que estão subordinados, dentro de um determinado contexto histórico, social e cultural. Assim, o que é considerado legítimo, aqui e agora, é o que, aqui e agora, faz sentido como legitimação do poder da autoridade.

Para David Beetham (1991a), é muito difundida entre diversos cientistas sociais uma leitura simplista de Weber, que limita a fundamentação da legitimidade em sua

obra a uma questão de crença, desconsiderando aspectos fundamentais, concernentes ao modo como as relações de poder são efetivamente exercidas e, principalmente, deixando de lado a sua relação com valores sociais. Quando os pesquisadores focam na crença na legitimidade sem levar em conta as motivações e fundamentos que lhes são subjacentes e lhes garantem sustentação, terão dificuldades para explicar variações e indicar o que torna um poder legítimo em um determinado contexto e não em outro.

Em *The legitimation of power* (1991a), Beetham critica essas construções e sustenta que uma relação de poder não é legítima porque as pessoas acreditam em sua legitimidade, mas porque pode ela ser justificada em termos de suas crenças. Por consequência, vislumbra uma abordagem alternativa, que parte de uma perspectiva multidimensional, que se pretende universal com relação à forma, mas que ao mesmo tempo permita considerar as variações contextuais e históricas, ensejando inclusive comparações e a possibilidade de pensarmos em graus de legitimidade – e não apenas sua presença ou ausência (Beetham, 1991a, 2011 e 2013a).

Na perspectiva do autor, a primeira dimensão dessa abordagem de legitimidade é a forma como o poder é adquirido. O exercício do poder deve ocorrer em consonância com o convencional e, muitas vezes, é independente das crenças das pessoas. Esse seria um requisito de *legalidade*, que, vale frisar, não é necessariamente formal (pode ser informal, convencional ou não convencional). Um segundo requisito seria o *consentimento*, ou seja, a expressão por meio de ações que demonstrem a concordância com aquela relação de poder.

As regras, por sua vez, devem ser sustentadas por princípios normativos que as fundamentem, ou seja, a legalidade enseja uma *justificação*. Isso significa que as regras de poder devem ser justificáveis de acordo com as crenças socialmente compartilhadas, tanto a respeito da fonte legítima de autoridade, isto é, quem está qualificado para exercer o poder e como é designado, quanto a respeito dos fins ou propósitos apropriados para o poder e suas formas de exercício. De tal modo as posições de autoridade são publicamente reconhecidas e consentidas pelos subordinados por meio de ações que confirmam sua aceitação e reconhecimento.

Legalidade, consentimento e justificação normativa (crenças compartilhadas)⁶, juntos, oferecem ao subordinado os fundamentos morais para cumprimento, coope-

6. Cada uma dessas dimensões da legitimidade pode ser pensada a partir de seu caráter negativo: (a) Ilegitimidade: poder adquirido ou exercido em desacordo com as leis e normas (como, por exemplo, Golpe de Estado); (b) déficit de legitimidade: falta de lastro social da justificação normativa, ocorre quando regras se distanciam das crenças compartilhadas ou são contestadas e geram questionamentos a respeito do direito da autoridade em exercer o poder (como, por exemplo, movimentos separatistas); e (c) deslegitimação: declínio do consentimento e do reconhecimento público (como, por exemplo, uma grande mobilização e oposição pública a um regime, movimentos revolucionários etc.)

ração e obediência à autoridade⁷. Embora a substância da legitimidade – aquilo que é efetivamente aceito como relevante pelos agentes inseridos na relação de poder – seja composta por elementos contextuais que podem variar de acordo com a conjuntura, haveria, segundo Beetham (1991a), um arcabouço necessário para a existência da legitimidade, que por sua vez seria comum a todos os sistemas de poder legítimos. Para o autor, quando essas três dimensões estão presentes, não dizemos que há uma crença na legitimidade do poder, mas que o poder é legitimado naquele contexto.

Jean-Marc Coicaud (2002), em *Legitimacy and politics: A contribution to the study of political right and political responsibility*⁸, parte de uma definição minimalista de legitimidade, que apresenta como “o reconhecimento do direito de governar”. Entretanto, tal qual Beetham (1991a), ele também compreende a legitimidade como um constructo multidimensional. De início, destaca o consentimento como um fundamento central da constituição da autoridade que se pretende legítima, na medida em que a identificação do poder com o direito só existe enquanto o consentimento existir. Outro ponto é a importância das normas e valores, uma vez que é esperado que aqueles que comandam e aqueles que obedecem estejam alinhados quanto aos valores que a política objetiva promover. E, em terceiro lugar, Coicaud ressalta a legalidade, entendida como conformidade da lei com os interesses da sociedade. Enquanto os valores fundamentais do grupo e o consentimento dos indivíduos determinam a base da origem do poder, a lei, assim entendida, estabelece as condições precisas para o seu efetivo exercício no âmbito de um relacionamento do direito. Nesse sentido, a lei legítima delimita de maneira concreta os direitos e deveres. Tais limites não devem ser excedidos, de modo a se cristalizarem como uma regra que está acima dos governantes e dos governados, diferentemente do poder nu, baseado somente na força.

Em artigo no qual resgatam os fundamentos teóricos da legitimidade, tal como abordada pelos estudos no campo da criminologia, Bottoms e Tankebe (2012) destacam que os trabalhos de Beetham e Coicaud têm poucos anos de diferença e chegam a conclusões próximas quanto à multidimensionalidade do conceito de legitimidade. De acordo com os autores, tanto a definição do fenômeno quanto sua observação empírica guardam um aspecto que precisa ser tratado com mais atenção por esta

7. Os três elementos apontados por Beetham (1991a) como partes da legitimidade se baseiam nos três tipos de dominação weberiana. A crítica é que a classificação weberiana separa, em tipos de legitimidade distintas, elementos que na realidade seriam constituintes e complementares ao conceito de legitimidade: a) a legalidade se fundamenta na dominação racional-legal e na importância das regras; b) as crenças compartilhadas se pautam na dominação tradicional e no apreço pelos valores; e c) o processo de legitimação por consentimento se baseia na dominação carismática e na disposição de seguir o líder.

8. A publicação em inglês em 2002 é precedida pela publicação em francês datada de 1997 – *Légitimité et politique* (Presses Universitaires de France).

literatura: a perspectiva de quem está submetido na relação de poder. Isso porque defendem que a legitimidade seria fruto de um processo dinâmico, que precisa ser cultivado em uma relação contínua, uma espécie de diálogo que envolve os detentores do poder e os cidadãos. Aqueles que detêm ou buscam o poder fazem uma reivindicação a respeito do direito de governar, e a população responde a essa reivindicação. A reivindicação e seu teor podem se ajustar ao público e às suas respostas, em um processo contínuo, uma dinâmica que permeia tanto as relações com autoridades de alto escalão, quanto com aquelas que atuam na ponta, no cotidiano das ruas.

Evidente que em sociedades complexas, cujo tecido é permeado por diferentes grupos de interesse, podem existir diferentes concepções entre a população e com os detentores do poder a respeito do papel de cada acerca de quais princípios e valores devem orientar as ações e condutas. São justamente o diálogo e o debate que modulam esses atores em busca de um terreno comum. Por essa razão, a legitimidade não pode ser vista como algo estático e único, mas como fruto de um exercício dialógico e relacional constante e interativo que envolve reivindicações e respostas (Bottoms & Tankebe, 2012).

A questão da legitimidade da Criminologia

A concepção de que o consentimento, a justificação baseada em valores e a legalidade consistem em elementos-chave para observar a legitimidade (Beetham, 1991a; Coicaud, 2002), a seu modo, se mostra presente nas pesquisas empíricas relativas à legitimidade de instituições como a polícia e o judiciário, que têm ocupado lugar de destaque na pesquisa criminológica nas últimas três décadas.

Na Criminologia, a questão da legitimidade se configura em um objeto de interesse por fornecer elementos para investigar os mecanismos que motivam as pessoas a obedecerem às leis e autoridades, com foco nos agentes de aplicação da lei. O tema se tornou objeto da disciplina em meados dos anos 1990, a partir das pesquisas de Tom R. Tyler, que, baseado em Weber, também aponta uma distinção entre abordagens instrumentais e valorativas para as motivações que levam à obediência. O autor parte de uma crítica à perspectiva instrumental, apontando que este tem sido o modelo preponderante para públicas de segurança e justiça em diversos países ocidentais, apresentando então um modelo de regulação alternativo, baseado em *procedural justice* (Tyler, 2006a).

Tal abordagem instrumental de controle social parte do pressuposto de que seres humanos agem baseados em expectativas sobre as consequências (custos e benefícios) de suas ações, de maneira que tanto obedecer quanto violar as leis seriam comportamentos condicionados a um cálculo utilitário a respeito dos prováveis ganhos e

perdas deles derivados. Dessa maneira, os indivíduos estariam mais inclinados a cometer transgressões quando percebem que os ganhos decorrentes de uma violação são maiores do que os eventuais riscos de serem pegos e punidos⁹. Tal lógica racional se combina com a teoria da dissuasão (*Deterrence Theory*)¹⁰, uma das teses que mais influenciaram a Criminologia no século xx. Segundo ela, o principal mecanismo que impede crimes e transgressões é o receio da penalidade. Por conseguinte, medidas como sanções e punições seriam estratégias eficazes para conformar ações, dissuadindo comportamentos indesejados e prevenindo crimes. Outra premissa dessa abordagem é de que o sistema de justiça criminal não existe apenas para identificar e punir aqueles que cometem violações, mas também para comunicar ao restante da sociedade sobre os riscos de punição se infringirem as normas.

No campo da segurança e da justiça criminal, tal perspectiva teve considerável adesão de autoridades políticas e membros das instituições de lei e ordem, com consequente impacto em políticas públicas que se focam prioritariamente em soluções punitivas e dissuasórias como estratégia para desestimular o desrespeito às leis. Mencionamos especialmente aquelas que buscam aumentar a certeza e a severidade da punição, como investimento em policiamento ostensivo, vigilância, endurecimento penal e criminalização de condutas, resultando em encarceramento em massa, que ocorreu a partir da década de 1980 nos Estados Unidos e, a partir dos anos 1990, no Brasil (Zanetic *et al.*, 2016).

Já de acordo com o modelo valorativo de regulação, as decisões sobre obedecer ou não às leis seriam influenciadas, predominantemente, pelo que os indivíduos consideram certo, moral e justo, e não apenas por interesses relacionados a perdas

9. Tal abordagem tem forte influência da perspectiva econômica da escolha racional e ganhou musculatura na Criminologia em meados dos anos 1960, por meio de pesquisas que buscam testar empiricamente tais pressupostos (Becker, 1968, e Gibbs, 1968, *apud* Paternoster, 2010). A escolha racional pressupõe que as ações humanas são orientadas por sua utilidade esperada, o que ajudaria a explicar diversos comportamentos, inclusive a disposição a cometer crimes. A decisão de delinquir seria tomada em situações nas quais existem oportunidades e ganhos que superam os riscos e custos prováveis em curto ou longo prazo, ou seja, as pessoas violariam as normas quando a expectativa de retorno é maior do que o custo-benefício de seguir a lei.
10. Os conceitos subjacentes à perspectiva instrumental remontam principalmente a Cesare Beccaria ([1764] 2016), que defende a certeza da punição como estratégia para a dissuasão criminal, e a Jeremy Bentham ([1871] 1996), que defende que as ações dos indivíduos são motivadas por interesses individuais de maximizar prazeres (benefícios) e minimizar o sofrimento (custos), de maneira que um bom sistema de punição é aquele capaz de influenciar tal julgamento. Embora desenvolvidos no século xviii, esses trabalhos foram pouco influentes durante os séculos seguintes, visto que nesse período o foco principal dos estudos criminológicos foram modelos positivistas biológicos e psicológicos que entendiam o comportamento criminal como resultado de patologias da mente do indivíduo delinquente, e não como resultado de contextos políticos ou sociais. Essa abordagem foi retomada em meados da década de 1960, com a influência da teoria da escolha racional.

e recompensas pessoais. Nesse sentido, quando entendem que respeitar as leis é o mais apropriado a se fazer, as pessoas estariam mais propensas a assumir essa obrigação e tenderiam a se comprometer com o cumprimento das regras, independentemente de quais são os incentivos e riscos associados a essa adesão. Dentro de tal perspectiva, Tyler (2006b) traça uma distinção entre as motivações para obedecer relacionadas à moralidade pessoal (um julgamento pessoal a respeito do que é justo ou injusto)¹¹ e a motivação para obedecer baseada na legitimidade, que significa obedecer à lei por reconhecer que a autoridade que a aplica tem o direito de prescrever comportamentos. Embora tanto a moralidade quanto a legitimidade sejam entendidas como razões normativas, elas possuiriam motivações distintas. A legitimidade seria mais eficaz em promover o respeito às leis e às autoridades, pois essa decisão não passa por uma avaliação de ordem pessoal, ao passo que a moralidade individual pode tanto incentivar o respeito às leis e às autoridades, quanto levar à oposição a elas¹².

Sob o ponto de vista das autoridades, a obediência voluntária, não instrumental e baseada na legitimidade, é mais vantajosa e menos custosa, uma vez que ela minimiza a necessidade de recorrer à ameaça ao emprego recorrente da força, o que implica menos dispêndio de recursos tanto materiais, quanto em termos de capital político. Em uma democracia, os detentores do poder necessitam que as pessoas aceitem suas decisões e respeitem a lei não porque se sentem ameaçadas, mas porque sentem que é a coisa certa a se fazer. Ainda que as autoridades muitas vezes tenham o recurso da força como uma possibilidade, evocar constantemente esse mecanismo para a manutenção da ordem é uma estratégia contraproducente e insustentável em longo prazo. Por essa razão, seria mais prudente contar com larga obediência voluntária e recorrer à força em situações muito estritas, apenas naquelas em que o respeito à lei é mais difícil de ser obtido.

Com tal premissa, Tyler desenvolve uma agenda de pesquisas voltada para explorar caminhos alternativos ao modelo de regulação baseado em recursos coercitivos, com foco na testagem de modelos empíricos e na realização de estudos aplicados que,

11. A questão da internalização de normas e de determinações é um tema clássico das ciências sociais, que foi abordado por nomes como Freud e Durkheim. No entanto, a abordagem de Tyler se diferencia dessas pois, para ele, a internalização do dever de obedecer não se baseia nos princípios de moralidade pessoal; pelo contrário, quando legitimam uma autoridade, os indivíduos estariam dispostos a suspender suas considerações morais e interesses pessoais, na medida em que concedem à autoridade o poder de determinar o comportamento adequado.
12. Principalmente em situações nas quais as leis e as autoridades indicam caminhos que não se alinham com a moralidade individual de parte da população. Tais situações se tornam evidentes especialmente diante de questões polêmicas que dividem a sociedade, como, por exemplo, no caso da lei do aborto, de uso de drogas ou da convocação para uma guerra.

posteriormente, inclusive se converteram em políticas públicas nos Estados Unidos, especialmente no que tange a ações policiais¹³.

A partir dessa construção, Tyler se dispõe a investigar o que é a legitimidade, como ela pode ser empiricamente observada e, principalmente, quais são os fatores que influenciam seu estabelecimento e consolidação. Para o autor, a legitimidade é encarada como um atributo das autoridades (pessoas, instituições ou leis) que leva os demais a sentirem o dever de se submeterem voluntariamente e seguirem suas determinações (Sunshine & Tyler, 2003; Tyler, 2003). Essa leitura é próxima da proposição de Beetham (1991a) e Coicaud (2002), autores que reconhecem na legitimidade uma particularidade que confere à autoridade o direito ao exercício do poder e apontam para o dever de obedecer como sinal de reconhecimento dessa prerrogativa pelos governados.

Em linhas gerais, a operacionalização empírica que a literatura criminológica faz da noção de legitimidade para pensar principalmente a autoridade policial passa por observar o nível de consentimento dos indivíduos acerca da posse e do exercício do poder, sendo este resultado de certo alinhamento entre cidadãos e policiais a respeito das normas/valores que guiam e são protegidas pela atividade da autoridade. A ideia de consentimento é importante pois qualifica a obediência esperada em uma relação legítima e a distingue de outros tipos de obediência, como a obediência por convenção, impulso, ou mesmo por medo de sanção e/ou coerção. Mais do que somente um ato de voluntariedade, a obediência indica um reconhecimento público por parte do subordinado (Beetham, 1991a), assim como revela um mecanismo de reciprocidade, uma vez que, caso não haja reconhecimento da validade do direito de emanar ordens, não existe um caráter propriamente de direito (Coicaud, 2002).

Essas ideias refletem o esforço empírico do campo que, a partir de pesquisas quantitativas com dados coletados por meio de *surveys*, busca medir o conceito de legitimidade por meio de questões que tratam da percepção da *obrigação de obedecer* à autoridade – como, por exemplo, através de perguntas que colocam se o respondente entende que “as pessoas devem obedecer à polícia (ou às leis) mesmo que ela(s) contrarie(m) o que eles acham que é certo” (Tyler, 2006b).

Além da obediência, a *confiança* também aparece como um elemento que compõe a legitimidade, cumprindo o papel de uma avaliação geral do desempenho da autoridade, indicando que elas são confiáveis, honestas e minimamente atentas ao bem-estar das pessoas com quem lidam (Tyler, 2006a, 2006b; Tyler & Huo, 2002).

13. Em decorrência das manifestações ocorridas em Ferguson, Missouri, após o assassinato do jovem Michael Brown por um policial local, o presidente norte-americano Barack Obama criou uma força tarefa em dezembro de 2014 (President's Task Force on 21st Century Policing) que, em 2015, publicou relatório com diversas recomendações, dentre as quais se destaca a temática “Construindo a confiança e legitimidade”.

Também compõe a noção de legitimidade nestes estudos a ideia de *alinhamento normativo*, que, por sua vez, sinaliza em que medida as instituições e autoridades são consideradas representativas de valores, estruturas normativas, morais e éticas particulares, justificando o exercício de poder pela autoridade por meio do compartilhamento de um propósito de coprodução da ordem social (Hough *et al.*, 2010; Jackson *et al.*, 2012a; 2012b).

A partir da definição e operacionalização da legitimidade, Tyler busca responder então qual é o mecanismo que torna as autoridades legítimas. Seus estudos (Sunshine; Tyler, 2003; Tyler, 2003, 2004; Tyler; Fagan, 2010), apoiados por outros tantos (Hough *et al.*, 2010; Hough, Jackson & Bradford, 2012; Oliveira, Zanetic & Natal, 2020; Walters & Bolger, 2019; Wolfe *et al.*, 2016), apontam que as autoridades e instituições são vistas como legítimas quando exercem a autoridade por meio de procedimentos que as pessoas consideram justos (o que ele chama de *procedural justice*). Quando têm a experiência de procedimentos justos, os indivíduos ficariam mais propensos a aceitar decisões e regras, tenderiam a se comprometer e cooperar para o sucesso das instituições e autoridades.

Os resultados dessas pesquisas empíricas indicam que as pessoas estarão mais propensas a respeitar as decisões e cooperar com os detentores do poder, se sentirem que são tratadas com imparcialidade e atenção por autoridades confiáveis e dispostas a considerar seus pontos de vista. Ou seja, as autoridades conquistam o direito de serem obedecidas quando agem de maneira justa. Isso significa que a produção e a manutenção da legitimidade estão articuladas à forma como as autoridades exercem seu papel e à percepção de que elas são justas tanto no trato cotidiano, bem como no que diz respeito às avaliações mais gerais a respeito de seu papel institucional¹⁴. A legitimidade geraria um ciclo positivo para as autoridades, pois, quando as pessoas as consideram legítimas, estarão mais propensas a cooperar, facilitando as interações, aumentando ainda mais sua legitimidade. O contrário também seria verdadeiro, quando as pessoas veem as autoridades agindo de maneira injusta (ações corruptas, discriminatórias, abusivas ou violentas), estarão menos propensas a cooperar, tornando as relações mais tensas, resultando em decréscimo de legitimidade.

Em suma, o principal argumento de Tyler é que o caminho mais eficiente para fomentar o respeito às leis e autoridades não se dá pelo medo e pela punição, mas depende da forma como as autoridades agem e se apresentam, como tratam os subordinados e como investem seus recursos (Tyler, 2006b).

14. Embora a pesquisa de Tyler coloque o Procedural Justice como elemento central, ele reconhece que este não é o único fator que influencia a legitimidade, elementos como legalidade, eficiência e distribuição justa de recursos também são fatores concomitantes, mas com menor peso para o estabelecimento e a manutenção da legitimidade.

As principais críticas à construção de Tyler e aos seus modelos empíricos de observação são propostas por Bottoms e Tankebe (2012), que se debruçam sobre as fundações teóricas e o constructo empírico de legitimidade. O principal questionamento levantado é em que medida o sentimento de dever obedecer a diretivas de uma autoridade efetivamente reflete a legitimidade. Os autores argumentam que, nas pesquisas do tipo quantitativas, há uma considerável dificuldade em diferenciar a obediência à autoridade que ocorre por razões instrumentais (o medo, o peso da obrigação, o sentimento de impotência diante das autoridades, a tradição, ou mesmo a ausência de alternativa), da obediência que é motivada pelo reconhecimento da legitimidade. Nesse sentido, a ideia de dever/obrigação não resolve as respostas geradas por apatia, tradição, aquiescência pragmática e cálculos instrumentais, e isso se coloca como uma das principais necessidades que as pesquisas sobre legitimidade precisam desenredar (Bottoms & Tankebe, 2012; Tankebe, 2013).

Partindo dessa crítica, Tankebe sugere uma reconfiguração do indicador de legitimidade. Ele argumenta que a avaliação a respeito da forma como as autoridades agem não depende de variáveis independentes, que explicam a presença da legitimidade, mas sim de fatores constitutivos dela. Dessa forma, o autor propõe um indicador de legitimidade que é composto por aspectos como qualidade do processo decisório (tratamento respeitoso, honestidade, imparcialidade, disposição a reconhecer e corrigir erros), alocação justa de recursos (distribuição igualitária independente de grupos de interesse), eficiência na entrega de resultados (capacidade de a autoridade exercer o que se espera dela, por meio de um desempenho satisfatório) e legalidade (poder adquirido e exercido de acordo com regras estabelecidas em dada sociedade) (Tankebe, 2008; 2013; Bottoms & Tankebe, 2012).

Tal crítica, adotada posteriormente por Sun *et al.* (2017), foi rebatida por Jackson e Bradford (2019), que defendem a construção empírica de legitimidade realizada por Tyler, focada na relação que os subordinados estabelecem com as autoridades. Eles argumentam que é importante evitar a imposição *a priori* a respeito de quais são as precondições e valores que tornam uma autoridade legítima. Nesse sentido, criticam a proposta de Sun *et al.* (2017) e Tankebe (2013), pois creem que se trata de uma concepção normativa de legitimidade, que impõe externamente e de cima para baixo quais critérios são válidos para julgar a legitimidade institucional, tratando-os ainda como valores universais.

Tal abordagem normativa também tem como consequência inviabilizar as explorações a respeito de quais componentes são mais relevantes em cada contexto, impondo limitações para que outros julgamentos e variáveis sejam considerados em se tratando da adequação normativa da atividade da autoridade. Assim Jackson e Bradford (2019) defendem que a legitimidade deva ser conceituada e medida

como algo distinto dos julgamentos sobre justiça (procedimental e distributiva), eficácia e legalidade, inclusive porque precisamos avaliar quais desses elementos são mais importantes como preditores de legitimidade em cada contexto ou para cada agrupamento social, tornando inclusive a estratégia de mensuração empírica mais compreensiva quanto a diferenças culturais.

Notas finais

O debate sobre a conceituação e a mensuração da legitimidade segue acontecendo (Sun *et al.*, 2018; Jackson & Bradford, 2019; Cao & Graham, 2019; Trinkner, 2019). Como reportado nas seções anteriores, apesar de sua relevância, a legitimidade ainda é um conceito desafiador enquanto categoria de trabalho, especialmente no delineamento e na aplicação de pesquisas empíricas.

No Brasil, o tema da legitimidade de instituições de segurança e justiça se torna uma discussão indispensável diante de um contexto no qual leis elaboradas e aplicadas a partir de perspectivas eminentemente punitivistas e estratégias de segurança pública baseadas no emprego da força física e da brutalidade coexistem com baixos índices de confiança nas instituições policiais e na justiça. A maior parte das pesquisas desenvolvidas até o momento no país a respeito do tema foram sediadas no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e estabelecem um diálogo com a literatura da criminologia a respeito da legitimidade, com foco principalmente na legitimidade da polícia.

Com base em pesquisas de opinião conduzidas com os moradores da cidade de São Paulo, tais estudos têm encontrado, tal qual ocorre na literatura internacional, o efeito da percepção de justiça procedimental como principal preditor da legitimidade policial (Teixeira, 2019; Oliveira; Oliveira; Adorno, 2019; Oliveira, Zanetic & Natal, 2020), indicando que, assim como ocorrem em outros países, a percepção de que a autoridade policial age de maneira justa e respeitosa é um elemento fundamental para o reconhecimento de sua legitimidade.

Essas pesquisas abordam a legitimidade como um constructo psicológico, ou seja, observando primordialmente a disposição de obedecer e o alinhamento normativo dos indivíduos. Especificamente sobre a mensuração do constructo de legitimidade, esses trabalhos têm adotado uma abordagem empírica, buscando identificar, por meio de questões abertas e fechadas, o que torna uma autoridade socialmente válida sob os olhos dos que estão submetidos. A questão da obediência voluntária, que tem sido um ponto-chave para desenredar a legitimidade de outras formas de submissão, foi trabalhada por meio de questões abertas inseridas em *surveys*, inquirindo os entrevistados a respeito de suas razões para obedecer ou não às leis, às decisões

judiciais e à polícia. Especificamente no caso da polícia¹⁵, os pesquisadores chegaram a uma categorização que congrega quatro tipos de respostas¹⁶. Em primeiro lugar, reafirmaram a *obediência consensual*, como aquela guiada por consentimento com a autoridade, composta por respostas que indicam o reconhecimento de um imperativo moral que leva ao dever de obedecer à polícia, refletindo o consentimento e a justificação do dever de obedecer a partir do respeito à lei e do dever de cidadania, como reconhecimento da autoridade do policial e do que ele representa em sua atuação profissional. Em segundo lugar, apontam a obediência por *obrigação coercitiva*, ou seja, pode estar fundada no medo da sanção ou coerção por parte da autoridade. Nesse caso as respostas indicam principalmente o medo das consequências (legais ou ilegais) da desobediência e da resignação pela impotência diante do poder da polícia. As outras categorias indicam limites à obediência, uma *por protesto* – por não concordar com a autoridade em situações em que consideram que os policiais estão agindo de maneira inapropriada – e a *rejeição da autoridade* – visão negativa da instituição, muitas vezes decorrente de percepções de desvios de comportamento e experiências negativas¹⁷ (Oliveira, Zanetic & Natal, 2020).

Não é novidade que o medo da autoridade e o receio das possíveis consequências da desobediência são elementos importantes na discussão sobre legitimidade. O interessante é que as medidas e perguntas, largamente utilizadas pelos estudos conduzidos na literatura internacional, têm falhado em contemplar de maneira satisfatória esse aspecto na construção de legitimidade. Resta mais que evidente que a simples pergunta sobre a disposição de obedecer à polícia, mesmo quando discorda dela ou quando o policial está errado, não é uma boa questão para delimitar o consentimento. Se a obediência por medo de coerção é a antítese do que se espera como motivação em uma relação legítima, esse é um aspecto que deve, essencialmente, ser tratado pelos indicadores. O problema fica evidente quando, para além da obrigação por medo, os questionamentos da autoridade por protesto ou por total rejeição indicam um extenso rol de motivações e justificativas para o aceite/rejeição de seu exercício de poder.

Nessa direção, para além da questão das motivações instrumentais ou normativas, as reflexões de Weber sobre a legitimidade continuam fundamentais para os desdo-

15. Os entrevistados eram perguntados: “*Acha que deve obedecer à polícia mesmo quando acredita que ela está errada?*” Depois disso, eram instados a responder o porquê, responderam “sim” ou “não”.

16. Partindo de tais categorias, os pesquisadores individualmente, analisaram e categorizaram todas as respostas abertas de acordo com suas compreensões. A taxa de concordância, ao final do processo, foi de aproximadamente 90%.

17. De 1806 entrevistas, 1564 puderam ser categorizadas (86,6% do total). Dessas, 538 foram classificadas como obediência consensual (34,3%), 106 como obediência coercitiva (6,7%), 630 como desobediência por protesto (40,3%), e 290 como desobediência por rejeição (18,5%).

bramentos das investigações sobre a legitimidade de instituições como a polícia e o judiciário. Isso principalmente porque as autoridades do campo da segurança pública e justiça, em sua atuação cotidiana, reproduzem valores de uma dada ordem social. No entanto, é importante lembrar que, para Weber, não há necessariamente uma única ordem operando. Não raras vezes, múltiplas ordens paralelas e contraditórias podem orientar as ações dos sujeitos, ao mesmo tempo. Se cada ordem social é válida na medida em que efetivamente tem a capacidade de orientar as ações dos envolvidos, os estudos sobre a legitimidade e sua operacionalização empírica, ainda que muito importantes para entender o quadro macro sobre as relações entre cidadãos e autoridades, nos parecem ainda insuficientes para pensar como a convivência entre diferentes sistemas normativos se dá e pode mesmo reforçar a existência das diferentes ordens. Neste caminho, as reflexões de Weber sobre a legitimidade podem continuar contribuindo com os estudos sobre a polícia e o sistema de justiça criminal.

Referências bibliográficas

- BECCARIA, Cesare. ([1764] 2016), *On crimes and punishments*. New Brunswick, NJ, Transaction Publishers.
- BECKER, Gary. (1968), "Crime and punishment: an economic approach". *Journal of Political Economy*, 76 (2): 169-217.
- BEETHAM, David. (1991a), *The legitimation of power*. Atlantic Highlands, NJ, Humanities Press International.
- BEETHAM, David. (1991b), "Max Weber and the legitimacy of the modern state". *Analyse & Kritik*, 13 (1): 34-45.
- BEETHAM, David. (2011), "Legitimacy". In: BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D. & MORLINO, L. *International encyclopedia of political science*. Thousand Oaks, CA, Sage.
- BEETHAM, David. (2013), "Revisiting legitimacy, twenty years on". In: TANKEBE, J. & LIEBLING, A. (org.). *Legitimacy and criminal justice: An international exploration*. Oxford, UK, Oxford University Press, pp. 19-36.
- BENTHAM, Jeremy. ([1871] 1996), *An introduction to the principles of morals and legislation: The collected works of Jeremy Bentham*. Oxford, Oxford University Press.
- BOTTOMS, Anthony & TANKEBE, Justice. (2012), "Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice". *Journal of Criminal Law and Criminology*, 102 (1): 119-170.
- CAO, Liqun, & GRAHAM, Amanda. (2019), "The measurement of legitimacy: a rush to judgment?". *Asian Journal of Criminology*, 14 (4): 291-299.
- COICAUD, Jean-Marc. (2002), *Legitimacy and politics: a contribution to the study of political right and political responsibility*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.

- FARIA, José Eduardo. (1978), *Poder e legitimidade*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- HOBBS, Thomas. ([1651] 1974), *Leviatã*. São Paulo, Abril Cultural. Coleção os Pensadores.
- HOUGH, Mike *et al.* (2010), "Procedural justice, trust, and institutional legitimacy". *Policing: a Journal of Policy and Practice*, 4 (3): 203-210. DOI: 10.1093/police/paq027.
- HOUGH, Mike *et al.* (2012), "The governance of criminal justice, legitimacy and trust". In: BODY-GENDROT, S.; LÉVY, R.; HOUGH, M.; SNACKEN, S.; KEREZSI, K. (eds.). *The Routledge handbook of European Criminology*. Oxford, UK, Routledge.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2012a), "Why do people comply with the law? Legitimacy and the influence of legal institutions". *British journal of Criminology*, 52 (6): 1051-1071.
- JACKSON, Jonathan *et al.* (2012b), "Policing by consent: understanding the dynamics of police power and legitimacy. *European Social Survey, Policing by consent: Understanding the dynamics of police power and legitimacy*, ESS Country Specific Topline Results Series, n. 1.
- JACKSON, Jonathan & BRADFORD, Ben. (2019), "Blurring the distinction between empirical and normative legitimacy? A commentary on 'police legitimacy and citizen cooperation in China'". *Asian Journal of Criminology*, 14: 265-289.
- KALBERG, Stephen (org.). (2005), *Max Weber: Readings and commentary on modernity*. Malden, MA, Blackwell Publishing.
- LA BOÉTIE, Etienne. ([1542] 1982), *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo, Brasiliense.
- MAQUIAVEL, Nicolau. ([1532] 2010), *O príncipe*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras.
- NETELENBOS, Benno. (2016), *Political legitimacy beyond Weber: An analytical framework*. London, UK, Palgrave Macmillan.
- OLIVEIRA, Thiago *et al.* (2019), "Legitimidade policial: um modelo de mensuração". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34.
- OLIVEIRA, Thiago; ZANETIC, André & NATAL, Ariadne. (2020), "Preditores e impactos da legitimidade policial: testando a teoria da justiça procedimental em São Paulo". *Revista Dados*, 63 (1): 1-40.
- PATERNOSTER, Raymond. (2010), "How much do we really know about criminal deterrence?". *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 765-824.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. (2008), "Economia e sociedade: últimos achados sobre a 'grande obra' de Max Weber". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23: 41-51.
- SPENCER, Martin. E. (1970), "Weber on legitimate norms and authority". *The British Journal of Sociology*, 21 (2): 123-134.
- SUN, Ivan Y *et al.* (2017), "Procedural justice, legitimacy, and public cooperation with police: Does Western wisdom hold in China?". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 54 (4): 454-478.
- SUNSHINE, Jason & TYLER, Tom R. (2003), "The role of procedural justice and legitimacy in shaping public support for policing". *Law & Society Review*, 37 (3): 513-548.

- TANKEBE, Justice. (2008), Police effectiveness and police trustworthiness in Ghana: An empirical appraisal. *Criminology & Criminal Justice*, v. 8, n. 2, p. 185–202.
- TANKEBE, Justice. (2013), “Viewing things differently: The dimensions of public perceptions of police legitimacy: Public Perceptions of police legitimacy”. *Criminology*, 51 (1): 103-135.
- TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. (2019), *Contato com a polícia e legitimidade policial na cidade de São Paulo*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- TRINKNER, Rick. (2019), “Clarifying the contours of the police legitimacy measurement debate: a response to Cao and Graham”. *Asian Journal of Criminology*, 14 (4): 309-335.
- TYLER, Tom R. (2003), “Procedural justice, legitimacy, and the effective rule of law”. *Crime and Justice*, 3: 283-357.
- TYLER, Tom R. (2004), “Enhancing police legitimacy”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 593 (1): 84-99.
- TYLER, Tom R. (2006b), “Psychological perspectives on legitimacy and legitimation”. *Annual Review of Psychology*, 57 (1): 375-400.
- TYLER, Tom R. (2006a), *Why people obey the law*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- TYLER, Tom R. & FAGAN, Jeffrey. (2010), “Legitimacy and cooperation”. In: *Race, ethnicity, and policing*. Nova York, University Press, pp. 84-117.
- TYLER, Tom R. & HUO, Yuen. (2002), *Trust in the law: Encouraging public cooperation with the police and courts*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- WALTERS, Glenn D. & BOLGER, P. Colin. (2019), “Procedural justice perceptions, legitimacy beliefs, and compliance with the law: A meta-analysis”. *Journal of experimental Criminology*, 15 (3): 341-372.
- WEBER, Max. (1979), *Sociologia*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo, Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13.
- WEBER, Max. (1999a), *Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (volume 1). Brasília, Editora UNB.
- WEBER, Max. (1999b), *Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (volume 2). Brasília, Editora UNB.
- WILLIAMS, Bernard. (2005), *In the beginning was the deed: Realism and moralism in political argument*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- WOLFE, Scott *et al.* (2016), “Is the effect of procedural justice on police legitimacy invariant? Testing the generality of procedural justice and competing antecedents of legitimacy”. *Journal of Quantitative Criminology*, 32 (2): 253-282.
- ZANETIC, André *et al.* (2016), “Legitimidade da polícia. Segurança pública para além da dissuasão”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 16 (4): 148-173.

Resumo

Legitimidade e obediência: diálogos da Criminologia com a Teoria sociológica

O artigo discute concepções de legitimidade e de obediência sugeridas por algumas abordagens da teoria social. Dispõe-se a problematizar perspectivas que examinam tais noções no âmbito de pesquisas sociológicas e criminológicas, com foco em análises de instituições de segurança e de justiça. Partindo dos escritos de Weber sobre ordens legítimas e os tipos de dominação, exploramos as propostas de operacionalização da legitimidade elaboradas por Beetham e Coicaud. Em seguida, introduzimos o debate de criminólogos contemporâneos como Tyler, Bottoms e Tankebe, que se focam na legitimidade das leis e da polícia. Por fim, discutimos os entraves para a mensuração da legitimidade e apresentamos solução adotada no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Legitimidade; Obediência; Criminologia; Teoria social; Polícia.

Abstract

Legitimacy and obedience: dialogues between Criminology and Social Theory

The article discusses conceptions of legitimacy and obedience as suggested by some social theory approaches. It attempts to problematize perspectives that examine these notions within sociological and criminological research, focusing on analyses of security and justice institutions. Starting from Weber's writings on legitimate orders and the types of domination, we explore the proposals for operationalizing legitimacy elaborated by Beetham and Coicaud. Next, we introduce the debate of contemporary criminologists such as Tyler, Bottoms and Tankebe, who focus on the legitimacy of laws and the police. Finally, we discuss the obstacles to measuring legitimacy and present a solution adopted in the Brazilian context.

Keywords: Legitimacy; Obedience; Criminology; Social Theory; Police.

Texto recebido em 31/08/2021 e aprovado em 08/10/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.190229

ARIADNE NATAL é doutora em Sociologia, pesquisadora de pós-doutorado do Peace Research Institute Frankfurt (PRIF) e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). E-mail: natal@hsfk.de.

FREDERICO CASTELO BRANCO é doutor em Ciência Política (USP) e pesquisador do NEV-USP. E-mail: fcastelo@gmail.com.

MARCOS CÉSAR ALVAREZ é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professor do Departamento de Sociologia da USP e coordenador do NEV-USP. E-mail: mcalvarez@usp.br.



Juicios de la gente corriente acerca del gobierno de Allende

Resultados de una encuesta panel aplicada en 1972 y 1973¹

Oscar Mac-Clure*

<https://orcid.org/0000-0003-3905-4121>

Silvia Lamadrid**

<https://orcid.org/0000-0002-4770-8570>

José Daniel Conejeros***

<https://orcid.org/0000-0003-3402-4361>

Introducción

Una bibliografía vasta y aún creciente ha interpretado de múltiples maneras el proceso que se desencadenó ante los cambios impulsados por el gobierno del Presidente Salvador Allende, incluyendo la crisis que se fue agudizando, su derrocamiento en 1973 y la instauración de una dictadura. Gran parte de la literatura tiene como tema central la existencia de un conflicto político a nivel macro de la política y la sociedad, que se expresó cada vez con más intensidad en dos posturas polares con respecto al gobierno del Presidente Allende. Finalmente la oposición confluyó en torno a cuestionar la continuidad del mandato presidencial de Allende y la legitimidad política de su gobierno. Los hechos que más se resaltan en la bibliografía sobre el período ocurrieron en el nivel de quienes tenían poder político – la elite política en un sentido amplio – o fáctico – el poder de las armas y del dinero – y en mayor o menor medida en el nivel de actores colectivos que se movilizaron. Se asume que estos protagonistas del proceso representaban o influían sobre las personas corrientes, que eran básicamente sus seguidores.

* Universidad de Los Lagos, Los Lagos, Chile.

** Universidad de Chile, Santiago, Chile.

*** Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

1. Este trabajo contó con el apoyo de la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo de Chile, Anid-Fondecyt, proyecto 1190436.

A diferencia de esta interpretación, este artículo se sitúa en el nivel de los individuos, sus percepciones y sus opiniones políticas, buscando ir más allá de los estudios que enfatizan en aspectos sociales, políticos y estructurales durante el período gubernamental de Allende. Este enfoque se distancia de reducir todo a lo que ocurrió en la escena política. Asimismo, la investigación pretende observar a la gente común y corriente en la época, más que un foco prioritario en los actores colectivos. Asumimos que también había ideas y sentimientos propios de los individuos que eran parte de lo que estaba en disputa en el espacio político. Esto es relevante desde el punto de vista del cuestionamiento de la legitimidad del gobierno de Allende, pues las personas corrientes eran votantes y además los actores en la escena política declaraban actuar en su nombre, incluso después del golpe militar.

Desde el punto de vista de los individuos, sus juicios sobre el proceso y la legitimidad del gobierno se condensaban ante todo en el apoyo o no apoyo al Presidente, por motivaciones y razones que han sido poco estudiadas y que constituyen el objeto de análisis en este artículo. Ciertamente, la gente corriente no es responsable de lo que ocurrió, pero es insuficiente observar que las personas en general no fueron decisivas en el derrotero que siguieron los acontecimientos o incluso eran ajenas a ello en espacios privados de la vida cotidiana. Es necesario conocer más a fondo qué ocurrió con las personas corrientes en relación con la crisis política, desde sus propias subjetividades. En especial, el “paro de octubre” de 1972 marcó un hito que dividió en dos etapas el período gubernamental del Presidente Allende, abriendo una crisis ininterrumpida y en creciente agudización hasta el golpe militar en septiembre de 1973, por lo que es relevante estudiar cómo evolucionaron los puntos de vista de las personas durante esa crisis. Para comprender mejor el desarrollo de los hechos y su desenlace, falta investigar las motivaciones, percepciones y opiniones de las propias personas con respecto de la crisis, sin enmarcar a los individuos en un análisis exclusivamente electoral, ni presuponer sus orientaciones políticas, de clase social o según actores colectivos.

A este respecto, la contribución del trabajo es el uso de una encuesta panel para evaluar cómo evolucionó entre los mismos individuos el apoyo al gobierno de Allende desde marzo-abril de 1972 a febrero de 1973.

El objetivo de este trabajo es investigar lo que estaba en juego en la experiencia práctica de las personas con respecto de su comportamiento político referido al apoyo o rechazo al Presidente Allende. En primer lugar, afirmamos que la posición política de las personas variaba entre grupos particulares de individuos en la sociedad en términos de su apreciación de la situación, sus intereses e identidades, lo que plantea la interrogante de qué estaba en juego para esos grupos en su experiencia cotidiana. En segundo lugar, afirmamos que desde que se desencadenó la crisis polí-

tica y social de fines de 1972 hasta el golpe, evolucionó también la posición política de esos grupos de personas en términos de su opción ante el dilema de apoyar o no respaldar al Presidente, bajo la influencia de lo que en esas circunstancias percibían que era decisivo en su vida de cada día.

Al respecto, varias preguntas acerca de qué influyó en la apreciación del Presidente y en la evolución del apoyo a Allende son especialmente relevantes, ante todo considerando la influencia de la condición social de las personas al interior de una sociedad marcadamente desigual en base a diferencias como las de clase y género. Es importante entender mejor lo relativo a la evolución del respaldo u oposición a Allende entre las mujeres, cuya desafección con respecto al apoyo al Presidente ha sido considerada un rasgo importante del período. Algo similar cabe plantearse acerca de esa evolución según estratos sociales, entendiendo que generalmente se atribuye a las clases más desposeídas un mayor respaldo a Allende que por parte de los más privilegiados, lo que requiere ser precisado en cuanto a su significación y tendencia en el tiempo. Nuestras preguntas se dirigen también a si las razones de las personas para tener una u otra opinión eran determinadas por su previa identificación política de derecha, centro o izquierda, que pudiera haber cambiado debido a la agudización de la polarización en el escenario político nacional. Finalmente, es preciso abordar la pregunta sobre en qué medida la evolución de sus opiniones políticas se vio afectada también por el agravamiento de problemas como el desabastecimiento.

Para abordar lo expuesto, la metodología de este trabajo se basa en inéditos datos obtenidos de una encuesta panel aplicada durante el período por un equipo de investigadores de la Universidad de Chile encabezados por Eduardo Hamuy, considerado uno de los fundadores de la sociología en el país. En 1972 y 1973 se aplicó una encuesta panel por parte del equipo de Hamuy, es decir, el mismo cuestionario a un mismo grupo de personas en dos momentos del tiempo. Utilizando por primera vez estos datos longitudinales, seguiremos a las mismas personas entre ambos momentos, el previo a la agudización de la crisis y enseguida cuando ésta ya había madurado, para conocer la evolución de sus puntos de vista.

En una primera parte del artículo revisaremos lo que se conoce sobre el tema que estudiamos, seguiremos con la especificación de la metodología utilizada y finalmente presentaremos los resultados obtenidos.

El gobierno del presidente Allende y la crisis de 1972-1973

Este trabajo se centra en las percepciones y opiniones de las personas, más que en los actores políticos y procesos políticos o las condiciones económicas anteriores al golpe militar que derrocó al Presidente Allende, pero estos factores también son

una clave para examinar las ideas y sentimientos de la gente corriente en base a las respuestas a preguntas de la encuesta panel.

Una tesis predominante sobre el período consiste en que se produjo una polarización política que desplazó el sistema de compromisos formales e informales preexistente, basado en soluciones negociadas de los conflictos en las que el centro político era un factor de equilibrio (Bermeo, 2003; Garretón & Moulian, 1983; Levitsky & Ziblatt, 2018; Torres, 2014; Valenzuela, 1978). La polarización culminó y se hizo irreversible en la crisis política y social de octubre de 1972, lo que deslegitimó el régimen político basado en compromisos y a partir de entonces se exacerbó el antagonismo entre los partidarios del Presidente y la oposición (Garretón & Moulian, 1983). Al mismo tiempo, empeoraron las condiciones económicas de la población (Bitar, 2017; Meller, 1996; Winn, 2013). En un nivel intermedio, se intensificaron acciones colectivas que buscaban ampliar una base de apoyo social al proceso de cambios (Gaudichaud, 2004; Llanos, 2012; Pinto, 2005). En paralelo, la agudización de la crisis política, la convergencia de la derecha con el centro y las acusaciones sobre la legitimidad del gobierno en lo relativo a procedimientos democráticos en el ejercicio del poder, condujeron a una activación de la conspiración militar que finalmente desató el golpe de septiembre de 1973 (Valdivia, 2005).

En contraposición a esa tesis, se ha sostenido que la intensificación de la polarización en el sistema de partidos era ajena a la mayoría de los ciudadanos o al menos independiente de su voluntad, pues sus preferencias políticas eran volátiles (Bermeo, 2003; Montes, Mainwaring y Ortega, 2000). A este respecto, un mes antes del golpe se encontraba en Chile el sociólogo Alain Touraine y describió que “[...] las relaciones entre los problemas económicos y sociales, los problemas políticos y hasta los debates ideológicos están alterados. Todo se da simultáneamente [...]. Tanto que todos sienten la inmensidad de lo que está en juego sin que nadie pueda seguir el desarrollo de la crisis o intervenir en ella” (Touraine, 1974, p. 57). Una crisis puede ser entendida como la transformación de un estado preexistente, cuya institucionalización en múltiples esferas del sistema político y social pierde vigencia, lo cual aleja de sus rutinas a los actores y tiende a imponerse sobre sus comportamientos (Dobry, 1988). Este estudio asume la crisis política como concepto unificador acerca de la coyuntura, caracterizada primordialmente como una polarización en el espacio público donde confluían dos posturas divergentes y opuestas con respecto del gobierno de Allende, la continuidad de su mandato presidencial y la legitimidad del ejercicio de la presidencia. El efecto de la crisis en los individuos, que son el foco de este trabajo, se reflejaba ante todo en su posición ante esa disyuntiva, pero comprender su comportamiento requiere ir más allá de esa dicotomía y considerar múltiples otros aspectos.

Uno de los aspectos que es preciso tener en consideración, consiste en si el cambio entre antes y después de la agudización de la crisis tuvo que ver con una mayor firmeza de las convicciones políticas de las personas en términos de identificarse con el polo de izquierda o bien con el de derecha, lo que en este trabajo definimos como polarización de la identificación política, distinguiéndola de las posiciones polares en torno al apoyo al Presidente. La creencia de que se mantuvo la identificación previa de las personas con la derecha, el centro y la izquierda, fue puesta en duda por Fleet (1985), sosteniendo que para corroborarlo se requeriría seguir a las mismas personas entre ambos momentos, como investigamos en este trabajo. Aunque las personas eran influenciadas por la política nacional y la acción colectiva, es razonable afirmar que la evolución de su posición política también tuvo que ver con características y motivaciones de los grupos sociales a los que pertenecían, con las consecuencias de la situación económica en las condiciones de vida y con las aspiraciones subjetivas, lo que abordamos enseguida.

La crisis política como contexto de la experiencia práctica y cotidiana de las personas

Conocer mejor la crisis política, económica y social al final del gobierno de Allende, desde el punto de vista de la experiencia práctica y cotidiana de las personas, requiere examinar con especial atención tres aspectos que analizaremos en base a la encuesta panel durante el tiempo transcurrido desde marzo-abril de 1972 a febrero de 1973: el desabastecimiento y la inflación, el desempleo y el empleo precario, y la interseccionalidad de género. Demostraremos empíricamente que estos aspectos incidieron en las opiniones políticas de los individuos durante los meses de dicha crisis, sin pretender explicar todo el gobierno de Allende en este trabajo.

1. En primer lugar, el desabastecimiento y la inflación se agudizaron hasta alcanzar un estado crítico hacia 1973, aunque venían incubándose desde antes.

Al inicio del período gubernamental mejoraron los salarios mientras la inflación se contenía (Bitar, 2017; Meller, 1996). Los cambios estructurales impulsados por el gobierno del Presidente Allende, como la reforma agraria, la nacionalización de las grandes minas de cobre, la estatización de bancos y grandes empresas, involucraban a la gente corriente y acarrearaban beneficios materiales directos para algunos grupos. Pero el gobierno no pudo mantener los equilibrios macroeconómicos, en parte por la acción desestabilizadora de quienes se le oponían, pero también por el fuerte aumento del gasto público, los incrementos salariales y la caída de los ingresos de las exportaciones (Stallings, 1978). En este contexto, la escasez de productos alimenticios ha sido señalada como uno de los asuntos con mayor impacto en la

población y forma parte de la “leyenda negra” acerca del gobierno de Allende (San Francisco *et al.*, 2019).

Las primeras señales de escasez surgieron a fines de 1971, frente a lo que protestaron mujeres opositoras que protagonizaron una “marcha de las cacerolas vacías” y a la larga, el desabastecimiento habría sido causante de una disminución del apoyo a Allende entre las mujeres (Bermeo, 2003; Power, 2009; Fermandois, 2019). Sin embargo, la opinión de las personas sobre quién era responsable del desabastecimiento estaba dividida en 1972 entre quienes responsabilizaban al gobierno y quienes culpaban a la oposición política, los comerciantes y los fabricantes (Protho & Chaparro, 1974).

La escasez se vio agravada por el “paro de octubre” de 1972 llevado a cabo por los dueños de camiones con apoyo de organizaciones de empresarios y profesionales, que paralizó gran parte del transporte de productos alimenticios en el país. A partir de entonces, la generalización del desabastecimiento se convirtió en una situación dramática y el gobierno nunca pudo reparar el daño económico (Meller, 1996; Winn, 2013). La respuesta gubernamental, con la incorporación de militares en el gabinete ministerial para poner fin al paro, fue una intensificación del control de precios y una ampliación de los mecanismos estatales de distribución. Pero esto a su vez generó expectativas de racionamiento de productos que incitaron al acaparamiento por parte de quienes tenían recursos para hacerlo, sin que existiera una estructura que permitiera establecer ese racionamiento (Larraín & Meller, 1990; Meller, 1996; Schatán, 2008). El gobierno enfatizó en la distribución de alimentos a través de las Juntas de Abastecimientos y Precios (JAP) con participación de pobladores y vecinos, las que se multiplicaron y en ocasiones desbordaron definiciones de las autoridades sobre el rol de esos organismos (Cofré, 2018). Las crecientes dificultades cotidianas para el acceso a alimentos generaron sentimientos de incertidumbre entre las personas y la oposición cuestionó la capacidad de las autoridades para asegurar el abastecimiento (Espinosa, 2018).

En cuanto a la inflación, había disminuido en 1971 en conjunto con el mejoramiento de los salarios, pero enseguida se elevó en paralelo al desabastecimiento, con un incremento galopante en 1972 que derivó en hiperinflación en 1973, erosionando los salarios reales (Bitar, 2017; Meller, 1996; Milos, 2013; Mizala & Romaguera, 1993). Pero se ha destacado que a pesar del impacto de esta situación económica en la población, el efecto fue exiguo en los resultados de la elección parlamentaria de marzo de 1973, pues éstos fueron relativamente favorables al gobierno, lo que se ha explicado por la firmeza de la adhesión política a Allende de quienes se identificaban con la izquierda (Bermeo, 2003; Meller, 1996).

Sin embargo, el efecto de los problemas económicos en la opinión política de las personas también debe enmarcarse en un contexto más prolongado. Por un

lado, en lo relativo al desabastecimiento, se debe tener presente que había un juicio favorable al control de precios que se encontraba establecido en una memoria histórico-económica relativamente consensuada en las autoridades políticas y el pensamiento económico de la época (Meller, 1996). Formaba parte incluso del discurso y la práctica de la derecha, que en el gobierno del Presidente Alessandri había puesto en marcha el organismo estatal encargado de velar por el control de precios (Dirinco), sin cuestionar tampoco este sistema en sus propuestas de la campaña presidencial de 1970 (Valdivia, 2008)². En el centro político, el gobierno de Frei anterior al de Allende había ampliado el control de precios con respecto a productos alimenticios como la carne y el pan (Wisecarver, 1986). Así, no es de extrañar que el control de precios fuera en gran medida acogido y demandado por la población. Por otro lado, con respecto al aumento de los precios, habían transcurrido décadas con altas tasas de inflación, de modo que esto también constituía un problema relativamente habitual en el transcurso de la vida de las personas, lo que toleraban como si fuera algo normal.

2. Un segundo problema que es relevante considerar con respecto de la crisis de 1972-1973, como veremos más adelante, se refiere al desempleo y al empleo precario.

A diferencia de lo ocurrido con el desabastecimiento y la inflación, en la literatura sobre el período se ha asignado escasa atención a la percepción subjetiva sobre la problemática del empleo, lo que puede tener explicación en las formas de medición de la desocupación que se utilizaban en la época. En base a esos datos que eran generalmente aceptados, estudios económicos sostuvieron que la desocupación se mantuvo en una tasa baja a lo largo de todo el período hasta 1973, del orden de un 3,5% en diciembre 1972 (Bitar, 2017; Meller, 1996). A este respecto, también hubo estudios que utilizaron datos sobre distintas categorías de ocupados para relacionar sus conductas políticas durante el período con su pertenencia a clases sociales (Faleto, 2008; Gómez, 1999; Valenzuela, 1978). De esta forma de medir la pertenencia a clases sociales en base a los ocupados, se podría desprender que el desempleo no era una fuente de preocupación para las personas que tuviera implicancias en sus opiniones políticas y las ocupaciones tenían una estabilidad que tampoco era problemática para quienes tenían un empleo.

Sin embargo, se ha observado que el empleo tenía importancia en la opinión política de las personas en los meses previos a la elección de Allende, cuando la tasa de desempleo también era baja (Mac-Clure & Garretón, 2019). A este respecto, ya

2. Ley 15560, 3 de febrero de 1964. Jorge Alessandri, "Hacia un Gobierno de Integración Nacional", El Mercurio (suplemento), 11 enero 1970.

en la época un estudio de Odeplan (Oficina de Planificación Nacional) advirtió que las bajas cifras de desempleo abierto – la medición predominante del desempleo – oscurecían el subempleo de los ocupados que estimó en 9,7%, a lo cual agregó una población sin participación en el empleo – inactivas – pero con intención de buscar trabajo o que posiblemente buscaría trabajo (Cornejo, Guarda & Chacón, 1971)³. Pocos años después, el empleo informal fue conceptualizado por la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y se estimó que representaba un 39% de la fuerza de trabajo en las ciudades chilenas en 1970 (Souza & Tokman, 1976). De este modo, para una parte importante de la población el empleo precario, la inestabilidad laboral y las barreras a la participación laboral representaban una situación constante y cotidiana de riesgo para la subsistencia familiar, a lo cual se agregaba una protección jurídicamente débil de la estabilidad en los empleos formales, frente a lo que eran especialmente vulnerables los hogares de menores recursos económicos en períodos de crisis económica.

3) Un tercer aspecto que resulta clave considerar en la crisis de 1972-1973, se refiere a la posición de las mujeres ante los conflictos y problemas que se agudizaron. Los puntos de vista subjetivos pueden ser observados mejor desde una perspectiva de género, como lo ha evidenciado una amplia y valiosa producción bibliográfica sobre el período del gobierno de Allende.

En la época se advirtió que, debido a su socialización, la mayoría de las mujeres asumía una identidad tradicional como madres, esposas y dueñas de casa, aspirando a mantener y en lo posible mejorar las condiciones de bienestar al interior de su hogar, siendo menos frecuente el empleo en un trabajo remunerado (Mattelart y Mattelart, 1968). Así, las dificultades de abastecimiento de alimentos y la inflación constituían una amenaza a la vida doméstica cotidiana y al bienestar del hogar del cual eran responsables según esa identidad tradicional, que en sí misma quedaba puesta en cuestión cuando se veían impedidas de cumplir satisfactoriamente ese rol atribuido (Kirkwood, 1986). Aunque los hogares contaran con un mejor presupuesto gracias a la mejoría de las remuneraciones a inicios del gobierno de Allende, mayoritariamente tenían a su cargo la compra y preparación de alimentos, por lo que estar obligadas a hacer colas para conseguirlos tenía un costo en tiempo para su trabajo doméstico no remunerado, mientras que también tenía un costo monetario comprar en el mercado negro a precios más altos. A esto se agregaba la incertidumbre sobre poder adquirir

3. Odeplan fue el organismo estatal antecesor del Ministerio de Planificación (Mideplan), cuyo sucesor fue a su vez el Ministerio de Desarrollo Social (MDS). El subempleo se refería a los que trabajan en una ocupación precaria o inestable y el desempleo abierto a los que no trabajaban ni estaban dispuestos a trabajar.

los productos que requerían. Sobre esta base, utilizando como símbolo el golpe de cacerolas, el movimiento encabezado por mujeres de clase media y clase media-alta opositoras al gobierno de Allende logró proyectarse como una acción colectiva no política y por tanto con un alto grado de legitimidad (Power, 2009). A medida que la escasez de alimentos y otros productos se fue agudizando, el movimiento también constituyó un medio de expresión del descontento de mujeres de barrios de menores recursos económicos. La solución promovida por el gobierno, las Juntas de Abastecimientos y Precios (JAP), tampoco coincidía con las inquietudes de las mujeres, que temían la politización de las JAP o que vincularse a éstas les quitara tiempo para sus ocupaciones domésticas (Power, 2009).

La participación política de las mujeres no contrarrestaba la identidad de género tradicional, debido a varios factores. La participación de las mujeres en las elecciones siempre fue alta desde que obtuvieron el derecho a voto en 1949, pero su presencia en el Parlamento y en los municipios se reducía apenas al 4% de los cargos hasta 1973 (Jones & Navia, 1999). La opinión mayoritaria en los estratos altos y medios altos era favorable a la participación política de las mujeres, pero estaban en desacuerdo con esa participación las personas de sectores medios bajos y bajos, urbanos y rurales (Mattelart & Mattelart, 1968). Durante la presidencia de Frei Montalva – 1964 a 1970 –, las mujeres populares se integraron masivamente a los Centros de Madres impulsados por el gobierno, donde su participación en la esfera pública estaba relacionada con su rol doméstico, sin cuestionar el orden patriarcal de los hogares (Power, 2009). En los movimientos de tomas de terrenos urbanos en búsqueda de solución a la carencia de vivienda para sus familias, las mujeres tuvieron una participación significativa aunque generalmente sin ser dirigentes de esas formas de acción colectiva (Pinto, 2005). Muchas mujeres rurales defendieron tenazmente la reforma agraria, aunque ésta entregó más poder a los hombres que a las mujeres, al abrir posibilidades al acceso a la propiedad para los jefes de familia hombres, manteniendo la dependencia económica y el carácter pasivo de la población femenina (Tinsman, 2009; Valdés, 2007). Además, a pesar de una apariencia de modernidad asociada a la valoración positiva del amplio y creciente acceso de las mujeres a la educación, la integración profesional femenina era secundaria en relación con el matrimonio como aspiración para las jóvenes (Lamadrid, 2014).

En un sentido general, si bien el proyecto de la Unidad Popular impulsó transformaciones de fondo en la sociedad y constituyó una ruptura con respecto de los gobiernos anteriores, compartía con otros sectores políticos el orden de género tradicional basado en la constitución de familias con jefatura de hogar masculina como modelo ideal y asumió que las tareas del hogar seguían siendo responsabilidad de las mujeres – incluso cuando tenían un empleo remunerado o ejercían roles en

organizaciones sociales –, enfatizando en el rol del Estado de apoyar el bienestar familiar (Kirkwood, 1986; Thomas, 2011).

A ese respecto, las mejoras de sueldos y la estabilidad del empleo formal favorecerían directamente en mayor proporción a los varones, que componían la mayoría de los ocupados, mientras la participación femenina se reducía a un módico 23% de la ocupación, de acuerdo con el estudio de Odeplan indicado (Cornejo, Guarda & Chacón, 1971). Esas mujeres que trabajaban fuera del hogar también se vieron favorecidas por los mejoramientos económicos que ocurrieron en especial a inicios del período de Allende. Sin embargo, las mujeres cuya actividad principal eran las labores del hogar equivalían a 2,2 veces las ocupadas, según el mismo estudio. Las personas inactivas en edad de trabajar tenían un bajo nivel educacional y por tanto socioeconómico: un 62% solo contaba con educación básica o menos y un 36% con educación media.

Una aproximación con respecto a conocer la disposición de esas mujeres a encontrar un trabajo remunerado, se encuentra en una encuesta aplicada por el sociólogo Orlando Sepúlveda en 1971 y 1972, que permite contextualizar los datos de las encuestas de Hamuy y suplir la ausencia de estudios sobre el tema. La muestra aleatoria abarcó 540 hombres y mujeres en Santiago y puede considerarse al menos como un numeroso estudio de casos.⁴ Una de las preguntas se refería a si la persona encuestada consideraba que las oportunidades de la mujer en cuanto a trabajo deberían aumentar “Mucho”, “Un poco” o “Regular”. Un 60% de las personas encuestadas opinó que debían aumentar “mucho” las oportunidades de trabajo de las mujeres, lo que era compartido en similares proporciones por los encuestados hombres y las mujeres. Esta elevada aspiración a un trabajo remunerado femenino es indicio de una demanda potencial de empleo que el mercado laboral – formal e informal – no satisfacía. Para las personas encuestadas, estaba en juego la participación de la mujer en el empleo remunerado. En un sentido más amplio, esto pone de relieve la importancia que tenía el acceso al empleo en la época, especialmente para las mujeres y personas de menores ingresos.

4. La selección de las personas encuestadas se realizó de acuerdo con un procedimiento sobre el cual no hay registros y de modo poco canónico la encuesta se aplicó paulatinamente a lo largo de los años 1971 y 1972. La encuesta se inscribía en una investigación sobre el efecto de la televisión en Santiago del Departamento de Sociología de la Universidad de Chile. Los cuestionarios con las respuestas de los encuestados se conservan en papel en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile y fueron procesadas para los fines de este estudio.

Metodología: la encuesta panel de 1972-1973

Datos

Este trabajo se basa primordialmente en datos de una encuesta panel aplicada en la época por el equipo del sociólogo Eduardo Hamuy – quien no publicó los resultados –, a través del Centro de Estudios de Opinión Pública (Cedop) que dirigía. Hamuy aplicó una serie de encuestas desde 1957 hasta 1973, examinadas en diversos estudios posteriores (Bermeo, 2003; Cordero, 2009; Fleet, 1985; Huneeus, 1987; Joignant & Navia, 2013; Mac-Clure & Garretón, 2019; Miranda & Retamal, 2018; Navia & Osorio, 2015a, 2015b, 2017; Stallings, 1978; Sunkel, 2015).

La encuesta panel que analizamos por primera vez en este artículo fue aplicada en la ciudad de Santiago entre abril y junio de 1972 y posteriormente en febrero de 1973, lo que es especialmente relevante para conocer las percepciones de los individuos desde el momento previo a la crisis político-social de fines del primer año, en comparación con el momento de agudización de la crisis en 1973⁵. La primera aplicación de la encuesta fue realizada antes del “paro de octubre” y la inclusión de militares en el gabinete ministerial del Presidente Allende de 1972, mientras la segunda se aplicó sólo un mes antes de la confrontación de dos bloques en la elección parlamentaria de marzo de 1973, en medio de la crisis que culminó en el golpe de estado de septiembre de ese mismo año. Entre ambos momentos en el tiempo, el uso de la encuesta panel permite observar variaciones en las ideas y sentimientos de las mismas personas, a diferencia de encuestas con muestras diferentes que podrían reflejar modificaciones debidas a su composición.

El levantamiento de la encuesta panel fue cara a cara, con una muestra de tipo probabilístico basada en comunas, manzanas seleccionadas aleatoriamente al interior de éstas y viviendas elegidas al azar (Fleet, 1985). El error muestral promedio de las encuestas de Hamuy, que no hizo estimaciones de ese error, ha sido estimado en 3,26% (Cordero, 2009). En particular, en su encuesta previa a la elección presidencial de 1970, las diferencias entre el apoyo de los encuestados en Santiago a cada uno de los candidatos y los resultados de la votación en la ciudad oscilaron entre un máximo de 1,2 puntos porcentuales y +2,2 puntos, lo que es un indicio positivo acerca de la calidad del diseño muestral que utilizaba el equipo de Hamuy (Mac-Clure & Garretón, 2019). La muestra aleatoria era considerada estadísticamente representativa de la población mayor de 18 años en la ciudad, sin requerir ajustes según algún factor de ponderación, lo que mantenemos en este trabajo.

5. Encuesta Cedoc 39, Santiago, abril a junio 1972 y Encuesta Cedoc 45, Santiago, febrero 1973, basada en la anterior. Bases de datos originales en SPSS.

La cobertura de la encuesta panel en 1972 y 1973 – año de especial interés para este estudio – abarcó solamente la ciudad de Santiago, aunque en 1972 se aplicó también en Valparaíso y Viña del Mar.⁶ La muestra utilizada corresponde a los 504 casos en que coincide el identificador único de cada medición, validados además en base a la comuna de residencia y el sexo, lo que es relevante para garantizar la consistencia de la muestra de ambos años. Estos casos pareados forman parte de una muestra más amplia de individuos que fueron encuestados en cada año, 881 en 1972 y 754 en 1973.

Las características básicas de los encuestados en la encuesta panel de 1972 y 1973 son descritas en el Anexo según sexo y edad, que son comparados con el Censo de 1970, además de su estrato socioeconómico (Tabla A1).

Variables

Las variables utilizadas en este trabajo corresponden a las disponibles en las bases de datos para ambos años, de acuerdo con las respuestas al cuestionario que fue aplicado en la época. De modo análogo a una variable dependiente, se considera como factor clave durante el período el apoyo al Presidente, medido a través de una pregunta basada en una escala Likert de cinco niveles sobre el grado de apoyo, que en este trabajo codificamos en forma binaria como “apoya” y “no apoya”. Agrupamos las respuestas en esas dos categorías de modo que su frecuencia sea una aproximación proporcionalmente similar – ligeramente superior – a los resultados de la elección parlamentaria de 1973 en Santiago. La Unidad Popular obtuvo un 35,9% de los votos en la ciudad de Santiago – donde se aplicó la encuesta – y un 44,2% a nivel nacional, según datos del Registro Electoral, en correspondencia con lo cual la categoría “apoya” abarca un 44,2% de los encuestados en ese año y el mismo orden de clasificación se aplica en el año anterior.

En el apoyo al Presidente podían incidir diversas características socioeconómicas de las personas encuestadas, ante todo los efectos debido a género y edad. En el trabajo se utiliza la variable sexo de la persona (hombre o mujer), que puede reflejarse en diferencias de género. La edad de las personas se mide a través de una variable continua en la base de datos, que utilizamos tanto de ese modo original como en una agrupación en tres tramos similares en cuanto a los años abarcados y su frecuencia (18 a 29 años, 30 a 49 y 50 o más).

6. Los datos de las encuestas de 1972 en Valparaíso y Viña del Mar no son analizados en este trabajo, pero los resultados son similares a Santiago.

Además de esas variables, los estudios basados en encuestas también distinguen habitualmente estratos socioeconómicos, aunque su dispar medición puede dar lugar a múltiples resultados, por lo que en este trabajo se emplea una clasificación basada en criterios de la época y en continuidad con estudios posteriores. Utilizamos una variable elaborada por el propio equipo de investigación en la época, denominada “índice socioeconómico”. Esto corresponde a una codificación según nivel socioeconómico que tomó como base la suma aritmética de tres variables: calidad de la vivienda, nivel educacional y clasificación ocupacional – actualmente denominada categoría ocupacional –, según un procedimiento similar al aplicado en encuestas de las décadas siguientes en Chile (AIM, 2008; Cordero, 2009). Los resultados de esa suma, en orden de valor ascendente, fueron categorizados como una escala y registrados en la base de datos original. En este trabajo reagrupamos las dos categorías extremas de la distribución debido a que el número de casos era muy pequeño, por lo que agregamos la categoría inferior y la superior a la categoría más cercana a cada una de ellas, distinguiendo cinco estratos socioeconómicos, desde el más alto al más bajo, lo que no pretende ser una medición de clases sociales.

Para estudiar las motivaciones y opiniones que incidían en la posición con respecto a apoyar al Presidente Allende, seleccionamos dos variables, la identificación política (derecha, centro, izquierda o sin identificación) y la apreciación de cuáles eran los problemas del país que consideraban más importantes, las que han sido puestas de relieve en estudios previos basados en las mismas encuestas (Mac-Clure & Garretón, 2019; Navia & Osorio, 2017). La segunda variable sobre apreciaciones subjetivas se basa en una pregunta referida a una lista de “los principales problemas nacionales” acerca de la que se solicita a la persona indicar “cuál de ellos considera más importante”. De acuerdo con esa formulación, puede ser considerada tanto un diagnóstico de la situación en el período, como el reflejo de aspiraciones en un sentido más amplio que la situación personal o expectativas para la familia. Esta pregunta cerrada ya había sido aplicada por Hamuy en la mayor parte de las encuestas anteriores, pero en el cuestionario de la encuesta panel agregó una alternativa referida al desabastecimiento. En 1973 subdividió la alternativa sobre empleo, que era elegida con mucha frecuencia; para conservar consistencia con la variable de 1972 mantuvimos agrupadas las respuestas sobre empleo. En el trabajo utilizamos las seis alternativas aplicadas en 1972, así como una agrupación de las mismas alternativas basada en su homogeneidad: “hacer la reforma agraria”, inflación y escasez, políticas sociales y empleo. Al tratarse de alternativas cerradas, esta variable permite contrastar ambos años sobre una base estándar e incluso comparaciones con estudios más allá del período analizado.

Análisis

El análisis descriptivo de los datos se basa en la opinión de los encuestados con respecto de su apoyo o no apoyo al Presidente, de acuerdo con cada una de las variables socioeconómicas y de apreciación subjetiva antes indicadas. El trabajo utiliza los datos de cada uno de los dos años de la encuesta panel para distinguir tipos principales de encuestados con respecto a la evolución de su posición sobre el apoyo a Allende, incluyendo tanto quienes mantienen su posición como quienes la modifican entre ambos años. Esta tipología identifica tres categorías: a) Partidarios: sí apoyan en 1972 y en 1973; b) Contrarios: no apoyan en 1972 ni en 1973; y c) Fluctuantes: su apoyo varía entre ambos años. Con esta diferenciación se realiza un análisis descriptivo de la evolución del apoyo a Allende, referido a cada subconjunto de encuestados según cada una de las variables del estudio en cada año.

La definición operacional de la evolución del apoyo al Presidente según esa tipología, es capturada finalmente en un análisis longitudinal basado en un modelo estadístico de regresión logística multinivel con intercepto aleatorio (Hox, Moerbeek & Schoot, 2018). Se modela la probabilidad apoyar al Presidente según características socioeconómicas, identificación política y principales problemas percibidos, en cada medición de modo anidado a nivel de individuos. Así, el modelo incorpora los dos momentos del tiempo con respecto del apoyo a Allende por parte de cada encuestado. Esto tiene la ventaja de aprovechar la estructura jerárquica de los datos e incorporar predictores tanto constantes como variantes en el tiempo, aunque con supuestos con respecto a la normalidad e independencia de los errores, para explorar los patrones en el apoyo hacia el Presidente considerando su evolución previa al golpe de 1973. Del mismo modo, se estiman modelos transversales para 1972 y 1973 por separado, con una estructura de variables idéntica al modelo longitudinal, para evaluar factores específicos que pudieran condicionar el apoyo al Presidente en cada uno de estos años por parte de los mismos encuestados.

Evolución de la postura política de las personas: partidarios, contrarios y fluctuantes

Los resultados muestran las diferencias en el comportamiento político de las personas en cuanto a su posición respecto al Presidente (Tabla 1) desglosadas por características socioeconómicas de los encuestados así como de acuerdo con sus motivaciones y opiniones sobre aspectos claves con respecto a esa opción política, comparando sobre esa base a los mismos individuos en las dos oportunidades en que fueron encuestados y sometiendo a prueba la importancia relativa de esos factores en la evolución de su apoyo a Allende en el período de 1972 a 1973 (Figuras 1 a 4 y Tabla 2).

TABLA 1

Apoyo al Presidente: evolución según tipos de encuestados en 1972 y 1973, Santiago

ABRIL-JUNIO 1972			FEBRERO 1973		
Apoya	No apoya	TOTAL	Apoya	No apoya	TOTAL
51,6%	48,4%	100%	44,2%	55,8%	100%
AMBOS AÑOS			PANEL		
Sí apoya en 1972 y en 1973			34,7%		
Apoyo varía entre ambos años			26,4%		
No apoya en 1972 ni en 1973			38,9%		
TOTAL			100%		

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

El apoyo al Presidente Allende experimentó una caída desde la situación anterior a la crisis de 1972 a cuando ésta ya se había desencadenado en 1973 (Tabla 1). Sin embargo, el apoyo al Presidente en ese último año seguía siendo elevado, como se confirmó en la elección parlamentaria de marzo del mismo año.

Esto evolucionó de tres maneras diferentes en las personas encuestadas en los dos momentos de la encuesta panel, en 1972 y nuevamente en 1973, en lo que basaremos nuestro análisis. Los partidarios de Allende que mantuvieron su apoyo al Presidente en forma constante en ambos años fueron más que quienes lo apoyaron solo en uno u otro momento. De modo análogo, las personas encuestadas contrarias a Allende de modo invariable en los dos años también fueron más que quienes variaron su posición. Pero de todos modos, las personas fluctuantes fueron un grupo cuantitativamente relevante con respecto al apoyo al Presidente, por lo que es pertinente entender sus motivaciones y opiniones, junto con las de quienes se mantuvieron partidarios o contrarios al Presidente. Este tercer subconjunto de encuestados abarcó un 62,5% que apoyó a Allende en 1972 pero no en 1973 y a la inversa un 37,5% que no lo apoyó en el primer año pero sí en el segundo.

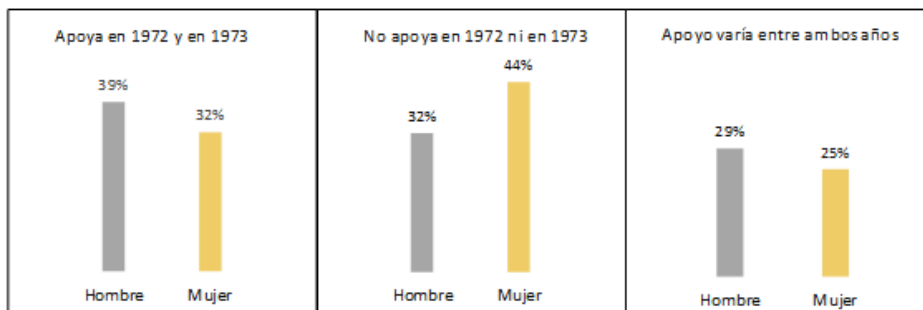
Características socioeconómicas y motivaciones subjetivas: género, edad y estrato social

Los datos de la encuesta panel muestran una fuerte incidencia del género en el comportamiento político de las personas encuestadas (Figura 1 y Tabla A2 en Anexo).

En el primer subconjunto, las mujeres que se mantuvieron partidarias de Allende en 1972 y 1973 fueron proporcionalmente menos que los hombres. La mayor

FIGURA 1

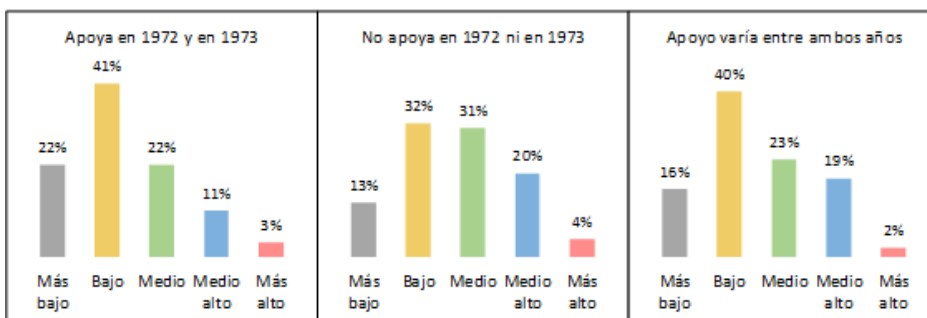
Evolución del apoyo al Presidente según sexo en 1972 y 1973, Santiago. % según cada sexo (100%)



Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

FIGURA 2

Evolución del apoyo al Presidente según estrato socioeconómico en 1972 y 1973, Santiago. % según estratos en cada tipo de encuestados (100%)



Fuente: Encuestas abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

diferencia entre hombres y mujeres se produjo en el grupo que asumió una posición política en contra del Presidente en forma inalterada durante ambos años: las mujeres contrarias a Allende fueron una proporción considerablemente mayor que en el caso de los varones. En cambio, las mujeres que fueron inestables en cuanto a apoyarlo entre esos dos momentos constituyeron una proporción relativamente similar a los hombres.

Desde el punto de vista de la firmeza de sus opciones políticas en términos de mantenerlas en el transcurso del tiempo, los comportamientos más polarizados en el sentido de ser constantes en 1972 y 1973, correspondieron a las mujeres que se mantuvieron contrarias al Presidente, seguidas por los hombres que continuaron siendo partidarios de Allende, a diferencia del grupo de mujeres y varones que tuvo variaciones en su posición política. Esto indica que la polarización era mayor entre las mujeres contrarias al Presidente que en el resto de las mujeres encuestadas.

Diferencias bastante marcadas se observan también en el apoyo al Presidente según los estratos socioeconómicos que distinguió el equipo de Eduardo Hamuy (Figura 2).

La evolución de los encuestados según los datos de la encuesta panel permite observar que los partidarios constantes Allende en ambos años pertenecían principalmente al estrato bajo, así como en una medida menor y similar, al estrato más bajo y al medio. En cambio, quienes mantuvieron una definida posición política contraria al Presidente en las dos oportunidades en que fueron encuestadas, fueron personas de estrato bajo y medio en similares proporciones, aunque en general la mayoría correspondía a la suma del estrato medio y el medio alto. Quienes integraron el tercer subconjunto de encuestados, los fluctuantes cuyo apoyo a Allende experimentó variación entre la primera medición y la siguiente, eran principalmente de estrato bajo, en una proporción tan numerosa como los partidarios del Presidente. De este modo, destaca que los fluctuantes entre quienes estaba en juego el respaldo al Allende, pertenecían principalmente a los estratos bajos más que a los estratos medios. En resumen, el estrato bajo predominaba en el perfil de los partidarios del Presidente y también en los fluctuantes, mientras los estratos medios prevalecían en los contrarios a Allende.

A diferencia de las motivaciones de género y por la pertenencia a un determinado estrato social, el apoyo al Presidente Allende según grupos de edad no muestra una pauta general distintiva según tipos de encuestados.

Identidad subjetiva según identificación con una tendencia política

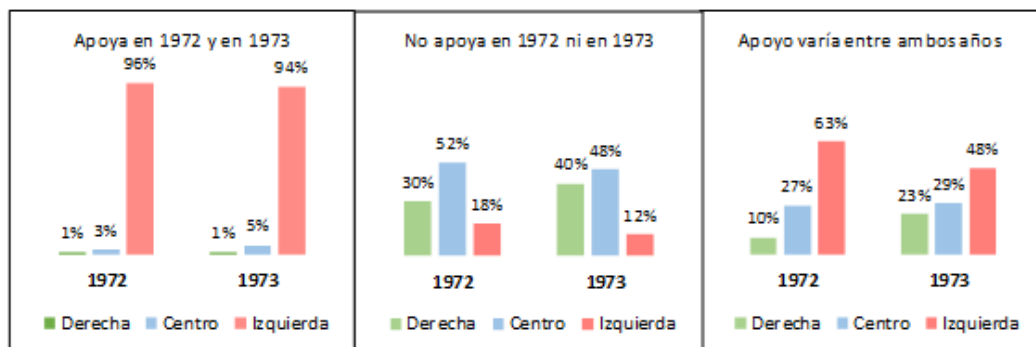
Los datos de la encuesta panel permiten observar interesantes particularidades en la evolución de la identificación política (Figura 3 y Tabla A4 en Anexo).

El apoyo constante al Presidente, por parte de quienes lo respaldaron en los dos años, provino casi completamente de encuestados que en cada año se autoidentificaron como de izquierda. De especial interés resulta observar que las personas contrarias a Allende en las dos oportunidades en que fueron encuestadas, en su mayor parte se identificaban de centro. También llama la atención que entre quienes tuvieron una variación en su apoyo al Presidente, los más numerosos fueron personas que en ambas encuestas se identificaron a sí mismas como de izquierda, de modo que esta identificación política no implicaba una adhesión política incondicional a Allende.

Declararse de izquierda tenía un significado polisémico que era valorado positivamente por un conjunto más amplio de personas que los partidarios constantes del Presidente, pues incluso una parte de los contrarios a Allende se identificaba con esa tendencia política. Además, ser de izquierda era una identidad política fluctuante; por

FIGURA 3

Evolución del apoyo al Presidente según identificación política en 1972 y 1973, Santiago. Según % identificación política en cada año y tipo de encuestado (100%)



Nota: Identificación política excluye la categoría sin identificación.

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

ejemplo, un 21% de las personas encuestadas que se declararon izquierdistas en abril de 1972 se identificó con el centro o la derecha en la encuesta de febrero de 1973, mientras a la inversa un 29% de las personas identificadas con el centro o derecha en 1972 pasaron a ser de izquierda en 1973 (Tabla A3 en Anexo). Los izquierdistas tampoco constituían un bloque cerrado sino un grupo diverso en términos de la orientación de su apoyo político a favor o en contra del Presidente, como se ilustra en el hecho de que entre quienes se identificaron con la izquierda en 1972 un 20% no apoyaba a Allende ese año y entre los izquierdistas en 1973 otro 20% tampoco lo apoyaba. Casi la totalidad de los partidarios de Allende se identificaban con una tendencia político-ideológica de izquierda, de modo que la postura polar de apoyo constante al Presidente estaba correlacionada con una identificación política también polarizada en la izquierda, pero esta identificación era en parte fluctuante y además heterogénea en cuanto al apoyo al Presidente, de modo que la polarización distaba de ser estable en el tiempo y homogénea en el apoyo al mandatario.

En contraste, la existencia de un polo de derecha entre los encuestados debe ser relativizada en términos de su magnitud, pues la identificación con el centro y no con la derecha era mayoritaria entre las personas opositoras a Allende en ambos años, incluso en 1973 cuando una parte de las personas encuestadas evolucionó hacia identificarse con la derecha. Entre quienes se identificaron de centro en la encuesta de 1972 un 81% no apoyaba al mandatario ese año, lo que aumentó a un 90% de los centristas en 1973. De este modo, esa identificación político-ideológica predominantemente con el centro más que con el polo de derecha, acentuó su postura polar frente a Allende en 1973. La base principal del no apoyo al mandatario no se

identificaba con el polo político-ideológico de derecha sino con el centro, pero su polarización frente a Allende se acentuó en 1973.

Desde la perspectiva del crucial problema de la legitimidad política del gobierno de Allende, las acusaciones de ilegitimidad impulsadas preponderantemente por la derecha en la escena política nacional tenían una escasa base social en el subconjunto de las personas encuestadas que se mantuvieron contrarias al Presidente en los dos años, considerando que un porcentaje bastante reducido se identificaba con la derecha en el subconjunto contrario al Presidente. En cuanto al discurso radicalizado y las formas de acción que desde la izquierda ponían en cuestión la legitimidad del sistema político preexistente, es razonable estimar que su base social potencial se situaba principalmente entre los encuestados que en ambos años se declararon de izquierda y se mantuvieron de modo invariable partidarios del Presidente o fluctuaron en apoyarlo (un 39,7% del total de encuestados), en un contexto en que el sistema de compromisos políticos no era puesto en cuestión por el propio Allende.

Más en general, la politización y polarización en la época deben ser relativizadas con respecto de la identidad política subjetiva de las personas encuestadas en ambas oportunidades. Contrariamente a la creencia de que la identificación política era estable, los datos muestran que solo un 65% de los encuestados mantuvo su identificación en ambos años, mientras un 35% la modificó, de modo que entre los ciudadanos encuestados la multipolaridad y movilidad fue más marcada que la competencia bipolar en el sistema de partidos políticos (Tabla A3 en Anexo).

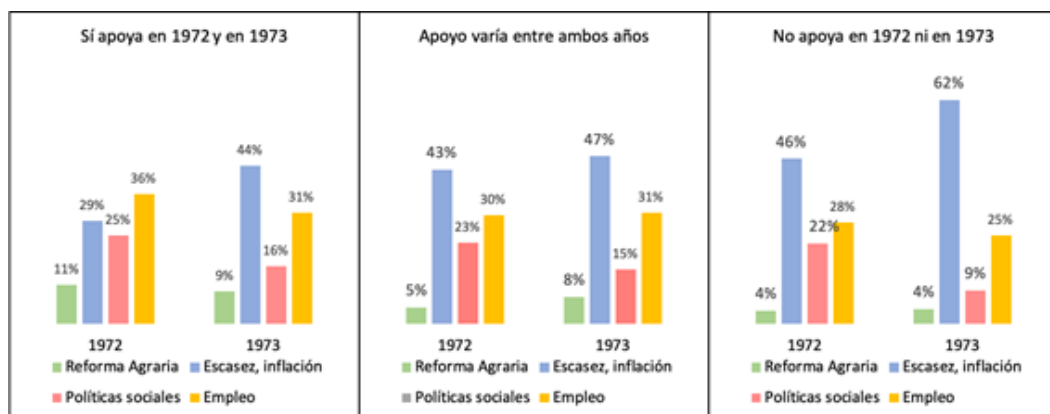
Opiniones sobre los principales problemas del país

Las opiniones de las personas encuestadas sobre cuál era el principal problema del país tenían rasgos en común, pero también se diferenciaban según sus posiciones políticas con respecto al apoyo al Presidente (Figura 4 y Tabla A5 en Anexo).

En primer lugar, la gravedad de los problemas de escasez e inflación era predominante en la opinión de la mayoría de los encuestados, independientemente de su posición con respecto al apoyo al Presidente – excepto entre sus partidarios en 1972 –, lo que se incrementó en 1973. Esto confirma la importancia asignada al desabastecimiento y la inflación por la literatura, precisando que la percepción de la relevancia de estos problemas se agudizó en el último año. Es importante aclarar la razón de este juicio transversal, que se puede encontrar en las respuestas de los mismos encuestados a otra pregunta específica, en la encuesta de 1973, referida a los culpables del desabastecimiento: solo un 18,3% juzgaba como responsable al gobierno o a organismos que dependían del gobierno, mientras la mayor parte percibía que los culpables eran otros como los comerciantes y especuladores. Sin embargo, la

FIGURA 4

Evolución del apoyo al Presidente según principal problema nacional en 1972 y 1973, Santiago. Según % problema en cada año y tipo de encuestado (100%)



Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

percepción de la escasez como principal problema era mucho más frecuente entre las mujeres que los hombres de acuerdo con los datos de la encuesta panel (34,8% de las mujeres y solo 17,6% de los hombres en 1973); dada su socialización de género, así como por la estrechez de sus oportunidades de inserción en el mercado laboral, las dificultades de abastecimiento erosionaban la cotidianidad doméstica y cuestionaban fuertemente la identidad tradicional de las mujeres como madres, esposas y dueñas de casa.

En segundo lugar, seguía en importancia a la escasez y la inflación la opinión de que el empleo era el principal problema del país, tanto entre los partidarios del Presidente como los fluctuantes y en menor medida los contrarios, en ambos años. La relevancia subjetiva del empleo es un punto sorprendente considerando la casi completa ausencia de este problema en los estudios sobre el período y el diagnóstico de que la tasa de desempleo era baja. Por un lado, esto se puede entender como un efecto de la cuantiosa magnitud del subempleo en la época. Por otro lado, esto se debe analizar desde una perspectiva de género, considerando que las personas encuestadas que enfatizaron en el empleo fueron no solo hombres, sino mujeres en proporción cercana a los varones (26,6% de las mujeres y 31,2% de los hombres en 1973). El énfasis en el empleo se puede vincular en parte al interés por la ampliación de las oportunidades de trabajo remunerado para las mujeres. De este modo, es razonable pensar que la percepción del empleo como principal problema del país se vinculaba en gran medida a una tasa combinada de desocupación informal y de fuerza de trabajo potencial basada en la participación laboral femenina.

Finalmente, a lo anterior seguían en prioridad las políticas públicas principalmente de tipo social, incluyendo educación y vivienda, así como la reforma agraria. Se observa que la prioridad asignada a las políticas sociales sigue una pauta similar en los tres tipos de encuestados, es decir, tiene un carácter transversal de modo análogo al empleo, a diferencia de lo que ocurre marcadamente con el desabastecimiento y la inflación.

Los problemas priorizados por las personas integrantes de cada uno de los tipos de encuestados permiten observar mejor la evolución entre 1972 y 1973. En el subconjunto que apoyó a Allende invariablemente en ambos años, el empleo y las políticas sociales tenían prioridad en el año 1972, pero se vieron sobrepasados por la escasez y la inflación en 1973. Muy diferente era la visión del subconjunto que permaneció contrario al Presidente en ambos años, abrumado por la escasez y la inflación en 1972, lo que se extremó en 1973. En el grupo cuyo apoyo a Allende fue fluctuante entre ambos años, la gravedad de la escasez y la inflación era lo principal, pero en 1973 esto último alcanzó una proporción similar al grupo constantemente partidario del Presidente. En comparación con el subgrupo que se mantuvo contrario al Presidente, tanto los partidarios de Allende como los fluctuantes en su apoyo, consideraban en mayor medida que lo que estaba en juego era el empleo y las políticas sociales, aumentando el acento en el empleo por sobre las políticas sociales en el último año.

Estas opiniones sobre los principales problemas del país reflejan también aspiraciones que en alguna medida se aproximan a ideas de las personas sobre lo justo y lo injusto en ese momento histórico, las que hasta ahora habían sido poco conocidas. Esquemáticamente, los tres tipos de encuestados en cuanto a la evolución de su comportamiento político con respecto al apoyo al Presidente, se guiaron por motivaciones y opiniones que siguieron pautas bastante diferenciadas. El primer tipo, los encuestados que se mantuvieron partidarios de Allende, fueron preponderantemente hombres, de estrato bajo, casi en su totalidad identificados con la izquierda, para quienes la preocupación por la escasez y la inflación no era tan importante como entre las personas contrarias al Presidente, mientras en cambio el empleo era un problema bastante prioritario y las políticas sociales le seguían en importancia. El segundo subconjunto, integrado por quienes fueron constantemente contrarios a Allende eran principalmente mujeres, de estratos medios, cuya identificación política era con el centro, a quienes el problema que les preocupaba primariamente era la escasez y la inflación muy por sobre el empleo, lo que se intensificó en 1973. Finalmente, los encuestados que fluctuaron con respecto al apoyo al Presidente, eran tanto hombres como mujeres, de estratos bajos, en su mayoría identificados/as con la izquierda, entre quienes la preocupación por la escasez y la inflación tampoco era tan importante como en el grupo contrario a Allende, y en cambio el empleo era comparativamente más relevante.

Evolución de la probabilidad de apoyar al presidente

La Tabla 2 presenta tres modelos de regresión logística longitudinal para la probabilidad de apoyar al Presidente Allende. El primer modelo incorpora características socioeconómicas de los entrevistados, el segundo agrega sus opiniones en torno a los principales problemas del país y finalmente, el tercer modelo añade la identificación política, siendo todos controlados por el efecto temporal. Los resultados descritos a continuación enfatizan en la dirección de las asociaciones y su relevancia sustantiva.

TABLA 2

Regresión multinivel longitudinal para la probabilidad de apoyar al Presidente, según características socioeconómicas, principales problemas e identificación política, en 1972 y 1973, Santiago

	(Intercepto)	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3
		1.57 (0.53)**	1.99 (0.68)**	-2.91 (0.76)***
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS	Sexo: Mujer	-0.69 (0.26)**	-0.61 (0.27)*	-0.28 (0.24)
Ref. sexo: Hombre	Años de edad	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)
	Estrato socioeconómico	-0.42 (0.11)***	-0.44 (0.12)***	-0.15 (0.11)
PROBLEMA	Escasez, inflación		-0.87 (0.43)*	-0.05 (0.43)
Ref.: Reforma Agraria	Políticas sociales		0.20 (0.48)	0.65 (0.47)
	Empleo		-0.66 (0.45)	-0.04 (0.44)
IDENTIFICACIÓN POLÍTICA	Centro			0.74 (0.39)
Ref.: Derecha	Izquierda			4.77 (0.50)***
	Sin identificación			1.73 (0.56)**
AÑO	1973	-0.51 (0.17)**	-0.42 (0.17)*	-0.15 (0.20)
	AIC	1295.72	1285.56	883.61
	BIC	1325.21	1329.80	942.60
	Log Likelihood	-641.86	-633.78	-429.81
	Num. obs.	1008	1008	1008
	Num. groups: numero	504	504	504
	Var: numero (Intercept)	3.80	3.94	1.67

Notas: Se indican log odds y std. error (entre paréntesis). ***p < 0.001; **p < 0.01; *p < 0.05

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

El primer modelo presenta asociaciones negativas por género y nivel socioeconómico, es decir, la probabilidad de apoyar al Presidente es menor para las mujeres en comparación con los hombres. Por otro lado, el modelo muestra que mientras más elevado es el estrato socioeconómico, hay una reducción en la probabilidad de apoyar a Allende.

La incorporación de la opinión sobre los principales problemas del país en el modelo 2 no muestra variaciones importantes en los resultados del modelo 1 acerca de las variables socioeconómicas. En cuanto a los problemas priorizados, las personas encuestadas que consideran la escasez y la inflación como el principal problema del país muestran una menor probabilidad de apoyar a Allende respecto a quienes consideran la reforma agraria como la principal problemática. Las variaciones con respecto al apoyo al Presidente no son significativas en lo relativo a los problemas vinculados al empleo y las políticas sociales, lo que es concordante con la transversalidad de estos problemas para el conjunto de los encuestados, según lo previamente analizado.

Tanto el modelo 1 como el modelo 2 son controlados por la tendencia temporal, que tiene un efecto negativo sobre el apoyo a Allende, lo que da cuenta de la caída de su apoyo por la crisis agudizada a fines de 1972. A pesar de los análisis según los cuales en las elecciones parlamentarias de 1973 se mantuvo el apoyo a la coalición de izquierda, ese efecto del período es estadísticamente significativo, en términos de una caída del apoyo a Allende desde 1972 a 1973 entre las personas entrevistadas en la encuesta panel en ambos años.

Finalmente, la identificación política agregada en el modelo 3 muestra cambios importantes con respecto a las estimaciones anteriores. Desaparece el efecto del período, el sexo, los estratos socioeconómicos y los problemas sociales, en su lugar, la identificación política condiciona el apoyo al Presidente. Identificarse con la izquierda tiene un efecto positivo significativo de gran magnitud sobre la probabilidad de apoyar a Allende en comparación a identificarse de derecha. Esto es similar a lo que ocurre en las personas sin identificación política, que muestran una mayor probabilidad de apoyar al Presidente en contraste con los encuestados de derecha. La incorporación de este predictor muestra un impacto considerable en las medidas de ajuste del modelo, lo que da cuenta de la relevancia de la identificación política. Esto confirma lo antes analizado principalmente en relación con el apoyo a Allende polarizado en personas que se declaraban de izquierda.

Los modelos transversales para 1972 y 1973 por separado, muestran resultados sin cambios de significación estadística con respecto del análisis longitudinal, excepto dos diferencias específicas (Tablas A6 y A7 en Anexo). La percepción del empleo como un problema en 1973 se agrega a la escasez y la inflación como un factor que

también tiene incidencia estadísticamente significativa ese año en disminuir la probabilidad de apoyar al Presidente. Entre quienes se declaran sin identificación con una corriente política, que constituían una pequeña proporción de encuestados, la probabilidad de apoyar a Allende no es estadísticamente significativa en 1972, mientras que esto sí es significativo en 1973.

De este modo, al estimar los modelos para cada encuesta por separado con respecto de los mismos encuestados, se observa que en general se mantuvieron los factores que incidían en las bases de apoyo a Allende en cada encuesta, excepto las dos diferencias específicas indicadas. Se confirma que el apoyo al mandatario fue estadísticamente significativo exclusivamente entre los encuestados que se declararon de izquierda en 1972 y 1973, constituyendo su principal base de apoyo, pero una parte de ellos cambió su postura de apoyarlo o no apoyarlo según se observó anteriormente en los datos descriptivos (Figura 3), de modo que la adhesión a Allende no era incondicional entre los izquierdistas. En cambio, los opositores al Presidente se identificaban en mayor proporción con el centro más que con la derecha según se indicó antes, pero la oposición de los centristas a Allende no era estadísticamente significativa en relación con el grupo de comparación – más pequeño – integrado por quienes se identificaban con la derecha, es decir, compartían la oposición al mandatario pero no la identificación política, contrariando en parte la tesis predominante acerca de una polarización de las identidades político-ideológicas en la época. Los cuestionamientos a esta tesis en el plano de la identidad política de los ciudadanos “corrientes”, se ve confirmado por el hecho de que un tercio de las personas entrevistadas en la encuesta panel cambiaron su identificación política entre 1972 y 1973, según se observó previamente.

A pesar de la importancia de la identificación política, los modelos estadísticos muestran que otros factores también son estadísticamente significativos entre las personas encuestadas con respecto al apoyo al mandatario. Se confirma que ser mujer aumentaba la probabilidad de oponerse a Allende, mientras que pertenecer a un estrato socioeconómico más bajo aumentaba la probabilidad de apoyarlo. Asimismo, los modelos confirman la importancia central de la escasez y la inflación, estadísticamente significativas en la probabilidad de restar apoyo al Presidente a lo largo de ambos años y en cada uno por separado, opacando la incidencia de las políticas sociales y los problemas de empleo, que eran prioridades en las políticas públicas. Sin embargo, la percepción sobre problemas de empleo (ver también Figura 4) alcanzó significación estadística en el no apoyo a Allende en 1973 a pesar de que según las cifras de la época había baja tasa de desempleo, lo que podríamos atribuir a aspiraciones insatisfechas con respecto al empleo informal y de mayor acceso al empleo asalariado, lo que hasta ahora no había sido observado en los estudios existentes.

Conclusiones

El análisis que hemos realizado de la encuesta panel muestra que la mayoría de las personas encuestadas en ambos años mantuvo su postura de apoyar o no apoyar a Allende entre abril-junio 1972 y febrero 1973, pero alrededor de un cuarto de las personas fluctuó en su posición, de las cuales unas pasaron a ser contrarias a Allende y una cantidad algo menor pasó a ser partidaria. Esas posturas políticas se explican ante todo por el más notorio cambio entre ambos años: la identificación con la derecha, el centro o la izquierda, con respecto de lo cual dos tercios de las personas encuestadas mantuvo su posición entre los dos años, pero otro tercio cambió de identificación política, especialmente desde el centro hacia la derecha y desde la izquierda al centro, de modo que esa identidad también era fluctuante.

En la evolución de la postura frente a Allende también influyó significativamente el contexto de la crisis político-social en el período 1972-1973, así como ser hombre o mujer y la pertenencia a un estrato socio-económico más alto o más bajo. Además, los resultados confirman que en su posición con respecto a Allende, las personas encuestadas asignaban importancia significativa a sus problemas concretos – incluidos por Hamuy en la encuesta panel –, particularmente al desabastecimiento y la inflación, así como al escasamente estudiado problema del empleo hacia 1973: esa era su vida cotidiana, más que la atmósfera sobrecargada de tensión en la escena política nacional.

La encuesta panel analizada amplía lo conocido sobre el período del gobierno del Presidente Allende y en particular acerca de la crisis política, económica y social que precedió al golpe militar. La evolución de las personas encuestadas con respecto al apoyo al Presidente aporta a ese conocimiento en el nivel microsocioal de los individuos, más allá de visiones preestablecidas y dicotómicas. Aunque la polaridad puede caracterizar a las elites políticas en la época, con respecto de la gente corriente el análisis de las encuestas panel ha permitido complejizar y cuestionar la tesis de la polarización sobre bases empíricas sólidas, al distinguir y arrojar luz sobre dos fenómenos con sus dinámicas propias en la crisis del período, la variante opinión política en torno al apoyo al Presidente y la aún más fluctuante identidad en torno a una tendencia político-ideológica.

Sin embargo, los resultados presentados se limitan a una muestra de individuos en la ciudad de Santiago, por lo que se requerirían otros antecedentes para ampliar la visión hacia otras ciudades y zonas del país. Además, el foco en los individuos permitiría el desarrollo de estudios que reevalúen lo ocurrido a nivel de actores sociales y en la escena política nacional. De especial interés sería estudiar desde otros

ángulos algunos de los aspectos puestos de relieve en el análisis, como la incidencia del género, las diferencias socioeconómicas, el desabastecimiento, el empleo y las identidades políticas. Finalmente, la caracterización de los individuos en la crisis del período analizado, podría contribuir al estudio de una crisis similar en otra época.

Referencias

- AIM – Asociación Chilena de Institutos de Estudios de Mercado y Opinión. (2008), *Descripción de grupos socioeconómicos*. Santiago.
- BERMEO, Nancy. (2003), *Ordinary people in extraordinary times: The citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- BITAR, Sergio. (2017), *El gobierno de Allende: Chile 1970-1973*. Santiago, Ediciones Pehuén.
- COFRÉ, Boris. (2018), “La lucha por ‘el pan’ y la defensa del ‘gobierno popular’: las Juntas de Abastecimiento y Control de Precios en la Vía chilena al socialismo”. *Izquierdas*, 41, 224-249.
- CORDERO, Rodrigo. (2009), “Dígalo con números: La industria de la opinión pública en Chile”. In: CORDERO, Rodrigo (ed.). *La sociedad de la opinión: Reflexiones sobre encuestas y cambio político en democracia*. Santiago, Ediciones Universidad Diego Portales, pp. 29-44.
- CORNEJO, Luz; GUARDA, Olga & CHACÓN, Boris. (Septiembre-diciembre, 1971), “El balance de mano de obra, 1970”. *Revista Nueva Economía*, Odeplan, 40-53.
- DOBRY, Michel. (1988), *Sociología de las crisis políticas: la dinámica de las movilizaciones multisectoriales*. Madrid, Siglo XXI-CIS.
- ESPINOSA, Francisca. (2018), “‘La batalla de la merluza’: Política y consumo alimenticio en el Chile de la Unidad Popular”. *Historia*, 51, 1: 31-54.
- FALETTO, Enzo. (2008), *Faletto: obras completas*. Santiago, Editorial Universitaria, Universidad de Chile.
- FERMANDOIS, Joaquín. (2019), *La revolución inconclusa. La izquierda chilena y el gobierno de la Unidad Popular*. Santiago, Centro de Estudios Bicentenario, 3 vols.
- FLEET, Michael. (1985), *The rise and fall of Chilean Christian Democracy*. Princeton, Princeton University Press.
- GARRETÓN, Manuel Antonio & MOULIAN, Tomás. (1983), *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago, Ediciones Minga.
- GAUDICHAUD, Franck. (2004), *Poder popular y cordones industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago, LOM.
- GÓMEZ, Juan Carlos. (1999), “La elección presidencial de 1970 en Chile”. *Estudios*. Itam, 56: 47-77.
- HOX, Joop; MOERBEEK, Mirjam & SCHOOT, Rens van de. (2018), *Multilevel analysis: Techniques and applications*. Third edition. New York, Routledge, Taylor & Francis Group.

- HUNEEUS, Carlos. (1987), *Los chilenos y la política: cambio y continuidad bajo el autoritarismo*. Santiago, Cerc.
- JOIGNANT, Alfredo & NAVIA, Patricio. (2013), "El golpe a la cátedra. Los intelectuales del primer mundo y la vía chilena al socialismo". In: Alfredo JOIGNANT & NAVIA, Patricio (compiladores). *Ecós mundiales del golpe de estado. Escritos sobre el 11 de Septiembre de 1973*. Ediciones Universidad Diego Portales, Santiago, 11-56.
- JONES, Mark & NAVIA, Patricio. (1999), "Assessing the effectiveness of gender quotas in open-list proportional representation electoral systems". *Social Science Quarterly*. 80, 2: 341-355.
- KIRKWOOD, Julieta. (1986), *Ser política en Chile*. Santiago de Chile, Editorial Cuarto Propio.
- LAMADRID, Silvia. (2014), *Ritmo revisitado. Representaciones de género en los 60*. Santiago, Cuarto Propio.
- LARRAÍN, Felipe & MELLER, Patricio. (1990), "La experiencia socialista-populista chilena: La Unidad Popular, 1970-1973". *Colección Estudios Cieplan*, 30: 151-196.
- LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. (2018), *Cómo mueren las democracias*. Barcelona, Ariel.
- LLANOS, Claudio. (2012), "El gobierno de Allende y la UP frente al 'Poder Popular' 1970-1972: Las bases radicalizadas y su dinámica". *História Unisinos*. 16 (1): 28-42.
- MAC-CLURE, Oscar & GARRETÓN, Manuel Antonio. (2019), "Revisitando la elección de Allende en 1970: lo que revelan encuestas aplicadas en la época". *Tempo Social*, 31 (1): 235-261.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michelle. (1968), *La mujer chilena en una nueva sociedad*. Santiago de Chile, Editorial del Pacífico.
- MELLER, Patricio. (1996), *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago, Editorial Andrés Bello.
- MILOS, Pedro (2013), *Chile 1972. Desde 'El Arrayán' al 'paro de octubre'*. Santiago, Ediciones Universidad Alberto Hurtado.
- MIRANDA, Lucía & RETAMAL, Renata. (2018), "Opinión pública en Chile durante la Unidad Popular: Una revisión de 'la tesis de la polarización'". *Izquierdas*, 47: 97-116.
- MIZALA, Alejandra & ROMAGUERA, Pilar. (septiembre 1993), "Flexibilidad del mercado del trabajo: el impacto del ajuste y los requisitos del crecimiento económico", *Colección de Estudios Cieplan*, 43.
- NAVIA, Patricio & OSORIO, Rodrigo. (2015a), "It's the Christian democrats' fault: Declining political identification in Chile, 1957-2012". *Canadian Journal of Political Science / Revue Canadienne de Science Politique*. 48 (4): 815-838.
- NAVIA, Patricio & OSORIO, Rodrigo. (2015b), "Las encuestas de opinión pública en Chile antes de 1973". *Latin American Research Review*, 50 (1): 117-139.
- NAVIA, Patricio & OSORIO, Rodrigo. (2017), "'Make the economy scream'? Economic, ideological and social determinants of support for Salvador Allende in Chile, 1970-3". *Journal of Latin American Studies*, 49 (4): 771-797.

- PINTO, Julio. (2005), "Hacer la revolución en Chile". In: PINTO, Julio (ed.). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago, LOM Ediciones, pp. 9-34.
- POWER, Margaret. (2009), *La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Santiago, Dibam, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana.
- PROTHRO, James & CHAPARRO, Patricio. (1974), "Public Opinion and the Movement of Chilean Government to the Left, 1952-72". *The Journal of Politics*, 36 (1): 2-43.
- SAN FRANCISCO, Alejandro *et al.* (2019), *Historia de Chile 1960-2010, Tomo 5. Las vías chilenas al socialismo. El gobierno de Salvador Allende (1970-1973)*. Santiago, Ceuss.
- SCHATÁN, Jacobo. (2008), "El desabastecimiento: la conspiración de EEUU que derrocó a la UP". In: SOTO, Hernán & LAWNER, Miguel (editores). *Salvador Allende, presencia en la ausencia*. Santiago, LOM Ediciones, pp. 207-223.
- SOUZA, Paulo & TOKMAN, Víctor. (1976), "The informal urban sector in Latin America". *International Labour Review*, 114 (3): 355-365.
- STALLINGS, Barbara. (1978), *Class conflict and economic development in Chile: 1958-1973*. Stanford, Stanford University Press.
- SUNKEL, Guillermo. (2015), *Las encuestas de opinión pública: entre el saber y el poder*. Santiago, Flasco, 1989.
- THOMAS, Gwynn. (2011), "The legacies of patrimonial patriarchy: Contesting political legitimacy in Allende's Chile". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 636 (1): 69-87.
- TINSMAN, Heidi. (2009), *La tierra para el que la trabaja. Género, sexualidad y movimientos campesinos en la Reforma Agraria chilena*. Santiago, LOM Ediciones.
- TORRES, Isabel. (2014), *La crisis del sistema democrático: las elecciones presidenciales y los proyectos políticos excluyentes. Chile, 1958-1970*. Santiago, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana Dibam-Editorial Universitaria.
- TOURAINÉ, Alain. (1974), *Vida y muerte del Chile popular*. México, Siglo XXI.
- VALDÉS, Ximena. (2007), *La vida en común. Familia y vida privada en Chile y el medio rural en la segunda mitad del siglo XX*. Santiago, LOM Ediciones – USACH.
- VALDIVIA, Verónica. (2005), "'Todos juntos seremos la historia: Venceremos'. Unidad Popular y fuerzas armadas". In: PINTO, Julio (ed.). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago, LOM Ediciones, pp. 177-205.
- VALDIVIA, Verónica. (2008), *Nacionales y gremialistas: el "parto" de la nueva derecha chilena, 1964-1973*. Santiago, LOM Ediciones.
- VALENZUELA, Arturo. (1978), *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago, Flasco.
- WINN, Peter. (2013), *La revolución chilena*. Santiago, LOM Ediciones.
- WISECARVER, Daniel. (1986), "Regulación y derregulación en Chile: septiembre 1973 a septiembre 1983". *Estudios Públicos*, CEP, 22: 115-167.

ANEXOS

TABLA A1

Características socioeconómicas de los encuestados en 1972 y 1973, y según población censal, Santiago (N y %)

VARIABLES SOCIOECONÓMICAS	ENCUESTADOS		POBLACIÓN 18 AÑOS O MÁS		
	N	%	N	%	
SEXO	Hombre	198	39,3	839.512	45,6
	Mujer	306	60,7	1.000.934	54,4
EDAD	18 a 29 años	150	29,8	679.458	36,9
	30 a 49 años	224	44,4	707.492	38,4
	50 y más años	130	25,8	453.496	24,6
ESTRATO SOCIOECONÓMICO	Más bajo	68	13,5		
	Bajo	219	43,5		
	Medio	115	22,8		
	Medio alto	84	16,7		
	Más alto	18	3,6		
TOTAL POR VARIABLE		504	100%	1.840.446	100%

Notas: 1) Los datos de la columna "Panel 1973" corresponden a los casos válidos pareados (matching) en ambos años. La muestra total en 1972 fue de 881 encuestados y en 1973 de 754 casos. 2) Los datos censales de 1970 corresponden a la población de 18 años o más en la provincia de Santiago.

Fuentes: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504. Instituto Nacional de Estadísticas. Censo de Población 1970.

TABLA A2

Apoyo al Presidente según características socioeconómicas en 1972 y 1973, Santiago (%)

VARIABLES SOCIOECONÓMICAS	1972			1973			
	Apoya	No apoya	TOTAL	Apoya	No apoya	TOTAL	
SEXO	Hombre	57,1	42,9	100	50,0	50,0	100
	Mujer	48,0	52,0	100	40,5	59,5	100
EDAD	18 a 29 años	49,7	50,3	100	39,3	60,7	100
	30 a 49 años	48,6	51,4	100	47,3	52,7	100
	50 y más años	59,8	40,2	100	44,6	55,4	100
ESTRATO SOCIOECONÓMICO	Más bajo	63,1	36,9	100	50,0	50,0	100
	Bajo	59,6	40,4	100	49,3	50,7	100
	Medio	40,7	59,3	100	38,3	61,7	100
	Medio alto	42,2	57,8	100	34,5	65,5	100
	Más alto	47,1	52,9	100	44,4	55,6	100
TOTAL POR VARIABLE	51,6	48,4	100	44,2	55,8	100	

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

TABLA A3
Identificación política en 1972 y 1973, Santiago (%)

		1973		
		Misma identificación	Otra identificación	TOTAL
1972	Derecha	7,7	6,0	13,7
	Centro	13,7	12,9	26,6
	Izquierda	42,1	13,1	55,2
	Sin identificación	1,0	3,6	4,6
TOTAL		64,5	35,5	100

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

TABLA A4
Apoyo al Presidente según identificación política en 1972 y 1973, Santiago (%)

	1972			1973				
	Apoya	No apoya	TOTAL	Apoya	No apoya	TOTAL		
Derecha	8,7	91,3	100	13,7	6,7	93,3	100	20,8
Centro	18,7	81,3	100	26,6	10,3	89,7	100	27,0
Izquierda	80,2	19,8	100	55,2	80,3	19,7	100	48,4
Sin identificación	26,1	73,9	100	4,6	31,6	68,4	100	3,8
TOTAL	51,6	48,4	100	100	44,2	55,8	100	100

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

TABLA A5

Apoyo al Presidente según principal problema nacional en 1972 y 1973, Santiago

	1972			1973				
	Apoya	No apoya	TOTAL	Apoya	No apoya	TOTAL		
Hacer la Reforma Agraria	62,5	37,5	100	6,3	64,7	35,3	100	6,7
Empleo	55,7	44,3	100	31,3	43,4	56,6	100	28,4
Ofrecer más posibilidades de educación	53,9	46,1	100	15,1	56,1	43,9	100	8,1
Solucionar el problema de la vivienda	63,4	36,6	100	8,1	64,0	36,0	100	5,0
Detener el alza del costo de la vida	38,8	61,2	100	19,4	36,7	63,3	100	23,8
Terminar con la escasez de ciertos productos	47,5	52,5	100	19,6	39,7	60,3	100	28,0
TOTAL	51,6	48,4	100	100	44,2	55,8	100	100

Fuente: Encuestas Cedop abril-junio 1972 y febrero 1973. Datos panel N = 504.

TABLA A6

Regresión multinivel transversal para la probabilidad de apoyar al Presidente, según características socioeconómicas, principales problemas e identificación política en abril-junio 1972, Santiago

		MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3
(Intercepto)		0.88 (0.39)*	1.24 (0.54)*	-2.69 (0.80)***
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS				
	Sexo: mujer	-0.39 (0.19)*	-0.33 (0.19)	-0.16 (0.24)
Ref. sexo: hombre	Años de edad	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.02 (0.01)
	Estrato socioeconómico	-0.31 (0.09)***	-0.32 (0.09)***	-0.13 (0.11)
PROBLEMA				
	Escasez, inflación		-0.79 (0.40)*	0.05 (0.48)
Ref.: Reforma Agraria	Políticas sociales		-0.19 (0.42)	0.57 (0.50)
	Empleo		-0.31 (0.41)	0.32 (0.48)
IDENTIFICACIÓN POLÍTICA				
	Centro			0.76 (0.49)
	Izquierda			3.66 (0.46)***
	Sin identificación			1.24 (0.65)
Ref.: Derecha	AIC	686.78	683.22	484.11
	BIC	703.67	712.78	526.34
	Log Likelihood	-339.39	-334.61	-232.06
	Deviance	678.78	669.22	464.11
	Num.	504	504	504

Notas: Se indican log odds y std. error (entre paréntesis). ***p < 0.001; **p < 0.01; *p < 0.05.

Fuente: Encuesta Cedop abril-junio 1972. Datos panel N = 504.

TABLA A7

Regresión multinivel transversal para la probabilidad de apoyar al Presidente, según características socioeconómicas, principales problemas e identificación política en febrero 1973, Santiago

		MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3
(Intercepto)		0.60 (0.41)	1.44 (0.56)**	-2.45 (0.87)**
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS	Sexo: mujer	-0.40 (0.19)*	-0.34 (0.19)	-0.11 (0.27)
Ref. sexo: hombre	Años de edad	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.00 (0.01)
	Estrato socioeconómico	-0.21 (0.09)*	-0.24 (0.09)**	-0.05 (0.13)
PROBLEMA	Escasez, inflación	-	-1.04 (0.39)**	-0.26 (0.50)
Ref.: Reforma Agraria	Políticas sociales	-	-0.15 (0.45)	0.40 (0.59)
	Empleo	-	-0.90 (0.40)*	-0.25 (0.52)
IDENTIFICACIÓN POLÍTICA	Centro	-	-	0.48 (0.49)
	Izquierda	-	-	4.00 (0.43)***
	Sin identificación	-	-	1.79 (0.64)**
Ref.: Derecha	AIC	689.89	680.47	423.54
	BIC	706.78	710.03	465.77
	Log Likelihood	-340.95	-333.24	-201.77
	Deviance	681.89	666.47	403.54
	Num.	504	504	504

Notas: Se indican log odds y std. error (entre paréntesis). ***p < 0.001; **p < 0.01; *p < 0.05.

Fuente: Encuesta Cedop febrero 1973. Datos panel N = 504.

Resumen

Juicios de la gente corriente acerca del gobierno de Allende: resultados de una encuesta panel aplicada en 1972 y 1973

Se estudian los juicios de los individuos acerca del período del gobierno del Presidente Allende en Chile, particularmente la crisis que se agudizó en los años 1972 y 1973, que precedió al golpe militar de septiembre de 1973 y la instauración de una dictadura. Se enfatiza en la perspectiva de las personas corrientes, en base a inéditos datos de una encuesta panel aplicada durante el período por un equipo de investigadores encabezados por Eduardo Hamuy, uno de los fundadores de la sociología en Chile. Se sigue a las mismas personas entre el momento previo a la agudización de la crisis y luego cuando ésta ya había madurado, distinguiendo a los encuestados según su posición con respecto al apoyo al Presidente. La evolución de la opinión de las personas encuestadas amplía el conocimiento sobre el período a nivel microsocioal en la sociedad chilena. A partir de los individuos encuestados, se analizan aspectos claves relacionados con género, clase social, identidad política y opinión sobre los principales problemas del país.

Palabras-claves: Allende; Chile; Sociología; Género; Identidad; Desigualdad social; Historia social.

Resumo

Julgamentos de pessoas comuns sobre o governo Allende: resultados de uma pesquisa de painel aplicada em 1972 e 1973

O artigo estuda os julgamentos de pessoas acerca do período do governo do presidente Allende no Chile, em particular a crise que se agravou nos anos 1972 e 1973, a qual precedeu o golpe militar de setembro de 1973 e a instauração de uma ditadura. Enfatiza-se a perspectiva das pessoas comuns, com base em dados inéditos de uma pesquisa de painel aplicada durante o período por uma equipe de pesquisadores liderada por Eduardo Hamuy, um dos fundadores da sociologia no Chile. As mesmas pessoas são acompanhadas desde o momento anterior ao agravamento da crise até o momento em que ela já havia amadurecido, distinguindo-se os respondentes segundo seu posicionamento quanto ao apoio ao Presidente. A evolução da opinião dos entrevistados amplia o conhecimento sobre o período em um nível microsocioal da sociedade chilena. Com base nos indivíduos pesquisados, analisam-se os aspectos-chave relacionados com gênero, classe social, identidade política e opinião sobre os principais problemas do país.

Palavras-chave: Allende; Chile; Sociologia; Gênero; Identidade; Desigualdade social; História Social.

Abstract

Judgments of the common people about the Allende government: results of a panel survey applied in 1972 and 1973

The judgments of individuals about the period of President Allende's government in Chile are

studied, particularly the crisis that worsened in 1972 and 1973, which preceded the military coup of September 1973 and the establishment of a dictatorship. The article emphasizes the perspective of ordinary people, based on unpublished data from a panel survey applied during the period by a team of researchers led by Eduardo Hamuy, one of the founders of sociology in Chile. The same people are followed between the time prior to the exacerbation of the crisis and later when it had already matured, distinguishing the respondents according to their position regarding support for the President. The evolution of the opinion of the people surveyed expands the knowledge about the period at a micro-social level in Chilean society. Based on the individuals surveyed, key aspects related to gender, social class, political identity and opinion about the main problems of the country are analyzed.

Keywords: Allende; Chile; Sociology; Gender; Identity; Social inequality; Social history

Texto recebido em 14/10/2020 e aprovado em 12/07/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.176170.

OSCAR MAC-CLURE: Doctor en Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile. Universidad de Los Lagos, Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas (Ceder), Chile.

E-mail: oscar.macclure@gmail.com.

SILVIA LAMADRID: Doctora en Historia, Universidad de Chile. Departamento de Sociología, Universidad de Chile. E-mail: silamadr@u.uchile.cl.

JOSÉ DANIEL CONEJEROS: Licenciado en Sociología, Pontificia Universidad Católica de Chile. Estudiante de Magíster en Sociología, Pontificia Universidad Católica de Chile. E-mail: jdconejeros@uc.cl.



A sociologia católica de Alceu Amoroso Lima contra a sociologia durkheimiana no Brasil¹

Juarez Lopes de Carvalho Filho*

<https://orcid.org/0000-0002-3508-4959>

Introdução: situando o problema

O embate entre a sociologia durkheimiana e a sociologia católica vem desde os tempos da fundação da sociologia como ciência. A sociologia desde a época de Durkheim assiste, na França e em outros países da Europa (Bélgica, Itália), ao retorno da filosofia tomista, resultado de uma “estranha aliança” entre a Igreja católica e os intelectuais (Serry, 2004b). Esse projeto buscava impedir o avanço da sociologia acadêmica durkheimiana e estabelecer o catolicismo social, permitindo à instituição católica recuperar seu prestígio na sociedade moderna. Essa “sociologia católica” encontra seus fundamentos no tomismo e no ensino social da Igreja. O retorno ao tomismo se manifesta sob a influência da Encíclica *Aeterni Patris* (1879), na qual Leão XIII recomendava incorporar à doutrina de Tomás de Aquino os resultados das pesquisas científicas contemporâneas. Lançadas as bases do pensamento da filosofia cristã, Leão XIII lança a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), texto fundador do catolicismo social.

* Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil.

1. O presente artigo é parte do resultado de uma pesquisa no âmbito de um pós-doutorado realizado na Université de Lorraine, sob a supervisão de Lionel Jacquot, no ano universitário 2016-2017, cujo título foi *La sociologie durkheimienne face au néo-thomisme français: pour une étude comparative entre la France et le Brésil*. A pesquisa foi financiada pela Fapema (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão).

Para entender em que condições isso foi possível, foi necessário identificar os agentes sociais e os órgãos qualificados, que, como na França, contribuíram para a profissionalização do ensino em Filosofia e Sociologia. Como na França, a Igreja no Brasil recrutou seus porta-vozes nos círculos intelectuais habilitados por uma mobilização de capital econômico, social e cultural, alinhada à tradição da filosofia espiritualista de Bergson e ao neotomismo de Jacques Maritain, que marcou profundamente o pensamento social católico brasileiro. Esta pesquisa mostrou que, apesar de a sociologia durkheimiana ter sido difundida tardiamente no Brasil, no final dos anos 1930², em comparação com o que se passou na França, os elementos são bastante similares. Paralelamente ao estabelecimento de instituições de ensino superior de educação no campo das ciências humanas e sociais, a Instituição católica é responsável pela criação de dispositivos institucionais, que são armas de resistência para preservar e recuperar sua legitimidade no mundo social, em declínio desde a instalação dos valores republicanos e democráticos. Em um caso e no outro, o que observamos são *les enjeux sociaux* de luta e concorrência para dizer a “verdade” sobre o mundo social (objeto por definição da sociologia), cuja construção não é de modo algum o produto da natureza ou da vontade divina, mas uma construção de processos sociais historicamente situados.

De cunho histórico, bibliográfico e documental, este trabalho se inscreve numa sociologia dos intelectuais, consagrando um lugar especial a Alceu Amoroso Lima (1893-1983), figura central no *corpus* da tradição intelectual católica brasileira. A pesquisa concluiu que Amoroso Lima se alinha aos católicos sociais franceses por sua origem social, sua trajetória no espaço acadêmico, que combina fracassos universitários e reconversão do capital social e simbólico; e sua inscrição no campo filosófico ligado ao espiritualismo bergsoniano no início e, mais tarde, ao neotomismo de Maritain são prerrogativas que lhe dão direito de entrar no campo das ciências sociais, cujo projeto era fundar uma sociologia católica no Brasil embasada nos mesmos princípios do catolicismo social e dos valores neotomistas e cristãos.

Em primeiro lugar, para situar o caso no Brasil, foi importante compreender as estratégias da instituição católica em países como a França e a Bélgica, importantes para instituir uma corrente sociológica chamada de católica ou cristã, capaz de con-

2. Cabe lembrar que, embora a obra de Durkheim tenha sido comentada no final do século XIX por Paulo Egydio de Oliveira Carvalho no seu livro *Estudo de sociologia criminal. Do conceito geral do crime segundo o método contemporâneo: a propósito da teoria de Durkheim (1900)*, é somente em 1935, com a publicação de *Princípios de sociologia* de Fernando de Azevedo, cuja arquitetura retoma com grande fidelidade *As regras do método sociológico* de Durkheim, que a sociologia deste começa a ser difundida entre nós. Em 1937, sob os auspícios do mesmo Fernando de Azevedo, será publicado o livro *As regras do método sociológico*. Em 1939, será a vez de *Educação e Sociologia*. Cf. Oliveira (2009, pp. 231-257).

correr com a sociologia científica e acadêmica, em especial a sociologia durkheimiana. Ressaltam-se nesse contexto os diferentes dispositivos (institutos católicos e manuais de sociologia), importantes na difusão da sociologia católica fundada na doutrina social. Nesse momento, procuramos verificar os mecanismos da difusão do neotomismo francês no meio intelectual católico brasileiro.

Em um segundo momento, evocamos figuras mais representativas do neotomismo no Brasil, a fim de identificar as agências e agentes da difusão do neotomismo francês no Brasil. Em seguida, trazemos elementos da trajetória social e intelectual de Alceu Amoroso Lima. E, por fim, apresentamos alguns postulados da sociologia católica de Amoroso Lima expostos no livro *Preparação à Sociologia*, de importante difusão no Brasil, no qual se pode verificar a oposição feita à sociologia durkheimiana.

O neotomismo contra a sociologia durkheimiana na França: estratégias católicas de refundação do neotomismo

A sociologia durkheimiana foi alvo de várias contestações, seja no campo filosófico, em que ela se inscreve no seu início, seja no interior das ciências sociais em construção. No campo filosófico, à parte o movimento espiritualista e o bergsionismo, o catolicismo social fundado sobre os princípios do neotomismo ocupa um lugar importante nas relações de força. Esse último é o resultado de uma grande mobilização católica, em um contexto histórico marcado por vários aspectos.

Durante a segunda metade do século XIX, em um contexto de afirmação do poder e dos valores republicanos e democráticos, a promoção da cultura científica, notadamente das disciplinas humanistas, a Igreja católica e seu Magistério, cuja autoridade temporal declina, se torna, então, o ponto de “concentração” de todos os opositores à República (Henry; Serry, 2004, p. 6). Nesse estado de coisas, a sociologia de Durkheim “incomoda, não somente por suas pretensões positivistas, por seu projeto moral que ela desenvolve, por seus laços com os meios republicanos, mas também, mais amplamente, porque ela propõe um saber global sobre as sociedades humanas” (Serry, 2004b, p. 29). Desse modo, os intelectuais católicos, engajados no apostolado social, não se contentam apenas em se opor à sociologia científica de Durkheim. Orientados pelo tomismo, eles se encarregam de fundar uma “sociologia católica” capaz de concorrer com o projeto intelectual durkheimiano e reconfigurar a Igreja no campo do conhecimento sociológico do social. Mobilizando a filosofia de Santo Tomás de Aquino como elemento central do sistema eclesial – um pensamento que, pelo viés de Aristóteles, emprega certo valor à racionalidade –, a Igreja quer lutar contra a “modernidade” política, cultural e científica (Henry & Serry, 2004, pp. 7-8).

Para tanto, vários dispositivos são estabelecidos em colaboração de seus agentes qualificados religiosa e simbolicamente: a Igreja refunda seu sistema eclesiológico (fundado sobre a teologia), cujas instâncias de decisão se encontram sob a autoridade direta do Papa (proclamado infalível em 1870) e de sua administração. No centro desse dispositivo é preciso situar a Encíclica *Aeterni Patris* (A filosofia cristã), publicada em 1879, na qual Leão XIII recomendava, aos clérigos e aos seus intelectuais católicos, incorporar à doutrina tomista os resultados conquistados pela pesquisa científica contemporânea. Esses dispositivos intelectuais e administrativos são as condições objetivas do catolicismo social, fundadas na *Rerum Novarum*, proclamada por Leão XIII, em 1891. É nessa Encíclica que Leão XIII impõe uma redefinição das práticas e de intervenções do Magistério católico no mundo social laicizado, pressionado por inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais (Serry, 2004b, p. 30).

A sociologia de Durkheim era refutada por unanimidade pelos intelectuais católicos, clérigos ou leigos de todas as gerações, ainda que “as maneiras de se demarcar variem segundo as clivagens que estruturam o subcampo intelectual católico [...] polarizado por suas relações ao tomismo [...] que pode se expressar numa exegese erudita” (Serry, 2004b, p. 30). Para Hervé Serry, a sociologia de Durkheim “propõe um aparelhamento teórico-político que participa da *remise en cause* do empreendimento social da Igreja no domínio da pedagogia, da família e do Estado” (Serry, 2004b, p. 29).

Todos estes dispositivos *en place*, o reforço do ensino superior, consolidado pela abertura dos institutos católicos, o recrutamento dos intelectuais, repositonarão a Igreja no mundo social, que faz apelo a *expertises* diversas, cujos intelectuais, atraídos pelas pesquisas empíricas alinhados à escola de Frédéric Le Play, estarão no centro do debate frente à sociologia de Durkheim.

Entre os dispositivos, a publicação dos manuais de sociologia católica merece especial atenção. As pesquisas sobre esse objeto têm se tornado uma chave de leitura para compreender os *enjeux sociaux* em torno do debate entre sociologia durkheimiana e sociologia católica. Reteremos aqui alguns como exemplo, sabendo que somente uma análise mais acurada permitiria compreender e explicar as condições de produção dos manuais de introdução à sociologia católica desse gênero literário, bem como uma análise de conteúdo possibilitaria uma comparação entre os diferentes princípios dessas teorias sociológicas. Isso dito, nós podemos avançar que a publicação dos manuais de introdução à sociologia católica colocados à disposição de seus públicos, difundidos no ensino superior e alhures, funciona como uma estratégia da Igreja católica para redefinir a sociologia científica a partir de princípios cristãos e neotomistas, mas também para recuperar um lugar no debate social, que passa por uma “*mise en place* de uma expertise credível e argumentada: é preciso mostrar

que a Igreja dispõe de verdadeiros meios para reduzir a miséria do proletariado” (Serry, 2004b, p. 32). Desse modo, o padre Paul Naudet, jornalista, uma das figuras importantes da “democracia cristã”, publica, em 1899, *Premiers principes de sociologie catholique*. Ele funda em 1893 a revista *La Justice Sociale*, tribuna *bordelaise* e depois parisiense da democracia cristã, que foi interdita em 1908 por Pio X. Seu objetivo no manual é “reunir a grande maioria dos espíritos em torno de uma exposição de princípios claros e nítidos, conforme os ensinamentos teológicos e as doutrinas sociais da Igreja que Leão XIII havia lembrado quão eloquentes ao mundo, na Encíclica *Rerum Novarum*, sobre as condições dos operários” (Naudet, 1899, p. 7).

Em seguida outros manuais de sociologia católica foram publicados. Nessa perspectiva, em 1911, Albert Belliot publica o *Manuel de sociologie catholique: histoire, théorie et pratique*, cujo objetivo é fornecer princípios “de organização de uma sociedade, conforme o catolicismo a partir de solução a aplicar a todos os domínios” (Serry, 2004b, p. 32). Hervé Serry observa que o autor nas 690 páginas jamais cita Durkheim. Por sua vez, Durkheim escreve uma notícia bibliográfica do livro de Belliot no volume 12 de *L'Année Sociologique*, em que afirma:

É impossível analisar [...] uma obra na qual faltam todos os critérios científicos. Mas não é inútil observar, por exemplo, a maneira pela qual a sociologia é compreendida em certos meios. Spencer nunca é citado; o nome de Comte se encontra uma única vez e nestes termos: Com Comte o individualismo moderno encontrou sua fórmula suprema. Esse último sistema se autoriza cientificamente todos os excessos de ambição e de presunção individual [...] (p. 55).

Nessa mesma orientação, em 1914, o cônego P. Poey publica o *Manuel de sociologie d'après les documents pontificaux, à l'usage des Séminaires et des Cercles d'études*. Ele define a sociologia católica como “a ciência que tem por objeto as sociedades estudadas nas suas causas a fim de favorecer o aperfeiçoamento, conforme aos ensinamentos da Igreja” (Poey, 1914, p. 2). Nesse livro ele não discute as teorias sociológicas. Contudo, ele precisa, como um duplo eco (paradoxal), por um lado à ciência social e, por outro, à recusa católica das ideias durkheimianas, que o método tomado para reformar as “leis sociais” não consiste em “construir arbitrariamente”, mas sobretudo em fundá-las baseado na “observação e na indução” (*Idem*, p. 8). A ciência social estabelecida por Poey é “essencialmente cristã”. Desse modo, seus fundamentos são:

“A fé e a teologia”. É a doutrina católica que ilumina, única e completamente, o labirinto das questões de ordem social e os seus recursos sociológicos. Por conseguinte, é nas mesmas fontes que a sociologia católica busca seus princípios, no Evangelho, nos Padres da Igreja e nos concílios, nos ensinamentos dos Papas e nas lições da história. (Poey, 1914, p. 9).

Nessa corrente sociologia católica, alguns classificam Paul Bureau (1865-1923), certamente em razão de seu percurso: sociólogo, jurista, membro da *École des Sciences Sociales* de Frédéric Le Play e “católico fervoroso”, e da crítica voltada à obra de Durkheim no seu livro *Introduction à la méthode sociologique*. Isso contribuiu, talvez, para classificar a obra de Paul Bureau no âmbito do catolicismo social. No entanto, o dossiê da revista *Études Sociales*, coordenado por Frédéric Audren, enseja esclarecer certos pontos sobre a sociologia de Paul Bureau³. Desse modo, por exemplo, Frédéric Audren convida a moderar o quadro esboçado por Hervé Serry (2004b), no que concerne à inscrição de Paul Bureau no domínio da sociologia católica⁴. Audren postula que “o caso ‘Bureau’ é de natureza a contestar a grande divisão entre o mundo social sugerido por Serry: de um lado uma sociologia católica, empírica conservadora, de inspiração tomista, marcada pela influência de Le Play; de outro a sociologia durkheimiana, racional, republicana e progressista” (Audren, 2005a, p. 6). Audren observa também que, sendo sociólogo e católico, Paul Bureau não cessa, ao longo de sua vida, de dialogar com outras religiões, com meios socialistas e aqueles de livre pensamento. E ele acrescenta que Paul Bureau, ele mesmo, “rejeita firmemente a ideia de uma “sociologia católica”. Julgando-a contraditória, ele deseja que “os universos da ciência e da fé devam continuar absolutamente distintos” (Audren, 2005a, p. 7). No entanto, Frédéric Audren afirma que Paul Bureau pertence a essa geração dos católicos que colocam seus passos não nos de Santo Tomás de Aquino, mas do padre Alphone Gaty⁵.

Essa nuance deve ser levada em conta, em parte, na medida em que em Paul Bureau nós não encontramos as mesmas apreciações da obra de Durkheim como nos manuais precedentes. Publicado em 1923, ano de seu falecimento, *Introduction à la méthode sociologique* é uma revisão sobre os princípios e os elementos desse método de análise que ele seguiu durante todos os seus estudos e após trinta e cinco anos. E ele reconhece muito claramente o trabalho de Durkheim. No prefácio, escreve:

Já que eu escrevo aqui o nome desse ilustre professor da Sorbonne, eu tenho a declarar que me lamento ter geralmente combatido as afirmações e as conclusões do autor de *As regras do método sociológico*, e eu quero render-lhe homenagem à probidade intelectual e ao labor

3. *Études Sociales: Paul Bureau et les Sciences Sociales*, n. 141, 1º semestre 2005.

4. Com efeito, Georges Legrand publicou, em 1927, *Les grands courants de la sociologie catholique*, em que apresenta as tendências da sociologia católica contemporânea, evocando os principais autores e sujeitos de análises. Nesse esboço figura Paul Bureau e “a crise e a restauração da moral familiar”.

5. Após ter entrado na *École Polytechnique*, Alphonse Gaty abandona seus estudos científicos, para estudar Teologia em Strasbourg. Acolhido no meio dos intelectuais católicos, ele é ordenado padre em 1832. Professor de teologia moral no Instituto Católico de Paris e professor na Sorbonne, ele foi eleito, em 1867, para a Academia Francesa.

enorme desse sociólogo, que foi um verdadeiro professor, um chefe e um líder. Mais do que qualquer outro na França, após trinta anos, Émile Durkheim teve o raro mérito de concorrer ao progresso dos estudos sociológicos, e o vigor do impulso que ele deu foi tal, que esses mesmos que, como eu, denunciaram os erros e os sofismas de sua obra se sentem obrigados a proclamar que eles beneficiaram amplamente esse estado de ela, e guardam um vivo reconhecimento (Bureau, 1923, p. 8).

Após ter feito seus elogios, Paul Bureau esboça as seguintes críticas:

Para sua infelicidade, e nossa, Émile Durkheim viveu em um período pouco propício aos estudos sociais estritamente científicos: ele chegara apenas à idade adulta, no momento em que acontecia, no campo político, a grande batalha entre a moral religiosa e a moral laica e onde o cientificismo dos Taine, dos Renan e dos Berthelot começava a enfraquecer; ele acreditava dever retomar no campo sociológico a tarefa que seus mestres não haviam conseguido. [...] essa preocupação, naturalmente associada no seu espírito aos postulados racionalistas, muito comprometeu o valor científico dos seus trabalhos: ela desviou o curso das suas conclusões para as direções que não resultavam de uma única observação dos fatos; e geralmente muitas interpretações pareceram mais tendenciosas que justificadas. (Bureau, 1923, pp. 9-10).

Paul Bureau, leplaysiano dissidente, republicano, membro do Comitê católico pela defesa do direito, ensinando na Faculté Libre de Droit de Paris, na École des Hautes Études Sociales, borra as clivagens. Desse modo, se sua obra caiu no esquecimento logo após sua morte, são os durkheimianos, dos quais Paul Bureau se aproximou um pouco no final da vida, que mantêm a lembrança desse autor, um dos melhores representantes de Le Play. A esse respeito, merece atenção o artigo de Méline Plouviez intitulado “De la Science positive de la morale à la morale sociologique – Paul Bureau, lecteur de Durkheim”, no mesmo dossiê coordenado por Frédéric Audren. Plouviez mostra que é uma tensão entre objetividade e normatividade que Paul Bureau revela na sociologia durkheimiana. Para essa autora, Paul Bureau denuncia na sociologia da moral, tal como propôs Durkheim, uma dupla e contraditória ambição: a objetividade científica e a normatividade moral. Assim, Paul Bureau reconhece a necessidade e a legitimidade da ciência dos costumes; ele recusa a capacidade normativa que seu fundador confere. Paul Bureau afirma que Durkheim não pode, numa mesma sociologia da moral, fundar racionalmente uma ciência positiva da moral e uma moral sociológica. Dito de outra maneira, ele não pode, ao mesmo tempo, ser sociólogo e moralista. A objetividade e a normatividade, para Paul Bureau, constituem duas modalidades discursivas excludentes uma da outra emanando de suas instâncias distintas: a ciência e a metafísica religiosa (Plouviez, 2005, p. 90).

Outro manual de sociologia importante foi o publicado em 1923 por A. Lorton, sob o título original de *Notions de sociologie*⁶. Também de inscrição católica, abade, de formação filosófica, tem seu livro prefaciado pelo padre Fleury Lavallée (*agrégé de Lettres*), reitor das faculdades católicas de Lyon. Notícia bibliográfica em vários boletins e periódicos da época (embora sem recensão), o livro recebe uma resenha na revista *L'Année Sociologique*⁷, na seção “Sociologie Générale”, subseção “Manuels”. O livro se pretende um manual de sociologia, mas aplicando os princípios católicos às questões morais e sociais. Grosso modo, o livro expõe a doutrina da Igreja católica tal e qual está nas encíclicas *Rerum novarum* e *Immortale Dei*, de Leão XIII, e refuta a teoria do materialismo dialético de Karl Marx, este sendo acusado de não “analisar de maneira completa as condições de produção” (Lorton, 1926, p. 29). Além disso, substitui o sistema sociológico de Durkheim e do *Année Sociologique* pelas teorias sociológicas da escola histórico-cultural (representada por P. Schmitt, Graebner, Mgr. Le Roy). Um ponto central opõe a moral inspirada da doutrina católica (originada de Deus, razão soberana) à moral pensada por Durkheim, que Lorton classifica como falsa, uma vez que para Durkheim a moral emana diretamente da sociedade.

Não poderemos aqui desenvolver a configuração do neotomismo belga, para entender como a sociologia durkheimiana será recebida no meio católico num país vizinho, onde o neotomismo se pretendeu uma referência.

É importante, contudo, lembrar aqui uma figura central do neotomismo francês. Trata-se de Jacques Maritain.

No transcurso dos anos 1910, o pensamento de Bergson ganha algo de paradoxal⁸. Precedentemente, sua sólida reputação entre os especialistas se reforça em meados de 1910 de um prestígio e de uma celebridade sem precedentes no que concerne a um filósofo. À parte um público mundano, seus cursos atraem a atenção considerável de inúmeros intelectuais e escritores, tais como Charles Péguy, Ernest Psichari, Jacques e Raïssa Maritain, Massi ou ainda George Sorel. Mas esse sucesso contribui para múltiplas polêmicas a seu respeito (Serry, 2004a, p. 76). Se para Bergson a metafísica é

6. Este será rapidamente traduzido e adaptado ao Brasil, em 1927, sob o título *Sociologia: compêndio escolar para o Curso Gymnasial*, pela Livraria Alves/Paulo Azevedo e Cia. Coleção Pedagógica, Livros Didáticos, que reunia professores da FTD.

7. *L'Année Sociologique*, tome I, 1923-1924.

8. Entre as críticas de filósofos à sociologia durkheimiana, uma das principais vem das tradições metafísicas e espiritualistas. A oposição mais emblemática se faz entre Bergson (que se inscreve na tradição do espiritualismo de Ravaisson) e Durkheim (marcado pelo neokantismo e o racionalismo de Renouvier), na medida em que Henri Bergson fez uma trajetória similar à de Durkheim, no que concerne à trajetória religiosa (judaica), à formação escolar (*École Normale Supérieure*, *Agrégés de Philosophie*) e a seus interesses por temas como a religião e a moral; ainda que suas posições teóricas os distanciem no campo da filosofia e da sociologia.

sinônimo de filosofia, devendo ser superada pelos puros conceitos e chegar à intuição, penetrando até à mais profunda das coisas, pois ela é o conhecimento do absoluto, para Jacques Maritain a filosofia é sinônimo de neotomismo. Desse feito, assim como não existirá alguém que tenha sido tão forte quanto Bergson no projeto de reabilitação da metafísica, nenhum filósofo terá a eficiência de Jacques Maritain no empreendimento do retorno à filosofia de Santo Tomás de Aquino. Maritain, pode-se dizer, articula melhor o projeto da instituição católica imposto ao seu Magistério romano.

Como se observa, Maritain consagra um meticuloso estudo sobre a *Suma Teológica*. Após publicar vários artigos em periódicos católicos especializados, recebe o encargo de Humbert Clérissac (padre dominicano, próximo da *Action Française*⁹ e seu diretor espiritual) para proferir várias conferências sobre a filosofia de Bergson. Seus cursos no Institut Catholique de Paris (um centro do neotomismo na França) na primavera de 1913 desfrutaram de grande sucesso. As críticas que ele faz a Bergson ressoam poderosamente, uma vez que este está no centro da atualidade intelectual e é objeto de campanha contra seu pensamento. Assim, Maritain, pela crítica ao seu ex-mestre, se torna uma espécie de líder do neotomismo. A publicação de seu livro *La philosophie bergsonienne*, em que ele retoma os ataques a Bergson, confirma o lugar conquistado, em pouco tempo, pelo filósofo (Serry, 2004a, p. 79).

Para Maritain, o erro inicial da nova filosofia consiste na “intuição da *durée*”, que nos forneceria a introspecção. Ele postula que haveria uma deformação de certas teses escolásticas no bergsonismo que conduziria a uma espécie de “niilismo intelectual” no modernismo e ao pragmatismo na religião (Maritain, 1914, p. 428). Certamente a proximidade de Bergson com William James e seu pragmatismo foi um ponto negativo na apreciação de Maritain da filosofia de Bergson. Para Maritain, a única salvação é se livrar de Bergson e retornar à “escolástica tomista” (*Idem*, p. 430).

Desse modo, Maritain declara guerra ao pensamento modernista. Em 1922, ele publica uma coletânea de artigos intitulada “Antimoderno”, na *Revue de Jeune*. Ele designa o tomismo como uma verdadeira filosofia da humanidade para todos os tempos. Criticando a Renascença, a Reforma Protestante e o Cartesianismo como “aberrações intelectuais”, na medida em que elas exigem uma ruptura com a Escolástica, ele encontra nessa última a expressão mais pura, e a mais universal.

Jacques Maritain não hesita em propor como princípios espirituais do mundo moderno as encíclicas *Syllabus* e *Pascendi*. Para ele, o “renascimento cristão” será

9. Movimento intelectual e político nacionalista e monarquista de extrema-direita, fundado na França em 1899, no período do L’Affaire Dreyfus, com o objetivo de reforma intelectual do nacionalismo. Encontra em Charles Maurras, escritor e teórico do nacionalismo integralista, um ideólogo do estabelecimento de uma monarquia antiparlamentar. O movimento se expressa por meio de um jornal do mesmo nome, *Action Française*, criado em 1908 e publicado até 1944.

efêmero e sem vigor se não for, antes de tudo, um “Renascimento tomista”, que tem por condição uma fidelidade rigorosa não somente aos princípios gerais, mas aos menores princípios filosóficos de Santo Tomás. Trata-se, para Maritain, de um vínculo servil a Santo Tomás de Aquino e a Aristóteles, de uma maneira filosófica, que consistiria em repetir suas fórmulas de modo mecânico. Trata-se de uma fidelidade espiritual e filial, que faz buscar, em seus princípios ativamente meditados, grupos, meios de descobrir, de “inventar” a solução de problemas novos graças a um esforço original do espírito. “Sejamos fiéis a Santo Tomás como uma graça de Deus”, dizia ele, em *De quelques conditions de la Renaissance thomiste*.

O que se vê nesse cenário é a retomada da Santa Sé de um espaço eclesial que a reposicione, por conseguinte, no espaço social, agita o modernismo apoiando-se sobre o retorno ao tomismo pregado desde a Encíclica *Aeterni Patris* (1879). Para tanto, muitos dispositivos serão estabelecidos, formando uma grande estrutura do ensino superior. Alguns exemplos são clássicos como: l’Institut Catholique de Paris, l’Université de Louvain, na Bélgica e o Colégio Angélico, em Roma. Ora, o neotomismo é um movimento de dimensões internacionais. Ele é “uma fonte central” para todos aqueles que querem “se impor no campo da expertise da sociedade” (Serry, 2004b, p. 33). É desse modo que na Bélgica, um dos grandes berços do neotomismo europeu, vários dispositivos foram estabelecidos. O Institut Supérieur de Philosophie de Louvain de l’Université Catholique de Louvain foi criado em 1889, pelo cardeal Déziré-Joseph Mercier (1851-1926) para ser um dos centros da filosofia tomista. Mercier é o autor da carta de intenção da *Revue Néo-Scholastique* (programa fundador), ou seja, a “Introdução” do número fundador dessa revista, em 1894. Esse artigo enfatiza que, no movimento de renascimento escolástico, “Leão XIII contribuiu enormemente pela Encíclica *Aeterni Patris* que recolocou de volta a honra da filosofia dos grandes mestres da Escolástica e a conduziu à unidade do ensino nas escolas católicas” (Mercier, 1894, pp. 6-7). Desse modo, a escola de filosofia da Universidade de Louvain, fundada sob encomenda por Leão XIII, é “situada sob a invocação daquele que parece se acordar melhor e mais sabiamente ao espírito de análise e ao espírito de síntese de Santo Tomás de Aquino” (*Idem*, p. 17).

Nesse centro de filosofia neotomista e na esteira de Mgr Mercier, destaca-se Simon Deploige (1868-1927), doutor em Filosofia, Letras e Direito. De formação e tradição filosófica neotomista, Deploige, reconhecido como grande intelectual católico, exerce um papel importante e se situa como uma figura com prerrogativas à altura de rivalizar com Durkheim no campo intelectual. À parte as cartas trocadas entre os dois homens, é sobretudo no livro *Conflits de la morale et de la sociologie*, publicado em 1911 na mesma editora (Félix Alcan) pela qual Durkheim publicara seus livros e sua revista *L’Année Sociologique*, que Deploige responde às críticas de Durkheim

(e, também, de Lévy-Bruhl) sobre a moral tomada para estabelecer sistemática e metodologicamente uma ciência dos costumes vinculada à sociologia. Dito isso, o importante artigo de Guillaume Cuchet, sobre a recepção d’*As formas elementares no meio católico*¹⁰, indica que o caso Deploige-Durkheim¹¹ é apenas um caso entre outros, deflagrado pela crise do modernismo, advinda no final do século XIX e início do XX, que marca a separação do Estado e a Igreja, o que vai influenciar a recepção do livro de Durkheim pelos católicos.

Digno de observação é o fato de que o Prefácio à terceira edição do livro *Le conflit de la morale et la sociologie*, de S. Deploige, seja assinado por Jacques Maritain. Para Maritain, a obra de Deploige “continua um estudo histórico e crítico, o mais exato e o mais rebuscado da sociologia contemporânea, de sua gênese, de seus postulados, de seu método [...], em particular, solidamente documentado, das origens alemãs do sistema de Durkheim” (Maritain, 1923, p. XVIII). Retomando a apreciação de Georges Gayou, ele afirma que “um dos méritos de seu livro é de colocar a lume a posição ao mesmo tempo original e dominante do pensamento tomista em relação ao individualismo da falsa metafísica liberal e ao amoralismo da falsa ciência sociologista” (*Idem*, p. XIX).

Cabe ainda frisar que Jacques Maritain lecionou no Institut Supérieur de Philosophie, da Université Catholique de Louvain. Os laços entre Maritain e Deploige “mostram que a *démarche* de Simon Deploige se inscreve na defesa de um ‘edifício tomista’ contra o ‘potente ataque’ dos sociólogos. Um ‘edifício’ que se mantém ‘sólido’ e bastante hospitaleiro para abrigar a sociologia, mas uma sociologia que pode estabelecer uma ‘colaboração útil’ com a filosofia moral” (Fournier, 2007, p. 761; Deploige, 1927, p. 351).

10. “La réception catholique des *Formes élémentaires de la vie religieuse* (1912) d’Émile Durkheim”. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 159: 29-49 (Cuchet, 2012).
11. O capítulo IV do livro *Conflits de la morale et de la sociologie*, intitulado “La genèse du système de M. Durkheim”, e o capítulo V, “Le réalisme social”, são de início publicados respectivamente entre 1905 e 1907 na *Revue Néo-Scholastique* (t. XIV, p. 329ss). Na ocasião da publicação do livro em 1911, foi também a da obra de Lucien Lévy-Bruhl *La morale et la science de mœurs*, que reivindicava sua inscrição na sociologia durkheimiana. Através de duas cartas à *Revue Néo-Scholastique* (de 20 de outubro e de 8 de novembro de 2007), Durkheim responde às críticas de Simon Deploige, que o acusava de ter “simplesmente retomado a teoria de Wundt sobre os fins morais”. Durkheim afirmava o seguinte: “Eu devo, certamente à Alemanha, mas eu devo, muito mais aos historiadores do que aos economistas, e aquilo que M. Deploige parece não duvidar: eu devo ao menos o mesmo à Inglaterra”. Na continuidade da resposta a S. Deploige, Durkheim dizia: “Eu devo, primeiro ao meu mestre M. Boutroux, que, na École Normale Supérieure, nos repetia frequentemente que cada ciência deve se explicar por ‘princípios próprios’ como diz Aristóteles, a psicologia por princípios psicológicos, a biologia por princípios biológicos. Muito penetrado dessa ideia, eu a apliquei à sociologia”.

Os intelectuais e o neotomismo no Brasil: agências e agentes

Busca-se nessa seção compreender em que medida e através de qual mecanismo se difundiu, no Brasil, o neotomismo francês, que se tornou, como na França, a base do pensamento social católico.

No Brasil, no decorrer do século XX, existe uma diversificação das correntes filosóficas tais como: o espiritualismo, a filosofia católica, o culturalismo, a fenomenologia, o existencialismo, o marxismo e o neopositivismo. Entre essas, figura a filosofia católica. Mas é, sobretudo, o espiritualismo de Raimundo de Farias Brito (1862-1917)¹² que caracteriza o pensamento filosófico no Brasil, nos primeiros anos desse século. Farias Brito exerce um papel no Brasil equivalente ao de Bergson na França. Ele marca profundamente o pensamento do seu mais fiel e importante discípulo, Jackson de Figueiredo (1891-1928)¹³, o qual, ainda que não tenha formulado uma rigorosa proposição filosófica como seu mestre, elaborou, contudo, um pensamento muito conservador centrado nas ideias de ordem e de autoridade. Esse pensamento serviu de base teórica aos católicos para assimilarem as instituições republicanas e estabelecerem um diálogo com outras concepções políticas, superando o dogmatismo ultramontano no qual a Igreja católica se estabeleceu após a Proclamação da República em 1889. A presença significativa de uma filosofia católica constituiu uma reação expressiva contra os valores republicanos fundados sobre um pensamento positivista (Padilha & Velez, 1998).

Para enfrentar a consolidação do poder republicano, a Igreja católica, apoiada por certos filósofos e intelectuais, implementou alguns dispositivos institucionais necessários. Isso significou uma estratégia de reconversão social e simbólica para aumentar o poder político e institucional na divisão do trabalho de dominação, constituindo uma rede de organização gerada por intelectuais leigos sob o controle do alto clero. É oportuno lembrar que a expansão desse projeto resultou não somente das estratégias e diretrizes do Vaticano (antimodernista) para lutar contra a emergência do pensamento moderno no Brasil, em uma época de desenvolvimento dos movimentos operários na Europa, mas pela tomada de consciência, dos bispos brasileiros, da crise

12. Raimundo Faria de Brito (1862-1917), foi um escritor e filósofo brasileiro, filho de Marcolino José de Brito e Eugênia Alves de Farias, nascido em São Benedito (Estado do Ceará). Seus estudos secundários foram feitos em Sobral, depois em Fortaleza (capital do Estado). Formou-se na Faculdade de Direito de Recife, onde foi aluno de Tobias Barreto. É considerado um dos maiores filósofos brasileiros do final do século XIX, cuja filosofia, muito original, é marcada pela metafísica tradicional e o espiritualismo.

13. Jackson de Figueiredo (1891-1928) foi advogado, formado em Direito na Faculdade Livre de Direito, no Estado da Bahia. Trabalhou como jornalista, crítico literário, filósofo e político. Após sua conversão ao catolicismo, tornou-se uma das figuras principais da organização do movimento católico brasileiro.

que atravessava os grupos dirigentes no interior do país e das transformações sociais e econômicas em vários setores da sociedade brasileira (Miceli, 2001, p. 127).

Esses elementos mostram, desde então, a aliança conservadora formada entre o poder eclesiástico, de uma parte para reforçar seu poder no espaço social, e os intelectuais leigos que buscam estrategicamente, de outra parte, uma reconversão de seu capital simbólico, tendo por objetivo a reação anticientista. Isso deve ser situado numa perspectiva mais ampla de transformações da configuração da relação entre campo literário, campo eclesiástico, instalação das instituições de ensino superior e desenvolvimento de movimentos sociais no seio da sociedade brasileira. Nessa configuração aparece o neotomismo de forte penetração no campo intelectual brasileiro, do qual Leonel Franca¹⁴ (jesuíta) e Alceu Amoroso Lima são os maiores representantes.

O padre Leonel Franca (1838-1948) está na origem de toda a filosofia neotomista que inspira os primeiros passos da filosofia católica no Brasil. Apoiado sobre uma sólida formação em ciências humanas, sua influência se estendeu da filosofia à educação. Ele faz parte da comissão nomeada por dom Sebastião Leme (juntamente com Amoroso Lima), encarregada de fundar a Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941¹⁵, uma das mais prestigiosas do Brasil. A Faculdade de filosofia dessa universidade, dirigida pelos jesuítas, torna-se o mais importante centro de estudos filosóficos e tomistas. Ela edita, na época, a revista *Verbum*, um outro importante veículo de difusão da filosofia tomista no Brasil. É no Rio de Janeiro também que se situa a Sociedade Brasileira de Filosofia Católica, que publica a revista *Presença Filosófica*. Desse feito, a cidade do Rio de Janeiro se torna o grande centro da filosofia tomista. Em seguida outros centros acadêmicos e intelectuais são estruturados, como por exemplo, em Minas Gerais e São Paulo (Campos, 1998, p. 72).

Para resumir, enquanto conselheiro número 1 de personalidades e de instituições importantes, Leonel Franca elaborou uma filosofia da cultura no seu *opus magnum*, *A crise do mundo moderno*. Sua filosofia neotomista se fundamenta na visão de Joseph Maréchal, Sertillanges, Pierre Rousselot e Etienne Gilson. Muito inteirado da ciência de sua época, ele busca uma síntese entre razão e fé, em harmonia com a teoria da doutrina católica.

14. Leonel Edgar da Silveira Franca (1893-1948) foi um padre brasileiro, pertencente à Companhia de Jesus. Ele fez seus estudos em filosofia e teologia, em Roma, na Pontifícia Università Gregoriana.

15. Devemos lembrar que em 1932, antes da fundação da universidade católica, foi criado o primeiro Instituto Católico de Estudos Superiores (Ices), inspirado por Alceu Amoroso Lima, ligado ao Centro Dom Vital. Essa instituição ensinava não somente formar católicos, mas participar nas discussões sobre o ensino superior e reforçar o papel da Igreja na formação das elites (Almeida, 1989). O núcleo de formação era centrado sobre três disciplinas: sociologia, filosofia e teologia. Amoroso Lima e Dom Helder Câmara, ex-bispo de Olinda (Recife), Estado de Pernambuco, faziam parte do corpo docente.

Quanto a Alceu Amoroso Lima (1893-1983), a morte prematura de Jackson de Figueiredo, diretor do Centro Dom-Vital, em 1928, confere-lhe uma grande notoriedade. O que veremos mais adiante.

No que concerne à relação da Igreja com o campo intelectual no Brasil, duas agências de enquadramento ideológico formam o núcleo onde a Igreja recruta seus porta-vozes: o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*. Os dois órgãos iniciaram suas atividades sob a direção de Jackson de Figueiredo. Na medida em que essas instâncias exerceram um papel muito importante na produção do pensamento cultural católico e serviram de círculo da *intelligentsia* brasileira católica, é importante enfatizar alguns aspectos característicos desses órgãos. Vejamos alguns traços das linhas editoriais da revista, que revelam seu projeto intelectual¹⁶.

O Centro Dom Vital é uma associação de estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja católica, fundada em 1922, no Rio de Janeiro, por Jackson Figueiredo, com a colaboração do arcebispo coadjutor do Rio, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra¹⁷. Até à fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1941, o Centro foi considerado o principal núcleo intelectual do catolicismo brasileiro. Funcionando sob a supervisão de autoridades eclesiásticas, foi tido como uma associação elitista, cujo objetivo mais importante consistia em recrutar para a Igreja intelectuais do país e formar uma nova geração de intelectuais católicos. Jackson Figueiredo foi o primeiro presidente do Centro. O primeiro assistente eclesiástico foi o padre jesuíta Leonel Franca. As principais atividades do Centro na década de 1920 foram a promoção de conferências de teologia e filosofia, a edição de uma revista mensal, *A Ordem*, fundada em 1921, e a manutenção de uma biblioteca católica administrada por Augusto Frederico Schmidt (1906-1965)¹⁸.

16. Alguns estudos foram realizados em vista de explicar a formação do pensamento católico e a história social do campo intelectual brasileiro. Fazemos referência aqui ao artigo que se tornou um clássico, e um dos pioneiros sobre a questão: "A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica" (Veloso, 1978, pp. 117-160).

17. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Cardeal Leme, como era conhecido, nasceu em 1882, no Rio de Janeiro, e morreu em 1942. Do lado paterno era de origem flamenga Leme, transferida para São Paulo no século XVI. As gerações mais próximas eram constituídas de pequenos proprietários rurais. Do lado materno, era de origem portuguesa, fixada no Brasil no século XVIII, que detinha razoável fortuna da mineração do ouro em Pitangui, em Minas Gerais. Em 1896, viajou para Roma. Ficou hospedado no Colégio dos Jesuítas, onde estudou Humanidades, ao mesmo tempo que estudou filosofia na Universidade Gregoriana. Em 1900 recebeu o título de doutor em filosofia e iniciou em seguida o curso de Teologia. Em 1904 recebeu as ordens maiores. Foi arcebispo de Olinda e Recife e do Rio de Janeiro. Foi o segundo cardeal brasileiro (CPDOC/FGV).

18. Augusto Frederico Schmidt nasceu em 1906 no Rio de Janeiro, e morreu em 1965. Seu pai tinha origens de família abastarda e estudou na Inglaterra. Sua mãe, baiana, era culta e inteligente, cuidou da orientação literária dos filhos. Seu avô paterno tinha casa de tecido no Rio de Janeiro, e seu avô materno era contador na loja comercial do seu avô paterno. Augusto Frederico Schmidt foi um poeta e

Após a fundação dessa instituição, outros centros e publicações foram criados (Abreu *et al.*, 2001).

A revista *A Ordem*, fundada em 1921, é um periódico de difusão da doutrina política e cultural católica e constitui um dos principais veículos de divulgação da ideologia do grupo católico. Sua história, que se confunde com a do Centro Dom Vital, se divide em dois grandes momentos: o primeiro concerne aos anos 1921 a 1928, sob a direção de Jackson de Figueiredo, em que a ênfase é colocada sobre a doutrina política religiosa. Os discursos são fundados no pensamento conservador dos intelectuais franceses, tais como Charles Maurras, Joseph de Maistre, Louis Bonald, e constituem um contra-ataque ideológico ao liberalismo, ao comunismo e às ideias renovadoras no plano da educação e da pedagogia, no momento da implantação da educação laica no Brasil. Nesse período, anos de 1920, a elite católica concentrava seus esforços na luta contra a autonomia do Estado laico, o avanço do protestantismo, a inércia de um grupo católico e a recondução da Igreja no centro de decisões políticas nacionais. Ora, era inaceitável, para uma grande parte dos alunos, dirigente do catolicismo brasileiro, num país majoritariamente católico, a Igreja se manter longe de universos de decisões políticas, em razão de uma intelectualidade marcada pela ciência e pelo anticlericalismo (Daros & Pereira, 2015, p. 265).

A segunda fase da revista *A Ordem* compreende os anos de 1928 a 1939, após a morte de Jackson de Figueiredo. Alceu Amoroso Lima, marcado por esse último, será consagrado por monsenhor Sebastião Leme, como aquele capaz de substituir e continuar a obra de Jackson de Figueiredo. Nesse novo período, a revista consagra pouco espaço às questões políticas. Os artigos dão prioridade às questões religiosas, filosóficas e políticas, aparentemente sem tomadas de posição por um partido político. Novas seções da revista são criadas para ampliar os debates culturais, ainda que a questão religiosa seja central, uma estratégia para recrutar os intelectuais (Velloso, 1978, p. 132).

Monica Velloso (1978) observa que a sociologia se torna nesse período um objeto que atrai a atenção da revista *A Ordem*. Alceu Amoroso Lima não hesita em apresentar o ensaio “Apologética e sociologia de Tourville” (alguém próximo de Frédéric Le Play, adversário de primeira hora de Durkheim), no qual analisa o método científico de Tourville, aplicado à sociologia, à filosofia e à religião. Tourville é percebido por Amoroso Lima como um autêntico representante da sociologia, notadamente

escritor importante da segunda geração do modernismo brasileiro e chegou a ser assistente do governo de Juscelino Kubitschek, para quem preparou grandes discursos, inclusive o memorável “50 anos em 5”. Jackson de Figueiredo, de quem Schmidt se tornou próximo, exerceu grande influência sobre este último (CPDOC/FGV).

em razão de sua sociologia da família estar em oposição à sociologia do indivíduo (liberalismo) e do Estado (socialismo e capitalismo social).

No que concerne à filosofia, a revista consagra nesse período um grande espaço a Aristóteles, Leibniz, Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Em 1929, na ocasião dos cinquenta anos da Encíclica *Aeterni Patris* (1879), de Léon XIII, a revista consagrou um número especial à filosofia tomista. Esta é concebida pelos responsáveis e colaboradores da revista como a síntese do pensamento cristão, sempre atual, imperecível, imutável, em oposição à esterilidade do idealismo das outras correntes filosóficas (Velloso, 1978, p. 133).

Os anos 1930 mostram as fortes mobilizações da Igreja para colocar em obra os movimentos da *Action Catholique*, empreendimento eclesiástico para ganhar terreno no espaço social e aumentar seu poder na luta do saber sobre questões sociais que se colocavam nesse momento em vários países europeus, segundo o projeto do Vaticano. Assim, em junho de 1936, os bispos brasileiros tornam público o *status* da *Ação Católica*, que se inspira diretamente no modelo italiano. Essa organização relembra a organização política fascista que havia também servido de modelo para o partido “integrista” (Miceli, 1981, p. 50).

A seguir discutiremos alguns elementos do pensamento de Alceu Amoroso Lima e o essencial da sociologia que ele projetou construir. O objetivo é identificar, na sociologia de orientação católica, como a sociologia de Durkheim é percebida e confrontada.

Alceu Amoroso Lima: trajetória e estratégias de reconversão simbólica

Algumas propriedades sociais são importantes para termos uma compreensão do universo social no qual Amoroso Lima é formado e o peso decisivo de um conjunto de “disposições duráveis” (Bourdieu) que o erige como um dos mais importantes do campo intelectual brasileiro no final do século XIX e início do XX.

Filho de comerciante industrial, ele fez seus estudos primários em casa (uma prática das famílias que dispunham de um capital social e econômico na época), sob a orientação do professor João Kopke, fundador da “Escola Nova do Brasil”, e os estudos secundários no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, um dos colégios mais prestigiosos do Brasil. Alceu terminou os estudos secundários em 1908. No ano seguinte, entrou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1911, ainda estudante, começou a trabalhar em um escritório de advocacia com João Carneiro de Sousa Bandeira (advogado, diplomata, ensaísta e professor), tio do poeta Manoel Bandeira (1886-1968). Nesse mesmo período, torna-se diretor da revista *A Época*, em que publica seus primeiros textos e comentários jurídicos.

Em 1913, volta pela terceira vez à Europa, onde entra em contato com o escritor José Pereira da Graça Aranha, que lhe propõe organizar uma associação cultural no Brasil, que se chama Goethe, voltada para os intelectuais. Durante sua permanência em Paris, ele frequenta, na Sorbonne, no Collège de France e no Institut Catholique de Paris, cursos de filósofos importantes como Bergson e Jacques Maritain. Como vimos anteriormente, na primavera de 1913, o curso de Maritain fará grande sucesso. Muito influenciado por Figueiredo, após sua conversão (1928), Amoroso Lima assume a direção do Centro Dom Vital e a edição da revista *A Ordem*. No entanto, modificando as orientações e distanciando essas instituições do aspecto político de Figueiredo, ele se engaja na busca de uma universalidade, com base em uma óptica neotomista. Nas suas *Memórias improvisadas* (1973, pp. 144-149), Amoroso Lima explica como recebeu a influência de Bergson, que o conduziu em direção ao espiritualismo: “ao retornar ao Brasil (em fins de 1914), depois de demorada permanência em Paris, vinha imbuído das ideias de Bergson, do seu espiritualismo evolucionista, de seu vitalismo criador” (Lima, 1973, p. 145). Mas em seguida ele se deixou influenciar, sobretudo, pela filosofia neotomista de Jacques Maritain, que marcará toda a sua vida.

Os anos que seguem após 1940 serão os da consolidação do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, com abertura de vários centros de pesquisas empíricas e a criação de instituições de ensino superior. Alceu Amoroso Lima exerceu um papel importante para o desenvolvimento de uma corrente chamada “sociologia católica”. Seu projeto é deslegitimar a sociologia universitária durkheimiana. Dito de outra maneira, tentando retirar a sociologia do domínio do positivismo, Amoroso Lima propôs redefinir a disciplina a partir dos princípios cristãos e tomistas. Ele se opõe claramente à sociologia dos fatos sociais, tais como queria Durkheim, e estima que exista “uma possível compatibilidade entre os postulados cristãos e a reflexão racionalista sobre a vida social inspirada em Frédéric Le Play e Jacques Maritain” (Meucci, 2011, p. 70).

Amoroso Lima, como vimos, participa em 1941 da fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde se torna professor de literatura brasileira, até sua aposentadoria, em 1963. Foi nomeado representante do Brasil durante o concílio do Vaticano II, acontecimento que o marca profundamente. Entre os anos 1930 e 1934, ele se interessa pelos estudos de economia e de sociologia. Nessa época, relendo Jacques Maritain, inspira-se na democracia cristã, a democracia social, a partir do “humanismo integral”¹⁹. Ele estima que nesse período a literatura sobre as questões

19. *Humanismo integral* é o título de um livro de Jacques Maritain, publicado em 1936, ano da guerra civil na Espanha, do front popular na França e da subida do regime totalitário na Europa. Nesse livro,

sociais era quase ausente. A ausência dessa literatura nas áreas de sociologia e economia aparece para ele como uma oportunidade de investir na literatura do ensino social da Igreja. Segundo ele, a ocasião da publicação da Encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, em 1931, comemorativa da *Rerum Novarum*, impõe uma visão da posição da Igreja no Brasil sobre a realidade social e política. Daí seu interesse pela sociologia e pelo estudo do problema da burguesia. Alceu busca dissociar o espírito burguês do espírito cristão. Para ele, a burguesia caminha numa direção oposta à filosofia cristã. Estes livros publicados por ele, *Esboço de introdução à economia moderna* (1930), *Debates pedagógicos* (1931), *Preparação à sociologia* (1931), *O problema da burguesia* (1932), *Pela reforma social* (1932), *Política* (1932), *O senhor Fernando de Azevedo e sua sociologite aguda e o que mais lhe aconteceu* (1936), são todos impregnados de ideias sociais e políticas de Jacques Maritain (Lima, 1973, pp. 148-149).

Com efeito, a entrada de Amoroso Lima nesse domínio da sociologia vem como uma estratégia de se reposicionar no campo intelectual. Após alguns fracassos com uma estratégia como na promoção de cargos universitários, ele tenta várias atividades em diferentes domínios, inclusive no domínio da indústria, empreendimento de seu pai. Reportamo-nos às suas *Memórias improvisadas* para confirmar o exposto acima:

Só muito tarde, em 1930, depois de estagiar na advocacia, na diplomacia, na própria indústria, e de ingressar em 1919 no jornalismo literário – é que Augusto Frederico Schmidt me animou a disputar um concurso para a cátedra de sociologia na então Escola Normal, hoje instituto de Educação. Minha inscrição causou surpresa. E até indignação. A Sociologia era então considerada um feudo “positivista”. Aconteceu até mesmo o seguinte episódio cômico. Um dos candidatos, o Professor Lupércio Hope, meu antigo professor de matemática, enviou um ofício ao diretor da Escola, Professor Carlos Werneck, protestando contra minha inscrição, “por ser católico” [...].

[...] Foi então que acedi ao convite de Fernando de Azevedo, na época diretor da Instrução Pública no Rio, a participar da banca examinadora do concurso para a cátedra de Literatura Brasileira, junto a Coelho Neto, Nestor Vitor e Antenor Nascentes. Era o meu ingresso no ambiente universitário, não mais como aluno, mas como candidato a professor... Por causa da Revolução de Outubro, o concurso de Sociologia afinal não se realizou. Mesmo depois da apresentação das teses, inclusive a minha de *Introdução à economia moderna*, que certamente seria contestada desde o título e o tema. Como dois anos mais tarde, em 1932, o seria minha *Economia pré-política* apresentada ao concurso para a cátedra de Economia Política, já agora

Maritain preconiza uma nova cristandade, uma cristandade profana, dez anos após a condenação nacionalista da Action Française.

na Faculdade Nacional de Direito. Economia dos “primitivos”, não era economia política na opinião do Professor Inácio de Azevedo Amaral, um dos arguidores.

Classificado em segundo lugar (Leônidas de Resende, meu ex-colega no curso de Direito, é que tirou a cátedra), não desisti. No ano seguinte me preparei para o novo concurso na cátedra de Introdução ao Direito, na mesma faculdade com uma tese sobre *Introdução ao Direito Moderno*. Foi Hermes Lima que venceu a competição. Viria ainda a disputar um concurso, em 1947, com uma tese sobre *O crítico*, para a cátedra de Literatura Brasileira, já agora na Faculdade Nacional de Filosofia, para a qual fora nomeado interinamente pelo Ministro Gustavo Capanema [...]. Dessa vez entrei, talvez por não se apresentarem outros competidores. Desde 1929, entretanto, como presidente do Centro Dom Vital começara a me exercitar no magistério particular num curso sobre Sociologia e a doutrina social da Igreja. Especialmente a partir de 1931, depois da publicação da Encíclica *Quadragesimo Anno* [...].

Quando em fins de 1937, aceitei a sucessão de Afonso Pena Júnior, como reitor da Universidade do Distrito Federal, assumi também a cátedra de Sociologia. Ainda o meu catolicismo ia ser “uma pedra no caminho”. Percebi que um dos meus alunos vivia me interpelando durante as aulas... Também durou pouco tempo esse meu curso... Em meados do ano, deixei a reitoria e a cátedra nessa universidade. Continuei apenas com aulas de Sociologia, na Faculdade de Serviço Social, que se fundara no Rio, a primeira no Brasil depois de São Paulo, no Instituto de Educação Familiar e Social, patrocinado pelo Cardeal Leme, sob a direção de religiosas francesas de um instituto secular sem hábito especial, e que por muito tempo eu mesmo não soube que pertenciam a uma Congregação Religiosa.

Só em 1941, com a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, é que assumi, até me aposentar em 1963, a cátedra de Literatura Brasileira. Já então assumira também nas Faculdades Católicas, que se transformaram na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a mesma cátedra de Literatura Brasileira.

Guardo desses quarenta e quatro anos de ensino universitário, tanto em institutos particulares como em faculdades públicas, a mais cara e inesquecível das recordações. Todas as demais tentativas profissionais constituíram meros ensaios, nesse drama comum da procura de uma vocação particular. Penso que a minha era essa. Só lamento não me ter preparado sistematicamente para a profissão. E de nela ter ingressado e sempre me mantido como autodidata, com esse espírito amadorístico, que terá sido porventura a nota típica, com seus percalços e também suas vantagens, de toda a minha vida intelectual (Lima, 1973, pp. 223-224).

Como podemos observar nesse longo depoimento, oriundo de uma família abastada social e economicamente, após os fracassos acumulados, Amoroso Lima investe seus trunfos na consagração enquanto *leadership* católico e como professor universitário. Sua entrada na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro foi vista não somente como um prêmio de consolação, conversão do capital social e simbólico;

o projeto era promover uma sociologia católica. Contudo, o sucesso de Amoroso Lima em parte se deve não somente às condições objetivas, mas às transformações de seus privilégios em recursos culturais. Isso permite a Amoroso Lima adquirir um certo conhecimento dos móveis de lutas e concorrência no campo intelectual e seu funcionamento. Como mostrou Sergio Miceli:

Os concursos havidos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro no início da década de 1930 revelam, por outro lado, os móveis centrais das lutas no campo intelectual da época, na medida em que permitiam aferir o valor social atribuído aos intelectuais e o estado da concorrência em relação às posições mais cobiçadas. O móvel da concorrência entre os candidatos às cátedras deslocou-se do terreno estritamente jurídico para a esfera das teorias políticas e sociais acerca do papel do Estado. O confronto entre os defensores de uma posição materialista e os porta-vozes de uma postura espiritualista que se manifesta por ocasião do concurso para a cátedra de economia política, ao qual se apresentaram Leônidas de Rezende (com a tese *Formação do capital e seu desenvolvimento*) e Alceu Amoroso Lima (com a tese *Ensaio sobre a economia pré-política*), ressurgiu no momento do concurso para a cátedra de introdução à ciência do direito, ao qual se apresentaram dez candidatos, entre os quais Hermes Lima, o vencedor, com a tese *Material para um conceito de direito*, de 34 páginas, e Alceu Amoroso Lima, com a tese *O materialismo jurídico e suas fontes*, de 331 páginas (Miceli, 2001, p. 124).

É preciso assinalar que Hermes Lima, que supera Amoroso Lima em 1933 e foi nomeado à cátedra de Introdução ao Direito moderno, se inscreve numa posição teórica oposta a Amoroso Lima e próxima à perspectiva durkheimiana. Enquanto Hermes Lima se apresenta como adepto da sociologia de Durkheim e às ideias políticas de Pareto, Amoroso Lima prefere a sociologia de Le Play e de seu discípulo Tourville. Esse clima acaba concorrendo para a existência da sociologia. Segundo observa Maria Hermínia Tavares de Almeida (2001), nos anos 1930 existe certa legitimidade das Ciências Sociais no Brasil, pois nesse período os católicos, os liberais, os integristas ou os de esquerda e todas as tendências se acordam sobre o fato de que as ciências sociais deveriam indicar os caminhos das reformas políticas e sociais necessárias para o progresso do país, mesmo se entre eles houvesse desacordo sobre os tipos de ciências que deveriam conduzir ao termo as reformas sociais.

Entre os livros de Amoroso Lima do domínio da ciência social²⁰, *Preparação à sociologia* é o principal, na medida em que o próprio autor o apresenta como um

20. Podemos destacar: *Problemas da burguesia* (1932); *Introdução à economia moderna* (1930); *Introdução ao direito moderno* (1933).

manual de sociologia cristã²¹. Publicado em 1931 no Brasil, o livro recebe tradução francesa em 1934, intitulado *Fragments de sociologie catholique*, por uma editora conhecida, Desclée De Brouwer et Cie. A coleção “Questions Disputées” é coordenada por Charles Journet e Jacques Maritain. A tradução foi realizada por Jean Duriau e Georges Raeders, e a introdução é assinada por Jean Duriau. É importante assinalar que o livro recebe pequena notícia na *Revue Néo-Scolastique* de l’Université Catholique de Louvain, já mencionada²².

Como na França do final do século XIX e início do XX, conforme vimos, no Brasil, a difusão de manuais de sociologia católica nos seminários católicos e nas escolas (de nível secundário) “era uma estratégia da elite católica para redefinir a sociologia científica nos termos dos dogmas cristãos”²³ (Monteiro, 2011, p. 458). Assim, a concepção de sociologia esboçada por Amoroso Lima é de uma filosofia social fundada sobre princípios de uma sociedade cristã harmoniosa, que repulsa os conflitos e o individualismo graças à ação espiritual da Igreja. Influenciado por Le Play e pela filosofia de Maritain, o autor cede pouco espaço aos avanços das ciências sociais desenvolvidas em São Paulo por Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, por exemplo (Brochier, 2016, p. 29). Nesta última seção, veremos alguns elementos

21. Esse aspecto é bem indicado por Lorena Monteiro no seu texto “A cultura católica da Cátedra de sociologia nos primórdios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul” (2011). Podemos conferir também a dissertação de mestrado, *A estratégia dos católicos na conquista da sociologia*, na UFRGS, Porto Alegre-RS, 2006. Analisando os cadernos de cursos de Laudelino Teixeira de Medeiros em sociologia, no colégio Universitário (nível secundário), intelectual católico, um dos fundadores da sociologia no estado do Rio Grande do Sul, Medeiros observa que suas lições eram marcadas por uma sociologia de orientação católica. Notadamente, o conceito de Durkheim de fato social era retomado das interpretações de Alceu Amoroso Lima no livro *Preparação à sociologia*.
22. Pierre Harmignie, “Tristan d’Athayde, *Fragments de sociologie chrétienne*. Introduction par Jean Duriau”. *Revue Néo-Scolastique de Philosophie*. 39 (50): 246-247, 1936. A introdução ressalta que Amoroso Lima era um brasileiro, jurista, tendo feito seus estudos na França, agnóstico, cristão convertido, chefe de indústria, cidadão do mundo, graças à curiosidade intelectual que o faz manter contato com uma rede de relações sociais importante, incluindo todos os movimentos de interesses literários e sociais.
23. Para maior aprofundamento, ver a tese de doutorado de Marcelo Cigales, *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares*, do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, 313 p. Com ênfase na história do ensino de sociologia no Brasil, por meio de análise de manuais escolares católicos, o trabalho desvela as disputas de projetos educacionais e ao mesmo tempo apreende o surgimento de uma corrente sociológica, denominada católica ou cristã, concorrente da sociologia acadêmica e científica, em via de institucionalização no Brasil. As fontes remetem a oito livros e manuais escolares, escritos e traduzidos entre os anos de 1920 e 1940: *Sociologia*, de A. Lorton (1926); *Preparação à sociologia*, de Tristão de Athayde ([1931] 1942); *Sociologia cristã*, de Guilherme Boing, em dois volumes (1938; 1939); *Noções de sociologia*, de Madre Francisca Peeters ([1935] 1938); *Sociologia catholica e o materialismo (Questão social)*, de Fernando Callage (1939); *Introdução à sociologia*, de Alcionilio Bruzzi Alves da Silva (1942); e *Programa de sociologia*, de Afro do Amaral Fontoura ([1940] 1944).

fundamentais da sociologia católica de Alceu Amoroso Lima, confrontando principalmente a sociologia durkheimiana.

Fundamentos de uma sociologia católica

Busca-se nesta última seção apreender alguns elementos essenciais da sociologia católica de Alceu Amoroso Lima, no livro *Preparação à sociologia*, publicado em 1931.

O livro é composto por seis capítulos: I) Princípios sociais; II) Progresso social; III) Estrutura social; IV) Elementos sociais; V) Anomalias sociais; VI) Ordem social.

Amoroso Lima parte da constatação de que a sociologia estava no estado de precariedade, pois ela vagueia entre uma variedade de interpretações. Constantemente ela recebe da realidade histórica novas experiências. Nesse sentido, a sociologia era para ele uma ciência informe, cuja legitimidade era discutível. A situação é tal que, enquanto os sociólogos afirmam que a sociologia é uma ciência, os não sociólogos se perguntam, com ceticismo, quais são as leis que essa ciência estabeleceu e quais resultados forneceu à sociedade. Entre pessimismo e otimismo, Amoroso Lima propõe uma terceira via. Ele não crê que a sociologia seja capaz de resolver os problemas da sociedade, e avança, citando Jacques Maritain, que “não é a uma filosofia prática e sim à parte prática da teologia que de fato compete regular nossas ações” (Lima, s/d, p. 9). Essa perspectiva normativa da sociologia católica proposta por Amoroso Lima contrasta com a sociologia científica preconizada por Durkheim, que sempre defendeu uma ciência explicativa, capaz de romper com o utilitarismo, escapando de uma explicação pela causa final ou raciocínio “teleológico”, que só valem para os indivíduos (Durkheim, 2014)²⁴. Vale lembrar que, embora Durkheim critique a postura normativa da sociologia da sua época, notadamente a de Frédéric Le Play, ele afirmava desde *Da divisão do trabalho social* (1893) o seguinte: “Mas o fato de que nos propomos, antes de mais nada, a estudar a realidade não resulta que renunciemos a melhorá-la: estimamos que nossas pesquisas não são dignas de uma hora de trabalho, se elas só devessem ter um interesse especulativo” (Durkheim, 2004, p. XLV).

Referindo-se a Auguste Comte, Amoroso Lima afirma que sua grande obra foi tentar o monopólio da sociologia. Tais como a matemática e a biologia, ciências das relações numéricas e ciência vital, Comte pretendeu fundar a sociologia por uma poderosa sistematização científica enquanto ciência das relações sociais. Visto que a sociedade é um objeto a ser estudado, nada impede Comte de conceber a ciência da sociedade como uma ciência exata (p. 10). Para Amoroso Lima, a sociologia de seu tempo estava no mesmo estágio deixado por Comte. E desse fato, prossegue, se

24. Cf. o cap. v, “Regras relativas à explicação dos fatos sociais”, pp. 91-125.

quisermos ver construir uma ciência da sociedade, o primeiro passo a fazer é reagir, não contra a metafísica pura, mas, ao contrário, contra as metafísicas impuras, tais como os naturalistas, do mesmo modo, como a sociologia positiva se colocou contra a metafísica individualista (p. 9). Aqui, dois aspectos buscam deslegitimar a sociologia durkheimiana: primeiro, desconsideram-se os avanços da produção científica e a institucionalização da escola francesa de sociologia (identificada muito tempo como a sociologia de Durkheim), com as principais obras já publicadas – *Da divisão do trabalho social* (1893), *As regras do método sociológico* (1895), *O suicídio: um estudo sociológico* (1897), tido por muitos como o texto fundador da sociologia – e a revista *L'Année Sociologique* (1898), que reúne em torno de si colaboradores de forte e sólida formação acadêmica nas mais prestigiosas instituições de ensino na França (École Normale Supérieure e Sorbonne). O outro aspecto é que Durkheim sempre lutou contra a metafísica e se situou no campo filosófico francês do lado do racionalismo crítico encarnado por Comte e Kant, em oposição ao espiritualismo de Ravaisson e Lachelier, preferidos por Bergson, Maritain²⁵ e o próprio Amoroso Lima.

Segundo Amoroso Lima, a ciência social deve se fundar na observação empírica dos fenômenos sociais e na interpretação filosófica desses fenômenos: “tudo o que hoje corre no mundo como sendo ciência social, veremos que não é mais do que empirismo social puro ou uma metafísica social, quase sempre naturalista” (Lima, s/d, p. 11). Para ele, é necessário reagir contra essa associação. A ciência social deve ser dividida em três partes: a sociologia (filosofia social), a sociografia (ou empirismo social) e a socioprudência (ou ação social). A ciência social é um todo, composto dessas três partes, que devem ser estudadas à luz dos princípios filosóficos morais ou dos fatos sociais, ou, ainda, em vista do progresso social. Dito de outra maneira, como a metafísica social, ou seja, a doutrina da sociedade em suas relações com os domínios do saber humano, e, portanto, como um conhecimento geral da vida. Ou enquanto observação social positiva, isto é, o conhecimento da sociedade em sua existência objetiva (histórica), preliminar em toda interpretação ou aplicação prática. E, enfim, como ação social, isso se traduz em termos concretos, em leis, em práticas de tudo o que foi observado empiricamente e para uma especulação filosófica, para construirmos verdadeiramente uma ciência social. “Quando, portanto, me refiro à sociologia como ciência social, não o faço no mesmo sentido daqueles que só julgam conhecimento certo o conhecimento ‘científico’” (*Idem*, p. 12). Para Amoroso Lima, essa concepção positiva da ciência confunde terrivelmente as coisas. Ele propõe considerar as coisas à luz de uma concepção integral da realidade, a saber, que não

25. Isaac Benrubi, *Les sources et les courants de la philosophie contemporaine en France*, 2 vols. Paris, Alcan, 1933.

se limita ao conhecimento no domínio das realidades sensíveis, que fez o mundo moderno, a partir de Kant, perder a fé na inteligência (p. 12).

Amoroso Lima distingue duas concepções da vida: uma cristã e uma concepção agnóstica ou materialista. O que as diferencia é o totalismo, a incorporação completa da realidade. Para o autor, nós estamos diante de dois sistemas filosóficos no que concerne à ciência e à realidade. Uma concepção que reduz o conhecimento da realidade aos fatos, às leis, na qual o homem é a medida de todas as coisas; e uma concepção que leva em conta a variedade concreta de todas as riquezas e a complexidade dos indivíduos, adaptando o conhecimento de cada um à sua realidade específica. Na primeira concepção encontramos a subjetividade de Kant e de todos os neokantianos, sobretudo dos positivistas e dos materialistas; na segunda, encontramos o objetivismo aristotélico-tomista, greco-medieval (pp. 12-13). É nessa última concepção que Amoroso Lima entende fundar sua concepção da sociologia, que ele define como uma sociologia finalista ou integral. Essa última pretende restabelecer o equilíbrio perdido entre a sociedade e o indivíduo. Ela não vem confirmar a natureza, ou ainda menos negar a ação das causas segundas. Ela quer demonstrar simplesmente que a natureza é insuficiente para explicar a si mesma (p. 16).

Do que foi dito, é evidente a oposição que Amoroso Lima faz ao campo filosófico de tradição kantiana e neokantiana, ao positivismo e às ciências sociais da natureza (p. 15). Ele reprova essas tradições de reduzir o homem ao nada: em si, o homem não é nada, para a sociologia naturalista, derivada de Comte e Durkheim, que encontraram muitos adeptos. Para essa sociologia o homem é simplesmente um ponto de passagem. A existência real é a sociedade. Como Simon Deploige outrora, Amoroso Lima critica a sociologia de tradição durkheimiana de ter “deificado a sociedade e de dissolver o homem na sua individualidade, no processo social”. Ele remete essa concepção a Comte que, segundo entende, não concebia a psicologia como uma ciência autônoma, porque o homem não tinha uma existência em si. Por consequência, o homem se torna o objeto de toda ciência; a biologia estuda o que de animal existe nele; a sociologia, o social. A oposição mais clara estabelecida entre a sociologia católica preconizada por Amoroso Lima e a sociologia durkheimiana se dá na distinção que o autor brasileiro faz entre o que ele chama de sociologia naturalista ou determinista (oriunda da Comte e mais especificamente de Durkheim) e a sociologia que ele pretende fundar a partir dos postulados filosóficos aristotélicos-tomistas e teológicos. Àquela sociologia naturalista e determinista ele opõe uma sociologia social cristã, segundo ele “a forma mais completa da sociologia finalista” (p. 37).

Essa perspectiva leva a uma concepção distinta do fato social. Para Amoroso Lima, a formação da estrutura social é composta da seguinte forma: a) a vida natural, a vida; b) a vida individual, o homem; c) a vida familiar, a família; d) a vida econômica, o

grupo profissional; e) a vida cívica, o Estado; f) a vida internacional, a Sociedade das Nações; e a vida sobrenatural, a Igreja. Esses elementos se desenvolveriam de maneira harmoniosa e integral formando a sociedade cristã. Reduzidos como um triângulo, esses elementos básicos seriam: a natureza, o homem e a sociedade, que, por conseguinte, formam os elementos básicos do fato social, como deve compreender a sociologia finalista (p. 90). Nisso sua sociologia cristã se opõe diretamente à sociologia durkheimiana, classificada na sua obra como naturalista.

A concepção naturalista dá ao fato social um significado excessivamente objetivo, suprimindo-lhe todo o caráter humano, para atribuir-lhe apenas uma tipologia estatística, confundindo o fato físico ou biológico, objeto das ciências experimentais. Se o estudo da sociedade, antes de Comte e Le Play, não possuía do fato social senão uma concepção muito larga demais, podemos dizer que a concepção naturalista do fato social lhe deu um âmbito excessivamente estreito (Lima, s/d, p. 90).

É importante lembrar que a contestação da definição do fato social dada por Durkheim é corrente na sua época. Notadamente seu postulado de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas repercutiu muito no meio católico²⁶. No que concerne ao estreitamento, segundo Amoroso Lima, que a sociologia naturalista teria feito do fato social – leia sociologia durkheimiana –, a circunscrição do objeto da sociologia, em *As regras do método*, ganha outra explicação:

Eis, portanto, uma ordem dos fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais (Durkheim, 2014, pp. 3-4).

Vê-se, portanto, que o esforço de Durkheim é para constituir a autonomia e especificidade da natureza dos fatos sociais, *vis-à-vis* da biologia e da psicologia, necessário para tornar a sociologia uma disciplina autônoma no campo científico, contrariamente ao que afirma Amoroso Lima na passagem anterior.

26. Veja, a esse respeito, o prefácio à segunda edição de *As regras do método sociológico* (Durkheim, 2014, pp. xv-xxxI).

Considerações finais

Este artigo buscou objetivar as estratégias da Instituição católica para se opor à sociologia universitária, fundada sob a égide de Émile Durkheim, na França, que no Brasil teve notáveis representantes como Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, homens de frente no processo de institucionalização da sociologia como ciência e do seu ensino no Brasil. Ora, o projeto de fundar uma sociologia católica para rivalizar com a sociologia durkheimiana, como na França, se dá num contexto de reaparelhamento da Igreja Católica, da refundação da filosofia de Santo Tomás de Aquino e da formação do catolicismo social. Para tanto, a Instituição católica instala um conjunto de dispositivos institucionais: recrutamento de intelectuais católicos de tradição neotomista, criação de institutos de ensino superior, revistas filosóficas de vocação neoescolástica, que serviram de veículos de difusão do neotomismo e do pensamento social católico.

A partir da investigação que temos realizado sobre essa temática nos dois países, postula-se que existem características assaz comuns, a saber: a) Como afirma Serry: “A sociologia católica empírica, inspirada pelos textos doutrinários oficiais, não se insere nos debates sobre o *status* e as condições epistemológicas de uma ciência do social” (2004b, p. 32). Os autores da sociologia católica não citam senão marginalmente os sociólogos reconhecidos da época como Durkheim, Tarde, Fouillée. E quando o fazem, é para insistir sobre as insuficiências da “sociologia científica”. b) As produções de manuais de sociologia católica são investimentos feitos por personalidades em grande parte do corpo eclesiástico, muitos sem uma grande formação universitária, sendo assim mais caracterizados como autodidatas. Desse modo, ficaram à margem dos espaços mais acadêmicos e universitários. c) Os fundamentos teóricos são orientados pelo neotomismo e pelo ensino social da Igreja, caracterizando-se como uma sociologia normativa e apologética²⁷. d) O alvo principal foi a sociologia de Durkheim, apesar de as críticas ao positivismo comtiano e ao marxismo estarem explicitamente presentes desde a *Rerum Novarum*.

Nos dois casos, Brasil e a França, a Instituição católica busca recuperar um espaço social de notoriedade, relegado após a expansão de uma sociedade democrática e republicana no contexto do desenvolvimento econômico e industrial, no qual a sociologia acadêmica tem forte penetração no ensino superior e secundário, contribuindo para a formação do espírito crítico e cidadão.

27. Cf. a introdução ao dossiê *Sociologies Catholiques*, *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 179: 17-24, (Chatelan, 2017).

Referências bibliográficas

- ABREU, A. *et al.* ([1984] 2001), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro, Florense Universitária/Finep.
- ALMEIDA, M. H. T. ([1989] 2001), “Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 2 ed. rev. e corr. São Paulo, Editora Vértice.
- AUDREN, F. (1º semestre 2005a), “Découvrir Paul Bureau et la science sociale”. *Études Sociales – Paul Bureau et les Sciences Sociales*, n. 141: 3-8.
- AUDREN, F. (1º semestre 2005b), “Sociologie, action sociale et morale catholique chez Paul Bureau”. *Études Sociales – Paul Bureau et les Sciences Sociales*, 141: 9-88.
- BELLIOT, A. (1911), *Manuel de sociologie catholique : histoire, théorie, pratique*. Paris, P. Lethielleux, Librairie-Éditeur.
- BENRUBI, I. (1933), *Les sources et les courants de la philosophie contemporaine en France*, 2 vols. Paris, Alcan.
- BROCHIER, C. (2016), *La naissance de la sociologie au Brésil*. Rennes, PUR.
- BUREAU, P. (1923), *La science des mœurs. Introduction à la méthode sociologique*. Paris, Bloud et Gay.
- CAMPOS, F. A. (1998), *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Paulus.
- CHATELAN, O. (Juillet-septembre 2017), “Introduction”. *Archives de Sciences Sociales des Religions: Sociologies catholiques. La circulation des référents islamiques*. En ligne, 179: 17-24. Mis en ligne le 01 septembre 2017, URL: <http://journals.openedition.org/assr/29564>, consultado em 01/06/2018.
- CIGALES, Marcelo. (2019), *A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares*, 313 p. Santa Catarina, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
- CUCHET, G. (juillet-septembre 2012), “La réception catholique des *Formes élémentaires de la vie religieuse* (1912) d’Émile Durkheim”. *Archives de Sciences Sociales des Religion*, 159: 29-49.
- DEPLOIGE, S. (1927), *Le conflit de la morale et de la sociologie*. Paris, Nouvelle Librairie Nationale.
- DAROS, M. das Dores & PEREIRA, E. A. T. (jan./abr. 2015), *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Maringá-PR, 15, 1 (37): 235-267.
- DURKHEIM, E. (1913), “Reviewed work: *Manuel de sociologie catholique* by R. P. A. Belliot”. *L’Année Sociologique* (1909-1912), 12: 14.
- DURKHEIM, E. ([1895] 2014), *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes.
- DURKHEIM, E. (2004), *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- FOURNIER M. (2007), *Émile Durkheim (1858-1917)*. Paris, Fayard.
- HARMIGNIE, Pierre. (1936), “Tristan d’Athayde, *Fragments de sociologie chrétienne*. Introduction par Jean Duriau”. *Revue Néo-scholastique de Philosophie*. 39 (50): 246-247.

- HENRY, O. & SERRY, H. (juin 2004), “La sociologie, enjeux de luttes”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 153.
- LIMA, A. A. (1973), *Memórias improvisadas*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, A. A. (s/d), *Preparação à sociologia*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor.
- LIMA, A. A. (1934), *Fragments de sociologie catholique*. Paris, Desclée de Brouwer et Cie. “Questions Disputées”.
- LEÃO XIII. (1999), *Encyclique Aeterni Patris* (1879). La philosophie Chrétienne. Paris, Pierre Téqui Editeur.
- LEÃO XIII. ([1891] 1965), *Rerum Novarum*. São Paulo, Paulinas.
- MARITAIN, J. (1923), “Préface à la troisième édition”. In: DEPLOIGE, S. (1927), *Le conflit de la morale et de la sociologie*. Paris, Nouvelle Librairie Nationale, pp. xvii-xx.
- MARITAIN, J. (1983), “Saint Jean de la Croix, praticien de la contemplation”. *Œuvres complètes*, vol. iv.
- MERCIER, D.-J. (1894), “Introduction”. *Revue Néo-Scholastique*, n. 1.
- MEUCCI, S. (2011), *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo, Hucitec, Fapesp.
- MICELI, S. (1981), *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Paris, Presses Universitaires de Grenoble, PUG/Maison des Sciences de l’Homme.
- MICELI, S. (2001), *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MONTEIRO, L. M. (abr.-jun. 2011), “A cultura escolar católica da cátedra de sociologia nos primórdios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. *Educação e Sociedade*, Campinas, 32 (115): 453-469. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- NAUDET, P. (1899), *Premiers principes de sociologie catholique*. Paris, Librairie Bloud et Barral.
- LORTON, A. (1923), *Notions de sociologie*. Paris, Gigord.
- OLIVEIRA, M. (2009), “Émile Durkheim e a sociologia brasileira”. In: MASSELLA, Alexandre B. (org.). *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte, Argumentvm, pp. 231-257.
- PADILHA, T. & VELEZ, R. (1998), “La philosophie au Brésil”. In: *Encyclopédie philosophique universelle: iv. Le Discours Philosophique*. Paris, PUF.
- PLOUVIEZ, M. (2005), “De la Science positive de la morale à la morale sociologique – Paul Bureau, lecteur de Durkheim”. *Les Études Sociales*, Société d’Économie et de Sciences Sociales, Paul Bureau (1865-1923) et la Science Sociale, 141: 89-120.
- POEY, P. (1914), *Manuel de sociologie d’après les documents pontificaux, à l’usage des Séminaires et des Cercles d’études*. Paris, Gabriel Beauchesne Éditeur.
- SERRY, H. (2004a), *Naissance de l’intellectuel catholique*. Paris, La Découverte.
- SERRY, H. (2004b), “Saint Thomas sociologue? Les enjeux cléricaux d’une sociologie catholique dans les années 1880-1920”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 3 (153): 28-40.
- VELLOSO, M. P. “A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica”. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 21 (3), 1978: 117-160.

Resumo*A sociologia católica de Alceu Amoroso Lima contra a sociologia durkheimiana no Brasil*

A fundação da sociologia por Durkheim assiste na França ao retorno da filosofia tomista, resultado de uma “estranha aliança” entre a Igreja católica e os intelectuais. Buscando impedir o avanço das ciências sociais, em especial da sociologia durkheimiana, e estabelecer o catolicismo social, a “sociologia católica” encontra seus fundamentos no tomismo e no ensino social de Leão XIII. Após situar a tensão entre sociologia católica e sociologia durkheimiana na França, o artigo objetiva analisar os mecanismos de difusão do neotomismo francês no Brasil, e suas influências na formação de uma sociologia católica brasileira; identificar os agentes sociais e os órgãos que contribuíram com a profissionalização do ensino da sociologia. De cunho histórico e bibliográfico, ele se inscreve numa sociologia dos intelectuais, consagrando um lugar especial a Alceu Amoroso Lima, figura central no *corpus* da tradição intelectual católica brasileira. A pesquisa conclui que Amoroso Lima se alinha aos católicos sociais franceses por sua origem social, sua trajetória no espaço acadêmico, que combina fracassos universitários e reconversão do capital social e simbólico; e sua inscrição no campo filosófico ligado ao espiritualismo bergsoniano no início e, mais tarde, ao neotomismo de Maritain. Tais prerrogativas lhe dão direito de entrar no campo das ciências sociais rivalizando com a sociologia acadêmica em via de institucionalização. Palavras-chave: Sociologia católica; Sociologia Durkheimiana; Fato social; Neotomismo.

Abstract*Alceu Amoroso's catholic sociology opposed to Durkheim's sociology in Brazil*

Émile Durkheim's sociology founding watches the comeback of the Thomistic philosophy in France, resulting from an “awkward alliance” between the Catholic church and the intellectuals. This project intended to thwart the spread of social sciences, especially Durkheim's sociology, and establish the catholic sociology, in order to allow the Catholic church to recover its prestigiousness in the modern society. The “catholic sociology” is substantiated by the Thomistic philosophy and Leo XIII's social teaching. After pointing out the conflict between the catholic sociology and Durkheim's sociology in France, the article aims to analyze the mechanisms that spread the French neo-Thomism in Brazil and its influences on the founding of the Brazilian catholic sociology, afterwards, it is intended to identify the social agents and the institutions that contributed to the professionalization of the sociology's teaching. Historically and bibliographically, the article is located on an intellectual's sociology, reserving a special place to Alceu Amoroso Lima, main author in the *corpus* of the Brazilian intellectual catholic tradition. The research shows that Amoroso Lima is aligned to the French social Catholics for his social origin, his academic path, which combines university failures and reconversion of the social and symbolic capitals; his position on the philosophic field, linked to Bergson's spiritualism in the beginning, and to Jacques Maritain's neo-Thomism later, are prerogatives that give him

the right to enter on the social science being opposite to the academic sociology through the institutionalization.

Keywords: Catholic sociology; Durkheim's sociology; Social fact; Neo-Thomism.

Texto recebido em 16/04/2020 e aprovado em 01/06/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.168845

JUAREZ LOPES DE CARVALHO FILHO é doutor em Sciences Sociales et Économiques, pelo Institut Catholique de Paris (França). É professor Associado do Departamento de Sociologia e Antropologia e membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão (São Luís, Brasil). E-mail: juarez.lopes@gmail.com.



A crise do tripartismo europeu

O caso da igualdade de gênero na concertação social em Portugal

Raquel Rego*

<https://orcid.org/0000-0002-7342-8695>

Tatiana Pita*

<https://orcid.org/0000-0003-2589-4867>

Cristina Nunes*

<https://orcid.org/0000-0003-4667-7060>

Introdução

O tripartismo tem mais de um século. Embora a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tenha dado um incentivo com a recomendação de 1960 sobre consulta, e em 1974 publicado uma Convenção sobre consulta tripartida, são conhecidas estruturas tripartidas, por exemplo, no Reino Unido antes da Primeira Guerra Mundial (Corby & Latreille, 2012).

A União Europeia (UE) é conhecida por promover o diálogo social como meio para alcançar mais equidade no mercado de trabalho e paz social inclusive por via tripartida. A concertação social é, assim, em muitos Estados-membro (Eurofound, 2016), a instância nacional de diálogo social, envolvendo o governo e os chamados parceiros sociais (confederações sindicais e de empregadores) na busca de consenso para as políticas públicas.

Partimos do princípio de que, se os parceiros sociais e o governo representam os interesses das mulheres, podemos esperar que os acordos da concertação social, também designados por pactos sociais, reflitam o consenso em torno da igualdade de gênero no mercado de trabalho. Com efeito, a igualdade de homens e mulheres no trabalho é promovida nos discursos das principais instituições políticas internacionais e nacionais há décadas, mesmo se as mulheres continuam a enfrentar obstáculos

* Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

no acesso a empregos dignos ao longo da sua vida, a uma carreira profissional e a posições de chefia.

De notar que Portugal é conhecido por ter uma taxa de emprego das mulheres acima da média europeia, muitas vezes devido aos baixos rendimentos do agregado familiar, e por o sistema de relações laborais português se enquadrar no modelo do Sul da Europa. Esse modelo se caracteriza por o Estado ter um papel fundamental na regulação das relações laborais, por haver um clima de grande conflitualidade entre os parceiros sociais e as estruturas de diálogo social nos locais de trabalho serem pouco relevantes (Eurofound, 2017).

O objetivo deste artigo¹ é descrever e compreender o papel da concertação social na promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho no caso português. Qual tem sido o papel da concertação social na promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho? O tema está muito ou pouco presente nos compromissos celebrados ao longo de mais de trinta anos de tripartismo? Que sentido, genérico ou preciso, assume a igualdade de gênero nos acordos assinados? Como evoluiu a igualdade de gênero na concertação social? E em função do quê variou? Estas são algumas perguntas de partida para nossa pesquisa.

Uma primeira seção do artigo é dedicada ao estado da arte. Começamos mostrando que, enquanto alguns autores destacam a importância do tripartismo para a paz e bem-estar social, outros sublinham a sua crise. Depois salientamos a extinção da política europeia de igualdade de gênero para refletir sobre os contributos, movidos pelo interesse econômico, dos parceiros sociais. Após a apresentação da metodologia usada, em que se justifica a análise temática de todos os pactos sociais assinados em Portugal em mais de trinta anos, expomos os resultados pelos principais períodos da história da concertação social portuguesa. Por fim, discutimos os resultados relacionando-os com a literatura e o contexto. Na conclusão, salientamos as principais descobertas desta pesquisa e apelamos a uma reforma da concertação social.

O tripartismo como uma estratégia para o consenso

Os sindicatos e as organizações de empregadores são os únicos grupos de interesse que alcançaram o papel de instituições parceiras do Estado a título permanente².

1. Este artigo resulta do projeto de pesquisa “REP – Representatividade dos Parceiros Sociais e o Impacto da Governança Económica”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref.^a PTDC/SOC-SOC/29207/2017).

2. Em Portugal, existem quatro confederações patronais – Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Confederação do Turismo Português (CTP) – e duas confederações sindicais – Confederação

Há, portanto, uma hierarquia que coloca esses grupos socioeconômicos de interesse numa posição que outros não alcançaram nas democracias liberais. O tripartismo insere-se no padrão das democracias corporativistas que se orientam pelo consenso (Lijphart, 2012). O corporatismo é, assim, a configuração de um sistema e um processo de formação de políticas, sobretudo econômicas (Corby & Latreille, 2012). E a literatura, como mostra Lijphart (2012), tende a apoiar os sistemas corporativistas, considerando que estão associados a um melhor desempenho econômico, na medida em que a cooperação promove o desenvolvimento mais duradouro. Há uma internalização do conflito e, portanto, controle das possíveis pressões (Regini, 2003).

Esses sistemas corporativistas encontram-se em particular na Europa continental no início do século xx. Um dos pilares do chamado “modelo social europeu” foi o estabelecimento do diálogo social como um instrumento fundamental das políticas públicas europeias, nomeadamente do emprego e mercado de trabalho (Gold, Cressey & Léonard, 2007; Hassel, 2009; Baccaro, 2015), e isso se traduz antes de mais na negociação coletiva e na concertação social. Neste contexto geográfico, “[...] o conflito de classes caracterizou os sistemas partidários e as instituições políticas de tal maneira que os parceiros sociais ganharam um status único [...]” (Hassel, 2009, p. 7). Essa preocupação europeia, em melhorar sua imagem pública através desses processos de regulação e boa governação, terá sido fomentada em particular com a crise de legitimidade democrática no início dos anos 1990 (Kröger, 2008).

Para os governos, são claros os múltiplos ganhos com o tripartismo. Como diz Hassel (2009), o que é determinante no tripartismo é o interesse do governo pelo que a situação política e macroeconômica é importante para compreender o desempenho do tripartismo (Hamman *et al.*, 2015; Colombo, Tirelli & Visser, 2014). Através do tripartismo, os governos mobilizam os principais implicados nas políticas, coletam informação e obtêm a sua cooperação na implementação de medidas difíceis (Baccaro, 2015), cumprem com os requisitos democráticos de transparência e prestação de contas (Donaghey & Teague, 2005), conseguindo desse modo apoio eleitoral (Hassel, 2009). O tripartismo, consumado através dos pactos sociais, é uma forma de os governos fomentarem a paz social e atenuarem a conflitualidade social e política (Hamman *et al.*, 2015; Colombo, Tirelli & Visser, 2014). O tripartismo consubstanciou-se como estratégia para ultrapassar bloqueios com os parceiros sociais e foi utilizado em países como Portugal e Espanha, onde reformas trabalhistas encontraram forte resistência (Royo, 2010).

Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-*IN*), União Geral de Trabalhadores (UGT) – com assento na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social. Outras confederações existem que não mereceram esta representação institucional.

Já os benefícios para os parceiros sociais não têm sido alvo de tão clara sistematização. De um modo geral, considera-se que a institucionalização de sua participação é uma importante prova de sua força, portanto uma fonte também de legitimidade (Hassel, 2009). Os sindicatos, em particular, para além da obtenção de supostas melhores condições para os trabalhadores, são movidos pela necessidade de se manterem como instituição relevante no sistema político (Hassel, 2009). De resto, em alguns contextos esta é a única forma de as organizações sindicais influenciarem as políticas nacionais (Donaghey & Teague, 2005).

No Brasil, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) passou de uma “CUT-movimento”, nos anos 1970-80, para uma “CUT-organização”, com os governos Lula e Dilma. O caso da representação institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC num fórum tripartido, no início dos anos 1990, é deste modo considerado emblemático (Ladosky & Rodrigues, 2018). Como mostram Ladosky e Rodrigues (2018), a mudança de estratégia da CUT começa em alterações estatutárias no final dos anos 1980, mas torna-se efetiva com o novo contexto político-econômico: “Diante do contexto adverso do desemprego em patamar elevado e da dificuldade em realizar mobilizações de massa, a ação institucional acabou sendo uma ‘solução’ para os sindicatos permanecerem ativos e, em alguma medida, atuantes na defesa dos interesses dos trabalhadores” (2018, p. 60). Para esses autores, essa nova orientação, combinada com outras ações, como greves, não sendo apenas defensiva, levou a uma desconexão com os trabalhadores nos locais de trabalho, contribuindo assim para a crise do sindicalismo-CUT (Ladosky & Rodrigues, 2018, p. 71). Carvalho e Costa (2018, p. 176) evidenciam ainda que o papel mais institucional do sindicalismo impulsionou o reconhecimento da forma legal das centrais sindicais e a criação do imposto sindical.

A crise do tripartismo

No entanto, o debate sobre o tripartismo é hoje também marcado pela tese de que o tripartismo está em crise (Baccaro, 2015; Corby & Latreille, 2012). Seu declínio é evidente em alguns países membros da Zona Euro (i.e., Irlanda, Itália, Espanha e Portugal) na medida em que a resposta à crise da dívida soberana e aos programas de austeridade implementados implicou o desprezo pela consulta dos parceiros sociais. A crise do sindicalismo, traduzida num decréscimo do número de membros, não lhe foi alheia, e há quem sustente que foi mesmo responsável pelo referido desprezo dos sindicatos (Culpepper & Regan, 2014). De fato, alguns governos europeus aprovaram reformas de modo unilateral, ignorando as estruturas e procedimentos de diálogo social (Baccaro, 2015).

Mas a tese da crise do tripartismo vai além da crise da Zona Euro. Sanchez-Mosquera (2018) analisou a concertação social na Espanha e mostra que os sindicatos acabaram por compactuar com uma política que os enfraqueceu. A crise do tripartismo é resultado de uma abordagem neoliberal ampla e abrange diversos países. Também na Alemanha, por exemplo, foram adotadas reformas sem envolvimento dos sindicatos (Baccaro, 2015). Há ainda evidência de que a crescente jurisdição das relações de emprego conduz à rejeição de tribunais tripartidos, por exemplo, no Reino Unido (Corby & Latreille, 2012).

O tripartismo instituiu-se como uma forma de dar “voz” a interesses e valores tendencialmente conflitantes na economia e de prover justiça processual, ou seja, envolvendo os afetados (Heckscher, 2008), mas o processo é por isso lento. A concertação social implica tempo para negociar e o apoio dos sindicatos (Regini, 2003), o que dificilmente é compatível com o entendimento da necessidade de uma intervenção rápida. Além disso, o tripartismo é predominantemente consultivo, pelo que o envolvimento dos parceiros sociais não garante a sua influência efetiva. Essa característica, além de desmotivar a negociação de alguns parceiros sociais (Rego *et al.*, 2018), pode estar contribuindo para o agravamento do *deficit* democrático (Kröger, 2008).

O desmantelamento da política de igualdade de gênero na UE

Desde a década de 1970, o debate e as iniciativas institucionais internacionais se sucedem sobre os direitos das mulheres e a forma como estes se enquadram na própria estrutura dos direitos humanos. Mas foi nos anos 1990 que a consciencialização se tornou mais clara (CIDM, 2013). Um dos marcos históricos mais relevantes é a Conferência Internacional sobre as Mulheres, de 1995, em Pequim, por adotar a Declaração e Plataforma de Ação, identificando áreas críticas, posteriormente reavaliadas (CIDM, 2013). Neste quadro, a UE teve um papel de destaque desde o início (Jacquot, 2017), ao incluir a igualdade de gênero na Carta dos Direitos Fundamentais da UE de 2000 (Rubery, 2015) e ao integrar a eliminação das desigualdades e a promoção da igualdade entre homens e mulheres no Tratado da UE e no Tratado de Funcionamento da UE (CIG, 2015).

A política de igualdade de gênero promovida pela UE compreendia legislação antidiscriminação, ações positivas, integração da perspectiva de gênero, financiamento e programas de ação (Jacquot, 2017). No entanto, para o período que antecede a expansão das políticas de igualdade de gênero, comparando treze países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1974-86), Whitehouse (1992) mostrou que não há evidência sobre a eficácia da legislação na

melhoria da igualdade de gênero. Nesse sentido também Zartaloudis (2015), que se debruçou sobre o caso português e grego (1995-2009), sustenta que nesses dois países não havia uma preocupação com a igualdade de gênero até meados de 1990. As mudanças ocorrem sobretudo através da Estratégia Europeia de Emprego, delimitada em 1997, que constituiu “[...] o principal motor das reformas da igualdade de gênero na política de emprego” (Zartaloudis, 2015, p. 531).

É assim que os regimes de gênero³ da UE passaram de um “modelo de exceção” para um “modelo antidiscriminação” e chegaram hoje a um “modelo de direitos”, para usarmos a tipologia de Jacquot (2017). Como diz essa autora, se a passagem do primeiro para o segundo modelo revela uma política progressista, o último modelo evidencia a desconstrução e mesmo o dismantelamento da política de igualdade de gênero. O que está em causa, como diz, é a progressiva extinção da política de igualdade de gênero na UE, com cortes no financiamento, redução de medidas e de condições para sua implementação (Jacquot, 2017).

O contributo dos parceiros sociais

A literatura sobre o papel dos parceiros sociais na promoção da igualdade de gênero é escassa. Mas o caso francês parece confirmar a tese de retrocesso. Em 2004 foi assinado um pacto sobre “[...] diversidade e igualdade profissional entre homens e mulheres” (Garner, 2009, p. 2). E, em 2006, os parceiros sociais franceses assinaram um novo acordo sobre a diversidade, que foi estendido em 2008 a todas as empresas (Lanquetin, 2009). O paradigma conceitual parece, pois, transitar da igualdade à diversidade, em que se incluem a etnia, a idade e a deficiência.

A nível europeu, um estudo recente, de Elomäki e Kantola (2020), sustenta que os parceiros sociais europeus são atores cruciais para a promoção da igualdade de gênero e lhes atribui um triplo papel: a) influenciam os instrumentos da UE face à política de igualdade de gênero; b) moldam o significado da igualdade entre homens e mulheres; e c) participam na transformação da relação entre o econômico e o social na agenda da UE. Ao mesmo tempo, os parceiros sociais são contraditórios e têm um entendimento limitado do gênero e da igualdade, o que pode acarretar efeitos negativos para o avanço na justiça social (Elomäki & Kantola, 2020). As autoras (2020) mostram que os temas econômicos possuem primazia na ação das confederações patronais europeias. Ao invés disso, as confederações sindicais tendem a promover

3. Seguimos o conceito de R. W. Connell, que no artigo, dos anos 1990, “The state, gender and sexual politics” sustenta que cada Estado tem um “regime de gênero” que resulta de uma ordem de gênero mais ampla da sociedade, incluindo as lutas sociais.

a dimensão social e a se mostrar favoráveis a mudanças legislativas que incentivam a igualdade de gênero. Nesse sentido, em 2015 e 2016, as confederações patronais foram desfavoráveis a negociar alterações no quadro europeu face às licenças de maternidade e de paternidade, enquanto do lado sindical houve uma posição concordante. Mas tanto parceiros sociais sindicais como patronais tendem a economizar a igualdade de gênero, ou seja, a igualdade de gênero não é vista como um fim em si mesma.

Em suma, se o tripartismo faz parte do padrão das democracias que promovem o consenso, as características intrínsecas do tripartismo e as políticas neoliberais para a desregulação do mercado de trabalho, esse “mantra dos novos tempos” (Rodrigues *et al.*, 2018, p. 1), levam vários autores a falarem da crise do tripartismo. Ao mesmo tempo, os escassos estudos sobre o contributo dos parceiros sociais, nomeadamente para a igualdade de gênero, apontam para que o diálogo social seja centrado numa perspectiva econômica, empobrecendo o debate. Na UE, onde o sistema corporativista está mais desenvolvido, procede-se agora, segundo alguns autores, ao desmantelamento das políticas de igualdade de gênero.

Metodologia

O objetivo da nossa pesquisa é descrever e compreender o papel da concertação social na promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho partindo do caso português. Adotamos um método qualitativo, privilegiando a análise de dados secundários: os acordos tripartidos ou pactos sociais. Os pactos sociais são o produto do consenso encontrado a nível nacional e, portanto, espera-se que reflitam a convergência quanto à igualdade de gênero.

A fim de compreendermos o contributo da concertação social para as políticas de promoção de igualdade de gênero, tivemos em conta, de forma complementar, o quadro normativo diretamente relacionado com a igualdade de gênero no mercado de trabalho, quer Diretivas europeias, quer diplomas jurídicos nacionais e outros instrumentos de políticas públicas.

Analizamos tematicamente os 25 pactos sociais assinados ao longo de mais de trinta anos de tripartismo em Portugal (1984-2019), isto é, desde a criação de uma instância de concertação social, em 1984, o *Conselho* Permanente de Concertação Social, até aos nossos dias, já no quadro da *Comissão* Permanente de Concertação Social inserida no Conselho Económico e Social (fundado em 1991) (Lima, 2000). Se por um lado temos uma análise exaustiva, por outro lado, o número de pactos é pequeno ($N < 30$) pelo que vimos limitada a análise estatística.

Para a localização, codificação e quantificação das passagens relativas ao tema da igualdade de gênero, utilizamos o *software MaxQda*. Para a análise de conteúdo,

estabelecemos a seguinte lista de termos de pesquisa: “mulher(es)”, “homem(ns)”, “gênero”, “sexo”, “trabalhadora”, “igualdade”, “diversidade”, “família”, “maternidade”, “parentalidade”, “gravidez/grávida”, “pai(s)”. Após esse levantamento, codificamos as passagens em cinco subtemas (Tabela 1). No subtema “Proteção na Maternidade”, foram incluídos segmentos de análise que dizem respeito a medidas de proteção das mulheres grávidas e mães em relação a horários ou tarefas que possam comportar riscos para a saúde, maior proteção laboral das mulheres grávidas e mães nos despedimentos etc. Em “Inserção no Mercado de Trabalho das Mulheres”, foram tidos em consideração os segmentos que correspondem a referências expressas à inserção das mulheres, genericamente. A categoria “Não discriminação” identifica os segmentos que promovem a igualdade de oportunidades ou penalizam a discriminação laboral para ambos os sexos, como a nível remuneratório. Em “Conciliação Família-Trabalho”, foram igualmente agrupados os segmentos com conteúdos sobre harmonização entre a vida familiar e profissional de ambos os sexos. Por último, em “Medidas Orientadas para Homens”, consideraram-se os conteúdos que promovem medidas de igualdade de gênero em relação aos homens em particular, como “cuidar dos filhos”.

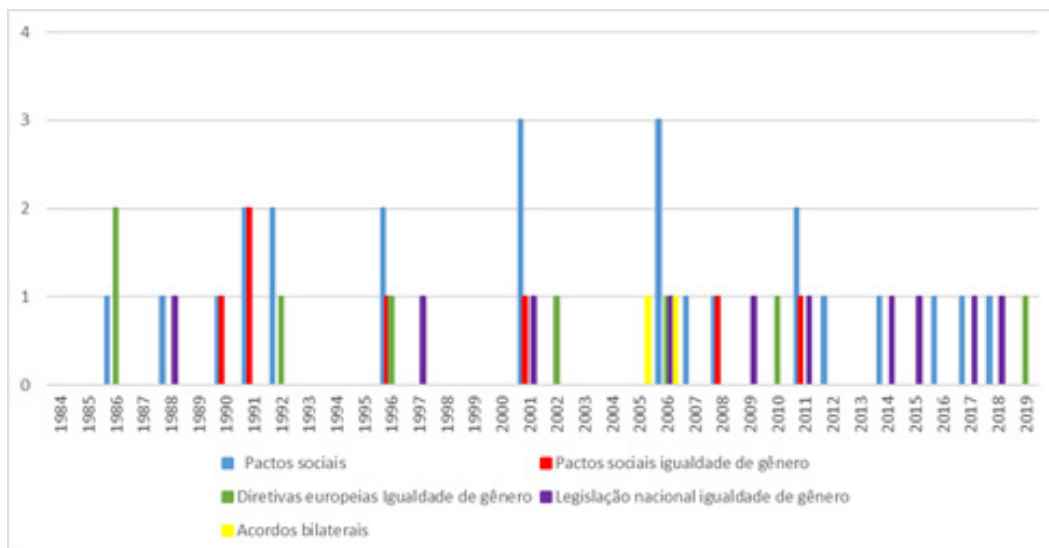
Resultados

Levando em conta os 35 anos do período de observação (1984-2019), constatamos que a distribuição dos pactos sociais ao longo do tempo é irregular: por um lado, em alguns anos não são assinados pactos sociais (i.e., 1997-2000); por outro lado, há anos com diversos pactos assinados, sendo 2006 o que mais teve pactos (4). Essa irregularidade pode ser entendida como o resultado de um padrão de institucionalização da concertação social marcado por avanços e recuos (Lima e Naumann, 2011; Natali & Pochet, 2009).

Se no total foram assinados 25 pactos sociais, só 7 fazem alguma referência à igualdade de gênero. O período com mais pactos sociais com conteúdos de igualdade de gênero são os anos 1990, estando o tema praticamente ausente dos acordos da última década (Gráfico 1).

Do ponto de vista do contexto político, observamos que os governos do Partido Socialista (PS), centro-esquerda, e os governos minoritários, independentemente da ideologia, celebraram mais pactos sociais com inclusão de referências à igualdade de gênero, o que no fundo corresponde à expectativa de um maior diálogo à esquerda. Contudo, a diferença em relação a governos liderados pelo Partido Social Democrata (PSD), centro-direita, e a governos majoritários não é significativa. No total, o PS celebrou 16 pactos sociais e o PSD apenas 7, mas só 4 e 3, respectivamente, apre-

GRÁFICO 1

Pactos sociais e Quadro Normativo sobre Igualdade de Género (1984-2019)

sentavam conteúdos de igualdade de gênero. De notar que o PS esteve mais tempo no governo do que o PSD e que houve sobretudo governos minoritários ao longo do período de observação (10 em 13). De notar que a promoção do tripartismo por governos majoritários foi notada como uma particularidade do país (Lima & Naumann, 2011).

Os parceiros sociais não aderiram todos ao mesmo tempo à concertação social, nem os pactos sociais foram assinados sempre por todos, não havendo qualquer obrigação nesse sentido. Assim, a confederação sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a patronal Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) assinaram todos os 25 pactos sociais, enquanto a confederação sindical CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), mais representativa, foi a organização que menos assinou (15 em 24). Considerando, em particular, os pactos sociais com referência à igualdade de gênero, apenas a CGTP ficou excluída de 4 dos 7. As implicações para o sucesso dos pactos e para a imagem dos parceiros sociais, por exemplo, são de avaliar, mas importa sobretudo reter que os pactos foram sendo sempre assegurados pela assinatura da UGT, a confederação sindical menos representativa e próxima do PS, o que parece confirmar a tese do empoderamento por via da institucionalização.

Os sete pactos sociais com alguma referência ao tema da igualdade de gênero totalizam 29 segmentos em que se pode encontrar o tema (Tabela 1). Esses segmentos revelam a igualdade de gênero em diversos sentidos. O Acordo de Concertação

TABELA 1

Pactos sociais com referência à igualdade de gênero, por subtemas (1990-2011)

PACTOS SOCIAIS	SUBTEMAS					Total
	Proteção na Maternidade	Inserção no Mercado de Trabalho das Mulheres	Não Discriminação (ambos os sexos)	Conciliação Família-trabalho (ambos os sexos)	Medidas orientadas para Homens	
Acordo Económico e Social (1990)	–	1	–	–	1	2
Acordo de Política de Formação Profissional (1991)	–	3	–	–	–	3
Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (1991)	1	–	–	–	–	1
Acordo de Concertação Estratégica (1996)	2	1	3	3	–	9
Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação (2001)	–	–	2	1	–	3
Acordo para um Sistema de Regulação das Relações Laborais (2008)	3	–	–	4	1	8
Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego (2011)	–	3	–	–	–	3
TOTAL	6	8	5	8	2	29

Estratégica de 1996 e o Acordo para um Sistema de Regulação das Relações Laborais de 2008 são os que reúnem mais e diversas referências.

Durante o período de observação, a produção normativa sobre igualdade de gênero, quer ao nível de Diretivas europeias, quer da produção legislativa nacional, apresenta uma distribuição mais regular do que os pactos sociais (Gráfico 1). Recorde-se que o último pacto social com conteúdos de igualdade de gênero é de 2011 e, contudo, a produção normativa vai até 2019.

1984-1990

Desde a *criação* da primeira instância de concertação social até ao surgimento do Conselho Económico e Social, que coincide com a adesão de Portugal à Comuni-

dade Econômica Europeia, período governado pelo PSD, Portugal apresenta um contexto econômico marcado pela crise e instabilidade financeira. Por exemplo, em 1984, a inflação situava-se em 28,5%, e nos anos seguintes era também muito elevada (Anexo). Os conteúdos dos pactos sociais eram fortemente determinados pela conjuntura macroeconômica e pela necessidade de controlar a inflação e o *déficit* público, com vistas a cumprir os critérios de convergência (Natali & Pochet, 2009). Os primeiros pactos sociais (1986-1988) centram-se assim nas políticas de rendimento e de controle da inflação e não contam ainda com a participação da principal confederação sindical, a CGTP.

Só em 1990, com o Acordo Econômico e Social-AES, são inseridos conteúdos muito breves e genéricos à igualdade de gênero, como o “Desenvolvimento de programas que visem à inserção no mercado de trabalho dos grupos mais desfavorecidos, nomeadamente as mulheres” (AES, 1990). Há também no AES uma referência dirigida aos homens no sentido da proteção social em situação de viuvez, o que de resto parece ir ao encontro da Diretiva 86/378/CEE do Conselho, de 24 de julho de 1986, relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres aos regimes profissionais de segurança social através da “Extensão ao cônjuge sobrevivente homem do direito à pensão de sobrevivência, direito anteriormente circunscrito ao cônjuge sobrevivente mulher” (AES, 1990).

1991-2004

Esse período, que poderemos chamar *de consolidação*, pois abrange o início da concertação social enquadrada na Comissão Permanente de Concertação Social até ao acordo bilateral inédito, inicia-se com um governo majoritário do PSD que, em 1995, é substituído por um governo minoritário do PS. Uma das prioridades de ambos os governos continua a ser cumprir os critérios de convergência econômica para a integração europeia, mantendo-se como meta importante diminuir a inflação e o *déficit* das contas públicas (Anexo). Esse fator explica que, em 1992, o governo majoritário do PSD assinasse novamente um acordo dedicado às políticas de rendimento (Lima & Naumann, 2011). A partir de 1995, o governo PS vê-se sobretudo confrontado com a necessidade de cumprir as regras econômicas europeias, o que culminará com a entrada em circulação da moeda única europeia. Essa conjuntura condiciona a assinatura dos pactos sociais, pois são necessários consensos políticos com os parceiros sociais.

Nesta segunda fase, em que se celebram vários pactos sociais (8), identificam-se mais referências à igualdade de gênero e pela primeira vez são assinados pactos que reúnem o consenso total. Os pactos sociais específicos, de 1991, sobre formação pro-

fissional (APFP) e segurança higiene e saúde no trabalho, referem de novo as mulheres de forma genérica como um grupo que deve ser alvo de medidas de integração no mercado de trabalho, associando medidas com financiamento europeu: “A intensificação das medidas relativas ao emprego e formação de mulheres e de jovens, com destaque para as que se integram nos respectivos programas operacionais” (APFP, 1991). Esses pactos específicos decorrem, em parte, de Diretivas europeias (Diretiva 89/48/CEE e Diretiva 89/391/CEE).

Nesse período, destacam-se ainda o Acordo de Concertação Estratégica (ACE), de 1996, e, cinco anos depois, o Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação (2001). O ACE tem conteúdos mais precisos relativos à igualdade de gênero, e nele consta também uma referência direta à necessidade de transpor as Diretivas europeias (artigo 7 da Diretiva 92/85/CEE que estabelece que as mulheres grávidas, puérperas ou lactantes têm o direito de não exercer trabalho noturno). Esse acordo afirma também que é necessário cumprir a Diretiva 96/334/CE sobre o Acordo-quadro da licença parental celebrado pelos parceiros sociais europeus, que estabelece “prescrições mínimas para facilitar a conciliação das responsabilidades profissionais e familiares dos trabalhadores com filhos”. O período pós acordo de 1996 corresponde a uma fase de crise da concertação social em Portugal, segundo alguns autores (Lima & Naumann, 2011; Natali & Pochet, 2009). Divergências entre empregadores, organizações sindicais e partidos políticos inviabilizaram a implementação integral desse acordo, e os anos seguintes são caracterizados pela ausência de pactos. Em 2000, a concertação social recupera uma nova dinâmica com um papel mais ativo da CGTP (Lima & Naumann, 2011), que assina três pactos. O pacto de 2001, sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho e Educação (PEMTE), contém de novo orientações sobretudo genéricas sobre integração das mulheres no mercado de trabalho, procurando “Combater a discriminação, no trabalho e nas remunerações, baseada no gênero, e apoiar a inserção das mulheres na vida ativa” (PEMTE, 2001). Esses anos de retomada do dinamismo da concertação social são interrompidos em 2002 pelo governo PSD, que procura menos o diálogo com os parceiros sociais e segue uma implementação unilateral das reformas legislativas (Natali & Pochet, 2009).

2005-2010

Esse *período*, que podemos chamar *de estabilização*, na medida em que o acordo bilateral de 2005 comprova que a concertação social se tornou uma prática institucional regular que os próprios parceiros sociais reclamam, e que vai até ao agudizar da crise da Zona Euro, inicia-se ainda num momento de ausência de diálogo entre o governo

PSD e as confederações sindicais. A partir de 2006, sob governação socialista, foram assinados seis pactos sociais: Acordo sobre a Fixação e Evolução da RMMG, Acordo sobre a Reforma da Segurança Social, Acordo sobre as Linhas Estratégicas de Reforma da Segurança e Acordo Visando à Formação Profissional (todos em 2006 e o último bilateral), Acordo para a Reforma da Formação Profissional (2007) e Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Proteção Social em Portugal (2008). Desses pactos sociais, apenas no último encontramos referências a conteúdos de igualdade de gênero. O pacto social de 2008 assumiu uma articulação especial entre as várias fontes normativas e revela uma maior presença de conteúdos de igualdade de gênero. O pacto determina várias medidas que sugerem mudanças legislativas ao nível da proteção laboral e da parentalidade, sendo bastante preciso nos termos, como se ilustra a seguir:

Aumentar de cinco para dez dias úteis a licença a gozar obrigatoriamente pelo pai por altura do nascimento do filho, metade dos quais logo após o nascimento [assim como] Remunerar a 100% dez dias úteis opcionais de licença, a gozar pelo pai em simultâneo (AT 2008).

Apesar de o pacto social não o referir, os conteúdos parecem decorrer do quadro normativo europeu mais uma vez. A Diretiva 2006/54/CE estabelece “[...] o princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional”. Importa notar que algumas das propostas do pacto social terão sido introduzidas posteriormente na revisão do Código do Trabalho de 2009. Mas essa alteração no Código do Trabalho refere a Diretiva europeia, e não o pacto social. Contudo, o Decreto-lei n.º 91/2009, que estipula o regime jurídico de proteção social na parentalidade, faz referência ao pacto social, no seu preâmbulo. Esse período é, de resto, marcado pela produção de outras leis nacionais relevantes para a igualdade de gênero no mercado de trabalho.

2011-2014

O *período de exceção*, ou seja, de intervenção das instituições supranacionais como resultado do Memorando de Entendimento, mostra ainda assim que os problemas económicos influenciam a assinatura de pactos sociais e contribuem para os governos procurarem o apoio dos parceiros sociais. Nesse período, que cobre o tempo da crise da dívida soberana, a taxa de desemprego chega a atingir 16,2% (Anexo), representando o valor mais elevado desde 1984. Nesses anos, foram assinados quatro acordos em Portugal: Declaração Conjunta de um Acordo Tripartido para a Competitividade (2011), Acordo Tripartido para a Competitividade e o Emprego

(2011), Compromisso para a o Crescimento, Competitividade e Emprego (2012) e o Acordo Relativo à Atualização da Retribuição Mínima Mensal (2014). Os acordos de 2011 são antecedidos de uma greve geral em 2010, que reuniu de forma inédita as duas confederações sindicais (UGT e CGTP). Nesse período, o governo minoritário PS enfrenta forte agitação social e política devido à implementação das medidas de austeridade do IV Plano de Estabilidade e Crescimento. Com esses pactos, o governo procura reforçar seu apoio junto das organizações sindicais e diminuir a contestação social (Lima e Artiles, 2011). Somente o Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego-ATCE (2011) contém algumas considerações sobre os temas da igualdade de gênero, dirigidas ao mercado de trabalho e aos níveis de desemprego causados pelo impacto da crise econômica. Observa-se uma preocupação com o desemprego nas mulheres, mas regressa-se a uma referência genérica e breve ao tema:

Portugal, assim, precisa de aumentar a competitividade das empresas e de combater o desemprego, do qual resultam impactos sociais e económicos muito negativos, em especial nos grupos dos jovens e das mulheres [...] tendo em conta o nível de desemprego, especialmente preocupante entre as mulheres (ATCE, 2011).

Os dois últimos pactos (2012 e 2014) são assinados sob uma conjuntura de crise econômica e social e durante a presença da Troika (Fundo Monetário Internacional-FMI, o Banco Central Europeu-BCE e a Comissão Europeia-CE) no país.

2015-2019

No *período de retomada* da concertação social como prática democrática, os indicadores econômicos apresentam uma evolução positiva face ao período anterior. Os níveis de inflação, de *déficit* orçamental e de desemprego decrescem consideravelmente, assim como a contestação social, medida pelo número de greves (Anexo). Nenhum dos três pactos sociais celebrados pelo governo PS no último período de nossa observação faz referência à igualdade de gênero. Trata-se de: Acordo à Aplicação da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) (2016), Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo (2017) e Combater a Precariedade e Reduzir a Segmentação Laboral (2018). Mas, nesse período, continua a ser publicada legislação no âmbito da igualdade de gênero, destacando-se a Lei n.º 60/2018 que “[...] aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor”.

Em suma, as referências à igualdade de gênero nos pactos sociais em Portugal são escassas e tendencialmente genéricas. Os subtemas mais objeto dos pactos sociais

foram a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conciliação da vida familiar e profissional para ambos os sexos. A igualdade de gênero foi relevante sobretudo no ACE de 1996 e no acordo tripartido de 2008, assinados por governos PS. Em ambos os casos há referência a Diretivas europeias, e os conteúdos são precisos e surgem também em legislação nacional. A produção legislativa sobre igualdade de gênero decorre em grande medida do quadro normativo europeu, havendo raramente articulação de conteúdos com os pactos sociais. Quer governos do PS quer do PSD, portanto mais à esquerda ou mais à direita, promoveram a concertação social, embora com ligeiro domínio do PS. O diálogo social foi viabilizado sobretudo graças à disponibilidade da UGT, que assina desde o primeiro momento, sem a CGTP na concertação social, e mesmo em período de intervenção da troika.

Discussão

Em Portugal, diversos autores se têm debruçado sobre a igualdade de gênero no mercado de trabalho, nomeadamente nas assimetrias salariais (Casaca, 2013; Casaca & Perista, 2017), na divisão sexual do trabalho e políticas de emprego (Ferreira, 2010), no equilíbrio entre a vida profissional e familiar (Amâncio, 2007; Cunha & Atalaia, 2019). Mas são escassos os estudos sobre o sistema de relações laborais na perspectiva do gênero ou que envolvam uma análise do papel dos parceiros sociais na promoção da igualdade de gênero.

Uma das exceções é o trabalho de Ferreira (2002), que na viragem do século mostrava como historicamente as organizações sindicais começaram por excluir a filiação de mulheres e foram depois aderindo a uma lógica de inclusão, mas não numa posição de igualdade face aos homens. A autora sustenta que as atitudes dos sindicatos contribuíram para práticas segregadoras das mulheres no mercado de emprego, nomeadamente através de convenções coletivas de trabalho que perpetuavam as diferenças salariais entre homens e mulheres (Ferreira, 2002). Uma segunda exceção na literatura cabe a Cerdeira que, em 2009, publica o que julgamos ser o único estudo que integra a igualdade de gênero na análise da concertação social. Cerdeira conclui que a presença do tema é pouco mais do que simbólica. A autora justifica esse resultado com o que chama de “fraquezas” que afetam o sistema de relações laborais: a crise econômica, que impediria um alargamento dos cadernos reivindicativos; a negociação centralizada, que dificultaria a alteração efetiva de remunerações de base; o tom conflitual das relações laborais que as fazem tender para um centramento na revisão da tabela salarial e persistir na divisão sindical.

Uma análise atenta dos pactos sociais permite-nos ver, primeiro, que a referência à igualdade de gênero reflete diferentes paradigmas concetuais ao longo do tempo. Há

nos primeiros segmentos identificados nos pactos sociais sobre igualdade de gênero um claro centramento na mulher enquanto mãe ou grávida, notando-se, a partir de meados de 1990, a introdução da conciliação vida familiar-privada, seguindo o que Zartaloudis considerou “um mantra” da estratégia europeia de emprego (2015, p. 534). Mais tarde, a inclusão de medidas direcionadas para os homens no tema da igualdade de gênero pode ser interpretada como uma abordagem mais ampla da igualdade, mas o número de segmentos é extremamente escasso.

Em segundo lugar e ao contrário do que alguns autores sustentam para a Europa (Jacquot, 2017), pela análise dos pactos sociais portugueses, não parece haver um “desmantelamento” da igualdade de gênero. Contudo, o tema nunca foi central em nenhum acordo nem surge como resultado de aprendizagem dos próprios parceiros sociais, ou iniciativa. Ao contrário de Jacquot (2017), não detectamos a substituição de uma abordagem concetual centrada na igualdade de gênero para um paradigma da diversidade, porventura porque em Portugal não se tem dado atenção institucional a grupos étnicos, de imigrantes e outros, que pudessem caber com o grupo das mulheres no paradigma da diversidade.

Em terceiro lugar, se a influência do quadro normativo europeu (e de “mulhercratas” – Zartaloudis, 2015) parece fundamental para as políticas nacionais de igualdade de gênero, o nosso estudo mostra que essa influência também se faz nos escassos conteúdos sobre igualdade de gênero nos pactos sociais. Portugal fez progressos legislativos notáveis no que respeita à igualdade de gênero no mercado de trabalho (Monteiro & Ferreira, 2016), mesmo se a implementação de políticas públicas pela igualdade de gênero não tem acompanhado a elevada participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho (Távora & Rubery, 2013). Ora, esses progressos legislativos estão associados à necessidade de transpor Diretivas europeias. De resto, vários autores afirmavam já que a concertação social sempre foi influenciada pelas exigências e condicionamentos do processo de integração europeia (Lima & Naumann, 2011; Natali & Pochet, 2009; Sousa, 2009).

Em quarto lugar, no que diz respeito aos governos, verificamos que não há uma clara associação da iniciativa de concertação social a um partido líder de governo nem a determinada configuração do governo. Apesar dos governos do PS, de centro-esquerda ou mesmo de esquerda (atendendo a que entre 2015-2019 o governo teve o apoio parlamentar dos partidos à esquerda), terem negociado pactos sociais com mais referências à igualdade de gênero, não há uma diferença significativa. O mesmo sucede com os governos maioritários e minoritários; isto é, se num primeiro momento se pode esperar que os minoritários tenham tendido a celebrar mais compromissos sobre igualdade de gênero para fortalecer a sua posição, não encontramos diferenças significativas. Isso não significa que tenhamos evidência que ponha em causa o que

alguns autores (Almeida *et al.*, 2016; Sousa, 2009; Costa, 1994) sustentam, ou seja, que “[...] existe um forte pendor para a instrumentalização governamental da concertação social” (Sousa, 2009, p. 3), ou que partidos mais à esquerda tendam mais ao diálogo social e à valorização dos parceiros sociais, nomeadamente sindicais, mas que ela não é percebida na nossa análise longitudinal e no tema da igualdade de gênero.

Em síntese, a introdução do tema da igualdade de gênero nos pactos sociais é escassa, genérica e influenciada pelo quadro europeu. Nossa análise dos pactos sociais mostra que não existe uma abordagem da igualdade de gênero nos mais de trinta anos de concertação social que a considere central ou aprofunde; pelo contrário, mostra que ela está longe de ser uma prioridade, indo ao encontro da literatura (Cerdeira, 2009; Zartaloudis, 2015). A concertação social parece ter sido palco de consenso dos parceiros sociais em torno da economia, motivada numa primeira fase pela integração europeia, união monetária, depois pela crise econômica de 2008 e finalmente pela implementação de medidas de austeridade. A igualdade de gênero, apesar do consenso que poderia ser atestado em discursos e documentos de todos os parceiros sociais e seguramente nas orientações internacionais de agências públicas, nunca se revelou uma oportunidade de consenso e iniciativa nacional.

Daqui resulta também que valerá a pena explorar a pista de um sistema de relações laborais pouco disponível para inovar. Tal como valerá a pena explorar a pista sobre a falta de representatividade dos parceiros sociais, pois as suas características revelam uma representação de mulheres em posições de tomada de decisão ainda muito aquém da igualdade, como indicam os dados do European Institute for Gender Equality-Eige. Segundo Almeida e colaboradores (2016), a concertação social está provida de “entorses” desde a sua origem. Questionada por diversos autores (Costa, 1994; Lima & Naumann, 2011; Sousa, 2009), a concertação social é em todo caso um compromisso democrático liderado pelo governo, não obrigando a qualquer monitorização ou implementação. A concertação social não é eficaz e, por isso, impõe-se uma reforma no sentido de responsabilizar mais os parceiros sociais envolvidos.

Conclusão

A análise dos pactos sociais assinados ao longo de mais de trinta anos de concertação social em Portugal sob a perspectiva da promoção da igualdade de gênero mostra que o tema, que esperávamos fosse consensual dentro do domínio das políticas económicas, é irrelevante. A concertação social tem um papel muito pouco significativo nas políticas de igualdade de gênero e, quando existe alguma referência, o papel das Diretivas europeias é preponderante. Ora esta conclusão deixa-nos alguma inquietação, pois, se hoje há um desmantelamento das políticas de gênero na Europa, como

defende Jacquot (2017), e a concertação social não é proativa, devemos esperar que a igualdade de gênero sofra um retrocesso entre nós. Assim, a reforma da concertação social parece justificada desde logo porque há evidência empírica de que os parceiros sociais responsáveis pela regulação de mercado de trabalho não estão a lidar com o desafio que é a promoção da igualdade de gênero.

As conclusões da nossa pesquisa parecem reforçar a tese de que as demandas políticas e econômicas se têm mantido como predominantes na concertação social, delegando para segundo plano dimensões sociais e de valores, assim como as críticas que têm sido tecidas à concertação social e que dão conta de que o tripartismo, estando em crise (Baccaro, 2015; Corby & Latreille, 2012), necessita de ser reformado. Para cumprir o papel que efetivamente tem ao seu alcance, a sua missão de envolvimento dos principais grupos de interesse socioeconômicos nas políticas públicas, a concertação social requer um funcionamento que responsabilize os parceiros sociais. Por ora, os acordos assinados nesse órgão consultivo não têm consequências vinculativas, por exemplo na negociação coletiva, nem nunca foram estabelecidas metas ou avaliações do seu impacto. Uma reforma da concertação social é, pois, necessária para manter os interesses conflituais em torno do trabalho dentro do sistema democrático e efetivar a participação democrática (Kröger, 2008).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ramos de *et al.* (2016), “Concertação social: A atividade da CPCS de 2009 a 2015 – Ecos das políticas europeias”. *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*. Coimbra, CES.
- AMÂNCIO, Lígia. (2007), “Gênero e divisão do trabalho doméstico – O caso português em perspectiva”. In: WALL, Karin & AMÂNCIO, Lígia (orgs.). *Família e género em Portugal e na Europa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 181-209.
- AT 2008, ACORDO TRIPARTIDO PARA UM NOVO SISTEMA DE REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS, das Políticas de Emprego e da Proteção Social em Portugal. (25 jun. 2008), Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- ATCE 2011, ACORDO TRIPARTIDO PARA A COMPETITIVIDADE E EMPREGO (22 mar. 2011).
- BACCARO, Lucio. (2015), “Labor market adjustment in Europe: farewell to social concertation?”. *Seminar on International Comparative Analysis of Labor Market Reforms*.
- CARVALHO, Fernanda Forte & COSTA, Hermes Augusto. (2018), “A relação do sindicalismo CUT com o governo: dilemas e perspectivas (2003-2016)”. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, 49: 170-187.
- CASACA, Sara Falcão. (2013), “As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, 72: 31-52, maio.

- CASACA, Sara Falcão & PERISTA, Heloísa. (2017), “Como explicar o persistente diferencial salarial em desfavor das mulheres? Um contributo com base nas dinâmicas laborais recentes em Portugal”. *Socius/CSG Working Papers*. Lisboa, Iseg.
- CERDEIRA, Maria da Conceição. (maio 2009), “A perspectiva de género nas relações laborais portuguesas”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, 60: 81-103.
- CIDM. (2013), *Estratégias internacionais para a igualdade de género: a Plataforma de ação de Pequim (1995-2005)*. Lisboa, CIG.
- CIG. (2015), *Igualdade de género em Portugal*. Lisboa, CIG.
- COLOMBO, Emilio, TIRELLI, Patrizio & VISSER, Jelle. (2014), “Reinterpreting social pacts: theory and evidence”. *Journal of Comparative Economics*, 42: 358-374.
- CORBY, Susan & LATREILLE, Paul. (mar. 2012), “Tripartite adjudication: an endangered species”. *Industrial Relations Journal*, Oxford, 2 (43): 94-109.
- COSTA, Hermes. (1994), “A construção do pacto social”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 39: 119-146.
- CULPEPPER, Pepper & REGAN, Aidan. (2014), “Why don’t governments need trade unions anymore? The death of social pacts in Ireland and Italy”. *Socio-Economic Review*, 4 (22): 723-745.
- CUNHA, Vanessa & ATALAIA, Susana. (2019), “The gender(ed) division of labour in Europe patterns of practices in 18 EU countries”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, 90: 113-137.
- DONAGHEY, Jimmy & TEAGUE, Paul. (2005), “The persistence of social pacts in Europe”. *Industrial Relations Journal*, Oxford, 6 (36): 478-493.
- ELOMÄKI, Anna & KANTOLA, Johanna. (2020), “European social partners as gender equality actors in EU social and economic governance. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 4 (58): 1-17.
- EUROFOUND. (2016), *The concept of representativeness at national, international and European level – Annexes*. Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- EUROFOUND. (2017), *Mapping varieties of industrial relations: Eurofound’s analytical framework applied*. Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- FERREIRA, Virgínia. (2010), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa, Estudos 7, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- FERREIRA, Virgínia. (2002), “O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 62: 121-148.
- GARNER, Hélène. (2009), “Quelle est la place du genre dans les accords sur la diversité?”. *Colloque “Genre et Diversité en Gestion”*.
- GOLD, Michael *et al.* (2007), “Whatever happened to social dialogue? From partnership to managerialism in the EU employment Agenda”. *European Journal of Industrial Relations*, 1 (13): 7-25.

- HAMMAN, Kerstin *et al.* (2015), "Sharing the rewards, dividing the costs? The electoral consequences of social pacts and legislative reform in Western Europe". *West European Politics*, 38 (1): 206-227.
- HASSEL, Anke. (2009), "Policies and politics in social pacts in Europe". *European Journal of Industrial Relations*, 1 (15): 7-26.
- HECKSCHER, Charles. (2008), "The evolution of stakeholder regimes: beyond neocorporatism". In: BLYTON, P., BACON, N., FIORITO, J. & HEERY, J. (orgs.). *The sage handbook of industrial relations*. Londres, Sage Publications.
- JACQUOT, Sophie. (2017), "A policy in crisis. The Dismantling of the EU Gender Equality Policy". In: KANTOLA, J. & LOMBARDO, E. (orgs.). *Gender and the economic crisis in Europe*. Switzerland, Palgrave Macmillan.
- KRÖGER, Sandra. (2008), "Nothing but consultation. The place of organised civil society in EU policy-making across policies". *European Governance Papers (Eurogov)*.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes & RODRIGUES, Iram Jácome. (2018), "A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades", *Tempo Social*, 30 (1), 53-76. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138079>.
- LANQUETIN, Marie-Thérèse. (2009), "Égalité, diversité et... discriminations multiples". *Travail, Genre et Sociétés*, 1 (21): 91-106.
- LIJPHART, Arend. (2012), *Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven, Yale University Press.
- LIMA, Maria da Paz & ARTILES, Antonio. (2011), "Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts". *Transfer*, 17 (3): 387-402.
- LIMA, Maria da Paz & NAUMANN, Reinhard. (2011), "Portugal: From broad strategic pacts to policy-specific package agreements". In: AVDAGIC, S.; RHODES, M. & VISSER, J. (eds.). *Social pacts in Europe: Emergence, evolution and institutionalization*. Oxford, University Press.
- LIMA, Marinús Pires de. (2000), "Reflexões sobre a negociação colectiva e a concertação social em Portugal". In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (org.). *A reforma do pacto social*. Lisboa, INCM.
- MONTEIRO, Rosa & FERREIRA, Virginia. (2016), "Women's movements and the State in Portugal: a State feminism approach". *Sociedade e Estado*, 2 (31): 459-486.
- NATALI, David & POCHE, Philippe. (2009), "The evolution of social pacts in the EMU era: What type of institutionalization?". *European Journal of Industrial Relations*, 15 (2): 147-166.
- REGINI, Mario. (2003), "Tripartite concertation and varieties of capitalism". *European Journal of Industrial Relations*, 3 (9): 251-263.
- REGO, Raquel *et al.* (2018), "The crisis impact on the political discourse of Portuguese social partners". In: LOBO, Marina Costa; SILVA, Filipe Carreira & ZÚQUETE, José Pedro (orgs.). *In changing societies: Legacies and challenges. Vol. II. Citizenship in Crisis*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- RODRIGUES, Iram Jácome *et al.* (2018), “Apresentação – Trabalho e acção sindical em tempos difíceis”. *Tempo Social*, São Paulo, 30 (1): 1-7.
- ROYO, Sebastián. (2010), “A new century of corporatism? Corporatism in Spain and Portugal”. *West European Politics*, 25 (3): 77-104.
- RUBERY, Jill. (2015), “Austerity and the future for gender equality in Europe”. *Industrial and Labor Relations Review*, 4 (68), 715-741.
- SANCHEZ-MOSQUERA, Marcial. (2018), “Trade unionism and social pacts in Spain in comparative perspective”. *European Journal of Industrial Relations*, 1 (24): 23-28.
- SOUSA, Henrique. (2009), “Há futuro para a concertação social? Os sindicatos e a experiência do modelo neocorporativo em Portugal”. *Configurações – Revista de Sociologia*, Porto, 5/6: 1-37.
- TÁVORA, Isabel & RUBERY, Jill. (2013), “Female employment, labour market institutions and gender culture in Portugal”. *European Journal of Industrial Relations*, 3 (19): 221-237.
- WHITEHOUSE, Gillian. (1992), “Legislation and labour market gender inequality: an analysis of OECD countries”. *Work, Employment & Society*, 65 (6): 65-86.
- ZARTALLOUDIS, Sotirios. (2015), “Money, empowerment and neglect – the europeanization of gender equality promotion in Greek and Portuguese employment policies”. *Social Policy and Administration*, 4 (49): 530-547.

Anexo

Governos, indicadores econômicos e sociais (1984-2019)

Ano	Partido do Primeiro-Ministro*	Tipo de Governo	Taxa de Inflação	Taxa de desemprego	Número de Greves
1984	PS	minoritário	28,5	8,2	n.d.
1985	PS	minoritário	19,5	8,5	n.d.
1986	PSD	minoritário	12,6	8,3	363
1987	PSD	minoritário	9,7	6,8	213
1988	PSD	maioritário	9,9	5,6	181
1989	PSD	maioritário	12,5	5,0	307
1990	PSD	maioritário	13,6	4,6	271
1991	PSD	maioritário	11,8	4,1	262
1992	PSD	maioritário	9,6	4,1	409
1993	PSD	maioritário	6,8	5,5	230
1994	PSD	maioritário	5,4	6,8	300
1995	PSD	maioritário	4,2	7,1	282
1996	PS	minoritário	3,1	7,2	274
1997	PS	minoritário	2,3	6,7	265
1998	PS	minoritário	2,6	4,9	227
1999	PS	minoritário	2,3	4,4	200
2000	PS	minoritário	2,9	3,9	250
2001	PS	minoritário	4,4	4,0	208
2002	PSD	minoritário	3,6	5,0	250
2003	PSD	minoritário	3,2	6,3	170
2004	PSD	minoritário	2,4	6,6	122
2005	PS	maioritário	2,3	7,6	126
2006	PS	maioritário	3,1	7,6	155
2007	PS	maioritário	2,5	8,0	99
2008	PS	maioritário	2,6	7,6	n.d.
2009	PS	maioritário	-0,8	9,4	n.d.
2010	PS	minoritário	1,4	10,8	123
2011	PS	minoritário	3,7	12,7	88
2012	PSD	maioritário	2,8	15,5	127
2013	PSD	maioritário	0,3	16,2	119
2014	PSD	maioritário	-0,3	13,9	90
2015	PSD	maioritário	0,5	12,4	75
2016	PS	minoritário	0,6	11,1	76
2017	PS	minoritário	1,4	8,9	106
2018	PS	minoritário	1,0	7,0	144
2019	PS	minoritário	0,3	6,5	n.d.

* Em ano de eleições, considera-se o partido que permaneceu mais meses no governo. Mas, no caso de terem sido assinado pactos, considera-se o partido que os assinou. ** n.d.: não disponível

Fontes: A informação sobre todos os indicadores foi extraída de <https://www.pordata.pt> (acedido a 15.12.2020), à exceção das variáveis Partido do Primeiro Ministro e Tipo de Governo – <https://portugal.gov.pt> (acedido a 15.12.2020).

Resumo

A crise do tripartismo europeu: O caso da igualdade de gênero na concertação social em Portugal

Nos sistemas corporatistas prevalentes na UE, a concertação social é a instância que promove o consenso a nível nacional entre sindicatos, empregadores e governos. Perante a persistente desigualdade do mercado de trabalho, perguntámo-nos qual tem sido o seu contributo para as políticas de igualdade de gênero. Respondemos a esta pergunta com a análise de conteúdo dos pactos sociais assinados em Portugal ao longo de mais de trinta anos de tripartismo (1984-2019). Os resultados mostram que a igualdade de gênero tem um peso reduzido nos pactos sociais e que o quadro normativo europeu é determinante nos avanços feitos. Nosso estudo reforça assim a literatura existente que aponta para a necessidade de uma reforma do tripartismo.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; Pactos sociais; Tripartismo; Quadro normativo; Portugal.

Abstract

The crisis of European tripartism: The case of gender equality on social concertation in Portugal

Within the corporatist systems of the EU, social concertation is the body that promotes the national consensus among trade unions, employers and governments. Given the persistent inequality of the labour market, we have wondered what contribution it has been making to gender equality policies. We responded to this question by analysing the content of the social pacts signed in Portugal over more than 30 years of tripartism (1984-2019). The results show that gender equality has little weight in social pacts and that the European regulatory framework is decisive in the progress made. Our study thus reinforces the existing literature which points to the need for a reform of tripartism.

Keywords: Gender equality; Social pacts; Tripartism; Normative framework; Portugal.

Texto recebido em 26/1/2021 e aprovado em 1/3/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.181339

RAQUEL REGO é socióloga e atualmente pesquisadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordena o projeto REP-Representatividade dos parceiros sociais e impacto da governança econômica, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT (2018-2022). E-mail: raquel.rego@ics.ulisboa.pt.

TATIANA PITA é doutoranda no programa interuniversitário OpenSoc, bolsista de doutoramento da FCT, e membro da equipe do projeto REP. E-mail: tatiana.pita@ics.ulisboa.pt.

CRISTINA NUNES doutorou-se em sociologia pelo ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, em 2018. É atualmente pesquisadora no âmbito do projeto REP. E-mail: cristina.nunes@ics.ulisboa.pt.



De Maurice Halbwachs à Filosofia da Mente

Repensando a memória a partir de abordagens externalistas

Veridiana Domingos Cordeiro

<https://orcid.org/0000-0001-9666-4386>

Introdução

Por muitos séculos, a memória vem sendo tratada, pela Filosofia, pelas Ciências Naturais e pelas mais recentes Ciência Cognitiva e Psicanálise, como um fenômeno interno e subjetivo. Na década de 1920, autores das Ciências Humanas, como o sociólogo francês Maurice Halbwachs, o psicólogo social francês Charles Blondel e o psicólogo inglês Frédéric Bartlett, entre outros, promoveram uma cissiparidade nas abordagens da memória, trazendo à luz uma abordagem externalista até então pouco explorada¹. Assim, foi o trabalho de Halbwachs que trouxe para a Sociologia o tema da memória como objeto de investigação. Ele foi importante não apenas para a Sociologia, mas

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Ainda que houvesse uma representação coletiva da memória para os gregos, o termo *mneme* tinha como principal sentido as memórias ou lembranças individuais. Com poucas exceções, o tratamento individualista da memória estará presente em toda a filosofia antiga que forma o modo de pensar sobre a memória. Os principais desenvolvimentos conceituais da memória se devem a Platão (ca. 428-348 a.C.) e especialmente Aristoteles (384-322 a.C.). A discussão sobre a memória, neste momento, tinha um caráter ontológico. Em alguns momentos, apresentava-se como uma contrapartida empírica à crença no valor último de mortalidade/imortalidade. A primeira contribuição conceitual que persiste até os tempos modernos é a diferença entre *mnēmē* – e *anamnēsis*, em que *mnēmē* estaria relacionada ao modo como a visão opera, ao passo que a *anamnēsis* teria sua operação correspondente na audição. Platão foi o primeiro a utilizar ambos os termos com o status de conceitos filosóficos, principalmente no diálogo Meno. Neste diálogo, Platão formula sua famosa teoria da imortalidade da alma e a teoria do conhecimento como lembrança – *mathēsis* é *anamnēsis*.

para as Humanidades, ao oferecer uma compreensão da memória a partir de sua interação com o ambiente externo e tudo aquilo que dele pode advir ou influenciar.

De acordo com Larry Laudan (1977), o avanço da ciência ocorre com o acúmulo de novas evidências e também com a resolução de anomalias conceituais advindas de teorias anteriores. No caso da memória, como veremos, a dimensão social dela é uma anomalia para a tradição subjetivista, dada a dificuldade ou a impossibilidade de acomodá-la em bases puramente internas. Após a década de 1920, a existência dessa anomalia conceitual passou a ser trabalhada pelas diferentes áreas que tratavam da temática (Ciências Cognitivas, Psicologia e Humanidades) em momentos diferentes. Entre 1920 e a década de 1970, houve pouco avanço no que diz respeito a uma abordagem externalista nas mais diferentes áreas, e esses autores clássicos, predecessores dessa abordagem, foram pouco lidos. Na década em 1980, verificou-se a emergência dos chamados *Memory Studies*, um movimento majoritariamente formado pelas Humanidades, que retomaram a obra de Halbwachs e se desmembraram em diferentes vertentes interpretativas. A partir da polissemia conceitual presente na obra de Halbwachs, os *Memory Studies* têm se desenrolado para tratar dos mais diferentes objetos, com base em diferentes metodologias e enfoque teóricos, sem perder, contudo, Halbwachs como referência (Cordeiro, 2020). Anos mais tarde, no final na década de 1990, a Filosofia da Mente também se propôs a pensar a mente e os processos cognitivos (inclusive, aqui, a memória) a partir de uma leitura externalista. Esse movimento não foi impulsionado pelas pesquisas dos *Memory Studies*, como também não revisitou os predecessores do movimento externalista. Assim como nos *Memory Studies*, a discussão na Filosofia da Mente também evoluiu, gerando algumas vertentes.

Ambas as áreas se colocam, cada uma em seu campo de conhecimento, contra uma postura internalista e subjetiva da mente e dos processos cognitivos. Isso, pois o externalismo é a abordagem de certos fenômenos subjetivamente experienciados que enfatiza os fatores externos à subjetividade – opõe-se, portanto, à outra abordagem, o internalismo. Por um lado, o internalismo defende que tudo que precisamos para explicar alguns ou todos os fenômenos subjetivamente experienciados são os fatores internos, isto é, fenômenos que pertencem à mente individual, à razão individual, ao pensamento, ao cérebro ou a qualquer outra entidade similar. Para nossos propósitos, diremos que depende de algum *locus* de subjetividade. Por outro lado, há o externalismo, que, contrariamente ao internalismo, defende que os fatores envolvidos na explicação de fenômenos experienciados subjetivamente dependem de fatores exteriores ao *locus* de subjetividade.

Tanto Halbwachs quanto abordagens externalistas da Filosofia da Mente endereçaram o mesmo desafio de prover uma explicação externalista de fenômenos mentais

“de formas diferentes, mas indiscutivelmente compatíveis” (Michaelian & Sutton, 2013, p. 3). Porém, enquanto Bartlett foi retomado por psicólogos cognitivistas contemporâneos (Neisser, 1997) e Halbwachs revivido pelos *Memory Studies*, a Filosofia da Mente não realizou esse retorno a autores clássicos – com exceção de John Sutton (2008), que aponta para essa lacuna.

Reconhecendo a importância desse diálogo, neste artigo, pretendemos reconstruir as principais contribuições de Maurice Halbwachs para uma abordagem externalista da memória, mas também para uma possível Sociologia da Mente, explorando também suas imprecisões e incompletudes. Paralelamente, reconstituiremos as principais ideias que evoluíram a partir da “hipótese da mente estendida” da Filosofia da Mente, apontando para suas limitações e potencialidades. Essas duas reconstruções visam a colocar em diálogo as abordagens externalistas da mente e dos processos cognitivos (aqui, neste caso, mais especificamente, a rememoração) presentes em Halbwachs e na Filosofia da Mente, a fim de reconhecer que um olhar atento à obra do primeiro já fornece *insights*, discussões e contribuições que só estão sendo discutidos pela segunda hoje, cem anos depois. Em contrapartida, a abertura e a receptividade que a Filosofia da Mente tem em relação às Ciências Cognitivas mais recentes permitiram-lhe avanços e precisões conceituais ausentes em Halbwachs. Assim, (i) reconstruiremos as contribuições de Halbwachs; (ii) demonstraremos em que medida ele pode ser apontado como predecessor desse movimento externalista presente na Filosofia da Mente que emergiu setenta anos depois; (iii) apontaremos afinidades e diferenças entre as contribuições de Halbwachs e de cada uma das vertentes da Filosofia da Mente; e (iv), ao reconstruir essas vertentes das abordagens externalistas, demonstraremos como elas rumaram a uma abordagem muito mais próxima do que propôs Halbwachs; para, ao final, (v) apontarmos em que medida as contribuições dele auxiliariam no desenvolvimento dessa onda mais recente de trabalhos na Filosofia da Mente.

A Sociologia da Memória de M. Halbwachs: principais contribuições

Halbwachs foi aluno de Henri Bergson e posteriormente discípulo de Émile Durkheim². Após pesquisar temáticas sobre o trabalho e o direito, Halbwachs, no início da década de 1920, interessou-se pela temática da memória, a qual surgiu como fruto de sua interação com Bergson, que, em muitos de seus escritos, refletia sobre a

2. Halbwachs estudou com Henri Bergson no Lycée Henry IV, ainda na adolescência, e mais tarde acompanhou seus cursos no Collège de France e na École Normale Supérieure até o começo dos anos 1900 (Wetzel, 2009).

possibilidade da existência de memórias individuais amplamente variáveis, em um mundo de crescente uniformização de formas de medir o tempo. Nas palavras de Ollick, Vinitzky-Seroussi e Levy:

[O trabalho de Bergson] sobre memória chamou a atenção de Halbwachs para a diferença entre as apreensões subjetivas e as objetivas (frequentemente transcendentais) do passado: enquanto novas formas de recordação se mantêm à medida que o tempo as grava na história de maneiras cada vez mais padronizadas e uniformes, as memórias individuais ainda seriam altamente variáveis, às vezes recordando breves períodos com imensos detalhes e longos períodos com contornos mais vagos. Seguindo Bergson, essa variabilidade da memória foi para Halbwachs o seu ponto de real interesse (2011, p. 17).

Embora Halbwachs não tenha aceitado conceitos centrais de Bergson, como *durée*³, ele retoma outras ideias presentes na obra do mestre, como a distinção entre a *memória-hábito* e a *imagem-recordação* (Bergson, 2011). Com o conceito de *memória-hábito*, Bergson cobre todo tipo de memória adquirida por esforços sucessivos de repetição motora, como qualquer habilidade física ou mesmo os esforços de aprendizado de gestos e palavras envolvidos no processo de socialização. O conceito de *imagem-recordação* cobriria os eventos singulares e não reproduzíveis, por isso de caráter não mecânico, mas evocativo. Esses dois conceitos dizem respeito a uma distinção que é anterior a Bergson e que se mantém posteriormente a ele para diferenciar as memórias inscritas no corpo (e seus movimentos) e as memórias que têm como origem um episódio percebido por alguém. Outros autores anteriores a Halbwachs e que foram lidos por ele, como por exemplo o médico francês Théodule-Armand Ribot ([1881] 1906), já faziam essa mesma distinção: a *memória-hábito* de Bergson é equivalente à noção de *memória orgânica* de Ribot, ao passo que a *memória psíquica*, ou *autobiográfica*, de Ribot seria aquela capaz de produzir as ditas *imagem-recordação* de Bergson. Embora Ribot defenda a memória como um fato biológico, tanto ele como Bergson entendem que ela só é possível quando há uma continuidade da consciência – argumento este também presente entre os lockianos e neolockianos⁴. Contraditoriamente, em uma passagem de seu livro *Maladies de la*

3. A memória desempenhou um papel central na análise sobre a experiência do tempo de Bergson, sendo redefinida pelo conceito ontológico e epistemológico de duração (*durée*) no interior de sua filosofia subjetivista. Bergson rejeitou considerações objetivistas, argumentando que “a subjetividade seria a única fonte de conhecimento filosófico verdadeiro” (Ollick, Vinitzky-Seroussi & Levy, 2011, p. 17).

4. A relação de dependência entre memória e identidade foi a resposta dada por John Locke ([1689] 1996) para o “problema da persistência da identidade” no tempo, que foi perseguido pela Filosofia durante séculos. A essa resposta, foi dado o nome de “evidência da memória”, pois a tese consiste em que é necessário que lembremos minimamente sobre o nosso passado para reconhecermos o eu presente como o

mémoire (1881), Ribot argumenta que a memória pode ser afetada tanto por alguma falha fisiológica ou por uma oscilação no estado de consciência, quanto pela ausência do que ele denomina de “pontos de referência”, os quais

[...] não são escolhas arbitrárias, eles se impõem a nós. Eles têm um valor um tanto relativo. Eles existem por uma hora, um dia, uma semana, por um mês, uma vez que, se deixados de serem usados, eles caem no esquecimento. Eles são, em geral, elementos puramente individuais, no entanto, alguns são comuns a uma família, a uma pequena sociedade e a uma nação. Se eu não estiver enganado, esses pontos de referência formam, para cada um de nós, diversas séries que respondem, pouco a pouco, a diversos eventos que compõem nossa vida: ocupações cotidianas, eventos de família, ocupações profissionais, pesquisas científicas etc. Essas séries são muito numerosas e variadas na vida do indivíduo. Esses pontos são como os limites de quilometragem ou placas indicativas nas estradas que, falando de um mesmo ponto, divergem em diferentes direções [...]. Os caminhos do ano com sua sucessão de estações, suas festas, suas mudanças de ocupação fornecem os pontos de referência (Ribot, [1881] 1906, pp. 38-40).

Essa ideia confusa e mal articulada nos escritos de Ribot aparecerá de forma bem mais precisa e elaborada nos escritos de Halbwachs, alguém que teve formação sociológica clássica que lhe forneceu instrumentos para pensar a influência do entorno ambiental social de forma mais bem-acabada. É por sua interação com o grupo durkheiminiano⁵ que Halbwachs pensa a memória a partir de uma perspectiva que se opõe à redução psicofísica (uma concepção materialista, atomista e psicológica) proposta pelos autores com quem ele entrara em contato, como Bergson e Ribot. Embora Durkheim não tenha explorado a memória de forma sistemática, em *Les representations individuelles et les representations collectives*, há várias passagens a respeito. Para ele,

[...] se a memória for exclusivamente uma das propriedades da matéria neural⁶, as ideias não têm poder de mútua evocação; a ordem em que elas ocorrem na mente pode apenas reproduzir a origem em que seus antecedentes físicos forem reestimulados, e isto somente pode ser feito por meio de causas físicas [...] qualquer Psicologia que veja a memória como um fato

idêntico ao eu passado. Nessa tese, Locke pressupõe a continuidade da consciência como premissa para que haja a identidade entre o eu passado e o eu presente. Ele calca a tese em uma hipótese subjetivista e uma do *self*.

5. Halbwachs conheceu Durkheim em 1905 (Wetzel, 2009). Mais tarde, foi introduzido ao grupo durkheimiano por François Simiand e Marcel Mauss, “rapidamente se afirmando como um dos principais colaboradores de Émile Durkheim” (Montigny, 2005, p. 6).
6. É interessante notar que Durkheim estava atento às novas teorias científicas, como a teoria neural desenvolvida por Ramon e Cajal fundamentalmente na década de 1890.

puramente biológico não é capaz de explicar associações de semelhança exceto pela redução delas a associações de contiguidade (Durkheim, [1898] 2009, p. 34).

Tudo o que nós desejamos é que seja compreendido que a vida das representações se estenda para além de nossa consciência presente e, como consequência, que a concepção de memória como um fato de ordem psicológica seja uma proposição inteligível. Tudo o que estamos tentando deixar claro aqui é que tal memória existe sem levar em conta todas as possíveis maneiras pelas quais ela pode ser concebida (Durkheim, [1898] 2009, p. 41).

Partindo desses pressupostos gerais propostos por Durkheim, Halbwachs apresentou um trabalho independente, que representou um “avanço” em relação a Durkheim, “uma vez que Halbwachs crê na possível interpenetração das consciências que vai contra a ideia de consciências impermeáveis, de solidões fechadas” (Zawadzki, 2007, p. 195), a qual Durkheim defendia.

Tomando a distinção de Bersgon, fica claro que Halbwachs está tratando de *imagens-recordação*, ou seja, não há interesse pelas *memórias-hábito*. Em geral, ele está interessado em um tipo de memória que foi conceituada, nos anos 1970, como *memória declarativa* (Tulving, 1972), para designar memórias operadas pela mente e que requerem uma capacidade cognitiva específica desenvolvida pelos seres humanos. São representacionais e discursivamente veiculadas. A grande imprecisão (e é daqui que surgem as várias interpretações acerca da obra de Halbwachs) é que ele pouco destrincha conceitualmente as variações que estão subsumidas na ideia de uma *memória declarativa* (Cordeiro, 2020). Tulving diferencia a *memória declarativa episódica* da *memória declarativa semântica*⁷. A *memória declarativa semântica* se refere a um conhecimento organizado de algum fato do mundo que é apresentado/ ensinado ao indivíduo, geralmente através de mídias externas, já prontas e construídas. A esse tipo, Halbwachs fez menção por meio do que ele denomina de *memória histórica* ([1950] 1997), como um conjunto cronologicamente organizado de fatos externos ao indivíduo. Entretanto, a *memória declarativa semântica* diz respeito a outros fatos e conhecimentos que não apenas os históricos. Isso passa despercebido por Halbwachs quando ele trata da memória dos músicos ([1950] 1997), a qual ele denomina genericamente de *memória coletiva*.

De qualquer forma, Halbwachs está interessado em investigar memórias que podem ser discursivamente representadas (declarativas), ter como origem episódios

7. Tulving também baseia essa distinção em pesquisas científicas que demonstram que o processamento/ operação se dá em áreas diferentes do cérebro. A memória declarativa (sobretudo a episódica), por exemplo, é processada pelo hipocampo.

experienciados por alguém e espaçotemporalmente localizados. A discussão que ele trava em torno disso é buscar entender os mecanismos e dinâmicas envolvidos na formulação desse tipo de memória, sendo que ele reconhece (assim como Tulving) que no processo de lembrar algo haverá uma interação (quase indistinguível) entre esses episódios testemunhados e outros conhecimentos do mundo (sejam eles históricos ou não).

Dito isso, em que medida Halbwachs aborda esse fenômeno de uma maneira inovadora à época e que inaugura uma abordagem externalista da memória? Como dissemos, primeiramente, ele se encontra diante de duas posições distintas em meio às quais buscará construir sua teoria: o subjetivismo, internalismo e materialismo de autores como Bergson e Ribot, e o coletivismo de Durkheim. Ele inicia suas reflexões com a discussão sobre o sonho (tanto o artigo de 1923, quanto o primeiro capítulo de *Les cadres sociaux de la mémoire* endereçam essa temática). No começo de *Les cadres* (1925), Halbwachs faz referências à *A interpretação dos sonhos* (1900) de Sigmund Freud⁸. Ao passo que Freud apresenta a noção de inconsciente a partir de sua manifestação nos sonhos, Halbwachs apresenta os sonhos exatamente como um contraste argumentativo para a introdução da noção do conceito de *quadros sociais da memória*. De acordo com Halbwachs, os sonhos não trariam imagens armazenadas no inconsciente tal como defende Freud, mas seriam fragmentos de memórias desorganizados por conta da ausência (ou presença fraca) dos *quadros sociais da memória*: “é no sonho, que a mente se encontra mais afastada da sociedade” (Halbwachs, [1925] 1994, p. 39). Da mesma maneira que os sonhos seriam o momento de menor manifestação dos *quadros sociais da memória*, o esquecimento também teria um funcionamento parecido, ou seja, esquece-se algo quando os *quadros sociais da memória* estão ausentes ou se transformaram ao longo do tempo. Nos longos argumentos de Halbwachs no início de *Les cadres* (1925), ele afirma que o sonho não deixaria marcas na memória, muito provavelmente porque não são eventos socialmente construídos, mas impressões desordenadas que têm por base memórias episódicas, “*quadros sociais da memória*” que seriam constituídos basicamente de convenções espaçotemporais. Os *quadros sociais da memória* organizariam e balizariam a reconstrução das memórias da mesma maneira que Durkheim

8. Não é possível saber se Freud chegou a ler Halbwachs, mas certamente Freud já ecoava no meio intelectual francês na época da publicação de *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925). Freud é lido e citado por Halbwachs não apenas pela importância que a Psicanálise estava tomando na época, como também pelo fato de o psicanalista austríaco tratar de dois temas caros a Halbwachs: a memória e os sonhos. É válido lembrar que o Freud lido por Halbwachs é aquele anterior à década de 1920, quando ainda não havia acontecido a guinada histórica em sua obra – que se concretiza nos anos 1930, embora já apresentasse algumas formulações em *Totem e tabu* (1913) (Cordeiro, 2015).

já postulava: “[...] do mesmo modo que, para dispor temporalmente os estados da consciência, cumpre poder localizá-los em datas determinadas” (Durkheim, [1912] 2003, p. XVIII). Os *quadros sociais* são concebidos como sistemas que podem estar organizados por datas e calendários (relativo ao tempo social), por lugares (relativo ao espaço social) ou pela linguagem (enquanto forma de enunciação). Ou seja, os *quadros sociais da memória* são sempre organizações coletivas que permitem a reconstrução do passado. Nas palavras dele:

As convenções verbais são o quadro mais elementar e mais estável da memória coletiva: um quadro singularmente impreciso, uma vez que deixa passar todas as recordações ainda que sejam pouco complexos (Halbwachs, 1994, p. 82).

[...] pontos de referência no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados de experiências correntes e maneiras de ver familiares, que nós somos capazes de terminar em precisão crescente e que deixam de ser apenas um esquema vazio de eventos passados (Halbwachs, [1925] 1994, p. 39).

Assim, ao reconstruir o passado, primeiramente essas imagens episódicas precisam ser inteligíveis e localizáveis pelo rememorador, sendo os quadros sociais da memória os principais instrumentos nessa empreitada. A isso, Halbwachs adiciona o fato de que essas imagens episódicas, fruto de uma experiência passada, também são experienciadas em um meio social. Aqui, ele estende sua abordagem social da mente afirmando que não apenas são necessários instrumentos sociais para operar a rememoração, mas que outros processos cognitivos como a atenção e a percepção são socialmente orientados. Isso, pois a origem da memória estaria na percepção individual que ele denomina de *ser sensível*, que forneceria um núcleo singular de percepções “reais”. No entanto, essa percepção inicial já é socialmente moldada, pois, de acordo com Halbwachs, nossa percepção é orientada de acordo com os interesses do(s) *grupo(s)* aos quais estamos afiliados. Ele denomina isso de *esquemas de percepção* (Halbwachs, 1950). Halbwachs assume que os *esquemas de percepção* são “lentes” através das quais o indivíduo percebe o mundo. Eles não são individuais a ponto de não serem compartilhados com nenhum outro ser humano, nem universais a ponto de serem compartilhados com toda a humanidade. Isso, pois estão vinculados à ideia de grupo, que é o conceito central da obra de Halbwachs (Cordeiro, 2017) e o recurso que ele, como um autor ainda preso às dicotomias do século XIX, encontrou para percorrer o “caminho do meio” entre o coletivismo de Durkheim e o subjetivismo de Bergson, Ribot e Freud. E mesmo que a percepção seja guiada pelo engajamento de cunho afetivo com o mundo, ainda assim, a parcela da realidade que o indivíduo

percebe seria o resultado de seu alinhamento com um dado *grupo*, que é um conjunto de indivíduos com quem o rememorador está alinhado no momento da rememoração. Um indivíduo pode se alinhar a diversos grupos física ou virtualmente, é o “grupo” que perspectivará a realidade infinita que o indivíduo percebe e rememora. Trata-se, portanto, de uma perspectivação e não de uma imposição homogênea que se sobrepõe às consciências individuais. *Grupo* é, então, um conceito mediador da codeterminação entre indivíduo e sociedade.

Essa perspectivação que o indivíduo faz no momento da percepção da realidade exige que ele a interprete caso queira compreendê-la e/ou explicá-la; função esta exercida pelo *ser interpretativo* que atua no momento presente em função dos interesses presentes do *grupo* atual ao qual o indivíduo se encontra física ou virtualmente alinhado, bem como das condições sociais do momento presente. Além disso, no momento de reconstrução de um evento passado, os *quadros sociais da memória* são mobilizados balizando todo o percurso de reconstrução de uma dada recordação. Quando há uma mudança nos *quadros sociais da memória* ou alguém se encontra completamente desvinculado de um meio social, há potencialmente uma mudança na maneira de rememorar ou uma dificuldade em fazê-lo.

Assim, ao rememorar, recorreremos não apenas aos fragmentos episódicos que estariam “depositados” (como diria Bergson) em nossa mente, mas a partir deles começamos um trabalho de reinterpretação que evoca recursos de nossos múltiplos grupos sociais, símbolos materiais e práticas sociais que nos cercam. Isso não ocorre apenas quando realmente lembramos em companhia, mas também por meio dos “grupos virtuais” aos quais nos voltamos afetivamente quando revivificamos experiências. É claro que cada um terá suas próprias lembranças únicas, que são resultado da experiência única que estabelecemos com o mundo, mas isso é apenas um fato contingente sobre a complexidade da intersecção particular entre o rememorador e a interação que ele estabelece com o entorno social – com parentes, fotografias, cartas etc.

O termo *memória coletiva*, no entanto, como dissemos, é pouco preciso e usado por Halbwachs em exemplos diversos que trazem ambiguidade para sua teoria. Assim, quando foi retomada, anos mais tarde, algumas vertentes interpretativas deram pesos diferentes à mente, ao entorno e ao social. É a partir da reconstrução dessas vertentes que pensaremos como é possível ler Halbwachs como predecessor da abordagem externalista da mente, presente na Filosofia da Mente.

As vertentes forte e fraca que derivaram da sociologia da memória de Halbwachs

Halbwachs foi disruptivo nos estudos da memória e deixou um legado importante, contudo silenciado por algumas décadas após sua morte em 1945⁹. Com a retomada do interesse pelo tema da memória nos anos 1980, o trabalho de Halbwachs foi resgatado e amplamente difundido naquilo que se convencionou chamar de *Memory Studies*, uma área que reúne estudos conceituais e empíricos sobre a memória nas Humanidades. A teoria de Halbwachs gerou dois ramos interpretativos no interior dos *Memory Studies*: o ramo dos estudos da “memória coletiva” (*collective memory studies*) e o ramo dos estudos da “memória coletada” (*collected memory studies*), de acordo com a terminologia de Jeffrey Ollick (1999). Ou, igualmente, há a versão forte (*strong version*) e a versão distribuída (*distributed version*), de acordo com a terminologia de James Wertsch (1998). O ramo dos estudos “fortes” ou “coletivos” agrega estudos que tendem a reificar ou hipostasiar a memória como um fenômeno de longo prazo ligado a uma estrutura social. Assim, “sociedades rememoram ou comemoram” sem precisar necessariamente das mentes individuais para tal, desconsiderando aspectos biopsicológicos da memória. Geralmente, tais estudos enfatizam o papel das organizações sociais e o poder que têm para materializar, organizar e perpetuar determinadas representações culturais. A investigação desses trabalhos está majoritariamente concentrada na análise de materiais físicos tais como monumentos, documentos, locais históricos, entre outras materializações independentes da percepção subjetiva. Possivelmente, tais estudos tomaram a veia halbwachiana presente em seu último livro completo escrito em vida, *La topographie legendaire des Évangiles en Terre Sainte* (1941), no qual ele explora como o Cristianismo constrói e destrói a paisagem da Palestina a fim de conformar uma determinada memória coletiva religiosa. Tais trabalhos, ao considerarem a memória como “coisa”, conseguem compreender como se dão as disputas pelo passado e como as comemorações são moldadas e deliberadamente organizadas em espaços e objetos. Essa abordagem confere à memória um aspecto hipostasiado e objetificado, potencialmente ligado a uma identidade de grupo e a práticas específicas de transmissão pautadas em instrumentos de reprodução. Esse tipo de abordagem caracteriza o que denominam de uma “memória do grupo”, como algo que, embora reconstruído, é unificado e atribuído a um conjunto de indivíduos. De certa forma, essa abordagem captura representações institucionais sobre o passado, fundindo a produção e a recepção do objeto cultural

9. Halbwachs foi deportado para a Alemanha em 1945 e levado ao campo de trabalho para judeus de Buchenwald, em Ettersberg, próximo da cidade cultural de Weimar, onde faleceu em decorrência de doença e inanição.

e abstraindo quaisquer processos cognitivos que possam estar na base dessa produção da memória, por um lado, e da compreensão da mesma, por outro.

A vertente “distribuída” ou “coletada” trabalha com a ideia de uma rememoração colaborativa pautada nos processos mentais operados por alguém, no sentido de que são necessários “agentes ativos e instrumentos que medeiam a rememoração” (Wertsch, 2009, p. 119). É dita como uma versão “fraca”, pois não toma a memória como coisa, não há uma concepção hipostasiada da memória. Pelo contrário, entende-se que a memória em si não existe, mas sim processos de rememoração que podem ser colaborativos e distribuídos entre diversas pessoas e instrumentos e/ou objetos em interação, como, por exemplo, “calendários, registros escritos, em computadores, narrativas e outros” (Wertsch, 2009, p. 119). Aqui, não se pressupõe uma concretude da memória, mas sim a existência de suportes externos que colaboram/apoiam a reconstrução mental operada pelo processo de rememoração, isto é, a interpretação de algo passado a partir das condições do momento presente. Essa vertente tem relação com os primeiros escritos de Halbwachs sobre o tema (1923; 1925), nos quais ele enfatiza os aspectos sociais da memória “individual”, entendendo que ela é balizada pelos *quadros sociais da memória* que sustentam, organizam e selecionam o passado, verificando o que é plausível, realístico e coerente. Essa vertente advogaria, então, por uma memória no grupo. Essa vertente desfaz a ideia de uma memória desencarnada e a coloca como fruto de operações entre mente e ambiente social, deixando, assim, espaço para diálogos com outras áreas, como as Ciências Cognitivas e a Filosofia da Mente.

As ondas externalistas na filosofia da mente

A terminologia “onda” foi proposta por John Sutton em um de seus artigos (2010) como forma de organizar as diferentes vertentes que derivaram da hipótese inicial da mente estendida proposta por Andy Clark e David Chalmers (1998)¹⁰. Sutton fala em três possíveis ondas, e outros autores (Fritzman & Thornburg, 2016; Gallagher, 2013; Gallagher & Crisafi, 2009) já propõem uma quarta onda. A ideia de “onda” em vez de “vertentes”, de alguma forma, pressupõe a ideia de que cada uma se sobrepõe à anterior, na tentativa de prover, cada vez mais, abordagens mais amplas e compreensivas dos fenômenos em questão. Como veremos, a primeira onda dá um passo tímido em direção ao externalismo da mente e dos processos cognitivos, ao

10. Dada a variedade de trabalhos que surgiram dessa hipótese inicial acerca da mente estendida, há outros trabalhos que propõem classificações para essas vertentes, como por exemplo o trabalho de Hurley (2010) que pensa essas vertentes em termos de “*what*” e “*how*”, ou seja, as divide em função de seus focos principais: nos conteúdos cognitivos (*what*) ou nos processos cognitivos (*how*).

passo que a quarta onda já se aproxima de uma abordagem mais coletivista, estabelecendo afinidades com o que Halbwachs propôs cem anos antes.

A primeira onda do externalismo remonta ao artigo inaugural sobre a temática de Clark & Chalmers (1998), em que eles rompem com uma abordagem internalista da mente. Na Filosofia, mais especificamente na Filosofia da Linguagem, abordagens externalistas já vinham sendo desenvolvidas. A contribuição intelectual mais conhecida foi, sem dúvida, um experimento mental elaborado por Hillary Putnam (1975) conhecido como Terra Gêmea (*Twin Earth*), que defende uma concepção de que o significado não poderia estar nas mentes individuais, ou nos cérebros, mas fora deles¹¹.

Clark e Chalmers (1998) têm uma posição mais radical, ao atribuírem a objetos exteriores características “cognizantes” com a mesma função de um procedimento cognitivo puramente interno. O principal exemplo (também um experimento de pensamento) criado por ambos é o “caderno de anotações de Otto”. Otto e uma amiga combinam de visitar juntos um museu conhecido por ambos. No entanto, Otto sofre do mal de Alzheimer, e tudo o que ele faz ou conhece é anotado em seu caderno para que possa consultá-lo posteriormente. Assim fez com o endereço do museu que já havia visitado anteriormente. Para chegar lá, Otto consulta seu caderno, ao passo que sua amiga simplesmente se lembrou espontaneamente do local. A conclusão de Clark e Chalmers é que, assim como Otto, todos utilizam uma miríade de instrumentos e objetos, externos à cabeça, que são necessários para conseguirmos realizar um procedimento cognitivo.

Essa primeira onda de trabalhos argumenta que há uma extensão da mente (e, aqui, eles querem dizer dos “processos cognitivos”) para o mundo a partir de uma equivalência funcional dos elementos internos e externos (Kirchhoff & Kiverstein, 2019). Interno e externo têm caracteres igualmente importantes e funções equiva-

11. O argumento da Terra Gêmea pode ser sintetizado da seguinte maneira: Putnam supõe a existência de um planeta exatamente igual ao planeta Terra, que ele chama de Terra Gêmea. Nele haveria um equivalente exato de todas as pessoas e objetos que habitam na Terra. Em relação a isso, contudo, existiria uma única exceção: há um líquido que é superficialmente idêntico ao que chamamos de “água”: possui a mesma função da “água”, mas não é composto de H₂O e sim de uma substância “XYZ”. Putnam também imagina que terráqueos e “terráqueos gêmeos” desconheçam a composição química dos líquidos em seus planetas. Porém, tanto os habitantes da Terra, quanto os da Terra Gêmea utilizam a mesma palavra para se referirem aos seus líquidos: “água”. Se um habitante da Terra (H) e seu equivalente exato na Terra Gêmea (H') usarem a palavra “água” para falar sobre o líquido em um mesmo contexto, como é possível saber se eles estão se referindo à mesma coisa? Sendo seus cérebros idênticos, neurônio por neurônio, molécula por molécula, quando H usa o termo “água”, ele se refere a H₂O, enquanto H', ao fazer o mesmo, se refere a XYZ. Como conclusão, os próprios conteúdos internos do cérebro ou da subjetividade de uma pessoa não são suficientes para determinar a referência de uso, pois esta dependeria de condições externas à mente.

lentes; portanto, essa primeira onda está calcada no “princípio da paridade”, que pressupõe um isomorfismo funcional entre mente e elementos externos. Eles foram alvo de críticas de que os processos que acontecem na mente de Otto são diferentes daqueles que acontecem fora dele, portanto, seriam ontologicamente distintos.

Na segunda onda externalista, os argumentos giram em torno da ideia de que os processos internos e externos se complementam e se melhoram quando estão em interação. Ferramentas e tecnologias funcionam de forma colaborativa com a mente humana. Entretanto, ambos possuem formas de funcionamento e naturezas distintas. Ou seja, processos neurais internos possuem propriedades funcionais que se combinam e se integram com sistemas externos. Ao realizar uma conta, uma mente isolada desempenha um processo cognitivo distinto da operação de uma calculadora. Quando mente e calculadora operam complementarmente, uma capacidade de raciocínio matemático nova emerge, que não seria possível se ambos não estivessem operando de forma integrada. A cognição não está apenas dentro ou fora, ela não se estende de dentro para fora, mas a cognição depende de um “sistema cognitivo”.

O princípio da complementariedade, que embasa essa segunda onda, possui algumas variações com relação à causalidade (recíproca ou unidirecional) envolvida nessa integração entre interno e externo. Diferentemente da primeira onda, nesse segundo momento, não há a crença de que os processos internos e externos sejam análogos, mas sim de que eles funcionam melhor ao acoplarem-se.

Nas duas ondas (a primeira e a segunda), a pergunta “onde a mente termina e o resto começa?” (Menary, 2010) compunha o pano de fundo do desenvolvimento das ideias. Na terceira onda, essa pergunta se desfaz à medida que há uma concepção de mente e ambiente que não possuem limites tão bem delimitados assim. A terceira onda proposta do Sutton (2010) foca em uma extensão social da mente. Nesse sentido, os mais variados trabalhos dessa onda (Sutton, 2013; Heersmink, 2017; 2018) renomeiam a abordagem como “distribuída” (“mente distribuída”, “memória distribuída”), dissolvendo as barreiras presentes nos “sistemas cognitivos” e desterritorializando as mídias e os artefatos, em geral. Essa ideia de artefatos e indivíduos que rememoram colaborativamente, de modo que o processo de rememoração está, na verdade, distribuído, é algo que se aproxima bastante das vertentes interpretativas da obra de Halbwachs denominadas de “fraca”, “distribuída” ou, ainda, “*collected*”.

Os argumentos da terceira não rompem com a ideia defendida pela segunda onda de que artefatos culturais transformam processos cognitivos. Mais do que isso, a terceira onda expande essa ideia ao assumir que essa interação é constante e transcende o momento imediato de interação entre mente e artefato. De acordo com Sutton (2010), os agentes individuais “estão dissolvidos em *loci* de coordenação e coalescência entre múltiplas mídias estruturadas” (Sutton 2010, p. 213). Ou seja, essa

integração está distribuída e é propagada nas mais diversas áreas da vida social, e a maneira como isso vai se dar não precisa ser ditada por um organismo biológico, mas pode ser ditada pelas próprias interações. Nesse sentido, as fronteiras entre interno e externo são muito mais borradas. Diferentemente da primeira e da segunda onda, Sutton argumenta que, aqui, “engramas” e “exogramas”¹² são distintos (funcional e ontologicamente) e nem sempre se complementam, embora estejam em constante interação e mútua transformação.

Os exogramas podem se materializar em uma variedade de meios/repositórios materiais que podem ser consumidos posteriormente. Assumindo essa ideia, já há uma ampliação considerável da concepção da interação mente-ambiente, em que é possível pensar processos mais amplos de circulação de exogramas e posterior recepção e interação deles com outras mentes. Essa dinâmica muito pouco explorada pelos textos de Sutton busca, na verdade, reconstituir (ainda que parcialmente) os processos de rememoração que Halbwachs já explora e detalha a partir de exemplos empíricos e históricos. Talvez, a contribuição de Sutton, aqui, seja meramente terminológica.

Outros trabalhos dessa terceira onda dão contribuições mais extensas por amarrarem outros fenômenos à memória com base nessa perspectiva. Heersmink (2013, 2017, 2018) discute a ideia de *self* distribuído, superando a ideia de que o *self* repousa na permanência do corpo ao longo do tempo; isto é, a existência de processos cerebrais é mais importante do que a consciência das experiências vividas. Há a retomada de trabalhos das Ciências Cognitivas como os de Sydney Shoemaker (1970) que desvinculam a memória e o *self* da consciência e do corpo. Shoemaker cunha o conceito de *quasi-memory* após analisar um caso clínico em que um indivíduo, após ter sofrido um acidente, manteve todas as suas *memórias declarativas episódicas*, sem, no entanto, reconhecê-las como tendo sido experienciadas por ele mesmo. Ou seja, a percepção originária está ausente, mas ao interagir com artefatos, como fotografias ou narrativas externas, o paciente reconhecia tais memórias, levando-o a experimentar estados mentais semelhantes ao narrador e reconhecendo-as como se fossem suas próprias – mesmo sem ter a sensação de tê-las vivenciado (Klein & Nichols, 2012). Com isso, a partir de uma perspectiva distribuída, o *self* deveria ter algum aporte externo (Reynolds, 2009; Heersmink, 2017), já que a interação com

12. Sutton usa os termos *engram* e *exogram* para fazer alusão às unidades da memória. Primeiramente, o biólogo e pesquisador Richard Semon denominou de *engram* a unidade de informação cognitiva dentro do cérebro no qual uma memória era armazenada (ver mais em Richard Semon, *The mneme*, 1921). Mais tarde o termo foi amplamente usado para se referir a impressões mentais causadas por traços de memória na mente. Em contraposição a esse substrato físico e subjetivo da memória, os *exograms* são dispositivos simbólicos ligados ao contexto da rememoração que ajudam a estender e aperfeiçoar o nosso processo de rememoração.

o ambiente externo (artefatos e pessoas) também é uma das principais responsáveis. Assim, a terceira onda sustenta que os processos serem externos ou internos é uma consequência de fatores sociais, históricos e culturais; por isso, processos externos podem se tornar internos, e vice-versa. Ou seja, não há a pressuposição *a priori* (como acontece na primeira e segunda onda) de que os processos cognitivos têm um *locus* rastreável (na primeira onda, assume que são internos e podem se estender, potencializando-se, e na segunda, que são em parte externos e em parte internos), mas que estão completamente distribuídos e sua dinâmica é circunstancial a depender das práticas sócio-histórico-culturais do contexto.

Todas essas três ondas rompem com a ideia, tão presente na Filosofia, de que, ao recordar, cada indivíduo carregaria toda a informação, em forma de representações internas, que constituem a formação de uma memória. Há a ampla aceitação da premissa de que, para desempenhar qualquer tarefa cognitiva, o entorno (sobretudo o entorno social) é fundamental e necessário. Premissa básica da qual Halbwachs partiu muitas décadas antes. Essas três ondas, no entanto, não tecem reflexões sobre o *sentido* e sobre o entorno não imediato (incluindo entes sociais abstratos). Não há sequer discussões sobre algo que já vem sendo discutido nas Ciências Cognitivas, de que a mente é uma “máquina semântica” que detecta e cria significado. Os próprios estudiosos das vertentes da mente estendida reconheceram muito recentemente a ausência desses debates, e vêm propondo a necessidade de uma “nova onda”.

A quarta onda do externalismo

Uma das reivindicações centrais da teoria da memória coletiva de Halbwachs é que a memória seria um fenômeno eminentemente social, de modo que a própria garantia de sua existência dependeria de mecanismos coletivos. Por defender que fenômenos externos são fatores necessários para compreender um fenômeno primariamente individual, como é o caso da memória, Halbwachs mobiliza princípios básicos que seriam defendidos, hoje, por uma posição que poderíamos chamar de “externalista”. Assim, Halbwachs antecipa algo como uma perspectiva da mente estendida. Há interpretações segundo as quais, ao argumentar que a memória se manifesta socialmente, ele estaria, na verdade, argumentando mais em favor de uma cognição a nível de grupo do que uma mente estendida, de fato. A verdade é que, ao entender que, ao recordar, o indivíduo perspectiva o mundo de acordo com o grupo ao qual se alinha no momento da recordação, bem como ao assumir que a “memória do grupo” só se manifesta através de memórias individuais, não é possível dizer que há quaisquer prioridades ontológicas de nenhum dos dois níveis. Existe algo compartilhado entre o indivíduo e o entorno que é atividade ao recordar.

Ao ser inespecífico e tratar de várias hipóteses relativas ao “rememorar”, Halbwachs abarca essa relação entre o indivíduo e o social de maneira compreensiva. Um lugar ao qual as ondas derivadas da hipótese da mente estendida demoraram a chegar. A quarta onda busca estender essa interação entre mente e ambiente não apenas para artefatos materiais e tecnológicos (como defendem a primeira e a segunda ondas) e para outros indivíduos (como defende a terceira onda), como também para o universo das práticas culturais e das representações simbólicas. Um lugar em que Halbwachs já estava quase cem anos antes. Encontrar e reconhecer os momentos em que sua obra tocou, de alguma maneira, todas as abordagens e hipóteses presentes nas ondas externalistas não é tão óbvio ou saliente. Como dissemos, ele peca em termos de precisão conceitual, pois não tinha disponíveis avanços das Ciências Cognitivas que trouxeram clareza quanto às possibilidades biológicas da memória, bem como não finalizou muitos de seus escritos que foram posteriormente compilados.

Vistos alguns dos argumentos de Halbwachs e das ondas externalistas, temos claro que não partem de um individualismo metodológico, também não caem em solipsismo. Nesse sentido, são abordagens que têm afinidades e podem se complementar. Assim, nesta seção, buscaremos demonstrar: em que momentos cada uma das ondas poderia ter bebido da obra de Halbwachs para levantar *insights* que antecipassem as outras ondas; em que medida as proposições das ondas externalistas foram muito mais claras do que as proposições de Halbwachs; e como essa quarta onda, tão alinhada ao trabalho de Halbwachs, poderia ser um caminho interessante para o tratamento do fenômeno da memória na contemporaneidade.

A primeira onda apresenta como exemplo principal o caso de Otto e seu caderno. Esse exemplo, assim como o da Terra Gêmea, é limitante, no sentido de constituírem apenas experimentos mentais com situações hipotéticas que não dão conta de abordar o mundo real. Otto e seu caderno não estão isolados do mundo, há outras referências e artefatos externos nos quais Otto pode registrar ou apoiar seus pensamentos. Existem outras pessoas que poderiam lembrá-lo, portanto a extensão não se dá apenas em termos de artefatos materiais, mas também de seres sociais. Clark e Chalmers (1998) também não exploram a variabilidade de artefatos externos nem as diferentes funções que cada tipo pode ter. Já na terceira onda, trabalhos como o de Heersmink (2013) classificam os artefatos mnemônicos como *semânticos* e *ecológicos*, sendo que os *semânticos* podem, ainda, ser classificados como *icônicos*, *simbólicos* e *indexicais* – em alusão à terminologia adotada por Charles Peirce. Cada um deles interagirá com a mente de uma maneira diferente. Além disso, Otto sofria de Alzheimer, uma patologia que afeta um tipo específico de capacidade cognitiva, sobretudo, em um primeiro momento, a capacidade de rememoração de eventos recentes. Em muitos casos, eventos longínquos, como acontecimentos da infância, são claramente rememorados pelo paciente. Assim,

logo de saída, Clark e Chalmers (1998), ao partirem desse exemplo único, criam um forte viés para se pensar a questão da memória. Eles, assim como Halbwachs, não fazem uma diferenciação entre “memorizar” e “rememorar”; no entanto, Halbwachs inclui ambos os processos cognitivos em sua obra, ao passo que Clark e Chalmers só abarcam o primeiro.

Dentro de sua inespecificidade, Halbwachs também traz muitos exemplos que, todavia, abrangem desde processos de rememoração até de memorização. Em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925), ele abre o livro com o exemplo de uma menina que sai de sua terra natal e, desconectada daquele ambiente social, consegue lembrar pouco da infância – um exemplo claro de rememoração e da importância do *milieu social* para desempenhá-lo. No texto de *La mémoire collective chez les musiciens* (1939), que compôs posteriormente o livro *La mémoire collective* (1950), ele traz o exemplo dos músicos. Os elementos são os mesmos apresentados por Clark e Chalmers (1998): papel e uma mente. Conforme Halbwachs:

[...] como os signos e combinações musicais simples subsistem no cérebro, é inútil que assim se conservem também as combinações complexas, é suficiente que eles estejam em folhas de papel. Aqui a partitura desempenha exatamente o papel de substituto material do cérebro. [...] aqui como em qualquer organismo, o trabalho se divide, as funções são executadas por órgãos diferentes; pode-se dizer que, se os centros motores que condicionam os movimentos dos músicos estão dentro de seu cérebro ou em seu corpo, seus centros visuais, em parte, estão fora, pois seus movimentos estão ligados aos signos que eles leem em suas partituras (Halbwachs, [1950] 1997, p. 24).

Entretanto, Halbwachs não está considerando apenas uma anotação pontual de alguém que precisa registrar aquele conteúdo para posteriormente resgatá-lo, pois não consegue memorizá-lo. O exemplo é mais complexo, na medida em que o que está registrado no papel é um sistema simbólico inteligível a um universo específico de pessoas que precisa desse sistema para operar um processo cognitivo: “o fato é que esses signos resultam de uma convenção entre vários homens. A linguagem musical é uma linguagem como as outras, isto é, ela supõe um acordo prévio entre os que a utilizam” (Halbwachs, [1950] 1997, p. 31). O sistema musical, que possui uma materialidade, atua conjuntamente com a mente do músico. Ele fornece as principais representações simbólicas que ajudarão o músico a lembrar e condicionar os movimentos que precisa executar para tocar:

[...] é inconcebível que todas essas combinações [de signos musicais] se conservem exatamente tais como são no córtex cerebral, sob a forma de mecanismos que preparariam os movimentos

que preparam os movimentos necessários para os reproduzir. [...] De fato, essas combinações de signos estão inscritas *fora do cérebro*, sobre folhas de papel, isto é, elas se conservam materialmente desde fora. É certo (salvo em casos excepcionais), o cérebro de um músico não contém, não conserva a notação sob uma forma qualquer, mas é suficiente para que ele possa reproduzir todos os trechos de uma música que ele tenha tocado e que ele terá que executar de novo. No momento em que ele executa um trecho já ensaiado, o músico não sabe de cor, em geral, não o conhece totalmente (Halbwachs, [1950] 1997, pp. 23-4, grifos nossos).

O argumento de Halbwachs, nessas passagens, encaminha-se para algo como a defesa da segunda onda externalista em que há uma complementaridade entre mente e artefatos externos. Os músicos podem até externalizar alguns processos cognitivos ao escrever notações musicais para se lembrarem depois, pois, mesmo sem terem Alzheimer, a capacidade cognitiva não dá conta de “armazenar” informações tão complexas. Mas o fazem a partir de um sistema simbólico já existente e anterior a eles. Usando a terminologia cunhada por Heersmink (2013), as partituras (e fragmentos de notações musicais, como um todo) são *artefatos simbólicos*, pois expressam uma série de informações e significados que se amparam em símbolos socialmente organizados e compartilhados. Nesse sentido, não há apenas uma potencialização da capacidade cognitiva pelo meio externo, como no caso da primeira onda, mas uma remodelação do aparato representacional dos músicos que constroem esses processos cognitivos com base nesse sistema simbólico. Uma transformação, no entanto, que não é fixa, pois continua precisando desses artefatos externos: “[...] isole o músico, prive-o de todos esses meios de tradução e fixação dos sons que a escrita musical representa: será muito difícil para ele e quase impossível de fixar na memória um número assim grande de recordações” (Halbwachs, [1950] 1997, p. 25).

Halbwachs, contudo, não se restringe ao exemplo dos músicos; caso contrário, poderíamos dizer que ele teria trazido contribuições muito próximas às da segunda onda, em que há assunção da premissa da complementaridade entre mente e recursos socioculturais em uma perspectiva sincrônica que centra a explicação em uma agência cognitiva individual. Ele vai além, também abarcando a visão integracionista e descentralizada da terceira onda, em que os processos cognitivos estão distribuídos e são constituídos em ambientes sócio-técnico-culturais mais amplos em que não é mais possível rastrear a posse ou domínio do processo cognitivo. A ideia de ininterrupta extensão entre engramas e exogramas, apresentada pela terceira onda, está dada em Halbwachs. O que é impreciso em Halbwachs é a variabilidade de representações simbólicas objetivas de que ele trata, que vão desde narrativas orais até textos sistemáticos, como a Bíblia, que descrevem passagens testemunhadas pelos apóstolos (Halbwachs, [1941] 2008). Assim, em trabalho anterior, ao discutir as

lacunas terminológicas de Halbwachs (Cordeiro, 2015), tentamos endereçar essa questão ao assumirmos que, para ele, qualquer representação simbólica relativa ao passado tinha uma possibilidade de objetivação na medida em que era intersubjetiva. Nesse sentido, uma unidade de memória, que renomeamos de *Conteúdo Mnemônico Epistemologicamente Acessível* (CMEA), pode ser *forte* ou *fraca*. Isto é, um *CMEA fraco*, que é cognitivamente apreensível e compartilhado por mais de uma pessoa, por exemplo, são conteúdos mais efêmeros e flutuantes, pois dependem da existência dos indivíduos (e suas mentes) para que continuem existindo; ao passo que um *CMEA forte* é materializado em meios físicos, podendo perdurar para além da interação imediata entre dois indivíduos. Halbwachs já havia superado essa distinção entre engrama e exograma, pois para ele essas barreiras já estavam borradas, passando assim para a discussão sobre a materialização, ou não, de uma memória. Em outro trabalho, argumentamos que a digitalização do mundo contemporâneo ampliaria essa possibilidade diacrônica entre conteúdos cognitivos materializados e posteriormente internalizados devido aos repositórios e meios de interação digitais presentes na contemporaneidade (Cordeiro, 2020).

Gallagher (2013; Gallagher & Crisafi, 2009) propõe uma quarta onda externalista que mantenha essa perspectiva integracionista da mente distribuída, defendida pela terceira onda, mas que abarque o papel das instituições e respectivas normas sociais sem se restringir a “nichos cognitivos” que sejam mapeáveis; ou seja, que envolva uma distribuição mais extensa e abstrata. Ele não propõe que instituições (e suas respectivas práticas e informações) sejam extensões da nossa mente, mas sim que as práticas empreendidas dentro delas moldam nossos processos cognitivos. Mais do que isso, a possibilidade de existência dessas instituições está vinculada a um conjunto de processos cognitivos que são sistematicamente postos em curso para garantir suas permanências. Ou seja, sem práticas cognitivas distribuídas, não haveria a possibilidade da existência de certas instituições. Ora, ao tratar, por exemplo, da memória familiar ou da memória cristã em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925), Halbwachs está justamente dentro da mesma chave argumentativa de Gallagher. A Igreja Católica, enquanto instituição, só existe e se perpetua na medida em que várias pessoas rememoraram e comemoraram (seja por datas como o Natal e a Páscoa, seja por rituais como a missa) passagens da vida de Jesus. Da mesma maneira, essas práticas empreendidas dentro dessas instituições também seriam responsáveis por moldar a própria forma como nós rememoramos. Para mobilizar um exemplo da família: um encontro familiar em que há compartilhamento, entre pais, avós e filhos, de recordações do primeiro dia de aula do filho mais novo e circulação de fotografias e vídeos deste momento transforma, por completo, a maneira como as pessoas se recordam desse ponto do passado. O efeito é inclusive reverso: a família, após esse

compartilhamento, também não é mais a mesma. Ali, alguns laços se reforçaram, outros se desfizeram, novas marcas emocionais foram deixadas. E isso acontece mais de uma vez. Nesse sentido, na medida em que nos engajamos cognitivamente com essas instituições, nós também as transformamos, são processos de transformações dialéticas e diacrônicas. Nós criamos instituições a partir de processos mentais, mas nossos processos mentais são engajados em instituições que são anteriores a nós. Essas instituições socialmente estabelecidas às vezes constituem, às vezes facilitam e às vezes impedem, mas em cada caso possibilitam e moldam nossas interações cognitivas com outras pessoas (Gallagher, 2013).

Um aspecto para o qual a quarta onda chama atenção é a criação conjunta de significados que acontecem dentro das instituições (Gallagher, 2013). Do ponto de vista de uma perspectiva externalista, qualquer interação com o mundo externo (sejam ferramentas, tecnologias ou outros indivíduos) seria responsável por criar significado para o agente. Assim, o significado não é uma empreitada individual, mas algo moldado por práticas nas instituições,

[...] a cognição não é apenas sobre conteúdo (tanto derivado, quando não derivado) que é portado por veículos (sejam neurais, como extra neurais); a cognição é um envolvimento ativo e emocionalmente embebido no e pelo mundo, através do qual resolvemos problemas, controlamos comportamentos, entendemos, julgamos, explicamos e fazemos coisas que são moldadas por ferramentas, fatores ambientais, práticas sociais etc. (Gallagher, 2013, p. 8).

É uma visão muito mais ampla de cognição que pode ser coadunada com perspectivas sociológicas mais amplas, para além da contribuição de Halbwachs, que estejam preocupadas com o sentido. As vertentes externalistas começam a apontar para o problema do sentido, que não é tratado em nenhuma das ondas. E também não é tratado por Halbwachs. Tanto em Halbwachs, quanto nas vertentes externalistas, escapa a questão do sentido da memória. Ou melhor, o significado está dado e não parece haver um problema sobre o mútuo entendimento dos indivíduos acerca de significados anteriormente criados e acessíveis. Os indivíduos assim teriam apenas uma relação reativa a eles, dado que sua criação e manutenção parecem ser externas.

Sabemos que há toda uma outra tradição sociológica e filosófica para a qual o problema central da vida social, seja ela em seus aspectos puramente mentais, seja na relação com artefatos simbólicos, é a compreensão do sentido/significado das ações/comportamentos de outros. Isso, pois justamente não saberíamos exatamente o que os outros pensam, o que querem dizer, o que significam suas palavras e ações para si próprios e para os outros. Traçando uma linha temporalmente paralela à que foi feita desde Halbwachs (ou até anteriormente, de Durkheim) até Gallagher, poderíamos

partir de Max Weber e Georg Simmel indo até filósofos/sociólogos contemporâneos como Stephen Turner (2018, 2021) e mesmo psicólogos e outros filósofos da mente que se preocupam com o problema da mente dos outros e da empatia (Tomasello, 2008). Assim como Simmel acreditava que a vida mental dos outros era um mistério impossível de ser decifrado, as bases da teoria social de Max Weber estão na constante tentativa de compreender o sentido da ação intentado pelos outros. Essa é a questão clássica do *Verstehen*, que atualmente se tenta tratar de maneira naturalista com novas descobertas das Neurociências, como é o caso dos neurônios-espelho (Rizzolatti & Sinigaglia, 2006). A tentativa de estabelecer a relação entre o *Verstehen* e um mecanismo cerebral, como seria o caso dos neurônios-espelho, tem sido também fortemente desenvolvida por Stephen Turner em muitos de seus textos nas últimas décadas (Turner, 2021). Além disso, não podemos descartar as teorias sobre simulação da mente de outros, e a hoje estabelecida teoria da mente (*theory of mind*), que acaba tornando a inteligência não apenas humana, mas de primatas superiores, golfinhos, polvos, corvos e outros animais, em um problema de tentar entender os estados mentais de outro indivíduo ou animal. Não à toa, textos como de Gallagher apontam para a ausência da questão do sentido dentro das abordagens externalistas. É um tema que tem sido tratado constantemente e de forma interdisciplinar.

Entretanto, as abordagens externalistas, assim como Halbwachs, poderiam se isentar de tocar em questões sobre o sentido sem perder sua força teórica. Contudo, no que tange à questão da memória, ao desenvolver trabalhos empíricos, esse é um problema que emerge. A expressão empírica da memória se dá majoritariamente por narrativas (orais ou escritas). Nesses casos, importa também saber não apenas como é possível o funcionamento da memória, mas qual o sentido do que está sendo expresso naquela narrativa.

Conclusão

Ao longo do artigo, trouxemos argumentos apresentados por Maurice Halbwachs e pelas vertentes externalistas da Filosofia da Mente acerca do fenômeno da memória, em um caminho para apontar o primeiro como predecessor das segundas. Rever esses argumentos nos permite não apenas entender como Halbwachs foi vanguardista na contraposição a abordagens internalistas da memória, que apresentavam argumentos solipsistas e que relegavam a memória à arbitrariedade de uma mente “isolada”, como também reconhecê-lo como um sociólogo da mente. É comum atribuímos a George Herbert Mead o germen de uma Sociologia da Mente. Ele afirmava, na década de 1930, que “a experiência subjetiva de um indivíduo tem que ser trazida para a relação com as atividades naturais e sociobiológicas do cérebro a fim de fornecer uma

explicação aceitável da mente; e isso só pode ser feito se a natureza social da mente for reconhecida” (Mead 1934, p. 133). Mead certamente tratou dessa questão com maior clareza e explicitude que Halbwachs. Entretanto, é válido buscar outras contribuições na Sociologia que tenham esboçado este caminho (ainda que por outras vias) já na década de 1920. Fazer uma leitura cognitivista da obra de Halbwachs é alinhar-se com as leituras “fracas” ou “distribuídas” de sua obra dentro dos *Memory Studies*, possibilitando que ele entre em diálogo com outras áreas científicas, como as Ciências Cognitivas e a Filosofia da Mente. Com isso, não perdemos, contudo, o forte viés sociológico de Halbwachs e podemos apontar para essas áreas a importância da perspectiva sociológica na análise da memória. Essas áreas (Sutton *et al.*, 2019; Harris *et al.*, 2008; Stone *et al.*, 2013) vêm conduzindo pesquisas sobre memória em ambientes controlados de laboratório com indivíduos (pareados com outras pessoas, objetos ou tecnologias) que são estimulados artificialmente para se lembrarem de uma série de coisas diferentes, como palavras, experiências, imagens, entre outras. Embora esses trabalhos partam da ideia de que o ambiente externo seja crucial para o processo de rememoração, ao conduzir pesquisas empíricas, eles continuam considerando a memória como um fenômeno posto em um “vácuo social” (Zerubavel, 1997), pois não levam em conta a realidade social amplamente. Assim, como essas vertentes externalistas da Filosofia da Mente já afastaram o solipsismo metodológico, taxonomias naturalistas e teorias computacionais do processamento cognitivo, é chegada a hora de se voltarem para um diálogo com a Sociologia (sejam autores clássicos como Halbwachs, que tem muito a contribuir, ou outras contribuições contemporâneas) para avançar na compreensão e na pesquisa de fenômenos cognitivos como a memória.

Referências bibliográficas

- BERGSON, Henri. (2011), *Memória e vida*. São Paulo, Martins Fontes.
- CLARK, Andy & CHALMERS, David. (1998), “The extended mind”. *Analysis*, 50: 7-19.
- CORDEIRO, Veridiana Domingos. (2020), *Rememoração, identidade e tecnologias sociais: uma análise sociológica das narrativas de ex internos de uma instituição para menores*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CORDEIRO, Veridiana Domingos. (2017), “Groups as a product of individual and collective memory: the hardcore of Maurice Halbwachs theory”. *Protosociology Journal*, 1: 1-19. Disponível em <http://www.protosociology.de/Rubrum/Cordeiro-Groups.pdf>.

- CORDEIRO, Veridiana Domingos. (2015), *Por uma Sociologia da Memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- DURKHEIM, Émile. ([1898] 2009), "Individual and collective representations" In: *Sociology and philosophy*. Nova York, Routledge, pp. 1-15.
- DURKHEIM, Émile. ([1912] 2003), *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Ed. Martins Fontes.
- FRITZMAN, J. M. & THORNBURG, Kristin. (2016), "I is someone else: Constituting the extended mind's fourth wave, with Hegel". *Essays Philos*, 17 (2): 156-191.
- GALLAGHER, Shaun. (2013), "The socially extended mind". *Cognitive Systems Research*. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.cogsys.2013.03.008>.
- GALLAGHER, Shaun & CRISAFI, Anthony. (2009), "Mental institutions". *Topoi*, 28 (1): 45-51.
- HALBWACHS, Maurice. (jan./jun. 1923), "Le rêve et les images-souvenirs: contribution à une théorie sociologique de la mémoire". *Revue Philosophique de la France et de L'Étranger*, pp. 57-97. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/41082002?sid=21105071185651&uid=62&uid=40528&uid=2&uid=2134&uid=67&uid=4581290627&uid=40529&uid=5910200&uid=4581290617&uid=3&uid=3737664&uid=5909624&uid=60&uid=70>.
- HALBWACHS, Maurice. ([1925] 1994), *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Ed. Albin Michel.
- HALBWACHS, Maurice. (1938), "Psychologie collective du raisonnement". *Revue Zeitschrift für Sozial Forschung*, pp. 357-374. Disponível: http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf.
- HALBWACHS, Maurice. ([1941] 2008), *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte*. Paris, PUF.
- HALBWACHS, Maurice. ([1950] 1997). *La mémoire collective*. Paris, Ed. Albin Michel.
- HALBWACHS, Maurice. (1992), *On collective memory*. Lewis Coser (ed.). Chicago, The University of Chicago Press.
- HARRIS, Celia B.; PATERSON, Helen M. & KEMP, Richard. (2008), "Collaborative recall and collective memory: What happens when we remember together?", *Memory*, 16 (3): 213-230.
- HEERSMINK, Richard. (2013), "A taxonomy of cognitive artifacts: Function, information, and categories". *Rev. Phil. Psych.*, 4: 465.
- HEERSMINK, Richard. (2017), "Distributed selves: personal identity and extended memory systems". *Synthese*, 194 (8): 3135-3151.
- HEERSMINK, Richard. (2018), "The narrative self, distributed memory and evocative objects". *Philosophical Studies*, 175 (8): 1829-1849.
- HURLEY, Susan. (2010), "The varieties of externalism". In: MENARY, Richard (ed.). *The extended mind*. Cambridge, MA, MIT Press.
- KIRCHHOFF, Michael & KIVERSTEIN, Julian. (2019), *Extended consciousness and predictive processing: a third wave view*. Londres, Routledge.

- KLEIN, Stan & NICHOLS, Shaun. (2012), "Memory and the sense of personal identity". *Mind*, 121 (483): 677-702.
- LAUDAN, Larry. (1977), *Progress and its problems: Towards a theory of scientific growth*. Londres, University of California Press.
- LOCKE, John. ([1689] 1996), *Essay concerning human understanding*. Indianapolis, Hackett Publishing.
- MENARY, Richard. (2010), "The extended mind in focus". In: MENARY, Richard (ed.). *The extended mind*. Cambridge, MA, MIT Press.
- MICHAELIAN, Kourken & SUTTON, John. (2013), "Distributed cognition and memory research: History and current directions". *Rev.Phil.Psych.*, 4: 1-24.
- MONTIGNY, Gilles. (2005), *Maurice Halbwachs: vie, oeuvres et concepts*. Paris, Ellipses Press.
- NEISSER, Ulrich. (1997), "The future of cognitive science: An ecological analysis". In: JOHNSON, D. M. & ERNELING, C. E. (orgs.). *The future of the cognitive revolution*. Nova York, Oxford University Press, pp. 247-260.
- OLLICK, Jeffrey. (November 1999), "Collective memory: the two cultures". *Sociological Theory*, 17 (3): 333-348.
- OLLICK, Jeffrey; VINITZKY-SEROUSSI, Vered & LEVY, Daniel. (2011), *The collective memory reader*. Nova York, Ed. Oxford.
- PUTNAM, Hilary. (1975), "The meaning of 'meaning'". In: *Philosophical papers: Mind, language and reality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- REYNOLDS, Dylan. (2009), *Personal identity, Sydney shoemaker and the possibility of extended selves*. School of English Literatures, Philosophy and Languages Faculty of Arts University of Wollongong. Disponível em: <http://sydneybusinessschool.edu.au/content/groups/public/@web/@arts/documents/doc/uow062031.pdf>.
- RIBOT, Théodule-Armand. ([1881] 1906), *Les maladies de la mémoire*. Paris, Felix Alcan Editeur.
- RIZZOLATTI, Giacomo & SINIGAGLIA, Corrado. (2006), *Mirrors in the brain: How our minds share actions and emotions*. Oxford, Oxford University Press.
- SEMON, Richard Wolfgang. ([1921]), *The mneme*. Translated by Louis Simon. Londres, Allen & Unwin.
- STONE, Charles *et al.* (2013), "Forgetting our personal past: Socially Shared retrieval-induced forgetting of autobiographical memories". *Journal of Experimental Psychology*, 142 (4): 1084-1099.
- SUTTON, John. (2008), "Remembering". In: *Cambridge Handbook of Situated Memory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SUTTON, John. (2010), "Exograms and interdisciplinarity: history, the extended mind and the civilizing process". In: MENARY, Richard (ed.). *The extended mind*. Cambridge, MA, MIT Press.
- SUTTON, John & MICHAELIAN, Kourken. (2013), "Distributed cognition and memory research: History and current directions". *Rev.Phil.Psych.*, 4: 1-24.

- SUTTON, John *et al.*. (2019), “Does collaboration with an intimate partner support memory performance? An exploratory case series of people with epilepsy or acquired brain injury”. *Neuro Rehabilitation*, 45: 385-400.
- TOMASELLO, Michael. (2008), *Origins of human communication*. Cambridge, MA, MIT Press.
- TULVING, Endel. (1972), *The organization of memory*. Ann Arbor, Academic Press.
- TURNER, Stephen. (2021), *Teoria social e ciências cognitivas: um diálogo necessário*. Tradução de Veridiana Cordeiro e Hugo Neri. São Paulo, LibeArs.
- TURNER, Stephen. (2018), *Cognitive Science and the Social: a primer*. Londres, Routledge.
- TURNER, Stephen. (2019), “Verstehen Naturalized”. *Philosophy of the Social Sciences*, 49 (4): 243-264.
- WERTSCH, James. (1998), *Mind as action*. Nova York, Oxford University Press.
- WERTSCH, James. (2009), “Collective Memory”. In: WERTSCH, James & BOYER, Pascal. *Memory in mind and culture*. Cambridge, Cambridge Press.
- WETZEL, Dietmar. (2009), *Maurice Halbwachs: klassiker der Wissenssoziologie*. Konstanz, Ed. UVK Verlagsgesellschaft.
- ZAWADZKI, Paul. (2007), “Halbwachs est-il notre contemporain: réflexions sur la question du temps dans la démocratie”. *Maurice Halbwachs: le temps, la mémoire et l’émotion*. Paris, Ed. L’Harmattan.
- ZERUBAVEL, Eviatar. (1997), *Social mindscapes: An invitation to cognitive sociology*. Cambridge, Harvard University Press.

Resumo

De Maurice Halbwachs à Filosofia da Mente: repensando a memória a partir de abordagens externalistas

O artigo reconstrói as principais contribuições de Maurice Halbwachs como uma abordagem externalista da memória, explorando também suas vertentes interpretativas derivadas de suas imprecisões conceituais. Isso para, paralelamente, reconstituir as principais ideias e vertentes que evoluíram a partir da “hipótese da mente estendida”, uma abordagem externalista que surgiu contemporaneamente na Filosofia da Mente. Essas duas reconstruções visam a colocar em diálogo explicações externalistas sobre a memória, reconhecendo suas similitudes e potenciais mútuas contribuições. Ao reconstruir as vertentes das abordagens externalistas da mente, demonstraremos como se preocuparam com muitos aspectos que já estavam postos na obra de Halbwachs e como esse autor clássico pode e deve ser revisitado para os novos desenvolvimentos dessa abordagem. Ao final, comentamos sobre rumos empíricos e sobre questões ausentes (como a questão do sentido) tanto na obra de Halbwachs, quanto nas abordagens externalistas da mente.

Palavras-chave: Sociologia da Memória; Maurice Halbwachs; Filosofia da Mente; Externalismo.

Abstract

From Maurice Halbwachs to the Philosophy of Mind: rethinking memory from externalist approaches

The article reconstructs the main contributions of Maurice Halbwachs as an externalist approach to memory. It also explores its interpretative aspects derived from his conceptual inaccuracies. In parallel, the article reconstitutes the main ideas and aspects that evolved from the “extended mind hypothesis” – a contemporary externalist approach of Philosophy of Mind. These two reconstructions put externalist explanations about memory in dialogue, recognizing their similarities and potential mutual contributions. By doing so, we demonstrate how the externalist approaches to mind were concerned with many aspects already placed in Halbwachs’ work – what justifies the revival of his texts as a source for new developments in Philosophy of Mind. Finally, we comment on empirical issues and missing questions (such as the “meaning”) in Halbwachs’ work and the mind’s externalist approaches.

Keywords: Sociology of Memory; Maurice Halbwachs; Philosophy of Mind; Externalism.

Texto recebido em 21/09/2020 e aprovado em 11/05/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.174971

VERIDIANA DOMINGOS CORDEIRO é socióloga formada pela Universidade de São Paulo. Possui mestrado e doutorado em Sociologia pela USP, com estágio doutoral na University of Chicago. É pesquisadora de pós-doutorado na City University of Yokohama. Autora do livro *Sociology in Brazil: a brief institutional and intellectual history* (Palgrave Mc Millan, 2019). Pesquisa nas áreas de Sociologia da Memória, Sociologia da Mente, Sociologia Digital e Sociologia da Produção de Conhecimento. E-mail: veridiana.cordeiro@alumni.usp.br ou veridiana@uchicago.edu.



Lutas negras no largo da Banana¹

Renata Monteiro Siqueira*

<https://orcid.org/0000-0001-9537-2795>

Introdução

Ao se abordarem a história e a memória da população negra da Barra Funda, em São Paulo, são, sobretudo, suas contribuições culturais que vêm à tona. Lá teriam surgido os primeiros cordões carnavalescos negros da cidade, a começar pelo Grupo Barra Funda, ou Camisa Verde, em 1914 (Britto, 1986; Simson, 2007). O samba permeava o cotidiano das ruas, porões e botequins (Silva, 1990), compondo as “sonoridades paulistanas” (Moraes, 1997). O largo da Banana, nas imediações da estação de trem (Figura 1), onde convergiam a informalidade urbana, econômica e das práticas culturais, foi alçado a *locus par excellence* da sociabilidade negra dita “espontânea”. Esses elementos contribuíram para que o bairro fosse incorporado ao “território mais caracterizadamente negro de São Paulo” no início do século XX (Rolnik, 2003, p. 77).

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Este artigo decorre de reflexões iniciadas em 2019, durante um estágio de pesquisa na Universidade de Illinois, com apoio da Fapesp (Processo n. 2016/26239-8), supervisionado pelo professor Marc Hertzman, a quem agradeço profundamente o acolhimento e a interlocução generosa. Agradeço a Karen Freire, Stella Paterniani, Cassandra Osei, Paulo Martins, Juan Suarez e Marcelo Kuyumjian e, muito especialmente, ao Rafael Cesar, pelas leituras atentas e discussões proveitosas. Ao Bruno Santos pela edição da Figura 1.

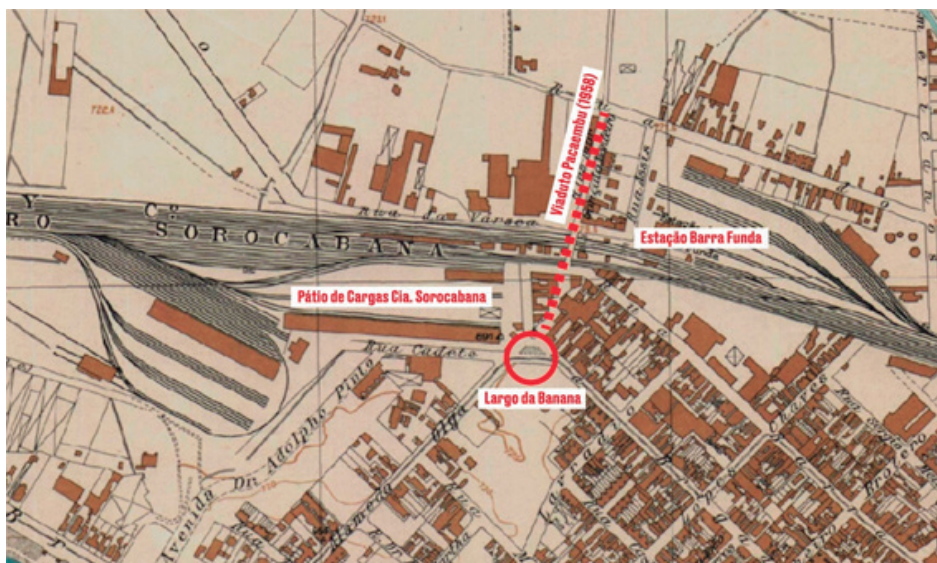


Figura 1: Localização do largo da Banana sobre o Mapa Topográfico Sara Brasil (1930).

Com a noção de “território negro”, Raquel Rolnik estimulou, nos anos 1980, um debate um tanto inédito em seu campo de estudos, ao menos em São Paulo. Produtos da “segregação racial, discriminação e dominação brancas”, tais territórios eram marcados pelas “estigmatização e marginalização” e pela “construção de singularidade e elaboração de um repertório comum” ([1989]² 2007, pp. 75-6). Para conhecer suas especificidades, a autora convocou uma aproximação entre urbanistas e cientistas sociais. Ieda Britto, Olga Von Simson e José Carlos Gomes da Silva, antropólogos, e Rolnik, arquiteta e urbanista, dialogaram direta e indiretamente e convergiram em seus pressupostos e conclusões. O largo da Banana, “berço do samba” e “território dos negros valentões”, teria abrigado, segundo as análises, uma resistência cultural informal, segregada e na contramão do processo de modernização, durante a Primeira República (Britto, 1986, p. 39; Silva, 1990, p. 56; Butler, 1998, p. 75; Rolnik, 2003, p. 76).

Beneficiando-me de problematizações recentes em torno da categoria “território negro” (Silva, 2018; Paterniani, 2019), sugiro que o largo da Banana abrigou lutas negras mais plurais, mais duradouras e menos insulares. Nas próximas duas seções, discuto o processo de legitimação do samba paulista a partir dos anos 1970. Inicialmente, analiso a produção da *Coleção Carnaval Paulistano* no Museu da Imagem e do Som de São Paulo, MIS-SP. Essa instituição foi um lugar privilegiado de interlo-

2. A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez em que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (N. E.).

cução entre artistas, pesquisadores e críticos interessados, por razões nem sempre convergentes, em afirmar uma tradição paulista autêntica e autônoma em relação ao samba e carnaval do Rio de Janeiro (Fernandes, 2018). Em seguida, em diálogo com autores que mobilizaram esse acervo, inquiri os termos que permitiram condensar a representação singular, segregada e pretérita do largo da Banana. Argumento que tal leitura decorreu da cisão analítica entre resistência cultural negra e política de integração social, direcionando expectativas de raça e classe (Hertzman, 2013; Domingues, 2019).

Na sequência, exploro entrevistas realizadas com dois artistas negros considerados “testemunhas oculares” da origem do samba e do carnaval paulistanos. Dionísio Barbosa (1891-1977), um dos fundadores do Grupo Barra Funda, era o “patriarca” de uma família numerosa e do carnaval de São Paulo (Simson *apud* Barbosa, 1976, 7’26”). José Narciso Nazaré, ou Zezinho da Casa Verde (1910-1988), ensacou café no pátio da Barra Funda, aproximando-se, em tese, do “autêntico” sambista de rua. Sem duvidar do papel pioneiro dos “negros valentes do largo da Banana”, os entrevistadores buscaram elucidar aspectos internos às práticas culturais. Na quarta seção, afastando-me desses objetivos, busco, nos diálogos, elementos que, laterais aos interesses da equipe, eram centrais para como os dois homens negros significaram sua história. À luz de relatos sobre suas escolhas profissionais, aspirações por prestígio e respeitabilidade e estratégias de enfrentamento da discriminação racial, exploro, na seção seguinte, as disputas discursivas em torno do “berço” do samba. Os registros que serviram à legitimação de sua história remota e esvaída permitem, assim, outras escutas. Os depoimentos dos carnavalescos testemunham o cotidiano de trabalho incerto e precário no pátio ferroviário, prolongando-se muito além da Primeira República. As variadas estratégias de enfrentamento dessas adversidades, no entanto, contradizem que aquele fosse um território segregado onde negros pobres resistiam inconscientes e arredios ao mundo que os rodeava.

Berço do samba

Em janeiro de 2020, a prefeitura de São Paulo afixou uma placa em “homenagem ao samba no antigo largo da Banana” (Simões, 2020) nos baixos do viaduto Pacaembu. A maioria dos presentes integrava os circuitos do carnaval paulistano, com destaque para a escola de samba Mocidade Camisa Verde e Branco. A organização, fundada em 1953 na Barra Funda, reivindica, com a homonímia, sua filiação ao cordão de 1914. Durante o evento, representantes do município e do carnaval deram testemunho da importância política daquele gesto. Ele restituía, simbólica e tardiamente, uma memória urbana e cultural negra apagada da cidade e subtraída de seus habitantes.



Figura 2: Emplacamento do largo da Banana, 22/01/2020.

Na placa, lê-se: “Largo da Banana: ponto inicial do samba paulistano, o largo que aqui havia recebido, a partir do final do século XIX, estivadores negros reunidos em roda de samba duro e tiririca, capoeira paulista sambada” (Figura 2). A quantidade de informações é proporcional à lacuna que a frase busca preencher. Poucos ouviram falar do largo da Banana ou conhecem o samba duro e a tiririca. Menos seriam capazes de nomear “estivadores” que trabalharam no pátio de cargas da estação de trem até sua desativação, na década de 1970, para dar passagem à linha oeste-leste do Metrô (Metrô, 1978).

O tributo gravou nas paredes do viaduto alguns dos principais elementos de uma narrativa sobre a identidade e origem do samba de São Paulo, consolidada a partir dos anos 1970. Diferentemente do Rio de Janeiro, onde o gênero musical foi mais cedo “elevado ao grau de identidade universal de uma nação forjada em meio a fissuras reais”, na capital paulista, sua legitimação foi tardia (Fernandes, 2018, p. 28; 275). A *Coleção Carnaval Paulistano* do MIS-SP foi fundamental nesse processo. Criado em 1970, o museu imbuía-se de um “perfil sociológico e antropológico”, ambicionando documentar “manifestações culturais e artísticas, folclóricas e eruditas”, em especial de “regiões ou temáticas [...] desconhecidas, ou em vias de desaparecimento” (Lenzi, 2018, pp. 107-8). Sua fundação teve apoio de seu congêneres do estado da Guanabara, criado cinco anos antes, com a participação direta de seu diretor, Ricardo Cravo Albin (*Idem*, p. 269).

Um dos carros-chefes do MIS-RJ era o projeto audiovisual *Depoimentos para a posteridade*, criado em 1966, por meio do qual seu Conselho Superior de Música Popular Brasileira procederia a uma atualização da identidade do samba carioca, definindo seus agentes históricos (Fernandes, 2018, p. 278). Estava em jogo a reafirmação de uma brasilidade essencial, emanada do Rio de Janeiro, em um passado idealizado.

Em suma, o sambista legítimo não era profissional, não se apegava a dinheiro, nem era “intelectualizado” (Hertzman, 2013, p. 231). A sequência de negativas sinaliza os estereótipos raciais em operação.

O jornalista José Ramos Tinhorão, membro fundador do conselho de música do MIS-RJ, foi um dos mais influentes defensores dessa visão. Seguidor de uma “cartilha nacionalista marxista”, ele identificava a “pureza” dos gêneros musicais e seus autênticos produtores com as “classes dominadas”, que não teriam sofrido “as influências deletérias do internacionalismo burguês” (Fernandes, 2018, pp. 225-6). Sua reconhecida autoridade no debate nacional, o interesse em autorizar-se, também, na autenticidade “regional” (*Idem*, p. 305) e o cerceamento da autonomia do museu fluminense pelo regime militar (*Idem*, p. 239) devem tê-lo estimulado a participar das primeiras iniciativas da coleção paulistana. Em 1976, ele coordenou a entrevista a Dionísio Barbosa, único registro do MIS-SP com um carnavalesco até 1981.

Assim como no Rio, o MIS-SP também investiu em um projeto de História Oral, que ganhou fôlego na administração de Boris Kossoy, entre 1980 e 1983. A *Coleção Carnaval Paulistano*, coordenada por Olga Von Simson, era uma das dezoito áreas desse programa (Lenzi, 2018, p. 184). O acervo decorreu de uma parceria com o Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo, Ceru-Usp, onde a antropóloga realizava seu doutorado³. O MIS-SP disponibilizou a infraestrutura necessária à sua etnografia do “carnaval negro” (Simson, 2016). Seu método científico contrastava com a informalidade característica dos *Depoimentos...* do MIS-RJ (Mendonça, 2012, p. 284) e da entrevista de 1976, que Simson também acompanhou.⁴

Simson e os demais cientistas sociais que se lançavam ao estudo do samba e do carnaval paulistanos compartilhavam com os parceiros do MIS-RJ expectativas de raça e classe que definiam os parâmetros da cultura popular tradicional. Um dos objetivos da antropóloga era inventariar e salvaguardar a memória de práticas desaparecidas ou ameaçadas, sobretudo após a oficialização do carnaval, em 1968. Essa teria estimulado uma “visão empresarial”, atribuída à crescente presença de brancos, que convertiam o carnaval em “show-mercadoria” (Simson, 2007, p. 233). Isso se refletia na metodologia adotada, priorizando entrevistar os carnavalescos negros “mais idosos”. Na escassez desses representantes, Simson incluiu gerações mais novas

3. A prática de estabelecer parcerias com pesquisadores e centros universitários remonta à fundação do MIS-SP (Lenzi, 2018, p. 182).

4. A gravação da entrevista a Dionísio Barbosa inicia-se com o diálogo já começado. Conversas paralelas se sobrepõem à sua voz, que se torna, por vezes, inaudível. Em diversas ocasiões, Tinhorão o interrompia, passando ele próprio a dar explicações à equipe. Também são evidentes momentos de frustração do entrevistador, que buscava encerrar a conversa, animando-se outra vez quando o músico dizia algo de seu interesse.

entre os que teriam vivido “todas as fases do carnaval paulistano” (*Idem*, p. 94), como Geraldo Filme (1927-1995).

Embora a oficialização do carnaval não fosse propriamente uma ruptura (Silva, 2011, p. 140), ela instaurou um debate no meio artístico. Ambivalentes, os músicos deslizavam entre a preocupação com a tradição ameaçada e a aposta otimista de que São Paulo “superaria” o Rio (São Paulo, 1972). Com algo, quase todos concordavam: o largo da Banana não existia mais. Já em 1968, Geraldo Filme lamentou seu fim, quando “o progresso fez do bairro uma cidade” (Souza, 1968). Suas canções e suas parcerias com o dramaturgo Plínio Marcos (Marchezin, 2016) projetaram o largo em primeiro plano, brindando-o com o epíteto de “berço do samba” (Souza, 1971). Os jornais também davam publicidade ao largo da Banana, geralmente durante o reinado de Momo. Segundo as reportagens, lá nascera a festa popular, ainda primitiva e perigosa. Com a consolidação da metrópole moderna, o lugar “do tempo em que samba era coisa pra valente” (Barros, 1977), sujeito a “tiroteios” e evitado por “boas famílias” (Amâncio, 1977), estava fadado ao desaparecimento.

Acadêmicos interessados nos sujeitos, práticas e territórios negros em São Paulo chegaram a conclusões semelhantes. Seus estudos deram lastro científico à interpretação sobre o samba e o carnaval paulistanos que ressoa ainda hoje. Em uma cidade “ainda provinciana” (Britto, 1986, p. 23), carregadores negros, pobres e robustos teriam resistido à opressão por meio da música, da dança, do jogo, da valentia e da recusa total à “ordem dominante” (*Idem*, p. 39). O samba praticado cotidianamente no largo da Banana, guiado pelos saberes e laços herdados dos ancestrais africanos, teria uma dimensão política “inconsciente” (Silva, 1990, p. 3).

Os pesquisadores desejavam dar a ver formas de existência e resistência negras excluídas da história oficial. Contudo, ao fazê-lo, fixaram os sentidos da negritude dos sujeitos que tornavam visíveis (Scott, 1998, p. 301). O largo da Banana, ocupando o primeiro polo do binário “samba-cidade”, desaparecera no decorrer do processo de metropolização, em um momento incerto ou, seguindo a pista de Geraldo Filme, em 1958, com a construção do viaduto Pacaembu (Da Silva, 2018, p. 15). Intriga, portanto, que uma reportagem de 1967 informe que o largo da Banana ainda era um ponto de samba popular (Ferreira, p. 80) e que notícias cotidianas, embora raras, se refiram ao local bastante depois da inauguração do viaduto (Os problemas, 1974).

Negros em um mundo à parte

Contemporânea ao resgate da memória do carnaval paulistano, consolidava-se a ideia de que expressões culturais como o samba, a macumba, o candomblé e a capoeira “transavam o afronegro” (Gonzalez, 1982, p. 19). Nos anos 1970, a “cultura negra”,

entendida como herança da diáspora africana, ganhou proeminência inédita na agenda antirracista nacional (Pinto, 2013, p. 357). Embora tal interpretação possa parecer atemporal, ela é historicamente constituída (Hertzman, 2013, p. 163; Fernandes, 2014, p. 138). Em todo o país, ao longo do tempo, os negros conceberam sua identidade e sua participação na sociedade de formas variadas (Butler, 1998, p. 13). Em São Paulo, no início do século xx, a experiência social negra foi impactada pela chegada massiva de brancos estrangeiros, sobretudo europeus, fomentada pela política de imigração (Fernandes, 2008, p. 36). Isso colaborou para que parte dos negros rejeitasse a identificação com o continente africano em prol do reconhecimento de sua cidadania como brasileiros (Alberto, 2011, p. 24).

Britto, Silva e Rolnik projetaram no passado uma identidade “afro” coetânea de seus estudos. Os primeiros ativeram-se ao período entre 1900 e 1930. Ensaçando a análise dos territórios negros em um arco temporal maior, Rolnik também encontrou nos anos 1930 um ponto de inflexão. Antes, a ancestralidade africana e as práticas culturais seriam os marcadores primordiais da negritude. Depois, organizações políticas como a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a valorização da mão de obra nacional na era Vargas teriam aberto caminho para a busca por “integração social” (Rolnik, 2007, p. 84).

Rolnik definiu os primeiros territórios negros como “terreiros”, *loci* de sucessivas elaborações e territorializações da cultura africana na diáspora (Sodré, 1988, pp. 15-7). Remontando à sociedade escravista, tais territórios advinham da “afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação [...] [que] fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras” (Rolnik, 2007, p. 76). Os terreiros em que se convertiam os pátios das senzalas perpetuaram-se nos “quilombos urbanos da Primeira República”. Eram “terreiros de samba, de candomblé, de jongo, que [atravessaram] a história dos espaços afro-brasileiros nas cidades” (*Idem*, p. 77). Nos “clãs africanos urbanos, nos cortiços e casinhas”, lugares de culto afro-religioso, macumba e rodas de samba, ter-se-iam originado os primeiros cordões carnavalescos. Tais reflexões integravam sua tese, de grande mérito, sobre a relação orgânica entre legislação e informalidade urbana em São Paulo. Os territórios negros seriam os primeiros a constituir, desde o fim do século XIX, “o vasto campo da ilegalidade ou informalidade urbanística” (Rolnik, 2003, p. 62). Contudo, face ao “modelo europeu” que orientou a política urbana, os “terreiros” desapareceram progressivamente, até que, nos anos 1930, a informalidade urbana seria identificada com o “território estrangeiro” (*Idem*, p. 60). É relevante que as coordenadas analíticas se transformassem no exato momento em que a “africanidade” dava lugar à “integração”.

Essa perspectiva sinaliza o diálogo com a Escola Paulista de Sociologia dos anos 1950 e 1960, também perceptível nos estudos de Silva e de Britto. Os autores endos-

saram as teses sobre a “herança” da escravidão de que decorreriam o “desajustamento estrutural” e a “anomia” dos negros (Fernandes, 2008; Maio, 1999). Os sambistas do início do século teriam recusado a ordem social estabelecida, “branca e católica”, “porque não quiseram, ou não puderam, adaptar-se”. Assim, o largo da Banana era um “território livre” e um “mundo à parte” (Britto, 1986, p. 39), encerrando sociabilidades que somente caberiam em uma cidade que ainda “se preparava para viver sua primeira transformação estrutural e tornar-se metrópole” (*Idem*, p. 23).

Silva (1990, p. 2) contrapôs o samba da Barra Funda à organização política do que ele designou, citando Florestan Fernandes, como “elite negra”, organizada em torno da Imprensa Negra. A “elite negra” ocupava posições intermediárias na estrutura de classes, almejando mobilidade social e igualdade entre negros e brancos. Em contrapartida, a Barra Funda fora, no início do século XX, um “autêntico território negro”, onde residiu uma população recém-migrada das lavouras. Tais indivíduos, “segregados territorialmente e relegados à condição de trabalhadores informais, desenvolveram no bairro ações culturais que confrontavam com o contexto geral da cidade”, experiência essa condensada no largo da Banana (*Idem*, p. 3; 56-9). Nesses termos, o “território negro” servia à análise das sociabilidades culturais afro “informais” das classes baixas, mas não à ação política “organizada” da “elite negra”. Não se podia, segundo o autor, “tomar como ponto de partida, para a análise da *elite negra* paulistana um espaço territorial definido da cidade, pois esta não se encontrava em um espaço específico como os *trabalhadores informais negros* da Barra Funda [...]. Talvez a sua inserção na estrutura de classes [...] tenha contribuído para a própria indefinição territorial do grupo. Esse encontrava-se disperso no espaço urbano ao contrário dos segmentos mais pobres da coletividade negra” (*Idem*, p. 102, grifos no original). Embora reconhecesse interações entre as “coletividades”, Silva privilegiou a separação, por encarnar “experiências diversas do negro enquanto cidadão ou homem público na cidade” (*Idem*, p. 105). Contudo, os relatos de seu principal informante, Zezinho da Casa Verde, assim como os de Dionísio Barbosa, principal fonte de Britto, sugerem a pertinência de tais aproximações.

Nem “inconscientes”, nem “africanos”

Dionísio Barbosa e Zezinho da Casa Verde, que habitaram o dito “território negro” da Barra Funda, valorizaram suas contribuições para o carnaval de São Paulo e narraram suas estratégias para vencer a pobreza e a discriminação racial. Nenhum associou suas práticas à referência “afro”. O primeiro rejeitou-a abertamente, sobretudo em relação à religiosidade, e o segundo não abordou a questão. O pai de Dionísio Barbosa vivia em São Paulo antes de mudar-se para o interior “iludido por um fazendeiro”. A

família retornou de Itirapina à capital do estado na virada do século XIX para o XX (Barbosa, 1976, 80'11"). Dali em diante, Barbosa morou na Barra Funda por toda a vida, exceto quando viajou a trabalho, esporadicamente, para o Rio de Janeiro. Zezinho da Casa Verde nasceu em São Paulo, na rua da Consolação; acompanhando a mãe, mudou-se muitas vezes. Habitaram em moradias coletivas na rua Pamplona e no Bexiga. Por volta de 1921, foram para os Campos Elíseos, na avenida Duque de Caxias. Foi então que ele estreou no Camisa Verde. Depois, fundou e participou de grupos como Flor da Mocidade, Geraldino e Bloco das Caprichosas, esse já na Casa Verde. Antes de fixar-se na margem direita do rio Tietê, nos anos 1930, com esposa, filhos e sogra, morou na rua da Várzea, Barra Funda, e no Bom Retiro. Nos anos 1960, ele fundou a Escola de Samba Morro da Casa Verde.

Ambos destacaram suas experiências profissionais e seus conhecimentos musicais. Dionísio Barbosa aprendeu marcenaria com o pai e teve uma carreira ascendente: foi contratado pela Escola Normal Caetano de Campos, promovido a “auxiliar de trabalhos manuais” e, depois, a “professor de trabalho” (*Idem*, 60'42"). Segundo ele, todos os integrantes do Camisa Verde “tinham ofício” – eram carpinteiros, ferreiros, pedreiros (*Idem*, 18'48"). Todavia, “ninguém tocava de ouvido” (*Idem*, 17'48"). O trabalho não era incompatível com as festas de Momo: “em São Paulo, ninguém nunca perdeu uma segunda-feira por causa de carnaval” (*Idem*, 47'13").

Zezinho da Casa Verde começou a trabalhar aos oito anos como ajudante de lustrador (Nazaré, 1981, 7'23"). Frequentou o Liceu de Artes e Ofícios, interrompendo os estudos no segundo ano. Na época, ingressou na Tipografia Siqueira, onde foi pautador e margeador (*Idem*, 9'18"). Apesar da especialização, ainda que interrompida, o músico desempenhou atividades variadas, entre elas a de ensacador: “Não havia serviço pra trabalhar. E um homem casado tinha que saber fazer tudo [...]. Eu lutei muito com a vida” (*Idem*, 36'17"). Uma de suas maiores lutas foi profissionalizar-se como músico, com o conjunto *Águias da Meia Noite*. Perseguindo a carreira no rádio, precisava, ainda, “trabalhar de dia” para sustentar a família. Os compromissos da banda dificultavam a permanência em empregos estáveis, restando-lhe alternativas informais, como as oferecidas no pátio da Barra Funda (*Idem*, 55'18").

A experiência da discriminação racial ordena seu relato. Habilidoso no futebol, ele disputou campeonatos da segunda divisão, “da primeira intermediária [...] e na primeira principal não podia entrar. Eu tenho alguma coisa na minha vida [...], eu tenho um sentimento, eu não podia entrar [...] porque era negro!” (*Idem*, 242'01"). No rádio, esse sentimento o acompanhou. Em sua primeira audição na Rádio Difusora, em 1935, ele estava “[...] com excesso de nervo. Bom, mas... negro?! Não havia conjunto de negro em São Paulo [no rádio]. Não tinha vez. Na Record não deixavam nós entrar [...], nós fomos [e não nos deixaram] voltar” (*Idem*, 45'48").

Mesmo assim, os artistas acordaram que só abandonariam o grupo no dia em que achassem que haviam “vencido” (*Idem*, 246’42”). Quando contratados, em outras estações e, finalmente, na Difusora, em 1938, os músicos trabalhavam em condições desiguais. Tocavam de graça, ou por cachê insuficiente. O dinheiro era reinvestido no próprio grupo: “Nós pusemos na cabeça [...] que aonde o branco fosse de bugue, nós ia de carro. Aonde o branco fosse de traje a rigor nós ia de *smoking*. E foi isso que fez o conjunto. Porque trabalhava, não recebia um tostão. Aquele dinheiro era todo guardado só pra roupa” (*Idem*, 44’33”).

Aparência e postura eram estratégias fundamentais para o sucesso da banda. Além das roupas elegantes e dos sapatos lustrados, não consumiam álcool nas apresentações. Nas lutas do *Águias da Meia Noite*, percebe-se o enfrentamento de estigmas que recaíam sobre os negros – o alcoolismo, a irresponsabilidade, a miséria. Para eles, vencer representava o contrário do que a equipe do MIS-SP e os acadêmicos insistiam em reafirmar. Diferente do esperado de um negro “valente”, o músico ambicioso empenhou-se em “provar seu valor”, uma das definições do termo (Aulete, 1964), performando uma respeitabilidade que aos brancos não era cobrada do mesmo modo.

Uma das frustrações de Zezinho da Casa Verde foi não gravar as composições do conjunto. Intérpretes como Francisco Alves e Orlando Silva os contactaram, mas o grupo manteve firme sua posição: “se o *Águias da Meia Noite* não podia gravar, ninguém gravava. E foi o que aconteceu” (Nazaré, 1981, 53’10”). Embora considerasse que o conjunto “venceu”, tocando em eventos como a estreia da televisão, possivelmente na Argentina (*Idem*, 260’03”), sobressaía sua indignação: “Sabe por que [não gravamos]? Porque nós era negro!” (*Idem*, 260’37”). Nas repetidas vezes em que proferiu a palavra “negro”, o músico elevou a voz e suspendeu a fala por alguns instantes. Nessa passagem, podemos escutá-lo bater no próprio corpo. O sentimento transmitido pelo timbre da voz e pelo gesto que não vemos, mas ouvimos, era o de que a cor de sua pele, independentemente do quanto lutasse – “lutei, lutei, lutei, lutei, lutei, lutei” (*Idem*, 53’47”) – impediu-o de realizar as aspirações para as quais se sentia plenamente capaz.

Mesmo em desvantagem, a banda perseverou. Os músicos tocaram de graça, mas ganharam visibilidade, “enaltecendo o nome do conjunto” (*Idem*, 44’15”). Isso resultou na oportunidade de viajar à Argentina e de lá, para outros países, por uma temporada, em 1946 (Figura 3) – “Tirando proveito de nós, eles deram nome pra nós” (*Idem*, 48’56”). No exterior, o artista fez “tudo o que no Brasil não podia fazer. Gravei, filmei” (*Idem*, 53’50”). Dessa experiência emerge sua grande realização, em termos financeiros, de projetos executados e de reconhecimento. Às conquistas profissionais, somavam-se novas vivências urbanas: “Lá fora fomos conhecer escada rolante [...], esse negócio de andar por debaixo da terra, lá fora eu conheci tudo!



Figura 3: Foto tirada na Rádio El Mundo Buenos Aires em 1946. Zezinho da Casa Verde na ponta, à direita. Fonte: MIS-SP (1981).



Figura 4: Dionísio Barbosa, em sua residência, entrevistado por José Ramos Tinhorão e equipe. Fonte: MIS-SP (1976).

Porque aqui eu não conhecia nada” (*Idem*, 259’53”). Descrevendo suas vitórias no exterior, o sambista denunciava as exclusões experimentadas em sua terra natal. Não é que ele, negro, músico de rádio, sambista de rua, carnavalesco, ensacador, jogador de futebol e tipógrafo não ambicionasse usufruir tudo de “moderno” que o rodeava. Seu acesso era limitado porque ele era “*negro!*”.

A voz de Dionísio Barbosa também acusa um sentimento ao discorrer sobre discriminação racial (Barbosa, 1976, 55’24”). O estatuto do Camisa Verde proibia a participação de brancos em resposta à exclusão de negros em times de futebol (*Idem*, 53’32”). Em uma partida entre times de negros contra brancos, um atleta recusou-se a jogar pela seleção negra “porque se julgava branco”. No entanto, “nos meios paulistanos, ele não entrava” (*Idem*, 59’01”). Tinhorão sintetizou: “Lá, ele era preto!”. Para Barbosa, o preconceito igualava os “pretos” de todos os tons de pele, impedindo-os de circular livremente pelos “meios” da cidade que habitavam. Essa posição o aproximava de jornalistas negros paulistas que lhe eram contemporâneos (Alberto, 2011). E, de fato, o carnavalesco foi também jornalista. Em 1923, criou o periódico *Nosso Jornal* (Gentes, 1933). Em 1933, integrou a comissão organizadora de uma encorpada publicação, resultado de um “esforço-uno-complexivo” de militantes negros das mais variadas “correntes” e sem visar “partidarismos” (Apresentando, 1933). Nela, assinou um texto negando que o baile fosse fator de degradação moral, encorajando os negros a participarem das sociedades dançantes “familiares” (Barbosa, 1933). Dionísio Barbosa era católico (Figura 4) e ia à festa de Bom Jesus de Pirapora “por devoção” (Barbosa, 1976, 30’53”). Ser homem, negro, carnavalesco, jornalista, marceneiro, professor e católico constituíam, todos, sua identidade.

Com algo Dionísio Barbosa não se identificava: com a “África”, sobretudo no que tangia ao fundamento religioso. Questionado sobre um possível nexos entre o toque do bumbo e o jongo, o músico respondeu que “nunca quis saber” de jongo porque era “muito católico” (Barbosa, 1976, 76’40”). Apesar da relevância de seu depoimento para a documentação do samba e carnaval paulistanos *negros*, Dionísio Barbosa foi considerado como alguém que aderiu “aos valores do mundo branco” (Britto, 1986, p. 101). Suas contribuições para o debate antirracista de sua geração foram obliteradas e sua percepção sobre a “cultura negra” foi relativizada e traduzida para encaixar-se na narrativa estabelecida de antemão.

O berço do samba em disputa

Os discursos sobre o largo da Banana iluminam a delicada negociação do estereótipo que enquadrava seus sambistas. A equipe do MTS-SP buscava vestígios da figura que, no samba paulista, desempenharia um papel homólogo, mas “singular”, ao do

“malandro” carioca.⁵ Para os entrevistadores, brancos e extrínsecos àquela história, o “negro valente” foi romantizado como herói de uma saga de resistência contra a opressão. Para os músicos negros, o estigma era cotidianamente encarnado em suas experiências e foi cuidadosamente afastado. Os relatos de Dionísio Barbosa e Zezinho da Casa Verde diferiram significativamente, em função do quanto podiam distanciar-se daquele território e dos rendimentos que a narrativa em construção lhes aportava.

Dionísio Barbosa, em sua carreira profissional ascendente, galgou uma posição social que lhe permitia falar “de fora” do largo da Banana e colocar-se “acima” de seus ocupantes na hierarquia social. Ao mesmo tempo, a escola de samba que então lhe atribuía a paternidade e rendia homenagens obtinha os melhores resultados nos carnavais paulistanos⁶. Com o prestígio conquistado e a possibilidade de narrar o largo da Banana em terceira pessoa, reconhecê-lo como “berço” do samba dava força à sua reivindicação de que “o carnaval [de rua] de São Paulo nasceu na Barra Funda! Não nasceu em São Paulo!” (Barbosa, 1976, 9’56”). O mesmo não se pode dizer de Zezinho da Casa Verde, que, perseguindo sucesso como músico profissional, abdicou de ocupações mais estáveis e com melhor retorno financeiro. Embora dominasse ofícios mais especializados, o trabalho de ensacador o colocou inarredavelmente “dentro” do largo da Banana. À época da entrevista, o músico presidia uma escola de samba menor e afastada da Barra Funda. O lugar que lhe reservava o “berço” em construção seria, no máximo, o de autêntico sambista de rua, o que parecia não fazer inteiramente jus ao reconhecimento que almejava para si.

Dionísio Barbosa não se referiu ao “largo da Banana”, designação essa que partiu dos entrevistadores. Entretanto, o músico referendou a existência pretérita de um samba feito por negros ensacadores de café na Barra Funda. Embora o carnavalesco não se identificasse com esse grupo, incentivado pelos interlocutores, discorreu sobre eles, cantou seus sambas e descreveu seus jogos de rasteira. Ele próprio trocara pernadas nas rodas da Penha, no Rio de Janeiro (Barbosa, 1976, 83’46”). Zezinho da Casa Verde, ao contrário, negou, por iniciativa própria, que o largo da Banana fosse lugar de samba. Diante disso, o silêncio dos entrevistadores, contrastante com a fala excessiva dos interlocutores de Barbosa, chama a atenção. O músico abordou-o a partir de suas experiências de trabalho, o que se reflete na nomeação: não “largo”, mas “pátio” da Banana.

5. Sobre a negociação do estereótipo do malandro no samba carioca, cf. Hertzman (2013).

6. Os entrevistadores, inspecionando os troféus expostos na janela da sala de Dionísio Barbosa (Figura 4), reagiam às datas inscritas – 1974, 1976 – o que interpreto como certa frustração (Barbosa, 1976, 89’51”).

Aos dez minutos, Tinhorão perguntou afirmando: “Esse pessoal [do Camisa Verde] que saía direitinho, que ensaiava [...], não se dava com aqueles valentes do largo da Banana, aquilo lá era pessoal da pesada” (Barbosa, 1976, 10’07”). A equipe acreditava que a mesma “turma” morava na alameda Glette e jogava pelo São Geraldo, presumido como time de “várzea” (*Idem*, 11’27”). Se o entrevistado desviava, Tinhorão retomava, perguntando sobre valentes ainda vivos. A história do próprio Dionísio Barbosa emergia como ruído na lenda dos valentões, que a equipe do MIS-SP parecia incapaz de localizar.

As antecipações dos entrevistadores foram frustradas por sucessivas negativas do carnavalesco. *Não* havia rivalidade entre o Camisa Verde e o “pessoal da pesada”. A “turma de valentes” *não* jogava pelo São Geraldo. Os negros da Barra Funda *não* eram todos iguais e isso era preciso “dividir, entendeu?” (*Idem*, 11’52”).

A certa altura, a equipe conseguiu uma “confirmação” que lhe interessava. Barbosa falou sobre uma tentativa frustrada de formar um time de futebol no Camisa Verde depois que ele deixara o grupo, nos anos 1930. Segundo ele, o fracasso decorria de que “não [tinha] respeito, [nem] uma certa humanidade, [era] gente criada na várzea” (*Idem*, 56’48”). Extáticos, os entrevistadores reagiram com um longo e uníssono “Aaaaaah!”. Tinhorão prosseguiu: “*Então confere*, o pessoal era mais da pesada mesmo. Era mais [...] gente de várzea e o [grupo] do senhor era um pessoal de mais categoria, que os músicos sabiam música, as moças [...] casavam direitinho” (*Idem*, 57’15”, grifo meu). Dionísio Barbosa justificou que nunca fora “mais que os outros. Sempre fui negro, humilde, sem nada, pobre, pobre”, ao que os entrevistadores condescenderam: “mas tinha noção de respeito [e] de família” (*Idem*, 57’52”). Construiu-se, assim, uma relativa cumplicidade entre os interlocutores, por meio da qual se foi reforçando a imagem desordeira, ignorante e, seguindo Tinhorão, também promíscua, de uma massa de negros e negros pobres “criados na várzea” da Barra Funda.

Se havia “amizade” entre Dionísio Barbosa e o “pessoal da pesada”, prevaleceram as relações de hierarquia. O carnavalesco afastou-se do estereótipo de “valentões” pelo qual ansiavam os entrevistadores, contrastando-o com sua respeitabilidade. Diferente do marceneiro bem-sucedido, a “turma da pesada” desempenhava um serviço braçal, incerto e mal remunerado (*Idem*, 19’30”). Os “negros valentes” viviam nos bares e lhe pediam dinheiro para pinga (*Idem*, 10’18”). A eles, era vedada a entrada nos bailes de salão do Camisa Verde (*Idem*, 12’18”). O anfitrião não podia permitir “um açai, um sururu”, pois convidava homens de sobrenome “Rangel Pestana” e “Mesquita” para as apresentações (*Idem*, 57’34”). A seleção dos convidados para seus eventos “negros” e “familiares”, desafiando hierarquias de classe e raça, era parte de esforços, não desprezíveis, visando ao reconhecimento público de seu caráter ordeiro e seu trabalho bem-feito na oficina, na escola, nos bailes e nos palcos (Barbosa, 1976,

41'43"). Antes de "conferir" que o largo da Banana era lugar de "negros de pinga" (Britto, 1986, p. 39), Dionísio Barbosa trouxe à tona a heterogeneidade e a complexidade das relações entre os negros do bairro.

De "dentro" do largo da Banana, Zezinho da Casa Verde tampouco aderiu ao estereótipo da "turma da pesada". Suas lembranças do pátio de cargas não eram alegres: "[eu] era o cara mais rude que tinha dentro daquilo ali. Eu aprendi a rir agora depois de velho [...], eu tive dez anos de sacaria em armazém de café. E eu viciiei naquilo, homem não pode olhar pro outro, tem que olhar sério [...]. Eu vivi no rádio tanto tempo e não fui comunicativo com ninguém" (Nazaré, 1981, 41'50'). Apresentadas lado a lado, suas experiências no largo da Banana e no rádio eram sérias e silenciosas, contraditórias, em princípio, com a música. Não o eram, contudo, com um mercado de trabalho incerto e competitivo, que então correspondia à parte substancial da economia urbana (Pinto, 1994, p. 110), ou com a hostilidade experimentada em um ambiente pouco receptivo à participação de pessoas negras (Pereira, 2001).

Enquanto carregou saco de café, Zezinho da Casa Verde "bebia como um gambá e ensaiava todo dia [com a banda]!" (Nazaré, 1981, 247'17"). O "[Arthur] Friedenreich da várzea" (*Idem*, 240'30") desafiava, no São Geraldo, os times "brancos", e "não [se contentou]" com o motivo pelo qual lhe negavam uma oportunidade na primeira divisão. Os elementos pinçados de seu relato para compor a narrativa cultural que o largo da Banana constitui – os negros pobres, os sacos pesados, as relações rudes, a cachaça, o futebol e o samba – passavam longe de uma rejeição do músico à "ordem social". Essas experiências constituíram a trajetória de um sujeito permanentemente em "luta" para usufruir de direitos formalmente concedidos a todos, mas naturalizados como domínio do "mundo dos brancos".

Zezinho da Casa Verde negou com veemência que no "pátio da Banana" estivesse a origem do samba de São Paulo. Ao contrário, aquele seria o "berço" do samba e do carnaval modernos. Mesmo seu nome era recente: "onde diz hoje pátio da Banana" (*Idem*, 28'45"). Aquele lugar se tornou, segundo ele, ponto de samba *depois* da construção do viaduto Pacaembu: "agora o [Mocidade] Camisa Verde [e Branco, de 1953] adotou ali, começou a ensaiar ali, fez aquele viaduto [...], ali sim, mas no passado não tinha pátio da Banana" (*Idem*, 60'28"). Nazaré associava o "berço tradicional" ao carnaval "moderno" e ao viaduto. O pátio da Banana expressava, nesses termos, aquilo que lamentavam os protetores da tradição cultural negra paulistana, reunidos no MIS-SP. Isso talvez explique por que essa divergência "desapareceu" das análises baseadas nessa entrevista.

Para Zezinho da Casa Verde, o recente pátio da Banana fora, no passado, "lugar de vagabundo, de ficar lá aquele monte de gente o dia lá todo sem fazer nada" (*Idem*, 60'38"). Tal imagem possivelmente remetia à concentração de outros trabalhadores

precários, como ele. Tio Mário [Ezequiel] (1927-2019), percussionista do Mocidade Camisa Verde e Branco, trabalhou na sacaria em meados do século XX. O serviço era acertado diariamente e, quando não havia serviço, eles, literalmente, “ficavam na pedra”: “o cara sentado na pedra porque não apareceu nada pra ele fazer hoje, então não tinha, nem comia [...], pegava os restinhos do outro [...]. ‘Dá metade aí meu!’ – ‘Não, eu tô na pedra’” (Ezequiel, 2017, 54’43”). Tio Mário provavelmente discordaria de Zezinho da Casa Verde. Em sua memória do pátio, lá “os caras faziam samba até no bar” (*Idem*, 54’37”).

Esses relatos apontam a precariedade enfrentada pelos ensacadores na área hoje reconhecida como largo da Banana, bem depois da Primeira República. O que eles não confirmam é que aqueles sujeitos “resistiram” a essa condição, a despeito do mundo ao seu redor. Seus testemunhos indicam inconsistências na interpretação de que aquele fosse um lugar de confraternização de negros marginalizados que nada tinham a oferecer além de seus belos sambas “curtinhos” (Tinhorão *apud* Barbosa, 1976, 36’08”) e da “venda de sua força física” (Britto, 1986, p. 39).

Considerações finais

No processo de negociação do samba paulista e de seus símbolos, expectativas de autenticidade do nacional-popular, de identidade e cultura negras confluíram na representação do largo da Banana como seu “berço” resistente. Segregado, desajustado, inconsciente e africanizado, o “território negro” estava fadado ao desaparecimento, antes mesmo de nascer, face à materialização da grande metrópole. Para a equipe do MIS-SP, ser “negro do largo da Banana” correspondia à diferença absoluta. Romantizada pelos pesquisadores, essa perspectiva condenava seus “heróis” à negação e ao passado eternos. Por isso mesmo, não foi assim que Zezinho da Casa Verde e Dionísio Barbosa narraram suas batalhas. Os músicos negociaram os termos de sua representação para a posteridade. Corroborando, dentro de certos limites, as expectativas dos entrevistadores, eles narraram suas lutas para participar da cidade e sociedade “modernas”, às quais foram tantas vezes contrapostos. Eles se afastaram de estigmas que reconheciam de longe e que eram imputados aos “valentes pioneiros” do samba paulistano pelos quais sua audiência tanto ansiava.

Seus depoimentos sugerem que “resistência cultural” e “integração social” estavam muito menos dissociadas do que imaginavam seus interlocutores e estudiosos. Os entrevistadores queriam coletar marchas sambadas, mapear agremiações, conhecer sua organização interna, bem como as manifestações “informais” de que bebiam. Enquanto isso, os carnavalescos discorreram bons minutos, ou mesmo horas, sobre assuntos que pareciam frustrar os objetivos das entrevistas. Os mesmos sujeitos que

trocaram pernas nas festas da Penha, no Rio de Janeiro, ou nos becos da Barra Funda, em São Paulo, perseguiram sucesso profissional e reconhecimento por sua competência. Dionísio Barbosa insistiu na disciplina com que dirigia seu cordão, que se refletia na qualidade das performances, na rua, nos salões de baile e no teatro. Para “vencer” no rádio, Zezinho da Casa Verde atravessou territórios pouco convidativos.

Em seus relatos, emergia um cotidiano de que a discriminação racial e estratégias de enfrentamento variadas, individuais ou coletivas, eram constitutivas. Projetando sua respeitabilidade sobre o estigma de que partiam seus interlocutores, Dionísio Barbosa narrou uma história menos irrefletida – ou “primitiva” – que a por eles preconcebida. Do mesmo modo, Zezinho da Casa Verde descreveu seus investimentos como músico e como atleta, não amador, mas profissional. No esforço de se distanciar da imagem de “valente da pesada” que a equipe do MIS-SP colava em seu passado de ensacador e sambista de rua, Zezinho da Casa Verde desmentiu o berço do samba. Salvo engano, sua versão sobre o “pátio da Banana” não suscitou perguntas, nem de entrevistadores, nem de pesquisadores. O uso que se fez de seu testemunho separou o “sambista de rua” do “músico de rádio”, parte essa que acabou obliterada. Dionísio Barbosa, por sua vez, manteve seu posto de “patriarca”, mas foi compreendido como alguém que abdicou da própria negritude. Contudo, nenhum desistiu de escolher os termos de suas “lutas”, “resistências”, “derrotas” ou “vitórias”.

Referências bibliográficas

- ALBERTO, Paulina L. (2011), *Terms of inclusion: Black Intellectuals in twentieth-century Brazil*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- AMÂNCIO, Moacyr. (1977), “Brincou, dançou”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12/02, p. 29.
- “APRESENTANDO...”. (1933), *Evolução*, 13/05, p.6.
- AULETE, F. J. Caldas. (1964). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Delta.
- BARBOSA, Dionísio. “A sociedade boa e a corrompida, do negro em São Paulo”. *Evolução*, 13/05, p. 6.
- BARBOSA, Dionísio. (1976), *Entrevista de Dionísio Barbosa (partes 1 a 5)*. [Concedida a José Ramos Tinhorão]. Documento Audiovisual. In: *Coleção Carnaval Paulistano*. São Paulo, Cemis, <http://acervo.mis-sp.org.br/>, consultado em 10/11/2020.
- BARROS, Plínio Marcos de. (1977), “Vi o início e não quero ver o fim”. *Folha de S.Paulo*, 30/05, p. 23.
- BRITTO, Iêda Marques. (1986), *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo, FFLCH-USP.

- BUTLER, Kim. (1998), *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- DA SILVA, Marcelo Vitale T. (2018), *Territórios negros em trânsito: Penha de França: sociabilidades e redes negras na São Paulo do pós-abolição*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- DOMINGUES, Petrônio. (2019), *Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia*. São Paulo, Edições Sesc.
- EZEQUIEL, Mário. *Entrevista a Filipe Amado*. Audiovisual. Arquivo pessoal do autor, 2017.
- FERNANDES, Dimitri Cerboncini. (jun. 2014), “A negra essencialização do samba”. *Luso-Brazilian Review*, 1 (51): 132-156.
- FERNANDES, Dimitri Cerboncini. (2018), *Sentinelas da tradição: a constituição da autenticidade no samba e no choro*. São Paulo, Edusp.
- FERNANDES, Florestan. (2008), *A integração do negro na sociedade de classes (O legado da “raça branca”)*, volume I. São Paulo, Globo.
- FERREIRA, José Felix. (jun. 1967), “São Paulo também tem samba”. *A Cigarra*, 6 (53): 76-80.
- “GENTES e fatos de outra época”. (1933), *A Voz da Raça*, 01/04, p. 4.
- GONZALEZ, Lélia. (1982), “O Movimento Negro na última década”. In: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, pp. 9-66.
- HERTZMAN, Marc. (2013), *Making samba: A new history of race and music in Brazil*. Durham, Duke University Press.
- LENZI, Isabella. (2018), *Museu da Imagem e do Som de São Paulo: o processo de criação e as diretrizes iniciais (1970-1980)*. São Paulo, dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- MAIO, Marcos Chor. (out. 1999), “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [online.], 41 (14): 141-158.
- MARCHEZIN, Lucas Tadeu. (2016), *Um samba nas quebradas do mundaréu: a história do samba paulistano na voz de Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde, Toniquinho Batuqueiro e Plínio Marcos*. São Paulo, dissertação de mestrado, IEB-USP.
- MENDONÇA, Tânia. (2012), *Museus da Imagem e do Som: o desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil*. Lisboa, tese de doutorado, Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- “METRÔ anuncia projeto definitivo”. (1978), *O Estado de S. Paulo*, 01/08, p. 50.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. (1997), *As sonoridades paulistanas a música popular na cidade de São Paulo, final do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro, São Paulo, Ministério da Cultura, Funarte, Editora Bial.
- NAZARÉ, José Narciso de. (1981), *Entrevista de Sr. Zézinho (José Inácio de Nazaré) e Sebastiana de Oliveira (partes 1 a 4)*. [Concedida a Olga Von Simson]. Audiovisual. In: *Coleção Carnaval Paulistano*. São Paulo, Cemis, <http://acervo.mis-sp.org.br/>, consultado em 10/11/2020.

- “OS PROBLEMAS da Zona Oeste”. (1974), *O Estado de S. Paulo*, 12/11, p. 28.
- PATERNIANI, Stella. (2019) *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 342 p. Brasília, tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.
- PEREIRA, João Baptista B. (2001), *Cor, profissão e mobilidade o negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- PINTO, Maria Inez M. B. (1994), *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo, Edusp.
- PINTO, Regina Pahim. (2013), *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa, São Paulo, UEGP/FCC.
- ROLNIK, Raquel. (2003), *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel.
- ROLNIK, Raquel. ([1989] 2007), “Territórios Negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro”. In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. São Paulo, Autêntica, pp. 75-90.
- “SÃO PAULO: um ritmo diferente”. (fev. 1972), *Realidade*, 71: 52-56.
- SARA Brasil (1930). *Mapa topográfico do município de São Paulo*. <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>, consultado em 10/01/2020
- SCOTT, Joan. (fev. 1998), “A invisibilidade da experiência”. *Projeto História*, (16): 297-325.
- SILVA, José Carlos Gomes da. (1990), *Os sub urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo 1900-1930. Cotidiano, lazer e cidadania*. Campinas, dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Marcos Virgílio da. (2011), *Debaixo do “pogréssio”: urbanização, cultura e experiência popular em João Rubinato e outros sambistas paulistanos (1951-1969)*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.
- SILVA, Marcos Virgílio da. (2018), *A cidade de São Paulo de acordo com Robert Moses e Geraldo Filme*. Apresentação de trabalho. Barcelona, Latin American Studies Association.
- SIMÕES, Nataly. (2020). “Placa em homenagem ao samba é inaugurada no antigo Largo da Banana”. Disponível em <https://almapreta.com/editorias/realidade/placa-em-homenagem-ao-samba-e-inaugurada-no-antigo-largo-da-banana>, consultado em 21/11/2020.
- SIMSON, Olga Von. (2007), *Carnaval em branco e negro (1914-1988)*. Campinas, Editora da Unicamp/Edusp/Imprensa Oficial.
- SIMSON, Olga Von. (2016), “Unicamp: Memória Científica”. <https://www.youtube.com/watch?v=cTK0kB6IL4M>, consultado em 20/08/2021.
- SODRÉ, Muniz. (1988), *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro, Vozes.
- SOUZA, Geraldo Filme. (1968), “Último sambista”. In: DEMÔNIOS DA GAROA. *Leva Este*. São Paulo, Chantecler, Faixa 12, https://www.youtube.com/watch?v=Qv_jiQewu0o, consultado em 04/05/2020

SOUZA, Geraldo Filme. (1971), “Terreiro da Escola”. In: BARROS, Plínio Marcos de *et al. Balbina de Iansã – trilha sonora da peça teatral*. São Paulo, Fermata, Faixa 19, https://www.youtube.com/watch?v=2qMZ9W_91hU, consultado em 04/05/2020.

Resumo

Lutas negras no largo da Banana

O largo da Banana, associado aos primórdios do samba paulistano, é tido por território negro de resistência pretérita e antinômica à “modernidade”. Cotejando essa construção simbólica com documentos que lhe deram base, sugiro que ele abrigou lutas negras heterogêneas e posteriores à origem do samba. Inquirio expectativas de raça, classe e cultura que informaram a produção de um acervo do MIS-SP e estudos que o mobilizaram a partir dos anos 1970, enredados nos debates sobre autenticidade, cultura negra e relações raciais. Analiso o discurso dos carnavalescos sobre o “berço” do samba à luz de ambições profissionais, por prestígio e respeitabilidade, laterais aos interesses dos pesquisadores, mas centrais para como eles significavam sua história.

Palavras-chave: Largo da Banana; Território negro; *Coleção Carnaval Paulistano* (MIS-SP); Relações raciais em São Paulo.

Abstract

Black struggles in largo da Banana

In São Paulo’s early samba accounts, largo da Banana stands for a bygone and non-modern black territory of resistance. By confronting such symbolic construction with sources that validated it, I argue that it was a place of less unidimensional struggles, long after the origin of samba. I inquire race, class, and culture premises entangled in debates about authenticity, black culture, and race relations in MIS-SP’s archive and scholarly studies. I analyze musicians’ discourses on the “cradle” of samba, considering professional ambitions and investments on prestige and respectability that, although countered the researchers’ expectations, were crucial to the meanings those black men gave to their history.

Keywords: Largo da Banana; Black territory; *Coleção Carnaval Paulistano* (MIS-SP); Race relations in São Paulo.

Texto recebido em 10/12/2020 e aprovado em 15/06/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.179762

RENATA MONTEIRO SIQUEIRA é doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. E-mail: renata.fau57@gmail.com.



Revisitando a noção de autoritarismo socialmente implantado

Entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro

Marcos César Alvarez*

<https://orcid.org/0000-0001-5984-9082>

Pedro Rolo Benett**

<https://orcid.org/0000-0003-1396-8654>

Gustavo Lucas Higa*

<https://orcid.org/0000-0003-4459-5002>

Roberta Heleno Novello*

<https://orcid.org/0000-0002-8680-491X>

Gabriel Funari***

<https://orcid.org/0000-0003-4815-3594>

Paulo Sérgio Pinheiro¹ é professor titular aposentado da Universidade de São Paulo. Sua contribuição no campo dos Direitos Humanos é amplamente reconhecida, não apenas na produção acadêmica, mas também no âmbito da intervenção pública. Foi fundador da Comissão Teotônio Vilela (1983), do Núcleo de Estudos da Violência (1987) e da Comissão Arns (2019). Destacou-se em variadas funções no governo brasileiro em nível estadual e federal. Em 1984, foi assessor especial de Franco Montoro, então governador de São Paulo. Entre 2001 e 2003 foi ministro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso. De 1996 a 2009, foi consultor de três edições do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), assessorando três gestões do governo federal. Em 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o nomeou representante da sociedade civil no grupo de trabalho que elaborou o projeto de criação da Comissão Nacional da Verdade, na qual atuou intensamente. Em seguida, em 2011, foi nomeado pela presidenta Dilma Rousseff como um dos sete membros da referida comissão para apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Pinheiro também possui notória atuação internacional, ao promover trabalhos para a solução de diversos conflitos. Exerceu cargos na Organização das Nações Unidas,

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

*** University of Cambridge, Cambridge, Inglaterra.

1. Ver <https://nev.prp.usp.br/equipe/paulo-sergio-pinheiro/>.

dentre os quais se destacam: relator especial para a situação dos Direitos Humanos em Burundi (1995-1997); relator especial para a situação dos Direitos Humanos em Myanmar (1998-2008); presidente e membro da Comissão Independente Especial de Inquérito sobre Timor Leste (2006); presidente da Comissão Independente Especial de Investigação sobre a Síria (2011). Também atuou como consultor do Comitê Internacional da Cruz Vermelha entre 2004 e 2007.

Esta entrevista teve por objetivo revisitar o percurso de formulação da noção de Autoritarismo Socialmente Implantado, por meio da qual se busca analisar a continuidade das graves violações dos Direitos Humanos no Brasil, após o processo de redemocratização. Dessa forma, Pinheiro chama a atenção para a dimensão histórico-social do enraizamento e da atualização de práticas autoritárias no âmbito da cultura política, especialmente no plano da vida cotidiana. Duas pesquisas deram forma a essa agenda: “O autoritarismo socialmente implantado” (1987-1991) e, posteriormente, “Continuidade autoritária e consolidação da democracia” (1994 a 2000)².

A entrevista foi realizada no dia 30 de janeiro de 2020, nas dependências do NEV, no campus da USP, no bairro do Butantã, com a participação dos pesquisadores Pedro Benetti, Gustavo Higa e Roberta Novello, sendo que o professor Marcos César Alvarez, então vice-coordenador do Núcleo, participou a distância, por meio da internet. A estrutura audiovisual foi organizada por Alan Felipe, e a transcrição da entrevista foi realizada pelo pesquisador Gabriel Funari. O entrevistado respondeu as questões com muito bom humor, trazendo inúmeras anedotas e afirmações polêmicas, marcas de seu estilo ao mesmo tempo divertido e provocativo.

Pedro Rolo Benett (PB): *A ideia da entrevista partiu de uma proposta de trabalho que nós apresentamos, na qual buscávamos recuperar a atualidade do conceito de autoritarismo socialmente implantado. Nós ainda estamos para escrever esse trabalho, a entrevista busca ajudar a desenvolver o tema. Pensávamos em fazer uma discussão acadêmica, trabalharmos o contexto histórico e depois passarmos para uma discussão do texto mesmo, seus interlocutores e depois fecharmos com perspectivas de atualização desse conceito.*

Nós selecionamos uma primeira pergunta bem simples: Para pensar sua trajetória, em termos acadêmicos, você se define como historiador? Como cientista político? Você acha necessário se definir disciplinarmente ou não?

2. Para mais informações, consultar Pinheiro, 1991, pp. 45-56.

Paulo Sergio Pinheiro (PSP): (*risos*) Aos 76 anos eu tenho que me definir... na verdade eu cursei Direito primeiro, mas nunca pensei em ser advogado. Vou contar uma anedota. Meu avô era da Marinha, e a minha avó e a minha mãe achavam que eu deveria ir para a Escola Naval. Felizmente, eu tinha um detalhe físico que me impedia, tenho pés chatos, e daí durante anos na minha infância usei um instrumento de tortura que é uma palmilha de metal recoberta de couro. Não adiantou nada e não pude me candidatar para entrar na Marinha. Daí decidiram que eu ia ser diplomata e, dos sete até os dezessete anos, eu tinha aulas em casa, junto com o meu irmão mais moço, Pedro Carlos. Tínhamos professoras de inglês e de francês mas, na hora H, que foi em 1964, eu não passei no concurso para o Itamaraty... em francês. Três anos depois, tive uma bolsa da França para Paris, pois eu passei a me interessar pela ciência política. Um professor que eu admirava na faculdade de Direito da PUC-RJ³ ensinava Teoria Geral do Estado⁴. Em 1965 ou 1966, o Cândido Mendes de Almeida⁵ realizou um seminário internacional da ciência política; ali foi a primeira vez que eu tive contato com professores americanos e os franceses⁶. Em setembro de 1967, fui para a França, no Instituto de Estudos Políticos, a Sciences Po. Em abril de 1971, defendi minha tese de *doctorat en science politique*, doutoramento em ciência política. Simultaneamente, eu fazia sociologia na Université de Vincennes, nos arredores de Paris, que foi criada depois da revolta dos estudantes em maio de 1968, onde me licenci em sociologia. Um de meus professores ali era Nicos Poulantzas⁷, que pesquisava o fascismo e a Terceira Internacional Comunista. No seminário dele, estudei o movimento operário, o comunismo e o fim da Primeira República no Brasil, que depois eu aprofundi na minha tese de livre-docência na USP da qual se originou o livro que publiquei em 1992⁸.

Creio, então, que por diploma, sou da ciência política. E na USP eu estava no Departamento de Ciência Política. Na verdade, acho que também sou historiador. Os momentos mais felizes da minha vida acadêmica foram os tempos nos anos 1970 e 1980, que pesquisei em arquivos, em Washington, Amsterdam, Paris, Londres. Minha produção é muito desigual, porque nos dez primeiros anos eu tratei da classe operária, muito inspirado pelo meu coautor amicíssimo, o historiador norte-americano, faz

3. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

4. Trata-se de Celestino de Sá Freire Basílio, professor de Teoria Geral do Estado. Em 1964, foi presidente do Instituto dos Advogados do Brasil.

5. Ver Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida.

6. Seminário realizado na Faculdade de Direito Cândido Mendes, sediada no Convento do Carmo, na praça Quinze de Novembro, Rio de Janeiro.

7. Nicos Poulantzas, filósofo e sociólogo grego (1936-1979).

8. Trata-se do livro *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*, publicado pela Companhia das Letras em 1991.

décadas no Brasil, Michael M. Hall, que conhece como ninguém a história social da classe operária nos Estados Unidos, no Brasil e na Europa, com quem aprendi a pesquisar. E foi com ele que criamos, faz mais de quarenta anos, o arquivo de História Social Edgard Leuenroth, AEL, que foi um grande líder anarcossindicalista. O arquivo foi adquirido pelo reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, com apoio da Fapesp, em plena ditadura militar⁹. Hoje em dia, é certamente o maior arquivo de história social nas Américas e um dos maiores do mundo. Depois, nos dez anos seguintes, eu passei a me focalizar na repressão da classe operária e a violência ilegal do Estado. Essas pesquisas tiveram como consequência a criação da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, em 1983, com o próprio Teotônio, Severo Gomes, Antonio Candido, Fernando Millan, Eduardo Suplicy, Padre Agostinho Duarte de Oliveira, José Gregori, Maria Helena Gregori, João Baptista Breda, Glauco Pinto de Moraes, Hélio Bicudo, Fernando Gabeira, Marilena Chauí, Margarida Genevois, Emir Sader, Hélio Pellegrino, Alberto Dines. Alguns anos depois, criei com Sérgio Adorno o Núcleo de Estudos da Violência, que completou, como vocês sabem, trinta anos¹⁰. Depois dessa segunda fase, eu passei para a transição política e o direito internacional dos direitos humanos. No meu curso de direito não havia referência alguma aos direitos humanos nem à ONU. Desde 1995, tive vários mandatos da Comissão de Direitos Humanos, CDH, do Secretário-Geral Kofi Annan, de 2003 a 2007 e depois de 2006, do órgão que sucedeu à CDH, o Conselho de Direitos Humanos

PB: Há uma coisa curiosa... a impressão que passa é que existia um período em que as questões políticas acabavam obrigando os acadêmicos a olhar para a História, olhar para trás, nos anos 1920, essa questão de repressão. E daí, quando chegam os anos 1980, parece que a conjuntura invade a produção acadêmica de uma forma muito intensa. Fica a impressão de que há uma inflexão com o tipo de estudo que você está fazendo na época de formação, e depois com a transição vem uma presença muito forte da conjuntura na reflexão.

PSP: Acho essa observação uma boa leitura, mas não creio que corresponda exatamente ao que eu fiz. Quando fui para a França, eu queria esquecer que tinha feito Direito. Queria ser sociólogo. E daí a minha pesquisa documental foi determinada pelo futuro livro do Poulantzas, que era o *Fascismo e ditadura*¹¹, sobre o conceito de fascismo na Terceira Internacional. Eu estava em Paris e tinha acesso a farta docu-

9. Para mais informações sobre o arquivo, consultar <https://www.ael.ifch.unicamp.br/>.

10. Trata-se do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, fundado em 1987.

11. *Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme* (Poulantzas, [1970] 1972).

mentação sobre o tema, pois a editora Feltrinelli tinha republicado toda a correspondência da Terceira Internacional, o *Komintern*. Eu nunca tinha pesquisado o tema do anarquismo ou do comunismo no Brasil. Meu primeiro trabalho na Sciences Po foi sobre análise quantitativa dos discursos do Getúlio Vargas. Graças aos volumes de *A nova política do Brasil*¹², coleção de todos os discursos de Vargas para ele se candidatar à Academia Brasileira de Letras, que meu pai comprou num sebo no Rio e me mandou para Paris. O diplomata José Guilherme Merquior, que eu conheci quando me preparava para o concurso para o Itamaraty, me deu também uma coleção que descobriu no porão da embaixada brasileira em Paris. O estudo da história da república era o tipo de pesquisa tolerado pelo regime militar. O marco disso foi quando organizamos, em 1975 na Unicamp, a Conferência sobre história e ciências sociais. Na verdade, nós queríamos discutir autoritarismo e a classe operária, mas o título foi aquele, aliás com apoio da Fundação Ford, cujo representante era Richard Morse. O grande historiador inglês, Eric Hobsbawm, foi um dos convidados para aquela conferência. Houve um almoço oferecido aos participantes pela reitoria. Na mesa do Hobsbawm, estava o reitor Zeferino Vaz, que era um cientista reconhecido internacionalmente e que tinha bom relacionamento com os militares, que não se metiam na Unicamp. O Zeferino fazia o que ele decidia na Unicamp. Na conversa durante o almoço, ele se virou para o Hobsbawm e disse: “O senhor está vendo aqui todos esses professores jovens? Tudo comunista”. Sem saber que Hobsbawm era membro do partido comunista britânico, do qual, aliás, nunca irá se retirar. E daí o Zeferino completou: “mas todos excelentes pesquisadores”. Apesar disso, o reitor, com apoio da Fapesp, pagou mais ou menos hoje o valor de um apartamento de quatro quartos pelo arquivo Leuenroth, com o aval de seu colega, Antonio Candido, mais os historiadores Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais. Zeferino sabia muito bem o que estava fazendo. No futuro, para se entender isso vai ser difícil... em plena ditadura militar, o estado de São Paulo financia a compra de um arquivo de um líder anarcossindicalista.

PB: Boa parte dos debates das esquerdas girava muito em torno da noção de revolução, e ele se transforma quando os brasileiros foram exilados, começaram a produzir textos sobre democracia e direitos humanos, talvez mais do que uma linguagem revolucionária. Naquela época, havia muitos brasileiros exilados na França que vão saindo dessa chave da revolução, e a chave de direitos humanos, durante a transição, vai ganhar muita força... queria saber se você teve contato...

12. Vargas, 1933-1945.

PSP: Especialmente na questão de Louis Althusser, que faz a crítica do conceito de fascismo e do conceito de revolução no Partido Comunista francês. E o Poulantzas, que fazia parte dessa leitura crítica. Quando cheguei a Paris, em setembro de 1967, eu não pertencia ainda a essa praia. Na verdade, isso era mais para o Éder Sader, Michael Löwy, Marco Aurélio Garcia, Guilherme Lustosa da Cunha, Davi José Lessa Matos Silva, Sérgio Rosemberg – todos paulistas que se tornaram meus amigos em Paris – e outros que já tinham uma militância política no Brasil, passavam pela França e fizeram essa releitura. Eu conheci e convivi com eles todos, participava inclusive de seminários, mas, na verdade, eu vivia meio isolado, antes de cursar sociologia na nova Université de Vincennes. Eu estava num instituto tradicional das elites, como era considerado o Institut d'Études Politiques, a Sciences Po. Aliás, eu não fui o primeiro brasileiro lá, quem me precedeu foi o Helgio Trindade, que escreveu o clássico estudo sobre o integralismo¹³. E quem veio depois de mim foi o Marcito, Marcio Moreira Alves, meu velho amigo do Rio. Eu me inscrevi no departamento de sociologia na Université de Vincennes, nos arredores de Paris, em plena floresta do Chateau de Vincennes, lá estavam Michel Foucault, Jean Claude Passeron, Poulantzas. Em Paris, frequentei seminários na École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, com Georges Haupt¹⁴, Robert Paris¹⁵, ligados à revista *Mouvement Social*. Havia sempre seminários com brasileiros: Aloísio Nunes Ferreira, meus saudosíssimos amigos Guilherme da Cunha e Marco Aurélio Garcia, ambos exilados. Esse grupo estava nessa linha da revisão do marxismo. No Rio, onde nasci e vivi até 1967, tinha participado do movimento solidarista cristão, inspirado pelo sociólogo padre Fernando Bastos de Ávila. Talvez, se eu não tivesse ido à França, não estaríamos conversando aqui hoje.

Gustavo Lucas Higa (GH): *Eu gostaria de ir para outro tema, que seria esse período de transição democrática no Brasil nos anos 1970 e 80. Certamente sua trajetória acadêmica foi influenciada por esse período. Em outras ocasiões, você falou que os três políticos que foram os pilares da transição foram Tancredo Neves, Leonel Brizola e Franco Montoro. Queria que você comentasse sobre essas figuras e a influência que tiveram naquele momento.*

PSP: A abertura brasileira foi longa demais, quase dez anos, com diversas fases. É claro que o que se concebeu como uma abertura lenta, gradual e segura foi iniciada no governo Geisel, que era um governo de duas faces: da mesma forma que estava

13. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930* (Trindade, 1974).

14. Georges Haupt, historiador francês de origem romena, especialista no socialismo e no movimento socialista internacional.

15. Robert Paris, historiador, autor de *As origens do fascismo*, em 1968.

ligado à abertura e ao levantamento da censura, ao mesmo tempo, eliminou a maioria dos membros do comitê central do PCB e promoveu o extermínio dos jovens do PC do B envolvidos na guerrilha do Araguaia¹⁶. E por outro lado, havia um ministro da indústria e comércio, Severo Gomes, que fazia a ponte com os intelectuais de esquerda do Cebrap¹⁷ em São Paulo. Conto outra anedota a respeito dessa época. No governo Geisel, a reunião da SBPC¹⁸ ocorreu em Brasília, e o Severo Gomes era ministro da Indústria e Comércio na época. Ele adorava festa, deu uma festa para os amigos dele de São Paulo e para alguns colegas dele de governo. Estavam lá o ministro da Marinha e o ministro de Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, Silveirinha, da linha da política externa independente, que era muito amigo do Severo. E havia alguns convidados da festa que tinham acabado de sair do Dops¹⁹. Aí, o grande economista, especialista em América Latina e filósofo, Albert Hirschman, me perguntou: “Não estou entendendo nada, o Chico Oliveira ontem estava preso e agora está aqui...”. Daí, eu tentei explicar-lhe certa flexibilidade desse governo autoritário. Acho que tem que se levar em conta, durante a abertura, a eleição em que o MDB conseguiu fazer uma larga bancada no Senado e na Câmara de Deputados, nas eleições em 1974²⁰. Creio que o outro marco são as eleições diretas estaduais de 1983, quando foram eleitos Montoro, Brizola e Tancredo. Havia no Congresso Nacional uma emenda das Diretas para ser votada e, paralelamente a esse movimento pela emenda, o Franco Montoro foi um dos primeiros a levantar essa questão.

A propósito, há outra anedota! Chegando aos oitenta se acumulam as estórias... Severo Gomes resolveu organizar para Franco Montoro uma reunião no Rio, na casa do advogado Miguel Lins, com vários amigos dele, como o José Aparecido de Oliveira, o Otto Lara Rezende, o Marcito Moreira Alves, que havia sido cassado na ditadura, o José Honório Rodrigues e vários outros. Eu era assessor especial do Montoro, e chegamos muito atrasados porque o Montoro tinha passado muito tempo na abertura da Bienal do Livro do Rio. Quando chegamos, o pessoal já tinha bebido uísque extraordinariamente e não queriam nada de ouvir do programa progressista do Montoro, estradas vicinais, hortas comunitárias etc. E aí, o Otto Lara Resende, do fundo da sala, gritou: “Montoro, Montoro... farol alto! Será que você aceita liderar uma campanha pelas diretas?”. E daí o Montoro ficou tocado naquilo e, na

16. Partido Comunista Brasileiro.

17. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

18. Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência.

19. Departamento de Ordem Pública e Social.

20. Nas eleições de 15 de novembro de 1974, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido oficial da “oposição consentida”, espetacularmente, elege 16 senadores, das 22 vagas em disputa; e por pouco não obtém a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras, ou 44%. (Faria & Fontenelle, 2014).

cerimônia da outorga da medalha de Tiradentes a ele, no dia 21 de abril em Ouro Preto, fez um discurso que se chamava “A nação tem direito a ser ouvida”.

Outros fatos que influenciaram muito o Montoro foram os comícios da campanha presidencial e a eleição do Alfonsín²¹, a cuja posse ele compareceu. E aí o Montoro, quando voltou de Buenos Aires, resolveu convocar um comício das Diretas no dia 25 de janeiro de 1984, no aniversário da cidade de São Paulo. Fernando Henrique Cardoso, que era presidente da executiva do MDB, disse: “Montoro está louco, fazer comício no dia 25 de janeiro... feriado?”. Afinal, Montoro convocou as entidades da sociedade civil porque os partidos não estavam ainda comprometidos com a campanha das Diretas. Aí foi aquele grande comício dos 300 mil, que na verdade eram 40 mil, porque só a praça da Sé não comportava tanta gente. Digo isso agora porque, nesse dia 25, a USP estava comemorando cinquenta anos e o Montoro veio para a comemoração. Os alunos foram barrados para protestar contra alguma coisa e o reitor fechou as portas, o que era uma besteira total. Daí eu falei para o Montoro: “Vai dar muito errado isso aqui”. Fui falar com alguém da reitoria, que o governador queria que abrissem as portas. Aí eles abriram, os alunos protestaram com faixas, sem maiores problemas... Na saída, começou a garoar, e o Montoro ficou preocupado com o comício da praça da Sé. Daí o chefe da Casa Militar, o coronel Ubirajara, um PM excepcional, ouvindo pelo rádio (não existiam celulares...): a praça já está cheia. O Ulysses Guimarães virou o pai das Diretas, mas quem as bancou mesmo, em primeiro lugar, foi o Montoro.

GH: *Ainda mais que o Ulysses*²²?

PSP: Foi o Montoro que convocou a reunião dos governadores em apoio ao Tancredo no Palácio dos Bandeirantes. Íamos toda hora para Belo Horizonte, o José Aparecido²³ sempre inventando um pretexto, uma solenidade. O Montoro foi quem teve a coragem de bancar uma campanha das Diretas Já. Houve um almoço de comemoração, após o comício da praça da Sé, e o dr. Ulysses vira para o Eduardo Muylaert, que também era assessor especial do Montoro e meu velho amigo desde Paris nos anos 1960, e para mim ele diz: “Vocês foram inventar isso, e o que eu vou fazer com a conjuntura política até março?”. Então, o próprio dr. Ulysses achava que a campanha atravessava o caminho dele.

21. Raúl Ricardo Alfonsín Foulkes, presidente da Argentina de 1983 a 1989.

22. Ulysses Guimarães, deputado federal e presidente do PMDB durante a transição democrática.

23. Trata-se de José Aparecido de Oliveira, na época deputado federal.

Pedro Rolo Benett (PB): *Essa frase é muito interessante porque ela dá um pouco da dimensão de risco que vem com qualquer processo de transição.*

PSP: Tudo ali era risco puro.

PB: *O que está marcado com essas figuras é que o Brizola e o Tancredo são figuras da República de 1946. Então, acho que o que está em jogo aí é que tipo de democracia que vai ser construída nos anos 1980.*

PSP: A concepção de democracia que eles tinham era a democracia de 1946, não era a democracia de 1988. Sem ser injusto com essas figuras, pelas quais eu tenho a maior admiração, a Constituição de 1988 não estava no projeto deles. Fazer a Constituinte tudo bem, mas fazer a Constituição como ela foi feita no final, a Constituição cidadã, com tal elenco de direitos humanos, não estava no projeto deles. Há uma frase maravilhosa do Ulysses em que ele diz o vexame que foi a ditadura. Todos eram fundamentalmente democratas, o Montoro era um democrata com ligações com a classe operária. Lembre-se de que ele foi o pai do décimo terceiro salário. Lembro-me do Montoro salvando da polícia em São Bernardo, em seu carro de senador, o Alemão, militante sindical de esquerda. Então o Montoro era um autêntico democrata, e não autocentrado, porque nunca se colocou como candidato à presidência, desde cedo para esse cargo ele apoiou o Tancredo, o que não era ainda algo totalmente pacífico. Então, acho que o modelo de transição é um modelo de governo civil em primeiro lugar para suceder à ditadura. Fernando Henrique falava do entulho autoritário que precisava ser desbastado. Uma democracia participativa, reconhecimento dos direitos indígenas, dos negros, tudo isso veio depois da Constituinte. Claro que eles eram contra o racismo, eram a favor dos direitos indígenas, mas a democracia como está configurada na Constituição não estava no projeto da transição.

PB: *Mas a Constituição é produto de quem? Porque é engraçado, o PT²⁴ vota contra a Constituição, o Brizola parece que não é pai, o Tancredo não é, a ditadura também não é... De onde vem essa Constituição?*

PSP: Eu não sei de onde, eu li recentemente isso em algum lugar. Você sabe que houve uma Comissão Afonso Arinos²⁵, no governo Sarney, antes da Constituinte.

24. Partido dos Trabalhadores.

25. Em setembro de 1986, uma comissão provisória de Estudos Constitucionais foi criada pelo Executivo e elaborou um anteprojeto de Constituição, mas que nunca foi oficialmente enviado ao Congresso. Seu presidente foi o jurista, ex-deputado federal e ex-senador Afonso Arinos de Melo Franco

PB: *Eles aprovaram uma lei e aí fizeram eleição parlamentar normal.*

PSP: Eu não me lembro se a Constituinte estava em algum projeto, mas acho que deveria estar, porque havia se debatido inclusive o projeto da Constituinte única. A Constituinte, apesar de ser uma conciliação afinal, se revelou muito mais moderna e popular do que estava na expectativa, por conta da participação intensa da sociedade civil nas comissões da Constituinte.

GH: *A eleição dos candidatos civis, depois da abertura, gerou muito otimismo de mudança para a democracia que chegaria. Foi um grande momento de otimismo inclusive para as políticas de direitos humanos, projetos de humanização, de que participou o José Carlos Dias. Eu queria ouvir um pouco sobre isso, sobretudo como a geração de vocês percebia a resistência da sociedade a essas políticas de direitos humanos.*

PSP: No Brasil, a esquerda descobriu os direitos humanos na ditadura. O tema das prisões era um tema excêntrico na primeira e segunda Repúblicas. Na primeira República eram Evaristo de Moraes ou então Maurício de Lacerda, ligados ao movimento operário, que se preocupavam com a questão das prisões. Em São Paulo, que foi o epicentro da repressão, da Oban²⁶, da tortura, das execuções, dos desaparecimentos, Montoro é eleito nessa bandeira de direitos humanos. Não esquecer que o Teotônio Vilela, no Senado, foi o presidente da comissão sobre os presos políticos. Não esqueçamos também Dom Paulo²⁷, que precede Montoro, como ator político na transição, não apenas como um cardeal progressista, mas com seu poder ele cria todo um círculo de aparatos para a defesa dos direitos humanos: a Comissão Justiça e Paz, o Centro Santos Dias, a Clamor para os Refugiados.

Eu voltei da França para o Brasil em 1971 e ficava espantado com os sermões que ele fazia. Eu pensava: “Ele vai acabar saindo preso aqui dessa Igreja”. Então, a Igreja é essencial, Dom Hélder Câmara²⁸, Dom Luciano de Almeida, o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, o hoje Cardeal Dom Claudio Hummes. Hoje, não se lembra da personalidade global que era o Dom Hélder... era uma celebridade do nível da princesa Diana, sempre cercado de fotógrafos, de câmeras aonde quer que ele fosse na Europa. Era uma figura admirável... Não ganhou o Nobel porque a ditadura fez uma campanha intensa no Vaticano contra, está tudo lá nos arquivos do Itamaraty, na Comissão Nacional da Verdade. A ditadura chamou a atenção para os presos.

26. Operação Bandeirante foi um centro de operações e investigações do governo, responsável por investigar e capturar integrantes de grupos considerados subversivos.

27. Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo durante a ditadura militar.

28. Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, durante a ditadura militar.

A elite e a classe média nunca prestaram atenção aos presídios porque não éramos nós, brancos, que estávamos lá. O Montoro, que era muito ligado à Igreja, foi nessa mesma vertente. O José Carlos Dias foi imensamente criticado e cobrado por sua política penitenciária iluminada pelos direitos humanos. Você imagina comissão de presos, visita íntima... tudo isso se deve ao José Carlos. A Comissão Teotônio Vilela era dura demais nas críticas a ele. Nós somos muito amigos hoje e ele me lembrava na Comissão da Verdade, na qual fomos colegas, das coisas que eu escrevia sobre esse tema com ele. Tenho a maior admiração porque José Carlos foi um corajoso precursor do tratamento humano dos encarcerados. É impensável hoje, no regime atual, que isso ocorra.

PB: *Isso é curioso. Você fala que é impensável, mas ao mesmo tempo indica que ainda naquele tempo existia resistência a isso.*

PSP: Claro.

PB: *E era uma resistência que ainda articulava o discurso autoritário. Vocês viam isso como uma ameaça naquele momento?*

PSP: Era tudo otimismo... eu lembro que escrevi sobre isso em 1984, sobre a PM, sobre autos de resistência. A democracia de 1946 foi uma democracia com conteúdo populista herdado do Estado Novo. O otimismo não foi só dos políticos ou da universidade. O otimismo foi também dos transitólogos, porque a maioria deles não lidavam com o tema da violência pelos aparelhos repressivos do Estado. Os poucos que lidavam com esses temas de violência e letalidade da polícia não estavam na universidade. Foi uma batalha porque vários colegas na FFLCH, na USP, não achavam que a violência fosse tema para a sociologia nem para a ciência política. Alfred Stepan e o Guillermo O'Donnell eram os poucos que chamavam atenção para aquela violência.

PB: *Porque o Stepan trabalhava muito com os militares...*

PSP: Isso ajudou certamente. E ele esteve várias vezes aqui... Na verdade, essa categoria do autoritarismo, a primeira vez que ela foi utilizada, foi por um eminente jurista alemão chamado Karl Loewenstein. Era judeu, refugiou-se nos Estados Unidos e veio visitar o Brasil. Muitos intelectuais estrangeiros vinham visitar o Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e escreviam livros. Ele escreveu um livro que o Michael Hall e eu sempre tentamos traduzir no Brasil, sem sucesso, que se chama *Brazil under Vargas* (Loewenstein, 1942). Nele há um apêndice, "Discourse on political termino-

logy: Is Brazil a fascist state?”, em que ele quer responder: O que é o Estado Novo? Pela primeira vez se referindo ao Brasil como um país autoritário, em que o governo adota decisões sem decisão popular, sem eleição.

Quem pegou isso foi o Juan Linz, que veio à Unicamp em 1975, e nós publicamos capítulos do livro dele sobre totalitarismo e autoritarismo²⁹. Ele chamava o regime espanhol e o regime brasileiro de autoritários. A concepção do autoritarismo é mais conectada com o Estado e suas instituições políticas, e não com o que o O'Donnell escreveu, que esse autoritarismo estava na sociedade³⁰. E daí eu peguei carona dele e usei “autoritarismo socialmente implantado”.

Eu fiquei feliz, dois anos atrás, quando o Gabriel Cohn, que eu respeito demais, disse que era um conceito que valia a pena ser revisitado. Os transitólogos não levaram em conta essas características da sociedade brasileira que alimentavam esse autoritarismo fora dos períodos autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar. Para puxar sardinha para o meu lado, há outra parte desse conceito que eu trabalhei, de que hoje em dia não gosto tanto, que é o Regime de Exceção Paralelo da primeira República. Porque, na verdade, sob aquela organização liberal havia um estado de exceção para as classes populares. Só que eles não estavam em paralelo, era intrínseco ao próprio funcionamento do Estado. Esse conceito, hoje, eu mudaria, mas esse regime de exceção paralelo, especialmente de 1889 a 1930, e depois, de 1964 a 1985, se prolonga nesse *autoritarismo socialmente implantado* nos dois períodos constitucionais de 1946 a 1964, e de 1988 até o presente. Honra seja feita ao Roberto Da Matta³¹ naquele artigo “Você sabe com quem está falando?”, que desvendou essas hierarquias brasileiras.

A meu ver são hoje três ingredientes do *autoritarismo socialmente implantado*. Primeiro, o racismo. Como é que é possível que hoje, no século XXI, não há nenhum professor negro na FFLCH? Isso aqui é o farol do pensamento progressista no Brasil, e ninguém se deu conta de que entre mais de uma centena de docentes havia só dois professores negros, o Kabengele³² e o Milton Santos, que tinha o equivalente a um prêmio Nobel em geografia. Quer dizer: tudo o que escreveram o Florestan Fernandes, FHC, Oracy Nogueira e poucos outros sobre o racismo no Brasil parece não ter sido interiorizado na USP. Hoje, ali, acho que nem cotas tem... então o racismo só começou a ser trabalhado depois da Constituição de 1988, quando o racismo

29. *Totalitarian and authoritarian regimes* (Linz, 2000).

30. O'Donnell, 1986.

31. “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil” (Matta, 1997, pp. 179-248).

32. Prof. dr. Kabengele Munanga, do departamento de Antropologia da USP.

se torna crime³³. No governo FHC, foram feitos os dois Programas Nacionais de Direitos Humanos, os PNDH I e II, defendendo as cotas raciais, censo de raça do funcionalismo federal e bolsas de estudo para candidatos negros para o concurso do Itamaraty. Tudo isso foi ontem, e esse racismo não foi ainda totalmente superado.

A segunda vertente é a desigualdade. O Brasil só é vencido pelo Catar na proporção de renda dos 1%. O Brasil é 27%, e o Catar é 29%. Quer dizer, em todos esses trinta anos de governança democrática, claro que teve uma melhoria, 30 milhões ou mais saíram da extrema pobreza, mas a questão da concentração de renda ficou quase intocada.

Em terceiro lugar, uma das falhas da Constituinte é a questão da violência, do monopólio do Estado da violência e como ele tem sido exercido no Brasil. A Constituinte resolveu fazer uma conciliação com as Forças Armadas e com as PMS, ao não mexer na segurança pública. Os PMS no Rio de Janeiro, em 2019, mataram 10,5 pessoas, especialmente negros, adolescentes e jovens, por 100 mil habitantes, acima da taxa de 7,2 de assassinatos em São Paulo. É uma coisa totalmente delirante. E quem são os alvos dessa violência? São os negros. O argumento que faziam para os presidentes era: “Não vai mexer nisso porque é mais um problema”. Nenhum presidente resolveu assumir. Não que os presidentes não tenham sido construtores de uma política de direitos humanos. O fato de não se ter debelado a violência ilegal não significa que não caminhamos em uma política de direitos humanos. Eu cito já, desde José Sarney, que assinou a Convenção da Tortura em 1985, o Brasil foi um dos dez primeiros a assinar. E depois o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, no governo Sarney, que cria o mutirão contra a violência, quem escreveu foi o Gabeira, inspirado em uma proposta que a Comissão Teotônio Vilela havia entregado ao Tancredo. Depois, o Fernando Collor faz o discurso, escrito pelo meu grande amigo Gelson Fonseca, um grande embaixador, em que ele diz que a soberania não pode ser o escudo para as violações de direitos humanos. Eu não vou falar do FHC, Lula e a Dilma porque, entre eles, há uma continuidade da política de Estado de direitos humanos.

Apesar dessa escalada virtuosa do governo federal, o racismo, a violência estatal e a desigualdade, juntos, são arcos de abóbada que sustentam o *autoritarismo socialmente implantado*, que perdura no machismo, no anti-feminismo, na homofobia, na violência sexual contra as crianças, até o presente governo de extrema direita.

33. Atualmente, a FFLCH-USP conta com alguns professores negros, mas em número ainda inexpressivo. Na USP, como um todo, são 153 professores pretos e pardos, apenas 2,7% (<https://egida.usp.br>). As políticas de inclusão, por sua vez, avançaram em anos recentes. Cf. Cruz, 2020.

GH: *Então os três pilares são racismo, desigualdade e...*

PSP: E a não resolução do problema da violência estatal.

PB: *O curioso é que, quando você trabalha essa noção, eu achei até interessante essa distinção entre violentólogos e transitólogos. Minha impressão, estudando ciência política no Brasil, é que antes se perguntava por que o Brasil não possuía as condições para ter democracia, e essa discussão vinha sempre em um diagnóstico ancorado na sociologia política, como o Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, pessoas que pensam mais estruturalmente sobre a democracia no Brasil. E depois, os transitólogos fazem uma inflexão na direção institucionalista. O que me parece curioso é que você está muito próximo desses transitólogos, mas, ao mesmo tempo, se aproxima da sociologia política. Qual a sua impressão disso?*

Marcos César Alvarez (MA): *O que é curioso, naquele momento da transição, em que vocês observavam esse aspecto social da violência? Mesmo agora que você colocou o racismo, é muito a leitura do presente. Mas naquele momento da transição, no qual o olhar estava muito em direção do político, onde, naquele momento, se identificava o aspecto social do autoritarismo?*

PSP: Não se identificava. Na verdade, o que importava era desmontar o regime ditatorial e o entulho autoritário. Quando você pega o livro do Stepan, *Authoritarian Brazil* (1973), esses aspectos não aparecem. Vão aparecer em outros artigos do Stepan e no livro do O'Donnell, que é um dos poucos que vão nessa direção. Essa tradição sociológica, eu adicionaria que é com o Michel Debrun, trabalhando os arquétipos da conciliação pelas classes dominantes. Acho que, em termos de identificar, você está correto. Mas para mim foi sem saber, eu não estava importando toda essa produção sociológica. É claro que o Florestan trata desse tema da violência, sua leitura do racismo, da escravidão. Na transição, eu não me lembro de ter debate. Você acha que na transição esses temas estavam no debate, Marcos?

MA: *Então, depois sim, porque nos anos 1980 começa a aparecer... o livro do Cebrap sobre São Paulo...*

PSP: Tem razão, os paulistas já tinham essa leitura. Eu acho, sem ser injusto, que esses trabalhos não ligavam ao autoritarismo. Era uma leitura sociológica sobre esses fenômenos, mas não era política, em termos da contradição que está no Estado de violência...

Roberta Heleno Novello (RN): *Ficamos pensando muito na questão da agência e do autoritarismo socialmente implantado. Pensando até nos termos. É algo que está na sociedade, mas se é algo que precede e sobrevive aos períodos autoritários, sempre sendo atualizado, quem implanta esse autoritarismo? Trata-se mesmo de um enraizamento social que vai se reproduzindo ou se trata de uma política deliberada?*

PSP: Está no lindo livro do Debrun sobre Gramsci³⁴, do qual escrevi o prefácio. O Debrun não queria publicar, ele falava: “Eu nem sei quem é mais, se é Gramsci, se sou eu...”, e só foi publicado depois que ele morreu. É um livro extraordinário. O Debrun lembrava que a questão de legado da continuidade não é absoluta, porque você tem forças nessa continuidade que umas são mais resistentes que as outras. Então, seria tudo um tiro no meu pé se eu dissesse que é tudo continuidade. Em alguns países essa discussão hoje é impossível, na Hungria, nas Filipinas, na Polônia, isso é impossível. Então, nós temos que aproveitar aqui enquanto há tempo.

Agora, quem implanta é uma boa pergunta. Eu nunca me perguntei isso. Acho que é um mix da vida em sociedade, das políticas e da ação e omissão do Estado. Outro exemplo que eu colocaria, ao lado do da FFLCH não perceber que não tem professores negros, eu escrevi uma vez uma resenha de um livro sobre um traficante do morro Dois Irmãos. Porque eu sou carioca, não sou paulista, viu, Marcos? No morro Dois Irmãos, no final do Leblon, desde a minha infância, todo mundo que mora ali via que o morro estava sendo coberto de favelas, barracos. E daí, na Vieira Souto, você tem apartamentos formidáveis, e a favela continua. E nunca houve um projeto de urbanização, de inclusão daquela favela. De uma certa maneira, isso é a incompletude da democracia, isso o Guillermo³⁵ falava também. A incompletude é pela omissão e pela ação, especialmente em questões de desigualdade.

Hoje em dia, estou aprendendo muito com o Thomas Piketty sobre a ideologia da desigualdade. O que as igrejas evangélicas passam aos pobres é que a desigualdade é uma coisa que caiu do céu. As políticas econômicas não visaram nunca a inibir a concentração de renda. Quer dizer, isso é a política da omissão. Essa concentração de renda alimenta a continuidade do autoritarismo nas relações sociais. A não existência de legislação criminalizando o racismo colaborou na sobrevivência do racismo. Hoje em dia, pouquíssimos casos são condenados. Para destrinchar essa implantação, você tem o caminho de examinar as políticas implementadas e as forças nessas continuidades que não foram enfrentadas pelas políticas do Estado. Essa análise, reconheço,

34. Gramsci: *Filosofia, política e bom senso* (Debrun, 2001).

35. Guillermo O'Donnell, cientista político argentino com uma extensa obra analisando transições democráticas e regimes autoritários na América Latina.

tem um viés estatista, atribuo muito essas continuidades à questão do Estado. Aquela conversa, no Brasil nós precisamos de cultura e educação para sermos tolerantes com homossexuais... que tolerância? Esperar uma revolução cultural não vai dar, vão continuar a matar os homossexuais, em que o Brasil é campeão.

Eu acho que é uma combinação. O “socialmente” não quer dizer que é só sociedade, são vários conceitos. O conceito de contradição... o Estado é uma entidade contraditória desde sua fundação. Esse *autoritarismo socialmente implantado* é afetado pela contradição intrínseca do Estado. Eu queria dar outro exemplo, que é o trabalho forçado no Brasil, em que nós somos campeões. Temos o maior número total de trabalhadores domésticos, e somos campeões também em trabalho escravo. O primeiro governo que criou um grupo de trabalho sobre escravos foi o governo FHC. Comissão presidida por José de Souza Martins, como foi o Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado, o Gertraf, também criado por FHC. Eles vinham de Brasília, senão o ministro do Trabalho avisava as delegacias do trabalho e os fazendeiros. Eram muitas mulheres procuradoras de revólver e você imagina os gastos, eram helicópteros, carros vindos de Brasília para flagrar empresários escravocratas... isso foi em 2000. Antes disso, não existia a repressão ao trabalho escravo, apesar de havermos ratificado convenções da OIT³⁶, proibindo o trabalho escravo e forçado. Essa incompletude do Brasil não foi percebida no entusiasmo da transição.

PB: *Tem uma coisa interessante no texto: por um lado, ele dá conta do papel desempenhado pelo Estado, pelo centro nervoso do Estado, na reprodução da violência ilegal. Mas ele também trabalha com a questão da microfísica, de poderes que são operados de uma maneira mais capilarizada. Então, você podia falar sobre essa leitura do Foucault?*

PSP: Não sou estudioso do Foucault como o Marcos³⁷ ou o Sérgio³⁸, mas eu acho que ele usava o conceito “pequenas autoridades”. O Poulantzas tinha uma noção de uma rede paralela e ilegal articulada no Estado. FHC usava a categoria, que eu acho muito útil, dos “anéis burocráticos”, de que, na verdade, as várias burocracias da ditadura não se articulavam apenas com o centro do Estado, mas na horizontal: a Polícia Federal, o Ministério Público, a Magistratura, os organismos repressivos das forças armadas, das

36. Organização Internacional do Trabalho.

37. Marcos César Alvarez, professor de sociologia da Universidade de São Paulo e coordenador do Núcleo de Estudos de Violência

38. Sérgio Adorno, professor de sociologia da Universidade de São Paulo e coordenador científico do NEV-Cepid.

polícias faziam esse enlace³⁹. Isso não mudou, e a grande prova disso hoje é o *Intercept*⁴⁰. Quer mais anel burocrático que esse ex-juiz, Moro, e o Dallagnol e seu grupo da Lava Jato?⁴¹ Confluência de dois espaços do Estado. É claro que essa articulação horizontal também se reflete mais para baixo: o carcereiro, o policial de plantão, os militares de nível subalterno, médicos legistas. Tudo no Estado se traduz em ramificações na sociedade. Não só o Foucault, mas também os outros colegas dele, de que eu não vou me lembrar. Deleuze e Guattari, li muito deles sobre essa presença das pequenas autoridades⁴². É claro que esse Estado não teria condições de atuar, se não dava carta branca para os ilegalismos na prática da violência. Hoje em dia nas delegacias continua uma não transparência. Se for transparência total, o governo não aguenta. Se hoje nós sabemos, agora, nesse minuto, o que está acontecendo na delegacia, o Estado não consegue continuar a fazer esse papel de proteger as elites das classes populares.

MA: *Você chegou a ter contato com o Foucault na França?*

PSP: Na França não, foi em Campinas e no Rio. Ele veio fazer uma conferência na Unicamp, depois tive uma longa conversa com ele na casa de Plínio Dentzien, sociólogo, e Marisa Correia, antropóloga, meus colegas no IFCH. Depois conversamos por telefone no Rio. Eu li muito na minha formação a *Arqueologia do saber, Vigiar e punir*, nos anos 1960-1970... na verdade, eu não sou competente nisso. Eu acho que o que me ajudou mais foi ler o Guillermo e o Roberto Da Matta.

MA: *E o Victor Nunes Leal?*

PSP: Eu li o livro clássico dele,⁴³ assim, o livro sobre *Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* da Maria Isaura (1976), com quem tive, em Paris, escritório no mesmo prédio. Eu li tudo isso, deve estar dentro da minha cabeça (*risos*). E claro, a Maria Sylvia Carvalho Franco (1969), *Homens livres na ordem escravocrata*, tudo isso eu cito. Tudo pertence à minha formação, àquela outra camada de nossos pais fundadores. E também, para ser justo, quem ligou democracia e esquerda foi o Francisco Weffort⁴⁴ e nós o líamos muito.

39. Ver Cardoso, 1974.

40. Reportagens da série “Vaza Jato” publicadas pelo site de notícias *The Intercept Brasil* em 2019.

41. Deltan Dallagnol, procurador da República e um dos coordenadores da Operação Lava Jato.

42. Ver Deleuze & Guattari, 1995.

43. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (Leal, [1948] 2012).

44. Francisco Weffort, cientista político brasileiro.

GH: *Você tinha contato com o Weffort?*

PSP: Sim, nós nos conhecemos em Paris. E depois, quando eu entrei pra USP, ele foi um dos que apoiaram meu concurso de entrada, porque havia alguns no departamento de ciência política contra. Inclusive, eles suspenderam o concurso por cinco anos... Foi muito meu amigo. Da mesma maneira, o Nelson Coutinho, no pensamento marxista, o Weffort na vertente do Bobbio⁴⁵. O Bobbio, eu li tudo, muito do que eu fiz, eu falo dele.

PB: *E os dois de alguma maneira dialogando com o Gramsci⁴⁶, né?*

PSP: Pois é. E o Gramsci também, eu li quase tudo. Quando eu estava na Sciences Po, não havia um livro do Gramsci. Eu lembro que fui com o Guilherme da Cunha para Genebra comprar uma edição da livraria Jean Jacques Rousseau, uma coletânea de textos do Gramsci. Jamais imaginava que 25 anos mais tarde viveria grande parte da minha vida naquela cidade. Meus colegas, que não sabiam italiano, chamavam ele de *Gramski*, o sinal da total ignorância. Foi uma grande descoberta, o Debrun também nessa vertente. Tenho enorme dívida intelectual com o Debrun, que eu posso chamar efetivamente de meu mestre.

PB: *Essa geração que você mencionou, toda essa reflexão sobre autoritarismo, ela passava por uma reflexão específica sobre violência, que começa no Brasil nos anos 1970, e parece que você foi o vetor desse encontro. Porque tem gente como o Victor Nunes, que fala: é um autoritarismo tipicamente brasileiro, não tem sociedade, não tem crime, é político... não são autores que estão olhando especificamente para a violência. E daí tem outros autores nos anos 1970, grupo do qual o Sérgio Adorno faz parte, que vão começar a se dedicar de uma maneira mais especializada à questão da violência. Você acha que tem uma reflexão possível entre o autoritarismo político e o problema da violência enquanto agenda de pesquisa mais especializada?*

PSP: Olha, quando... não sei quando foi isso. Quando eu saí do governo Montoro e tínhamos criado a Comissão Teotônio Vilela e o Severo ficou muito impressionado com o *Human Rights Watch*. Um dos diretores, Aryeh Neier, veio em 1987 aqui apresentar um relatório sobre violência policial no Brasil. Depois disso, Severo falou que nós precisávamos de um centro de pesquisa aqui para produzirmos estudos. Eu

45. Norberto Bobbio, filósofo italiano (1909-2004).

46. Antonio Gramsci, filósofo italiano e líder do Partido Comunista Italiano (1891-1937).

havia lido nos anos 1980 alguns artigos do Sérgio sobre violência⁴⁷, fiquei muito interessado e, por volta de 1987, fui visitá-lo no Imesc, Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo, uma autarquia da prefeitura de São Paulo, onde ele era pesquisador. Da conversa saiu a ideia de criarmos um centro de pesquisas sobre violência dentro da USP. Sabíamos a essa altura que o centro poderia contar com o apoio da Fundação Ford, cujo representante no Rio era meu antigo colega, nos anos 1970, de Unicamp, o antropólogo Peter Fry. A aliança para a criação desse centro com o Departamento de Sociologia, graças ao Sérgio, ajudou muito. Ele era mais legitimado do que eu na USP. Não colocamos “direitos humanos” no nome para não bicar com a Faculdade de Direito, pusemos Núcleo de Estudos da Violência, por isso que tem esse nome. Talvez, se eu não tivesse me associado ao Sérgio, eu não teria conseguido. Porque no meu Departamento de Ciência Política, não vou dizer os nomes... a resistência a estudos da violência foi enorme. O que era uma ignorância sesquipedal, porque a questão da violência está presente intrinsecamente na questão do Estado e da política, bastava eles lerem Max Weber. Você vai até Marsílio de Pádua, quando fala da sociedade laica, sociedade civil e a noção do Estado com duas caras. Está no Weber, em Norbert Elias, o Estado dadivoso, mantém estruturas de impostos e detém a representação, mas ao mesmo tempo opera a repressão.

Mas, antes disso, a verdadeira batalha campal foi eu ter entrado aqui na USP. Primeiro, o reconhecimento de minha tese de doutorado francês, graças aos votos de Luiz Pereira e Gabriel Cohn. Se eu não tivesse posto o pé na porta, não estaria aqui. Porque vários colegas do DCP eram contra minha entrada. E demoraram quase cinco anos para fazer o concurso, mas, como publicaram em edital, tiveram de fazer o concurso, para o qual eu estava inscrito. Na banca de concurso estavam o grande e saudoso antropólogo Candido Procópio Ferreira de Camargo e o Weffort. Quando eu publiquei este livrinho, *Violência brasileira*⁴⁸, havia outros precursores. A Maria Vitoria Benevides, minha amiga desde a USP nos anos 1960, e Rosa Fischer, elas muito antes de nós... O trabalho dessas e de outros precursores no estudo da violência vai dar no projeto de pesquisa “Continuidade autoritária e construção democrática”⁴⁹. Nós fizemos essa ligação aqui, mas meus coleguinhas demoraram.

PB: Você acha que essa ligação representa um papel exercido pelo conceito do autoritarismo socialmente implantado aqui no núcleo (NEV)?

47. Adorno & Bordini, 1985, pp. 11-29; Adorno & Bordini, 1986, pp. 87-109; Adorno, Bordini & Rodello, 1983, pp. 7-18; Adorno, Bordini & Rodello, 1984, pp. 49-69; Adorno, Castro, Resende & Chacon, 1984, pp. 101-107; Adorno & Fischer, 1987, pp. 70-79.

48. Paoli, Da Matta, Pinheiro *et al.*, 1982.

49. Ver <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/1296/continuidade-autoritaria-e-construcao-da-democracia/>.

PSP: Não. Na época, o que eu escrevia é que essa continuidade, a passagem da ditadura para o governo civil não era a implementação da democracia. Havia uma continuidade autoritária. O *autoritarismo socialmente implantado* é um dos alimentadores da continuidade autoritária. Sem autoritarismo, não tem continuidade, tem ruptura. Eu começo a falar da República, porque do Império eu conheço muito pouco. Seria bom se vocês olhassem um texto que o Gabriel Cohn, quando fizemos na FFLCH seminários defendendo as conquistas na esteira da Constituição de 1988, publicou no *Le Monde Diplomatique*, em que ele fala do autoritarismo socialmente implantado⁵⁰. Eu acho que não houve muito reconhecimento disso. Há o artigo que publiquei em 1992. Hoje, para entender o presente, é essencial compreender esse conceito. Senão nós vamos cair numa noção patológica do momento presente que não cola. O que nós estamos vivendo são elementos do passado que tiveram resistência suficiente para sobreviver.

PB: *Porque tem um elemento politicamente ativo nisso, né?*

PSP: É claro, hoje eu vi uma entrevista do Mino Carta. Não é fascismo nem nazismo, é autenticamente brasileiro. O que eu acho que é verdade, o que é autêntico é justamente esse *blend* nosso de autoritarismo. Eu não conheço bem outros países, mas na Argentina e no Chile não tem isso. Tem reconhecimento de direitos civis, muito mais anteriormente que no Brasil. Mesmo no Peru, há acontecimentos que vão nessa direção. Alguém que eu preciso homenagear, e que vocês devem relê-lo, é o José Honório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil*⁵¹. A questão dessa conciliação que as elites brasileiras fazem com o governo, agora de extrema direita, não é a primeira vez que ocorre, então não devíamos nos espantar. De qualquer forma, eu não acho que o conceito tenha sido muito utilizado. Nem sei se a própria categoria de autoritarismo... talvez os leitores da Hannah Arendt entrem nisso. O que eu acho fantástico é que essa noção de autoritarismo está diretamente ligada ao Brasil. Se não fosse o livro do Loewenstein, o Linz não teria criado esse conceito. É uma sacada sobre o Estado Novo. O Estado Novo não era propriamente fascista. Não havia partido fascista, não tinha mobilização de corporações. Ele sacou isso e deixou para um anexo no fim... o apêndice do livro que destaca o conceito de autoritarismo.

PB: *Pela sua fala, e você me corrija se eu estiver errado, é que o autoritarismo não é um conceito construído em oposição, em contraste perfeito com a democracia. O que parece é*

50. Ver Cohn, 2016, <https://diplomatique.org.br/o-sono-da-politica-produz-monstros/>.

51. *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-político* (Rodrigues, 1965).

que a democracia pode amalgamar várias práticas autoritárias, ela pode ter um elemento forte de autoritarismo dentro de si.

PSP: Eu concordo totalmente, porque hoje em vários estudos se acha que, nesse momento de nacionalismo autoritário húngaro enfraquecendo o estado de direito, é uma anormalidade na democracia. O sistema na Hungria foi construído através das instituições democráticas. Então, o teste para avaliar a democracia talvez seja o Estado de Direito. Tem uma autora, Kim Lane Scheppele, que chama de Frankenstate⁵²... um estado feito de peças da democracia, mas que conflui para o autoritarismo, como está sendo exercido na Hungria, que é o que chama mais atenção. A democracia não elimina o componente autoritário, tanto no sistema político como na sociedade. É de uma certa forma, para voltar para essa questão de quem implanta... Há uma ação dupla do *autoritarismo socialmente implantado* em relação ao autoritarismo na democracia.

MA: *Com alguns movimentos da sua atuação, por exemplo, na Comissão da Verdade, você vivenciou esses aspectos que analiticamente percebia? A sua participação política exacerbou o diagnóstico em alguns momentos?*

PSP: Seria pretensioso eu dizer que não vi nada de novo. Na verdade, vi muitos detalhes da estruturação que eu não conhecia. Por exemplo, o fato de esses torturadores, como o Ustra, estarem sediados no gabinete do ministro do Exército. Não que eles ficassem sentadinhos lá, porque eles precisavam ficar torturando, mas eles eram lotados no gabinete. Os documentos nos deram condição de ver que a cadeia de comando vinha desde o presidente da República. Apesar de eu já saber desse extermínio durante a época do Geisel, eu achava que ele era contra a tortura, mas ele não era. Tanto que ele deu uma entrevista para o CPDOC dizendo que em alguns casos ele era a favor. Eu acho que a Comissão da Verdade põe abaixo toda essa versão da conciliação, do pacto. Não houve pacto nenhum para a abertura. E eu nunca tinha imaginado que a cadeia de comando fosse tão centralizada. Eu já devia saber um pouco disso porque trabalhei por muito tempo no Arquivo Artur Bernardes. O Artur Bernardes recebia transcrição de telefonemas todo dia, ele recebia tudo, e era uma repressão muito centralizada também. Eu já devia supor, mas eu nunca imaginei que fosse tão centralizada como foi.

Aí eu volto, mas é claro que a ditadura militar foi facilitada pelo *autoritarismo socialmente implantado*. Na legislação penal, os militares quase não precisaram fazer

52. Kim Lane Scheppele (October 2013), “The rule of law and the Frankenstate: Why governance checklists do not work”. *Governance*, 26 (4): 559-562.

nada. A atuação policial também quase nada, eles unificaram os policiais, e a PM, que já matava, desatou a matar mais. Há um importante livro do Anthony Pereira da legalidade autoritária, que mostra que o Brasil, diferente do Chile e da Argentina, não precisou mudar muito a institucionalidade do Estado para fazer a repressão que fez⁵³. A novidade do autoritarismo do Loewenstein entre o Estado Novo e a ditadura militar são as eleições. É um negócio bizarro... a transição foi menos transição do que se imagina. Teve muita continuidade.

PB: Tem um tema que apareceu na sua fala agora e que você já tinha mencionado: que o verdadeiro teste passava pelo Estado de Direito, que chama atenção para a questão da violência pública e da violência privada no Brasil, como essas coisas têm caminhos sinuosos. Há grupos que atuam como violência privada, como o grupo do Fleury⁵⁴, mas ao mesmo tempo são agentes públicos, atuam em uma franja difícil de determinar. Eu queria que você comentasse um pouco qual é o lugar dessa tensão entre violência pública e privada na reprodução desse autoritarismo que você identifica como algo que passa do regime ditatorial para a democracia.

PSP: Houve mais de quinze projetos de reforma de segurança pública no Congresso, nenhum tocou na questão na democratização da polícia. Por causa do lobby das PMs, que são 300 mil, quase o mesmo número que as Forças Armadas. Nenhum governador quer tocar nisso. Na prática do Estado, da ditadura para cá é continuidade. Não quer dizer que nenhuma polícia se modificou. Há estados no Nordeste com polícia feminina, militante. Há estados que não matam, não é que tudo seja igual. Falar de Brasil é complicado.

Da violência privada. Primeiro, a violência privada, organizada tipo milícia, tráfico etc. Isso evidentemente é uma colaboração com o Estado. Não é estado paralelo, esse estado de coisas sobrevive porque o Estado, por várias razões como razões eleitorais, quer esse voto de curral dessas comunidades. Por que a taxa de homicídio é tão alta, ou por que baixa? É evidente que, sem equalizar pobreza e violência, manter populações em situações de tal fragilidade e pobreza não enseja uma convivência pacífica. As tensões brutais que as famílias na periferia têm que enfrentar... As carreiras que não estão abertas para o pobre. A carreira criminosa é bem boa, melhor do que nada. Acho que a violência privada é mais complexa do que a violência estatal. Essa continuidade da violência estatal se mantém por interesses eleitoreiros. O governo federal custou

53. *Political (in)justice: authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile, and Argentina* (Pereira, 2005).

54. Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo durante a ditadura militar.

muito a se meter nisso. O primeiro plano de segurança pública, quando o governo federal começa a estabelecer para os estados condicionalidade para receber apoios financeiros, foi na época em que José Gregori era ministro da justiça sob FHC; antes, cada estado recebia recurso e o utilizava como quisesse. A democracia melhorou um pouco com a reativação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no governo FHC, e depois no governo Lula serviu muito para expor essas práticas dos governos.

Mas creio que são duas vertentes completamente diferentes, a violência privada entre indivíduos, a violência organizada das milícias e grupos criminosos, jogo do bicho... e depois a violência oficial. Também não vamos jogar o bebê com a água do banho, porque eu sempre falava que uma das grandes conquistas da Constituição de 88 foi o fortalecimento do MPF. A nossa crença era que a federalização dos direitos humanos, o estado federal estava sempre na política de Estado de direitos humanos. A ruptura foi com o governo Temer. Todos os estados iam nessa direção. De uma certa forma, isso amenizava um pouco a visão do autoritarismo, por essas práticas virtuosas. E outra coisa complicada, que eu disse na entrevista: qual é a diferença entre os governos FHC, Lula, Temer? O FHC, Lula e a Dilma eram obrigados a conciliar, no Congresso Nacional, com os cleptocratas fisiológicos. A coalizão foi igualzinha nos três governos, só que um não tinha PT e os dois outros não tinham PSDB. O que acontecia nesses três governos com o presidencialismo de coalizão, no feliz conceito de meu colega Sérgio Abranches, quanto à violência, ao autoritarismo e aos direitos humanos: os presidentes tinham hegemonia no bloco do poder? O centro não era dominado pelos cleptocratas fisiológicos, como foi o governo Temer. O governo Temer foi a passarela para o bloco de governo atual de extrema direita, o governo Temer foi a ponte para o futuro, quer dizer, o presente onde estamos enrascados...

PB: Você colocou algumas vezes a possibilidade de que o conceito tenha ficado dormindo um pouco enquanto a democracia estava sendo construída. Cotas, educação, melhoras na saúde, algumas coisas que indicavam que o conceito estava ficando obsoleto. Mas agora voltou a ter atualidade. Eu queria perguntar se você acha que a gente está vivendo uma transição com sinal invertido? Uma transição em direção a alguma forma mais crua de autoritarismo? Por que esse conceito volta a ter atualidade?

PSP: É porque várias dessas atitudes ou posições no interior do autoritarismo socialmente implantado estão sendo reativadas. Eu penso no antifeminismo, no racismo, não só o racismo com a população negra, mas com os indígenas também. E todos os estados do Norte e dos territórios onde há tribos indígenas, eles são considerados como bichos, a desumanização é completa. Eu me recuso a criticar os três últimos

governos antes do golpe do criminoso Eduardo Cunha e Michel Temer, mas eu acho que os governos democráticos não assumiram ou não puderam assumir o desafio de influir nessas percepções de cidadania na população que se beneficiou da Bolsa Família, por exemplo. Mas como dizia Darcy Ribeiro, numa carta a Glauber Rocha, “os homens atuam na vida social, e particularmente na arena política, muito mais de acordo com as circunstâncias que se apresentam – as conjunturas, como se diz – do que com o ideário que acaso tenham”⁵⁵.

A homofobia, o racismo em todas suas vertentes e o antifeminismo afloram tão firmemente... é evidente que alguns conteúdos de várias das igrejas evangélicas vão nessa direção. Toda questão identitária é percebida como o inimigo, um perigo. Tivemos a ilusão de que, ao tirar milhões da pobreza extrema e com a melhoria da classe média baixa, a cidadania se fortalecia com a possibilidade do acesso à alimentação, do acesso mínimo a condições de sobrevivência, acesso à escola, universidade para os negros, que essas políticas virtuosas tivessem a capacidade de eliminar essas forças do *autoritarismo socialmente implantado*.

Não acho que estamos nem no Estado Novo nem na ditadura... as instituições, o Supremo, a Câmara, ainda funcionam contra as investidas do bolsonarismo... então acho que, de uma certa forma, aquilo que estava represado, por causa desses progressos efetivos na esteira da democratização de 1980, vem à tona. Eu passei um ano fora do Brasil e não tenho competência para dizer isso, mas nós temos que entender o que determinou essa reaparição de elementos que estão represados no autoritarismo socialmente implantado. E que vêm reconfigurados em vários disfarces. Esse secretário citando a frase do Goebbels realmente foi um pouco um teste para ver se colava, não colou porque acho que ele exagerou na coreografia⁵⁶. Espero que os meus colegas, vocês que estão mais jovens, tenham condições de explicar... de uma certa maneira está ocorrendo o que o Linz falava, o *breakdown*, aquele desmonte da democracia virtuosa. O momento para explicar isso era o governo Temer. O governo Temer é o prenúncio do horror. Não vou me esquecer nunca, estava fora do Brasil, mas estava vendo pela televisão o voto sobre o *impeachment* na Câmara dos Deputados, aquele circo de horrores era uma visão do que viria a ser um governo de extrema direita. Estavam ali, aqueles deputados faziam parte da coalizão de apoio a Dilma, vários deles foram ministros de Lula e Dilma... como que se explica isso?

Então evidentemente que essas figuras representavam as mudanças que ocorreram no seu eleitorado. Se vocês não leram, recomendo o estudo da Fundação Perseu

55. Carta de Darcy Ribeiro a Glauber Rocha. Santiago, 31 de maio de 1972 (Rocha, 1997, pp. 439-440).

56. Secretário da Cultura, Roberto Alvim. Ver Góes, Aragão & Soares, 2020, <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>.

Abramo sobre a mudança do voto do PT para outros partidos. É uma pesquisa muito interessante⁵⁷.

Outro elemento que vocês podem usar é o Latinobarômetro⁵⁸: ele mostra que o desfavor da democracia começou já há uma década. Daqueles que preferiam o regime autoritário... e o Latinobarômetro é bastante confiável.

PB: *E você acha que esse fechamento político é inevitável?*

PSP: Olha, em política nada é inevitável. O Magalhães Pinto dizia: “Política é como nuvem. Você olha e ela está de um jeito. Olha de novo e ela já mudou”. O que gosto da ciência política é o *unexpected*, o imprevisível. Agora, claro que não é do céu que vai cair essa barreira, a escalada da extrema direita. Da parte dos intelectuais, em vez de se preocuparem com as bobagens do dia a dia, deviam tentar entender o que isso reflete. Por causa dessa continuidade autoritária e do *autoritarismo socialmente implantado*, nós não confiamos nas instituições brasileiras. Elas são frágeis, só ver como funciona o STF... dá medo, não é mesmo? E como a composição vai ser alterada em novembro. O Celso de Mello, que é um ótimo juiz, vai sair. O que o O’Donnell falava da incompletude da democracia, há uma incompletude da consolidação das instituições democráticas. Não podia ser diferente, por tudo isso que estamos falando. A Polícia Civil de repente se tornaria uma polícia sueca, não dá.

Então para terminar, o que surgiu, a partir do governo Temer, já estava anunciado uma década antes. De certa maneira o apoio justo a políticas virtuosas... as políticas virtuosas perderam o contato com as mudanças na população. E a maior dessas mudanças são as igrejas evangélicas. E por que as igrejas evangélicas? Não foi só pelo encanto dos sermões. Foi porque o Estado brasileiro permitiu que as igrejas tivessem estações de rádio e televisão. Por que televisão? Para voto! Para ajudar os votos. Não foi esse governo que descobriu isso. Agora tem a Assembleia de Deus, está todo mundo assustadíssimo. Mas como? A Rádio São Paulo que foi tirada da Igreja Católica na ditadura foi devolvida há poucos anos. É claro que o papa João Paulo II destruiu a Igreja Católica na sociedade brasileira popular, mas as concessões que foram feitas aos evangélicos, à bancada da bala, todas as bancadas receberam atenção nos trinta anos da democracia. É terrível dizer isso, parece uma pretensão total. Mas senão a gente não entende. De repente 2021 está acontecendo... de repente uma nova configuração da sociedade, uma nova atuação das classes, a atuação do Estado,

57. Ver Venturi, 2010, <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/download/195/157/>.

58. Ver <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

de repente tivemos uma recaída autoritária... Vocês têm que explicar. Eu não estou querendo vender o peixe do meu conceito, o que eu quero dizer é que ele remete para continuidades autoritárias na sociedade que não foram devidamente levadas em conta pela governança democrática.

RN: *Uma última pergunta... no final do texto, você faz uma sugestão muito clara de agenda de pesquisa: para entender como o autoritarismo socialmente implantado é engendrado, tem que sair da leitura institucional e ir para as micropráticas dessa rede a que estão submetidas as classes populares. Eu queria saber se hoje essa agenda ainda é relevante ou se ela tinha que se abrir para outras dimensões?*

PSP: Se você fizer o balanço bibliográfico, as teses sobre essas micropráticas são imensas. Agora mesmo a francesa que ganhou o prêmio Nobel de economia⁵⁹ faz esse estudo de casos de escola, para tratar da questão da desigualdade. Depende de gosto, eu nunca vou fazer isto, mas considero importante. Cada vez mais esses estudos de caso continuam, tanto a análise macro como a micro continuam. Tem um outro também, as conferências do Franco Basaglia⁶⁰ no Brasil, que eu comprei recentemente, eu li muito sobre violência. Saíram vários livros sobre manicômio no Brasil... o estudo do Guaracy sobre a polícia é um clássico⁶¹. Mas eu acho que, no momento atual, eu estou tentando ler o livro da Magali sobre os evangélicos⁶², sobre a Assembleia de Deus. Os estudos sobre evangélicos são essenciais. E sobre as comunidades de base que foram destruídas. O advogado André Alcântara, que é marido da Gorete⁶³, secretário-executivo da Comissão Arns, eu sei por ele que há sobrevivência, graças ao papa Francisco, dessas comunidades.

Toda essa questão do *alt-right*, do uso da comunicação, da repetição desses pre-conceitos ampliados, o uso da mentira. Isso é novo, a importação desses métodos da *alt-right* para a nossa continuidade autoritária. Isso vai ser o pior possível. É preciso achar um antídoto e é difícil. Não podemos continuar apenas o estudo que nós fizemos aqui nos 1990, temos que levar em conta os novos elementos. Quando você compara a política humanista do Montoro com o momento do presente, o que mudou? Ouvindo o padre Agostinho de Oliveira⁶⁴ – formidável ativista na defesa dos presos, meu

59. Trata-se de Esther Duflo, que ganhou o prêmio em 2019. Ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/14/esther-duflo-de-46-anos-e-a-mais-jovem-a-ganhar-nobel-de-economia.ghtml>.

60. Ver *Conferenze brasiliane* (Basaglia, 2000).

61. *Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em São Paulo – 1983-1990* (Mingardi, 2000).

62. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil* (Cunha, 2007).

63. Maria Gorete Marques de Jesus, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência.

64. Trata-se do padre Agostinho Duarte de Oliveira, um dos fundadores da Comissão Teotônio Vilela junto com Paulo Sérgio Pinheiro.

companheiro da CTV e testemunha contra o Esquadrão da Morte de SP –, vemos que as condições nas prisões continuam iguais, com uso recorrente de tortura.

Como que o Brasil veio a ter a terceira maior população carcerária do mundo? O antigo deputado e antes delegado de polícia, Hélio Luz, falava disso, a classe média branca carioca se serve da polícia como a sua polícia, as prisões são para proteger a classe média alta e classe média. Não é possível que no estado democrático, especialmente São Paulo, que foi o crescimento maior sob o governo do PSDB, tenha ocorrido essa escalada do encarceramento. Coisa mais patente da continuidade autoritária é essa tolerância da violência ilegal dos agentes do Estado e da tortura. A violência ilegal é aceita pela elite branca e pelas classes médias. Não foi só lá embaixo. O conceito de classe operária hoje é complicado, mas não foram na extrema pobreza as mudanças nas placas, e sim na classe média. Uma classe média que se beneficiou de tudo que os governos democráticos deram. Eu conheço empregadas domésticas que têm horror à Dilma. Mas eu disse: quem deu o regime de previdência social? Foi o governo da Dilma. Nenhum governo se preocupou em dar direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, o Brasil é um dos campeões no mundo em trabalhadores domésticos. Durante toda minha infância e adolescência, minha avó Olga, que financiou minha psicanálise aos dezenove anos, sem perguntar muito o porquê, e me apoiou, com meus pais, Zilah e Álvaro, em todas as decisões que tomei na minha vida, no nosso apartamento do Leblon, no Rio, nos anos 1950 e 1960, tínhamos uma cozinheira e uma copeira morando conosco, mais uma faxineira, uma lavadeira, uma passadeira, semanalmente, mais uma costureira, a Carmen, uma contadora de estórias cearense, que almoçava conosco na sala de jantar e que nós crianças adorávamos, quinzenalmente...

Mas é tudo assim, todos os progressistas com empregadas domésticas, babás e tudo bem! Isso é micro, não é? Mas o emprego doméstico no Brasil é outro problema. Há muitos estudos da Oxfam sobre isso. Meninas trabalhadoras domésticas no Nordeste até hoje. A república democrática progressista conviveu com tudo isso. Não estou dizendo que deviam ter feito a revolução. Fizeram o que podiam e olhe lá. Se tivessem tentado fazer mais, provavelmente teriam sido derrubados antes.

Aquém da revolução, havia coisas fundamentais como os direitos dos trabalhadores domésticos que podiam ter sido aprovados. E mesmo assim, foi uma parada para ser aprovado. Você pode fazer uma listagem do débito, da dívida no interior do *autoritarismo socialmente implantado*. A questão do homicídio de homossexuais, isso podia ter sido melhor processado criminalmente, a questão do feminicídio. Nem entrei no funcionamento da justiça brasileira.

Não acreditemos que as instituições democráticas estão consolidadas. Não estão. Trinta anos de democracia e daí todo mundo está espantado com o secretário

citar Goebbels. Têm vários desses que dão um passo à frente, depois vão para trás, mas vão funcionando. E eu acho que é um desafio para os sociólogos e politólogos entenderem o que é que está ocorrendo. Nós fizemos na FFLCH aquele seminário de defesa das conquistas de 1988, e o diagnóstico estava nessa direção antes da eleição. Leiam o artigo do Gabriel Cohn⁶⁵.

PB: *E você estava mesmo em Paris em 1968? Como que foi isso?*

PSP: Estava, fui até do comitê paritário de estudantes e professores na Sciences Po. Na verdade, você não se dá conta logo de que está no meio da revolução. Tudo acontece em câmera lenta. Agora mesmo, em janeiro de 2020, eu estava em Paris, em um mês intenso, que tinha greve de transportes o tempo todo, durante dois meses. Mas lá em 1968... a França parou. Para mim foi uma importante experiência, também porque daí eu fui para Vincennes, como já disse

PB: *Então as pessoas não tinham noção da proporção do que estavam vivendo?*

PSP: Absolutamente, foi pouco a pouco. Eu fui ao auditório da Sorbonne ouvir o Sartre, aquela multidão, e você vai se aproximando, mas no começo ia ser um protesto de estudante. Mas foi um marco na minha vida.

MA: *Você foi às barricadas?*

PSP: Barricada não, porque eu tinha medo de ser expulso. Eu fui às passeatas.

PB: *Tinha uma insatisfação dos alunos em relação aos professores, aos catedráticos?*

PSP: Eu cheguei em setembro de 1967, a revolta foi em maio de 1968. Achava interessante que os alunos levantavam quando o professor entrava na sala de aula da Sciences Po. Achava esquisito. Mas eu só descobri depois, em 1968. A minha escola era muito elitista, os professores liberais progressistas ofendidos com a revolta na sua escola, mas um dia os fascistas invadiram a sala de aula e aí tivemos de fazer barricada com móveis para nos proteger numa sala. Eu conto isso neste texto⁶⁶.

Eu acho que foi bom. Só virei cientista político porque eu fui para a Unicamp, porque alguns colegas meus em Paris iam também ensinar lá, ao voltarem, como

65. Ver Cohn, 2016, <https://diplomatie.org.br/o-sono-da-politica-produz-monstros/>.

66. "Maio de 1968, vinte anos depois" (Pinheiro, 1989, pp. 81-92).

meu queridíssimo colega, o sociólogo André Villalobos, que convenceu Fausto Castilho, que era diretor do IFCH, a me convidar. E aí, em 1971, eu fui direto de Paris para Campinas. Eu nunca tinha dado aula na minha vida. E foi lá que eu conheci o Debrun⁶⁷, que me influenciou muito. Eu tenho uma dívida enorme com ele. Era um filósofo que dominava a história brasileira, formidável. Editei um livro dele, *A conciliação e outras estratégias*⁶⁸, mas recomendo também o livro dele sobre Gramsci, como já disse.

Se eu não tivesse ido para a Unicamp, eu não teria conhecido o Michael Hall, virado meio historiador, eu não teria fundado com ele o arquivo de história social Edgard Leuenroth (AEL, Unicamp), não teria estudado a classe operária, tenho uma dívida enorme com ele. Almoçamos todo fim de semana, e esse horror de prisão temporária impede que nos encontremos. E os direitos humanos, foi por causa do NEV/USP, os estudos que eu fiz sobre criança. Mas isto que eu estou fazendo na ONU com diversos mandatos de direitos humanos, há 25 anos, eu nunca achei que ia fazer.

A última história que eu vou contar, a primeira ação que eu fiz de direitos humanos: em 1979, havia um delegado, Wilson Richetti, que tinha o apelido de “cu de veludo” porque ele adorava agredir e dar tapa em travesti. Há uma tese da PUC, por Rafael Freitas Ocanha⁶⁹... e aí nós fomos a um encontro com o delegado-geral protestar contra o delegado Richetti ficar batendo em travesti. Aí era uma fila que tinha Ruth Escobar, deputada, Darcy Penteado pintor, artista maravilhoso... o Vinicius Caldeira Brant, Fernando Morais, a deputada federal Irma Passoni, Eduardo Suplicy, Eduardo Muylaert e uma porção de travestis e prostitutas. E passou na TV Bandeirantes. E minha avó que estava lá no Rio – eu falava todo dia com ela –, em tom de *grande dame* que era, me disse: “Paulo eu vi você na televisão hoje”. E eu disse, que ótimo... e ela falou: “O que você tem a ver com essa gente? É para isso que você estudou? Para isso que você foi para Paris?”. Desde então eu só me meti com essa “gente”, mas a minha avó não entendeu nunca. Foi um pouco demais.

Quando vejo os estudantes preocupados com o futuro, eu digo que a vida se encarrega de fazer você avançar. Claro que não dá para você ficar parado, esperando as coisas, você tem que se mexer, ousar um pouco. As interações da biografia também, porque se eu não tivesse ido procurar o Sérgio Adorno, o NEV talvez não existiria.

Enfim, muito obrigado, há muito tempo que eu não falava tanto de mim mesmo.

67. Michel Maurice Debrun, professor da Unicamp entre 1970 e 1997, além de diversas outras posições acadêmicas no Brasil e na França antes disso.

68. Michel Debrun (1983), *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo, Brasiliense.

69. *Amor, feijão, abaixo camburão: Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)* (Ocanha, 2014).

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. & BORDINI, E. B. T. (1985), “Estimativa da reincidência criminal: Variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais”. *Temas Imesc Soc. Dir. Saúde*, 2 (1): 11-29.
- ADORNO, S. & BORDINI, E. B. T. (1986), “Homens persistentes, instituições obstinadas: A reincidência na penitenciária de São Paulo”. *Temas Imesc Soc. Dir. Saúde*, 3 (1): 87-109.
- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. & RODELLO, C. C. M. (1983), “Avaliação do regime de livramento condicional”. *Revista do Imesc*, 6 (1): 7-18.
- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. & RODELLO, C. C. M. (1984), “Estimativa da reincidência criminal”. *Temas Imesc. Soc. Dir. Saúde*, 1 (1): 49-69.
- ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A. & CHACON, Y. C. P. (1984), “Preso um dia, preso toda a vida: A condição de estigmatizado do egresso penitenciário”. *Temas Imesc. Soc. Dir. Saúde*, 1 (2): 101-107.
- ADORNO, S. & FISCHER, R. M. (1987), “Políticas penitenciárias, um fracasso?”. *Lua Nova* (Impresso), 34: 70-79.
- BASAGLIA, Franco. (2000), *Conferenze brasiliane*. Org. Franca Basaglia Ongaro; Maria Grazia Giannichedda. Milano, Raffaello Cortina.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1974), “A questão do Estado no Brasil”. In: *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- COHN, Gabriel. (3 maio 2016), “O sono da política produz monstros”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 106. Disponível em <https://diplomatique.org.br/o-sono-da-politica-produz-monstros/>.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad X; Instituto Mysterium, 2007.
- CRUZ, Adriana. (28 jul. 2020), “USP alcança meta de inclusão social em 2020 e tem mais alunos de escolas públicas”. *Jornal da USP*. Disponível em <https://jornal.usp.br/institucional/usp-alcanca-meta-de-inclusao-social-em-2020-e-tem-mais-alunos-de-escolas-publicas/>.
- DEBRUN, Michel. (1983), *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo, Brasiliense.
- DEBRUN, Michel. (2001), *Gramsci: Filosofia, política e bom senso*. Campinas, Unicamp.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. (1995), *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Rio de Janeiro, Editora 34.
- EGIDA, Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico: <https://egida.usp.br>.
- FARIA, Adriano & FONTENELLE, André (14/11/2014), “Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura”. *Agência Senado*, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>.
- FRANCE PRESSE (14 out. 2019), “Esther Dufflo, de 46 anos, é a mais jovem a ganhar Nobel de Economia”. *O Globo*. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/14/esther-dufflo-de-46-anos-e-a-mais-jovem-a-ganhar-nobel-de-economia.ghtml>.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1969), *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, IEB-USP; (2002), São Paulo, Editora Unesp.
- GÓES, Bruno; ARAGÃO, Helena & SOARES, Jussara. (16 jan. 2020), “Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação”. *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>.
- LATINOBARÓMETRO, <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.
- LEAL, Victor Nunes. ([1948] 2012), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- LINZ, Juan. (2000), *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder, Lynne Rienner.
- LOWENSTEIN, Karl. (1942), *Brazil under Vargas*. Nova York, Macmillan.
- MATTA, Roberto da. (1997), “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”. In: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 179-248.
- MINGARDI, Guaracy. (2000), *Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em São Paulo (1983-1990)*. Porto Alegre, Corag.
- O’DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1986.
- OCANHA, Rafael Freitas. (2014), *Amor, feijão, abaixo camburão: Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)*. São Paulo, dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em <https://tede.pucsp.br/handle/handle/12830>.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; DA MATTA, Roberto; PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* (1982), *Violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- PARIS, Robert. (1968), *Les origines du fascisme*. Paris, Flammarion. Ed. bras.: (1976), *As origens do fascismo*. São Paulo, Perspectiva.
- PEREIRA, Anthony W. (2005), *Political (in)justice: authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile, and Argentina*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1989), “Maio de 1968, vinte anos depois”. In: CARDOSO, Luiz Claudio & MARTINIÈRE, Guy. (orgs.). *Vinte anos de cooperação*. Brasília, pp. 81-92.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1991), “Autoritarismo e transição”. *Revista USP*, 9: 45-56.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1991), *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras.
- POULANTZAS, Nicos. ([1970] 1972), *Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme*. Paris, Éditions François Maspero – La Découverte.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1976), *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- RIBEIRO, Darcy. Carta a Glauber Rocha. Santiago, 31 de maio de 1972. In: ROCHA, Glauber. *Cartas ao mundo*. Organização de Ivana Bentes. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 439-440.

- RODRIGUES, José Honório. (1965), *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SCHEPPELE, Kim Lane (October 2013), “The rule of law and the Frankenstate: Why governance checklists do not work”. *Governance*, 26 (4): 559-562.
- STEPAN, Alfred. (ed.). (1973), *Authoritarian Brazil. Origins, policies, and future*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo, Difel, 1974.
- VARGAS, Getúlio. (1933-1945), *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio. Coleção Documentos Brasileiros, 11 vols.
- VENTURI, Gustavo. (jun. 2010), “PT 30 anos: Crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010”. *Perseu: História, Memória e Política, Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*, 5 (4): 198-214. Disponível em <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/download/195/157/>.

Texto recebido em 14/06/2021 e aprovado em 12/07/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.187081

MARCOS CÉSAR ALVAREZ é sociólogo, professor livre-docente no Departamento de Sociologia da USP. Desenvolve atividades de ensino, de pesquisa e de extensão relacionadas com os domínios da Sociologia da punição e do controle social, bem como no âmbito da teoria social, das metodologias de pesquisa e do pensamento social no Brasil. E-mail: mcalvarez@usp.br.

PEDRO ROLO BENETTI é pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, NEV/USP e professor do departamento de Ciência Política da Uerj. E-mail: pedrobenetti@usp.br.

GUSTAVO LUCAS HIGA é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo e possui bacharelado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, NEV/USP. E-mail: gustavo.higa@usp.br.

ROBERTA HELENO NOVELLO é mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, possui bacharelado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: roberta.novello@usp.br.

GABRIEL FUNARI possui mestrado em Ciência Política no Centre of Latin American Studies – University of Cambridge (2018). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em teorias de Estado e soberania. E-mail: gfunari93@gmail.com.



Observing observers in social systems theory

An interview with Hans-Georg Moeller

Laurindo Dias Minhoto*
<https://orcid.org/0000-0001-6388-9669>

Lucas Fucci Amato*
<https://orcid.org/0000-0002-8923-8300>

Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros**
<https://orcid.org/0000-0001-9465-8783>

Introduction

On November 4th, 2019, Hans-Georg Moeller delivered a presentation on systems theory at the Law School of the University of São Paulo and was interviewed about Niklas Luhmann's theory of society, with emphasis on issues such as law, politics, and the history of philosophy. Professor Moeller is the author of important books such as *Luhmann explained: From souls to systems* (Moeller, 2006) and *The radical Luhmann* (Moeller, 2011), the latter also translated to Japanese and Italian. He also works on Chinese philosophy and is currently Full Professor at the Department of Philosophy and Religious Studies in the Faculty of Arts and Humanities of the University of Macau, China.

Throughout the interview, professor Moeller situated Luhmann in the philosophical tradition of German idealism and presented the shift to second-order observation as a crucial aspect of contemporary society, in religion and politics, science, economy and law. The interview was conducted partly in writing and partly in the form of a recorded and transcribed debate.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

Our first interest is to know how did you get in touch with systems theory?

Hans-Georg Moeller (H-GM): I guess I am one of those few people – maybe not so few after all – who don't really have a strong background in Luhmann's circles. I never met Niklas Luhmann. I never went to his lectures. So, I was an autodidact. The reason why I got interested in his theory was because of its popularity in academic circles in the 1980's and 1990's. My academic maturation occurred during the decades in which Luhmann was probably the most innovative and most exciting theorist in German, then I started reading his books and found the theory the more I read it the more applicable to contemporary society. Maybe what helped is that I did my major at the University of Bohn on Chinese studies and my minor was on Philosophy where my studies were mainly on Kant and Hegel, and Luhmann is, in many ways, the person in Germany who – as Habermas said – follows in the footsteps of these modern philosophers in doing a “super-theory”, as Luhmann called it.

This theoretical grand project places Luhmann, as Geoffrey Winthrop-Young put it, as a kind of heir of Hegel's throne. In this sense, Luhmann tried to do something similar to what Hegel and Kant did in their historical time. I think there are some core ideas, particularly the constructivist element of the theory, that are strongly rooted in the Kantian tradition. So that's maybe also why I found the theory very interesting.

Concerning this vision of Luhmann as a kind of Hegel's heir, do you see some space for reading Luhmannian theory in a critical vein, i.e., for the emergence of a new Marxist, or left Hegelian reading of systems theory?

H-G M: I do think so, definitively. Maybe it doesn't really happen in Germany and I don't really see it anywhere else because Luhmann is normally seen as a kind of opposition to critical theory, either apolitical or even conservative or rightist, which I think is wrong. Well, Marx was also a Hegelian, of course, and also had this project of a “super-theory”. Luhmann speaks sometimes dismissively about Marx, that's maybe a little bit polemic. On the one hand, Marxists would profit from reading more Luhmann, by understanding how society and specifically the economy has developed. So, I think Marxism is in need to move forward to the 21st century. And see how society has changed and that these old categories can't really simply apply in the same way as in the 19th century. On the other hand, systems theoreticians would also profit from studying more of Marxism, in order to develop – maybe we can say – a more critical perspective. I still think that the non-normative aspect of

Luhmann is very important, but I also think that being normative and being critical are different positions. Luhmann is extremely critical, but he is not trying to be normative. And, again, this is something that the left should listen to. The left has to a large extent replaced critical thinking by normative, moralist thinking, to the detriment of itself, particularly in Europe and in the United States. I'm not sure if that is the case here in Brazil, but there the left turned very much to identity politics and political correctness, which has led the left to "abandon the working class", as Noam Chomsky has put it. The left has basically abandoned the class issue, and economic issues, because they switched to a normative, moralist discourse, and that's not very helpful. The left needs more social theory rather than moralism. On the other hand, Luhmannians may also need a little more attention towards concrete social issues that were traditionally approached by Marxists.

From the point of view of the scientific system, Luhmann's emphasis is always on the descriptive level of analysis. But in other social subsystems we have some normative discourses going on, for instance, through the categories of "contingency formulas", such as "justice" in the legal system and the idea that we can couple technical consistency and social irritability or responsibility. Maybe this can indicate some possibility for an immanent critique operating from within different social subsystems. Do you think this is possible?

H-G M: Absolutely. In a Kantian sense, a critique is a reflection on conditions of possibilities. Now, that sounds very abstract, but what a good theory does is not taking the current dominant descriptions of what society is at face value, it questions why society describes itself in these particular ways. In a way this is a critique of the dominating values. Luhmann talks a lot about structures and semantics, how the two sides are related, how social structures eventually bring about new semantics, and how semantics supports social structures. This is a very Marxist conception. The function of critique here is precisely that which Marx aimed at: why do people believe in family or a certain notion of justice, why are these important categories, why does it have such a strong normative power of determining values? We could do something similar with Luhmann. We then can approach very concrete social contexts, observing values in the economy, in the religion and other fields, like law.

Kant is considered to have made a "Copernican revolution" in epistemology. What would you consider the most disruptive aspect of Luhmann's project in relation to the Kantian constructivism? In this sense, how do you observe the attempts to build a "critical systems theory"? Can we use concepts such as "functional differentiation" as

normative criteria? In addition, how do you consider the distinction between normative (or critical) and descriptive (or analytical) social research? If we consider Luhmann as a radical constructivist, is it still worth differentiating a normative from a descriptive perspective in Luhmann's theory?

H-G M: I think that Kant's "Copernican turn" is probably the most decisive philosophical resource for Luhmann's radical constructivism. Instead of observing the "things in themselves" we must, as theoreticians, observe how they are observed. This is a fundamental theoretical link between Kant and Luhmann. Nearly equally important for Luhmann is Kant's concept of critique – which is by no means simply a value judgment about "good" or "bad" – but an analysis of the "conditions of possibility" of something. In this sense "critique" is almost opposed to "normativity". It does not judge, but analyze. However, Kant not only eventually supplements his critique with normativity, he even grounds normativity in critique. Luhmann does not make this step. He remains firmly on the critical side and avoids normativity in favor of descriptivity – with two possible exceptions, namely a) functional differentiation is worth preserving, and b) (paradoxically) normativity is bad (in theory), and morality is (potentially) bad in society. In my view, we should go beyond the simplistic Habermas vs. Luhmann or normative vs. descriptive framework. Luhmann is not only grounded in Kant, but also in the Stoics and in Spinoza. From these sources, he adopts an almost therapeutic approach to theory: by making sense of the world, we can realize how limited the notion of human agency in it is. Thereby we can achieve some sort of equanimity through theory, and thereby we can refrain from further increasing suffering of others and ourselves through futile and often harmful attempts to "change the world", for instance according to ideological or religious convictions or beliefs. I would therefore summarize the theoretical attitude I take from Luhmann with three distinctions: Subversive, but not revolutionary; Therapeutic, but not normative; Critical, but not judgmental.

*In your book *The Radical Luhmann* (Moeller, 2011), you present a historical-philosophical account of Luhmann's theory. This is an important, yet unusual perspective since Luhmann's works is usually presented within the sociological tradition. Moreover, you indicate that Luhmann tries to develop a kind of "post-philosophical" semantics. Could you explain this concept? Would this be the case for a new perspective that integrates sociology and philosophy?*

H-G M: Let me try to answer indirectly. For me one of the most important theoretical points that Luhmann made is the transition from necessity to contingency. Here we find a core difference between the Hegelian project and the Luhmannian

project. Hegel looks at what happens in the world, and everything that happens in the world seems contingent, arbitrary, coincidental. Then we need theory, particularly philosophy, for understanding why things somehow need to be the way they are, why this all develops and make sense. For Hegel the function of philosophy is to provide the conceptual framework that transforms all the apparent contingency into necessity, different from religious necessity: this is not because God wanted this, not because it is good in this way, but because somehow in society this is an evolutionary, developmental necessity. There is a certain rationality behind all these things. On the other hand, I called Luhmann's project "post-philosophical" in the sense that for him it is the other way around: his criticism transforms necessity into contingency. There is a strong post-modernist influence on him, by Deleuze and others. We take events that seem rational and meaningful to us and then we analyze how meaning is very much socially contingent. How things that we take for granted, in the legal or scientific system, for instance, have to do with the function and the communicational operations that establish this meaning, and that have evolved in specific circumstances. For Luhmann it is always super unlikely, for instance, that we would be here, discussing in this room today. For us it seems very meaningful, but for the vast majority of the people, if they come to watch this interview, they wouldn't understand the purpose of it. It is highly contingent, considering our individual biographies and particularly the social systems within which we operate right now. Whatever is meaningful for us is weird for almost everyone else. That is transforming necessity into contingency. Luhmann's theory enables us to see how society works precisely because of this weirdness, and not despite of it. We then can understand why we talk about "truth" in philosophy, how social systems evolved and developed such unlikely "contingency formulae" like "truth" or "justice" which are very complex and a product of a long evolutionary social processes.

In which way does the plurality of contingency formulae limit the potential for coordinated social actions?

H-G M: The descriptions we give through these formulas such as "justice", "legitimacy" or "truth" are highly contingent. This is a point on which Luhmann reflects very much. We do not get out of society; this also means that we can't really come up with some form of valid description which is immediately understandable to everyone else. Any description we give needs to be processed as communication. And this is a problem for critical theory: we can't just speak for the workers. That's also what makes critical theory and social action so complicated. There isn't a common ground anymore and philosophy cannot establish this common ground anymore, which was still an idea

very much present in Marx: we can educate the people and then we can have a common language and coordinated action. For systems theory, everyone is building the ivory tower, each system is building its ivory tower. It is not just the academics that have their ivory tower, and then there would be the rest of the world... Every system is in an ivory tower, but sometimes some of them become more powerful and the others become increasingly marginal. Within the limits of the scientific system. Luhmann's theory allows us to reflect on the marginality of philosophy and the limits of steering.

This connects with a kind of democratic posture in Luhmann, in not believing in hierarchical orders, and in rejecting the primacy of science or of any privileged point of view.

H-G M: In systems theory we find this motto: "neither hope nor fear". It isn't meant to provide some ideology or consolation, some kind of religious attitude. The purpose of theory is not to build a foundation for false hopes. To the contrary: one of its functions is to show how unfounded certain hopes, such as the hope for a primacy of science. But, on the other hand, we must not be fearful. Theory allows us to "de-construct" the reigning ideologies. There are very strong stoic elements in Luhmann's theory, and also an influence of Spinoza. Theory is reflection, just like for the stoics. Within theory, we can see the limits of theory itself. This has a therapeutic effect, we see the vanity of certain claims to hierarchical supremacy. Politics or the law cannot really rule over philosophy or theory, but philosophy or theory cannot determine politics or the law. In this way we don't dive into fanaticism.

*In your book *The radical Luhmann* (Moeller, 2011) you highlight different aspects of radicalization of Luhmann's theory and argue that his work can be seen as an important paradigmatic shift in social theory. However, Luhmann's work has not been widely compared with other "contemporary" social thinkers like Habermas, Bourdieu and Foucault. Additionally, for instance, in Brazil, systems theory studies are much more connected to Law Schools rather than to Sociology Departments. How do you see the developments of systems theory in Europe and Asia? Could we observe any differences regarding subjects, disciplines, methodology, etc.? Do you think that this difficulty of a diffusion of Luhmann's theory can be partially explained by his radicality? Does radicality lead to isolation in science?*

H-G M: I am not (anymore) mainly interested in "explaining Luhmann" or reconstructing what exactly he meant. I am not interested in mere exegesis or applying his

theory in an “orthodox” way. Such approaches still exist (especially in Germany), but what is more interesting is using the theory to explain contemporary developments – many of which took place after Luhmann’s death. Elena Esposito is a “role model” for how to apply Luhmann’s theory when analyzing, for instance, the financial economy or the increasing role of algorithmic communication. The point is to not merely compare Luhmann with postmodernists or others, but to reach a “post-comparative” stage where we use Luhmann’s theory to develop new theoretical models – which is exactly what Luhmann wanted to be done with his theory. These developments still happen at the fringes of the academic system and of its respective “disciplines”, but they happen. I am still convinced that Luhmann’s theory provides the best available theoretical resources for understanding contemporary society. One reason why Luhmann’s theory is difficult to understand and never became mainstream (there are many such reasons) is that it disappoints normative expectations; it does not provide easy answers to the questions of what is right or wrong, or what needs to be done. One aspect of the radicality of the theory is that it is radically anti-normative in a society which highly values and rewards normative communication. It subverts and disrupts normative discourse, a normative mindset, and a normative way of life. This may lead to a kind of “isolation”.

In a well-known article, Luhmann (1997) observes that the worst-case scenario for the XXI century would be the emergence of a metacode of inclusion and exclusion transversally conditioning the operation of different social systems. In this text, he also affirms that the idea of exploitation constitutes an “outdated mythology”, suggesting that functional systems activate a social dynamic of “global neglect” (“the calamity is no longer exploitation and suppression but neglect”). In this scenario, “two forms of integration will compete: the negative integration of exclusions and the positive integration of inclusions. After more than twenty years, do you think that this tendency has been empirically confirmed? To what extent could this analysis contribute to an understanding of labor relations in the so-called “gig economy” and of the deepening of social cleavages in world society? Complementing, in your evaluation, is Luhmann’s theory just a good description for the North Atlantic, for all Western countries, or is it really a theory able to explain the world society? Do you see, for instance, functional differentiation working in the same way in all regions?

H-G M: I am not sure that “inclusion/ exclusion” has worked out in the way Luhmann envisioned it some decades ago. I think he got the idea in part from visiting Brazil and learning about the favelas. He refers to them in the article you mention. I don’t think that the favelas or the people who live there are functionally excluded. They

appear in the media, they are religious, there's a highly profitable economy going on there (drugs, even tourism), they're politically important, and the legal system deals with them all the time. Perhaps most significantly they are as active on the social media just as anyone else. The people there are not functionally neglected at all. Exploitation still exists and "flourishes" on a massive scale. For instance Macau, where I live, is full of migrant workers from mainland China and South East Asia who work very long hours for very little money in a place that is one of the richest in the world. I think that the capitalist economy is obviously highly exploitative. Luhmann apparently did not wish to admit this – it would have disturbed his conceptual system, perhaps. I think that another distinction that is somewhat related to inclusion/exclusion is becoming more relevant for the 21st century: high profile/low profile. Everyone strives towards high profile and tries to avoid low profile. That is the case as much at the University of Sao Paulo as in the favelas, I suppose, although it means something very different in each context/system. When it gets to the details, Luhmann's theory is not only Eurocentric, but "Germanocentric". He mentions China from time to time, for instance, but only pre-modern China. He obviously read stuff on China, but what he took from these readings is almost always very superficial. When reading this, I often think *si tacuisses, philosophus mansisses* (if you had remained silent, you would have remained a philosopher). And I sometimes get the same feeling when he writes about Brazil, or the USA. This being said, as mentioned, I still think that the general framework of the theory, including the notion of a "world society", is most relevant for making sense of today's global society.

Habermas (1987) considered in his book on The philosophical discourse of modernity that Luhmann was the most radical author in the way of emptying out his theory of all normative claim. However, when it comes to some concepts, such as functional differentiation, de-differentiation or systemic corruption (or colonization), it sounds as Luhmann observes them with an evaluative bias. When do we have dysfunctional de-differentiation and when do we have just a structural coupling?

H-G M: I think that's a very good point and Luhmann is actually often quite contradictory and not very clear. The theory is not as clear cut and clean as many of the Luhmannians pretend it is. When is there a case of normal structural coupling and when do we see that one system is basically usurping or corrupting another system? It's very difficult to make this distinction. We can have structural couplings, provided that the systems remain operationally closed. Once operational closure is subverted, they are corrupted. Then the question is how operationally closed empirically systems really are – which in theory they must be, from an orthodox Luhmannian

view. It would be up to those who conduct more empirical work to find this out. An interesting case of corruption within functional differentiation may be the role of religion today, overlapping with the political system in Brazil for instance. And do we have functional differentiation in Brazil or in China? We just had a workshop in Bielefeld on how far systems theory applies to China. Luhmann's works are being translated by legal scholars in China and they are concerned that maybe there isn't really functional differentiation there, particularly no functional differentiation of law, which is politically controlled.

Maybe there tends to be corruption, not functional differentiation, if there aren't some institutionalized, procedural, even bureaucratic ways to publicly link one system to another. This seems to be the case of today's religious clientelism, which exploits social exclusion in order to gain political positions.

H-G M: I think that Luhmann is wrong in many aspects of his theorization about social exclusion. One of the systems that includes very well is the religious system. It works as a system of inclusion, and then pushes forth inclusion in other areas, such as politics.

So, religion works as a last resource for inclusion. And then, through religious inclusion, some social groups from their economic communities, come to run their businesses, gain access to education, to politics etc. But, while promoting inclusion in other systems, religion also corrupts them in order to expand its operations. The recent electoral process in Brazil (2018) has confirmed the increasingly political importance of the so-called neo-Pentecostal sects in the country, such as the Universal Church of the Kingdom of God. Many political representatives attached to these sects were elected, including the president himself. This political prominence seems to be tightly associated to the adoption of aggressive economic strategies in the religious global market in which the controlling of mass media (including TV and radio networks), the profit motive and a theology of prosperity and economic success play a decisive role. To what extent could systems theory contribute to shed light on this sort of "religious industry" and the current articulation between religious, economic, and political motives involved therein?

H-G M: Luhmann was highly critical about morality and regarded it as potentially highly pathological, as very close to conflict and violence. I think this critical insight can be easily extended to religion, because religions often turn out to be something like the social institutionalization of moral discourse. Luhmann was right, I believe: There is no moral system, all systems can use moral communication. But the religious

system lends itself to become almost a social “reification” of morality. Brazil seems to be just one example for how powerful, destructive, and “parasitic” religion can become. In the form of fundamentalism, it can become a major threat to functional differentiation. I therefore think that theory, and especially social theory, should be much more critical of religion as it currently is. In this regard, I sympathize with Marxism and its critique of religion, although I would never advocate political or legal suppression of religion. Luhmann claimed that the function of ethics could be to warn against morality, and I think that, similarly, a function of social theory could be to warn against religion – and especially against highly moralistic forms of religion – but not to censor it, of course. Paradoxically, the fact that theorists today tend not to warn against the social (and psychological) pathologies stemming from religion is itself grounded in a form of “civil religion” or what is often called “political correctness”. Just like morality, religion is somehow supposed to be “good”. As if to protect its religious origins and characteristics, civil religion tends to morally condemn critiques of religion. Civil religion – in the form of “political correctness” – can become just as fundamentalist as traditional religion, and, in some ways, it has already succeeded in emptying the political “left” of its critical and materialist (social-theoretical) core and turned it into a pseudo-left, a moralist, and often highly bourgeoisie or capitalist discourse. In Brazil, it seems, the electorate has now only the choice between a traditionally religious right profile or a civil religious left profile. The left, it sometimes seems, has lost the guts to subvert and critique religion – and succumbed to civil religion.

To achieve some degree of closure, systems presuppose a total inclusion of people, the universal relevance of their operations. However, in order to promote such inclusion – or a significant portion of it – we need to rely on a specific system, whose empowerment threatens the autonomy of the other systems. Like politics in relation to economy, education or any area of public policy. This is the point of Luhmann’s criticism of the Welfare State (Luhmann, 1990): the risk of politicization, the political de-differentiation of some systems in order to promote inclusion – what leads to new differences and inequalities. We come to a paradox.

H-G M: Yes, I agree. And also I agree that here we can see some sort of normativity in Luhmann. The other paradoxical point of normativity in Luhmann is that he is normatively against normativity! This appears on his very strong critique of morality, of moral discourse. But he is not afraid of paradoxes. This is also something that we can learn. And the religious system is “infected” by morality; Luhmann used to talk about morality as a form of pathology, of a communicational illness that infects

any given social system. He is very much interested in social pathologies – such as the corruption of functional differentiation. In this sense, the religious system is very vulnerable to infection by moral communication, and once it is infected, it infects other social systems. Via religion a highly moralist discourse, a moral virus can spread to politics. The media is also a system of communication deeply marked by selection of information through its moral appeal. Which brings us to the social media, a topic on which Luhmann did write about. This is a critical potential in Luhmann: to look on how these normative discourses are extending into many areas of society and threaten the autonomy of systems (media, politics, law). From a Luhmannian perspective, rather than having highly technical discussions – like ivory tower technical discussion – as sociologists and legal scholars usually have them, I think it would be good to look at such critical potentials – critiquing how morality “corrupts” autopoietic systems. Again, as “stoics”, we may counter the fundamentalist mindsets found everywhere, in right-wing as in left-wing discourse. This recalls Marx famous metaphor of religion as the “opium of the people”. This is a strong parallel between Marx and Luhmann.

Roberto Unger (2014) recognizes three big world religious trends: Buddhism is identified with the overcoming of the world, the search for serenity; Confucianism has a view of humanization and attaches value to role-based claims; the religions of salvation, finally, including Judaism, Christianity and Islam, are the affirmation of individuality in a struggle with the world. In your view, could we observe a globalization of these religions now, in the sense that all of them are not anymore limited to some region of the world? Would this be an indication of a world society? Do you think that the Luhmannian concept of a “person” is just specific to one of these visions, i.e. applicable only to a Western culture?

H-G M: I like Unger’s classification, but never heard of it before. What he says about Confucianism strikes me as especially relevant. I think that religion in world society is not so much characterized by the global reach of religions (which, as you say, now often exists), but by the fact that religion is systemically integrated into functional differentiation, that it functions as one system within the environment of others and relates to them in this way. In a premodern context religion was not merely a function system, it sometimes claimed to be either the center of or a higher stratum in society. Radical Islam, for instance, might want to conquer the world and spread everywhere, but it is not content to merely being a function system within world society. It may want to become the global religion, but it does not seem to want to co-exist next to a “secular” law and “secular” politics. Modern globalization of a religion therefore

does not simply mean geographical extension, but integration into a functionally differentiated modern world society. In general, I think Luhmann's theory of the "person" (as the social dimension of individuals) is not grounded in any religion, but his investigations into the semantics of individuality are sometimes quite "Eurocentric".

Could you tell us a little bit about your current project on "identity profiling" and second-order observation?

H-G M: I am currently working on a book, together with Paul D'Ambrosio, with the title *You and your profile: Identity after authenticity* (Moeller & D'Ambrosio, 2021). It is supposed to show how profile-based identity – what we call "proflicity" – has widely replaced individuality-centered authenticity and an older role-based "sincerity" as the most prominent mode or technology of selfhood. In short, sincerity demands commitment to roles, authenticity the pursuit of originality, and proflicity the curation and projection of (personal) profiles. Proflicity corresponds to a society that operates with "second-order observation", generating a need to present oneself with an appeal to "general peer" groups, which vary depending on the forum. We show ourselves in ways we like to be seen as being seen in public or by an audience. According to Luhmann (2012a, p. 100), second-order observation "has become the advanced mode of perceiving the world in modern society" (Luhmann, 2012a, p. 100) since "all functional systems were adapted operationally to second-order observation" (Luhmann, 2012b, p. 87). It is a decisive feature of modernity and supplies the social framework within which proflicity functions. Proflicity not only shapes individual and collective identity ("national identity"), it also creates value in the economy ("from brand to profile") – or in any other system such as the academic system. Profile-building changes the focus from functional differentiation to second-order observation, which used to get not so much attention. However, the latter may be a concept much more powerful for understanding the world since Luhmann's death two decades ago. Do we really have functional differentiation in Brazil and China? It's problematic, but we definitely have second-order observation, and this is an equally crucial point of modern society. Of course, there is a connection: mechanisms of second-order observation have developed within functional systems, so it became important on the basis of functional differentiation. Proflicity has been preceded by authenticity and sincerity, as previous modes of identity-building. Prestige and reputation were built by performing roles in a community, on the basis of first-order observation. Now, personal identity and value are built through second-order observation, we have to convince the "general peer", sometimes in global, digitalized forums. For instance, during my lifetime the academic system

has almost entirely switched to second-order observation: we don't need to read one another's texts, this is now often unnecessary! Instead, we look on these rating and ranking mechanisms, we look at people's curricula, on where have they published, how much they have been cited, what do other people say about them. We don't look at someone's work directly, we observe some second-order mechanism, institution, or authority. This is very much the case for universities, with rankings. In order to understand and posit the place of some university in the academic system, we look to the rankings, and not directly to the university. The peer-review system is also a mechanism for second-order observation: a journal looks how a paper is observed by the peers. This is what counts. In the old days, the journal editor would personally evaluate an essay. This tends no longer to be the case. We have to see how this paper is being observed. Seeing something as it is being seen. Marxists need to learn that value and profit is no longer established through first-order observation (as in the 19th century, when Marx wrote about "surplus value"). Elena Esposito (2011) uses Keynes to show how economic value is established by finance, by second-order observation within the economic system. Esposito points to Keynes example of the beauty contest, written in the 1930's. Apparently, this worked not as a jury directly evaluating women, how do they look, and then voting. This would be first-order observation. Instead, people had to guess which woman other people would consider the commonly regarded most beautiful one. She may not be the one that most voters consider the most beautiful, but the one that most voters consider as being generally considered by public opinion as the most beautiful one. This is how financial markets works. This erases first-order observation. It is not simply about my personal taste, nor a guess on each other's individual taste. This is how an investor would consider the value of a company from the viewpoint of the stock market, generally. Now this spread to other systems: in academia, we don't look to a paper and consider if we really liked it, we ask how it appeals and appears, if it could be published in a top-ranked journal or not. And we must write our papers considering the perspective of a high-profile journal. Politics also has not only been corrupted by other systems, but is being part of this dynamics of shifting towards second-order observation. This is how value is established in various systems.

How do you relate this to the idea of a digital society?

H-G M: The core idea is that digital society flourished because it provides a forum where second-order observation can be performed. We have this constant rating and ranking thing there, when we travel, when we go to a restaurant, when we take a cab by some app, and on the social media, the "likes" on *You Tube*. We orient ourselves towards second-order observation. The virtual world works on this basis.

I think there is also a concept under-developed by Luhmann, which is the idea of “public spheres” as internal environments for each system. For instance, politics only answers to what comes to be a topic in its public sphere, which is the public opinion. And Luhmann didn’t say what is the legal public sphere; I try to work with the idea of legal personality, how does law profile the legal subject, by courts and claims, but presupposing a programming from politics or from economy, through legislation or contract.

H-G M: And the law firms are increasingly subjected to rankings, to second-order observation. The audience is institutionalized through the authoritative observer, which are the ranking agencies. Why are the rating agencies the most important thing in the economy? Is this a new form of capitalism? Your job depends on the rating of the rating agencies. The audience is not the people, it is a much more specialized network. Is there anything like that concerning courts?

For instance, the National Council of Justice in Brazil ranks and controls the judges and courts. In order to advance in your career as a judge you need to rank well in the criteria of the National Council of Justice. But we need to point out that the rankings not always correspond to our first-order observation. For instance, this week Brazil got the best grade in an economic evaluation in ten years, but in our immediate perception, this is the worst time in the decade. This shows how second-order observation may be decoupled from first-order observation. And, from a Marxist point of view, one could see the spreading of second-order observation as a kind of second-level colonization driven by the economy: economic second-order observation and procedures are spread throughout other systems, like in assessments of academic productivity, or prisons management efficiency. This limits second-order observations that are elaborated by each system in their own terms. The way to detect problems and prescribing solutions is always based on methods provided by economics and on the economic operations and organizations, all is seen through the lens of enterprises, production and service provision.

H-G M: Yes, I think so. And this is all new. Twenty years ago, there wasn’t this presence of academic rating agencies, and also in the publication system. But I have the thought that the authoritative second-order institution is some powerful organization regarded as such, and then it comes to control the generation of value. It is not that the richest university gets the highest academic profile, but the highest profile university may then turn to become the richest university. After getting the certification you get the money. The target is internal to the scientific-educational system. If we publish on high-profile journals, then we are expected to get a higher salary or position.

In the wake of the influential Foucauldian analysis of “biopolitics” many scholars tend to describe our predicament as a neoliberal one. Neoliberalism has been depicted as “the new reason of the world” (Dardot & Laval, 2017) and this implies the extension of an economic grid of intelligibility throughout different social spheres and the domain of subjectivity. This implies also that public organizations chiefly operate with economic (external) criteria (to give just an example, there is a growing body of literature about “academic capitalism” and the economic corrosion of the university’s autonomy, not only in relation to its funding mechanisms but also in relation to its day-to-day inner workings). Would it be possible to devise in this new “primacy of the economic” as a challenge to the primacy of functional differentiation? Does this trend jeopardize that which the concept of “structural coupling” attempts to describe, i.e. a pattern of relationship between different social systems in which the operational autonomy of the system is preserved?

H-G M: I think claims of “academic capitalism” (or “surveillance capitalism”) are slightly misleading. It is without question correct, though, that the economic system is extremely powerful in its couplings with other systems, such as academics, education, politics, mass (social) media, etc. We should not only look at “functional differentiation”, however, to understand how the economy and society (or “the world”) has changed. I suggest to look instead at second-order observation first. Once we understand how the construction of value has changed in the economy, we can understand how “value” has changed throughout society. Today value is not simply monetary value, or capital. In the economy, financial value is “profile” value – how something is seen as being seen – for example how something is rated by rating agencies or on the markets. This kind of profile value is not only reshaping the economy, but also, since you bring it up, the university. A university is not primarily concerned with how much money it makes, but with its rating and rankings, with its profile. And this is the same for academics; You, too, must first and foremost take care of your academic profile as it manifests itself, for instance, in your H-index, in the number of your citations, in the reputation of the journals where you publish. Your salary will follow suit. “Democratic” politics, too, are no longer primarily about e.g. changing or maintaining the mode of production. They are profile contests and consist in constant polling – in “social validation feedback loops”. As Luhmann says: “One can only become the leader if he is capable of manipulating how he is observed” (Luhmann, 2012a, p. 119). Of course, money still helps with such manipulations. We should therefore speak of “profile capitalism”, “profile academics”, “profile politics” etc. The “primacy of the economic” of which you speak is itself subject to a “primacy of the profile” – or of second-order obser-

vation. This does not impede functional differentiation. To the contrary, profiles, and profile value, emerge through the operational modes of the different function systems (economy, politics, social media, academics etc.).

*There is increasingly a tendency to erode of the meaning of democracy today. Ideas like “they don’t represent us”, the demise of traditional political parties (in Brazil we could identify the cases regarding Workers Party and the Social Democratic Party results in the last election) and the election of political outsiders in some manner represent a crisis in the political representative system. For Luhmann democracy is not actually a pure ideal; he addresses this issue by highlighting its operational features inside the political system, like the relation between government and opposition and the idea of decomposition of decisions on other decisions, through representation or participation that may overburden the system. But, still, could we observe a rupture of the democratic process today? Specially observing the rise of the extreme right and the nationalist groups in politics? In your book *The Radical Luhmann* (Moeller, 2011) you mention that political variety can increase so much that it eliminates political redundancy. Could this be an important approach to understand the problem of stabilization of the political system today?*

H-G M: Democratic political contests today are profile or identity contests under conditions of second-order observation, and the religious or civil religious discourse that is increasingly utilized by it has the function of supporting or shaping political profiles (of political organizations, parties, and voters). To explain the “meaning of democracy today”, Luhmann presents a short and almost poetic description of the democratic political process as a proficity competition – without using this concept, though:

Children, simply out of fear, always needed to observe if they are observed or not. [...] The same is true in politics. Politics must dance on the screen in front of public opinion. In spite of all the polls, no politician knows for sure what people really think. At best, one knows, statistically calculated, what some people say they think. It is unimaginable that politics or a politician could know, or merely take into consideration, what is going on in the heads of individuals. Public opinion [...] is a replacement for this. Politics thus essentially consists in arranging how one is seen by public opinion – so that one is more favorably observed than the competition. [...] The truly political [*das eigentlich Politische*] is the reflection of second-order observation (Luhmann, 2012a, p. 115).

The radicalism of this statement needs to be highlighted. That politics – left and

right, blue and red, and of course equally so green and pink – can be understood in terms of a populist “dance on the screen” is nothing new. And even if the concept “populism” was not used in Luhmann’s days in the way it is now, it was already obvious then that democratic elections were typically decided by the popular appeal of the profiles of politicians or political parties as manifested in their looks, their “charisma”, their campaign strategies, their capacity to instill hope or fear in the electorate, rather than by the electorate’s rational consideration of its best interest or its political will. All this has been surely the case in politics then and now, but Luhmann goes a step further in his analysis when he points out that modern politics consists “essentially” in this – that the “reflection of second-order observation” has now become *das eigentlich Politische* (“the truly political”, or “politics proper”, or “politics as such”). Not only are elections run as proficity contests, but politics generally function in this way. When decisions are made and power is executed, the prime concern is “arranging how one is seen by public opinion”. The election is not an exceptional case of periodically consulting the “will of the people”. Like the anxious children of “helicopter parents”, politicians *never* get a break from observing if and how they are observed. Their “dance marathon” never ends. As for the contestants in Sydney Pollacks’ *They Shoot Horses, Don’t They?*, everything a politician does – marrying, for instance – becomes part of a competitive performance to the general peer. Thus, the political is in essence “depoliticized”: in contemporary liberal democracies (arguably unlike in authoritarian states) there is no first-order observation politics left where politicians make decisions merely for the sake of governing the state without considering how this is being observed. Political identity, and the identity of politicians, has become totally profilic. Political proficity is, in this sense, “totalitarian”.

What we have been discussing on second-order observation seems close to the concept of reflexivity in Luhmann. Direct democracy is no longer possible, so we don’t decide directly on the polity politics, we decide who will define the policies for us. Representation came as a second-order observation, reinforcing politics as a specialized system, as a subsystem of society, and not as coextensive to it. The same for financial markets in economy, there is the definition of value. And the homologous instance for law is the constitution: every interpretation or norm is valued according to the constitution, which is an instance internal to the legal system, validity not depending on a dense moral or political consensus.

H-G M: I can think of a future legal system where the courts would not be anymore the core organization, but there may be a core rating institution that will rank and supervise courts: is this a three-star court or a five-star court or judge?

And maybe the State would not control anymore the courts and judges, but only this rating authority. Courts and judges may be private. Transnational and international organizations compare legal orders, rating for instance each national antitrust law. This already exists. For some sociologists the digital “reality” represents an extensive capability for monitoring, analyzing and informing social systems. It is possible to discuss if the digitization of society makes possible a new way of knowing and operating in society, hence the “digital” could refer to a topic of social enquiry, but also as an instrument/method of research, or even a form of communication. Do you think that the digital technology has changed the possibility of observing society? Is there a space for a digital sociology in Luhmann’s theory? How could this issue be properly addressed?

H-G M: Thanks for the term “digital sociology”. While you seem to think of this term in analogy to “digital humanities” in a methodological and empirical, way, I would take it up in a different, theoretical way as describing the project of a theory of “proficiency”, or of identity in a society that has almost entirely switched to second-order observation. Although digital society (social media, surveillance, rating and ranking systems, algorithms, etc.) did not create proficiency, it facilitates proficiency greatly. Digital society thrives because it can enable proficiency, which is second-order observation identity, to operate, function, and proliferate. In order to understand how contemporary society has evolved after Luhmann’s death, we need a “digital sociology” both in the empirical way you seem to think of and in the theoretical way I have in mind.

There is no consensus on the concept of fake news today. Numerous possibilities to define its meaning are offered by the literature: post-truth; misleading information; mal-information; disinformation; biased news among others. Moreover, for some sociologists, fake news is not a new phenomenon – perhaps it just got more “present” due to the social media -, yet we can notice the increase of medical fake news, political fake news and so on. What would be a Luhmannian approach towards fake news? How we can observe the fake news operation in social systems? Does fake news impose any kind of danger for the functional differentiation of the systems?

H-G M: “Truth” has never been the medium of the mass media. They deal in information which is very different from truth. Luhmann (2000, p. 36) says: “Although truth, or rather the assumption of truth, is indispensable for news [...], the mass media do not follow the code true/untrue but rather the code information/non-

-information”. The mass media do not communicate simply “truth”, although, they pretend to – just like the legal system does not simply deliver “justice”, although it uses it as its contingency formula. “Pure” facts do not exist – “factuality” may be regarded as the “contingency formula” of the mass and social media. All news consists of information which becomes old information as soon as it is communicated and has to be replaced by new information – just as spent money needs to be speedily replaced by earned money in the capitalist economy. News are highly selected pieces of information that create narratives that can be continued. In this respect, news function very similar to the popular episodic TV series or soap operas. They operate by communicating narrative information that promise a sequel. Unlike in the TV dramas, however, the information we hear in the news is presented as “factual”. We should not forget, however, as Luhmann points out, that these facts, as soon as they are selected as information, appear as incomplete because a) they create the need for further, supplementing and complementing facts/information, b) they become dubious because we can ask who presented them as information and for which reasons, and c) “selection always also generates that other side of the products presented, that is the non-selection or the ‘unmarked space’ of the rest of the world”. (Luhmann, 2000, p. 37). To quote Luhmann:

The mass media are only interested in things that are true under severely limiting conditions that clearly differ from those of academic research. It is not the truth that is the problem, therefore, but rather the unavoidable yet intended and regulated selectivity. Just as maps cannot correspond exactly to the territory they depict in terms of size and details, and just as Tristram Shandy was not in a position to tell the life he lived, so also it is not possible to have a point-for-point correspondence between information and facts, between operational and represented reality (Luhmann, 2000, pp. 26-27).

The traditional mass media have invented the term “fake news” to present themselves as the “real news” producers rather than the social media at a time when their power has been severely undermined by social media. They thereby falsely imply that they are capable of telling “the truth” rather than communicating information – that is: highly selective data shaping narratives addressed to an audience to produce an effect. Among other things, news narratives shape identity profiles through establishing “social validation feedback loops”. The profiles of *The New York Times* or *Fox News* and those of their readers/viewers are shaped through the communication of news/information. *The New York Times* shapes the profiles of its readers while these readers shape the profile of *The New York Times* in turn. The very fact that the term “fake news” is now so popular as a sort of rhetorical weapon (Trump, too, uses it all

the time) – shows that news is not so much about communicating truth but about developing story lines or narratives which, through structural coupling, can produce benefits in democratic political contests or in a capitalist economic competition.

Thanks for this conversation.

São Paulo, 2019.

References

- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. (2017), *The new way of the world: On neoliberal society*. Translated by Gregory Elliott. London, Verso.
- ESPOSITO, Elena. (2011), *The future of futures: The time of money in financing and society*. Cheltenham, Edward Elgar.
- HABERMAS, Jürgen. (1987), *The philosophical discourse of modernity: Twelve lectures*. Translated by Frederick Lawrence. Cambridge, MA, MIT Press.
- LUHMANN, Niklas. (1990), *Political theory in the Welfare State*. Translated by John Bednarz Jr. Berlin, De Gruyter.
- LUHMANN, Niklas. (1997), “Globalization or world society? How to conceive of modern society”. *International Review of Sociology*. London, 7 (1): 67-79.
- LUHMANN, Niklas. (2000), *The reality of the mass media*. Translated by Kathleen Cross. Stanford, Stanford University Press.
- LUHMANN, Niklas. (2012a), *Introduction to systems theory*. Translated by Peter Gilgen. Cambridge, Polity.
- LUHMANN, Niklas. (2012b), *Theory of society I*. Translated by Rhodes Barrett. Stanford, Stanford University Press.
- MOELLER, Hans-Georg. (2006), *Luhmann explained: From souls to systems*. Chicago, Open Court.
- MOELLER, Hans-Georg. (2011), *The radical Luhmann*. New York, Columbia University Press.
- MOELLER, Hans-Georg & D’AMBROSIO, Paul J. (2021), *You and your profile: Identity after authenticity*. New York, Columbia University Press.
- UNGER, Roberto Mangabeira. (2014), *The religion of the future*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

Texto recebido em 17/02/2021 e aprovado em 15/06/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.182052

LAURINDO DIAS MINHOTO is Associate Professor at the Department of Sociology of the University of São Paulo. E-mail: lminhoto@gmail.com.

LUCAS FUCCI AMATO is Assistant Professor at the Law School of the University of São Paulo. E-mail: lucas.amato@usp.br.

MARCO ANTONIO LOSCHIAVO LEME DE BARROS is Assistant Professor at the Law School of the Mackenzie Presbyterian University. E-mail: marcoloschiavo@gmail.com.



Rossi Sebag e Jean-Pierre Durand. *La sociologie filmique: théories et pratiques*. Paris, CNRS, 2020. 255 pp.

Por Rafael Fermino Beverari
Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp)

<https://orcid.org/0000-0002-1218-2281>

A percepção de mundo suscitada pelas imagens em movimento ante o espectador é algo debatido desde os primórdios da disseminação dos cinematógrafos. Desse modo, a representação da realidade presente nos filmes é permeada por indagações acerca da constituição dessas obras de arte. Concebido como uma construção, o cinema é objeto de estudo na sociologia, destacando-se os esforços de Jacob-Peter Mayer (*Sociology of film: studies and documents*, 1946), Ian Jarvie (*Towards a sociology of the cinema*, 1998) e Pierre Sorlin (*Sociologie du cinema*, 2015). No entanto, temas como a

recepção, as instituições ou a análise interna das obras cinematográficas são abordados com diferentes medidas por esses autores. Ao abrir o escopo sobre a relação entre cinema e sociedade para outras áreas das Ciências Humanas, observam-se as reflexões de outros tantos pensadores, como por exemplo Walter Benjamin (1997), Merleau-Ponty (2011), Edgar Morin (2018), Bill Nichols (2017) e Siegfried Kracauer (2010). Assim, produção, realização e distribuição audiovisual ganham distintos contornos no decorrer da história do pensamento social.

Pois é nesse contexto que o livro de Joyce Sebag e Jean-Pierre Durand intitulado *La sociologie filmique* é lançado no final de 2020 pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Os autores buscam estabelecer um diálogo sobre as possibilidades de se praticar a sociologia pelo cinema – indo além de um estudo focado no campo cinematográfico (recepção, análise interna de filmes e instituições) ou sua instrumentalização para obtenção de dados. O surgimento deste novo fazer sociológico seria ancorado pelas teorias da sociologia associadas ao conjunto de técnicas cinematográficas necessárias para a elaboração de um documentário realizado pelo “sociólogo-cineasta”. Nesse sentido, os autores propõem uma ruptura das barreiras que separam os saberes da sociologia e do cinema diante de uma sociedade em que o audiovisual possui papel cada vez mais preponderante.

Os questionamentos envolvendo a constituição do que poderia ser chamado de sociologia fílmica perpassam os cinco capítulos do livro. A reflexão acerca do desempenho das imagens no mundo contemporâneo é realizada pelos autores há anos, com destaque à publicação *Métiers du graphisme*, lançada em 2011. Outra atividade fundamental para

compreender o desenvolvimento da hibridação da sociologia e do cinema é a fundação, por ambos, em 1996, do Dees (Diplôme d'Études Supérieures Spécialisées) *Image et Société* na Universidade d'Évry. Sebag e Durand partem então de uma análise em que questionam um arcabouço de metodologias arraigadas na tradição da sociologia, de tal forma que o pensar pela imagem ocupa um espaço fundamental na sensibilização dos grupos sociais.

Para os autores, a prática do sociólogo-cineasta proporciona uma reintegração do sensível no campo da disciplina por meio da realização de uma produção audiovisual. Para isso, como relatado na introdução do livro, a sociologia fílmica produz os conhecimentos “a partir do registro de imagens e sons [...], durante a decupagem [...] e enfim durante a montagem que os justapõe para criar sentido e visões inéditas” (p. 19, tradução nossa). Portanto, o questionamento da dimensão epistemológica do visível e do invisível diante do mundo sensível observado pelo pesquisador abarca três momentos que constituem a sociologia fílmica como um campo específico: o primeiro seria a filmagem e o registro dos fatos sociais por meio da observação direta; depois, a montagem que busca descobrir os elementos não vistos durante as filmagens; e, por fim, a exibição e a distribuição do documentário sociológico.

No percurso dos capítulos, a obra inicia com uma discussão envolvendo a sociologia fílmica e sua relação com o texto, de modo que o audiovisual irrompe como uma possibilidade de mostrar aquilo que facilmente “escapa” da escrita textual. Para tal, são citados alguns exemplos de como as relações de dominação e resistência ao trabalho são representadas pelos filmes. Por fim, as experiências do curso *Image et société* são colocadas de maneira a ilustrar os possíveis rumos estabelecidos por esse campo,

mediante as convergências entre os sociólogos e os profissionais do cinema. O livro percorre a trajetória, no segundo capítulo, das imagens nas Ciências Sociais, desde a utilização das fotografias pelos etnólogos, passando pelo cinema documentário, até chegar à gênese da sociologia fílmica. O terceiro capítulo estende a discussão sobre a hibridação entre cinema e sociologia, ao debater o valor sociológico nas imagens e filmes por meio de um pensamento visual que permeia a sociedade. Nesse trecho, destaca-se como o documentário, visto como resultado de um processo, se coloca diante desse jogo de produção de sentido das imagens. O capítulo seguinte trata da questão da aproximação e distanciamento do sociólogo documentarista frente ao campo de pesquisa, observando as especificidades de uma abordagem que leva em consideração o audiovisual. No quinto e último capítulo são mostrados os percalços produzidos pelo “efeito do real” provocado pelas imagens em movimento. Sem deixar de lado os cuidados de uma entrevista filmada, o livro finaliza com a passagem desde Pierre Naville – um dos precursores da utilização das imagens nas Ciências Sociais – até as especificidades em representar as relações de dominação por meio do que seria a representação do “invisível do social”.

As discussões no livro se expandem a um arcabouço teórico-metodológico que resulta nas orientações de uma tese em sociologia fílmica composta por um documentário sociológico (trinta a sessenta minutos), acompanhado de uma reflexão escrita sobre o filme e sua inserção na própria disciplina. Para a efetivação de tal proposta, recorre-se a uma imersão sobre o uso da câmera como instrumento da observação participante (Malinowski, Bateson, Margaret Mead e Marcel Griaule) e sua difusão na primeira metade do século xx. Da fotografia

documentária de Dorothea Lange, destaca-se o modo como a realidade social é retratada com uma sensibilidade particular. Passando pelo construtivismo soviético (Rodtchenko e Boris Ignatovitch) até à corrente fotográfica humanista francesa (Robert Doisneau e Henri Cartier-Bresson), chega-se à imagem em movimento por meio dos fundadores do cinema documentário (Robert Flaherty e Dziga Vertov). Os exemplos citados no livro vão além dos aqui mencionados e caracterizam uma imersão na utilização das imagens (fixas ou animadas) no meio social.

Desse modo, entre a utilização fotográfica da antropologia e o estabelecimento do cinema documental, a sociologia fílmica busca criar uma metodologia própria – como um *continuum* do documentário social, sendo ela capaz de representar simultaneamente um distanciamento e uma singularidade do olhar. Distinto do documentário militante, que exhibe um ponto de vista compartilhado com os espectadores já sensibilizados com o tema representado, o documentário sociológico faria com que estes se questionassem diante da realidade que os cerca, possibilitando a construção de diferentes pontos de vistas em diversos públicos. Nesse sentido, Sebag e Durand partem da concepção de uma sociedade como um espaço multidimensional, forjada pelas lutas entre dominantes e dominados em interação por múltiplos campos. Nessa perspectiva bourdieusiana, a sociologia, como um “esporte de combate” (Bourdieu, 2001), tem um papel de fomentar a reflexividade nas lutas pela verdade sem cair em um absoluto. Ou seja, partir de um ponto de vista para a produção científica baseada na diversidade dos pontos de vista. Logo, a mudança de posicionamento e a reflexividade são os objetivos perseguidos pelo documentário sociológico.

Todavia, a qualidade do filme e o cuidado com os aspectos estéticos não são desprezados. Assim, o conceito de *punctum*, elaborado por Roland Barthes (1980), concebido como uma “porção de imagem que se projeta sobre o espectador”, é referenciado e destacado como algo presente nos filmes. Esses detalhes “agudos”, “pontudos”, tocam de alguma maneira o espectador. Reconhecendo sua importância, mas sem se fecharem na semiologia, os autores principiam um debate com Erving Goffman (1973), ao relatarem que “na sociologia fílmica, o realizador observa as interações e as filma em situação” (p. 159, tradução nossa). Porém, as ressalvas sobre essa abordagem surgem quando apontam que “a sociologia fílmica também deseja ir além da observação das interações para lidar com as estruturas sociais, as suas influências sobre elas e os fatores que explicam o comportamento e os valores” (p. 161).

Outro debate que se estabelece na obra é referente à percepção de que, para conservar um estado crítico, o espectador ativo não poderia deixar-se levar pelas emoções. Tal noção, sustentada por Bertolt Brecht, se contrapõe à percepção de Norbert Elias (1993) de que a vida social é um *continuum* de dois polos, distanciamento e engajamento, sendo as emoções o resultado de características de uma dada sociedade, época e grupo social. Para ele, por mais que o distanciamento ocorra de acordo com o aumento de conhecimento, não excluiria as relações afetivas e emocionais. Essa contenda é importante, uma vez que os filmes elaborados pelo sociólogo-cineasta têm como finalidade não apenas a realização do documentário sociológico, mas sua sensibilização para distintos públicos.

A preocupação com a exibição do filme é um fator que acompanha todo o livro, visto que o ato de retornar o conhecimento àqueles que

o provém seria fundamental nesta disciplina, como parte da estreita relação estabelecida entre os pesquisadores e os sujeitos representados. O engajamento de uma coletividade além dos contornos acadêmicos, defendido pelos autores, dialoga com as expectativas de Michael Burawoy (2009), quando afirmam que “a sociologia fílmica abre novas perspectivas à sociologia pública a partir da realização de documentários sociológicos compartilhados entre os sociólogos e os públicos” (p. 220, tradução nossa). Nessa temática, pode-se indagar também sobre os limites entre a produção e a disseminação de conhecimento. Afinal, apesar de esta obra realçar as minúcias desse campo específico, como a sociologia fílmica poderia dialogar com outras disciplinas já estabelecidas? Tal abordagem epistemológica não se esgota nesta publicação que visa a jogar luz em uma prática da sociologia em um mundo em constante transformação.

Afora tal questão sujeita a elucidações diante de um modo de produção de conhecimento repleto de possibilidades, Jean-Pierre Durand e Joyce Sebag (2011) buscam, de forma ousada, “sistematizar o vaivém entre as teorias sociológicas (racionalis, objetivantes) e o pensar pela imagem (o que proporciona um grande espaço ao sensível)” (p. 224, tradução nossa). Apesar da complexidade do tema, a linguagem simples e as ilustrações proporcionam fluidez ao assunto discutido, que se desdobra como um convite à reflexividade do próprio leitor mediante esta distinta forma de compreender o mundo.

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. (1980), *La chambre claire. Notes sur la photographie*. Paris, Gallimard.
 BENJAMIN, Walter. (1997), *L'œuvre d'art à l'époque*

de reproductibilité technique. Paris, Éditions Carré.

- BOURDIEU, Pierre. (2001), *Science de la science et réflexivité*. Paris, Raisons d'Agir.
 BURAWOY, Michael. (2009), “Pour la sociologie publique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1-2 (176-177): 121-144, <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2009-1-page-121.htm>.
 DURAND, Jean-Pierre & SEBAG, Joyce. (2011), *Mémoires du graphisme*. Paris, Ministère de la Culture.
 ELIAS, Norbert. (1993), *Engagement et distanciation*. Paris, Fayard.
 GOFFMAN, Erving. (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris, Minuit.
 JARVIE, Ian Charles. (1998), *Towards a sociology of the cinema*. Londres, Routledge.
 KRACAUER, Siegfried. (2010), *Théorie du film. Rédemption de la réalité matérielle*. Paris, Flammarion.
 MAYER, Jacob-Peter. (1946), *Sociology of film: studies and documents*. Londres, Faber and Faber.
 MERLEAU-PONTY, Maurice. (2011), *Le visible et l'invisible*. Paris, Gallimard.
 MORIN, Edgar. (2018), *Le cinéma: un art de la complexité*. Paris, Nouveau Monde Éditions.
 NICHOLS, Bill. (2017), *Introduction to documentary*. Indiana, Indiana University Press.
 SORLIN, Pierre. (2015), *Sociologie du cinéma*. Paris, Klincksieck.

Texto recebido em 23/06/2021 e aprovado em 11/10/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.187648

RAFAEL FERMINO BEVERARI é doutorando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, IFCH/Unicamp. E-mail: rfbeverari@gmail.com.



Theodor Adorno. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo, Editora Unesp, 2020. 103 pp.

Por Francisco Rüdiger
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0002-1859-5394>

Theodor Adorno proferiu, em 1967, conferência para a União dos Estudantes Socialistas Austríacos, sobre o conflito social na atualidade, que se publicou em seguida ao falecimento do filósofo, no volume *Escritos sociológicos I* (1972). Lançado agora no Brasil pela Editora da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), como parte da Coleção Theodor Adorno, *Aspectos do novo radicalismo de direita* reproduz a conferência feita no dia seguinte e que se manteve inédita até há pouco. Apareceu pela primeira vez em 2019, no primeiro volume da v seção dos seus Escritos

Póstumos, editados pela Suhrkamp Verlag, responsável pela publicação de sua *Obra reunida*.

Filósofo desconhecido, que retornara a seu país no pós-guerra, o autor começou a adquirir a condição de intelectual público em seguida ao surpreendente sucesso editorial de seu *Minima moralia* (1951). Beneficiou-se a obra do surto que, naquela época, viveu a literatura de aconselhamento e, aparentemente, em meio ao qual se viu arrolada pelo grande público. Estima-se que, só na Alemanha, teria vendido cerca de 120 mil exemplares, até 1989.

Adorno se deixou dilacerar entre os extremos da torre de marfim, que jamais execrou, e da intervenção na esfera pública, que o seduzia. Apesar de terminar seus dias perdido nos devidos contratempos e armadilhas (Schwarzböck, 2008, pp. 99-156; Adorno [1969] 2010b, pp. 409-415), o pensador desejava a liberdade bem desafiadora que é a de mover-se de maneira produtiva entre um e outro (Jäger, 2004, pp. 151-175).

Sabe-se que ele submeteu à crítica impiedosa a indústria cultural e o ativismo político irrefreado, mostrando a afinidade de seus respectivos esquemas ideológicos, seu papel no rebaixamento do pensamento, senão seu perigo para a procura da vida justa. Mas serviu-se dos contatos com os meios artísticos, escolares e profissionais e explorou a imprensa, o rádio e a televisão, para promover o esclarecimento e “comentar questões tomadas da atualidade e da história contemporânea” (Müller-Doohm, 2004, p. 381).

Prova do cunho improvisado da externalização de suas ideias que essas manifestações muitas vezes tiveram necessariamente de assumar se encontra na conferência cuja publicação ora se comenta. Julgada extremamente oportuna, pelos afoitos interessados em ter bom patrocínio para entender os atuais avanços do

extremismo de direita na Europa e América, a obra chegou a ser fenômeno literário na Alemanha e foi rapidamente traduzida nos principais idiomas ocidentais. Será, porém, que é mesmo o caso para tanto? Terá este texto ligeiro de 1967 muito a esclarecer sobre os fenômenos em curso no mundo pós-1989?

Resumidamente, Adorno se propõe na peça a analisar o retorno ao prosaísmo dos movimentos radicais de direita, verificado no seu país em meados dos anos 1960. Parte ele da premissa de que, apesar da catástrofe vivida ao final da Guerra, os velhos apoiadores do fascismo e seus sucessores se mantiveram, posteriormente, espalhados por todas as camadas da população (Adorno, 2020, p. 48). O regime nazista colapsara, mas não os seus pressupostos; eles seguiriam perdurando, a ponto de ensinarem a reprodução de seus respectivos sujeitos. O Partido Nacional Democrático da Alemanha, fundado em 1964, seria prova disso, sinal extremamente “preocupante” da volta ao palco de movimentos radicais que, vendo bem, nunca teriam saído do teatro político alemão.

Insinua o filósofo que, entre um certo número de seus concidadãos, jamais houve “verdadeira dissolução da identificação com o regime [nazista]”: seu apoio ao fascismo não apenas permaneceu coeso até o final da Guerra, mas “nunca foi de fato radicalmente destruído” (Adorno, 2020, p. 50). Em última análise, seria isso que subjazeria aos só aparentemente inesperados êxitos do referido Partido (Adorno, 2020, pp. 50-51). Posta a tese, poderia esperar-se a elaboração da respectiva comprovação, mas não é isso que se verifica, visto o autor enveredar por uma linha de análise que se restringe aos meios de propaganda da agremiação e, em vez de aprofundar a especificidade da situação, a projeta no âmbito de teorização a-histórica referida ao termo “personalidade autoritária”.

Surpreende que, no texto, o filósofo não chegue a esclarecer as propostas, a examinar as atividades, a identificar os sujeitos, a apresentar informações empíricas mais precisas a respeito do fenômeno em estudo. A coisa simplesmente surge como dada, algo que dispensa a interrogação em detalhe. Nesse sentido, a conferência se revelaria, a nosso ver, preparada para atender a uma necessidade de consumo, em vez de fazer pensar ou mesmo oferecer nova informação, ao nos sugerir que todos os seus destinatários sabem do que se trata e, portanto, o essencial consiste em reiterá-lo, assumindo uma perspectiva admoestadora.

Observando bem, Adorno aparentemente se limita a gratificar o auditório, ao defender que o radicalismo emergente nos anos 1960 é mero disfarce do mais antigo; isto é, seria essencialmente fascista, no sentido em que surgiu um movimento fascista na Europa durante a década de 1930. Seja por deliberação, por ter recebido pedido, ou ambos, o filósofo se dirige à audiência como o pastor aos convertidos, em termos cerimoniais, que, em parte, escandalizam em um proponente da teoria crítica. Paradoxalmente, o cunho ritual que sua análise identifica na propaganda extremista de direita, alterado, se reproduz na articulação, endereçamento e consumo do seu texto para os auditórios de esquerda.

Adorno se esforça para fazer valer na análise o esquema teórico com que procurou superar o mecanicismo explanatório do marxismo vulgar mais antigo, todavia hesitando em decidir entre duas alternativas. Se o radicalismo de direita é um “problema psicológico e ideológico”, síndrome compensatória e gratificante. Ou é uma resposta mais ou menos funcional ao “problema histórico e político das camadas camponesas e burguesas em vias de extinção” (Adorno, 2020, p. 76). Ao final, fica-nos a im-

pressão de que defende tese híbrida, segundo a qual o fenômeno deve ser visto como uma forma de tradução ou aprisionamento psicológico do segundo problema.

Verifica-se, no entanto, que isso só se tornaria convincente se houvesse o estabelecimento de uma conexão concreta, baseada em evidências, por mínimas que sejam, entre os dois planos do raciocínio – o que o texto não entrega, ao enveredar por linha de raciocínio paralela, mais para o final. Atendendo ao que seu auditório dele esperava, Adorno superdimensiona a dimensão e, assim, o eventual perigo do fenômeno nele examinado. Afinal é fato ou não que, contrariando o avanço sugerido no texto, a média de votos no Partido Nacional Democrático da Alemanha, ao longo de catorze eleições, até hoje não tenha chegado a 1% e, assim, ele jamais tenha tido assento no Parlamento Federal? Que, após ter ocupado cadeiras em umas poucas assembleias estaduais no final dos anos 1960, a agremiação só voltasse a ter outras poucas (quatro), entre 2004 e 2011?

O pensador denega o tempo todo a ideia segundo a qual o fenômeno se esgota na motivação ideológica, tendo antes, objetivamente, a ver com “a possibilidade de desclassificação das camadas burguesas” em meio às tendências à concentração empresarial e econômica; o progresso tecnológico gerador de desemprego; o agravamento da oposição econômica entre o campo e a cidade; a redução da margem de manobra dos governos devido à integração das nações em blocos políticos e econômicos mundiais etc.

O problema é que tudo isso não apenas pode, por exemplo, ser ligado ao apoio da população a vários outros partidos, mas não se sustenta em evidências extraídas da experiência dos movimentos de direita, como se esperaria: a conexão é apresentada de maneira muito

genérica, mesmo para um pequeno ensaio. O texto rejeita sua caracterização como “sinal de loucura”, afirmando sua condição de “sintoma de uma transformação social objetiva em curso” – mas isso, no argumento, não vai além da petição abstrata, carente de análise empírica/documental, prevenindo um estudo do fenômeno em sua singularidade.

Quer dizer que, referindo-se às transformações econômicas e processos de desclassificação social em seu país, o pensador esboça uma explanação histórico-materialista do fenômeno, porém, faltando com a respectiva sustentação, positivamente aciona outro tipo de procedimento. Satisfaz-se em argumentar que o radicalismo, na verdade, tem um sentido psicossociológico, remetendo ao que chama de idealismo vulgar, e se origina, em última instância, do que denominou, anos antes, de personalidade autoritária (Adorno, 2020, p. 61).

O relato sutilmente se desloca da análise de conjuntura para a argumentação genérica, baseando-se na premissa de que o marco institucional concreto e, assim, sujeito a múltiplas variações não impacta na caracterização do fascismo como objeto de reflexão sociológica de tipo genérico; com prejuízo, portanto, para o entendimento da experiência histórica singular que estaria em foco na exposição, já que o “novo” radicalismo de direita é diluído na figura relativamente mais abstrata e perene, no caso, que é “o fascismo”.

Diz-se então, em tese, que o fascismo carece de verdadeira teoria, seria sinal de uma época privada de espírito, em que as ideias têm um papel secundário. Apesar dos constantes apelos ao idealismo, o conteúdo deste último, as ideias, é, em última análise, irrelevante na dinâmica do movimento (Adorno, 2020, p. 71). O fascismo seria prova de que pode haver “práxis sem conceito”, forma de ação social em

que pura e simplesmente se fazem valer o poder e a força (Adorno, 2020, p. 67). A propaganda fascista possui um sentido essencialmente motivacional, não visa mais a convencer, como outras no passado; não busca “disseminar uma ideologia”, até por ela ser “demasiado pobre”. O propósito é engajar as pessoas no movimento que lhe subjaz, através de “técnicas psicológicas de massas” (Adorno, 2020, p. 67), cuja eficácia, segundo o pensador, se baseia na existência de uma “personalidade autoritária” que, em última análise, se revelaria mais ou menos intrínseca à civilização.

Na arquitetura complexiva do texto, tudo isso acarreta que, embora seja apontada como chave para se entender apenas um aspecto do fenômeno, a perspectiva ideológica, submetida à leitura de psicologia social analítica, acaba sendo, em nosso juízo, a única relativamente bem desenvolvida no texto. Para o autor, o extremismo de direita se origina fundamentalmente do “medo”, por parte de certos grupos, “das consequências gerais da sociedade” (Adorno, 2020, p. 48). Sua raiz, no plano subjetivo, estaria no fato de muitos alemães padecerem de contínua angústia em relação à sua identidade; serem intelectualizados, mas suspeitarem de que há algo errado no intelectualismo; afirmarem irracionalmente sua nacionalidade, ao se verem integrados em bloco transnacional, comandado, no caso, pelos norte-americanos (Adorno, 2020, p. 65).

Pode-se, porém, perguntar por que estes traços, aparentemente descobertos via uma análise de conteúdo do material de propaganda do Partido, não se encontrariam em tantos outros sujeitos indiferentes ou mesmo infensos às suas ideias? Daí a rápida virada, que se constata no texto, no sentido de buscar embasamento menos evidente e, no caso, mais teórico para relatar o fenômeno, por parte do filósofo.

Sintoma de sua impotência, da sua incapacidade de sair objetivamente da situação acima referida, o engajamento no radicalismo de direita seria mais que tudo, segundo Adorno, forma de compensar seus respectivos sujeitos com “fantasias do fim do mundo”, investir na “alegria de poder ver outros sendo punidos” com que tantos se satisfazem em uma sociedade que não lhes pode realizar as vontades (Adorno, 2020, p. 72). Serviria para nutrir “o desejo inconsciente de desgraça” de seus seguidores, explorar os seus desejos inconscientes de auto-destruição, “se possível, a destruição do todo”, alimentados pela desintegração do modo de vida pequeno-burguês e dos velhos valores nacionais provocada pelo desenvolvimento capitalista (Adorno, 2020, p. 52).

Mas se tudo isso se encontra, como de fato é o caso, em consonância com o que o autor defendera nos anos 1940 (Hammer, 2005, pp. 49-96), significa que, contrariamente ao preconizado por entusiastas sem capacidade de escrutínio, em seu ver a aparente novidade do extremismo de direita do pós-Guerra meramente encobre a reiteração do antigo. Adorno evitou subscrever a tese do “fascismo eterno” (Eco, 2018) que, sendo em parte recurso tático, noutra síndrome de cunho paranoico, passou a grassar com cada vez mais força entre a esquerda a partir da Segunda Guerra. No entanto, apresenta argumento que, apesar de muito mais sofisticado, a nosso ver, não representa vantagem epistemologicamente, sequer diante do que conseguira avançar durante o período intermediário, visto retirar da matéria a especificidade que chegara a entrever nos anos 1950.

Na *Dialética do Iluminismo* (Adorno & Horkheimer, [1947] 1985), ele situara o fascismo no marco de uma crítica da civilização de ordem histórico-filosófica em que, malgrado a genialidade da fenomenologia, se perdem

totalmente de vista as circunstâncias econômicas, sociais e políticas específicas dos países em que prosperou. De resto, verifica-se que seu tratamento do assunto desde o início caiu na órbita da psicologia social analítica, focando na caracterização mais ou menos conjunta, mas essencialmente teórica, da personalidade que lhe subjazeria e das técnicas de propaganda com as quais os movimentos fascistas a exploram, mais ou menos independentemente de lugar (Adorno, 2017).

Aspectos do novo radicalismo de direita simplesmente procede à transposição dessas teses, isto é, da sua psicologia de massas do fascismo, para o período do milagre alemão, sem levar em consideração até mesmo seu próprio progresso crítico e cognitivo no que concerne à matéria. Verifica-se, com efeito, que, dez anos antes, o pensador fora além na hermenêutica do fenômeno, ao comentar o livro de Büsch e Furth sobre o Partido Socialista do Reich, proibido pelo governo em 1952. Fora aquele Partido abertamente neonazista, cuja aparição, ensinaria a obra, “nem as análises puramente objetivas, nem a crítica das ideologias, mas tampouco as pesquisas de opinião seriam, isoladamente, capazes de explicar” (Adorno, [1958] 2010a, p. 389).

Para tanto, haveria que buscar sua colaboração interdisciplinar, mas não em pé de igualdade, já que se “a análise objetiva tende a passar por alto os conteúdos de consciência e os comportamentos potenciais dos integrantes de uma organização”, a simples “análise ideológica facilmente perde de vista a complexidade dos interesses realmente existentes atrás da agitação manipuladora, como a feita pelo radicalismo neofascista” (*Idem*, pp. 389-390). Ou seja, visando a integrar estas análises, sem se perder em generalidades, seria indispensável levar a cabo uma pesquisa de opinião com membros

do partido, pois “só essa, junto com as outras, poderia aportar algo sobre as relações entre o aparato do partido, a ideologia e o pensamento, a conduta efetiva dos integrantes, para oferecer uma perspectiva esclarecedora” (Adorno, [1958] 2010a, p. 390).

Amparando sua filosofia no esquema sujeito x objeto, Adorno operou com um conceito restringido de práxis, não chegando a cogitar as possibilidades contidas na reflexão metapragmática acerca da interação social (Honneth, 1993, pp. 57-103) que, na teoria crítica, se descortinariam pela primeira vez com Habermas ([1980] 1987; Honneth, [1980] 1988). A referência à pesquisa de opinião, todavia, sinaliza a percepção de sua parte de que, sem levar em conta senão a experiência cotidiana, pelo menos o ponto de vista dos sujeitos, não há como falar com propriedade sobre algo politicamente concreto ao tratar do que está em jogo nos movimentos neofascistas (Adorno, [1958] 2010a).

Fora isso, havia, nesse artigo, uma consciência crítica e ilustrada guiando suas considerações sobre o Partido Socialista do Reich. Supostamente forte em termos de propaganda, ele salientou, a agremiação não teria conseguido reunir mais do que 10 mil seguidores, segundo relatórios das autoridades que a investigaram. Desgastado pelo uso contínuo e rebaixado, o recurso à propaganda teria se tornado fator de desestímulo para muitos simpatizantes em potencial. Quanto mais torpe e abertamente ela se dirigia “aos mais estúpidos”, mais ela, em tese, servia para desencadear “a resistência potencialmente existente entre os que não desejam sê-lo”, hipotetizava por então o filósofo (Adorno, [1958] 2010a, p. 392).

Ainda que muito mais elaborado, o texto publicado um decênio mais tarde paradoxalmente perde de vista essas cautelas. Des-

pontando enfraquecido o apelo à explicação materialista, encaminha a análise o argumento de que o avanço ou crescimento da extrema direita não seria, em essência, socialmente objetivo, mas, sim, psíquico, circunscrevendo-se à esfera da propaganda.

À falta das condições que o teria favorecido no passado, isto é, a crise generalizada das instituições e a possibilidade de exercer alta pressão sobre as massas, o radicalismo político de direita emerge da análise como um movimento delirante, através do qual sujeitos desgarrados de distintas classes sociais se entregariam a sistemas simbólicos autonomizados. O principal, a substância mesma da coisa seria a atividade propagandística, a produção e o consumo de uma série de truques e expedientes em que, talvez, ninguém realmente acredite, mas através da qual se obtém certa satisfação (Adorno, 2020, p. 54), visto que, na base, não se encontra nenhuma práxis, mas apenas a figura espectral do que o autor chamou de personalidade autoritária (Adorno, [1950] 2019).

Adorno equivocadamente se tornou prisioneiro da fama como sociólogo que teria lhe trazido a coordenação da pesquisa sobre o assunto feita nos Estados Unidos em meados da década de 1940 (Adorno, [1950] 2019). O projeto que lhe deu origem se estrutura com base em premissas e métodos que ele, como filósofo, criticou duramente em mais de um trabalho. Estabelecer abstratamente uma escala para nela fazer entrar a experiência e, assim, classificar o perfil de seus informantes, extraído de entrevistas descontextualizadas, sempre foi tensionado e, na etapa final, estava em total descompasso com sua teoria da ciência (Adorno, 2001).

Verifica-se, pois, apenas com relativa surpresa que, no texto em exame, apresenta-se a tese segundo a qual o “ponto nevrálgico” do

fenômeno, como no passado, se encontra “no apelo à personalidade fixada na autoridade”, enquanto “unidade específica e acentuada” (2020, p. 67) da vida social em meio à civilização (Adorno, Horkheimer, [1947] 1985). E que, considerada na raiz, a formação delirante que seria o extremismo de direita remete à existência de uma personalidade autoritária virtualmente constante e atemporal, a qual o filósofo, apoiando-se notadamente em *O mal-estar na civilização*, foi buscar em Freud ([1930] 1969).

Apesar de tudo, Adorno conservou mais ou menos até o final a ideia de que a história está marcada pela presença da “personalidade autoritária” ou, na melhor das hipóteses, esta é um sucedâneo da “personalidade tradicional”, cuja sombra, se não surge com a civilização, pelo menos acompanha, como má consciência, o desenvolvimento do espírito libertário que tem lugar na modernidade (Adorno, 2020, pp. 50-51).

Adorno sempre rechaçou, para a crítica, o que chamava de “relação de espectador com a realidade” (Adorno, 2020, p. 77). Argumentava que a teoria não tem o poder de resolver os problemas da realidade e que tentar fazê-lo aferrando-se a esse meio só os agrava. Ainda que a teoria sirva de mediação, os desafios que eles nos colocam só têm como ser enfrentados na práxis e sem garantia de sucesso, ao dependerem de forças que nenhum sujeito pode controlar sozinho ou por inteiro.

Paradoxalmente, porém, acabou apelando abstratamente à resistência, no caso, ao extremismo de direita, preconizando a pesquisa e o emprego de “vacinação em massa contra a [sua] propaganda” (Adorno, 2020, p. 76). Adotando postura que está mais próxima do positivismo e da engenharia social idealista do que da razão crítica, seu relato reitera a convicção oriunda

da época da Guerra, segundo a qual a maneira de combatê-lo seria “alertar os apoiadores sobre a desgraça que lhes pode advir” da sua adesão a um movimento potencialmente destrutivo para seus próprios interesses.

Para nós, a única maneira de entender a recomendação dessa abordagem “terapêutica” é chamando atenção para sua conexão com a tese, muito pouco convincente em termos histórico-sociológicos, da personalidade autoritária. Afinal, se o extremismo político se nutre de um sistema de crenças delirante, irracional, como se poderia vir a convencer seus sujeitos, por muito tempo, racionalmente? Adorno revela ciência do problema, ao observar que a personalidade autoritária não permite que outra chegue perto e a ponha em questão. O extremista se caracteriza por rejeitar a argumentação racional baseada em evidências (Adorno, 2020, p. 62), de modo que se deveria apelar aos “interesses reais dos seus sujeitos” (Adorno, 2020, p. 74) – mas como o faríamos? (*Idem*, p. 58).

Tem-se aí, sem dúvida, portanto, um paradoxo ou mesmo uma contradição no sistema de pensamento do filósofo, aliás muito semelhante, na lógica, à tensão entre as perspectivas de tipo estrutural ou funcionalista com a da teoria da ação que atravessa sua sociologia – mas não é este o lugar para discutir o assunto. Resenhando o texto, procuramos mostrar que, examinando o radicalismo de direita alemão, o pensador acabou prevenindo a consideração do novo ao reiterar seu aspecto arcaico. Adorno aferrou-se mecanicamente à tese da personalidade autoritária oriunda de sua assimilação da filosofia da cultura de origem freudiana e a aplicou como fórmula estereotipada em sua análise dos movimentos extremistas de seu tempo, conferindo-lhes uma espécie de fundamentação a-histórica, em última instância.

Apesar disso, o texto não deixa de propor ideia instigante, ao sugerir a contrapelo que, em uma ordem liberal mais ou menos estável, o sentido do extremismo pode ser essencialmente ritual – não apenas para a direita, mas também para a esquerda. Adorno sublinhou que a democracia liberal não pode ser equiparada a um regime fascista e que recusar-se a ver as diferenças seria expressão de um fanatismo compartilhado entre os extremistas de esquerda e direita (Müller-Doohm, 2004, p. 467; Schwarzböck, 2008, pp. 99-156).

Por outro lado, teria superestimado sua ameaça, abrindo espaço para pensar se, em vez de perigo real, o extremismo, na situação acima referida, não significa o surgimento de uma nova atitude política. Isto é, o aparecimento de uma fixação fantasmagórica no fascismo e no comunismo enquanto figuras encobridoras das metamorfoses políticas e transformações no modo de instituição da sociedade desigualmente verificadas a partir da segunda metade do século xx.

Sendo este o caso, novo, no título de seu trabalho, mas também numa ordem democrática mais ou menos estabilizada, como já no seu tempo haviam se tornado Alemanha e Estados Unidos, seria o aspecto, em vez do extremismo político mesmo. Como em toda política, no radicalismo não se poupa a exploração de fantasias nem o emprego tático de clichês. Diferentemente do resto, porém, haveria nele a presença, seja num extremo, seja no outro, de crenças delirantes, para os quais uma das primeiras a chamar atenção, no marco da filosofia política, foi Hannah Arendt ([1951] 1981).

Escreveu Marx que “a última fase de uma forma da história mundial é a sua comédia” (Marx, [1844] 1982, p. 494) – a comédia seria o espírito ou atitude com que um coletivo ou mesmo uma época vive a morte de algo que já

não lhe define mais, como o fizera no passado. Pode-se levantar, em complemento, a tese de que a penúltima é aquela em que a coisa, relegada essencialmente à experiência estética ou artefato tático em meio à luta política, adquire a condição de espectro.

Remetendo a Derrida (2002), valeria, por isso, pensar que se, em certos cenários contemporâneos, o espectro, mas nada mais, do comunismo ronda a consciência da direita, não seria insólito supor que também a da esquerda possa se ver assombrada, mas nada mais, pelo espectro do fascismo, como parece ter ocorrido com Adorno em sua conferência do final dos anos 1960 e com muita gente na atualidade.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. (2020), *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo, Unesp.
- ADORNO, Theodor. (2019), *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo, Unesp.
- ADORNO, Theodor. (2017), *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo, Unesp.
- ADORNO, Theodor. ([1958] 2010a), “Rechtsradikalismus im Nachkriegdeutschland”. In: *Miscelânea I*. Madri, Akal.
- ADORNO, Theodor. ([1969] 2010b), “Ningún miedo a la torre de marfil”. In: *Miscelânea I*. Madri, Akal.
- ADORNO, Theodor. (2001), *Epistemología y ciencias sociales*. Madri, Cátedra.
- ADORNO, Theodor & Horkheimer, Max. (1985), *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ARENDT, Hannah. ([1951] 1981), *Los orígenes del totalitarismo*. Madri, Alianza.
- DERRIDA, Jacques. (2002), *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- ECO, Umberto. (2018), *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro, Record.
- FREUD, Sigmund. (1969), *O mal-estar na civilização*. São Paulo, Imago.
- HABERMAS, Jürgen. ([1980] 1987), *Teoría de la acción comunicativa*. Madri, Taurus.
- HAMMER, Espen. (2005), *Adorno and the political*. Londres, Routledge.
- HONNETH, Axel. (1993), *The critique of power*. Cambridge, MIT.
- HONNETH, Axel. ([1980] 1988), *Social action and human nature*. Cambridge, Cambridge University.
- JÄGER, Lorenz. (2004), *Adorno: a political biography*. New Haven, Yale University.
- MARX, Karl. ([1844] 1982), “Hacia la crítica de la filosofía del derecho de Hegel – introducción”. In: *Escritos de juventud*. México, FCE.
- MÜLLER-DOOHM, Stefan. (2004), *Adorno: une biographie*. Paris, Gallimard.
- SCHWARZBÖCK, Silvia. (2008), *Adorno y lo político*. Buenos Aires, Prometeo.

Texto recebido em 23/06/2021 e aprovado em 11/10/2021.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.187653

FRANCISCO RÜDIGER é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Também leciona no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: frudiger33@gmail.com.

